Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas

vol. I

O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980

Bernardo Mançano Fernandes,
Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo (Orgs.)

Partindo do processo de redemocratização do país em 1945, os artigos reunidos por Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo montam um abrangente panorama das manifestações políticas do campesinato brasileiro até meados dos anos 80. Trata-se de um período em que a articulação das lutas camponesas com outras forças, como o Partido Comunista e a Igreja Católica, transforma o trabalhador do campo em sujeito político importante, com suas demandas sendo integradas ao debate sobre os destinos do Brasil.

Essa dimensão nacional aponta para a diversidade das lutas camponesas. No entrecruzar de casos específicos se vislumbra a dinâmica de uma história que está por ser resgatada nas suas múltiplas dimensões. Mais do que recuperar uma memória de conflitos, este livro aponta para as diferentes possibilidades analíticas de reconstruir e explicitar essa memória.

Os três primeiros artigos contextualizam o período que antecede o golpe militar de 1964. Em seguida, é analisado o papel dos militantes originários dos segmentos subalternos, as tensões entre entidades de representação patronais e de trabalhadores e as marcas que uma cultura caracterizada pela hierarquia e pelo favor deixam nas organizações camponesas.

Outros textos enfatizam as diferentes formas de resistência que passaram a ocorrer sob as novas condições criadas pelo golpe para a transformação do campo. São sucessivamente abordados conflitos no Acre, Mato Grosso, Pará e sul do país. Também se salienta que os conflitos nas décadas de 1970 e 1980 não se limitaram às lutas de resistência na terra, mas igualmente ocorreram nas áreas onde predominavam as relações assalariadas. Por fim, uma análise do plano das redes de relações localmente constituídas lembra como a política perpassa e é perpassada pelo cotidiano das relações sociais.

Ao longo do livro é possível constatar diferentes formas pelas quais se manifestou a questão agrária e obter instrumentos relevantes para a sua compreensão, tanto do período que ele abrange como das heranças que se fazem presentes no debate atual.

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas – vol. I – Fernandes, Medeiros e Paulilo (Orgs.)

Os artigos aqui reunidos formam um abrangente panorama das manifestações políticas do campesinato brasileiro, de 1945 até meados dos anos 80. No entrecruzar de histórias específicas se vislumbra a dinâmica de uma memória que está por ser resgatada, reconstruída e explicitada nas suas múltiplas dimensões, apresentando o trabalhador do campo como sujeito importante dos debates sobre os destinos do país.

Coleção História Social do Campesinato no Brasil

NEAD
ISBN 978-85-60548-49-1
UNESP
ISBN 978-85-7139-948-8

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas

BERNARDO MANÇANO FERNANDES
LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
MARIA IGNEZ PAULILO
(Orgs.)

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas

O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980

volume 1

editora
unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

F82
v.1

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 / Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
327p. – (História social do campesinato brasileiro)

ISBN 978-85-7139-948-8 (Editora UNESP)
ISBN 978-85-60548-49-1 (NEAD)

1. Camponeses – Brasil – História. 2. Camponeses – Brasil – Condições sociais. 3. Camponeses – Brasil – Atividades políticas. 4. Brasil – Condições rurais. 5. Posse da terra – Brasil. 6. Movimentos sociais rurais – Brasil – História. I. Fernandes, Bernardo Mançano. II. Medeiros, Leonilde Servolo de. III. Paulilo, Maria Ignez Silveira. IV. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. V. Série.

09-3678. CDD: 305.5633
CDU: 316.343

Editora afiliada:

Sumário

Apresentação à coleção

Por uma recorrente visão linear e evolutiva dos processos históricos, as formas de vida social tendem a ser pensadas se sucedendo no tempo. Em cada etapa consecutiva, apenas são exaltados seus principais protagonistas, isto é, os protagonistas diretos de suas contradições principais. Os demais atores sociais seriam, em conclusão, os que, por alguma razão, se atrasaram para sair de cena. O campesinato foi freqüentemente visto dessa forma, como um resíduo. No caso particular do Brasil, a esta concepção se acrescenta outra que, tendo como modelo as formas camponesas européias medievais, aqui não reconhece a presença histórica do campesinato. A sociedade brasileira seria então configurada pela polarizada relação senhor–escravo e, posteriormente, capital–trabalho.

Ora, nos atuais embates no campo de construção de projetos concorrentes de reordenação social, a condição camponesa vem sendo socialmente reconhecida como uma forma eficaz e legítima de se apropriar de recursos produtivos.

O que entendemos por campesinato?

São diversas as possibilidades de definição conceitual do termo. Cada disciplina tende a acentuar perspectivas específicas e a destacar um ou outro de seus aspectos constitutivos. Da mesma forma, são diversos os contextos históricos nos quais o campesinato está presente nas sociedades. Todavia, há reconhecimento de princípios mínimos que permitem aos que investem, tanto no campo acadêmico quanto no político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais.

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados

em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo). Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações.

O campesinato emerge associadamente ao processo de seu reconhecimento político, ora negativo, ora positivo. Por tais circunstâncias, a questão política, constituída para o reconhecimento social, enquadrou tal segmento de produtores sob a perspectiva de sua capacidade adaptativa a diferentes formas econômicas dominantes, ora pensadas pela permanência, ora por seu imediato ou gradual desaparecimento. Como em muitos outros casos de enquadramento social e político, uma categoria de auto-identificação, portanto contextual, produto de investimentos de grupos específicos, desloca-se, sob empréstimo e (re)semantização, para os campos político e acadêmico e, nesses universos sociais, sob o caráter de signo de comportamentos especialmente hétero-atribuídos ou sob o caráter de conceito, apresenta-se como generalizável.

Vários autores, retratando a coexistência do campesinato em formações socioeconômicas diversas, já destacaram que o reconhecimento dessa nominação, atribuída para efeitos de investimentos políticos ou para reconhecimento de características comuns, só pode ser compreendido como conceito, cujos significados definem princípios gerais abstratos, motivo pelo qual podem iluminar a compreensão de tantos casos particulares. Para que a forma camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores (urbanos e rurais), que não operam produtivamente sob tais princípios. Percebendo-se por essa distinção de modos de existência, muitos deles se encontram mobilizados politicamente para lutar pela objetivação daquela condição de vida e produção (camponesa).

Em quaisquer das alternativas, impõe-se a compreensão mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e se reproduz. Da coexistência com outros agentes sociais, o camponês se

constitui como categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornados comuns e projetivos. A esse respeito, a construção da história social do campesinato, como de outras categorias socioeconômicas, deve romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura. Ao incorporar as múltiplas dimensões da prática dos agentes, destacamos o papel da experiência na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico. Essas contradições revelam conflitos entre normas e regras que referenciam modos distintos de viver, em plano local ou ocupacional, colocando em questão os meios que institucionalizam formas de dominação da sociedade inclusiva. Tais postulados serão demonstrados nos diversos artigos desta coletânea, voltada para registros da história social do campesinato brasileiro.

A prática faz aparecer uma infinidade de possibilidades e arranjos, vividos até mesmo por um mesmo grupo. Quanto mais se avança na pesquisa e no reconhecimento da organização política dos que objetivam a condição camponesa, mais se consolidam a importância e a amplitude do número de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos e tantos outros, nessa posição social ou que investem para essa conquista.

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

No caso da formação da sociedade brasileira, formas camponesas coexistem com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes. Assim, a título de exemplo, ao lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar, algodão e café, havia a incorporação de formas de imobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, membros da família do trabalhador alocado como responsável pela equipe. Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação

com a grande produção agroindustrial e pastoril. Se recuarmos um pouco no tempo, veremos que, ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, os posseiros ou – designando a condição de coadjuvante menos valorizada nesse sistema de posições hierárquicas – os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc. Os textos da história geral do Brasil, nos capítulos que exaltam os feitos dos agentes envolvidos nos reconhecidos movimentos de entradas e bandeiras, trazem à tona a formação de pequenos povoados de agricultores relativamente autárquicos. Posteriormente, tais agentes produtivos serão celebrados pelo papel no abastecimento dos tropeiros que deslocavam metais e pedras preciosas, mas também outros produtos passíveis de exportação e de abastecimento da população das cidades ou das vilas portuárias.

Desse modo, o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais.

Para escrever sobre essa história é preciso, portanto, antes de tudo, refletir sobre a impositiva produção dessa "amnésia social" ou dessa perspectiva unidimensional e essencializada, que apaga a presença do campesinato e oculta ou minimiza os movimentos sociais dos camponeses brasileiros, consagrando – com tradição inventada – a noção do caráter cordato e pacífico do homem do campo. Ou fazendo emergir a construção de uma caricatura esgarçada do pobre coitado, isolado em grande solidão e distanciamento da cultura oficial, analfabeto, mal-alimentado. Ora, tais traços aviltantes, para olhares que os tomassem como expressivos da condição de vida e não do sujeito social, revelavam as bases da exploração e da submissão em que viviam, seja como agentes fundamentais ou complementares do processo produtivo da atividade agroindustrial e exportadora.

Estimulados a coexistirem internamente, ao lado ou ao largo da grande produção, os agentes constituídos na condição camponesa não tinham reconhecidas suas formas de apropriação dos recursos produtivos. Assim sendo, são recorrentemente questionados e obrigados a se deslocar para se reconstituir, sob as mesmas condições, em áreas novamente periféricas. Da mesma forma, em outras circunstâncias, são submetidos a regras de coexistência consentidas e por vezes imediatamente questionadas, dada a exacerbação das posições hierarquizadas ou das desigualdades inerentes às condições de coexistência.

A presença dos camponeses é, pois, postulada pela ambigüidade e desqualificação, quando os recursos por eles apropriados se tornavam objeto de cobiça. Entendemos, no entanto, que, sob processos relativamente

equivalentes, esses agentes elaboraram, como traço comum de sua presença social, projetos de existência fundamentados em regras legítimas e legais, princípios fundamentais para a construção de um éthos e de regras éticas, orientadores de seu modo de existência e coexistência. Sob tais circunstâncias, a constituição da condição camponesa torna o agente que lhe corresponde o portador de uma percepção de justiça, entendida aqui não como uma abstração teórica sobre o direito aos recursos produtivos, e sim como uma experiência baseada em modos de coexistência: sob formas de comunidade camponesa; na labuta diária pela sobrevivência; na relação com a natureza; e nas práticas costumeiras para a manutenção e a reprodução de um modo de vida compatível com a ordem social, institucionalizada por aqueles que se colocam socialmente como seus opressores.

Levando em consideração o conjunto de fatores que vimos destacando, podemos caracterizar alguns elementos constitutivos de certa tradição do campesinato brasileiro, isto é, como expressão da existência permitida sob determinadas constrições e provisoriedades e sob certos modos de negociação política. Essa negociação não exclui resistências, imposições contratuais, legais ou consuetudinárias, ou questionamentos jurídicos, que revelam e reafirmam a capacidade de adaptação às condições da produção econômica dominante. Menos do que um campesinato de constituição tradicional, no sentido da profundidade temporal da construção de um patrimônio material e familiar, vemos se institucionalizar, como elemento distintivo, um patrimônio cultural inscrito nas estratégias do aprendizado da mobilidade social e espacial. Estratégias que visam, entre outros objetivos, à busca do acesso aos recursos produtivos para a reprodução familiar e a exploração de alternativas, oferecidas pelas experiências particulares ou oficiais de incorporação de áreas improdutivas ou fracamente integradas aos mercados.

Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um "nós" que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo reproduzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira.

As formas exacerbadas de existência sob desigualdades socioeconômicas se expressam, sobretudo, na exploração da força de trabalho coletiva dos membros da família e na submissão aos intermediários da comercialização, que se associam a outros agentes dominantes para produzir um endividamento antecipado e expropriador. Essas formas de subordinação, que põem em questão as possibilidades de reprodução da condição camponesa, contrapõem-se à avaliação de perenizadas experiências positivas de construção da condição camponesa. Um exemplo de experiências positivas é a institucionalizada pelos sitiantes, dotados de autonomia para se agregarem por vida coletiva em bairros rurais.

No contexto de lutas sociais, os trabalhadores foram construindo um sistema de crenças partilhadas e inscritas em seu cotidiano de lutas pela sobrevivência e reprodução social. Essas lutas são orientadas pela definição do acesso aos recursos produtivos, de forma legal e autônoma, como fator fundamental para sua constituição como agente produtivo imediato, isto é, contraposto ao cativo ou subjugado no interior das fazendas e, por tal razão, dispondo de relativa autonomia. Nos termos dessa tradição, a liberdade é um valor para expandir uma potencialidade, ou seja, capacidade para projetar o futuro para os filhos e para socialmente se valorizar como portador de dignidade social. Na construção da formação social brasileira, o modo de existir reconhecido pela forma camponesa, menos que um peso da tradição da estabilidade e de longas genealogias, como ocorre, por exemplo, em formações sociais européias, é uma idéia-valor, orientadora de condutas e de modos de agregação familiar ou grupal. Na qualidade de valor, é um legado transmitido entre gerações, reatualizado e contextualizado a cada nova geração que investe nessa adesão política.

O peso desse legado, quando não compreendido, leva aos estranhamentos muito comuns em relação à persistência da luta pelo acesso aos recursos produtivos e mesmo em relação ao deslocamento de trabalhadores definidos como urbanos, que engrossam movimentos de sua conquista. As possibilidades de existência que a condição camponesa permite vão se contrapor, em parte por equivalência comparativa, às condições de exploração de trabalhadores da indústria, do comércio e de serviços. Esses traços, sempre presentes porque realimentados como um legado de memórias familiares e coletivas, vão atribuir sentido às constantes mobilidades de trabalhadores. Os deslocamentos justificam-se pela busca de espaços onde haja oportunidade de pôr em prática modos de produzir e de existência, desde que fundamentados pela gestão autônoma dos fatores produtivos, das condições e produtos do trabalho e da orientação produtiva.

Levando em conta tais elementos, definidos como constitutivos de uma tradição e alargando a compreensão da diversidade de situações, reafirmamos a presença do campesinato como constitutiva de toda a história do Brasil. Tais produtores estiveram vinculados à exploração colonial,

integrando-se a mercados locais ou a distância; reafirmaram-se como posição desejada no decorrer da transição do trabalho escravo para o trabalho livre; abasteceram os processos de agroindustrialização de produtos destinados à exportação; e, entre outras tantas situações, por mais de um século, vêm ocupando a Amazônia. Atualmente, apresentam-se como um dos principais atores da cena política, constituída para tornar possível a construção de sociedade erguida sobre bases mais igualitárias, capazes, então, de fundamentar os princípios democráticos de coexistência social e política.

Portanto, as negociações em torno das alternativas de ocupação do espaço físico e social marcaram e impregnaram a proposição de modos de vida orientados por valores cuja elaboração tornou possível a legitimidade da coexistência política e cultural. Modos de vida que também reafirmam o direito à luta pela autonomia, emblematizada pela célebre referência à vida na *fartura*. Ora, tudo isso, relembramos, fora construído no contexto de imposição de formas de dominação objetivadas com base na grande produção. Por esse motivo, a vida segundo a lógica expropriatória objetivada na grande propriedade foi concebida como destruidora da dignidade social. A honra estava (assim e inclusive) pautada pela defesa do acesso à alimentação, todavia em condições socialmente concebidas como adequadas à reprodução saudável do trabalhador e dos membros de sua família.

Dessa forma, no Brasil, os produtores agregados pela forma de organização camponesa estão presentes como atores sociais que participaram e participam da construção da sociedade nacional. Esse reconhecimento não se funda tão-somente em uma dimensão politizada de defesa dessa visibilidade social. Ele também se explica pelos princípios de constituição das formas hegemônicas de organização da produção social. Destacaremos três dimensões desse protagonismo. Em primeiro lugar, o campesinato representa um pólo de uma das mais importantes contradições do capital no Brasil, que consiste em sua incapacidade de se "libertar" da propriedade fundiária. O significado que a propriedade da terra tem até hoje, como um elemento que ao mesmo tempo torna viável e fragiliza a reprodução do capital, gera uma polarização (de classe) entre o proprietário concentrador de terras (terras improdutivas) e aquele que não tem terras suficientes. Desse fato decorrem duas conseqüências principais. Por um lado, essa contradição não é residual na sociedade brasileira, constituindo-se um dos pilares de sua estrutura social; por outro, a principal luta dos camponeses é pela construção de seu patrimônio, condição *sine qua non* de sua existência. Essa luta foi e continua sendo muito forte em diversos momentos e sob as mais variadas formas. Ela tem um caráter eminentemente político e corresponde ao que se costuma chamar o "movimento camponês".

Assim, a luta pela terra e pelo acesso a outros recursos produtivos não assume apenas a dimensão mais visível das lutas camponesas. Ela se processa igualmente em um nível menos perceptível, por outras formas de resistência

que dizem respeito às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições tão adversas, e assegurar a reprodução da família. Essa dimensão tem, de fato, menor reconhecimento pela sociedade e mesmo na academia. Ao se afirmar historicamente essa dimensão, é importante ressaltar a capacidade dos camponeses de formular um projeto de vida, de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade. Essas são práticas que têm um caráter inovador ou que revelam grande capacidade de adaptação e de conquistas de espaços sociais que lhes são historicamente inacessíveis. Consideramos necessário registrar e reconhecer as vitórias, por mais invisíveis que sejam.

Por último, há uma terceira dimensão, também pouco reconhecida, até mesmo entre os acadêmicos, que consiste na valorização da forma de produzir do camponês. Esta se traduz pela adoção de práticas produtivas (diversificação, intensificação etc.), formas de uso da terra, relações com os recursos naturais etc. Formam-se, assim, os contornos de um saber específico que se produz e se reproduz contextualmente. É claro que o campesinato não se esgota na dimensão de um *métier* profissional, nem a ela corresponde um modelo imutável, incapaz de assimilar mudanças, mas é imprescindível para que se possa compreender seu lugar nas sociedades modernas. Sua competência, na melhor das hipóteses, é um trunfo para o desenvolvimento "de uma outra agricultura" ou para a perseguição da sustentabilidade ambiental e social como valor. E, na pior das hipóteses (para não idealizar a realidade), um potencial que poderia ser estimulado na mesma direção. Não é sem conseqüência que sua existência seja hoje tão exaltada como um dos pilares da luta pela reconstituição dos inerentes princípios de reprodução da natureza, tão subsumidos que estiveram e continuam estando a uma racionalidade técnica, em certos casos exagerada pela crença em uma artificialização dos recursos naturais reproduzidos em laboratórios e empresas industriais. Ora, os princípios de constituição e expansão do capitalismo desconhecem e desqualificam essa competência. Do ponto de vista político, a negação dessa dimensão, tanto à direita (que defende a grande propriedade como a única forma moderna ou modernizável) quanto à esquerda (que terminou enfatizando apenas a dimensão política da luta pela terra), tem como conseqüência a negação do camponês como agricultor. As políticas agrícolas chamadas "compensatórias" só reforçam a visão discriminadora.

Em conclusão, reiteramos, por um lado, a universalidade da presença do campesinato, que abarca os diversos espaços e os diferenciados tempos. E também, por outro, a variedade de existências contextuais, visto que essa variedade só indica a valorizada adaptabilidade dos agentes e dos princípios abrangentes de constituição da forma camponesa. Portanto, mesmo que corresponda à revalorização de uma tradição (patrimônio de valores institucionalizados nas memórias e na projeção social), a reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas é um fato social do mundo

moderno, e não resquício do passado. Por essa perspectiva, ultrapassa-se a velha e surrada concepção unilinear da inexorável decomposição do campesinato. Como os processos históricos têm demonstrado, ela não é tendência geral ou lei inevitável. Em vez dessa concepção, que, reafirmando a substituição das classes fundamentais, augura (e até vaticina) o fim do campesinato, escolhemos pensar e registrar as múltiplas alternativas, resultado de conquistas e resistências de atores sociais que se referenciam a um modo de produzir e viver coexistente com um mundo moderno. Entrementes, é nesse mesmo mundo, cujos analistas vêm acenando (e, por que não, também vaticinando) com o desemprego em massa como princípio de constituição econômica, em que a diversidade cultural é reafirmada para fazer frente a uma vangloriada homogeneização política e cultural, que os camponeses se reorganizam em luta. Por essa conduta clamam exatamente pela manutenção da autonomia relativa, condição que o controle dos fatores de produção e da gestão do trabalho pode oferecer.

Conselho Editorial

Prefácio

Apresentamos aos leitores – especialmente aos militantes camponeses, aos interessados e aos estudiosos da questão camponesa no Brasil – uma obra que é o resultado de um fantástico esforço intelectual e coletivo. A elaboração da História Social do Campesinato no Brasil envolveu grande número de estudiosos e pesquisadores dos mais variados pontos do país, num esforço conjunto, planejado e articulado, que resulta agora na publicação de dez volumes retratando parte da história, resistências, lutas, expressões, diversidades, utopias, teorias explicativas, enfim, as várias faces e a trajetória histórica do campesinato brasileiro.

A idéia de organizar uma História Social do Campesinato no Brasil aflorou no fim de 2003, durante os estudos e os debates para a elaboração de estratégias de desenvolvimento do campesinato no Brasil que vinham sendo realizados desde meados desse ano por iniciativa do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), com envolvimento, em seguida, da Via Campesina Brasil, composta, além de pelo próprio MPA, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Pastoral da Juventude Rural (PJR), pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab).

Essa idéia foi ganhando corpo quando se envolveram, primeiro, o pesquisador Horácio Martins de Carvalho e os pesquisadores Delma Pessanha Neves, Márcia Maria Menendes Motta e Carlos Walter Porto-Gonçalvez, que decidiram, em reunião nas dependências da Universidade Federal Fluminense (UFF), no início de 2004, com dirigentes da Via Campesina, lançar o desafio a outros tantos que se dedicam ao tema no Brasil. O resultado foi o engajamento de grande número de pesquisadores, todos contribuindo de maneira voluntária.

Foram consultadas cerca de duas centenas de pesquisadores, professores e técnicos para verificar se a pretensão de elaborar uma História Social do

Campesinato no Brasil tinha sentido e pertinência. A idéia foi generosamente aceita, um Conselho Editorial foi constituído, muitas reuniões foram realizadas, os textos foram redigidos e o resultado é a publicação destes dez volumes da Coleção História Social do Campesinato no Brasil.

Nesta Coleção apresentamos diversas leituras sobre a história social do campesinato no Brasil. Nossa preocupação com os estudos sobre o campesinato se explica pelo fato de, na última década, ter havido um avanço dos trabalhos que promoveram os métodos do ajuste estrutural do campo às políticas neoliberais. Nessa perspectiva, a realidade do campo foi parcializada de acordo com os interesses das políticas das agências multilaterais que passaram a financiar fortemente a pesquisa para o desenvolvimento da agricultura.

Esses interesses pautaram, em grande medida, as pesquisas das universidades e determinaram os métodos e as metodologias de pesquisa com base em um referencial teórico de consenso para o desenvolvimento da agricultura capitalista. Desse ponto de vista, o campesinato tornou-se um objeto que necessita se adequar ao ajuste estrutural para que uma pequena parte possa sobreviver ao intenso processo de exploração e expropriação do capitalismo.

Poucos foram os grupos de pesquisa que mantiveram uma conduta autônoma e crítica a essa visão de mundo em que o capitalismo é compreendido como totalidade e fim de todas as coisas. Nesse princípio de século, o conhecimento é ainda mais relevante como condição de resistência, interpretação e explicação dos processos socioterritoriais. Portanto, controlá-lo, determiná-lo, limitá-lo, ajustá-lo e regulá-lo são condições de dominação.

Para criar um espaço em que se possa pensar o campesinato na história a partir de sua diversidade de experiências e lutas, a Via Campesina estendeu o convite a pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Quase uma centena de cientistas responderam positivamente à nossa proposta de criar uma coleção sobre a história do campesinato brasileiro. Igualmente importante foi a resposta positiva da maior parte dos estudiosos convidada para publicar seus artigos, contribuindo com uma leitura do campesinato como sujeito histórico.

O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Esses apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para expropriá-lo de seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-lo da história, atribuindo-lhe outros nomes a fim de regular sua rebeldia.

Por tudo isso, ao publicar esta importante obra, em nosso entender, de fôlego e profundidade, queremos fazer quatro singelos convites.

Convite à Leitura

Esta obra merece ser lida pela riqueza de informações, pela abrangência com que aborda o tema e pela importância da história social do campesinato para compreender o Brasil.

Convite ao Estudo

Além da mera leitura, é uma obra que deve ser estudada. É preciso que sobre ela nos debrucemos e reflitamos para conhecer esse tema em profundidade, quer em escolas, seminários, grupos de estudo, quer individualmente. Esta Coleção é um desafio, pois retrata uma realidade que, aqueles que estiverem comprometidos em entender o Brasil para transformá-lo, precisam conhecer profundamente.

Convite à Pesquisa

Esta obra, composta de dez volumes, é fruto e resultado de muita disciplinada e dedicada pesquisa. É, portanto, desafio a mais investigações e a que outros mais se dediquem a esses temas. Embora uma obra vasta, com certeza mais abre do que encerra perspectivas de novos estudos, sob novos ângulos, sobre aspectos insuficientemente abordados, sobre realidades e histórias não visibilizadas, com enfoques diferenciados. Há muito que desentranhar da rica e variada história social do campesinato brasileiro, e os autores desta obra sentir-se-ão imensamente realizados se muitas, rigorosas, profundas e novas pesquisas surgirem estimuladas por essa sua importante iniciativa.

Convite ao Debate

Esta não é uma obra de doutrina. E mesmo as doutrinas devem ser expostas ao debate e ao contraditório. Quanto mais uma obra sobre a história. Convidamos ao debate dos textos, mas, além disso, ao debate sobre o sujeito social do qual a Coleção se ocupa: o campesinato e sua trajetória ao longo da história do Brasil. E que esse não seja um debate estéril ou esterilizante que se perde nos meandros da polêmica pela polêmica, mas que gere ações na sociedade, nas academias, nos centros de pesquisas e nas políticas de Estado em relação aos camponeses e ao mundo que os circunda e no qual se fazem sujeitos históricos.

A Via Campesina do Brasil reconhece e agradece profundamente o trabalho árduo e voluntário dos membros do Conselho Editorial e de todos os envolvidos no projeto. Sem o desprendimento e o zelo desses professores, sem essa esperança renovada a cada dia pelas mais distintas formas e motivos, sem a acuidade acadêmica, o cuidado político e a generosidade

de todos os envolvidos não teríamos alcançado os resultados previstos. De modo especial nosso reconhecimento ao professor Horácio Martins de Carvalho.

Agradecemos também ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ao promover estudos e pesquisas sobre o universo rural brasileiro o Nead viabilizou, com a Editora da UNESP, a publicação desta Coleção.

A Via Campesina experimenta a satisfação do dever cumprido por ter participado desta importante iniciativa, desejando que se reproduza, se multiplique e gere frutos de consciência, organização e lutas nas bases camponesas em todo o território nacional.

Via Campesina do Brasil
agosto de 2008.

Introdução

O tomo da coleção História Social do Campesinato no Brasil, intitulado *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, trata das manifestações políticas do campesinato brasileiro, tomando como ponto de partida o período que se inicia com a redemocratização do país em 1945, após oito anos de regime ditatorial, configurados no chamado Estado Novo. No presente volume, o primeiro, apresentamos alguns artigos que permitem dar um panorama, ainda que parcial, do que foram as lutas camponesas desde o final da década de 1940 até meados dos anos 80. No volume seguinte, trataremos de eventos mais recentes.

Toda periodização traz consigo sérios riscos de apagar o passado e inaugurar um novo tempo, no qual são ressaltadas as rupturas, e pouca importância acaba sendo dada às continuidades. Esse risco foi enfaticamente apontado pelo historiador inglês Edward Thompson, quando, na sua análise sobre a formação da classe operária inglesa na passagem do século XVIII para o XIX, afirma que "é muito freqüente, visto que toda narrativa tem que começar em algum ponto, que vejamos apenas as coisas novas" (Thompson, 1987, p.23). Por essa razão, iniciamos explicitando alguns critérios que marcaram o recorte temporal adotado, de forma a tentar minimizar os efeitos que ele possa ter na compreensão da história das lutas camponesas em nosso país. Seguindo as pistas que aquele historiador levanta, referindo-se às opções analíticas que fez, também é possível constatar, em nossa história, um forte elemento de continuidade em relação ao passado. Como ele afirma em seu estudo, perpetuam-se aspirações, temores, tensões, mas que se revelam "num novo contexto, com nova linguagem e argumentos e num equilíbrio de forças modificado" (Thompson, 1987 p.23).

O período de nossa história que se inicia em 1945 tem como uma de suas marcas o esforço de articulação das lutas no campo com outras forças políticas nacionais. É a partir dele que começa a ser produzida uma nova linguagem, na qual o campesinato passa a figurar como sujeito político importante e suas demandas passam a ser articuladas a um debate sobre

os destinos da nação. É também o momento em que novas formas de organização e mediação se constituem ou em que, já constituídas de há muito, passam a voltar-se para uma ação mais intensa junto aos trabalhadores do campo. Grande parte dos artigos apresentados neste volume analisa justamente esse processo, a partir de estudos sobre conflitos singulares, que ocorrem em diferentes pontos do país.

Como os demais volumes da presente coleção mostram sobejamente, foram diversas as formas que o trabalho no campo assumiu ao longo de nossa história (como foreiro, morador, colono, parceiro nas grandes fazendas; como produtores autônomos, com vínculos frouxos com o mercado e diferentes níveis de formalização do acesso à terra, por meio de posse, arrendamento ou propriedade; como produtores extrativistas; e mais uma imensa gama de variações, impossível de ser aqui enumerada). Ao longo do tempo, também foram diversos os seus modos de aparecer no espaço público e diversos os antagonistas e demandas apresentados. No entanto, uma característica recorrente desse longo percurso é o fato de serem grupos e lutas localizadas, no sentido de que não desenvolveram articulações capazes de produzir algo que se aproximasse da construção de uma linguagem de classe.

Esse padrão começou a sofrer mudanças e a ser lentamente rompido no pós-guerra, em decorrência de inúmeros fatores que se interpenetram e se complementam. Um deles foi o fato de que, na segunda metade do século XX, diferentes formas de conflito existentes no meio rural brasileiro passaram a unificar-se, por meio da produção e da difusão de concepções que buscavam aglutinar essas lutas ao redor de projetos de mudança e bandeiras comuns. Para tanto, foi central, num primeiro momento, a mediação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que procurava estar presente nas regiões de conflito, dando apoio político e jurídico aos trabalhadores; editando um jornal, que socializava as notícias das lutas; realizando encontros e congressos, que produziam auto-reconhecimento e delimitação de adversários (Medeiros, 1995). Ao mesmo tempo, esses eventos consolidavam demandas provenientes das situações particulares e as articulavam com bandeiras de luta mais amplas, que se sintetizaram nas reivindicações por transformações fundiárias, que lhes garantissem acesso à terra, e por direitos trabalhistas. Foi por meio dessa mediação política que os pontuais e dispersos, porém recorrentes, conflitos no campo ganharam visibilidade, e foram dados os primeiros passos na direção da constituição de uma identidade política (*camponês*) em contraposição às linguagens locais que identificavam os trabalhadores do campo, como colonos, moradores, parceiros, meeiros etc. (Martins, 1981). Foi ainda por meio dela que fazendeiros, senhores de engenho, usineiros etc. começaram também a ser unificados por intermédio das categorias latifúndio e latifundiários que, como apontam Palmeira (1971) e Novaes (1997), designavam mais do que controle sobre uma grande extensão

de terra e passavam a conotar relações de poder e autoridade, exploração e violência. É nesse âmbito também que a demanda por "reforma agrária" se torna a bandeira política que sintetiza o desejo de ter acesso à terra, de eliminar do "latifúndio" e de ver esse desejo reconhecido legalmente e incorporado quer nas políticas públicas, quer no corpo legal do país.

Ao trabalho de organização do Partido Comunista em diversas regiões brasileiras se acrescentou o da Igreja Católica que, desde os anos 50, mas em especial no início da década de 1960, desenvolveu uma intensa atividade de evangelização dos trabalhadores do campo. Ao mesmo tempo, reconhecia-os como portadores de direitos e buscava afastá-los do "perigo comunista". Aproximando-se de uma nova forma dos trabalhadores, formando lideranças ao mesmo tempo religiosas e políticas, criando escolas radiofônicas, a Igreja Católica teve um papel central na consolidação de alguns valores (em especial os relacionados à crítica ao comunismo) e na difusão de outros, como o de que os trabalhadores deveriam se organizar e buscar seus direitos.[1]

Um outro elemento que caracteriza o novo contexto é o fato de que ele trouxe consigo um debate em torno do "desenvolvimento", palavra polissêmica, que ganhava significados tão diversos e contrapostos como, entre outros, crescimento econômico; melhoria das condições de vida da população; necessidade de conter o êxodo rural; transformações estruturais profundas, que permitissem a superação do modo de produção capitalista. Em todas as diferentes matrizes de projetos de "desenvolvimento", que então se constituíram, havia também um debate sobre o significado da agricultura e seu lugar nesse processo (e, note-se, o que estava em discussão era a *agricultura* e não o *rural*, ou seja, tratava-se de uma ênfase nas dimensões produtivas). Assim, falava-se não só em atraso estrutural, em necessidade de modernização tecnológica e difusão de assistência técnica, em crédito para apoio à produção, na importância da ampliação da educação no meio rural, mas, também, na necessidade de transformações na estrutura fundiária, por meio de uma reforma agrária. Este último termo ganhava vários sentidos, relacionados às concepções de "desenvolvimento" que estavam em disputa: para alguns era condição para a expansão do capitalismo no campo, com a destruição do "latifúndio" e sua transformação em unidades camponesas de produção, capazes de dinamizar o mercado interno para as indústrias nascentes; para outros, era o primeiro passo para uma revolução socialista, por meio da quebra do poder das forças mais atrasadas, consideradas como "restos feudais". Poderia ainda significar um instrumento capaz de refrear os conflitos no campo, por meio de intervenções localizadas, ou um caminho

[1] Uma análise cuidadosa desse processo de mudança no padrão da ação da Igreja Católica, tendo com referência empírica o estado da Paraíba, é apresentada por Regina Novaes (NOVAES, 1997).

para a criação de uma classe média rural, que pudesse servir como fator de estabilização política e amortecimento para eventuais crises.

Não é nosso objetivo aqui discutir as concepções que orientavam as diferentes percepções do que deveria ser o "desenvolvimento" (ou a "revolução", como preferiam alguns), mas tão somente apontar que o debate potencializava as lutas no campo e, por sua vez, também era pautado por elas. No nosso modo de entender, esse não era um debate apenas teórico, e as várias possibilidades, vinculadas aos projetos políticos diferenciados, só ganhavam sua razão de ser e expressão política porque os conflitos no campo se articulavam e conquistavam visibilidade, explicitando demandas coletivas e uma espécie de "economia moral" das populações rurais (Thompson, 1997).

Essas noções se amalgamavam com a legislação existente, na qual buscavam suporte, e com a atualização política de concepções religiosas, legitimando reivindicações. No início dos anos 60, Francisco Julião, principal porta-voz das Ligas Camponesas do Nordeste, por exemplo, afirmava que seus instrumentos de trabalho eram a Bíblia e o Código Civil (Julião, 1962). Tanto ele como os militantes do Partido Comunista faziam dos advogados que aderiam à causa dos camponeses mediadores essenciais dos conflitos em curso. Da mesma forma, ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, como vários artigos que integram a presente coletânea demonstram, foi comum a presença de segmentos da Igreja Católica (em alguns casos também da Luterana) apoiando as lutas, não só materialmente, mas também fornecendo justificativas religiosas para as demandas que se desenvolviam e se expressavam na esfera política.

Vários dos artigos incluídos no presente volume apontam para a dimensão nacional que as lutas camponesas assumiram já a partir dos anos 50/60, e mostram sua diversidade, não só no que se refere aos segmentos sociais que as impulsionavam, mas também no que diz respeito às mediações que as tornavam visíveis e as situavam no campo de disputa extralocal. Cada um dos trabalhos aqui apresentados recobre uma situação particular e é no seu entrecruzar que se vislumbra a dinâmica de uma história que ainda está por ser resgatada nas suas múltiplas facetas, que ainda necessita ser indagada e aprofundada. Por meio deles, também fica evidente a presença de diferentes formas de violência, da grilagem de terras, da ação do Estado, ora apoiando as lutas, ora criando instrumentos para contê-las, ou mesmo reprimindo-as e criminalizando-as.

Do ponto de vista metodológico e das questões eleitas pelos que contribuíram para a presente coletânea, como centrais para constituir o fio condutor das diferentes narrativas que aqui se apresentam, verifica-se também um amplo espectro de abordagens. Alguns autores enfatizam o campo de disputa em que as lutas se desenvolveram e ganharam sentido, outros a presença das mediações partidárias, sindicais ou religiosas, dando destaque

mais ao papel delas do que às formas assumidas pelos conflitos; outros ainda destacam a prática dos trabalhadores como elementos centrais desse processo de constituição do campesinato como ator político. Efetivamente, procurou-se, para além de recuperar uma memória das lutas, mostrar as diferentes possibilidades analíticas de reconstruir e explicitar essa memória.

Ao longo deste livro é possível constatar também diferentes formas pelas quais se manifestou a questão agrária, e obter instrumentos relevantes para a sua compreensão tanto no período que ele abrange como das heranças que se fazem presentes no debate atual.

Os três primeiros artigos aqui incluídos voltam-se especificamente para o período que antecede o golpe militar e tratam de conflitos menos conhecidos, pois que menos abordados pela literatura corrente.[2] O primeiro deles, de autoria de Mario Grynszpan, embora referido ao estado do Rio de Janeiro, é uma referência para o entendimento das lutas camponesas de resistência, que aconteciam em todas as regiões do país. Partindo do pressuposto de que a ação política é central para a conformação dos grupos sociais, o autor mostra como, no estado do Rio de Janeiro, os *despejos* de lavradores ganharam expressão, na Baixada da Guanabara, não exatamente pela quantidade de famílias que estavam sendo despejadas, mas porque foi a partir daquela região que começaram a se organizar, resistindo às expulsões. O artigo mostra que as denúncias de ameaças de despejo, que vinham à luz pelos jornais, em especial pelos que, por sua posição política, davam algum tipo de suporte às lutas, eram um dos meios utilizados pelas lideranças camponesas na luta pela permanência na terra. Ou seja, eram a própria resistência e as denúncias feitas que transformavam uma tentativa de retirar um grupo de lavradores de uma área num *despejo*, entendido como categoria política. Da mesma forma, nesse processo tenso, configurava-se a categoria *posseiro*, que, embora já existente no corpo legal brasileiro, ganhava, nesse contexto, uma conotação política. Em contraposição a ela, os que se diziam proprietários passaram a ser considerados *grileiros*, ou seja, sem direito legal à terra de que haviam se apropriado, muitas vezes, de forma fraudulenta. Ao longo do texto, Grynszpan explora como a afirmação dessas categorias estava relacionada a um trabalho das lideranças e mediadores, muitas delas vinculadas ao Partido Comunista, na busca de construir uma representação legítima e uma determinada forma de percepção dos conflitos. Mostra ainda como os posseiros, organizados em associações, passaram, em algumas situações, a fazer ocupações que atraíam lavradores de diversas partes do

[2] Tendo em vista que o volume II do tomo *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da História*, organizado por Márcia Motta e Paulo Zarth, da presente coleção contém um artigo que trata das Ligas Camponesas, optamos por não incluir neste tomo um artigo a respeito. No entanto, convidamos o leitor tanto a se apropriar dele como da já importante literatura a esse respeito. Ver, entre outros, Andrade (1964; 1986); Aued (1986); Azevedo (1982); Bastos (1984); Camargo (1973), Furtado (1964).

estado, inclusive de áreas urbanas, possibilitando a espacialização da luta pela terra. Esse processo também estimulou os debates que contribuíram para a reforma agrária como pauta política das organizações camponesas.

Na seqüência, o texto de Paulo Cunha apresenta as lutas de Trombas e Formoso, em Goiás, que, como no caso anterior, estavam intimamente relacionadas à intensificação da grilagem de terras na região. Trombas e Formoso, assim como a Baixada Fluminense e Porecatu, no Paraná, foram resistências camponesas expressivas da história das ações do PCB no campo. No artigo em pauta, privilegiando o olhar para a dimensão organizativa, o autor chama a atenção para a importância da inspiração buscada pelos comunistas na Revolução Chinesa e dá especial ênfase à ação dos dirigentes na definição dos caminhos seguidos e à sua importância no processo de visibilização da luta, permitindo que ela ultrapassasse sua dimensão local. Analisa ainda as ações dos comunistas em apoio aos posseiros, a partir dos limites e possibilidades, proximidades e distanciamentos da compreensão e das relações políticas entre o PCB e os camponeses. Enfatizando uma leitura que privilegia a localização das lutas de Trombas e Formoso no interior da conjuntura política nacional e mundial, Cunha destaca os seus momentos mais significativos, de modo a fornecer elementos para a compreensão das complexas articulações que as marcaram e as tornaram uma referência histórica da formação do campesinato brasileiro enquanto sujeito político e para os movimentos camponeses que se formaram no processo de resistência no final da ditadura e na redemocratização do país.

O terceiro artigo da coletânea, de autoria de Córdula Eckert, apresenta a formação dos primeiros acampamentos de sem-terra no Rio Grande do Sul, ainda no início dos anos 60, e a constituição do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master). Ao longo do texto, aponta a grande quantidade de acampamentos formados no estado, o público que os alimentava e as estratégias adotadas (algumas delas mais tarde retomadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), surgido na mesma região, quase vinte anos depois. Entre as estratégias, destacam-se os acampamentos nas estradas próximas às áreas pretendidas, de forma a evitar que a ação pudesse ser caracterizada como invasão de propriedade. Os demandantes de terra buscavam, assim, criar condições para dificultar a repressão policial. O artigo oferece também indicações das relações que se estabeleceram entre o nascente movimento e o PCB, bem como a ação da Igreja Católica, que passou a impulsionar outras formas de organização dos agricultores, que se contrapusessem às organizações de sem-terra. Como parte desse cenário, são discutidas as reações que o Master provocou por parte dos proprietários, organizados por meio da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul). Finalmente, são apresentadas as relações com os poderes públicos, em especial com o governo estadual, nas gestões de Leonel Brizola e Ildo Meneghetti, detalhando os apoios e também a violência que

se abateu sobre os trabalhadores ainda antes do golpe militar. A análise das lutas camponesas se desdobra, por outro viés analítico, na contribuição de Osvaldo Heller da Silva sobre o Paraná. O autor inicia seu artigo com o conflito de Porecatu, uma luta de posseiros contra a expropriação, e, na seqüência, enfoca a organização dos trabalhadores no norte paranaense, centrando sua abordagem num componente muitas vezes esquecido nas análises da constituição das organizações voltadas à representação política de segmentos subalternos: o papel dos militantes originários do próprio grupo. Ao longo do texto, abarcando dois períodos distintos (antes e após o golpe militar), reflete sobre a tensão existente entre devoção e interesse, modéstia e ambição, para tentar explicar a complexidade envolvida na análise do papel dos dirigentes. Para tanto, considera não só a ação dos comunistas como também dos quadros da Igreja Católica na formação dos sindicatos e nos desdobramentos do sindicalismo pós-golpe militar, e destaca os mecanismos sutis por meio dos quais alguém se torna porta-voz de um grupo, dando especial ênfase à importância do capital político acumulado nesse processo e aos dilemas que ele impõe à representação política. O artigo também aborda as possibilidades de relações de dependência e clientelismo no interior dos movimentos sociais.

Alguns dos autores que contribuem para este volume dedicaram-se a analisar, com especial cuidado, as tensões que se constituiriam nas relações entre entidades de representação patronais e de trabalhadores, como é o caso do artigo de Guttemberg Guerra Diniz; ou ainda as marcas que uma cultura pontuada pela hierarquia e pelo favor deixam nas organizações de camponesas, como abordado por Clifford Andrew Welch.

Guttemberg Guerra Diniz traça um panorama das organizações no campo, no Pará dos anos 50 ao final da década de 1980, enfatizando, em dois momentos (antes e durante a ditadura militar), o processo de disputa entre as organizações porta-vozes dos trabalhadores e as entidades ligadas aos proprietários de terra pela representação política, em especial visando ao acesso a créditos oficiais. Nesse movimento analítico, joga luzes sobre segmentos pouco estudados – os pequenos e médios proprietários – que também passaram a ser objeto da concorrência política. Para atraí-los, o setor patronal procurou caracterizar suas organizações próprias de representação como de *produtores*, o que lhes dava um caráter mais abrangente e colocava a disputa em novos parâmetros. O artifício de mudança de denominação significou também uma disputa territorial, visando a consolidar a base política da federação patronal, que reúne predominantemente os produtores capitalistas. Todavia, também promoveu a polarização, o que deu destaque para o importante papel do campesinato e de suas formas próprias de organização.

Clifford Welch recupera, de modo peculiar, uma parte pouco conhecida da história da questão agrária do Pontal do Paranapanema, discutindo ações dos sem-terra e utilizando o termo *com-terra* para se referir aos grandes

proprietários e grileiros do Pontal. É interessante ressaltar que esse termo contrasta com a expressão *com-terra*, freqüentemente utilizada por órgãos estatais para se referir à população assentada em projetos de assentamentos rurais. Revisitando a idéia de "homem cordial" de Sérgio Buarque de Hollanda, polemiza em torno dessa construção de brasilidade, para entender o que permanece e o que muda na relação dos sem-terra e os grandes proprietários rurais. Segundo ele, a noção de "cordialidade" mascara as condições de dominação e violência que perpassam o mundo rural. A partir de um histórico dos conflitos na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, conclui que mesmo os integrantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ao mesmo tempo em que desafiam os poderes estabelecidos, conservam elementos da cultura patriarcal, na qual a cordialidade tem seu papel. Por isso, para o autor, só é possível entender os conflitos do meio rural brasileiro e, especialmente, o comportamento de seus líderes, se os pesquisadores tiverem presente que a ligação dos sem-terra com a formação social tradicional que lhes deu origem não desapareceu completamente.

No geral, a literatura sobre os conflitos sociais no Brasil tem enfatizado a importância do golpe militar de 1964 como divisor de águas na compreensão das lutas no campo: as lideranças foram perseguidas, muitas delas assassinadas, outras se tornaram clandestinas e exiladas em seu próprio meio. Outras ainda conseguiram exílio no exterior. Muitas das organizações sindicais emergentes, bem como as Ligas Camponesas, foram desestruturadas, e as entidades que davam apoio às lutas, como o Partido Comunista e a Ação Popular, foram desbaratadas e suas lideranças perseguidas ou assassinadas. No entanto, é um erro acreditar que esse processo repressivo eliminou os conflitos ou que a memória deles desapareceu para os que vivenciaram as lutas. Esse tema é cuidadosamente tratado por Moacir Palmeira, que chama a atenção para um viés metodológico recorrente nos estudos sobre conflitos sociais, quando se voltam para os momentos mais espetaculares das lutas e excluem experiências menos visíveis, mas nem por isso menos importantes. Partindo de um vasto material de pesquisa sobre a Zona da Mata pernambucana, o autor mostra como o período pós-golpe foi marcado por estratégias patronais de expulsão de moradores e foreiros, de forma a evitar que eles, com base na legislação trabalhista aprovada em 1963 (o Estatuto do Trabalhador Rural), "criassem" direitos e fizessem jus a indenizações. Palmeira analisa as novas formas de resistência que então surgiram na região, caracterizadas pelo enfrentamento cotidiano no interior de engenhos e usinas, tendo por base a legislação existente. Para tanto, foi central o apoio dos sindicatos, que, pela sua história anterior, faziam parte do universo de referência dos trabalhadores. Foram essas organizações que, num contexto de relativa desmobilização e repressão, passaram a tornar a lei um instrumento de luta e a acionar coletivamente os patrões na Justiça.

Os quatro artigos seguintes enfatizam diferentes formas de resistência, que passaram a ocorrer sob as novas condições criadas pelo golpe militar para a transformação do campo: maciços investimentos em modernização; estímulos creditícios, fiscais e de infraestrutura, em especial a construção de estradas ligando locais antes isolados, para que empresas se voltassem para novas regiões, em especial a amazônica; ou ainda construção de grandes barragens tendo em vista produção de energia. São sucessivamente abordados conflitos no Acre, Mato Grosso, Pará e sul do país, diretamente relacionados a esses processos.

Elder Andrade de Paula e Silvio Simione, em artigo sobre as lutas dos seringueiros do Acre ao longo da expansão e do refluxo das empresas seringalistas, abordam a importância da resistência cotidiana e o peso que nela adquire a noção de direito à terra. Na mesma linha de artigos anteriores, também no Acre, o papel dos sindicatos, criados na região somente nos anos 70, por ação direta da Contag, foi fundamental para o apoio à luta dos seringueiros, à medida que produziu a negação de uma relação jurídica (o arrendamento) e afirmou outra, enquadrando os extratores de borracha como posseiros e, assim, apresentando-os como legítimos portadores do direito à terra. É nesse contexto que surgiram, já em meados da década de 1970, novos experimentos de mobilização coletiva, os empates, cujo objetivo era impedir o desmatamento de áreas para implantar pecuária bovina. Essas ações de resistência, como os autores demonstram, estão nas raízes de várias inovações: das formas de organização, com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros em meados dos anos 80; da apropriação da terra, com a criação das reservas extrativistas; e das demandas em torno da manutenção da floresta, que acabam por se articular com as bandeiras preservacionistas e ganhar repercussão internacional.

O artigo seguinte, de autoria de Neide Esterci, analisa os efeitos da chegada de uma grande empresa em Santa Teresinha, Mato Grosso, e a resistência dos posseiros e seus aliados, em particular a Igreja Católica, num momento em que, sob influência da Teologia da Libertação, se davam os primeiro passos para a constituição da CPT. Apelando, na defesa da terra onde viviam, simultaneamente para as leis e para os costumes, contra os novos interesses que aportavam na região, os camponeses buscavam garantir seu território. Nele, várias formas de uso e domínio particulares se acomodavam a partir de critérios de pertinência e de direitos constituídos em razão do trabalho investido, das relações sociais e lugares construídos, dos afetos e das memórias. Nesse processo, a ação de agentes da Igreja Católica foi fundamental para o fortalecimento da resistência dos posseiros, o que, por sua vez, alimentava o trabalho pastoral no enfrentamento à expansão das empresas capitalistas na região.

A resistência aos efeitos dos novos processos que se desencadearam a partir dos anos 70 também é discutida por Jean Pierre Leroy, que analisa

as lutas dos camponeses de Santarém, no Pará, e a criatividade nelas contida. Os personagens centrais foram os colonos do Sul, que chegaram à Transamazônica em meados da década de 1970, e os trabalhadores que vinham do Nordeste, em especial do Maranhão, em busca de terras livres para produzir. Atrás de alternativas de sobrevivência, uns e outros construíram uma sólida rede organizativa local, com apoio da Igreja Católica, em torno dos grupos de revenda, e estabeleceram as bases para enfrentar a política de compra de arroz, considerada espoliativa, feita pela Companhia Brasileira de Alimentos. Esse processo culminou num enfrentamento com a direção do Sindicato de Trabalhadores Rurais local e com a formação de uma oposição sindical que, mesmo derrotada nas eleições, tinha um enorme poder de mobilização, por meio de um movimento que se celebrizou como "Corrente Sindical Lavradores Unidos". Esse movimento participava ativamente das ações e lutas locais (resistências a expulsões da terra, formação de grupos de revenda, reivindicações de atendimento médico, de postos de saúde, de transporte coletivo) e marcava presença ativa na direção de delegacias sindicais e nas assembléias. O autor mostra, assim, outra faceta das lutas camponesas: a da disputa pelo controle das organizações que buscam falar em seu nome. Também chama a atenção para o fato de que havia uma sólida articulação entre a "Corrente Sindical" e o movimento sindical em escala nacional, participando de reuniões na luta pela autonomia das organizações dos trabalhadores e gerando lideranças que, ao longo dos anos 80, se destacariam na organização do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT.

O artigo seguinte, de autoria de Maria José Reis, trata do processo pelo qual os agricultores da região conhecida como Alto Uruguai (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), selecionada para ser local de construção de uma usina hidrelétrica, passaram da situação de vítimas desinformadas e passivas a interlocutores combativos. Ao longo de seu texto, a autora procura mostrar o descaso do Estado em fornecer informações aos que seriam atingidos pelas águas do lago a ser formado, em discutir as formas de indenização, dialogar com não proprietários e buscar negociações coletivas e não individuais. Voltado mais para questões técnico-econômicas, o Estado pouco cuidou dos problemas suscitados pela necessidade de reordenação territorial, migração compulsória, rompimento de laços comunitários e risco de empobrecimento das populações que viviam na região. Com isso, desencadeou-se um processo de organização que culminou na criação, em 1985, do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), que envolveu também outros grupos que vivenciavam situações semelhantes. Mais uma vez, mostrou-se vital nesse processo o apoio das Igrejas (no caso, Católica e Luterana), bem como dos Sindicados de Trabalhadores Rurais da região, ligados ao chamado "sindicalismo combativo", originário das oposições sindicais que ali se constituíram no final dos anos 70 e início dos anos 80.

Os conflitos no campo nas décadas de 1970 e 1980 não se limitaram às lutas de resistência na terra. Elas também ocorreram nas áreas onde predominavam as relações assalariadas, como é o caso da Zona da Mata nordestina, cujos conflitos são abordados no presente volume por Moacir Palmeira, referindo-se aos anos 70. Para tratar das lutas desses segmentos nos anos 80, no artigo de Lygia Sigaud são analisados dois momentos, com dinâmicas próprias, mas profundamente articulados entre si, de forma que um não se explica sem o outro: o momento das greves, marcado por expressivas mobilizações, e aquele das lutas menos visíveis e espetaculares pelo cumprimento dos acordos conseguidos. Seguindo um fio de argumentação próximo ao apresentado por Palmeira, e dando continuidade a ele à medida que ressalta a importância das lutas cotidianas, a autora alerta para o fato de que elas contribuíram decisivamente para que as antigas obrigações relacionadas à tradição dos engenhos fossem transmutadas em obrigações garantidas juridicamente. Entre elas a casa para morar, a terra para plantar, o auxílio na doença, a garantia de trabalho para os filhos etc. Esses aspectos levaram Sigaud a relativizar as distinções absolutas entre "luta pela terra" e "luta pelos direitos", uma vez que a dinâmica do mundo social as superpõe. Como a autora assinala para reforçar seu argumento, da mesma forma como o acesso à terra e à moradia fazia parte dos acordos das greves, foram esses mesmos os personagens que conduziram as ocupações de terra na década de 1990.

Fechando o volume, o artigo de John Comerford, com base em uma pesquisa na Zona da Mata mineira, introduz uma abordagem dos sindicatos que valoriza a importância de uma análise do plano das redes de relações localmente constituídas. Ao longo do texto, o autor aponta a forte relação entre o sindicalismo e as comunidades eclesiais de base, bem como o papel do sindicato nos realinhamentos e nas disputas entre facções políticas dos municípios estudados. Sua análise se volta para os rearranjos das tramas de relações entre famílias e vizinhos, bem como no interior das famílias, a partir da atuação dos sindicatos, mostrando como a política também perpassa e é perpassada pelo cotidiano das relações sociais.

Longe de esgotar a riqueza de situações do período que recobrem, os artigos apresentados neste volume, bastante representativos para a compreensão da dimensão política da história social do campesinato, são apenas uma amostra da complexidade e variedade de questões a serem abordadas quando nos voltamos ao estudo das mobilizações no campo. Com ele, acreditamos poder contribuir para trazer à luz uma parcela ainda pouco conhecida dessa história.

Numa análise de conjunto, os leitores verificarão que os textos fornecem um rico panorama das lutas no campo e suas nuances, fazendo desfilar um conjunto heterogêneo de personagens, que mostram quão diverso é o leque de configurações, variáveis no tempo e no espaço, que a categoria

campesinato abrange. Da sua leitura, emerge também uma variedade de formas organizativas (associações, sindicatos, confederações sindicais, ligas, grupos que se organizam para vender a produção, conselhos etc.) que, antes de mais nada, indicam a diversidade de experimentos sociais que precisam ser mais conhecidos. Lutando contra grileiros, contra empresas agropecuárias, fazendeiros e senhores de engenho; contra as políticas públicas que os expropriam, quer das suas terras, quer do produto de seu trabalho, vai se delineando um campesinato ativo, rebelde, capaz de se organizar e de expressar suas demandas, ora se apoiando na legislação, ora afirmando o direito costumeiro contra ela; constituindo organizações próprias, lutando por recuperá-las, quando apropriadas por interesses distintos do seu; sendo reprimido, mas renascendo de suas heranças enraizadas. Articulados com a Igreja, com organizações partidárias, com políticos, os camponeses se relacionam com uma infinidade de mediações, num jogo tenso, mas fundamental para a estruturação e consolidação de suas organizações e lutas.

Bernardo Mançano Fernandes
Leonilde Servolo de Medeiros
Maria Ignez Paulilo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

_______. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

AUED, B. W. *A vitória dos vencidos; Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas 1955-64.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.

AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAMARGO, A A. *Brésil, Nordest: mouvements paysans et crise politique.* École Pratique des Hautes Études, Paris. Thèse de 3ème cycle, 1973.

FURTADO, C. *A dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

JULIÃO, F. *Que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Col. Cadernos do Povo Brasileiro, 1962.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. In: *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, L. S. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. Os camponeses e a formação de classes no campo*. Campinas, 1995. Tese (Doutorado em)

NOVAES, R. R. *De corpo e alma. catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PALMEIRA, M. *Latifundium et capitalisme au Brésil. Lécture critique d'um débat*. Paris: Université de Paris V (Rene Descartes). Thèse de 3ème cycle, 1971.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.

_______. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

1
Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense[*]

Mario Grynszpan

A ação política do campesinato, bem como sua participação em grandes processos de transformação social, tem sido tema de diversos estudos. Autores como Barrington Moore Jr. (1975), Theda Skocpol (1979), Eric Wolf (1973 e 1979), Hamza Alavi (1969), Eric Hobsbawm (1978) e Teodor Shanin (1979), apenas para citar algumas das contribuições mais significativas, debruçaram-se de forma sistemática sobre a questão. Em que pesem suas diferentes abordagens e ênfases distintas, uma preocupação central permeia todos os trabalhos, qual seja, a de detectar os fatores que levam à mobilização dos camponeses ou a permitem.

A forma como a questão é colocada indica que, via de regra, o ponto de partida das análises é o campesinato já constituído enquanto grupo, previamente à ação política. Essa ação marcaria, portanto, a sua emergência, sua chegada ao proscênio saindo das sombras em que se encontrava. Mesmo quando existe uma preocupação com o processo de formação do grupo em si, o que se observa é que a reflexão é conduzida de modo tal como se ele já existisse em latência, objetivando-se com a agregação de indivíduos para a realização de seus interesses.

Ao tomar os grupos sociais como dados, as análises, em geral, perdem a perspectiva de que eles podem ser formados *na* e *para a* ação política, ou ainda de que essa ação pode conferir novos contornos a grupos preexistentes. Deixam, assim, de atentar para o fato de que a forma objetivada como os grupos se apresentam, com nomes próprios, organizações, porta-vozes

* Este artigo foi publicado, pela primeira vez, na revista *Dados,* v.33, n.2, de 1990. Agradeço ao editor de *Dados*, Charles Pessanha, pela autorização para a reprodução do texto neste livro.

e reivindicações, é fruto de um conjunto de ações e de lutas, de todo um trabalho de definição, de agrupamento, de representação e de mobilização.[1]

Tais questões constituirão o fio condutor deste artigo. Nele, procurarei mostrar como a ação política pode ser, ela mesma, conformadora de grupos e atores sociais. Buscarei, porém, analisar o processo não como fruto da ação isolada de um único agente, mas, sim, como resultante da inter-relação e da concorrência entre diversos agentes pelo controle e pela representação do novo ator.

O estudo estará centrado no caso das lutas pela terra no estado do Rio de Janeiro, no período que vai de 1950 a 1964. Particularmente rico e revelador para as questões que serão enfocadas, o estado do Rio não tem sido, até aqui, objeto de forte atenção por parte dos cientistas sociais estudiosos da mobilização camponesa que marcou o Brasil nos anos anteriores ao golpe de 1964. Os trabalhos existentes têm se voltado, em particular, para a região Nordeste, principalmente o estado de Pernambuco, e para a atuação das Ligas Camponesas.

Abrindo espaço na imprensa, as ações do campesinato fluminense assumiram uma feição radical incluindo, não raro, choques armados com a polícia. Elas eram, comumente, caracterizadas pelos grandes periódicos como rebeliões, levantes e guerrilhas rurais.[2] Jornais como *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, tecendo analogias com a recém-ocorrida Revolução Cubana, denunciavam que estaria em curso, no estado do Rio, um plano de "agitação" do meio rural.[3]

Os principais contendores nesses conflitos, tal como se pode observar no noticiário, eram, de um lado, lavradores estabelecidos na terra havia alguns anos, referidos, em geral, como posseiros, e de outro, grileiros, falsos proprietários interessados em despejá-los. Era, assim, em particular contra os despejos que se dava a mobilização dos lavradores fluminenses.

Os despejos parecem ter se constituído, então, num dos mais sérios problemas sociais existentes na área rural do estado. Eles ocorreram numa extensa região, abrangendo desde municípios localizados mais ao norte, como São João da Barra, Miracema e Macaé, até outros como Vassouras, Paracambi e Barra Mansa, passando por Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Trajano de Moraes. Atingindo um grande número de lavradores, eles assumiram um caráter dramático e violento, com tiros, queima de casas e destruição de plantações.

---

[1] Valho-me aqui, em larga medida, da reflexão de Luc Boltansky (1982) sobre a formação dos executivos, na França, enquanto grupo social.

[2] Ver, por exemplo, os jornais *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 8 e 9/10/1961, p.1 e 3; *Última Hora*, edição do estado do Rio de Janeiro, Niterói, 9/5/1963, p.2; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30/6/1963, 1º caderno, p.25.

[3] Ver *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28/9/1962, 1º caderno, p.3, e 6/4/1963, 1º caderno, p.6. Ver também *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17/12/1963, p.13, e 14/1/1964, p.5.

Ainda que disseminados por boa parte do estado, os despejos, de acordo com os jornais e com os depoimentos de pessoas que os vivenciaram, foram mais recorrentes, mais intensos, na região a que se referem como *Baixada*.[4] A região chegou mesmo a ser comparada pelo jornalista Maurício Hill, do diário *Última Hora*, ao Nordeste brasileiro que, assolado pela seca, se caracterizava por uma gritante situação de miséria e pelo êxodo periódico de camponeses que abandonavam as terras. Para Hill, os despejos faziam da *Baixada* um "Nordeste sem seca".[5]

Esse quadro, contudo, não parece ser corroborado pelos dados estatísticos referentes à área rural da *Baixada*. Pelo contrário, eles indicam que a situação, no que diz respeito à saída de lavradores das terras, não era mais crítica na região do que no restante do estado. É certo que ocorreu ali, entre 1950 e 1960, uma queda de 19,4% e de 37% no número de trabalhadores temporários e no de parceiros nos estabelecimentos rurais, respectivamente. Entretanto, para o Rio de Janeiro como um todo, o decréscimo foi mais acentuado, tendo alcançado 20,8% no caso dos trabalhadores temporários e 56,1% no dos parceiros. Já o número de trabalhadores permanentes que, no estado, no mesmo período, sofreu uma redução de 21,4%, aumentou em 9,4% no conjunto da *Baixada* (Grynszpan, 1987, p.61-2). Ao lado disso, o número de estabelecimentos rurais controlados por arrendatários na região, que em 1950 somava 522, subiu para 1.554 em 1960. Tal aumento se deu, particularmente, entre pequenos e médios arrendatários (Grynszpan, 1987, p.37).

É, no entanto, no caso dos posseiros, que a defasagem entre a *Baixada* dos jornais e da memória dos atores, por um lado, e a dos censos, por outro, se mostra de maneira mais evidente. Os dados estatísticos não nos indicam que eles tivessem sido, de fato, a categoria de lavradores mais atingida

[4] A expressão *Baixada* era bastante utilizada pelos jornais, nos anos 50 e 60, para designar um conjunto de municípios fluminenses localizados nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro e que foi palco não apenas de despejos, mas também de reações por parte dos lavradores. Ela abarcava áreas como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí, Itaboraí e Cachoeiras de Macacu, diferindo, portanto, do termo Baixada Fluminense, tanto em sua acepção usual quanto naquela dos geógrafos de então. Tal como usualmente empregado, Baixada Fluminense tem um referencial eminentemente urbano e, por isso mesmo, reúne municípios como São João do Meriti e Nilópolis, que, já naquele momento, não tinham maior importância agrícola. Quanto aos geógrafos, que até aquele período desenvolveram intensas pesquisas nas áreas rurais do estado, o seu critério definidor de Baixada Fluminense era o fisiográfico. Dessa maneira, a região abrangia toda a extensa faixa de terras localizada entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, vindo desde o município de Campos até o de Itaguaí. Bastante ampla, essa concepção inclui áreas por demais diversas e que não têm significação para os processos que estou analisando. Assim, trabalharei, simplesmente, com a categoria *Baixada*, mantendo o sentido em que era empregada, tanto por jornais quanto por atores de época, quando se referiam à mobilização camponesa no Rio de Janeiro. Eventualmente, sempre que necessário reportar-me à Baixada Fluminense, fá-lo-ei no sentido fisiográfico.

[5] Maurício Hill, "Baixada, Nordeste sem seca", *Última Hora*, edição do estado do Rio de Janeiro, Niterói, 30/8/1962, p.5.

pelos despejos. Pelo contrário, sua presença aumentou de forma bastante acentuada no momento mesmo em que os despejos se intensificaram, isto é, na década de 1950.

Praticamente não figurando nos quadros do censo relativos aos municípios da *Baixada* em 1940, já em 1950 os posseiros passam a controlar 253 estabelecimentos rurais, saltando, em 1960, para 1.596. De 0,03% do total de estabelecimentos recenseados na região em 1940, eles passam, em 1960, a ocupar 24,2% (Grynszpan, 1987, p.37).

Na verdade, essa defasagem é apenas aparente. Os despejos tiveram sua maior concentração na *Baixada* não porque ali os deslocamentos de lavradores das terras tivessem sido mais intensos, mas, sim, porque foi a partir daquela região, justamente, que eles começaram a se organizar, resistindo contra as expulsões. As denúncias de ameaças de despejo nos jornais eram um dos meios utilizados pelas lideranças camponesas na luta pela permanência na terra. Era a própria luta, a resistência, a denúncia, que transformava uma tentativa de retirar um grupo de lavradores de uma área num despejo. Através da luta, portanto, conformava-se o despejo como categoria política.

É somente a partir da ligação entre luta e despejo que o aumento concomitante das tentativas de expulsão e da presença dos lavradores na *Baixada*, principalmente como posseiros, pode ganhar sentido. No processo de luta contra os despejos, lavradores estabelecidos como parceiros, moradores ou arrendatários, além dos próprios ocupantes de áreas aparentemente abandonadas, mas que passaram, posteriormente, a ser reivindicadas, começaram a reconhecer-se como posseiros, negando a autoridade daquele que se dizia proprietário e que, por seu turno, passou a ser alcunhado de grileiro. Além disso, as áreas onde as resistências contra os despejos foram bem-sucedidas, ainda que temporariamente, acabaram por se transformar em pólos de atração para outros lavradores que para lá rumaram em busca de terras. E mais, novas áreas passaram a ser ocupadas por posseiros, num movimento organizado, em larga medida, por entidades camponesas.

Já no início dos anos 60, as ocupações de terras na *Baixada* se intensificaram bastante e, com elas, também a presença de posseiros. Os jornais noticiavam que numerosas famílias de lavradores movimentavam-se pela região à procura de fazendas onde pudessem se estabelecer. Firmava-se, portanto, uma imagem da *Baixada* como área de terras disponíveis para ocupação, atraindo posseiros de outras regiões do estado e mesmo de fora dele.[6]

As dimensões e as características desse processo, como mostrarei ao longo do presente artigo, estão diretamente associadas à ação política que, na *Baixada*, não apenas as lideranças camponesas mas também outros

[6] Ver, por exemplo, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28/6/1962, 1º caderno, p.5, e 30/6/1963, 1º caderno, p.25; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28/6/1962, 1º caderno, p.3; *Última Hora*, edição do estado do Rio de Janeiro, Niterói, 13/5/1963, p.3, e 15/5/1963, p.2.

agentes que com elas competiam, e mesmo o Estado, exerceram sobre os lavradores. Foi através da ação e da disputa políticas que se conformaram e que foram nomeados, os grupos que se mobilizaram na região, assim como também os próprios inimigos contra os quais se mobilizaram.

Essa ação, entretanto, como buscarei ressaltar, fez mais do que atribuir novos contornos e identidade aos grupos existentes. Através de um intenso trabalho de arregimentação, de agrupamento e de mobilização de lavradores para a ocupação de terras, constituíram-se grupos de posseiros, o que terminou, igualmente, por imprimir a uma região antiga como a *Baixada* características de área de fronteira. Tal fato, sem dúvida, confere especificidade e relevância ao caso fluminense, diferindo-o do pernambucano no qual a ação das Ligas Camponesas incidiu sobre foreiros já localizados nos engenhos, e no qual as invasões de terras foram bastante reduzidas.[7]

Se a intervenção política foi fundamental para a definição dos atores e do espaço privilegiado das lutas pela terra no estado do Rio, cabe antes perquirir, contudo, as condições que, na *Baixada*, tornaram os lavradores propensos à ação.

DECADÊNCIA, OCUPAÇÃO E EXPULSÃO

A *Baixada* é uma área cuja ocupação, bastante antiga, data ainda do século XVI. Dedicando-se, a princípio, ao cultivo da cana e à produção de açúcar, ela foi, aos poucos, perdendo terreno para a região de Campos, ao norte do estado. Igualmente o café teve por ali uma passagem, ainda que reduzida e localizada, antes de se fixar no vale do Paraíba. Observava-se, assim, um gradativo desinteresse e um abandono daquelas terras pelos grandes proprietários (Santos, 1984, p.24).

A situação da *Baixada*, já no final do século XIX, era de decadência, ruína e abandono. Seus rios e canais de drenagem deixaram de ser limpos e desobstruídos, o que levou ao alagamento de grandes trechos de terrenos e favoreceu a disseminação de doenças (Mendes, 1950, p.75-8).

Foi na década de 1930 que o Governo Federal iniciou a implementação de medidas sistemáticas de recuperação, não apenas da *Baixada*, apesar de ter sido ela o alvo das maiores atenções e investimentos, mas da Baixada Fluminense de maneira geral.[8] Criou-se para tanto, em 1933, uma Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Essa comissão elaborou um plano geral coordenado para a região, abrangendo desde a realização de obras hi-

[7] Entre os estudos sobre as Ligas Camponesas e a mobilização do campesinato nordestino ver, particularmente, Camargo (1973).

[8] Das obras realizadas, até o ano de 1944, em toda a extensão da Baixada Fluminense, a metade, aproximadamente, incidiu sobre as áreas mais próximas à cidade do Rio de Janeiro. Cf.: Mendes (1950, p.113) e Lamego (1964, p.297).

dráulicas, que visavam a melhorar a salubridade e recuperar as áreas férteis, até o fomento da colonização das terras públicas e do desenvolvimento de culturas intensivas, passando pelo estabelecimento de uma rede viária e de transportes para o escoamento da produção (Góes, 1939, p.19-20). Tratava-se de reforçar o que se dizia ser a vocação agrícola da região, tornando-a um celeiro do Distrito Federal e do estado como um todo.

Embutida no plano estava já uma representação da *Baixada* como região de fronteira. É como se ela tivesse retornado, com o abandono e o alagamento, a um estado anterior à chegada do colonizador. Sua recuperação, assim, assumia o caráter de desbravamento. Com a recuperação, as terras poderiam receber pequenos lavradores, colonos, que, instalados em núcleos por um projeto dirigido e controlado pelo Estado, as tornariam produtivas.

Deve-se ressaltar, contudo, que a política de criação de núcleos coloniais bem como a idéia de formação de um cinturão verde ao redor do Rio de Janeiro não ficaram restritas aos anos 30. A partir da década de 1940, elas foram incentivadas, também, por crises de abastecimento vividas durante, e logo após, a Segunda Guerra Mundial (Arezzo, 1984, p.1).

Foram sete os núcleos coloniais criados no estado do Rio até o ano de 1955. Todos eles se localizavam na Baixada Fluminense e é interessante observar que apenas um, o de Macaé, estava fora da *Baixada*. Os outros eram os de Santa Cruz, situado parte no antigo Distrito Federal e parte no município de Itaguaí; o de São Bento, em Duque de Caxias; o de Tinguá, em Nova Iguaçu; o de Duque de Caxias, em Duque de Caxias e Magé; o de Papucaia, em Cachoeiras de Macacu; e o de Santa Alice, em Itaguaí (Arezzo, Barros, 1984, p.19-22).

Na verdade, a criação de núcleos e as grandes obras públicas realizadas na *Baixada* não parecem ter estimulado a produção agrícola na região. No início dos anos 50, grandes extensões de terra permaneciam incultas e o quadro de abandono persistia ali (Geiger, Mesquita, 1956, p.1).

É preciso ver, no entanto, que a recorrente caracterização da *Baixada* enquanto área abandonada e decadente representa apenas uma das faces da moeda. Ela se refere ao desinteresse dos grandes proprietários e à inexistência, na região, de uma intensa atividade agrícola, com alta produtividade e baseada em métodos modernos. Com efeito, suas terras, além de nunca se terem tornado totalmente despovoadas, passaram a receber, já a partir das primeiras décadas do nosso século, um número crescente de lavradores que, em condições diversas, ali passaram a produzir juntamente com suas famílias.

A ação do Estado no sentido de recuperar a *Baixada*, associada à proposta de promover a sua colonização, ao reforçar a idéia de que a região dispunha de terras disponíveis para serem trabalhadas, parece ter funcionado como fator de atração de lavradores. Não são poucas, dessa forma, as indicações de famílias que se fixaram na área no momento em que se processava o seu saneamento. Algumas delas teriam, inclusive, chegado a trabalhar nas obras antes de ali se estabelecerem como lavradores.

Anteriormente mesmo a isso, porém, já era possível perceber um aumento no fluxo de lavradores e uma divisão de grandes propriedades da região. Relacionavam-se ambos os processos, em larga medida, à expansão da citricultura ali observada a partir do ano de 1910. Um grande número de pessoas para lá se dirigiu em busca de terras e trabalho, incentivadas, também, por um esquema publicitário que propalava as possibilidades de rápido enriquecimento proporcionadas por aquele cultivo. Dessa forma, municípios da região, como foi o caso de Nova Iguaçu, experimentaram, no período, taxas de crescimento demográfico que eram das maiores do país (Mendes, 1950, p.100-2).

O impulso da citricultura se manteve forte até o início da década de 1940, quando dificuldades de exportação geradas pela Segunda Guerra Mundial fizeram-no declinar. Entretanto, outro fator que contribuiu para esse declínio foi a própria intensificação do mercado de terras na *Baixada*, impulsionado pelo aumento da demanda. A grande valorização dos terrenos fez com que sua utilização para fins especulativos se tornasse mais interessante do que a produção. Assim, os pomares começaram a ser desativados em vastas áreas de municípios como Itaguaí, Nova Iguaçu, Magé e Itaboraí (Geiger, Mesquita, 1956, p.36). Um dos desdobramentos desse processo foi, justamente, a liberação de lavradores envolvidos de formas diversas na produção.

A especulação, da mesma forma que o fluxo de lavradores para a *Baixada*, foi alimentada, ainda que de maneira indireta, pela ação do Estado, que, através das obras e investimentos, provocou a valorização das terras. Tal possibilidade já era, aliás, prevista pelos idealizadores do plano coordenado de recuperação da região elaborado na década de 1930. Pensava-se, então, na criação de uma taxa de saneamento para as áreas particulares. Incidindo sobre a valorização dos terrenos, essa taxa seria inversamente proporcional à extensão cultivada, o que, supunha-se, obrigaria ao aproveitamento (Góes, 1939, p.61).

Em 1939, o engenheiro Hildebrando Araújo de Góes, que esteve à frente do plano de recuperação da *Baixada*, chamava a atenção para o fato de que várias companhias vinham sendo criadas com o objetivo de promover a colonização particular na região. Elas adquiriam grandes propriedades abandonadas, retalhavam-nas e vendiam os lotes a prazo (Góes, 1939, p.58).

De fato, o loteamento foi uma das atividades que, a partir de então, mais se expandiram na *Baixada*.[9] Todavia, se, a princípio, ele contribuiu

[9] Geiger, Mesquita (1956, p.179) caracterizam a atividade loteadora, no início da década de 1950, como uma "verdadeira febre" existente na *Baixada*. Mais da metade dos loteamentos existentes em Duque de Caxias, por exemplo, segundo Beloch (1986, p.206), foi aprovada até o ano de 1960. Desse total, 41,6% haviam sido aprovados entre 1950 e 1960. Em termos de área loteada, os números são ainda mais expressivos. Do total dessa área, 80% haviam sido aprovados pela prefeitura até 1960. No caso de Nova Iguaçu, dos 1.835 loteamentos aprovados até o ano de 1976, cerca de 64,9%, isto é, 1.191, referem-se ao período 1940-9.

para alimentar a perspectiva de acesso à terra, aliando-se às propostas governamentais de colonização da região, já a partir de meados dos anos 40 se constituiu no principal móvel das tentativas de expulsão de lavradores que ali se estabeleceram.

A *Baixada* experimentou, particularmente no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, um acentuado processo de transformação de seu espaço rural em urbano. Esse processo se deu, de forma mais intensa, em áreas próximas à antiga Capital Federal, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, que passaram a abrigar um grande contingente de trabalhadores urbanos e de antigos camponeses que migravam para as cidades do Sudeste (Araújo, 1982, p.206). Aqui, portanto, os loteamentos passaram a ter características urbanas, não se voltando para a produção agrícola.[10]

Se, de início, esse processo atingia apenas as áreas vizinhas aos centros urbanos, onde novos bairros seriam construídos, no seu desenrolar, ele passaria a invadir, igualmente, os terrenos mais distantes, onde edificações não seriam realizadas de imediato, ou mesmo nunca (Geiger, Mesquita, 1956, p.179). Na verdade, assistia-se na *Baixada*, juntamente com a transformação do espaço rural em urbano, à valorização da terra nua em detrimento da produtiva, à imposição de uma visão da terra enquanto ativo financeiro e não enquanto meio de produção.[11]

Nesse contexto, as expulsões passaram a representar, naquela região, a possibilidade de um corte definitivo com a terra. Incidindo não sobre um ou outro lavrador, mas sobre um grande número e sobre várias fazendas, as expulsões indicavam que aquele que se retirasse de uma área teria dificuldades para ser reabsorvido em outra. Conformava-se, assim, um quadro propício à luta.[12]

NOMINAÇÃO E LEGITIMIDADE

Um elemento importante para entender a eclosão das lutas, na *Baixada*, é o fato de que a subordinação que se impôs aos lavradores ali não se re-

Anteriormente a isso, ou seja, até 1939, apenas dez loteamentos haviam sido aprovados. Cf.: Bernardes (1983, p.46).

[10] O próprio Ministério da Agricultura relatava, no começo da década de 1950, que boa parte das terras próximas aos grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, mantinha-se inculta, visando apenas à especulação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3/5/1952, 1° caderno, p.3.

[11] Ignácio Rangel (1978, p.67-8) observava que, no início dos anos 60, a terra vinha se tornando um ativo de grande procura pelas camadas de mais alta renda, como forma de fazer frente à erosão da moeda.

[12] Como observa Barrington Moore Jr. (1975, p.544-5), novas e súbitas modificações na vida dos camponeses, incidindo ao mesmo tempo sobre um grande número de pessoas, podem representar uma quebra nas regras e costumes aceitos, sendo, portanto, decisivo para levá-los à revolta.

vestiu das mesmas características de outras regiões do estado, como, por exemplo, o norte, onde também ocorreram expulsões, mas onde as lutas foram escassas. No caso da *Baixada*, a entrada de lavradores nas terras era relativamente recente e, de maneira geral, seus proprietários não exerceram com continuidade o papel de organizadores da produção. Os vínculos entre eles e os lavradores não eram, dessa forma, tão consistentes quanto no norte fluminense, zona de propriedade consolidada, onde os donos de terras gozavam de grande poder e prestígio.

A presença de grileiros contribuiu para esgarçar ainda mais os laços de subordinação que prendiam os lavradores na *Baixada*. Isso se deu porque, em larga medida, quem promovia as expulsões, o grileiro, era não aquele que exercia a dominação direta sobre o lavrador, mas, sim, um elemento externo, alguém vindo de fora da área. Assim, quando surgia o grileiro, e muitas vezes eram vários deles reivindicando um mesmo terreno, era para ele, e não para aquele que dominava diretamente, que, a princípio, se dirigia a hostilidade do lavrador. A continuada pressão e as constantes tentativas de expulsão, no entanto, fariam reverter a situação.

A concorrência pela terra, a disputa para se impor como proprietário terminaria por contribuir para a ilegitimação mesmo daquele que, de início, ocupava a posição de proprietário.[13] Em decorrência dela, os lavradores, que não se sentiam donos das terras, iriam aos poucos relativizando sua situação, desconfiando que aqueles que se diziam donos também não o eram e tornando-se propensos à luta.[14]

Se o "efeito involuntário" da presença dos grileiros na *Baixada* foi o de ser um dos principais elementos responsáveis pela eclosão das lutas, ele foi também, a par disso, o de permitir aos lavradores a construção de uma identidade própria.[15] Essa identidade, forjada na luta contra aqueles mesmos grileiros, expressou-se através da categoria posseiro.[16]

---

[13] Ver o caso da Fazenda Penha-Caixão, em Duque de Caxias, relatado por José Pureza (1982, p.18-21), antigo líder camponês fluminense.

[14] O antropólogo Eric Wolf (1973, p.394-96; 1979, p.267) já havia chamado a atenção para o fato de que o esgarçamento dos vínculos de dependência e subordinação pode conferir mobilidade tática a um grupo camponês, tornando possível o seu ingresso numa rebelião. Em seu conhecido estudo sobre a participação do campesinato em alguns dos grandes processos de transformação política ocorridos no século XX, o autor observa que, num contexto de difusão do sistema capitalista, a emergência de novas elites, que passariam a competir com as antigas pelo controle dos recursos sociais, poderia comprometer a própria base da dominação tradicional.

[15] Devo a Moacir Palmeira a sugestão de pensar as *lutas*, em parte, como um "efeito involuntário" da presença dos *grileiros* na *Baixada*.

[16] Em sua reflexão sobre as condições sociais que determinam a obediência e a revolta, Moore Jr. (1978, p.87-8) desenvolve o argumento de que a quebra da autoridade, que se constitui numa relação vertical, possibilita a redefinição das redes horizontais de solidariedade e lealdade, bem como a construção de uma nova identidade ou de uma identidade politicamente efetiva para os antigos dominados.

Relativamente comum na *Baixada*, um dos fatores que certamente ali favoreceram a grilagem, a apropriação indébita de terras, dando margem a diversos litígios, foi a indefinição quanto aos limites e à titulação dos terrenos. Boa parte das terras não apenas da *Baixada*, mas da Baixada Fluminense de maneira geral, não havia. Quando existiam, indicavam, na maioria das vezes, limites imprecisos (Geiger, Mesquita, 1956, p.64-5).

Tal confusão se dava, sobretudo, no que tocava às terras públicas, para as quais não se dispunha de um cadastro. Assim, em áreas como a Fazenda Nacional de Santa Cruz, sujeitas a sucessivas apropriações, nem mesmo o Ministério da Agricultura tinha exata noção das terras que ainda eram patrimônio da União e das que se constituíam em propriedade privada por título legítimo (Silva, 1961, p.2).

Se isso ocorria, entretanto, é preciso ver que nem todos aqueles que promoviam despejos eram, realmente, grileiros ou falsos proprietários, apesar de serem assim referidos. Da mesma forma, por detrás do termo posseiro, empregado para identificar os lavradores, que vinham sendo alvo dos despejos, encontramos, em larga medida, parceiros, moradores ou arrendatários.

Na verdade, a afirmação da categoria posseiro e também a de seu termo oposto, grileiro, estava relacionada a um trabalho das lideranças dos lavradores, de seus advogados e também de outros agentes que atuavam no campo fluminense, no sentido da construção de uma representação legítima das lutas. Buscava-se, através da dominação dos atores, impor uma forma de percepção dos conflitos que favorecesse os atos e as pretensões dos lavradores e, ao mesmo tempo, inviabilizasse os de seus inimigos.[17]

A representação que se procurava afirmar constituía-se, de alguma forma, em uma reapropriação daquela que viria nos anos 30, e que havia embasado os projetos e a ação do Estado na *Baixada*, qual seja, a de que a região se constituía em uma área de fronteira, agreste, e que deveria ser conquistada. Nesse sentido, é interessante observar que, nas versões sobre as lutas, o momento de chegada dos lavradores é recorrentemente apontado como a década de 1930 e o início da de 1940. A *Baixada* seria, então, uma área abandonada, inculta, com terras aparentemente sem dono, tomada por matas e pântanos. Os próprios posseiros a teriam desbravado, saneado, valorizado, enfim, com o trabalho nela investido. Somente após isso é que os grileiros começariam a aparecer, dizendo-se donos, pleiteando a terra, promovendo os despejos.[18]

Tal era a versão apresentada, mesmo quando as coisas não se haviam passado dessa forma. Tinha-se em vista com isso, além de neutralizar as pre-

[17] Sobre a ação de nominação como imposição de uma visão legítima do mundo social, bem como seu lugar nas lutas políticas, ver Bordieu (1984).

[18] Ver, por exemplo, *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 15/3/1952, p.5, 8/3/1953, p.4, 22/1/1954, p.2, e 29/6/1957, p.6.

tensões dos grileiros apresentando os despejos como algo injusto e ilegítimo, favorecer a própria luta jurídica dos lavradores para permanecerem na terra.

Era com base no instituto do usucapião que as organizações camponesas buscavam, durante os anos 50, garantir o acesso à terra pela via legal, resistindo contra os despejos. Para tanto, o que se exigia era que a posse fosse mansa, pacífica e ininterrupta, por um intervalo de tempo que poderia variar de dez a vinte anos, de acordo com o caso. Além disso, não poderia ser considerado possuidor aquele que, em relação de dependência para com outro, conservasse a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas (*Código civil brasileiro*, 1970, p.189). Dessa forma, a reivindicação da posse da terra passava, necessariamente, pela negação da dependência e dos direitos daqueles que se diziam donos, assim como também pelo seu estranhamento, pelo convencimento de que se tratava de grileiros e pessoas desconhecidas. Constituía-se o Poder Judiciário, por isso mesmo, numa das arenas privilegiadas das disputas pela nominação, desempenhando os advogados um papel decisivo.

Ao lado da luta jurídica, outras formas de ação eram conjugadas pelas organizações camponesas nas resistências contra os despejos. Os lavradores eram orientados no sentido de permanecerem na terra o máximo que pudessem, procurando neutralizar as violências e as investidas dos grileiros. Ao mesmo tempo, eram promovidas manifestações nas cidades, dirigidos apelos às autoridades para que tomassem providências e denunciadas as ocorrências nos jornais.

As manifestações patrocinadas pelas organizações camponesas ocorriam, geralmente, na capital do estado, Niterói. Os lavradores promoviam passeatas buscando o apoio da população e procuravam, também, sensibilizar os deputados estaduais e os juízes em idas à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Justiça. Tentavam, ainda, no Palácio do Ingá, sede do governo, obter o concurso do governador.

O que se tinha em vista com a produção desses eventos era trazer para a cidade, tornando-a visível, a situação vivida pelos lavradores. Dessa maneira, buscava-se transformar aquilo que, normalmente, seria uma tentativa localizada de expulsão, resolvida através de jagunços ou da própria polícia, num despejo, numa questão social. Gerava-se assim um debate em torno da questão, atraía-se a solidariedade dos setores urbanos, ao mesmo tempo em que se tentava ilegitimar a ação dos grileiros, dificultando eventuais decisões em favor destes por parte da polícia ou da Justiça.[19]

Da mesma forma, ao incluírem a Assembléia Legislativa e o Palácio do Ingá nos trajetos das passeatas de lavradores, as organizações camponesas procuravam tornar os despejos um problema político. Assim, as manifesta-

---

[19] Para uma reflexão sobre as manifestações como eventos políticos voltados para a produção de uma imagem pública dos grupos que se manifestam, ver Champagne (1984).

ções contribuíam para o reconhecimento dos posseiros no campo político, produzindo, no interior deste, um processo de tomadas de posição a respeito deles e de suas reivindicações.[20]

As denúncias através dos jornais, assim como as manifestações, também conferiam visibilidade aos problemas locais, trazendo-os ao conhecimento nacional. Além de buscarem a formação de uma opinião pública favorável aos lavradores, as denúncias contribuíam, igualmente, para o seu reconhecimento político. Desse modo, o que estava em jogo no noticiário, mais do que o simples registro, era a própria disputa pela afirmação de uma visão legítima dos lavradores e de suas lutas.

A representação que se procurava produzir dos lavradores, através das manifestações e dos jornais, era articulada com a luta jurídica. O que importava era caracterizar os lavradores como posseiros, a fim de obter o controle da terra com base, a princípio, no usucapião.

Em sua argumentação, as organizações camponesas procuravam, igualmente, mascarar as ocupações recentes de terras que, incentivadas por elas mesmas, vinham se tornando recorrentes na *Baixada*. Lavradores de diversas procedências eram reunidos por aquelas organizações e dirigidos para áreas onde vinham ocorrendo resistências, ou mesmo para novas terras sem dono ou que vinham sendo griladas.

Quando se tentava despejar os novos posseiros, o argumento de defesa que as entidades camponesas utilizavam era o mesmo das resistências, procurando mostrar que não eram posses recentes. Para justificá-lo, os lavradores eram orientados no sentido de que, logo que entrassem nas terras, construíssem casas e preparassem o terreno.

Até o final dos anos 50, as ocupações apareciam como resistências de antigos posseiros contra o assédio dos grileiros. Já no início dos 60, contudo, elas passariam a ser feitas de forma aberta.

É preciso ver que aquele era um momento de crescente politização da questão agrária em nível nacional. O movimento camponês se projetava de forma evidente na cena política, alimentando o debate em torno da reforma agrária e dos instrumentos necessários à sua implementação, entre esses o mecanismo da desapropriação de terras, previsto pela Constituição vigente.[21]

As organizações camponesas com sua estrutura mais consolidada conseguiam uma integração maior, movendo quadros de fazendas e mesmo de municípios próximos para as áreas onde se verificavam conflitos. A solidariedade e o apoio de setores urbanos e de parlamentares, fundamentais para o sucesso das lutas dos lavradores, tornavam-se igualmente mais consistentes. Os novos governadores do estado passavam a reconhecer os posseiros, atentando e mostrando-se receptivos às suas reivindicações.

[20] Sobre a noção de campo político ver Bordieu (1981).

[21] Para uma reconstituição da questão agrária no Brasil, de 1930 a 1964, ver Camargo (1981).

Nesse contexto, o que passavam a buscar as lideranças era não mais o usucapião, mas sim, expondo a violência e a radicalidade das lutas, caracterizar os locais onde vinham ocorrendo despejos como áreas de conflito, de tensão social. Seu objetivo era forçar a desapropriação daquelas áreas e sua entrega aos lavradores.

Tendo em vista caracterizar o litígio, de forma a obter a desapropriação, as organizações camponesas deslocavam quadros e advogados para diferentes pontos do estado a fim de, através de pesquisas em cartórios, inclusive, identificar terras passíveis de ocupação. Em suas pesquisas e consultas buscavam delimitar áreas cuja ocupação teria boa acolhida do governo, facilitando uma solução favorável aos *posseiros*.[22]

Da mesma forma que os grileiros, portanto, as organizações camponesas procuravam, em suas ações, beneficiar-se da situação de indefinição quanto à propriedade das terras da *Baixada*. Mais ainda, elas precisavam dispor de recursos semelhantes aos dos próprios grileiros que, para se apoderar de uma área, necessitavam, igualmente, do acesso a cartórios, dos serviços de advogados e, inclusive, do controle de armas.

Os contingentes de ocupantes eram compostos, na maioria dos casos, de lavradores sem terra, vindos de diversas partes do estado, e mesmo do país, e que eram agrupados para a ação. Ou seja, os grupos de posseiros eram formados pelas organizações camponesas para as ocupações. E, à medida que essas ações eram bem-sucedidas, logrando os posseiros permanecer na terra, as áreas ocupadas, da mesma forma que nos casos de resistência, se transformavam em pólos de atração para novos lavradores. Era comum, portanto, naquelas áreas, o aumento constante do número de posseiros. Para isso contribuíam, mais uma vez, as organizações camponesas, que se incumbiam de difundir as notícias, chamando outros lavradores para engrossar as ocupações (Grynszpan, 1987, p.170-6).

Foi a partir da lutas, por conseguinte, que se afirmou a presença de posseiros na *Baixada*. Isso se deu tanto porque moradores, parceiros e arrendatários, em luta contra os despejos, passaram a ser identificados e a se identificar como posseiros – identificando os seus opositores, em contrapartida, como grileiros – quanto porque a Baixada passou a ser vista como área de terras disponíveis para ocupação, atraindo lavradores de outras regiões do estado e mesmo de fora dele.[23] Tal fato, entretanto, deve

[22] Entrevista com Oay Fonseca, antigo advogado da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), realizada em 1986.

[23] Um levantamento cadastral realizado na Fazenda Piranema, em Duque de Caxias, no começo de 1964, revelou que, dos 222 posseiros ali instalados, apenas 97 eram fluminenses, provindo o restante de outros estados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4/3/1964, 1º caderno, p.4. Ver também, por exemplo, o caso da Fazenda Cachoeira Grande, em Magé, em Lindoso (1984, p.37).

ser visto como um efeito da ação política, não podendo ser pensado isoladamente da atividade das organizações camponesas, dos advogados e de outros agentes que atuavam no campo fluminense. Cabe, por isso mesmo, deter-me na caracterização desses agentes.

CONCORRÊNCIA E MOBILIZAÇÃO

A ação política que se desenvolveu sobre os lavradores na *Baixada* se deve, em larga medida, aos dirigentes das Associações de Lavradores e da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). De âmbito estadual, a Falerj coordenava as ações de suas associadas, que se voltavam para o nível municipal.

Vale ressaltar aqui o importante papel desempenhado pelos comunistas na Falerj. Eles orientaram sua formação e acompanharam seu trabalho. Havia, entre os dirigentes da federação, camponeses que eram membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou que eram "área de influência" dele. Alguns dos dirigentes vinculados ao PCB eram mesmo oriundos da cidade, com passagem pelo movimento operário ou por organizações de favelados, e que se deslocaram para o trabalho no campo.[24]

A criação de uma entidade estadual de representação dos lavradores precedeu a formação de associações locais e teve na *Baixada*, justamente, seu ponto de partida. De forma mais específica, foi na região de Xerém, em Duque de Caxias, que a entidade foi criada, no início dos anos 50. Sua base era composta de lavradores que vinham sendo alvo de tentativas de expulsão.

Irradiando-se de Duque de Caxias, o trabalho de organização era feito a partir de áreas que enfrentavam problemas de despejo. Era na própria luta, nas resistências contra os despejos, e também nas ocupações, que eram criadas as associações. Dessa forma, apesar de se dirigirem para os lavradores em geral, era sobre os posseiros que, na prática, as associações concentravam suas atenções. Ao mesmo tempo, embora seu âmbito fosse municipal, eram os posseiros das áreas mais mobilizadas, dentro de cada município, que controlavam as associações.

Da mesma maneira que suas associadas, a Falerj centrava suas ações sobre os posseiros, fazendo convergir suas atividades particularmente para a *Baixada*, apesar de sua pretensão de abarcar todo o estado do Rio. Seus quadros mais atuantes eram posseiros vindos, em grande parte, de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu, e que se revezavam nos principais cargos de direção (Grynszpan, 1987, p.137-42).

[24] Para uma análise mais detida das relações entre o PCB e a Falerj, ver Grynszpan (1987, particularmente o capítulo 2).

Contribuindo para a afirmação da presença de posseiros na *Baixada*, essas organizações, é fundamental destacar, conformavam seus próprios representados. Ao mesmo tempo, ao projetarem o posseiro como um novo ator político, apresentando-se como suas legítimas representantes e porta-vozes, elas impunham a si mesmas no campo político. Assim, à medida que era através da luta que se afirmava a presença do posseiro, era também, basicamente, através dela, da mobilização, que o grupo ligado à Falerj afirmava sua presença e sua força políticas.

É preciso ver, contudo, que, se a ação política foi central na conformação dos próprios grupos de posseiros, isso não pode ser creditado tão-somente às relações que uma das forças presentes no campo fluminense, no caso a Falerj, influenciada pelo PCB, entreteve com os lavradores. Na verdade, uma vez que se afirmava como um novo ator na cena política, o posseiro passava a ser objeto de disputas entre diversos agentes que buscavam estender sobre ele o seu controle e que, em assim fazendo, contribuíam para legitimar e consolidar sua presença na região.

Alguns líderes tradicionais e novos políticos em ascensão passaram a desenvolver uma estratégia de atração dos posseiros, incluindo-os em seus discursos e programas. Esse foi o caso do governador petebista Roberto Silveira. Ele, que já durante a sua campanha havia prometido proteção aos posseiros e uma reforma da estrutura agrária do estado, criou, logo no início de seu governo, em 1959, o Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado. O plano teria um executor e atuaria como um órgão do governo, voltando-se para os problemas e os conflitos de terra.

Na verdade, o Plano de Colonização funcionou como um instrumento para a criação de bases do governo e para o fortalecimento da liderança individual de Roberto Silveira no campo. Suas realizações eram apresentadas pelo jornal *Última Hora*, ligado ao PTB, como frutos da ação pessoal do governador, ao mesmo tempo em que eram promovidas manifestações de lavradores, em Niterói, como o objetivo de agradecer a ele pelo que vinha sendo feito.[25]

É certo que diversas áreas tiveram sua desapropriação decretada pelo plano. Igualmente através dele, contudo, foram formadas associações e mesmo uma outra federação de lavradores paralela àquelas controladas pelos comunistas.

Foi principalmente nas áreas em que o Plano desenvolveu alguma atuação que o governo Roberto Silveira criou suas associações, congregando-as, a partir de 1960, numa Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ). A cooptação parece ter representado um mecanismo importante para a formação dessas associações de lavradores e, da mesma forma, para a competição com a já existente Falerj. Foi através da criação do Plano,

[25] *Última Hora*, edição do estado do Rio de Janeiro, Niterói, 16/1/1960, p.2, e 22/3/1960, p.3.

em larga medida, que a FLERJ pôde penetrar e disputar algumas das áreas controladas por aquela outra federação (Grynszpan, 1987, p.308-11).

Com a morte de Roberto Silveira, em fevereiro de 1961, a FLERJ perdeu o apoio do Plano. O vice-governador Celso Peçanha, eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), que havia, ainda nos anos 50, rompido com o PTB após um longo período de aliança na política estadual, mostrou-se sensível às pressões da Falerj e de entidades de trabalhadores urbanos ligadas a grupos de esquerda, nomeando para o Plano um diretor por elas aprovado.

A FLERJ, entretanto, passou a contar com o apoio da Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOC), que, através dela, procurou ampliar sua influência no campo. Entidade leiga criada nos anos 30 a partir do Rio Grande do Sul, os Círculos Operários inseriam-se, então, num movimento geral da Igreja Católica no sentido de promover sua doutrina e de reforçar seus vínculos com os trabalhadores. Atuando diretamente junto aos sindicatos, eles tinham em vista, ainda, como um de seus principais objetivos, conter a ascendência da esquerda entre os operários (Wiarda, 1969; Schneider, 1965; Bruneau, 1974).

Apesar de, inicialmente, ter uma atuação voltada para os trabalhadores urbanos, os Círculos Operários buscaram também estabelecer bases junto aos camponeses. Eles lograram alcançar força considerável nas áreas rurais de estados como São Paulo e o próprio Rio de Janeiro.[26]

Em sua atuação no estado do Rio, juntamente com a FLERJ, os Círculos Operários desenvolveram uma intensa disputa com a Falerj e com o PCB, contando com o apoio, inclusive financeiro, do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (Dreyfuss, 1981, p.310). Nessa disputa, que teve nos posseiros um de seus principais móveis, seu discurso se baseava em categorias como formação, promoção, conscientização e família.[27] Suas linhas básicas de ação eram a criação de organizações e a assistência moral, material e, principalmente, jurídica, aos posseiros.[28] Ações como as ocupações eram condenadas enfatizando-se que, se o objetivo era obter terras, isso deveria ser feito através de meios estritamente legais.[29]

Em sua disputa pelos lavradores, FLERJ e FCOF, por um lado, e Falerj e PCB, por outro, buscavam neutralizar-se mutuamente, ao mesmo tem-

[26] Para um estudo detalhado da formação da estrutura dos Círculos Operários, ver Wiarda (1969). Para uma análise de sua atuação específica no campo fluminense, ver Grynszpan (1987, particularmente os capítulos 4 e 5).

[27] Cf. *Conclusões do VIII Congresso Nacional dos Círculos Operários*, 1962, e *Centro de Treinamento de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro – CETTRERJ*, s/d. Documentos cedidos por Eduardo Príncipe, que trabalhou junto à FCOF na formação de organizações camponesas.

[28] *Relatório da Diretoria da Federação dos Círculos Operários Fluminenses*, 1963. Documento cedido por Eduardo Príncipe.

[29] Entrevista com Laécio de Figueiredo Pereira, antigo presidente da FCOF, realizada em 1986. Ver também declarações do padre Antônio da Costa Carvalho, assistente eclesiástico da FCOF nos anos 60, em *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4/3/1964, 1º caderno, p.4.

po em que tentavam ampliar as próprias áreas de atuação. Para tanto, procuravam deslegitimar as pretensões de seu opositor, apontando sua inconsistência, denunciando sua inautenticidade, negando que houvesse uma correspondência entre suas propostas e os "verdadeiros" interesses aos quais se dirigiam.

Ainda que criticando o radicalismo e o açodamento da Falerj e das esquerdas, ainda que investindo no refreamento da mobilização, é preciso ver que a FLERJ e a FCOF se dirigiam, também elas, aos posseiros, reconhecendo-os e contribuindo, assim, para consolidar a sua presença. Ao mesmo tempo, isso levava a que, ao combaterem a moderação e o legalismo extremados das lideranças sob a influência da FCOF, os dirigentes da Falerj, por seu turno, terminassem por enfatizar, ainda mais, a combatividade, a mobilização e a luta.

É claro, contudo, que a configuração de forças presentes no campo fluminense, particularmente na *Baixada*, atuando entre os posseiros, teve outros elementos além dos já referidos. Um deles, bastante importante, foi o grupo do então deputado federal Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque. Tenório construiu sua liderança política justamente na *Baixada*, a partir de Duque de Caxias, utilizando-se da violência e do clientelismo.[30]

Foi mais claramente na disputa pelo governo fluminense, em 1962, que Tenório, candidato pelo Partido Social Trabalhista (PST), começou a se aproximar dos posseiros. A cobertura que o seu jornal, *Luta Democrática*, fazia dos conflitos no campo do estado do Rio, antes lacunar, passou então a tornar-se sistemática. O periódico assumiu, de forma explícita, uma postura favorável às associações de lavradores e à Falerj, defendendo suas ações e seus interesses. Mais ainda, o próprio Tenório começou a intervir diretamente em algumas lutas, prestando seus serviços de advogado, providenciando a soltura de lavradores presos, pressionando autoridades por soluções favoráveis aos lavradores e denunciando violências na tribuna da Câmara.

O que garantia espaço no *Luta Democrática* era, principalmente, a mobilização e a luta pela terra. Era, portanto, para os posseiros que o grupo de Tenório voltava suas atenções, e que o candidato destinava uma grande parte das medidas agrárias propostas em seu programa de governo.[31]

Deve-se ressaltar, entretanto, que os interesses de Tenório com relação aos *posseiros* extrapolaram o momento do pleito de 1962. Se a aproximação mais efetiva se iniciou a partir daqui, ela, todavia, não findou com a sua derrota para o petebista Badger Silveira, irmão de Roberto Silveira. Pelo contrário, o *Luta Democrática* manteve sua posição favorável aos lavradores e, mais ainda, um grupo ligado ao jornal e a Tenório iniciou um tipo de ação que ia bem além da mediação com as autoridades, do apoio e da

[30] Para um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti, ver Beloch (1986).

[31] Cf. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 12 e 13/8/1962.

cobertura das lutas. Esse grupo passou a promover, ele mesmo, resistência e, principalmente, ocupações de terras.[32]

O que estava em jogo era a tentativa de formar uma máquina tenorista no campo com base em esquemas clientelísticos. Não se buscava o fortalecimento das organizações camponesas, mas, sim, a afirmação da liderança pessoal de Tenório e também de seu grupo, que passavam a se mostrar, eles mesmos, como distribuidores de terras aos posseiros. A execução desse projeto, contudo, acabaria gerando tensões entre o grupo e a sua antiga aliada, a Falerj (Grynszpan, 1987, p.325-29).

Sem procurar percorrer todo o leque de forças que atuavam no campo fluminense, concentrando-se na *Baixada*, o que importa marcar, enfim, é que a entrada dos posseiros na cena política provocou deslocamentos e rearranjos. Reivindicações e palavras de ordem até então veiculadas apenas pelas esquerdas foram adotadas também por outros setores.

As desapropriações, feitas a princípio pelo Governo estadual e depois pelo Federal, passaram a ser disputadas por políticos que procuravam mostrá-las como fruto de sua intervenção.[33] Igualmente pequenos políticos, buscando ascender a afirmar sua liderança, bem como obter ganhos eleitorais mais imediatos, tentaram promover ações como resistências e ocupações.

A própria ação do governo João Goulart, através da Superintendência de Política Agrária (Supra), criada ao final de 1962 com a incumbência de planejar e executar medidas de reforma agrária, contando, para tanto, com poderes especiais de desapropriação, contribuiu para que se formasse no estado do Rio um contexto favorável à mobilização através de resistências e ocupações.[34] E foi na *Baixada*, justamente, que a intervenção do Governo Federal se fez sentir de maneira mais evidente.

Foram quinze as áreas que tiveram a sua desapropriação decretada pela Supra, em todo o Brasil, até o final de 1963. Delas, cerca de 50%, isto é, sete, localizavam-se no estado do Rio, sendo praticamente todas, com exceção de apenas duas, situadas na *Baixada*.[35] Além dessas, duas outras áreas seriam desapropriadas pela Supra ainda antes do golpe de 1964, ambas na *Baixada*. Tratava-se das fazendas Agro-Brasil, em Cachoeiras de Macacu, e Tocaia, em Magé.

---

[32] Para uma análise detida da atuação do grupo de Tenório no campo fluminense, ver Grynszpan (1987, particularmente os capítulos 4 e 5).

[33] Ver, por exemplo, o caso da desapropriação da Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, em agosto de 1961, que era disputada por Badger Silveira e Bocayúva Cunha, do PTB e por Tenório Cavalcanti. *Última Hora*, edição do estado do Rio de Janeiro, Niterói, 21/8/1961, 2º caderno, p.1; *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 22/8/1961, p.2.

[34] Foi a partir de 1963, com o início das atividades da Supra, que as ações desapropriatórias, até então encaminhadas pelo governo estadual, passaram a ser de iniciativa federal.

[35] *Relação das áreas desapropriadas no Brasil*, Serviço de Planejamento Territorial da Supra. Documento cedido por Eduardo Martins, antigo técnico do Plano de Colonização de Terras Devolutas e Próprios do Estado.

É certo que o caminho que levava do decreto de desapropriação à colonização das terras pelos lavradores era longo e tortuoso. Para que pudesse ser imitido na posse de um terreno, consumando a desapropriação, o governo deveria efetuar o pagamento da indenização que, segundo o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição de 1946, seria justa e em dinheiro. Como a justeza da indenização era passível de julgamento, isso significava que o pagamento não levava, necessariamente, à efetivação da desapropriação. Na verdade, muitas vezes a indenização nem mesmo chegava a ser paga, limitando-se o governo, que alegava não dispor de recursos suficientes, a publicar sucessivos decretos de desapropriação, que caducavam após algum tempo, possibilitando assim a reprodução das condições de conflito. Apesar disso, é igualmente certo que os decretos de desapropriação, sempre divulgados amplamente pelos jornais, por si sós, já representavam um tento a favor dos posseiros, legitimando suas aspirações. O próprio fato de serem avidamente disputados por diversos agentes é indicativo de sua importância política naquele momento.

O Governo Federal também procurava extrair ganhos políticos das desapropriações e, igualmente, da mobilização. Através delas, ele tanto poderia aumentar sua credibilidade junto aos camponeses e outros setores quanto pressionar o Congresso para que aprovasse medidas mais efetivas que possibilitassem a realização da reforma agrária.[36] Nessa investida, a *Baixada*, o maior colégio eleitoral do estado e vizinha à cidade do Rio de Janeiro, um dos mais importantes centros políticos do país, ocupou um lugar estratégico.

Percebe-se, portanto, que a entrada dos posseiros no espaço político provocou deslocamentos e gerou ainda ao seu redor um processo de disputas. Desse processo, um dos resultados foi o reconhecimento de sua existência e de seus problemas. Mais do que isso, porém, foi a própria presença numérica dos posseiros que se ampliou em meio às disputas. Ainda que fossem distintas as representações que cada agente buscava impor dos posseiros, ainda que não fossem coincidentes suas propostas de ação, um efeito claro da competição foi o reforço da mobilização e da luta, das resistências e, principalmente, das ocupações.

CONCLUSÃO

As questões desenvolvidas neste artigo têm um âmbito mais amplo do que o caso fluminense, ou mesmo o campesinato. De fato, elas dizem respeito ao

[36] O governo João Goulart vinha se empenhando para que a Constituição fosse reformada, permitindo que as desapropriações fossem feitas não em dinheiro, mas em títulos da dívida pública. As fortes resistências por parte dos setores conservadores, no entanto, dificultariam a aprovação da medida, levando os grupos de esquerda a iniciar uma série de mobilizações, visando a pressionar o Congresso. Sobre esta questão, ver Camargo (1981).

problema geral da formação, da inserção e da participação política de grupos e atores sociais, e seria mesmo interessante que também fossem aplicadas a outros atores, em outros cenários. O que busquei, com o estudo das lutas pela terra na *Baixada*, foi demonstrar que esses grupos e atores podem ser conformados pela ação política, que tanto pode conferir novos contornos a grupos preexistentes quanto pode, propriamente, constituir grupos em si.

Essa ação se desenvolve por via de um trabalho de arregimentação, de agrupamento, de organização e de mobilização. Através dele o grupo se objetiva, apresentando-se com organizações, porta-vozes e lutando por seus interesses.

Igualmente importante é o trabalho de nomear e tornar público o novo ator. O que se joga através dele, mais do que a simples atribuição de rótulos, é a imposição de uma forma de percepção do espaço social que, de um só golpe, legitime as pretensões do novo ator e deslegitime as de seus inimigos. Não basta, por isso mesmo, nomear apenas o novo ator. É preciso nomear também, ao mesmo tempo, seus inimigos e os problemas de que se afirma ser ele vítima. É dessa forma que se pode entender de que modo um fato cotidiano, corriqueiro, como a saída de lavradores das terras da *Baixada*, pode se transformar num despejo, numa questão social, num problema político.

Viu-se como, no caso analisado, a Justiça e a imprensa se constituíram em arenas privilegiadas das lutas pela nominação. Na primeira, os embates se faziam por intermédio de advogados, que, esgrimindo seus argumentos, procuravam associar não apenas a legitimidade, mas igual, e principalmente, a legalidade aos lavradores. Já na segunda, o que se tratava era de conformar uma imagem pública para os posseiros e seus problemas. Para tanto, foram também importantes, além da imprensa, os eventos políticos, como as manifestações produzidos nas cidades.

A inserção de um novo ator no espaço político transforma seus princípios de divisão, provocando deslocamentos e rearranjos, gerando disputas que, por sua vez, se refletem sobre o próprio ator e sua representação. Assim, pôde-se ver como a afirmação do posseiro, na *Baixada*, produziu em torno dele uma competição. Esta, por seu turno, além de contribuir para o seu reconhecimento no campo político, terminou por reforçar a mobilização e, por conseguinte, a própria presença de posseiros através de ocupações de terras. Dessa forma, a análise do caso das lutas pela terra, na *Baixada*, permite-me acrescentar que, se a ação política é conformadora de atores, ela não se dá de forma isolada, solitária. A competição e a diversidade políticas são, do mesmo modo, constituidoras das características sociais do novo ator. E mais, o próprio *locus* geográfico onde a ação se concentra pode passar, em função dela, a ser percebido de forma distinta, como ocorreu na *Baixada*, que assumiu feições de área de fronteira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAVI, H. Revolução no campo. In: *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

ARAÚJO, F. G. B. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara*. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado em) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AREZZO, D. C. *Memória da colonização oficial na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Incra, 1984. mimeo.

______, BARROS, R. G. N. *Aspectos históricos e situação atual da ocupação do território fluminense*. Rio de Janeiro: Incra, 1984. mimeo.

BELOCH, I. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BERNARDES, J. A. *Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia).

BOLTANSKY, L. *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Minuit, 1982.

BOURDIEU, P. La représentation politique: eléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.36-7, 1981.

______. Espace social et gênese des "asses". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.52-3, 1984.

BRUNEAU, T. C. *The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church*. Londres: Cambridge University Press, 1974.

CAMARGO, A. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. Thèse 3ème Cicle. Paris, École Pratique des Hautes Études, 1973.

______. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). *In*: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*, tomo 3, v.3. São Paulo: DIFEL, 1981.

CHAMPAGNE, P. La manifestation. La production de l'evènement politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.52/53, 1984.

Código civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1970.

DREYFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GEIGER, P. P.; MESQUITA, M. G. C. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

GÓES, H. de A. *O saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1939.

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HOBSBAWM, E. "Os camponeses e a política" *Ensaios de Opinião*, n.8, 1978.

LAMEGO, A. *O homem e a Guanabara*. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

LINDOSO, M. J. R. P. da S. *O começo de tudo*. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1984. mimeo.

MENDES, R. da S. *Paisagens culturais da Baixada Fluminense*. São Paulo. FFCL/USP, 1950.

MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975.

______. *Injustice: The Social Bases of Obedience and Revolt*. Londres: MacMillan, 1978.

PUREZA, J. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RANGEL, I. *A inflação brasileira*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
SANTOS, A. M. dos. *Agricultural Reforma and the Idea of Decadence in the State of Rio de Janeiro, 1870-1910*. Ph.D. Thesis. Austin, University of Texas, 1984.
SCHNEIDER, J. O. O operário brasileiro e os Círculos Operários. *Síntese Política Econômica Social*, n.27, 1965.
SHANIN, T. Peasantry as a Political Factor. *In*: SHANIN, T. (ed.). *Peasants and Peasant societies*. Middlesex: Penguin, 1979.
SILVA, L. P. da. *O regime jurídico das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz*. Rio de Janeiro, 1961. datilo.
SKOCPOL, T. *States and Social Revolutions. A Comparative Analysis of France, Rússia and China*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979.
WIARDA, H. J. *O movimento operário católico brasileiro*. Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1969. mimeo.
WOLF, E. R. *Las luchas campesinas de siglo XX*. Madri: Siglo Veintiuno, 1973.
______. On peasant rebelions *in* SHANIN, Teodor (ed). *Peasants ans peasant societies*, Middlesex: Penguin, 1979.

2
Trombas: um ensaio revolucionário*

Paulo Ribeiro da Cunha

INTRODUÇÃO

No Brasil pós-Segunda Guerra Mundial, o campo emergiu com força na agenda política, o que foi particularmente ressaltado na Constituinte de 1946, quando várias propostas de reforma agrária foram apresentadas. Em que pese muitas delas fossem tímidas quanto à real possibilidade de equacionamento do problema fundiário no Brasil, sinalizavam que, nessa agenda, a questão fundiária passaria a ter centralidade nos anos subseqüentes. Ainda assim, pouco se avançou, já que a reação conservadora no parlamento se fez presente e, mesmo com os avanços sociais conquistados na carta constitucional, nesse quesito central, praticamente não se fizeram notar alterações substanciais. Mesmo as emendas parlamentares do Partido Comunista (que já ensaiava políticas de intervenção no campo), que tinha por objetivo a distribuição de terras no país e sustentar a tese da função social da propriedade, encontraram resistências de várias ordens no Congresso. A rigor, salvo políticas de colonização que tiveram por resultado a efetiva implementação de Colônias Agrícolas em áreas distantes do país (mas que, paradoxalmente, vieram a ser potenciais focos de tensão originando movimentos sociais tempos depois), reforma agrária era um tabu.

Esse período democrático, no entanto, foi extremamente curto para os comunistas e os sinais da Guerra Fria já se faziam sentir no Brasil. Não demoraria muito e a burguesia, utilizando-se de uma sutil interpretação semântica da Constituição, cassou o registro do PCB e, pouco tempo depois, igualmente seriam cassados os mandatos dos parlamentares comu-

* Este ensaio recupera alguns apontamentos desenvolvidos em Cunha (2007).

nistas. A resposta em contrário, como bem pontua Leôncio Basbaum, foi romper:

> com uma linha de direita, de franca colaboração com o governo e as classes dominantes, descobre o PCB o caráter de classe do governo e da nova Constituição, passando com um passo gigante para a esquerda. (Basbaum, 1976)

Em 1948, foi lançado o Manifesto de Janeiro, delineando a linha política revolucionária de confronto, que seria reafirmada pelos comunistas com o Manifesto de Agosto de 1950. Nesse meio-tempo, ocorreu um fato notável em nível mundial, com significativo impacto sobre a reflexão dos comunistas brasileiros, especialmente quanto às possibilidades de intervenção no campo: a Revolução Chinesa. Afinal, a China era o maior país do mundo e delineava com sucesso uma estratégia a ser seguida em países como o Brasil, fundamentalmente agrário e, de acordo com as teses partidárias, ainda com restos feudais a serem extirpados. O entendimento do PCB, na ocasião, era que as condições revolucionárias estavam maduras e que bastaria uma fagulha e o campo pegaria fogo. A estratégia vitoriosa na China indicava a possibilidade de sua transplantação ao nosso cenário. Não deixa de ser sintomático que a política a ser seguida era correlata àquele cenário, já que igualmente indicava a criação de áreas liberadas, remetendo a uma estratégia do campo cercando as cidades.

Nessa linha de intervenção, neste ensaio procuro delinear uma compreensão do processo de intervenção em Trombas. Desenvolvo uma leitura a partir de um diálogo com Eric Wolf (1984) sobre sua análise das revoluções camponesas e a factilibilidade dessa abordagem para a compreensão de nosso cenário, até porque, nesse período e ao longo dos anos seguintes, eclodiram vários movimentos camponeses armados no Brasil, muitos deles ainda carentes de estudos específicos, mas que sinalizam o esforço dos comunistas em viabilizar uma estratégia correlata. Alguns deles foram bem-sucedidos; outros não passaram de estágios embrionários de organização e poucos tiveram um desenvolvimento localizado alcançando vitórias parciais e ou totais, embora, ao final, fossem equacionados regionalmente. Entre eles, nessa fase, dois se destacam: Porecatu, no Paraná,[1] Formoso e Trombas, em Goiás, o objeto deste ensaio. Ao mesmo tempo, vale mencionar que nesses anos ocorreram outras lutas camponesas pelo país e dezenas de greves de arrendatários, meeiros, colonos, lutas e também o surgimento de organizações camponesas locais, regionais e a primeira entidade nacional, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB), bem como foram fundados vários jornais que tratavam da temática, destacando-se o *Terra Livre*.[2]

---

[1] Sobre Porecatu, remeto a Priori (2000).

[2] Entre os vários trabalhos sobre a temática, sugiro a leitura de Medeiros (1995 e 1989).

ORIGENS DE UM PROCESSO

Uma das várias colônias agrícolas implantadas a partir dos anos 40 com objetivo de distensionar o problema fundiário em outras áreas foi a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), no Município de Ceres. O projeto teve um impacto significativo, atraindo milhares de camponeses sem terras à região. No entanto, diante do afluxo crescente de posseiros e à impossibilidade de a colônia receber mais famílias, muitas delas começaram a afluir para Formoso e Trombas, uma área de terras férteis e devolutas ao norte. Os posseiros puderam se instalar com relativa tranqüilidade, por ali havia bem poucas fazendas e, mesmo assim, bem distantes. Não demoraria muito e, nos anos 50, com o avanço do capitalismo no campo e um cenário de forte valorização daquelas terras, grandemente facilitada pelo embrião da construção da Belém-Brasília e mesmo a projetada mudança da capital federal para o meio-oeste goiano (relativamente próxima da área de Trombas), o quadro político começou a se alterar.

Os fazendeiros iniciaram a cobrança de arrendo e, paralelamente, teve início a grilagem das terras, processo grandemente facilitado pelo conluio do juiz da comarca de Uruaçu, entre outros personagens, com o proprietário do cartório local. Há também indícios de que outros atores estavam interessados naquelas terras, como militares (alguns deles golpistas em 1964) e empresas internacionais de mineração (Cunha, 2007, p.168). Mas, diante das muitas dificuldades, os posseiros resolveram não pagar nada e teve início a fase da repressão. Nas palavras de um antigo posseiro:

> virou campo de tortura, toda sorte de humilhação e desgosto a gente passava. O grupo de grileiros aumentava cada vez mais e de apenas fazendeiros de Uruaçu, agora também tinha fazendeiro e juiz de Porangatu. Eles tinham uma bolsa onde todos pagava uma contribuição pra poder contratar jagunço e a polícia. Olha, na região o camponês ganhava por dia 5,00 e os jagunços 100,00. Então, com a miséria que a região estava, apareceu o jagunço, mesmo até entre os posseiros, pois trabalhar na terra não dá nada, não dá dinheiro, a gente pode ter fartura, mas fica rico, isso nunca. A grilagem é sempre feita na cidade e com aprovação do governo, posseiros nunca tem direito e nem lei que nos socorre. (Depoimento do camponês D. in FERNANDES, 1988, p.130)

O processo de resistência teve início na área de Formoso, com a destacada atuação do camponês Firmino, que, segundo algumas fontes, tivera algum contato com o PCB em um período anterior, e, em Trombas, com a figura de José Porfírio. O primeiro procurou mobilizar os posseiros, enfrentando os grileiros e teve sobre seus ombros as conseqüências maiores de sua postura, sendo barbaramente torturado. Depois disso, ele não ficaria mais tempo na região. Em Trombas, José Porfírio também procurou equacionar a pendência com grileiros por vias legais e diálogo, tentando fazer acordos, inclusive

de compra das terras. Tempos depois, ele esteve em Goiânia e consta que, posteriormente, foi ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, procurando a mediação do Governo Federal com objetivo de legalizar as terras.[3]

Paralelamente, na CANG, os comunistas já estavam bem estruturados, e, naquela ocasião, desenvolviam intensa campanha de mobilização, sem muito sucesso. Nessa fase exploratória de intervenção, já respaldada na Linha de seu IV Congresso de 1954, se fazia presente na região Gregório Bezerra, que, conjuntamente à tarefa de coleta de assinaturas em favor da Paz Mundial, organizava o PCB por Goiás e, clandestinamente, avaliava o potencial de aquela região vir a ser o foco combustor da Revolução Brasileira (Bezerra, 1980, p.86-7 e 96). Bezerra não ficaria muito tempo na área, mas o núcleo do PCB, na Colônia Agrícola, por ele rearticulado percebeu o potencial do conflito não muito distante dali e, de acordo com as novas diretrizes à esquerda, enviou para avaliar a situação Geraldo Tibúrcio, futuro presidente da ULTAB. Tibúrcio se encontrou com Firmino e, na volta, os comunistas decidiram enviar à região quatro escolados militantes para se fixarem no local, todos eles camponeses de origem e comunistas há algum tempo. Eles viriam a se constituir no Núcleo Hegemônico do PCB (NH), que permanecerá praticamente inalterado ao longo do conflito até 1964.

Geraldo Marques era o militante mais ativo, aquele que expressava, por sua forte personalidade, um posicionamento firme nos momentos mais necessários; José Ribeiro foi apontado por muitos posseiros como o articulador político de todo o processo, sendo, entre eles, o mais ideologicamente preparado, tanto é que veio a ser o primeiro camponês a entrar no Comitê Central nos 60; João Soares, o mais idoso à época e tido, igualmente, como uma liderança carismática e que seria, inclusive, enviado à URSS pouco tempo depois; e, finalmente, Dirce Machado, militante comunista de longa data e que desenvolvia uma intervenção política e de mobilização que foi determinante junto às mulheres. A essa composição do Núcleo Hegemônico se somaria depois José Porfírio, a liderança mais carismática e face externa do movimento. Posteriormente, outros quadros seriam enviados para intervir no processo da luta e incorporados; a mobilização decorrente extrapolaria e muito a esfera partidária.

Nessa fase inicial, após a saída de Firmino, teve início para os militantes um penoso e difícil processo de organização e conscientização na área de Formoso. As dificuldades de serem aceitos pelos posseiros eram muitas, particularmente pela condição de comunistas, um tabu enorme entre eles. Não demorou muito, ouviram falar de José Porfírio em Trombas. Várias pistas sugerem que foi a partir desse momento que a organização teve um

[3] A recente dissertação de Esteves bem recupera essa fase, valorizando inclusive essa forma de resistência e resgatando em sua leitura preciosos documentos comprobatórios dessa atuação (ESTEVES, 2007).

salto quantitativo e qualitativo. Algumas fontes indicam que Porfírio teve algum contato com quadros comunistas em anos anteriores à sua ida a Trombas, mas, concretamente, há muitos relatos que apontam sua enorme dificuldade de apreender o programa partidário. Num depoimento revelador, Geraldo Marques pontua que:

> Nós ficamos um ano andando de casa em casa, explicando tudo, a gente logo conseguiu muito nego macho, mas não era a maioria. E o coletivo tava acima de tudo. Fomos procurar o líder dos posseiros, José Porfírio. [...] Passei três dias lá com ele, discutindo tudo, lendo a *Voz Operária*. Falando que a luta dele era ilusão, e que grota existia muita. Mas o Zé Porfírio era um home que acreditava na bondade dos outros. Ele não agradecia nem o bem que os outros lhe fazia e nem não revidava o mal, porque ele achava que o bem a gente tem que fazer mesmo e o mal era feito porque não sabia se fazer o bem. Ele demorou muito a entender o que é o latifúndio capitalista. Mas logo achou o programa do Partido justo. Não queria terra só pré ele, mas prá todos os camponeses do Brasil inteiro. Isso é que era justo. Logo começou também a ir de casa em casa. Ele era respeitado pelos camponeses. E durante um ano nós trabalhamo muito tempo, mostrando os direitos de todos de lutar pelo necessário à sua sobrevivência. (Fernandes, 1988, p.130)

Mesmo assim, esse encontro ainda não possibilitou que a organização se viabilizasse imediatamente, embora, naquela ocasião, não restasse aos posseiros de Trombas outra alternativa que não fosse a resistência. Pouco tempo depois, seria fundada a Associação dos Lavradores do Formoso, que teve inclusive a presença de um advogado do PCB, vindo de Goiânia, e o apoio entusiasmado dos posseiros, sendo eleito, na ocasião, como presidente, José Porfírio e como secretário José Ribeiro.

Não demorou muito, explodiu o conflito. Ainda que o processo de organização dos posseiros fosse frágil e estivesse em curso a preparação da resistência, já acontecendo o envio de assistentes políticos do Comitê Central à área, tendo inclusive referências do envio de algumas armas, a precipitação do conflito se deu justamente com a tentativa de um dos grileiros de expulsar um dos posseiros, Nego Carrero. Ele era famoso pela valentia e resistiu a tiros, baleando de morte um sargento e ferindo outro policial. A partir desse momento, a região tornou-se um palco de luta.

O processo decorrente remeteu a luta a uma nova fase de intervenção, sendo constantes as escaramuças. Houve um período de tensão enorme. A liderança dos posseiros – leia-se o NH – caiu na clandestinidade para melhor dirigir a resistência. Entendo que, nesse momento, a revolução esteve na ordem do dia. A partir desse processo de resistência e com o conflito em curso, mais armas foram enviadas à região, como também teve início, pouco tempo depois, uma articulação política maior junto aos demais setores da sociedade civil goiana e também nacional no sentido de galvanizar apoio à causa.

Essa fase, contudo, foi essencialmente armada. A estratégia ali desenvolvida, de autodefesa armada, sugestivamente incorporava táticas de guerrilhas (Moraes, 1991 e 2005. p.72) ao processo de resistência, algumas delas próximas às utilizadas na Revolução Chinesa. Segundo Sebastião Abreu, também eram populares os escritos de Mao Tsé Tung, que circulavam com desenvoltura entre os posseiros (Abreu, 1985, p.76). Paralelamente, não foram poucos os cursos de formação política ministrados por assistentes do PCB aos militantes de Trombas, alguns deles em Goiânia, bem como foi intenso o processo de politização. Mas a tensão e o conflito eram igualmente constantes e, nessa ocasião, ocorreu o confronto mais conhecido, a Batalha de Tataíra, quando os posseiros forçaram o recuo dos policiais, estes últimos em maior número.

A partir desse momento e do impasse militar, o quadro político também sofreu uma alteração significativa. Tendo o governo do estado de Goiás decidido pôr fim à luta, vários fatores intervieram para o equacionamento político e a trégua decorrente. A rigor, várias mediações foram decisivas para que não ocorresse a invasão da área de Trombas e seu aniquilamento armado, inclusive porque tropas policiais chegaram a ficar aquarteladas no vizinho município de Porangatu, esperando somente uma ordem de invasão (Cunha, 2007, p.184 e ss).

Uma das mediações mais importantes foi a firme decisão dos posseiros em resistir, seguida pelo posicionamento do Núcleo Hegemônico em dar visibilidade a José Porfírio, escudando para o público externo qualquer vínculo dos comunistas estarem atuando na área. Como decorrência, o PCB viabilizou, em seguida, por meio de seus militantes e entidades como a ULTAB, uma campanha regional e nacional de denúncias das atrocidades na região, o que trouxe enorme impacto à causa dos posseiros. Decorreu uma significativa mobilização da sociedade civil goiana em apoio aos camponeses, particularmente dos estudantes. Quase ao mesmo tempo viabilizou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, mesmo não trazendo resultados concretos quanto ao equacionamento do problema fundiário, possibilitou, pela enorme pressão sobre os deputados e o governo, que as tropas policiais fossem retiradas.

Um dos fatores correlatos que igualmente podemos inferir como determinante nesse processo decorreu de uma postura crítica da Igreja Católica e do apoio de alguns prelados à causa dos posseiros, o que diferenciava da tradicional postura de omissão e mesmo de apoio à intervenção. Sugestivamente, podemos contabilizar, como mais um fator de pressão, a postura crítica do Governo Federal em relação ao governo de Goiás. Afinal, Brasília já saía das fundações, mas a pressão contra a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o planalto goiano ainda encontrava resistências enormes, particularmente no quesito segurança. Por fim, o Partido Comu-

nista, desarticulado como estava diante das denúncias do stalinismo e o virtual afastamento da militância e de sua organização, especialmente em Goiás, reestruturou-se na tarefa de bem equacionar o conflito de Trombas, legitimando-se como um canal de intervenção e possibilitando afiançar um acordo que retirasse as tropas da região.

Com relação a essa última mediação, vale ponderar o seguinte: com a crise provocada pelo XX Congresso do Partido Comunista da URSS, o PCB praticamente se desestruturou e, mesmo na região, os posseiros ficaram algum tempo isolados. Todavia, diante das características desse partido em Goiás, eminente urbano e intelectualizado, o impacto foi bem mais significativo. Nesse sentido, vale registrar que a rearticulação dos comunistas em Goiás, mas também as orientações políticas decorrentes ao equacionamento da problemática de Formoso – nada isolado das mediações anteriormente postas – teve a decisiva atuação de Antonio Granja,[4] dirigente comunista histórico e camponês de origem, que, ao voltar da URSS, juntamente com uma safra de quadros políticos e militantes, se reintegrou ao processo de reorganização partidária. Ele, especialmente, assim que chegou ao Rio de Janeiro, foi enviado diretamente a Formoso e a Trombas, onde teve destacada atuação na condição de assistente do Comitê Central.

Ao final desse conflituoso processo, as tropas estaduais foram retiradas e teve início uma nova fase do movimento, em que a região foi relegada ao abandono, tendo os posseiros, através da Associação, assumido o controle da área e o virtual governo do território. Concretamente, como sugere Wolf em casos correlatos em sua análise sobre as revoluções camponesas, diante da impossibilidade de uma articulação – por vários motivos – a um projeto nacional, as revoluções camponesas tendem invariavelmente ao isolamento e, por conseqüência, ao equacionamento no plano local ou regional do conflito (Wolf, 1984). Igualmente emerge, nessa fase, o mito da República de Formoso e Trombas, que seria apreendido ao longo dos anos seguintes por autores e atores de tendências políticas e ideológicas diametralmente opostas. É um momento que possibilita aos posseiros uma certa tranqüilidade. Nas palavras de um deles:

> Foi a primeira vez que nós comemorou uma vitória. Cada qual podia agora cuidá da sua terra, plantá e colhê. O sistema de mutirão foi muito incentivado. E a traição também. A traição era uma brincadeira que a gente tirava com os companheiros chegante ou em dificuldade, que por qualquer motivo não tava dando conta de tirar a produção para a família. A traição era uma forma alegre e solidária de união dos posseiros. (depoimento do camponês N. in: Fernandes, 1988, p.150)

[4] Além das entrevistas ao autor, vale conferir a recente biografia de Granja feita por Dino de Oliveira Gomes (GOMES, 2006).

Essa fase – a partir de 1957 – é também caracterizada pela formação de uma das expressões democráticas mais conhecidas do processo de organização desse movimento, ou seja, os Conselhos de Córregos. Sugestivamente, pontuo, nesta reflexão sobre a temática, que há uma aproximação conceitual em Gramsci sobre a relação do Partido e os Conselhos,[5] até porque a Associação sempre fora a instância e a face política legal do PCB ilegal em Trombas, quando seus militantes estimularam a formação dos Conselhos, organismos que nucleavam os moradores de vários locais. Neles, os posseiros equacionavam pendências, como também viabilizavam o controle da área, possibilitando uma comunicação eficiente e, numa emergência, deslocamentos de doentes.

Até 1964, a região teve 25 conselhos atuando com graus diferenciados de organização em três Associações. Essa fase, no entanto, igualmente possibilitou – apesar de certa tensão ainda presente e eventuais atritos com jagunços – uma relativa prosperidade, à medida que houve possibilidade de plantio e, particularmente, de colheita. Na linha de consolidar as conquistas e viabilizar uma estratégia de salvaguarda em futuros conflitos, a Associação (leia-se NH) teve a iniciativa de articular uma aliança com lideranças de municípios vizinhos, no sentido de propiciar apoio político, tendo em retorno a presença da máquina pública municipal às demandas mais sentidas dos posseiros, como escolas e melhoria das estradas. O cenário de isolamento, no entanto, começa a ser alterado pouco tempo depois e por várias razões. Uma delas é bem descrita por Abreu:

> em 1958, o governo do estado se convenceu de que não podia mais continuar ignorando a existência de Formoso e Trombas, estas duas vilas eram, em todo o estado, as que apresentavam os mais baixos índices de criminalidade. Em quatro anos, não ocorrera em nenhuma das duas qualquer homicídio ou mesmo lesão corporal de caráter doloso. Apenas alguns furtos foram registrados e as poucas brigas aconteciam entre rapazes e eram motivadas por disputas amorosas. Afinal, Formoso e Trombas era o Brasil. (Abreu, 1985, p.97)

Contudo, esse período de impasses e tensões perduraria até o início de 1960, quando emergiu na cena política goiana Mauro Borges e novos tempos se anunciaram no horizonte brasileiro.

UM NOVO CENÁRIO E NOVOS DESAFIOS

O Brasil entre 1960 e 1964 sugeria um novo momento. Na esquerda também havia outros atores como a AP (Ação Popular) e as Ligas Camponesas a

[5] Sobre a especificidade desta reflexão, ver Cunha, 2007, Introdução.

influenciarem no processo ou se fazerem presentes nele. Em Goiás não foi diferente, e o estado foi palco e reflexo dessa influência nacional e internacional com desdobramentos locais. No plano internacional, ocorreu a Revolução Cubana, com forte impacto sobre a militância, mas, especialmente, sobre as Ligas Camponesas que, sob a influência direta de Francisco Julião, procuravam capitalizar setores do campesinato à sua causa (Gorender, 1987, p.47-8). Enquanto movimento e proposta de intervenção, as Ligas tentaram, inclusive, formar dispositivos militares e cooptar militantes comunistas, bem como vários participantes das lutas de Trombas, sem muito sucesso e com conseqüências danosas, já que o campo de Dianapólis, o mais conhecido, naufragou sob as mais elementares normas de segurança, tendo por epílogo a invasão militar da área.[6]

Quanto aos comunistas, já ensaiavam uma nova linha de intervenção a partir de Declaração de Março de 1958, em que a democracia tinha centralidade e valorizavam muito a luta dentro da perspectiva das reformas de base, entre elas a reforma agrária. Seguramente, para a maioria de seus quadros, já havia passado a política de Terras Libertas. A explosiva questão fundiária ensaiava, para os comunistas, outras formas de intervenção, especialmente após o Congresso Camponês de Belo Horizonte de 1962, prelúdio da formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) pouco tempo depois.[7] No entanto, vale ressaltar que muitos militantes ainda intervinham em muitos conflitos – diante do cenário combustor e violento do meio rural brasileiro e as reações em contrário – em uma atuação quase osmótica na linha anterior. Um exemplo foi a Guerrilha de Porangatu, em que os comunistas atuaram quase que com os mesmos pressupostos.

Todavia, em Formoso e Trombas, o quadro político era de equacionamento do problema fundiário. O Núcleo Hegemônico apoiou Mauro Borges entusiasticamente, já que ele prometera, se eleito, legalizar as terras da região. Sua política sugeria um processo de modernização e nele os comunistas estavam atuantes em várias instâncias, especialmente em alguns órgãos e secretarias, particularmente a do Trabalho. Nesse sentido, a região de Trombas começou gradualmente a se inserir no processo institucional de Goiás, bem como a sentir os efeitos do avanço do capitalismo no campo. Por um lado, politicamente, o PCB continuava a ser a força hegemônica, tendo, inclusive, adquirido feições de um partido de massas em Formoso e Trombas; por outro, passou a sentir conjuntamente esse avanço sobre os posseiros e os efeitos desse processo. Mesmo assim, os posseiros não deixaram de intervir e participar dos vários acontecimentos nacionais, tendo,

---

[6] Sobre essa questão, há vasta literatura. Ver especialmente: Rollemberg (2001).

[7] Sobre esse debate, ver: Costa (1996) e Cunha (2004).

inclusive, se mobilizado para uma eventual resistência armada, tendo em vista garantir a posse de João Goulart, quando da crise ocasionada pela renúncia de Jânio Quadros.

Paralelamente, os posseiros participaram ativamente das eleições legislativas, elegendo José Porfírio o primeiro deputado camponês da história. Pouco tempo depois, José Ribeiro veio a ser o primeiro camponês no Comitê Central, quando da realização do V Congresso em 1961. Isso, por si só, demonstra como Formoso e Trombas adquiriram uma importância ímpar quando comparados a outros movimentos, bem como o lugar desse campesinato na história do Brasil naqueles dias, aspecto igualmente reafirmado pela participação dos seus quadros na formulação das teses do I Encontro Camponês de Goiânia em 1963.

Essa fase última, no entanto, é de singular desafio e reflexo de um difícil equacionamento. Um deles, curiosamente, adveio da relativa tranqüilidade na região, bem na linha que resultou naquilo que Wolf intitula "crise do exercício do poder diante dos desafios" (Wolf, 1985). Muitos dirigentes começaram a se dedicar mais às suas propriedades e, ao mesmo tempo, teve início a ocupação por posseiros – diante do processo de legalização em curso – advindos de outras áreas, sem nenhuma relação com a atividade revolucionária existente, modificando, gradualmente, o quadro fundiário. A política nacional igualmente refletia no local, à medida que os pressupostos da Revolução Brasileira estavam sendo gestados em um explosivo e conturbado processo que seria abortado pelo golpe militar de 1964. Isso significava estabelecer um novo referencial para a política futura na região, algo que caracterizo como o *Nó Górdio de Formoso e Trombas*. Um outro aspecto concernente a essa crise remete ao conflito com o PCB em Goiás, algo que não era recente. De certa forma, numa atitude política pouco avaliada, o Diretório Regional propôs inclusive a destituição de um dos líderes históricos em Trombas, Geraldo Marques, algo prontamente recusado pelo Núcleo Hegemônico. Curiosamente, entendo que essa aventada possibilidade de intervenção possibilitou uma rearticulação política local e a elaboração de tímidas políticas para a fase subseqüente.

De qualquer forma, essa crise política permitiu, de fato, uma rearticulação e um entendimento para a política maior no momento, que seria a emancipação do município de Formoso e a nomeação de um dos seus históricos dirigentes, Bartolomeu Alves da Silva, para prefeito. Um segundo desafio recolocava o papel da Associação, à medida que já havia uma diferenciação social crescente, com razoável número de trabalhadores assalariados, portanto, já se avaliava a formação de um sindicato. Por fim, a formação de uma cooperativa, que possibilitasse a aglutinação das conquistas e que sinalizasse para a possibilidade de avanços no processo de trabalho comunitário diante do quadro capitalista em curso.

1964: O TEMPO FECHOU

Com o golpe de 1º de abril de 1964 e seus desdobramentos, houve certa expectativa de resistência em Goiânia e posteriormente em Trombas. Na capital, a direção do PCB aguardava um posicionamento favorável de Mauro Borges, na mesma linha de compromisso com a legalidade quando da renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart. Alguns militantes, inclusive, planejaram transferir a sede do governo para Trombas, diante das dificuldades de resistência efetiva, por Goiânia estar próxima a Brasília, e, de lá, desencadear um movimento de retorno à constitucionalidade. Contudo, essas esperanças rapidamente se esvaeceram quando Mauro Borges tomou posição ao lado dos golpistas, os mesmos que iriam cassá-lo pouco tempo depois. Paralelamente, em Brasília, o deputado comunista Marco Antonio Coelho igualmente ensaiou um plano de resistência que incorporaria a região de Trombas como cenário maior. Articulado com o ex-tenente Walter Ribeiro e com Valter Waladares, que, como estudante, fora um ativo participante da luta de Trombas, planejaram se reunir na região e, dali, iniciar uma resistência efetiva ao golpe em curso. Marco Antonio Coelho adverte em suas memórias que essa possibilidade somente se efetivaria com o firme posicionamento de João Goulart em defesa de seu mandato e com ele à frente do processo de resistência, intenção que logo se frustraria com a ida de Goulart para o exílio, sem esboçar a mínima reação (Coelho, 2000, p.267).

Em Trombas, ocorreu o reencontro do Núcleo Hegemônico bem como o de outros militantes advindos da capital, Goiânia. Debateu-se intensamente sobre a possibilidade de resistir ao golpe, tendo se chegado a duas posições ao final: uma de José Porfírio, defendendo a resistência aos golpistas, e outra, que aglutinava os demais membros do PCB, que argumentavam em contrário. Com as notícias indicando que não havia reação nacional em curso e diante da impossibilidade de atuar isoladamente, acabou prevalecendo a posição de recuo. As armas existentes foram escondidas em uma grota isolada e, em seguida, as principais lideranças caíram na clandestinidade. Não demoraria muito, a região seria invadida por tropas policiais e um interventor nomeado para a prefeitura de Formoso. A Associação e os conselhos deixaram de existir.

Ainda assim, um núcleo comunista se rearticularia em Trombas pouco tempo depois do golpe, atuando muito timidamente. Mas o mito da República de Formoso se fazia presente e militantes do PCdoB, com o objetivo de viabilizar a Guerrilha do Araguaia, começaram a sondar as possibilidades de cooptar os posseiros de Trombas para aquele projeto. Mais tarde, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (uma dissidência da Ação Popular) começou a desenvolver intensa atividade na área com o mesmo objetivo, com um pouco mais de sucesso. Este último conseguiu inclusive a adesão

do José Porfírio. Em meados dos anos 70, com a detecção da Guerrilha do Araguaia, a região foi invadida de forma extremamente violenta, desta feita por tropas do Exército e também da polícia militar. Dezenas de posseiros foram presos e muitos deles violentamente torturados. Algumas das armas escondidas em 1964, bem como algumas munições, foram encontradas, todas em péssimo estado de conservação. Desta feita, muitos dos antigos dirigentes comunistas, bem como muitos posseiros, foram confrontados com uma cópia da Constituição de Trombas, documento forjado ainda no pré-64, que objetivava criar uma situação de tensão e proporcionar condições para a intervenção do exército na área. O documento[8] sustentava em seu preâmbulo que:

> O povo das Trombas e Formoso, por seus representantes, em Assembléia Constituinte, para organizar juridicamente o Estado das "Trombas" sob o regime Comunista, decreta e promulga a seguinte:
>
> CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DAS "TROMBAS"
>
> Art. 1º – O Estado das Trombas está situado no Brasil Central, paralelo 14 norte de Goiás, 250 quilômetros de Brasília, parte integrante e autônoma sob Regime RUSSO, exerce em seu território todos os poderes que explicita ou explicitamente, lhe são vedados à Constituição de Moscou.
>
> Art. 2º –São poderes do Estado, o executivo e judiciário, combinado com executivo regido pelo Sr. Ditador JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA.
>
> Art. 3º – è vedada a publicação e a liberdade de pensamento.
>
> Art. 4º – O Estado das Trombas, fica compreendido dentro dos seguintes limites: ao norte com Parangatu e Peixe; ao leste, com Niquelândia; ao sul, com Pirenopólis; ao oeste, com Itapeci.
>
> Art. 5º – O Estado das Trombas é administrado sob o regime de comissão executiva, com poderes especiais, assim compreendidos: Comissão da Cana Brava, Comissão do Rodovalho, Comissão do Vai e Vem, Comissão do Formoso, Comissão de Estrela do Norte (vargem do coelho), Comissão do Morro de Campos, Comissão da Chapada, Comissão da Fazenda de São Sebastião, Comissão da Fazenda de Santa Maria, Comissão de Camponorte e Comissão de Trombas, Capital do Estado.
>
> Art. 6º – São autoridades do Estado das Trombas: José Porfírio de Souza, Ditador. E são os seguintes chefes de Comissão: José Márquez Vianna, Joaquim Correia, Tiago Custódio Batista, Burandanga, João Soares, José Ribeiro, Rodolfo Fernandes. São orientadores de Comissão: Deputados Mendonça Neto, Chico de Brito, Dr. Everardo de Souza, Dr. Domingos Velasco, Dr. José Ludovico de Almeida (governador de

[8] Há uma cópia muito apagada dessa Constituição no arquivo do DOPS localizado na Universidade Federal de Goiás. O documento também é citado em vários jornais entre 1971 e 1972, coincidentemente, o período mais agudo da repressão na área. Sugestivamente, consta nele como data de sua elaboração 2 de março de 1957; mas vários entrevistados do autor sustentam que fora elaborado e passara a circular em fins 1963. Sobre este aspecto ver Cunha (2007) e Esteves (2007, p.132-3).

Goiás) Ubiratan de Lemos e José Medeiros (repórteres de *O CRUZEIRO*), Dr. José Gomes e Dr. Teles (Secretários de Segurança Pública e Interior do Estado de Goiás).

Art. 7º – É vedado o intercâmbio comercial com qualquer estado do Brasil.

Art. 8º – São imunes e impunes os que praticam o assassínio a bem de nosso regime e livre o direito de matar.

Art. 9º – Os Chefes de Comissão são invioláveis no exercício de seu mandato.

Art. 10º – É vedada a penetração de policiais, de qualquer estado dentro do perímetro do Estado das Trombas.

Art. 11º – Serão impunes e invioláveis cidadãos de qualquer parte do mundo que praticarem crime e auxiliar no Estado das Trombas.

Art. 12º – As terras de propriedade privada serão divididas aos intrusos e invasores, pelas comissões executivas.

Art. 13º – O Estado das Trombas elegerá reforços de Comissões para manter a ordem do regime.

Art. 14º – O Estado das Trombas *********** qualquer povos circunvizinhos de auxiliar o crescimento de nosso regime e criar novos estados sob regime russo.

Art. 15º – Compete privativamente o Ditador:

I – Ser jurado, promulgar e fazer publicar leis ****** decretos e regulamentos para fiel execução.

II – Nomear e demitir os chefes de Comissão e reforçar os postos militares de excepcional importância, com trincheiras necessárias, para a defesa das **** aqui constituídos e das terras que compõem do Estado das Trombas.

Art. 16º – Esta lei foi constituída em 02 de março de 1957 e agora publicada e distribuída ao presidente da República do Brasil e a todos os estados do Brasil pra que dela tomem conhecimento e faça respeitar em todos esta constituição.

Art. 17º – Revoga-se as disposições em contrário.

José Porfírio – Ditador

João Soares – Secretário

Os artigos eram de tal ordem estapafúrdios que nem foram anexados aos IPMs sobre Trombas. Mas, a partir da segunda invasão, desapareceu qualquer atividade de esquerda em Formoso e Trombas. Aos poucos, os antigos posseiros foram se mudando e desapareceu o grupo originário dos anos 50, sendo essa uma virtual política de estado. O quadro fundiário e político resultante na região é revelador por este depoimento:

> Apesar de 64 e tudo que veio depois a nossa luta, nós entendemos assim que nós nunca vamos esquecê a união. Que nós estamos calado, porque ainda não pode fazê nada, só uma coisa, não ajuda eles (o governo). Mas nós aprendemos a lição, o coletivo, e vimos que não é terra que importa, é o sistema de ter terra. Porque depois que acabou a Associação a maioria dos camponeses teve que ir embora, porque acabou o mato, a terra só servia para gado e nós tivemos que ir por falta de recurso de recuperá a terra e pela repressão. (Camponês W. in: Fernandes, 1988. p.130)

Desata-se o *Nó Górdio de Formoso e Trombas*, lamentavelmente, pelos militares. Fecha-se um ciclo histórico, inicia-se outro, ainda a ser resgatado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. B. *Trombas. A guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília: Ed. Goethe, 1985.

BASBAUM, L. *História sincera da república*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 3v.

BEZERRA, G. *Memória.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 2v.

COELHO, M. A. T. *Herança de um sonho: memórias de um comunista.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, L. F. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996.

CUNHA, P. R. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964).* São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

______. *O camponês e a história: a construção da Ultab e a formação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas/Instituto Astrojildo Pereira, 2004.

ESTEVES, C. L. S. *Nas trincheiras: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964)*. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado em) – Universidade Federal Fluminense.

FERNANDES, M. E. C. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*, Goiânia, Ed. UFGO, 1988.

GOMES, D. O. A *práxis do guerreiro: a história de Antonio Ribeiro Granja*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2006.

GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*, Rio de Janeiro: Fase, 1989.

______. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo*. Campinas, 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Intituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MORAES, J. Q. *A esquerda militar no brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes.* São Paulo: Siciliano/Expressão Popular, 1991-2005.

PRIORI, A. A. *A revolta camponesa de Porecatú. A luta pela defesa da terra Camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952).* Assis, 2000. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, campus de Assis, Universidade Estadual Paulista.

ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro.* Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

WOLF, E. *As guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984.

3
O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul*

Cordula Eckert

O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master), que se desenvolveu no Rio Grande do Sul de 1960 a 1964, mobilizou mais de cem mil agricultores organizados em Associações de Agricultores Sem-Terra, destacando-se pela formação de acampamentos junto às áreas que pretendiam fossem desapropriadas pelo governo estadual. Essa mobilização forçou, na prática, uma campanha pela reforma agrária. O surgimento do Master ocorreu durante o governo Brizola (1959-63), que apoiou e estimulou o Movimento. Manteve-se ativo ainda durante o governo de Ildo Meneghetti (1963-67) e, apesar da grande repressão a que foi submetido, demonstrou capacidade de sobrevivência. Com o golpe de 1964 desarticulou-se, à semelhança de outros movimentos populares urbanos e rurais nacionais.

INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NO RIO GRANDE DO SUL

O campesinato surge como uma força social organizada em nível nacional a partir da década de 1950, colocando no cenário político a discussão sobre a questão agrária. No Nordeste, em Goiás, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná e no Rio Grande do Sul surgiram vários movimentos, com destaque às Ligas Camponesas e à União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB), que estimularam a organização de camponeses de outros

* Este artigo tem por base a dissertação de mestrado (Eckert, 1984) submetida ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob orientação da professora Leonilde Servolo de Medeiros.

estados, somando-se à luta nacional pela reforma agrária. Esse processo de organização e agregação nacional passou a ser um dos aspectos principais das reformas de base defendidas no período. Conforme Carvalho (1979, p.172), "pode-se dizer que a reforma agrária vai constituir o ponto de convergência de outras questões fundamentais: o problema propriamente agrário, o problema regional, da redefinição das forças sociais e do bloco no poder".

As primeiras propostas de organização de agricultores no Rio Grande do Sul ocorreram por iniciativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinha em vista formar sindicatos de assalariados rurais. Os primeiros sindicatos desse tipo foram criados em Pelotas, em Jaguarão e em São Gabriel, tendo sido fundados por volta de 1954, mas sem reconhecimento legal. Os comunistas também foram responsáveis pela organização de embriões de sindicatos em outros municípios, onde, em geral, predominava o assalariamento rural.[1] A criação das Ligas Camponesas do Nordeste, no final da década de 1950, havia feito com que esses núcleos organizados pelo PCB passassem a ser denominados de Ligas, com a intenção "de fazer um movimento homogêneo" (Entrevista com Ari Saldanha, agosto/1982).[2]

No início dos anos 50 registrou-se a realização das duas primeiras Conferências Regionais de Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul, com a participação de representantes dos municípios nos quais o PCB vinha desenvolvendo um trabalho organizativo com camponeses (*Jornal Terra Livre*, julho de 1954 e n.50 e 74). Essas Conferências regionais faziam parte das atividades preparatórias para as Conferências Nacionais organizadas pela ULTAB, em São Paulo, em 1953 e em 1954.

Por outro lado, em termos de confronto direto, três acontecimentos envolvendo posseiros merecem ser mencionados: um em 1952, em São Francisco de Paula, e outros dois em Taquara, em 1952 e 1953. Os conflitos em questão envolveram ações da Brigada Militar com o objetivo de expulsar posseiros dessas áreas, que eram devolutas. Outra mobilização pela terra, na década de 1950, da qual se tem notícia, ocorreu em Erechim, onde eram reivindicadas as terras de um latifúndio.

Tem-se conhecimento, também, da realização de um acampamento promovido por trabalhadores temporários do frigorífico Swift & Armour (Entrevista com Ari Saldanha, agosto/1982 e novembro/1983), os quais, durante o governo de Walter Jobim (1947-50), haviam reivindicado, com o apoio do PCB, a estância da Armour em Uruguaiana. Esse movimento foi liderado por Aladin Rosalo, um operário da Swift que, em 24 de setembro

---

[1] São os municípios de Santana do Livramento, Rosário do Sul, Cacequi, Santiago, Itaqui, Arroio Grande, com predomínio da pecuária extensiva; Cachoeira do Sul e Camaquã, onde, além da pecuária, se desenvolvia a cultura do arroz irrigado; Santo Ângelo, com predomínio das culturas de soja e trigo; e ainda Jaguari e Erechim, municípios com presença relativa da pecuária de corte, mas com uma estrutura fundiária mais equilibrada.

[2] Ari Saldanha foi importante liderança do PCB gaúcho, mais voltado às ações no meio rural.

de 1950, foi assassinado pela polícia junto com outras três pessoas, caso que foi identificado pela imprensa local como a "chacina de Uruguaiana".

Cabe ainda mencionar as manifestações de triticultores, no ano de 1956, em favor de melhores preços e outras medidas em prol da triticultura nacional, quando chegaram a realizar uma passeata de protesto na cidade de Bagé (*Jornal Terra Livre*, n.69). Essa mobilização foi retomada posteriormente, em 1960, culminando com greves e diversas manifestações, principalmente, nas cidades do Alto Uruguai (*Novos Rumos*, 22 a 28/04/60).

Esses registros indicam a existência de um trabalho de mobilização que, mesmo incipiente, aponta para a acumulação de experiências vividas pelos trabalhadores no campo e que colaborou para a emergência do Master.

O AGRICULTOR SEM-TERRA E A ORIGEM DO MASTER

Dois aspectos do processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha apresentam importância para o entendimento do surgimento dos sem-terra no Rio Grande do Sul. O primeiro é o alto índice de concentração da propriedade da terra e o segundo é o esgotamento da fronteira agrícola do estado. Essas causas, inter-relacionadas, provocaram a emergência de uma parcela da população rural, para a qual se reduziram as possibilidades de acesso à terra com baixo custo e em dimensão suficiente para manter parcelas de reserva que considerassem as futuras necessidades de reprodução dos filhos como agricultores.

Pelas informações obtidas em jornais da época, pode-se estimar que os sem-terra que o Master buscou aglutinar englobavam: os assalariados permanentes e temporários que, pela pouca geração de empregos no campo e pelas más condições de trabalho oferecidas, ansiavam pela posse da terra como forma de garantir a sua sobrevivência e da família; os posseiros, parceiros, arrendatários e agregados que, apesar de terem acesso à terra, o faziam de forma instável; os pequenos proprietários que, por terem parcelas de terras muito reduzidas, pretendiam ampliar sua propriedade; e os filhos desses pequenos proprietários que, ao casar, pretendiam permanecer como agricultores e para os quais nem sempre a terra do pai era suficiente para atender às suas necessidades.

O Master surgiu, em 1960, com a tentativa de um proprietário de terras de retomar uma área de 1.800 hectares, situada no município de Encruzilhada do Sul, que, por cinqüenta anos, esteve em poder de 300 famílias de posseiros. Com o apoio do prefeito, Milton Serres Rodrigues, os posseiros dispuseram-se a lutar pelo direito de permanência.[3] No dia 24 de junho

[3] Milton Serres Rodrigues era delegado de polícia e foi eleito para a prefeitura pelo PTB. Ver *Novos Rumos*, 2 a 8/12/60; *Terra Livre* n.96 e *Última Hora*, 31/10/60.

de 1960, por iniciativa daquele prefeito, foi fundado o primeiro núcleo do Master na cidade de Encruzilhada do Sul, contando com a participação de Paulo Schilling (na ocasião, superintendente da fronteira do sudoeste) e Ruy Ramos (na época deputado federal pelo PTB).

Foi ainda lançado um manifesto no qual eram destacados o entrave causado pelo monopólio da terra e a necessidade de que ela pertencesse a quem a tratava e nela trabalhava.[4]

A PRIMEIRA FASE DO MASTER: A ESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO

A primeira fase do Master transcorreu entre junho de 1960, data de sua criação, e janeiro de 1962, momento do início dos acampamentos. Essa fase caracterizou-se pela organização de associações de sem-terra nos municípios e de uma associação estadual. Essas iniciativas, possivelmente, foram estimuladas pela perspectiva de realização do Congresso Camponês de Belo Horizonte, organizado pela ULTAB e programado para outubro de 1961. Em junho daquele ano, ocorreu um encontro de Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul, em que estavam presentes representantes de vários municípios. Na pauta, estava a criação da Associação dos Agricultores Sem-Terra do Estado do Rio Grande do Sul, a realização de um encontro estadual de agricultores em setembro daquele mesmo ano e, ainda, a questão da distribuição de terras aos agricultores. (*Última Hora*, 24/06/61 e 26/06/61).

Em agosto de 1961, a Comissão Organizadora do I Congresso dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul decidiu priorizar a estruturação das associações de camponeses no interior, as quais elegeriam seus delegados ao Congresso gaúcho e ao Congresso de Belo Horizonte. Para isso, foram organizadas seis caravanas, que percorreriam 48 municípios do estado (*Última Hora*, 05/08/61 e 17/08/61).

Todavia, devido ao Movimento da Legalidade,[5] o congresso estadual foi adiado, bem como o Congresso de Belo Horizonte, que ficou para os dias 15 e 16 de novembro de 1961. Nesse evento, o Master fez-se presente, com 31 delegados, representando 33 associações de sem-terra. Entre eles estavam Milton Serres Rodrigues e Paulo Schilling, simpatizantes das Ligas Camponesas e simpatizantes do PCB (*Última Hora* de 11/11/61, 14/11/61).

Segundo Ari Saldanha, liderança do Master vinculada ao PCB, os comunistas teriam passado a integrar o Master antes do Congresso de Belo

[4] Manifesto lançado pelos promotores do Movimento dos Agricultores Sem-Terra de Encruzilhada do Sul, em junho de 1960.

[5] Denomina-se Movimento da Legalidade a articulação de diversos setores da Nação em prol da posse do vice-presidente João Goulart quando da renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Sobre esse Movimento, ver Schilling (1979).

Horizonte, momento em que, junto com lideranças do PTB, decidiram organizar a Associação Estadual, elegendo para tal uma Comissão Provisória Pró-Master. Até então, segundo ele, o PCB vinha organizando Ligas Camponesas[6] no Rio Grande do Sul, a exemplo do Nordeste. Após o Congresso de Belo Horizonte, os comunistas, reunidos com lideranças do Master, entre as quais Milton Serres Rodrigues e Euzébio França,[7] concluíram que "tinha que haver uma organização estadual que fizesse a coesão dos movimentos heterogêneos" existentes no campo e que "seria errôneo querer imprimir um nome específico: as Ligas". Assim, em prol da tentativa de unificação do movimento camponês gaúcho, os comunistas aderiram ao nome Master, passando a integrar esse movimento (Entrevista com Ari Saldanha, 1982).

Até fins de 1961, a organização do Master junto aos sem-terra era incipiente. Foi a partir de janeiro de 1962 que o Movimento começou a adquirir grande impulso, resultado do apoio que o Governo Brizola passou a emprestar-lhe. Alguns autores colocam até mesmo a criação do Master como iniciativa do governador Brizola (Moraes, 1976; Zanfeliz, 1980). Entretanto, pelas informações levantadas, o governador Brizola passou a apoiar o movimento apenas a partir do segundo semestre de 1961, e a esse apoio podem e devem estar associados o impulso e a expansão que o Master passou a ter a partir de 1962.

Ao iniciar seu governo, o objetivo principal da política agrária desenvolvida por Brizola era a legitimação de terras devolutas.[8] Foi somente a partir de agosto de 1961 que passou a ser privilegiada a luta pela reforma agrária. Naquela ocasião, o governador, para dar o exemplo de apoio à causa, propôs-se a dividir parte das terras da Fazenda Pangaré (ou Bacopari), de sua propriedade, localizada no município de Osório (*Última Hora*, 14/08/61). Ao mesmo tempo, constituiu um grupo de trabalho para estudar a introdução da reforma agrária no estado e declarou como de utilidade pública, reconhecidas pelo governo, as mais de dez Associações de Agricultores Sem-Terra então existentes. Em apoio à reforma agrária criou, em abril de 1962, o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), idealizado por Paulo Schilling. Em janeiro desse mesmo ano, havia sido instituído, por iniciativa de Brizola, o Programa de Projetos Especiais de Reforma Agrária

[6] Não confundir a criação de Ligas Camponesas do PCB (trabalho desenvolvido até 1961), no Rio Grande do Sul, com as Ligas criadas por dissidentes do PCB (após 1962), em geral, estudantes que, mesmo com a existência do Master, incentivavam a organização das Ligas, mas sem um resultado expressivo.

[7] Euzébio França era técnico agrícola, vereador de Viamão, onde iniciara a criação de uma Associação de Sem-Terra.

[8] O governador Brizola foi eleito por uma aliança formada pelo PTB, PSP e PRP, sendo entregue a Secretaria da Agricultura ao PRP. Em 1961, foi rompida essa aliança e o PTB passou a assumir a Secretaria da Agricultura.

e Desenvolvimento Econômico-Social, com o objetivo de democratização da propriedade e organização de granjas cooperativas e comunidades de pequenos e médios agricultores e criadores.

UMA NOVA ETAPA DO MASTER: OS ACAMPAMENTOS

A partir de janeiro de 1962, passaram a ser realizados acampamentos junto a áreas que os integrantes do Master pretendiam que fossem desapropriadas pelo governo estadual, baseados nos artigos 173 e 174 da Constituição estadual.[9]

Segundo Schilling (1967), a proposta de formação de acampamentos:

> contou não somente com o beneplácito e o apoio, senão com a participação direta e notória de Brizola, então governador do estado. O plano consistia na formação de acampamentos de camponeses no perímetro de grandes latifúndios, previamente eleitos entre aqueles de mais baixo índice de aproveitamento, em regiões onde o número de camponeses sem-terra fosse elevado.

Essa opção justificava-se tendo em vista o parágrafo 1º do artigo 173 da Constituição do estado que determinava: "o Estado combaterá a propriedade improdutiva, por meio de tributação especial ou mediante desapropriação".

De acordo com Schilling (1967, p.97-8), feita a escolha da área, "pacífica e ordenadamente, os camponeses acampavam em tendas de campanha e ranchos improvisados, na estrada que servia de limite à propriedade eleita, estabelecendo o acampamento". A seguir, baseados nos artigos da Constituição, os agricultores reivindicavam sua desapropriação e posterior divisão. Estabelecido o acampamento, "Brizola mandava acampar um destacamento da Brigada Militar nas imediações do mesmo, pondo os camponeses a salvo de qualquer violência dos latifundiários e de seus capangas". A desapropriação "previamente combinada com o governador" não era executada imediatamente, mas era "às vezes, atrasada *ex professo*", ou seja, atrasada deliberadamente, como forma, inclusive, de despistar os acordos prévios feitos com o governo do estado.

Segundo entrevista realizada com Ari Saldanha em novembro de 1983, foi sua a idéia de realização de acampamentos. De acordo com o entrevistado, a delegação gaúcha, ao retornar do Congresso de Belo Horizonte, foi

[9] O artigo 174 autorizava o Estado a prover, mediante desapropriação, a justa distribuição da propriedade, de maneira que o maior número possível de famílias tivesse acesso a terras e meios de produção, a promover planos especiais de colonização (sempre que a medida fosse pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem-terra, de determinada região), podendo também organizar fazendas coletivas destinadas à formação de elementos aptos às atividades agrícolas.

até o governador Brizola para agradecer sua colaboração (que consistiu na cessão de ônibus para o transporte da delegação). Naquele momento, o governador teria despertado para o problema agrário, passando a encaminhar discussões com Milton Serres Rodrigues sobre possibilidades de realizar "um movimento rural de envergadura estadual, que tivesse influência positiva para atrair o trabalhador para o processo político". Conforme Saldanha (1982/1983), foi então que sugeriu que "o negócio era acampar. Fazer grandes acampamentos com enxadas, com ferramentas, se possível até com arado, de carreta num grande terreno baldio, nas margens de cidades reivindicando a Reforma Agrária". A partir de então, segundo o entrevistado, Milton S. Rodrigues "voltou ao Palácio, conversou com Brizola. Depois não retornou a nós, não se reuniu conosco, e instauraram o acampamento do Banhado do Colégio e de Sarandi".

O primeiro acampamento formado na época foi o do município de Sarandi, montado em 8 de janeiro de 1962. A área visada ocupava 25 mil hectares de propriedade de três sócios de uma firma uruguaia que a haviam adquirido havia quarenta anos. De acordo com matéria do jornal *O Nacional*, de Passo Fundo (15/01/1962), diversas famílias pertencentes às Ligas Camponesas e oriundas de Nonoai fixaram-se em Ronda Alta, no município de Sarandi. Organizadas, essas famílias utilizaram uma tática para impedir que a repressão fizesse uso da argumentação de "invasão à propriedade" para retirá-las do local: montaram seu acampamento no corredor de acesso à fazenda, sob o comando do prefeito de Nonoai, Jair Calixto, em vez de invadirem diretamente a área. Os acampados receberam o apoio de setores da população local através do fornecimento de gêneros alimentícios. A matéria do *O Nacional* chegou a divulgar informações contraditórias e não confirmadas sobre a existência de armas no acampamento.

A concentração de agricultores aumentou significativamente, pois após cinco dias de acampamento, no dia 13, já eram cerca de 1.300 pessoas. Esse crescimento certamente estava vinculado à propaganda que anunciava a doação de terra a quantos não a tivessem (*O Nacional,* 13/01/62). Enquanto isso, a Brigada Militar, de sobreaviso desde antes do início da concentração, mantinha-se em prontidão, apesar de não intervir, já que o movimento era pacífico.

No dia 15, perante cinco mil agricultores, Brizola, acompanhado de uma comitiva de Porto Alegre composta de parlamentares, prefeitos e jornalistas, comunicou a desapropriação dos 25 mil hectares da Fazenda Sarandi. As terras desapropriadas foram divididas na forma de 62 lotes rurais do tipo familiar (cerca de 25 hectares) e 16 propriedades de 250 hectares para triticultores mecanizados (Rio Grande do Sul, 1963).

Além do estímulo fornecido pela experiência desse primeiro acampamento, o governador, no dia 11 de janeiro, declarou de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 596 hectares em Canguçu, e outra

de 211 hectares no município de São Jerônimo (*O Nacional*, 16/01/62). A partir daí foram surgindo, ao longo do mês de janeiro, inúmeros acampamentos, concentrações de agricultores e pressões sobre o governo estadual em outros municípios, entre eles Taquari.

No dia 21, em Camaquã, surgiu o acampamento do Banhado do Colégio. Cerca de dois mil agricultores sem-terra, liderados pelo presidente da Associação dos Agricultores Sem-Terra e pelo padre da localidade, reivindicaram as terras do Banhado do Colégio, com cerca de 20 mil hectares, que haviam sido drenadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, e incorporadas pelos proprietários lindeiros (*O Camaquã,* 27/01/62, e *Última Hora,* 24/01/62). O decreto desapropriatório foi assinado no dia 30 de janeiro, sendo o depósito regulamentar meramente simbólico por não existirem, segundo o governo estadual, razões para maiores discussões sobre a avaliação.

Nesse mesmo mês de janeiro surgiram, ainda, os acampamentos de Santa Maria e de Caçapava do Sul (este último dissolvido em 29 de janeiro, atendendo à solicitação do governador).

Ao longo do mês de fevereiro surgiram também vários acampamentos e sucederam-se mobilizações em vários municípios como Pelotas, Alegrete (na barragem do Ibirapuitã), Sapucaia,[10] em São Leopoldo, São Jerônimo e Itapoã.

As ações em prol da reforma agrária por parte do governo de Leonel Brizola tiveram continuidade com a efetivação de outras desapropriações de terras, como em Sarandi, no Banhado do Colégio, em Canguçu e em Quitéria, no município de São Jerônimo. É importante destacar que o governador solicitou que os proprietários cedessem 10% de suas terras aos camponeses pobres, anunciando que o próprio presidente João Goulart tomaria essa iniciativa e que ele próprio, governador, já havia cedido a fazenda do Bacopari, de sua propriedade. Brizola justificava o apelo alegando a injustiça da má distribuição da terra no estado: enquanto as grandes propriedades pertenciam a apenas nove mil pessoas, 267 mil detinham pequenas propriedades; ademais, 70% das terras ocupadas pela lavoura capitalista do arroz eram exploradas sobre terras arrendadas.

A partir daquele apelo do governador para que proprietários cedessem suas terras, foram realizadas negociações entre o governo do estado e a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul), para acertar um programa de atividades tendo em vista o encaminhamento da questão agrária no estado e no país. Esse acordo pressupunha que o governo estadual tivesse força para suspender a realização de novos acampamentos. No entanto, eles continuaram a ocorrer.

[10] Os sem-terra reivindicavam as terras da Fazenda Itapuí, propriedade de Ildo Meneghetti (de 1.500 hectares), ex-governador do Rio Grande do Sul (1955/59-1963/67).

A nota assinada pelo governador Brizola, recomendando a todos os agricultores que reivindicavam terras que se abstivessem de movimentos reivindicatórios ostensivos, foi publicada na imprensa (*Última Hora*, 12/02/62). Mas manifestações de agricultores sem-terra foram ainda organizadas em 11 de fevereiro e nos dias seguintes. Esse acordo, aparentemente, reforça a tese que enquadra o Master como um movimento oficialista, organizado por Brizola. Indicando, portanto, que o governador pudesse, também, suspender suas ações quando bem entendesse. Entretanto, as evidências do momento demonstraram ser relativa a capacidade de Brizola de determinar o andamento das manifestações, uma vez que muitas continuaram a ocorrer apesar dos apelos do governador.

A primeira concentração ocorreu em Gravataí, onde mais de mil agricultores se reuniram para fundar a Liga Camponesa de Vista Alegre.[11] Outra concentração ocorreu em São Lourenço do Sul, reunindo igual quantidade de agricultores. Em Itapoã, os acampados, inconformados com a trégua acertada entre o governo do estado e a Farsul, ameaçaram invadir a fazenda Lagoa Negra se, até o dia 14, o governo não atendesse a suas reivindicações.

Em fevereiro, ainda, ocorreram novas mobilizações em Pelotas, além do surgimento de outros acampamentos: em São Francisco de Paula, mobilizando mais de três mil agricultores; em Taquari,[12] reunindo cerca de 300 camponeses. No dia 21, ocorreu um acampamento com 800 agricultores em São Francisco de Assis, que logo foi dissolvido atendendo à solicitação feita pelo governador.

Assim, durante o mês de fevereiro, mesmo com a existência do acordo entre o governo do estado e a Farsul, os agricultores continuaram pressionando por terra, apesar de muitos acatarem a solicitação do governo de não realizar acampamentos. Foi o caso da desistência de montagem de acampamentos em Gravataí, em São Lourenço do Sul e em São Francisco de Assis. Em Itapoã e em Taquari, os agricultores mostraram-se inconformados com o acordo entre o governo e a Farsul e não acataram o pedido de suspensão dos acampamentos. Em Itapoã, o acampamento somente foi dissolvido depois que o governo aceitou as reivindicações dos agricultores. Isso mostra que o governo estadual não tinha força nem controle sobre o movimento, que esse se alastrava à sua revelia. Em março, os acampamentos e as manifestações de inconformidade com a trégua tiveram continuidade no Banhado do Colégio, Tenente Portela, Cachoeira do Sul, São Luiz Gonzaga, Itaqui e Giruá. Neste último, existiam dois acampamentos, um dos

---

[11] Essa Liga Camponesa fazia parte das Ligas Camponesas criadas segundo a orientação das Ligas do Nordeste.

[12] Conforme já mencionamos, nessa área ocorreram mobilizações anteriores, em 1961, quando reagiram a tentativas de expulsão e, em janeiro de 1962, quando realizaram manifestações reclamando a posse dessa terra.

sem-terra e outro dos proprietários e dos grandes produtores mecanizados, cada um localizado em um lado da estrada. Para separá-los, foi colocado um batalhão da Brigada Militar. Os sem-terra reivindicavam a desapropriação dos 11.250 hectares do Rincão dos Vieira.

O último acampamento durante o governo Brizola foi o de Cruz Alta, em maio de 1962, quando cerca de 500 agricultores sem-terra reivindicaram uma propriedade particular considerada improdutiva. Enquanto uma comissão representando os sem-terra reivindicava junto ao governo Brizola a desapropriação da área, a Farsul enviava uma mensagem ao comandante do 3º Exército com o pedido de proteção para a propriedade privada que estava ameaçada. De acordo com Ari Saldanha, o governador Brizola não apoiou essa ação porque o PTB local também não o queria e porque havia a ameaça de o Exército atacar o acampamento. Apoiando a posição do governador, Milton S. Rodrigues teria se dirigido a Ari Saldanha reafirmando a posição de não acampar. O acampamento saiu, mas não sem que o Exército, por solicitação da Farsul, parasse na estrada os manifestantes quando se dirigiam ao local em dois caminhões. No dia seguinte, quando o governador Brizola soube que o acampamento tinha sido instalado, pediu que o dissolvessem. Entretanto, os agricultores somente o fizeram após o governador comprometer-se a desapropriar a área (Entrevista com Ari Saldanha, novembro de 1983).

Conforme exposto acima, nem todos os acampamentos obtiveram o mesmo grau de apoio do governador Brizola, apesar de Schilling afirmar que eram programados com o apoio do governo estadual. Enquanto alguns acampamentos resultaram em desapropriação das áreas visadas ou, pelo menos, em tentativas de desapropriação e, também, em apoio com alimento, dinheiro e cobertura da Brigada Militar, em outros isso não ocorreu. Por exemplo, pelas informações levantadas, os agricultores sem-terra de Sapucaia, que visavam a fazenda Itapuí, de propriedade de Ildo Meneghetti, não receberam nenhum estímulo por parte do Executivo. Também em Taquari, os agricultores, apesar de pressionarem por medidas efetivas em favor da desapropriação da área visada, não obtiveram resultados. Tende-se a considerar que, em alguns locais, os acampamentos realizados, ou as tentativas de acampamentos, não foram resultado de planejamento prévio com a participação do governo do estado, mas resultado de iniciativas das próprias associações.

A Brigada Militar, não em todos, mas em vários acampamentos fez-se presente com o objetivo de assegurar a calma e a tranqüilidade: é o caso de Sarandi, Banhado do Colégio, Fazenda Rincão dos Vieira em Giruá. Mesmo com esse apoio, a violência fez-se presente em alguns acontecimentos a partir da ação dos ruralistas. Represálias de fazendeiros contra seus agregados que participavam de acampamentos ocorreram em Giruá e no Banhado do Colégio. Além disso, desde janeiro de 1962, quando se iniciou a prática

dos acampamentos no estado, Milton S. Rodrigues, presidente do Master, denunciava pressões (inclusive armada) contra agricultores sem-terra em Encruzilhada do Sul.

Também há episódios de violência envolvendo posseiros, em Taquari e em São Francisco de Paula, tanto na Fazenda Velha de propriedade do Estado como na Fazenda Mato das Flores, onde, durante os anos de 1963 e 1964, a perseguição do proprietário contra os agricultores foi uma constante, inclusive armada.

A VIDA ORGANIZATIVA DO MASTER DURANTE O GOVERNO BRIZOLA

O Master, a partir de 1962, se fortaleceu enquanto organização dirigente, estreitando os laços das associações em nível estadual e mantendo uma liderança na defesa da reforma agrária. Nesse mesmo período, foi iniciado um contato maior com outras entidades, com a realização de atividades conjuntas entre o Master, os sindicatos urbanos e as entidades de estudantes. Esses laços foram fortalecidos a partir da posse do governador Meneghetti quando, com a intensificação da repressão, a solidariedade emprestada por esses setores passou a ser fundamental à luta dos sem-terra.

O I Encontro Camponês Estadual, convocado pelo Master, após várias tentativas frustradas, foi em 31 de março e 1º de abril de 1962, sendo convidadas as 150 Associações de Sem-Terra e Uniões de Agricultores Sem-Terra.[13]

Em 5 de agosto de 1962, o Master instalou uma assembléia permanente e lançou um documento às autoridades do Governo Federal e estadual, no qual reivindicava a aprovação de uma Reforma Agrária Radical e posicionava-se contra a violência enfrentada pelos agricultores sem-terra. Ao mesmo tempo, aderiu ao Pacto de Unidade e Ação com os operários e estudantes – a Aliança Operário-Estudantil-Camponesa. Também exigiu do IGRA a entrega imediata de terras prometidas pelo governo estadual. Ressalta-se que a entrega dos primeiros lotes pelo Governo Brizola aos sem-terra havia ocorrido em junho de 1962 (131 lotes em Camaquã), e a maior parte deles só foi distribuída em dezembro de 1962, um mês antes de deixar o governo do estado, pressionado pelo Master.

Após várias tentativas, o I Congresso do Master realizou-se de 15 a 17 de dezembro de 1962. A tese central dos debates foi a "necessidade de uma reforma agrária que acabe com a propriedade latifundiária e entregue

[13] Pelos dados coletados, existiam associações de agricultores sem-terra em 75 municípios; a vida dessas associações era bastante instável, girando principalmente em função dos acampamentos.

terra aos camponeses". A pauta incluía o tema do associativismo rural e a discussão e aprovação dos estatutos do órgão estadual, resoluções e moções.

Conforme Ari Saldanha (Entrevista, novembro/1983), a realização do Congresso não obteve, de início, o apoio do governador Brizola, pois ele preferia que o mesmo ocorresse mais tarde. Mas a direção do Master insistiu, entendendo que o Congresso deveria se realizar antes da posse de Ildo Meneghetti (dia 31 de janeiro de 1963). Segundo Saldanha, foi apenas depois de tudo estar decidido que o governador Brizola apoiou a sua realização.

O Congresso foi precedido de alguns encontros regionais preparatórios em Santo Ângelo, Passo Fundo, Pelotas e Uruguaiana e contou com a presença de mais de cem pessoas – 72 delegados e 28 representantes do governo estadual, Câmara Municipal, sindicatos urbanos, estudantes, representações de outros estados e Lindolpho Silva, pela ULTAB. No Congresso, foram aprovados uma carta de reivindicações e os Estatutos e eleitos a diretoria e o conselho deliberativo do Master.

A Carta Reivindicatória aprovada pelo I Congresso (1962) levantava, como fundamental, a luta pela Reforma Agrária Radical, objetivando dar terra aos camponeses e acabar com a propriedade latifundiária, com os seguintes pré-requisitos:

> estabelecer um limite máximo para a área da propriedade territorial; regulamentar a venda, doação ou concessão em usufruto das terras desapropriadas dos latifúndios; eliminação do parágrafo 16 do Artigo 141 da Constituição Federal para que as desapropriações pudessem ser feitas com títulos resgatáveis a longo prazo; desapropriação, preliminarmente, das áreas marginais das principais vias de transporte e próximas aos centros urbanos. Também foram aprovadas moções exigindo a entrega imediata das terras já desapropriadas pelo governo estadual e a regularização da situação dos camponeses. (*Terra Livre*, jan/1963)

Como se vê, eram posições semelhantes às defendidas pelo Congresso de Belo Horizonte, realizado em novembro de 1961, e mais radicais, se comparadas com as propostas do Estatuto do Primeiro Núcleo do Master, elaborado em junho de 1960.

Mesmo reafirmando a proposta de criação de associações de agricultores sem-terra, pequenos e médios agricultores, a Carta levantava a importância do "apoio e ajuda à criação de sindicatos rurais e incentivo à sindicalização dos trabalhadores rurais". Também constava o apoio do Master à luta do povo brasileiro pela emancipação nacional, à Declaração de Goiânia e à Declaração de Princípios do I Encontro de Libertação Nacional, assim como à Carta de Princípios do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte (*Terra Livre*, n.118 de janeiro de 1963).

Por ocasião do Congresso, o coordenador do IGRA, Paulo Schmidt, prometeu que o governo do estado distribuiria, até fins de janeiro de 1963,

as glebas desapropriadas aos sem-terra habilitados e garantiu a participação ativa do IGRA na campanha de sindicalização rural promovida pelo Master.

Ainda em relação ao Congresso destacam-se a escolha da diretoria definitiva da Federação dos Agricultores Sem-Terra, Pequenos e Médios Proprietários, e a tentativa dos "brizolistas" de escolher uma diretoria composta apenas de elementos de sua corrente, indicando, para presidente, Milton Serres Rodrigues, e, para secretário-geral, Romeu Barlese. Isso quando o plenário já tinha uma chapa formada propondo Milton Serres Rodrigues para presidente; Euzébio França para secretário-geral e Ari Saldanha para primeiro-secretário. Diante dessa divisão, foi elaborada uma chapa conciliatória incluindo Barlese como um dos vice-presidentes da Federação. Contudo, Barlese não abriu mão de sua chapa e as duas foram para votação, ganhando a do plenário, por 55 votos contra 16.

Depois do Congresso, segundo dados coletados no *Última Hora*, Milton Serres absteve-se de uma participação ativa no Master, assumindo o exercício da presidência Romeu Barlese. Logo depois este foi substituído[14] por Rosauro Charlat de Souza e, meses mais tarde, por Euzébio França e por Ari Saldanha, quando, já com Ildo Meneghetti no governo do estado, a repressão intensificou-se, ficando a partir de então os comunistas com a hegemonia na direção do Master.

Quanto à disputa entre brizolistas e comunistas, segundo entrevista realizada com Ari Saldanha, o governador Brizola realmente tinha interesse em impedir a participação dos comunistas no Master (entrevista com Ari Saldanha, em agosto de 1982 e em novembro de 1983). Segundo conta Saldanha, o governador chegou, através de Milton Serres Rodrigues, a solicitar sua saída da diretoria do Master, senão a entidade perderia sua sede social, paga pelo governador.

A TERCEIRA FASE DO MASTER: O INÍCIO DA REPRESSÃO

Entre 1963 e 1964, apesar da perda do apoio do governo estadual, o Master continuou bastante ativo, com a organização de novos acampamentos e melhorias no aspecto organizativo, dando ênfase à criação de sindicatos de assalariados rurais e sindicatos de pequenos produtores. As principais mudanças no contexto político referem-se à violência que, nesse período, foi extrema e ao apoio governamental, que passou a ser dado pela Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), órgão vinculado diretamente ao presidente da República, cujo delegado regional no Rio Grande do Sul era Eliseu Torres, advogado e liderança do PTB.

[14] Romeu Barlese passa a integrar os quadros da SUPRA em Brasília, no governo João Goulart.

Também se observa, nesse período, um entrelaçamento maior com entidades urbanas e estudantis, talvez resultado do fato de o PCB deter a hegemonia da diretoria da entidade em nível estadual após o I Congresso dos Agricultores do Rio Grande do Sul, e da violência enfrentada pelo movimento no governo Meneghetti.

O governador Meneghetti assumiu o governo no dia 31 de janeiro de 1963 e, já no dia 4 de fevereiro, surgiu mais um acampamento de agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul. Eram 935 colonos que não haviam recebido terras na Fazenda Sarandi e que acamparam na Reserva Florestal do Estado, de 20 mil hectares, no lugar denominado Passo Feio, município de Iraí e divisa com o município de Nonoai.[15]

No dia 14 de fevereiro, a Brigada Militar sitiou o acampamento de Passo Feio, onde ainda se encontravam cerca de 60 famílias, e as estradas foram bloqueadas. A repressão também atingiu líderes sindicais urbanos e a diretoria do Master que se dirigiam para o acampamento, sendo presos no dia 17 e liberados no dia seguinte. Também os agricultores acampados sofreram novas violências, pois o acampamento de Passo Feio foi arrasado e incendiado, e a cidade de Nonoai virtualmente ocupada pelas forças da Brigada Militar. Jair Calixto, prefeito de Nonoai, e o pretor de Nonoai, representante do Poder Judiciário naquele município, foram barrados ao se aproximar do acampamento.

Dirigindo a operação de repressão em Passo Feio estavam o cel. Gonçalino de Carvalho e o chefe de polícia do governo Meneghetti, Armando Prates Dias. Enquanto isso, o governador dizia que nada sabia sobre esses acontecimentos. O secretário de Segurança do estado também declarava desconhecer a repressão. Em conseqüência, foi instaurada na Assembléia Legislativa uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as responsabilidades.

A política repressiva do governo Meneghetti atingiu outras localidades, onde havia intenções de realização de acampamentos. Em Sapucaia, foi instalado um grande dispositivo policial defronte à sede da Associação para impedir um acampamento de mais de três mil agricultores sem-terra na Fazenda Itapuí e em outras fazendas do município.

A repressão atingiu o próprio IGRA com a exoneração de Euzébio França do cargo que exercia no órgão e de outros funcionários: dos 32 empregados, apenas dois foram mantidos, um motorista e um engenheiro agrônomo. Também o padre Alípio, líder do movimento camponês no Nordeste, foi preso em sua visita ao Rio Grande do Sul por elementos do Exército, que tinham em vista impedir a realização de um comício sobre a reforma agrária, em Santo Ângelo. As dificuldades estenderam-se também

[15] As terras visadas pertenciam à Reserva Florestal do Estado (16 mil hectares) e ao Toldo Indígena de Nonoai (20 mil hectares). Ver *Última Hora*, 20/02/63.

às atividades organizativas, qual seja, de fundação de sindicatos como em Giruá e São Luiz Gonzaga.

Apesar do clima de repressão, os acampamentos continuaram a surgir, mas todos foram de alguma forma reprimidos, recebendo o apoio da direção estadual do Master, da SUPRA, de estudantes e de sindicalistas urbanos. É importante salientar que a SUPRA, apesar de ser um órgão federal ligado diretamente à Presidência da República, era sistematicamente impedida pela polícia de ter acesso aos acampamentos.

O próximo acampamento que surgiu foi em agosto de 1963, envolvendo sem-terra selecionados para receber lotes na Fazenda Sarandi e que, preteridos, formaram novo acampamento na Reserva Florestal de Nonoai. Também essa mobilização foi objeto da ação policial no dia 23 de agosto. Um dos líderes camponeses, José Lagranha, foi preso em Nonoai por policiais a serviço do cel. Gonçalino e levado para o 2º Batalhão de Polícia. O Master, na ocasião, lançou um manifesto em que denunciou o "recrudescimento em nosso estado das arbitrariedades policiais contra os sem-terra". Por outro lado, o secretário da Agricultura do governo Meneghetti declarava que "o Estado nada tem a ver com o problema".

No dia 28 de agosto, mais um acampamento foi formado naquela região, quando mais de 200 famílias de sem-terra invadiram uma fazenda em Ronda Alta, no município de Sarandi.

Em setembro, segundo a direção estadual do Master, a Brigada Militar iniciou a retirada das tropas que cercavam os acampamentos. No entanto, as arbitrariedades continuaram e os agricultores e suas famílias foram vítimas de brutais espancamentos, perseguições, prisões e violações de propriedade.

A ordem do governo estadual era expulsar os camponeses brancos da área indígena denominada Toldo de Nonoai. Por isso, os soldados da Brigada Militar passaram a provocar rivalidades entre os índios e os brancos sem-terra, apresentando-os como grileiros ávidos, criando, dessa forma, condições para o conflito (*Última Hora*, 12/10/63). Outro problema enfrentado pelos acampados era a falta de alimento. Segundo um líder do Master, a "fome nos acampamentos de Nonoai é uma triste realidade (...) e até mesmo um prego que seja enviado ao Master para ser entregue aos camponeses é preso". (*Última Hora*, 27/09/63)

No mês de setembro, destacaram-se outros dois acampamentos: o de Torres e o de Osório. Em outubro, surgiu um acampamento em Bagé, envolvendo um grupo de oito famílias de camponeses sem-terra, que também recebeu a visita do cel. Gonçalino, da Casa Militar do governo do estado. Um contingente de brigadianos dissolveu o acampamento, obrigando os camponeses a instalarem-se junto a uma estrada próxima.

Em dezembro, foi formado um acampamento em Guaíba com 80 famílias acampadas na Fazenda dos Pires. Um pelotão, formado por 32 praças da Brigada Militar, estava postado nas proximidades do acampamento, impe-

dindo o acesso de alimentos e de material para a cobertura das choupanas. Os acampados contavam com o apoio de sindicatos e dos estudantes, que forneciam a alimentação

Em janeiro de 1964, em Bagé, surgiu a ameaça de formação de mais um acampamento com 40 famílias, que se concretizou em fevereiro. As famílias foram expulsas em março pelo comandante da 3ª Divisão de Cavalaria, à frente de um pelotão do Exército e acompanhado do presidente da Associação Rural de Bagé.[16]

Em fevereiro de 1964, surgiu um novo acampamento em Tapes, que tinha por objetivo a Fazenda Santo Antônio, uma área de 50 mil hectares. O acampamento sofreu um cerco total por soldados da Brigada Militar, sob o comando do cel. Gonçalino Cúrio de Carvalho. Repetindo a tática da opressão pela fome, já aplicada no Banhado do Colégio e em Passo Feio, a Brigada impediu a passagem de alimentos e de líderes sindicais, estudantis e representantes do Master e da SUPRA, que chegavam para apoiar o movimento. A orientação dada pelo cel. Gonçalino era de que "ninguém entra na Fazenda Santo Antônio. Nem jornalistas, nem deputado, nem ninguém" (*Última Hora*, 25/02/64). A partir do dia 25, o "cerco de fome", que passou a ser comandado pessoalmente pelo chefe de polícia, Armando Prates Dias, ao lado do cel. Gonçalino, foi ampliado para a "tortura da sede", pois o curso de uma valeta que fornecia água para os acampados foi desviado. O clima de terrorismo era ainda alimentado pelo matraquear das metralhadoras durante a noite.

Em Canoas, no dia 19 de fevereiro, cerca de 400 famílias de agricultores sem-terra dirigiram-se para Encruzilhada do Sul, onde receberam uma propriedade, inclusive com os devidos títulos, mas foram impedidos de seguir viagem pelo Departamento de Ordem Política e Social. Os veículos foram apreendidos e os líderes presos. Tratava-se da fazenda Dom Feliciano, doada aos sem-terra. Em protesto contra a violência policial, os agricultores decidiram acampar em frente à sede das entidades a que pertenciam – sitiadas pelos policiais – até que lhes fossem devolvidos seus veículos e permitida a viagem (*Última Hora*, 20/02/64). No dia 24, o IGRA admitiu que, apesar de os sem-terra terem ganhado de seis herdeiros um pedaço de terra – de 24 hectares, e não 15 mil hectares como havia sido anunciado –, não iria permitir que tomassem posse daquela gleba porque a fazenda era disputada por 140 herdeiros e já estava dividida em glebas individuais. Quanto à repressão, o IGRA disse, inicialmente, que nada sabia da intervenção policial, mas, posteriormente, admitiu que a ordem havia partido do próprio governador do estado (*Última Hora*, 21/02/64).

Como conseqüência desse fato, surgiu o acampamento em Canoas, em março, com cerca de 200 agricultores sem-terra, mas logo foi demolido pelos

---

[16] O presidente da Associação Rural de Bagé, entidade que reunia médios e grandes produtores, era o coronel e comandante da 3ª RA Cav 75. Conforme *Última Hora*, 29/02/64.

policiais. Foi o último acampamento do Master, praticamente apenas um mês antes do golpe de 1964. Segundo a *Última Hora (*07/03/64):

> Mulheres e crianças foram postas a correr de suas barracas, abaixo de empurrões e pancadas dos policiais ... A selvageria não poupou nem a Bandeira Nacional que foi arrancada do mastro em que a haviam colocado os camponeses, pisoteada, rasgada e atirada sobre uma das viaturas da Polícia.

Além dos acampamentos que mobilizaram os agricultores sem-terra ocorreram, também, vários despejos de arrendatários, agregados, parceiros e assalariados permanentes, que plantavam às margens da Barragem Bárbara em Uruguaiana, Tapes e Barra do Ribeiro, Santa Bárbara (onde as ameaças de despejo chegaram, inclusive, a resultar no assassinato do líder camponês Lucídio Antunes). Em São José do Ouro, 93 famílias foram despejadas em Espigão Alto.

Outro processo de expulsão, que se destacou pela violência, ocorreu em São Francisco de Paula, atingindo 26 famílias que ocupavam a fazenda particular Mato das Flores. Comandados pelo chefe de nome Negré, jagunços armados incendiaram casas, dinamitaram uma escola em construção e passaram a agredir as mulheres que trabalhavam na roça.

Além dos novos acampamentos surgidos no Governo Meneghetti e das várias ações de despejo que mobilizaram agricultores, também ocorreram problemas em áreas desapropriadas no Governo Brizola, referentes a questões como a não entrega dos títulos das áreas distribuídas aos sem-terra, e ameaças quanto à participação política desses agricultores nas Associações de Sem-Terra.

A VIDA ORGANIZATIVA DO MASTER NO PERÍODO MENEGHETTI

Durante o governo Meneghetti, o Master manteve seu apoio às mobilizações dos agricultores sem-terra por novas desapropriações e pela distribuição das terras já desapropriadas pelo governo anterior.

Quanto às terras pretendidas nesse período, elas correspondiam tanto a propriedades do Estado quanto a áreas privadas, conforme plano de ação elaborado pelo Master. Essa proposta, entregue ao governador em julho de 1963, solicitava as seguintes desapropriações: Tapes (50 mil hectares); Camaquã (16 mil hectares, fora 34 lotes já demarcados); Osório e Torres (25 mil hectares); Rolante (20 mil hectares); São Francisco de Paula (800 hectares); Taquara (700 hectares); Santo Antônio da Patrulha (50 mil hectares); Guaíba (300 quadras)[17] e Pelotas (450 quadras). Na ocasião, o governador

[17] Uma quadra equivale a 1,74 hectares.

Meneghetti garantiu que seu "primeiro ato concreto sobre reforma agrária seria a desapropriação e distribuição de 50 mil hectares de terra que reivindicam os camponeses da Fazenda Santo Antônio em Tapes" (*Última Hora*, 29/10/63).

Porém, como já foi visto, essa promessa não foi cumprida, como também não foi cumprida a promessa eleitoral de que faria a "reforma agrária já". Pelo contrário, transformou a questão da luta pela terra em caso de polícia, reprimindo os acampamentos e também as lideranças. Exemplo é o seqüestro do líder camponês conhecido como João Sem-Terra pelo DOPS, no dia 21 de outubro de 1963, no município de Nonoai, quando participava, representando o Master, de uma reunião de camponeses. Essa reunião foi dissolvida pela Brigada Militar. Depois de passar amarrado uma noite no mato, foi transportado para o DOPS de Porto Alegre. Apesar da mobilização do serviço jurídico da SUPRA, que chegou a impetrar um mandado de segurança, o líder camponês foi libertado apenas no dia 26, em Erechim. Ao ser solto, João Sem-Terra afirmou que "pelo que vi e ouvi a Polícia, principalmente o DOPS, queria que eu me confessasse guerrilheiro agindo na distribuição de armas aos sem-terra". Apesar das fortes reações contra mais essa arbitrariedade, o pedido de prisão preventiva contra João Sem-Terra, acusado de comunista, foi formulado pelo delegado de polícia de Erechim.

As pressões também aconteceram contra o presidente do Master, Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul – onde foi estimulada uma campanha contra o pagamento dos impostos municipais –, e Jair Calixto, prefeito de Nonoai, uma das principais lideranças dos agricultores sem-terra de Sarandi e Nonoai, que chegou a ser preso.

Portanto, se durante o Governo Brizola, fundamentalmente a partir de meados do ano de 1961, houve um apoio explícito do governo estadual ao Master, durante o Governo Meneghetti verificou-se uma série de arbitrariedades com o intuito de dificultar a mobilização, intimidando as lideranças e os próprios camponeses. Essas arbitrariedades eram executadas tanto pelo governo estadual diretamente como também pelos grandes produtores.

Outro aspecto a ser destacado, além das adesões à luta pela reforma agrária, refere-se à ampliação das propostas de luta identificadas pelas "palavras de ordem". Nessa terceira fase, que corresponde ao período Meneghetti, observa-se que o Master, juntamente com as entidades estudantis e sindicais, passa a apoiar de forma mais enfática a luta pelas reformas de base, que incluíam mudanças do próprio modelo de desenvolvimento nacional.

Nesse período, além da realização de acampamentos e apoio aos mesmos, o Master acompanhou a luta de camponeses ameaçados de expulsão das terras que ocupavam; iniciou um acompanhamento junto aos assalariados rurais na luta pela efetivação dos seus direitos trabalhistas (*Última Hora*,

16/11/63 e 22/11/63) e desenvolveu um trabalho de criação de sindicatos de trabalhadores rurais e de produtores autônomos. Outra frente de luta assumida foi a parlamentar. Segundo afirmações de sua direção, coletadas no *Última Hora*, os camponeses que integravam as diferentes associações de sem-terra elegeram quatro prefeitos e 32 vereadores. Ainda no que se refere às mobilizações feitas em prol da aprovação das reformas de base, o Master participou, no dia 10 de março de 1964, junto com lideranças sindicais e estudantis, de uma concentração popular (*Última Hora*, 02/04/64) de apoio ao comício do dia 13 de março na Guanabara.

Devido ao golpe de 1º de abril, o Master e as entidades sindicais urbanas e estudantis articularam-se tendo em vista a defesa da legalidade, organizando um comício pelas forças populares em frente a uma multidão convocada pela Rede Nacional da Legalidade. O ex-governador Brizola conclamou o povo a organizar-se em corpos provisórios "para participar da luta ao lado das gloriosas forças legalistas do 3º Exército e da Brigada Militar". Porém, nem essas propostas nem a proposta do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de formar batalhões na defesa da legalidade, chegaram a ser efetivadas. Pelo contrário, o presidente João Goulart foi deposto, as entidades populares, entre elas o Master, foram reprimidas, encerrando-se um capítulo da História brasileira que pode ser identificado com o surgimento de um setor social, o campesinato, que se impôs politicamente diante do Estado e dos demais segmentos da sociedade brasileira. O Master foi reprimido assim como outros movimentos camponeses, mas o espaço político conquistado, apesar de retrocessos, de alguma forma se manteve.

REAÇÃO DA FARSUL

Se o Master obteve a adesão de milhares de agricultores sem-terra e o apoio de diversas entidades, também se defrontou com reações que partiram tanto da esquerda – caso das Ligas Camponesas, que o viam como uma entidade oficialista a mando do governador Brizola – como da direita – caso da Frente Agrária Gaúcha, da Farsul e do próprio governo Meneghetti, que viam o Master como um movimento subversivo, agitador, fruto de grupos aliciadores que queriam a derrocada do capitalismo e da propriedade privada.

A Farsul, nos anos de 1961-62, manifestava-se publicamente favorável à reforma agrária, todavia não admitia de forma alguma ameaças à propriedade privada, ou seja, não admitia a desapropriação dos latifúndios conforme o desejo dos camponeses. Em 1963, com a radicalização da luta de classes em nível estadual e nacional, continuaram a colocar a necessidade de uma reforma agrária, mas sem nenhuma contemporização com as ações do movimento camponês, condenado publicamente e identificado por eles como "onda de agitação e subversão pública, promovida por elementos

negativistas ou simplesmente anarquistas" (*Última Hora*, 11/03/64). Nesse período, seguindo o exemplo das ações em nível nacional, passaram a defender o armamento dos ruralistas e a necessidade de reagir, mesmo com violência, contra quaisquer tentativas de mudanças na ordem estabelecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acampamentos, característica principal do Master, aconteceram tanto durante o Governo Brizola quanto durante o Governo Meneghetti, e alguns de seus aspectos são dignos de destaque:

- o número de acampamentos efetivado foi significativo. Além disso, mesmo que muitas Associações de Sem-Terra não tivessem conseguido realizar acampamentos, pressionavam pela desapropriação de terras.
- quanto à sua origem, as áreas podem ser classificadas da seguinte maneira: as que pertenciam ao estado, ao município ou à União; as que eram privadas, em geral de situação jurídica confusa, ou privadas consideradas mal aproveitadas; as que eram áreas indígenas; e as que tinham as informações levantadas sem referências a respeito da sua origem.

O Master imprimiu profundas mudanças nas relações políticas entre os diversos segmentos sociais, pois, de forma contínua, pelo menos de 1962 a 1964, impulsionou a participação política do campesinato e as reivindicações em favor de mudanças na estrutura fundiária do estado e do país, o que ameaçava os interesses das classes dominantes.

Quanto às posições defendidas pelo Master, observa-se uma evolução das propostas políticas, se comparadas às propostas iniciais contidas no Estatuto da Associação dos Agricultores Sem-Terra de Encruzilhada do Sul, lançado em 1960, com os resultados do congresso realizado em dezembro de 1962, ou mesmo com as declarações da diretoria nos anos de 1963 e 1964. De uma proposta de reforma agrária ainda bastante indefinida, passaram a apoiar uma proposta de reforma agrária radical, contudo, contrária ao "na lei ou na marra", conforme era defendido pelas Ligas Camponesas do Nordeste, ou seja, aparentemente baseada apenas na legislação vigente.

Todavia, os acampamentos, mesmo que baseados na legislação estadual e federal, rompiam com a legitimidade admitida pelos segmentos de classe no poder, sendo considerados uma ameaça. Apesar de serem formados nas estradas próximas às áreas pretendidas – ou seja, não se caracterizando como invasão de propriedade –, e apesar de as Constituições federal e estadual garantirem os processos de desapropriação, os acampamentos eram vistos, por entidades como a Farsul, como um atentado à propriedade privada e à ordem constituída, e por isso eram combatidos. Também essa era a posição da Igreja em relação ao Master e à luta pela reforma agrária.

Quanto à existência do Master, apesar de alguns autores o perceberem como um movimento oficialista, articulado pelo governador Brizola, observa-se uma forte presença do PCB,[18] que optou por se integrar ao mesmo, deixando de organizar, no estado, a ULTAB ou as Ligas. Com essa adesão do PCB, verificou-se um processo de disputa pela hegemonia na condução do Master entre o PTB e o PCB, com o paulatino fortalecimento do último durante o Governo Meneghetti. A trajetória do Master indica uma forte capacidade de mobilização e, em várias ocasiões, uma autonomia e um não-alinhamento do movimento em relação às diretrizes de Brizola, contrariando leituras que o colocam como um movimento oficialista.

O Master, a exemplo de outros movimentos que privilegiavam a luta pela terra, foi duramente reprimido a partir de 1964, sendo suas lideranças combatidas e presas, implicando profundo retrocesso para o movimento dos agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul. Esse processo de repressão ao movimento sem-terra no estado teve seu início com a posse do governador Meneghetti, que passou a reprimir as ações dos agricultores sem-terra, transformando a luta pela terra, mais uma vez, em caso de polícia.

Finalizando, pode-se dizer que a importância do Master não está no conteúdo da reforma agrária defendida por ele ou na maior ou menor influência do governador Brizola sobre o mesmo. A importância do Master está, sim, no fato de que, apoiando as aspirações e a organização dos agricultores sem-terra e a luta pela reforma agrária, significou para a classe dominante uma ameaça real e concreta à continuidade de sua dominação e, para os setores excluídos do campo, um instrumento de luta e de organização.

Quanto ao destino das áreas desapropriadas durante o Governo Brizola, cabe um estudo específico a respeito, mas destaca-se que, pelo menos uma dessas áreas foi palco de luta na década de 1980, quando os acampamentos de agricultores sem-terra ressurgiram no cenário estadual como forma de pressão pela reforma agrária. Trata-se das fazendas Macali e Brilhante, que integravam a Fazenda Sarandi – onde foi formado o primeiro acampamento do Master – e que foi desapropriada por Brizola em 1962. Em 1979, ela foi novamente ocupada, sendo reivindicada a sua distribuição aos agricultores sem-terra. Assim, após vinte anos, retoma-se a mesma estratégia de luta pela reforma agrária através da formação de acampamentos, ressurgindo a disputa por áreas que já haviam sido reivindicadas anteriormente. Alguns dos agricultores sem-terra envolvidos na luta pela terra de vinte anos antes reaparecem na década de 1980, agora aglutinados em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – entidade que, no cenário gaúcho e nacional, passa a representar os interesses desse segmento social.

[18] Ainda é pouco estudada a presença do PCB na história política gaúcha e, especificamente, no campo, com vistas a compreender quanto dessa capacidade de articulação e organização apresentada pelo Master, a partir de 1961, nos mais diversos municípios gaúchos, se deve a essa presença mobilizadora do PCB, pelo menos, desde os anos de 1940-50.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, A. V. Reforma agrária: união e cisão no bloco agrário-industrial. In: ARAUJO, B. J. (Coord.) *Reflexões sobre a agricultura brasileira.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ECKERT, C. *Movimento dos Agricultores Sem-Terra – Master. 1960-1964.* Rio de Janeiro, 1984. 353 p. Dissertação. (Mestrado em) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MORAES, Clodomir Santos de. Las ligas Campesinas de Brasil. In: PROGRAMA DE CAPACITACION CAMPESINA PARA LA REFORMA AGRARIA (PROCCARA). *Organizaciones en América Latina*. Honduras, 1976. (Série Didáctica, 12).

SCHILLING, P. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. v. 1.

______. *Brasil de los latifundistas*. Montevidéo: Diálogo SRL, 1967.

ZANFELIZ, M. A. *As relações sociopolíticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1980.

Documentos:

CONGRESSO DOS AGRICULTORES DO RIO GRANDE DO SUL, I, 1962. Porto Alegre.

CONGRESSO DO MASTER, I, 1962, Porto Alegre. *Carta reivindicatória*.

ENCONTRO CAMPONÊS ESTADUAL, I, 1962. Porto Alegre.

Movimento dos Agricultores Sem-Terra. *Manifesto* lançado pelos promotores. Encruzilhada do Sul em junho de 1960.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Especial de Reforma Agrária do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Bases e diretrizes para um programa estadual de reforma agrária.* Porto Alegre, 1963. p.IV-28

Entrevistas:

Ari Saldanha: entrevista, 1983/1983. Entrevistador: Córdula Eckert. Porto Alegre, 1982/1983.

Jornais consultados:

Novos Rumos
O Camaquã
O Nacional
Panfleto
Terra Livre
Última Hora

4
A gênese do sindicalismo rural no Paraná: reflexões sobre as carreiras de dirigentes*

Osvaldo Heller da Silva

INTRODUÇÃO

A história dos movimentos sociais rurais do Paraná é extremamente rica. Seja pela quantidade e diversidade de episódios ao longo do tempo, seja pela complexidade das tramas, atores sociais e objetos de disputa envolvidos, seja pelas repercussões provocadas até nossos dias e que se espalharam para outras regiões do país. A constituição do sindicalismo dos camponeses e assalariados do campo aparece como o fio condutor desse processo histórico. Três momentos maiores marcaram a trajetória de lutas sociais e organização. Começa, no final dos anos 40, com a guerrilha de Porecatu, desdobra-se no nascimento do movimento sindical rural, fruto do embate entre militantes comunistas e católicos, e, por fim, desemboca no sindicalismo conservador e prestador de serviços durante o regime militar.

Neste texto, queremos destacar o papel daqueles indivíduos que despontaram como lideranças desse processo de constituição dos organismos sindicais, que pretendiam representar a população trabalhadora do campo. Buscamos demonstrar como se constituiu a carreira do dirigente sindical, enfocando seus atributos pessoais, sociais e políticos; as relações com a "base" e com os pares, os ganhos e as perdas; os caminhos percorridos, as passagens de um degrau ao outro, a ascensão – e também o declínio.

* Texto elaborado com base em trechos do livro *A foice e a cruz. Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*, do mesmo autor.

DE PORECATU À SINDICALIZAÇÃO: EM CENA OS MILITANTES COMUNISTAS

Do final dos anos 40 ao início dos anos 50, o até então pacato município de Porecatu e seus arredores foram sacudidos por violentos conflitos sociais. Enfrentavam-se, de um lado, as forças policiais dos estados do Paraná e de São Paulo, que apoiavam jagunços, fazendeiros e grileiros; e, de outro, posseiros, secundados por militantes comunistas. As hostilidades começaram quando o governo paranaense doou a grandes proprietários terras que já estavam ocupadas por posseiros. Camponeses, encorajados pelo então Partido Comunista do Brasil, resistiram a essa decisão governamental. Dos enfrentamentos resultaram mortos e feridos. Mediante palavras de ordem de enfrentamento direto ao aparelho de Estado e aos grupos dominantes, os comunistas lançaram um balão de ensaio de luta de guerrilha rural. Provavelmente, inspirado nas táticas revolucionárias, utilizadas por Mao Tsé-Tung na China, o "Partidão", como era conhecido o PCB, pela primeira vez no Brasil preparou e empurrou os camponeses ao combate aberto contra seus "inimigos de classe".

Ao protagonizar o movimento armado de Porecatu, o Partido ensaiou, ao mesmo tempo, a constituição de organizações rurais com características sindicais: as ligas camponesas.[1] De uma forma inédita, um ator político tentava enquadrar o campesinato desse estado. Essas organizações pré-sindicais, criadas pelos comunistas em diferentes pontos do território nacional, mais tarde transmitiriam a sua herança às famosas Ligas Camponesas do Nordeste. E, em que pese a forte oposição das oligarquias rurais e dos governos, as sementes da organização partidária comunista e da organização sindical germinaram nesse solo fértil. Com o fim da guerrilha, os militantes comunistas, sem tardar, retomaram – nessa região essencialmente rural – seu trabalho entre as camadas sociais menos favorecidas.

Após os acontecimentos de Porecatu, o PCB transformou sua política e suas táticas. O extremismo da luta armada pertencia ao passado. Agora, sua atuação evidenciava um claro espírito conciliador e legalista. Os comunistas trabalhavam para construir organismos mais bem adaptados à legislação existente, suscetíveis de serem institucionalmente assimilados e socialmente legitimados pelo campesinato.

O fraco desenvolvimento urbano da região não tinha permitido aos grupos sociais citadinos disporem de organismos de representação em nível sindical e profissional. Esse fator, somado à ausência de órgãos similares para as populações rurais, provavelmente conduziu o Partido Comunista a oferecer uma modalidade de organização mista a todos os "trabalhadores",

[1] A pesquisa localizou a existência de 12 ligas camponesas nesse período no norte do Paraná.

seja da cidade, seja da lavoura. Assim, desde os primeiros anos da década de 1950, as "uniões gerais de trabalhadores" (UGTs) apareceram para, em seguida, se propagarem por todo o setentrião do Paraná.

Aos poucos, as UGTs tornavam-se pequenas demais e pouco flexíveis para responder ao leque de crescentes demandas. Sem tardar, os militantes comunistas viram-se obrigados a desmembrar as "uniões". Assim nasceram os primeiros sindicatos de lavradores e de trabalhadores agrícolas do estado, que certamente figuravam entre os primeiros sindicatos camponeses criados no Brasil nos anos 50. Eles estiveram na origem de uma formidável onda de sindicalização, que invadiu o meio rural brasileiro.

Em 29 de janeiro de 1956, nascia o primeiro sindicato camponês do Paraná, o Sindicato dos Colonos e dos Assalariados Agrícolas de Londrina. A onda de sindicalização se espalhou por vários municípios, culminando com a fundação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná (mais tarde chamada FETAEP) no primeiro semestre de 1963 e, depois, com a criação da Confederação Nacional (Contag). Os comunistas fundaram no Paraná, ao todo, 86 sindicatos no campo.

De forma geral, esses sindicatos – apesar das diferentes denominações – apresentavam-se como representantes de todos que pertenciam à ampla categoria dos "trabalhadores rurais". Resultado: a sua base, extremamente heterogênea, compreendia ao mesmo tempo vários tipos de assalariados agrícolas, posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários. E a sua diretoria era mais ou menos homogênea, formada por pequenos proprietários de terra. Ou seja, uma organização com uma base diversificada, dirigida ou dominada por um grupo de pequenos proprietários.

A justificativa principal apresentada pelos dirigentes foi que, de um lado, a propriedade agrícola – ainda que pequena – funcionava como uma retaguarda segura, tornando o indivíduo mais móvel, mais disponível para as tarefas sindicais; por outro lado, esses pequenos proprietários seriam os mais interessados e dedicados ao sindicalismo, graças às suas melhores condições econômicas e culturais (Entrevistas 16 e 21).[2]

Essa distância entre a condição social da base e da direção levava a outras diferenças significativas: em termos da apropriação do capital econômico, capital cultural-formal ou de capital social; em termos de interesses imediatos, das estratégias políticas e dos projetos ideológicos. Entretanto, essas diferenças sociais no seio do sindicato comunista não chegaram a ter o tempo necessário para transformarem-se em obstáculo para esse movimento sindical nascente. O golpe de 1964 não permitiria o seu desenvolvimento.

[2] As entrevistas utilizadas neste texto fazem parte de um conjunto de 66 entrevistas realizadas em 1991 e que serviram de base para a elaboração da tese de doutorado do autor.

O NAMORO COM AS ELITES

Durante os acontecimentos da guerrilha de Porecatu, o Partido Comunista do Brasil soube manter sua influência em algumas esferas do poder local, especialmente em Londrina. É verdade que as limitações impostas pela clandestinidade dificultavam sua atividade pública, mas isso não impediu que os comunistas mantivessem uma iniciativa política no município ao longo de todo o processo de sindicalização rural. O PCB passou a intervir com mais confiança ao lado e no interior de alguns setores das elites, consideradas "progressistas", como o Partido Trabalhista Brasileiro. No entanto, em termos de poder local, em todos os municípios do Paraná, eles permaneceram minoritários, o que não quer dizer que estivessem totalmente excluídos. Durante os anos da corrida pela sindicalização, para além do crescimento do Partido, os comunistas aumentaram o número e asseguraram a fidelidade dos seus pontos de contato com certas camadas das elites (Bandeira, 1978, p.30).

Além disso, ao longo do governo do presidente João Goulart, os comunistas desfrutaram seu apoio, uma grande liberdade de ação e, mesmo, uma proteção jamais vista. Especialmente os militantes do "Partidão" paranaense cultivaram uma ligação privilegiada com o presidente. Por um lado, graças às suas relações com o Partido Trabalhista local e, por outro, talvez em razão da eficiência de seu recrutamento sindical – um dos pontos do programa de Jango. Chamando o presidente da República de "companheiro", Antônio Conde – presidente da Federação dos Sindicatos do Paraná – circulava com muita desenvoltura nos corredores e nos gabinetes palacianos (Entrevistas 16, 20 e 25).

A partir de julho de 1963, quando foi nomeado como ministro do Trabalho, o senador petebista paranaense Amaury de Oliveira e Silva, a situação revelou-se excepcionalmente vantajosa para os comunistas e, em particular, para aqueles do meio rural do Paraná. "Não se passava uma semana" sem que José Rodrigues dos Santos, dirigente comunista do Paraná, não fizesse uma visita ao ministro. Segundo depoimento dos entrevistados, eles eram "amigos íntimos". (Entrevistas 15, 16, 20, 21, 23, 24 e 25).

OS GANHOS DA MILITÂNCIA

Todos os militantes comunistas entrevistados revelaram uma forte convicção em sua "boa causa". Apesar das divergências aqui e acolá com a direção do Partido, eles compartilhavam uma espécie de compromisso ético, acreditavam firmemente no seu papel "progressista". Eles "gostavam da luta". Ela era o seu objetivo, e por ela não mediam sacrifícios. Enfrentando as dificuldades do ofício, esses sindicalistas valorizavam suas qualidades de abnegação, de disponibilidade ilimitada e de devoção. Ajudar a todos os sindicatos recém-

fundados era difícil para eles: "Eu ia lá, dava assistência e ficava a noite inteira fazendo os troços prá eles... às vezes amanhecia o dia trabalhando, botando tudo em ordem, senão, cê sabe, eles denunciam, né? O inimigo tava ali... (era) duro, viu!" (Entrevistas 20 e 21).

Segundo Antonio Conde, todas essas viagens feitas como dirigente sindical não eram financiadas pelo sindicato, ao contrário, "tudo vinha do seu sítio". Na Federação dos Trabalhadores da Lavoura do Paraná, era ele quem pagava o salário da secretária. Nessa época, não havia ainda o imposto sindical, "não havia nada, nenhuma renda". Então, em vez de tirar proveito econômico, os militantes assumiam até mesmo as despesas financeiras da entidade. José dos Santos, como membro do Comitê Estadual do Paraná, recebia "uma pequena ajuda" do PCB. Ele sempre teve direito a "um pouco do sindicato", mas jamais o suficiente. Ele vivia "por sua própria conta".

Quanto a Moacyr Ferraz, não recebia nada de seu sindicato. Segundo Dirceu Galli, "todas as pessoas do Partido" tinham "dificuldades financeiras", "o Partido era muito pobre". Em suma, o Partidão não oferecia possibilidade de enriquecimento pessoal. Evidentemente, para os comunistas de situação financeira melhor – sobretudo os profissionais liberais – pertencer ao Partido não lhes rendia nada do ponto de vista econômico. No entanto, no Brasil ter "dificuldades financeiras" não era privilégio dos comunistas. Assim, para os indivíduos oriundos das camadas populares, portadores de um capital econômico e cultural-formal modestos, o Partido Comunista e o sindicalismo poderiam significar uma possibilidade de sobrevivência. José dos Santos recebia suas roupas do próprio Partido. Para ele, "a vida não era tão ruim" assim (Entrevistas 19, 20, 21 e 25).

De fato, ser militante, ou melhor, quadro do Partido Comunista, dava acesso a vantagens outras que ganhos econômicos. Para os mais carentes, a militância permitia – e eles tinham necessidade disso – a obtenção de certo capital cultural-formal, por meio de cursos de formação. Os mais bem situados na hierarquia partidária poderiam se beneficiar de alguns favores reservados ao *apparatchik.* Nesse aspecto, os quadros do Paraná se sentiam excluídos. Eles tinham recebido "vários convites" para visitar a União Soviética e outros países, mas o Comitê Central escolhia sempre "seus amigos" em detrimento deles (Entrevistas 20 e 21).

O capital social, por sua vez, era o mais fácil de ser acumulado. As relações interpessoais se desenvolviam através da rede de contatos estabelecidos com políticos, autoridades e personalidades locais; ou pelas relações de intimidade costuradas em âmbito federal, freqüentemente através do Partido Trabalhista; ou ainda pela notoriedade obtida a partir dessa mesma rede de conhecidos. Na verdade, essas ligações com o poder eram politicamente interessantes, e mesmo necessárias, para o PCB e para seus militantes. Elas permitiam um acesso considerável ao seio das elites, entre os tomadores de decisões políticas. Além disso, estar no meio dessa "grandalhada" era "demais", uma fonte de

prazer para os sindicalistas do Partidão. Essa situação favorecia até a resolução de certos problemas pessoais (Entrevistas 20 e 21; Coelho, 10/12/1961; Barros, 08/02/1964).

Não se trata de fazer um julgamento moral sobre a conduta desses sindicalistas, nem de colocar em dúvida a sua boa-fé. Trata-se simplesmente de identificar a tensão existente, em caráter permanente, entre devoção e interesse, entre modéstia e ambição. A oscilação entre esses dois pólos é menos ligada a características pessoais do dirigente sindical que à sua condição de porta-voz de uma coletividade. Essa tensão entre o sacerdócio e o acesso a vantagens está ligada à ambivalência do representante, que deve ser "representativo dos representados" e, ao mesmo tempo, ter "mais qualidades", ser "superior", ser o "melhor" dos representados (Maresca, 1983, p.83 e 97).

A CONTRA-OFENSIVA CATÓLICA

Não há a mínima dúvida de que os comunistas foram os principais atores no processo de enquadramento sindical no meio rural do Paraná. Mas eles não foram os únicos a atuar nesse terreno. Rapidamente, tiveram que conviver com a concorrência – incômoda ou estimulante – e, sobretudo, com a oposição dos católicos. Assim, não se pode compreender a intervenção do PCB no campo, no início dos anos 60, sem falar da ação – ou melhor, da reação – orquestrada pela Igreja Católica. Mais que um fenômeno restrito ao Paraná, o episcopado em todo país, por meio de seus diferentes matizes políticos, tomou o seu lugar na corrida pela sindicalização rural e passou a combater o "perigo vermelho" (Sigaud, 1981. p.7; Entrevista 24).

O movimento de recrutamento dos lavradores e de colonos do café, levado a cabo pelos comunistas no norte do estado, passou a preocupar a liderança católica conservadora. Mas também a sindicalização poderia permitir ao clero reforçar seus laços com o campesinato, propondo-se como o seu protetor, ou talvez mesmo como o seu porta-voz. Assim, a direção da Igreja Católica do setentrião do Paraná, em particular a ala jesuíta, tomou a iniciativa de construir um movimento em oposição à ofensiva comunista na região. Simbolizando essa oposição, em 13 de agosto de 1961, no mesmo dia em que os comunistas realizavam em Maringá o II Congresso de Trabalhadores Rurais, os católicos organizaram uma grande manifestação, a "festa da lavoura". Desse modo, nasceu a Frente Agrária do Paraná (FAP), com a incumbência de enquadrar o campesinato em sindicatos católicos, longe do alcance dos partidários do PCB.

De fato, até o final dos anos 50, a esquerda – sem contar a oposição "natural" dos grupos dominantes – encontrava-se mais ou menos livre para conquistar "os esquecidos do campo". No entanto, a partir da entrada em campo da Igreja – com suas múltiplas tendências –, a esquerda, inclusive os

comunistas do Paraná, sentiu o seu território invadido, disputado e, logo, ameaçado. Isso teve um efeito duplamente positivo na edificação do campo sindical rural.[3] De um lado, o assédio católico estimulou mais ainda a militância da esquerda, especialmente do PCB. A concorrência exacerbada deu início a uma verdadeira corrida no campo, obrigando os comunistas a acelerar de forma excepcional o seu ritmo e, com isso, o próprio ritmo da corrida. Mais sindicatos, mais federações e a confederação nacional seriam fundados. Por outro lado, a Igreja igualmente empurrou milhares de "humildes" lavradores e religiosos para a arena de disputas – pessoas até então totalmente marginalizadas da atividade sindical e da vida política. Assim, grupos cristãos fundaram no Paraná 46 sindicatos, vindo a somar-se a todos aqueles animados pelos marxistas. A tensão entre os dois pólos, indubitavelmente, contribuiu para a constituição do campo sindical rural.

A CUMPLICIDADE ENTRE OS DIRIGENTES

A luta, a disputa e a concorrência entre os antagonistas eram a regra do campo sindical rural em formação no norte do Paraná. Os enfrentamentos, opondo os militantes comunistas aos religiosos, aos leigos católicos e aos fazendeiros eram cotidianos, quase permanentes. Contudo, para além dos conflitos, nossa investigação permitiu perceber a existência de certas relações de empatia, de simpatia, de intimidade mesmo, ou de amizade entre alguns atores pertencentes a correntes políticas claramente opostas.

Essas relações foram mais visíveis entre aqueles que se enfrentavam todos os dias, entre aqueles que tinham o hábito de se sentar à mesma mesa para discutir, negociar ou brigar; quer dizer, entre aqueles que ocupavam posições homólogas nas hierarquias de cada corrente. Relações de interconhecimento, de aproximação e de troca de experiências foram estabelecidas, mas sendo mais ou menos veladas e dissimuladas, principalmente aos olhos dos não-iniciados, do "público", de onde vem a suspeita da existência de uma cumplicidade entre eles. Essas relações eram necessariamente encobertas, sob pena de destruir a imagem que se buscava produzir de si e do outro. Por exemplo, o padre Osvaldo Rambo, líder da FAP, revelou certa intimidade em relação ao militante comunista José Santos, declarando que se "dava bem com ele" (Entrevista 23; Rambo, 20/03/1962).

As ligações amigáveis entre oponentes decorriam de acordos tácitos e implícitos – subjacentes aos antagonismos – sobre o que merecia ser objeto de luta. Esses laços são o resultado de interesses fundamentais comuns que se

[3] "Campo" é aqui entendido como espaço de relações sociais no sentido dado por Bourdieu (1981).

referem à existência mesma do campo sindical em formação. Em particular, é provável que a cumplicidade objetiva entre os agentes de nível análogo tenham relação com suas origens, trajetórias e experiências sociais similares.

O PERFIL DO MILITANTE CATÓLICO

No interior da Frente católica existiam dois níveis de militância. De uma parte, havia aqueles que se consagravam às tarefas de direção, planificação, elaboração e de difusão do discurso. Eram quase que exclusivamente religiosos – alguns bispos e padres. De outra parte, havia aqueles destacados para tarefas menos complexas, para a execução das ordens, para as quais o efeito de volume era o mais importante. Eram os leigos – a "massa" dos militantes congregados marianos.

Para os religiosos, o que estava em jogo era o interesse institucional, a preocupação da Igreja enquanto instituição: seus dogmas, sua audiência e sua fonte de recrutamento. Ainda se deve agregar a isso o interesse sacerdotal fazendo-se representante e constituindo um grupo de representados. Mas esse interesse não era apresentado como um interesse em si mesmo. Dissimulando, os dirigentes cristãos apenas mostravam o objetivo de se tornarem porta-vozes como "um interesse desinteressado" (Bourdieu, 1984, p.53). Os religiosos se diziam simples soldados devotados em luta pela boa causa. É verdade que a condição de porta-vozes de um grupo camponês não acrescentava muita coisa ao currículo dos bispos, já dotados de prestigiosa posição. Entretanto, para os católicos do baixo clero, os padres, por exemplo, essa condição poderia tornar-se um elemento de distinção, uma via para ter acesso a ganhos simbólicos (Rambo, 20/03/1962).

O segundo grupo de militantes da FAP era composto, talvez sem exceção, dos "filhos de Maria", ou seja, dos militantes marianos, no masculino, evidentemente. A Congregação Mariana era um movimento da Igreja, reunindo os leigos para que eles recebessem "uma instrução mais profunda da religião" (Congregações Marianas, mar. 1963 e s/d.; Congregações Marianas, 29/06/1961; Entrevista 11).

Não obstante, desde sua fundação, a Congregação não se distinguia por um papel político particular. Os devotos de Maria se consagravam à liturgia e aos afazeres paroquiais. Como a definiu um ex-adepto, a Congregação Mariana era "o braço-direito do padre". Braço-direito para ajudar o padre, mas, em breve, também para empreender a luta contra a esquerda. Para combater o perigo comunista, o clero se serviu dos instrumentos de que dispunha. Ora, no norte do Paraná, não havia paróquia no campo sem Congregação Mariana. Nada mais lógico, para os bispos, que incorporar à FAP esse contingente já devidamente enquadrado (Entrevistas 3 e 23). A maioria desses filhos de Maria era de jovens lavradores, colonos e, mais particularmente, sitiantes.

Muito crente, obediente às ordens do clero e permeáveis à propaganda anticomunista, esse grupo social oprimido foi uma presa fácil. Os fiéis faziam número e volume. Eles compunham a "massa" de atores anônimos, a tropa de choque da FAP, antes de tudo para os enfrentamentos físicos.

À margem do campo político, esses camponeses não possuíam experiência sindical. No que se refere à criação e à organização do sindicato, os padres, notadamente Osvaldo Rambo, ocupavam-se disso. Eles diziam aos seus discípulos: "o sindicato, o documento, os papéis, eu faço! Eu só quero saber quem é competente prá ser presidente..." (Entrevista 23).

Um membro do Partidão estimou que o clero "animou esta gente humilde", que ficou "sob suas ordens". Mas também não é menos verdade que esses militantes da legião de Maria ofereceram voluntariamente seus serviços à causa cristã. Aliás, segundo um religioso, eles se sentiam estimulados pelo "clima de luta contra o comunismo: essa rapaziada gostava daquilo... que desse brigas assim... se vinha alguém na frente que orientasse, que organizasse... É o que eles queriam!". De fato, um dos ativistas marianos entrevistado admitiu ter gostado de jogar pedras numa reunião dos comunistas (Entrevistas 16, 23 e 26; Coelho, 10/12/1961).

Os mais brilhantes na arte da oratória, os mais hábeis politicamente, freqüentemente os mais escolarizados e, provavelmente, os mais crentes na maneira católica de ver e fazer ver ocuparam, primeiro, um lugar no comando da Congregação e, em seguida, na direção sindical. Eles se tornaram, ao mesmo tempo, joguetes e beneficiários da Igreja. Sob as ordens do clero, eles eram, certamente, manipulados pelos eclesiásticos, mas, em contrapartida, eles usufruíam os benefícios derivados da condição de manipulados. Para vários deles, a militância na FAP favorecia o acesso a outras camadas sociais e lhes permitia tecer novas redes de relações interpessoais. O resultado foi o crescimento de seu capital social. O fato de ser dirigente sindical favoreceu esses jovens ativistas católicos graças à sua condição mesma de agente social. Afirmando-se como "agente que age", participantes ativos nas disputas desse campo particular em formação, esses "homens do campo" tiveram a oportunidade de sair do anonimato e de se distinguir de seu meio (Accardo, Corcuff, 1986, p.97).

O SINDICALISMO SOB A DITADURA

Mas o golpe militar de 1964 introduziu uma ruptura decisiva no campo sindical rural que havia se constituído ao longo dos anos precedentes. Se a intervenção militar alcançou todos os níveis da sociedade brasileira, ela atingiu o sindicalismo de esquerda com uma brutalidade excepcional, varrendo os sindicalistas do Partido Comunista da cena política para impor os seus testas-de-ferro. Para o coroamento dessa tarefa, a Igreja Católica

conservadora colocou os seus quadros à disposição dos militares nos organismos sindicais agrícolas e, particularmente, naqueles do Paraná. Temperados no combate anticomunista, os sindicalistas católicos assumiriam de bom grado o papel de interventores na Federação estadual e nos sindicatos comunistas. Depois, pouco a pouco, eles se tornariam dirigentes sindicais de corpo e alma de uma estrutura sindical herdada, ou melhor, usurpada dos sindicalistas do Partidão.

Os marxistas que, até aquele momento, haviam dominado o campo sindical viram seus postos serem ocupados pelos militantes cristãos. Do dia para a noite estes últimos passaram, graças ao golpe militar, da condição de dominados à de dominantes. Sob a direção do grupo católico, a Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná, antes fundada pelos comunistas, agora passará a chamar-se Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP).

OS PROFISSIONAIS DA REPRESENTAÇÃO

Em razão de sua juventude, o sindicalismo rural comunista anterior a 1964 foi marcado por um acentuado grau de amadorismo e mesmo primarismo. O golpe de estado tinha forçado efetivamente o aborto do processo de consolidação de toda uma geração de ativistas de esquerda. Os militantes católicos que lhes sucederam tiveram, contudo, a ocasião e o tempo necessários à constituição de uma verdadeira corporação de dirigentes sindicais. Se até esse momento a regra era a improvisação, a precariedade dos meios e a coesão ideológica, a partir de agora a edificação de um impressionante aparelho sindical se colocaria em marcha e a prática do movimento sindical passaria a depender cada vez mais de um conhecimento específico de especialistas, mesmo que os sindicalistas continuassem a se recusar a considerar sua ocupação como profissão (Paraná Rural, s/d).

No entanto, eles acreditariam – talvez porque fizessem crer – que a escolha que fizeram era uma questão de fé, fé em um ideal de "direitos dos trabalhadores rurais" e crença na sua missão filantrópica. Aquele que "não tem interesse pelo próximo não entra [no sindicalismo]", declararia um presidente de sindicato (Entrevistas 8, 18 e 22). A ligação aos ideais e aos valores oriundos de uma ética cristã parece fundar a inclinação pela militância sindical. Ser sindicalista, nesse caso, significava aderir, por motivos éticos, aos princípios assimilados ao longo da educação cristã, reforçada pela militância no seio da Igreja.

A carreira sindical aparece, desse ponto de vista, como a conseqüência e o prolongamento de uma atividade pública anterior – principalmente religiosa. Lembremos que a quase totalidade dos dirigentes do sindicalismo-FETAEP era composta de antigos membros do quadro de leigos da Igreja Católica. E a

vida dos servidores de Deus impunha "muita oração, muito sacrifício e muita penitência". Portanto, é compreensível que os princípios éticos adquiridos ao longo da experiência religiosa sejam em seguida retomados na forma de atividade sindical: "eu acho que o trabalho que a gente faz, no dia-a-dia, como dirigente sindical... se você o faz honestamente, é uma religião fantástica!" (Entrevistas 8, 9, 10, 11, 12, 18 e 22).

A retidão de caráter, a honestidade e a probidade eram qualidades apresentadas como sinais distintivos de sacerdócio sindical. Imbuídos desse espírito, vários dirigentes sindicais destacariam como ponto de honra nas suas entrevistas o "trabalho sério e honesto" no sindicalismo (Entrevistas 22, 8 e 4).

Outra característica intrínseca dessa prática sindical seriam a abnegação, a devoção e o trabalho incansável. Acentuavam-se freqüentemente o "amor ao trabalho e a vontade de vencer", as noites em claro, a renúncia às férias e ao repouso dominical, as "24 horas a serviço do movimento sindical", os esforços inumeráveis, o suor pródigo e as estradas percorridas. Ao término de um "ano do trabalho", era comum fazer o balanço das adversidades da luta "incessante e infatigável", dos "sacrifícios" consentidos e do "máximo de esforço" despendido para diminuir o sofrimento dos camponeses. Se nos concentrarmos nas agendas de trabalho de alguns dirigentes sindicais, notamos que normalmente o ritmo de atividade era frenético. Ao mesmo tempo, esses sindicalistas evidenciavam uma preocupação excessiva em querer justificar sua situação de dirigente e em colocar, sem cessar e antes de tudo, sua devoção em prol do sindicalismo (FETAEP, 1967, 1974 e 1978; Entrevistas 14 e 3; Paranavaí, 25/11/1975; FETAEP, 22/10/1967; Boletim Informativo, maio-jun. 1972; Rotta, 23/08/1966; Paraná Rural, dez. 1973).

De fato, a devoção do militante não decorre somente de uma imposição ética. Ela serve também de fundamento legítimo para a sua ascensão profissional. Como escreveu Maresca (1983, p.53), referindo-se aos sindicalistas franceses, "a devoção é a justificação oficial da ambição". Desde então, o desejo de galgar os degraus da carreira sindical, mesmo que a maioria dos ativistas se recuse em admitir, aparecerá tanto mais legítimo quanto maior será a "produtividade" sindical, ou, dito de outra maneira, quanto mais serviços render o dirigente em um mínimo de tempo.

Em nome de sua "missão sindical", esses ativistas aceitariam fazer uma série de renúncias pessoais. Por um lado, abriram mão do sucesso profissional e financeiro como agricultores: "financeiramente, a gente só perde"; "saí ainda mais pobre [do sindicalismo]"; "economicamente o sindicato não significou nada"; "nada tenho porque sou honesto!" Pior ainda, o movimento sindical lhes teria imposto despesas extras: na FETAEP, os membros da direção nomeada em 1964 teriam gasto, durante os primeiros anos de existência da entidade, suas próprias economias para mantê-la funcionando (FETAEP, 1982; Entrevistas 2, 5, 8, 9 e 22). De outro lado os vemos abandonar seus próximos para melhor se consagrar a "fazer o bem para o próximo". A maioria

dos presidentes consultados declarou que a sua família teria sido a grande vítima da militância:

"A minha esposa às vezes tem reclamado... Já aconteceu em cinco domingos do mês d'eu não ficar em casa. Às vezes meu tempo de almoço é de 10 minutos, 15 minutos, às vezes nem almoçar não vou [em casa]" (Entrevistas 12 e 22).

> Nunca peguei minha família e levei pra praia ... quando resolvi deixar a Federação ... eu voltei para minha [casa] e eu [era] o estranho na casa... não vi minhas filhas crescer, eu nunca levei uma filha na escola... minhas filhas nunca freqüentaram um clube ... quando eu voltei, eu não tinha diálogo com minha mulher!, com minhas filhas ... foi terrível. (Entrevista 5)

Esses militantes se diziam, assim, prontos a renunciar a toda individualidade ou interesse pessoal. E quando esse interesse era, apesar de tudo, levado a mostrar-se, aparecia como idêntico – e jamais contraditório – ao interesse coletivo, da "base". Uma carreira sindical de sucesso deveria ser o resultado natural do fervor, da abnegação e de virtudes pessoais, e não o fruto de um desejo subjetivo ou um projeto pessoal. O indivíduo somente poderia pretender um posto mais elevado com o objetivo de melhor servir à "classe". Toda demonstração pública de ambição pessoal era proibida e passível de condenação moral. Todas as ambições deveriam se fundir em um único objetivo: ser útil à boa causa.

Essa desindividualização deriva de um processo de metamorfose do sujeito em porta-voz do grupo. Despido de sua individualidade, cessa de ser ele mesmo para se tornar a personificação do grupo. Como em uma sessão de encantamento social, o "possuído" se contenta em repetir a voz da coletividade; por meio de tal processo de transmutação, ele adota também uma nova maneira de falar: o "eu" se transforma em "nós", em "nós todos". Por extensão, o sindicato passa a exprimir-se em nome da "categoria" como se fosse ele próprio a "categoria". É assim que se lerá na imprensa sindical: "Os trabalhadores do Paraná querem ...", "os trabalhadores estão satisfeitos com ..." (Entrevista 26; Paraná Rural, abr 1974).

Mesmo que inconscientemente, a ingenuidade, o interesse desinteressado e a modéstia estampada servem muitas vezes para camuflar a ambição que pode ser percebida nessa abnegação. Dois discursos, reiterados várias vezes, entrecruzam-se para justificar a progressão no sindicalismo. Um a atribui ao acaso. Sobretudo o ingresso na carreira foi, muitas vezes, apresentado como uma mera eventualidade:

> Tinha uma festa de São Cristóvão ... O pessoal foi prá dita reunião de fundação do sindicato ... Mas eu nunca na minha vida tinha ouvido falar de sindicalismo ... Eu fiquei fazendo a fogueira na churrasqueira... O meu pai: "o padre Tadeu quer que você vá

> pra reunião do sindicato!" ... Cheguei, dei uma parada na porta assim, e o padre falou: "pessoal, vamos receber o secretário do sindicato aí, com uma salva de palmas". E eu peguei e saí da porta, né? Pensando que tinha mais gente atrás de mim. Aí o padre falou: "não, mas é você mesmo!... Não assusta, que a coisa não é complicada... Já tamos fazendo a ata, tudo." Sentei ali... observando aquilo tudo... [Então] me botaram como secretário do sindicato. (Entrevista 6)

O outro discurso considera a chegada e a ascensão no movimento sindical como resultante de uma escolha, ou mesmo de uma imposição, da "base":

> Sabe, quando a pessoa começa a colaborar com a comunidade sempre existem aquelas pessoas: "oh, fulano lá na Água, naquele bairro tem a pessoa, assim, assim". Os vizinhos sempre procuram a pessoa de acordo com a disponibilidade, de acordo com a vontade de servir. Daí eu fui indicado pra ser delegado sindical. (Entrevista 2)

Como servo da "classe", o dirigente deve se submeter à sua vontade. Se ele aceitou a indicação não é porque esta corresponda aos seus desejos íntimos, mas porque a vontade dos mandantes tornou-se uma ordem. O escolhido tem todo o direito de considerar-se o melhor, pois essa apreciação não é fruto de um autojulgamento, mas da decisão da "categoria", que é a depositária legítima da razão e da verdade.

A ACUMULAÇÃO DE CAPITAIS SIMBÓLICOS

Até aqui, não se teve notícias de nenhum caso de enriquecimento de membros do sindicalismo rural, apesar da importante massa de recursos financeiros movimentada pelas organizações (*Paraná Rural*, maio 1977; Entrevista 7). Mas é evidente que, num país onde o agricultor familiar e o assalariado sempre conviveram com condições precárias de vida, para muitos a remuneração de um dirigente sindical era significativa. Entretanto, para compreender melhor o apego desses dirigentes ao seu ofício, faz-se necessário analisar mais de perto a estrutura de seus capitais, não apenas no seu aspecto financeiro, mas, sobretudo, nas suas dimensões não materiais.

Antes de tudo, impõe-se atentar para o ganho cultural. Em relação à escolaridade, é recorrente a fala, principalmente entre os ativistas da década de 1970, de que "não se teve a oportunidade" de estudar. E a razão mais apontada é o fato de ter sido obrigado a trabalhar na agricultura desde tenra idade (Entrevistas 9, 17, 22 e 3). Para esses dirigentes, a atividade sindical, com a formação e o acesso às informações, significou uma maneira de preencher lacunas deixadas pela fraca escolarização. Especialmente a FETAEP, mas também os sindicatos locais realizavam com freqüência cursos de formação sindical (Scalco e outros, 13/07/1967; Miqueletti, 12/01/1968; Dumont, 17/04/1968; Boddy, 23/12/1969).

As viagens são um componente indispensável da militância sindical, possibilitadas – e muitas vezes exigidas – pelas reuniões, cursos, congressos e visitas a outras entidades. Os deslocamentos eram tanto mais freqüentes, longos e longínquos quanto mais alto era o posto na escala sindical. Esse "bônus de viagem" franqueado aos sindicalistas proporcionava uma abertura nos horizontes culturais e um cosmopolitanismo, totalmente inacessíveis e impensáveis a seus pares, que continuavam na labuta da terra (Entrevista 6). O militante de "base" mostrava-se entusiasmado, sentia-se "importante", com a participação em um curso de formação, na capital do estado. Para o presidente do sindicato, as reuniões do Conselho de Representantes da FETAEP, também em Curitiba, eram um fato banal; porém os congressos da Contag, em Brasília, revestiam-se de grande importância. Por fim, as viagens internacionais é que têm maior destaque nos currículos dos manda-chuvas da Federação. Aliás, esses deslocamentos geográficos eram carregados de simbolismo, à medida que produziam um efeito de demarcação social entre aqueles que conheceram e visitaram tal lugar e tais personalidades e os demais. (Entrevistas 5 e 6; Branco, Anastácio, 1970, p.12; FETAEP, 1970).

No entanto, semelhante ao que ocorria no período anterior ao golpe, o capital social era o bem mais precioso acumulado pelos sindicalistas. Esse capital se traduzia na extensão e na qualidade da rede de relações, na notoriedade adquirida dentro da categoria e no *status* social. Para muitos dos dirigentes pós-1964, a militância católica serviu como uma espécie de "acumulação primitiva" de capital social (Entrevista 2). No início da carreira pública, galgar postos de representação no interior da Igreja era uma forma de sair do anonimato, de se distinguir dos demais lavradores e assalariados rurais. A prática religiosa propiciava, portanto, o interconhecimento e o reconhecimento, permitindo tecer as primeiras malhas da rede de relações. No segundo momento, a atividade sindical lhes permitia uma maior abertura para o exterior (Entrevistas 2, 5 e 6). Enquanto representantes autorizados, os dirigentes eram o invólucro da categoria, a camada exterior que estabelecia o contato com o meio ambiente, político notadamente. Eles asseguravam as ligações com a sociedade civil e com as "autoridades" – um papel desempenhado com eficácia pelos sindicalistas da Federação. Tornaram-se agentes de relações públicas, o que levou alguns chefes a serem vistos – e a considerarem-se – "pessoas importantes" (Entrevistas 2, 5 e 6).

A participação dos dirigentes sindicais na política partidária é um dos resultados da rede de relações, ao mesmo tempo em que vai realimentá-la (FETAEP, dez. 1968).

O reconhecimento, seja de seus pares, seja da "base", seja da sociedade, era um outro elemento essencial para a conquista de novos capitais sociais. Nesse sentido, a obtenção de títulos, tanto dentro como fora da categoria, simbolizava a confirmação do crédito social disponível ao dirigente sindical. Como um presente recebido, o título encerrava o valor simbólico da estima,

da confiança, bem como da retribuição aos serviços prestados. Não por acaso, no sindicalismo rural do Paraná, José Dumont bateu todos os recordes de distinções recebidas. Nos seus 18 anos à frente da Federação acumulou inúmeros títulos de "cidadão honorário", de "Amigo do Povo", de "patrono", de "sócio honorário e benemérito" e foi agraciado ainda com "vários troféus e medalhas de honra ao mérito" (Entrevista 5; Ribeirão Claro, s/d.; São Jorge, 27/09/1972; Branco, Anastácio, 1970; FETAEP, dez. 1968; Boletim Informativo, jan. 1969).

Não era apenas a condecoração recebida, mas o rito de instituição, enquanto ato mágico, que assumia a função de uma promoção social, tanto aos olhos dos iniciados (os sindicalistas) quanto dos profanos (o "público"). A progressão nessa escala de notoriedade e de *status* social era tanto mais importante quanto maior fosse a legitimidade da instituição que conferisse a distinção. E a correspondência entre o título e o indivíduo que o recebia estava em função da amplitude da crença coletiva produzida pelo rito de consagração.

A EVOLUÇÃO DE UMA CARREIRA E A CONSTITUIÇÃO DA CORPORAÇÃO

As diferenças entre os ativistas apareceram não tanto na trajetória social, mas na posição relativa que ocupavam num dado momento. Assim aqueles, por exemplo, recém-ingressados no campo sindical necessitavam ganhar o apoio e a confiança dos companheiros – que eram também seus concorrentes. Para isso, precisavam provar o seu devotamento e reafirmar a sua crença nas representações produzidas e assimiladas pelo movimento sindical. Não dispondo de economias próprias, eles eram obrigados a acumular capital social (e sindical). Os aprendizes de sindicalistas necessitavam mostrar-se confiantes no futuro e sempre disponíveis: "Eu botei o sindicalismo dentro do sangue... na veia e vesti a camisa e venho lutando... Já fui ameaçado de morte. Mas nunca me intimidou, nunca me desestimulou" (Entrevista 9).

Assinalemos que somente alguns poucos privilegiados conseguiam atingir o cume da carreira, chegando à direção da Federação ou mesmo da Confederação Nacional. O que os distingue dos demais é a velocidade com que percorreram o caminho sindical.

Um elemento fundamental de diferenciação do sindicalismo rural anterior e posterior ao golpe militar é o desenvolvimento, no segundo período, de uma verdadeira corporação dos sindicalistas. Se, na época dos comunistas, a atividade sindical era apenas uma decorrência da militância política nos quadros do PCB, os dirigentes sindicais dos anos da ditadura, embora saídos do campesinato, foram se constituindo enquanto um grupo à parte, numa categoria especializada na representação dos "trabalhadores rurais". Reconhecer a existência de uma corporação de especialistas da representação significa

tanto evitar a armadilha de reproduzir de maneira acrítica o discurso ingênuo do mandatário devotado, desinteressado, cheio de abnegação, quanto fugir de uma visão maniqueísta do mandatário cínico e usurpador consciente (Bourdieu, 1984, p.53). Isso também não quer dizer que o dirigente sindical não tenha nada em comum com a base dos representados. De modo geral, eles tinham a mesma origem social e alguns ainda cultivavam um vínculo com a terra, possuindo um sítio ou uma chácara. Entretanto, o fato de exercerem uma atividade específica, diferente do trabalho agrícola, fazia com que fossem levados a defender também, paralelamente aos "interesses da categoria", interesses particulares dos mandatários. Ao defenderem as "aspirações dos trabalhadores rurais", esses especialistas da representação estavam lutando também pelos interesses do grupo diferenciado do qual faziam parte. Tais sindicalistas serviam aos interesses dos seus representados "à medida que eles serviam também aos seus interesses, em lhes servindo" (Accardo, Corcuff, 1986, p.131).

Nesse jogo, o dirigente protegia a sua condição de porta-voz e, por extensão, os interesses da corporação dos representantes: promoção social do grupo, manutenção de eventuais privilégios, sua sobrevivência e reprodução. A existência dos mandatários significa assim, de um lado, a manutenção da representação do campesinato e a perenidade de sua expressão enquanto grupo político e, de outro, a preservação do próprio espaço de intervenção, isto é, do campo sindical. Assim sendo, eles eram os primeiros interessados, o grupo seleto dos representantes tinha tudo a ganhar em continuar sendo o "guardião do campo". A perpetuação da condição de mandatário está em função direta com a manutenção da corporação e do campo sindical. Mas, como era de esperar, a representação oficial negava esse fato e escudava-se na ideologia do desinteresse, alegando a transitoriedade da condição de dirigente sindical. Ora, como não existia nenhuma norma nem tradição de renovação das direções, na prática, eles se mantinham à frente das entidades durante quatro, cinco, vários mandatos sucessivos (Entrevista 2).

Muitas vezes os interesses eram complementares: ao servir à corporação, servia-se à "classe". No entanto, era quando os interesses se mostravam contraditórios que os problemas começavam a aparecer. Quanto mais a corporação se especializava, quer dizer, quanto mais ela se capacitava profissionalmente para exercer a sua função, mais ela se diferenciava e se distanciava dos mandantes e, então, maiores eram os riscos de incompatibilidade de interesses.

No intuito de evitar tais distanciamentos, era de esperar que os representantes tivessem a preocupação de aparecer como a vitrine da "classe", posando como representativos do campesinato ou, pelo menos, de um campesinato idealizado. No entanto, não se percebeu nenhum esforço nesse sentido, e os vínculos com o território e com a atividade produtiva rural eram muito débeis, mesmo que muitos dirigentes fizessem questão de frisar que "foram buscá-los

na roça" para o sindicato. Da mesma forma, alguns procuravam manter uma pequena propriedade rural, mais como símbolo – ou para fazer valer como tal – de pertencimento à categoria (FETAEP, 09/07/1966; Entrevistas 5 e 26). Seja como for, nesse período, todo aquele que chegou à condição de presidente de sindicato abandonou as lidas agrícolas em troca da militância em tempo integral. O agricultor se tornou sindicalista "liberado" e passou a receber uma gratificação pelo exercício da função. Mas, daí em diante, ele não aspirava mais a continuar sendo um "trabalhador rural", independentemente do que dizia. É como se o afastamento da atividade braçal significasse comodidade e ascensão social, um símbolo de prestígio.

Operou-se um verdadeiro desenraizamento do mundo rural, em que o ativista passou por um processo de "urbanização", no qual a transferência do local de moradia para o centro urbano era o indicativo mais evidente. Pior ainda, acompanhando o êxodo rural, esses dirigentes não tomaram a iniciativa, ou não conseguiram manter seus descendentes no meio rural. A maioria esmagadora dos filhos dos sindicalistas pesquisados tornou-se citadina (Entrevista 22).

No momento em que esses sindicalistas ingressaram na carreira sindical, eram, do ponto de vista econômico e produtivo, representativos da "categoria", à medida que compartilhavam uma série de características dos agricultores familiares. Mas mesmo os aprendizes de dirigentes já apresentavam algumas propriedades sociais que os distinguiam dos demais, como a capacidade de liderança e uma certa rede de relações que os diferenciava (Entrevistas 18 e 26). Portanto, eles foram escolhidos como mandatários muito mais por aquilo que os distinguia do que por aquilo que os assemelhava aos demais. À medida que o tempo passava e os dirigentes progrediam na hierarquia sindical, distanciando-se de sua condição de "trabalhador rural" e acumulando capital social e cultural, deixavam de ser socialmente representativos da "base" camponesa, para se tornar representativos da corporação dos chefes sindicais. Então, conforme se afastavam socialmente dos mandantes, mais adquiriam competência específica para exercer a função de mandatários, mais eles se tornavam profissionais da representação.

Podemos ir além nesse raciocínio dizendo que quanto maior é o distanciamento em relação às "bases", maior a autonomia da corporação, e o espírito de corpo se reforça. A legitimidade de representante depende mais do reconhecimento de seus pares, dos quais ele se aproxima nas altas esferas da corporação, do que do respaldo da "categoria". Em outros termos, a legitimidade que o dirigente poderá usufruir junto aos "trabalhadores rurais" passa a ser decorrência direta do apoio recebido dos sindicalistas. Assim, para ser dirigente estadual ou nacional, mais valia ser portador de um excelente histórico dentro do movimento sindical do que ser exemplar junto à "base". Os serviços prestados dentro do campo sindical é que contavam para o progresso na carreira (Entrevistas 5, 14 e 22).

Outro aspecto que contribuiu para reforçar esse espírito de corpo do sindicalismo rural pós-1964 foi o nepotismo. Além da permanência na direção da entidade por sucessivos mandatos, a agregação de membros da família (especialmente do presidente) foi também facilmente observável nessas organizações (Entrevistas 4 e 5).

Acrescenta-se o papel centralizador e monopolizador da figura do presidente não só para consolidar a corporação, mas para feudalizar o órgão sindical. Toda a vida sindical girava em torno da figura do presidente. Isso era ainda mais verdadeiro no sindicato local, onde a entidade e o seu presidente eram praticamente sinônimos. Os demais membros da diretoria – salvo o tesoureiro, que assinava os cheques da entidade – eram peças quase decorativas. Com raras exceções, não existia trabalho de equipe nos sindicatos (Entrevista 2). A própria FETAEP incentivou o que se convencionou chamar de "presidencialismo"; ela só recebia os presidentes de sindicatos. Embora houvesse outros membros liberados, o presidente era normalmente a única figura pública da entidade, além de concentrar, em suas mãos, todo o poder (Entrevistas 3, 5 e 6).

O fechamento do sindicalismo-FETAEP sobre si mesmo era tão forte que raramente ocorriam disputas eleitorais. A existência de chapas de oposição era tida como um "problema"; enquanto a chapa única era tida como atestado de desempenho sindical: "nunca tive... durante o período que eu fui aqui presidente... oposição de chapa na Federação. Nunca tive!" (Entrevistas 5 e 10). Somente a partir dos anos 80, com o ressurgimento da esquerda no campo, é que o monopólio sindical começou a ser contestado, multiplicando-se os grupos de oposição sindical.

A linguagem era um outro elemento indicador da constituição da corporação dos sindicalistas e do desenvolvimento do campo sindical enquanto espaço social relativamente autônomo. Ser sindicalista significava dominar um saber-fazer particular, que implicava no conhecimento de um linguajar técnico específico. Era preciso saber manejar um conjunto de conceitos e expressões – notadamente jurídicos – completamente estranhos aos ouvidos dos leigos. Ao mesmo tempo em que ajudava a definir os contornos da corporação, o uso de uma linguagem "esotérica" funcionava como um sinal de distinção. O emprego adequado de um conjunto de conceitos e jargões próprios é que definia o pertencimento ou não ao grupo dos iniciados, funcionando como uma espécie de certificação (de qualidade) social.

UM CAMINHO SEM VOLTA

Esse sindicalismo não representou uma via de enriquecimento econômico para os dirigentes. Porém, sem sombra de dúvida, ele significou uma opção profissional para alguns "homens da terra".

Se é verdade que a gratificação recebida enquanto "liberado" nos órgãos sindicais era modesta, também é verdadeiro que muitos dirigentes tiveram nesse recurso a única fonte de sustento de suas famílias (Entrevista 2. FETAEP, 05/01/1965). E, quanto mais alto o nível de responsabilidade, tanto mais intensos eram os efeitos da desruralização e, em conseqüência, mais difícil se tornava o retorno ao campo. Isso se passou com alguns diretores de sindicatos municipais. Pelo fato de terem se desfeito da propriedade rural, ficaram impossibilitados de retornar à atividade agrícola. E assim, em decorrência de sua desqualificação para atividades urbanas e de não ser mais jovens, tais ativistas experimentavam com freqüência uma segunda derrota no mercado de trabalho (Entrevistas 3, 9 e 13).

Mas foi nos órgãos de cúpula, como a FETAEP, que os problemas mais sérios apareceram. Para assumir um cargo na direção da entidade, os dirigentes tiveram – por imposição legal e por praticidade – de se transferir para a capital. Para isso, foi necessário vender a propriedade agrícola daqueles que a possuíam. O que antes era seu meio de vida, a partir desse momento não seria nada além de efêmeras e nostálgicas recordações.

Tal situação tornou os diretores da Federação totalmente dependentes economicamente do "ordenadozinho" de liberado. Então, via de regra, eles não conseguiam vislumbrar outra perspectiva de vida que não fosse a permanência ou a progressão (que muitas vezes é a condição da permanência) como "liberados" do sindicalismo (Entrevistas 1 e 22). Quanto mais os dirigentes se aprofundavam, mais se envolviam no movimento e menos tinham a possibilidade de retorno à condição de agricultores.

A vontade de permanência desses "permanentes" tendeu a provocar distorções políticas no processo de escolha da diretoria sindical. Muitas vezes, por motivos "humanitários" mantinha-se na direção um militante que não dispunha de outra fonte de renda, que "não tinha onde cair morto", em vez de substituí-lo por outro sindicalmente mais capaz e produtivo (Entrevistas 1 e 7). Evidentemente, essa situação bloqueava o processo de renovação das direções. Assim, o caminho de mão única que levava do trabalho na enxada até os gabinetes das cúpulas sindicais, cercados de secretárias, só tendeu a reforçar ainda mais o espírito de corpo.

CONCLUSÕES

Porecatu seria somente mais um entre os conflitos pela posse fundiária não fosse a entrada em cena dos comunistas, tornando-se a primeira de uma cadeia de lutas agrárias que iriam eclodir sucessivamente até o golpe militar de 1964. Esse conflito também permitiu a aparição dos primeiros organismos de tipo sindical destinados a enquadrar o campesinato: as Ligas Camponesas.

No rastilho de Porecatu, os sindicatos comunistas logo se alastraram pelo norte do estado. Essas entidades constituirão uma parte da base da enorme pirâmide sindical que será edificada, não somente no Paraná mas também, em todo o território nacional.

Mas as reações à atividade do PCB não tardaram a se manifestar. O contra-ataque que resultou em mais conseqüencias ficaria por conta da Igreja Católica, ameaçada em sua credibilidade junto aos fiéis do campo. Os católicos se lançam no mesmo terreno, jogando o mesmo jogo, e passam a criar os próprios sindicatos.

Assim um novo espaço de luta social foi tomando forma. Em torno da ação do Partido Comunista e da reação por ele suscitada, o campo sindical foi constituído.

O golpe militar vai roubar a iniciativa política dos comunistas e entregá-la aos sindicalistas cristãos, agora empenhados em transformar a Federação e os sindicatos do Paraná numa impressionante máquina de "assistência" ao "trabalhador rural".

Todavia, para além dos antagonismos, a pesquisa revelou a existência de ligações entre agentes de campos opostos. Uma certa cumplicidade entre alguns sindicalistas do PCB e militantes da FAP ficou evidenciada, denotando a presença de interesses comuns, ligados à manutenção desse campo de representação sindical. Aliás, o Partidão provou contar com uma não desprezível penetração entre as elites e o poder local. Depois, apesar de o Partido permanecer formalmente na ilegalidade, ainda desfrutou uma invejável desenvoltura durante o governo João Goulart.

As distâncias entre "bases" e direções também se traduziam em capacidades diferenciadas de acumulação de capitais. Entretanto, se é verdadeiro que, de modo geral, os pequenos proprietários dispunham de uma situação financeira menos instável que aquela dos demais "trabalhadores rurais", esse capital não se constituía no fator determinante desse distanciamento. Da mesma maneira, a carreira sindical não se mostrou como uma via de enriquecimento. Porém, o que é certo é que o sindicalismo permitia – e isso já valia para os militantes comunistas – uma acumulação de capitais de outra natureza. A constituição de redes de relações sociais, que ultrapassam de longe o círculo restrito de amizades do "homem do campo", possibilitou o fácil acesso aos centros de poder, significando um capital social considerável adquirido por esses ativistas. O capital cultural, igualmente, era a segunda vantagem dos mandatários sindicais, traduzido no acesso a uma vida cultural entremeada de cursos e viagens, fora do alcance da maioria dos sindicalizados de base.

O movimento sindical posterior a 1964 só fez institucionalizar essas distâncias sociais. Os dirigentes continuaram acumulando capitais simbólicos inacessíveis ao "trabalhador rural". À medida que a sua atividade se profissionalizava, os sindicalistas formaram uma corporação cada vez mais à parte e diferenciada nos seus componentes e seus interesses em relação à "base".

Para muitos deles, o abandono da atividade agrícola foi condição *sine qua non* para o exercício do mandato de representante. Surgiu um outro "nós", em meio ao "nós" que incluía todo o campesinato, que iria se traduzir por um ganho de autonomia dos mandatários em relação aos mandantes. Graças a isso os primeiros passam a depender muito mais de si mesmos que dos segundos. O espírito de corpo aí gerado conduzirá a freqüentes manifestações de nepotismo e de "presidencialismo".

O final dos anos 70 encerrou esse primeiro ciclo do sindicalismo. Agora, no lugar do velho Partidão e da Igreja conservadora, novos atores vão a campo disputar a representação dos mesmos segmentos sociais, os camponeses ou os agricultores familiares. É interessante perceber que, apesar de todas as rupturas e mudanças graduais ocorridas nesse campo sindical, boa parte das práticas da militância gestadas desde os anos 50 não desapareceu no período seguinte. A força da inércia parece ser maior que a da transformação. O modo de ser dirigente e de conduzir o movimento se incrustou de tal maneira nos sujeitos e nos aparelhos burocráticos, reproduzindo um *habitus* sindical não só nos herdeiros do "velho" sindicalismo, mas também naqueles que se queriam inovadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCARDO, A., CORCUFF, P. *La sociologie de Bourdieu*. 2ª ed. Bordeaux: Le Mascaret,. 1986. 247 p.

BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (*1961-1964). 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 187 p.

BOURDIEU, P. La délégation et le fétichisme politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* Paris, 52-3, p.49-55, jun, 1984.

______. La représentation politique. Eléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 36-7, p.3-24, fev.-mar., 1981.

BRANCO, G., ANASTÁCIO, A. *Construtores do progresso Norte do Paraná*. Londrina: s/ed,. 1970. 130 p

MARESCA, S. *Les dirigeants paysans*. Paris: Minuit. 1983. 295 p.

SIGAUD, L. Congressos Camponeses (1953-1964). In: *Reforma Agrária*. 11(6), p.3-8. nov.-dez., 1981.

SILVA, O. H. *A foice e a cruz. Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006. 424 p.

Documentos citados

BARROS, W. S. Carta ao deputado Renato Celidonio. Maringá. 08/02/1964.

BODDY, T. G. Relatório do curso e conscientização sindical. Curitiba. 23/12/1969.

Boletim Informativo, Curitiba: FETAEP, jan 1969 e maio-jun., 1972.

COELHO, Carta a Dom Jaime Luis. Maringá (assinatura ilegível) 10/12/1961.

Congregações Marianas de Maringá, Federação Diocesana das. Carta circular. Maringá. 29/06/1961.
Congregações Marianas do Brasil, Confederação Nacional das. Mar., 1963.
Congregações Marianas, Confederação Nacional das. s/d.
DUMONT, J. L. Carta a José Gomes da Silva. Londrina. 17/04/1968.
FETAEP. Ata da reunião da diretoria da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná. Curitiba. 05/01/1965.
FETAEP. Breve histórico da FETAEP (rascunho). Curitiba. 1982.
FETAEP. Discurso pronunciado pelo presidente da FETAEP. Londrina (folheto) 22/10/1967.
FETAEP. Estatuto. Londrina. 09/07/1966.
FETAEP. Hora sindical. Curitiba (programa de rádio). Dez., 1968.
FETAEP. Relatório da diretoria. s/l. 1967, 1970, 1974 e 1978.
MIQUELETTI, G. F. Carta aos sindicatos do Paraná. Londrina. 12/01/1968.
Paraná Rural. Curitiba: FETAEP. s/d, dez., 1973, abr., 1974, maio–jun., 1977.
PARANAVAÍ, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de. Carta a José Dumont. 25/11/1975.
RAMBO, padre Osvaldo. Recibo. Maringá. 20/03/1962.
RIBEIRÃO CLARO, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de. Certificado. s/d.
ROTTA, J. e outros. Carta circular . Rio de Janeiro. 23/08/1966.
SÃO JORGE, Câmara Municipal de. Carta a José Dumont. São Jorge do Ivaí. 27/09/1972.
SCALCO, Euclides e outros. Carta a José Dumont. Francisco Beltrão. 13/07/1967.

Entrevistas

1. Anibal Bianchini – presidente do sindicato rural de Maringá
2. Antônio Zarantonello – presidente da FETAEP
3. Antenor Beni – diretor da FETAEP
4. Borsato – funcionário da FETAEP
5. José Lázaro Dumont – ex-presidente da FETAEP
6. Mário Plefk – tesoureiro da FETAEP
7. Agostinho Bukowski – ex-diretor da FETAEP
8. José Florentino Mendes – presidente do sindicato de Arapongas
9. “Y” – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Astorga
10. Luiz Carlos Garioli – diretor do sindicato de Cianorte
11. Orlando Craco – presidente do sindicato de Jandaia do Sul
12. Salvador Caetano Silva – presidente do sindicato de Iporã
13. Paulino de Carlos – presidente do sindicato de Maringá
14. Carlos Vieira – presidente do sindicato de Mandaguaçu
15. Gregório Parandiuc – ex-diretor do sindicato de Maringá
16. Salim Haddad – médico e ex-militante comunista de Maringá
17. Antenor Fávora – ex-presidente do sindicato de Mandaguari
18. Pedro – presidente do sindicato de São Carlos do Ivaí
19. Dirceu Galli – médico e ex-militante comunista de Maringá
20. Antônio Mendonça Conde – ex-presidente da FETAEP

21. José Rodrigues dos Santos – ex-presidente do sindicato de Maringá
22. Antônio Alves da Silva – ex-presidente do sindicato de Londrina
23. Osvaldo Rambo – padre e ex-dirigente da FAP
24. Amaury Silva – ex-ministro do Trabalho
25. Moacyr Ferraz – ex-presidente da UGT de Campo Mourão (entrevistado por Salvador Ferraz)
26. Lauro Vilas-Boas – ex-diretor da FETAEP

5
Organizações rurais e camponesas no estado do Pará

Gutemberg Armando Diniz Guerra

As organizações camponesas no estado do Pará são resultado de um longo processo de construção, em que inicialmente se confundem e disputam fazendeiros, agricultores e operários agrícolas. A definição de identidades demarcadas pelas diferenças de interesses de classe começa a ocorrer depois da década de 1950, por condições políticas e contradições que vão se definindo ao longo da história que remonta ao início do século XX e, no caso do Pará, continua inacabada. Neste artigo relatam-se as definições ocorridas pela oposição entre organizações filiadas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) e Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA). Utilizam-se, como base empírica, publicações dessas entidades, além de livros, artigos e noticiários de jornais. Evidencia-se a dificuldade de afirmação de uma identidade que se expresse em organizações rurais, em que pese a evidência de seu caráter empreendedor e político.

ANTECEDENTES DE ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS RURAIS DO ESTADO DO PARÁ

A história das organizações rurais paraenses vem do início do século XX e deve ser considerada uma pista importante para compreender o vigor das disputas políticas entre entidades do patronato e de camponeses autônomos ou assalariados.

A primeira legislação brasileira que contempla os profissionais da agricultura e da indústria agrícola data de 1903, com o Decreto n.979 (Fuchtner, 1980). O começo da legislação trabalhista pelo campo se deve ao fato de termos, naquele momento histórico, uma sociedade eminentemente agrícola (Moraes Filho, 1978). Como a legislação não estabelecia a distinção entre operários e patrões, os 13 sindicatos fundados sob sua inspiração acabaram sob a hegemonia patronal, mas não tiveram longa duração. Em 1944, o Decreto n.7.038 estabeleceu o direito de organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, mas apenas oito deles foram efetivamente reconhecidos (nos estados de Pernambuco, Bahia e Santa Catarina). No Governo João Goulart, através das portarias 209-A e 355-A/20/11/62, estabeleceu-se a possibilidade de serem reconhecidos oficialmente os sindicatos, ocorrendo um surto de fundações de entidades até o golpe militar de março de 1964.

A historiografia dá conta de entidades representativas de categorias dominantes, embora nelas estivessem diluídas as categorias dominadas. A definição de categorias distintas e com interesses conflitantes vai se firmar ao longo dos anos 50, quando vão ficando claras as manipulações e incompatibilidades entre elas.

No Pará, o surgimento das organizações do mundo rural é ilustrativo desse fenômeno.

IDENTIDADES DIFUSAS ENTRE PATRÕES E TRABALHADORES NAS ORGANIZAÇÕES

No Pará, a hegemonia das primeiras organizações identificadas neste trabalho historiográfico era dos mais abastados, tanto antes quanto após a Segunda Guerra Mundial (Guerra, 2001). O patronato comandava o quadro institucional fundando sindicatos nas cidades ribeirinhas e nas povoações ao longo da ferrovia Belém-Bragança.

As organizações camponesas, ainda que existentes desde a década de 1930, apareceram marcando posição na historiografia nacional no período imediato da Segunda Guerra Mundial (Medeiros, 1989), quando o Partido Comunista viveu curto período de legalidade (1945-47) e em que organizações profissionais se assumiram com o caráter de representação de classe (Guerra, Marin, 1990).

Entidades com o nome de "associações de lavradores" marcaram a mobilização e a organização da categoria no Pará na década de 1950, quando o país recebeu os primeiros sopros da democratização. Registra-se impulso na criação dessas entidades nas regiões onde era maior a concentração de agricultores, articulados em uma estrutura de produção camponesa estável e tradicional. A pressão sobre a terra e o preço desvantajoso dos gêneros agrícolas provocaram uma movimentação de caráter reivindicatório, que

coincidiu com propostas políticas para o campo, como reforma agrária, financiamento da produção e assistência técnica. O nordeste paraense é o *locus* onde se encontram registros do surgimento das primeiras Associações de Lavradores Autônomos. Foram os seus presidentes que assinaram a ata de formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), versão estadual da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada em 1954, ilustrando o engajamento dos paraenses na discussão e momento nacional (Guerra, Marin, 1990). Demonstra igualmente a extensão da influência do Partido Comunista na disputa pela democratização da sociedade brasileira, uma vez que essa rede era praticamente expressão dessa organização política no país.

Sobre as primeiras associações de lavradores do Pará estabeleceu-se uma disputa: o Estado passou a atuar com vistas ao enquadramento dos sindicatos, a Igreja a organizar discussões sobre a produção e alfabetização e os partidos a imprimir orientação política nos debates em torno da terra e da justiça social no campo. A Região Bragantina experimentou os impactos do movimento dos trabalhadores urbanos. Suas ligações com a capital, pela estrada de ferro Belém–Bragança, permitiram uma circulação das mensagens políticas difundidas pelos ferroviários e estivadores.

A mobilização dos camponeses e os rumos dentro do sindicalismo sob controle do Estado corresponderam ao período de fins de 1960, quando se fundaram os sindicatos à beira da estrada Belém–Brasília.

A primeira fase de encaminhamento, com relativa autonomia de gestão e práticas das suas associações, teve como ponto importante a distinção das categorias que formaram seus quadros. Na ata de constituição da ULTAP, essa linha de discussão veio à tona: "A União dos Trabalhadores Agrícolas do Pará, ULTAP por abreviatura, já com existência de fato, pelos signatários destes Estatutos, é agora constituída de direitos, adquirindo personalidade jurídica", rezava o artigo primeiro dos Estatutos publicados no *Diário Oficial do Estado do Pará*, número 18.187, de 28 de abril de 1956, assinado pelo Presidente Benedito Pereira Serra e datado de 12 de fevereiro do mesmo ano. Inspirada na Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e subordinada à ULTAB, a organização paraense constituía-se de: "1– assalariado agrícola que não esteja filiado a sindicato rural; 2 – o lavrador pobre (pequeno proprietário agrícola); 3 – o lavrador médio (médio proprietário agrícola)"; e excluía os latifundiários: "4 – não será admitido como associado o latifundiário e seus herdeiros". A incorporação de entidades como sindicatos e associações rurais à ULTAP, por sua vez, estava condicionada ao desejo explícito de "à base da luta, conquistar os direitos e reivindicações dentro dos pontos de vista difundidos pela ULTAB, mediante acordos especiais e por resolução de Assembléia Geral". É um dos momentos, no caso das categorias rurais, da explicitação da demarcação do caráter conflituoso que assumirão, marca registrada da influência do Partido Comunista.

A Federação das Associações Rurais do Pará era presidida pelo Deputado Reis Ferreira. Fundada em 8 de setembro de 1951, deu origem à Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), agregando os sindicatos patronais rurais a partir de 1965. Embora tentasse se identificar como liderança de proprietários e assalariados e pleiteasse benefícios em seu nome,[1] o deputado foi rechaçado pela liderança camponesa porque

> não teve o menor escrúpulo de negar ao trabalhador rural da Amazônia todos os direitos e garantias consubstanciados no anteprojeto de lei elaborado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de conformidade com o parecer que apresentou, em 20 de maio de 1955, a pedido da Confederação Rural Brasileira, e que foi denunciado pela imprensa popular de Belém, de acordo com o recorte anexo aos memoriais de cada município (*Folha do Norte*, Belém, 14/02/1956, última página).

A Federação das Associações Rurais do Pará, comandada pelo patronato rural, pretendia preencher um espaço vazio de representação, embora a movimentação dos lavradores e trabalhadores agrícolas demonstrasse um crescente vigor político. Pode-se ler esse momento como o de emancipação de um sindicalismo trabalhista, que passou a se definir por divergência e ruptura entre lideranças camponesas e patronais. O sindicalismo de trabalhadores rurais se expandiu com a proliferação de entidades associativas em todo o estado, com uma concentração acentuada na Região Bragantina.

Em sua orientação básica, a ULTAB procurava dar um caráter legal à luta dos camponeses. As comissões de luta pela reforma agrária, surgidas no bojo da campanha nacional deflagrada em 1954, procuravam canalizar a ação sindical reunindo as conquistas parciais e propondo um comportamento estratégico que levasse a um governo nacionalista e democrático (Almeida, 1981). Aí estava a explicação para os limites criados para os assalariados e entidades que pretendessem se aliar à ULTAP. Estes não deveriam estar filiados a sindicatos rurais, e a incorporação desse tipo de entidade deveria se dar pelo desejo explicito de "à base da luta, conquistar os direitos e reivindicações dentro dos pontos de vista difundidos pela ULTAB, mediante acordos especiais e por resolução da Assembléia Geral", rezava o estatuto. As forças políticas hegemônicas nessas entidades estavam convencidas de que, com esse modelo de condução política no campo, um governo popular e democrático poderia emergir com o apoio e influência majoritária dos assalariados e pequenos produtores agrícolas, deslocando o poder dos proprietários e da burguesia nacional.

No momento em que surgiu a ULTAP, a reforma agrária ocupava espaço importante no debate nacional. A I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará foi realizada por convocação da Comissão Paraense pela Reforma Agrária, em 13 de maio de 1955. Ocorreu

[1] *Folha do Norte*, Belém, 08/01/1956, última página.

em clima de ampla mobilização, dentro da legalidade e com apoio oficial. A Prefeitura de Belém forneceu transporte no trem que percorria o trecho de Bragança até a capital e alimentação no Serviço de Assistência e Previdência Social (SAPS). Nessa I Conferência, realizada no centro de Belém, na sede do Sindicato dos Estivadores, estruturou-se a Comissão para a Fundação da ULTAP, composta de delegados de Castanhal, Santa Isabel, Igarapé-Açu, Bujaru, Bragança, Capanema e Soure.[2] Ali se podia identificar praticamente a representação de sindicatos localizados no nordeste paraense, com exceção daquele de Soure, localizado na Ilha de Marajó. Alguns desses representantes cumpririam papel importante nos rumos das organizações e na memória do movimento. Benedito Pereira Serra, representante de Castanhal, foi o primeiro presidente da entidade e morreu em decorrência dos maus-tratos recebidos na prisão após o golpe de 64.

Outras conferências aconteceram, demonstrando uma atividade política que se articulava com outros estados da região e do país. Representantes da ULTAP estiveram presentes na II Conferência Agrária do Maranhão, em agosto de 1958. Até aquele momento, os paraenses tinham realizado "três conferências de nível estadual. Na primeira Conferência Estadual participaram 72 delegados. Na segunda, 85 e, na terceira, 522 representantes das 62 associações de lavradores existentes na zona bragantina" (Almeida, 1981). Os números são indicativos da atividade no setor. Braço da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, a Comissão Paraense publicou notas nos jornais, rádios e revistas, além de visitar os municípios para realizar debates e promover conferências.

A Igreja se fez presente por intermédio de religiosos, associados a militantes políticos, em encontros de agricultores como a Segunda Semana Ruralista de Ourém, realizada de 22 a 25 de janeiro de 1956. Os registros dão conta da participação do padre Miguel Giambelli ao lado do professor Bruno de Menezes, ligado ao Departamento de Cooperativismo e de Assistência Social Rural do estado, e de Humberto Fernandes dos Santos, para falar da Liga Agrária Católica e da Associação Rural.[3] Além de técnico, Bruno de Menezes se notabilizou por sua obra literária de vanguarda e pela militância no Partido Comunista Brasileiro.

A Região Bragantina ou, de maneira mais abrangente, o nordeste do Pará possui uma história particular em relação ao movimento sindical. De ocupação considerada antiga em relação ao sul e sudeste paraense, e por se constituir em via de acesso para outras regiões do Pará, sofreu influências de um campesinato consolidado e dos migrantes que por lá tiveram passagem ao longo de sua história. Organizações de produtores lá existiam desde a década de 1950, assim como foi nessa região que se deu a produção

[2] *Folha do Norte, Belém*, 14/02/1956, última página.
[3] *Folha do Norte, Belém*, 21/01/1956, 3ª página.

massiva de entidades oficiais na década de 1970. Os dados sugerem uma preocupação forte do Estado em estabelecer um controle imediato e efetivo sobre as representações trabalhistas na área.

O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, em 1961, fortaleceu a orientação da ULTAB no sentido de uma sindicalização que transformasse as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Sindicatos de Produtores Autônomos e Assalariados (Almeida, 1981). Os paraenses fizeram-se presentes no I Congresso Nacional, deslocando-se em caminhão cedido pelo secretário de Obras e Terras do Estado do Pará, o que mostra a efetiva participação dos camponeses do norte nos eventos e discussões nacionais sobre a questão agrária. Demonstra também a confluência de interesse entre Estado e sociedade civil. Esse interesse era expressão do controle de setores trabalhistas no aparelho de Estado, influência marcada pelo período varguista.

Reconhecendo a necessidade de fortalecer essa ação e divergindo da orientação dos comunistas, a Igreja propôs e instalou o Movimento de Educação de Base (MEB), no início da década de 1960, voltado para a educação radiofônica da população no nordeste paraense. Transmitia mensagens de caráter religioso e político, objetivando despertar o interesse dos trabalhadores do campo para os valores doutrinários e contrapor-se à ação das outras forças políticas. Segundo Raymundo Heraldo Maués, a diferença estaria na dosagem e coloração da formação política que pretendiam Igreja e partidos de esquerda engajados na atividade.[4]

Entidades políticas expressivas, como o PCB e a Igreja, ao se lançarem no campo e tentarem exercer uma orientação, reconheciam o potencial existente no meio, como elemento destacado nos processos de transformações das sociedades. O Estado, por sua vez, ainda que manifestando preocupações no discurso oficial desde muito antes, somente a partir de 1964 conseguiu estabelecer os parâmetros de controle para moldar o sindicalismo rural à imagem do que lhe convinha.

ESTADO, IGREJA, PARTIDOS E SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS NO PARÁ

As condições para que se efetivasse o controle do Estado sobre os sindicatos de trabalhadores rurais estavam maduras em 1964. Setores reformistas propunham uma aliança em que estava embutida essa proposta. Igreja e PCB fundaram entidades que buscavam o reconhecimento legal e o aval do Estado desde meados da década de 1950. O discurso de Getúlio Vargas prometendo o enquadramento do trabalhador rural e sua legalização foi

[4] Entrevista a Gutemberg Guerra em 30/09/1988.

absorvido por amplas camadas. Forças políticas comandadas por ele propunham reforma agrária sob o comando do Estado, regulamentação das relações de trabalho e modernização da agricultura sem comprometimento da hegemonia do capital. De 1962 a 1964, o Governo João Goulart procurou obter o apoio do campesinato e reconheceu as suas organizações.

O golpe militar interrompeu esse processo e retomou com mão-de-ferro a política de sindicalização. Elaborou-se e discutiu-se o Estatuto da Terra. Sindicatos patronais e de trabalhadores foram reconhecidos oficialmente após o enquadramento em rigorosos regimentos exarados pelo Ministério do Trabalho. A principal característica desses regimentos foi a padronização e obrigatoriedade de adoção de todos os artigos propostos. Modificavam-se apenas o nome do município que identificava a área de abrangência do sindicato e os valores da contribuição que deveriam ser votados na assembléia de fundação. Os anteriores a esses ditames eram construídos conforme a perspectiva e o interesse de cada grupo, guardando, porém, a base municipal como área de abrangência.

A Federação das Associações Rurais do Pará, entidade patronal, transformou-se, em 1965, na Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), enquanto as associações de colonos, lavradores e trabalhadores rurais passaram a ser Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Fundou-se, com sete sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (Castanhal, Alenquer, Capanema, Curuçá, Igarapé-Mirim, Santa Isabel do Pará e São Domingos do Capim), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) em 1968. A Carta de Reconhecimento foi emitida três dias após, demonstrando a força e o controle de Jarbas Passarinho,[5] então ministro do Trabalho, sobre sua base estadual.

O sindicalismo foi apropriado oficialmente e as organizações passaram a ter ações de apoio à política previdenciária do governo. As diretorias vacantes foram complementadas. Formou-se a cultura do sindicalismo previdenciário, assistencialista, preocupado com ações legais junto à Delegacia Regional do Trabalho, distante das questões discutidas nos 10 ou 15 anos que antecederam o golpe de 1964. A bandeira da reforma agrária foi banida pelo regime militar, vindo a ressurgir com a ênfase do controle dos camponeses na abertura política dos finais da década de 1970 e início da de 1980. Os governos militares apregoavam estar fazendo a maior reforma agrária do mundo, sob o pretexto de fazer ocupar 10 quilômetros de cada margem das novas estradas abertas na Amazônia.

---

[5] Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu em Xapuri, no Acre, e tem sua base política ancorada fortemente no estado do Pará, tendo sido governador do estado depois do golpe militar (1964-66) e senador em três mandatos (1967-83 e 1987-95). Foi ministro do Trabalho e Previdência no governo Costa e Silva, da Educação no governo de Emilio Garrastazu Médici, da Previdência no governo de João Figueiredo e da Justiça no governo de Fernando Collor de Melo.

A transformação das associações anteriores a 1964 e seu enquadramento não se deram imediatamente após o golpe. Desestruturadas as associações e enfraquecida a ULTAP, apenas 13 sindicatos foram criados em todo o estado do Pará até 1970. Entre 1971 e 1975, período do Governo Médici, identificado como o mais repressivo do regime militar, foram criados e reconhecidos 40% do total dessas entidades. Um novo surto dessa natureza só ocorreu em 1978 e 1979, sob o governo do general Figueiredo, tendo por ministro do Trabalho Murilo Macedo, em uma época marcada pela pressão popular por democratização. Nos anos 70, as organizações nasceram, consolidaram-se e cresceram com o apoio aberto dos órgãos públicos. Intervenções foram feitas para suprir as diretorias acéfalas e entidades esvaziadas, onde o *quorum*, por ocasião das eleições, não era suficiente para dar curso às atividades das organizações. Muitas lideranças sindicais – atemorizadas, intimidadas, presas – deixaram o exercício de seus mandatos. O Ministério do Trabalho, através de sua Delegacia Regional, supria os cargos vagos com interventores indicados do quadro social do sindicato, quando não de um funcionário do próprio ministério, designado para estabelecer o controle sobre a organização.

O estímulo à criação de sindicados nos moldes propostos pela legislação era evidente. Um acordo entre o Projeto Rondon e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura foi realizado, em 1972, para criar ou consolidar nada menos que 29 sindicatos, conforme listagem existente na FETAGRI. Segundo o presidente da época, a FETAGRI não teria firmado um documento formal caracterizando o acordo.[6] O apoio dispensado pelo Projeto Rondon foi assumido por ele como uma contribuição valiosa ao movimento sindical.

Verbas do Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (Funrural) e do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps) eram destinadas a fortalecer a estrutura de assistência aos associados, forjando a prática sindical no malho de funções atribuídas ao Estado. Nesse sentido, os sindicatos assumiram a postura de repartições públicas. Essa prática foi tão difundida e arraigada que permanece presente e resiste ao debate sobre a manutenção ou não desses serviços, principalmente em se tratando do campo.

A formação de lideranças foi trabalhada estrategicamente pelo regime militar. Cursos sobre sindicalismo faziam parte da agenda da FETAGRI e do Ministério do Trabalho, que, junto com o American Institute for Free Development, ligado de modo indireto ao governo dos EUA, organizou cursos de formação sindical, atingindo em torno de 32.600 ativistas no país até 1974 (Oliveira, 1981). O conteúdo da maioria desses cursos apresentava um modelo de sindicalismo afinado com a pregação oficial.

A Igreja – ou as Igrejas, para não nos restringirmos aos católicos – têm sido lembradas em todo o processo de montagem dessa estrutura. Muitos

[6] Alberone Lobato, entrevista a Gutemberg Guerra em 01/09/1988 (gravação).

sindicatos surgiram por inspiração de reflexões ocorridas com envolvimento de religiosos. Os entrevistados, assim como a literatura consultada, referem-se à ação dos Círculos Católicos (Fuchtner, 1980 e Almeida, 1981) e do Movimento de Educação de Base no processo da organização dos trabalhadores rurais. As interferências revelam posicionamentos políticos ora afinados com os interesses do Estado, ora com os da conquista de melhoria de vida pelos trabalhadores.

Lentamente, as discussões fundamentais dos camponeses voltaram a se inserir nos sindicatos. A posse da terra e a contradição entre patrões e assalariados retornaram à pauta das reuniões e recompuseram o sindicato como instrumento de luta. Os partidos políticos de esquerda e a Igreja tiveram papel destacado na reconquista do espaço de atuação política dos sindicatos, contra a visão do sindicato-apoio do Estado. Pouco a pouco, foram se formando grupos de oposição sindical e se promovendo encontros sobre a posse e o uso da terra, até assumir a direção da FETAGRI, em 1987, com uma perspectiva do novo sindicalismo apregoado por forças políticas diversas das que ocuparam por vários anos o aparelho organizativo.

Em 1978, o I Encontro reuniu apenas 38 lavradores de dois municípios, tendo sido tiradas algumas linhas de ação para a unificação das lutas: tomada dos sindicatos e luta para fixar o agricultor na terra. Em 1979, o II Encontro reuniu 88 trabalhadores de nove municípios. Os pontos de unidade foram mais consistentes: comemoração do 25 de Julho, luta pela tomada dos sindicatos, articulação com trabalhadores de outras regiões e estados, tarefa de discutir com os trabalhadores do campo as lutas da cidade. Foi ainda tirado um Manifesto à População, divulgado no Brasil inteiro (Cunha, 1980).

Esse é um relato dos Encontros de Trabalhadores Rurais da Região Tocantina, realizado em Cametá, no Pará. O III Encontro, de 19 a 21 de abril de 1980, reunindo 120 trabalhadores de 18 municípios, é fruto desse trabalho anterior e mostra o grau de consciência do movimento.

Houve outros esforços, em outras áreas, para dar início, nos sindicatos, a uma direção política diferenciada daquela imposta após 1964. Em Santarém, formou-se, a partir de 1976, um grupo de trabalhadores identificados como Corrente Sindical Lavradores Unidos. Concorreu às eleições de 1977, perdendo, e às de 1980, saindo vitorioso. Mantinha um jornal, lançado em 1º de maio de 1979, o *Lamparina*, que divulgava a linha de ação da Corrente Sindical (Vital, 1980). Apoiados pela FASE e pelo MEB, encaminharam discussões teóricas sobre o movimento sindical e sobre mudanças na sociedade brasileira. Inicialmente envolvendo questões dos assalariados e posteriormente a luta dos posseiros e pequenos proprietários, o STR de Santarém transformou-se em instrumento do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Pará (Marin, 1984).

Em Conceição do Araguaia, em 1980, foi criada a Oposição Sindical com o intuito de "retomar seu sindicato, desde 1974 entregue às mãos de

um interventor nomeado pelo Exército".[7] Mesmo enfrentando situações de conflitos graves, com vítimas de morte, a concepção que o movimento sindical apresentava era legalista, como se pode concluir de trecho de documento elaborado pela Contag em 1974:

> A CONTAG, através das Federações e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, na sua função de estudo e defesa da classe e como colaboradora do Poder Público, tem procurado alternativas viáveis de solução que fixem o trabalhador à terra e lhe dê as necessárias garantias de produção e elevação de sua condição humana (Contag apud Ianni, 1979, p.150).

Enquanto os trabalhadores rurais cresciam em organização, a violência era exercida inúmeras vezes, tentando intimidá-los. O Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM) foram criados, em 1980, para atuar na região, constituindo-se numa intervenção política do Estado, desfavorável aos trabalhadores rurais e às organizações que lhes davam apoio (Monteiro, 1980).

A contestação às ações de expulsão e grilagem obteve apoio de outros segmentos da sociedade. Em 1975, a Comissão Pastoral da Terra foi criada e se constituiu em aliado fundamental dos camponeses nas denúncias contra ações de empresas e fazendeiros. Nela, militavam advogados, religiosos e universitários em confronto aberto contra a ditadura militar e os latifundiários. Em 1978, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, fundada a partir do apoio aos posseiros envolvidos na morte do fazendeiro americano John Davis,[8] passou a editar o jornal *Resistência*. Nele, eram efetuadas denúncias de violência no campo e debates sobre questões políticas vividas no país, constituindo-se em fonte de registro das organizações políticas de esquerda e da ação da Comissão Pastoral da Terra no Estado do Pará.

Em abril de 1980, em Belém, dos dias 4 a 6, realizou-se o I Encontro Estadual de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical. Ocorreria, pouco depois, um encontro nacional de mesmo teor (Cunha, 1980). Nele, ficou evidente a diferença de posições entre a Unidade Sindical e a Oposição Sindical, que estava baseada na proposta de tática adotada para a tomada dos sindicatos. Os partidários da Unidade Sindical propunham que seus militantes estivessem no movimento, trabalhassem sistematicamente e compusessem as diretorias juntamente com os pelegos, fazendo-os avançar em propostas tiradas em assembléias. A Oposição Sindical pregava a formação de grupos que se opusessem aos colaboracionistas, disputassem as eleições e tomassem os sindicatos, sem aliança de tipo algum.

[7] A Oposição Sindical conclama o apoio de todos os democratas, in *Resistência*, ano III, maio de 1980, p. 15.

[8] Como nasceu a sociedade, in: *Resistência.* Ano I, março 1978, p.3.

A truculência dos setores dominantes em contraposição aos trabalhadores rurais, em particular aos posseiros, tinha em vista desestimular as organizações. Lideranças sindicais eram assassinadas e ameaçadas de morte. Padres eram perseguidos[9] (*O objetivo*, 1980). A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunindo 250 bispos, entre os dias 5 e 14 de fevereiro de 1980, em Itaici, São Paulo, lançou o documento "A Igreja e a posse da terra", que se constituiu em baliza da luta dos trabalhadores rurais e da atuação dos padres.[10]

A tomada dos sindicatos por militantes de esquerda e o fortalecimento das bases foram condições para chegar à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, a FETAGRI. Essa inflexão ocorreu na eleição de 17 de fevereiro de 1987, com uma diferença de apenas três votos. Quase 10 anos depois de criada, a oposição sindical chegou à FETAGRI para implantar uma política coerente com o que vinham propondo os sindicatos em suas bases.

Muitos problemas herdados da prática e do modelo de sindicalismo que vinha sendo executado foram enfrentados pelas novas diretorias. O assistencialismo foi combatido, embora a carência em relação aos serviços de saúde e educação fosse tão acentuada que o esforço para vencer a visão torcida se redobrou.

O estado do Pará contava, em 2006, com sindicatos de trabalhadores rurais em quase todos os seus 143 municípios (exceção para Belém, Marituba e Quatipuru). Os novos municípios criados se mobilizaram para o desmembramento e instalação de suas estruturas. Alguns fundaram os seus sindicatos e aguardaram implantação das prefeituras para entrar no Ministério do Trabalho com a petição de reconhecimento.

A Nova República, surgida de movimentação popular intensa, sob bandeiras clamando por eleições diretas, Constituinte, anistia política e reforma agrária, envolveu os sindicatos em suas teias burocráticas, em que pese a postura diferente daquela dos governos militares. A Constituinte deu, em 1988, ao país uma Carta pouco promissora em relação ao campo. A prática dos ministros e órgãos herdados dos governos anteriores tem sido tão ou mais emperrada e imobilista no que se refere ao encaminhamento de uma verdadeira reforma agrária. Os sindicatos de trabalhadores rurais, para garantir o pouco que a pressão dos camponeses fez avançar, acamparam e ocuparam instituições públicas, denunciaram manobras, assumiram tarefas de caráter técnico e de apoio à demarcação dos lotes, organização de parte burocrática e de legalização. O Estado desapropriou áreas mediante indenizações compensadoras, sob acusações de vultosas negociatas, a ponto de se levantarem propostas para convocar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que não se realizou. Um dado é incontestável: a formatação

[9] O objetivo da repressão era prender o padre Aristides, in: *Resistência*, ano III, julho de 1980, p.2.
[10] A injustiça institucionalizada, in: *Resistência*, ano III, 7 de março de 1980, p.16.

das disputas no campo se deu em dois pólos: o de empresas agrícolas e latifundiários em contraposição a trabalhadores rurais identificados como posseiros, pequenos proprietários de terra e assalariados.

E OS MÉDIOS PROPRIETÁRIOS, ONDE E POR QUEM SE FAZEM REPRESENTAR?

Existe uma faixa de produtores cuja disputa por representação só se definiu a partir dos anos 90. Os pequenos proprietários, historicamente, se organizaram em associações, uniões, ligas ou sindicatos de trabalhadores rurais, misturando assalariados, posseiros, arrendatários e outras categorias comuns ao meio rural. As diferenças de interesse entre essas categorias sempre criaram dificuldades nos momentos mais agudos e que implicassem em decisões políticas. A característica de contar ou não com empregados é geralmente associada ao tamanho da propriedade e volume de capital gerenciado, assim como a fatores culturais que findam por constituir categorias distintas. O tamanho da propriedade, porém, nem sempre define o volume de capital nela empregado, nem o comportamento do proprietário, o que deixa flexível o limite entre o patrão e o não-patrão. De fato, o maior problema é o do peso da representação política, que pressupõe um corpo de associados ou de representados que emprestam à entidade uma legitimidade em nome da qual ela age e se comporta. Embora minoritários, politicamente desorganizados e geograficamente dispersos, os empresários rurais e fazendeiros faziam parte de uma categoria de peso específico pouco aparente e reduzida numericamente. A demonstração de sua força se expressou em momentos críticos, como foi o caso da União Democrática Ruralista, entre 1985 e 1991, como demonstrou Fernandes (1999).

Pela necessidade de reforçar sua representatividade, uma larga faixa de agricultores e pecuaristas, que se situam entre a pequena produção familiar e a empresa agropecuária capitalista, foi disputada pelos sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos patronais, por meio de estratégias as mais variadas.

A criação massiva de Sindicatos de Produtores Rurais no Pará, substituindo os Sindicatos Rurais, nominação vaga e usual das entidades patronais, permite levantar a hipótese de uma nova estratégia de recrutamento e de fortalecimento do quadro social: disputar os pequenos e médios proprietários rurais em crise de identidade de classe, associando-os à categoria de "produtores rurais", sedimentando uma cultura de fazendeiros-empresários modernos, ativos, organizados e legitimados por um quadro social definido e mobilizável. Para demonstrar isso, servimos-nos de dados colhidos no Pará, tanto entre as entidades patronais como entre os pequenos proprietários e associados dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

A partir de 1990, quase todas as organizações patronais criadas no Pará adotaram o nome de Sindicatos de Produtores Rurais. De listagem obtida junto à FAEPA, verifica-se como exceção apenas o sindicato de produtores rurais de Paragominas, fundado em 20 de março de 1976. O novo nome se explica pela fusão do antigo Sindicato Rural com a Associação Rural, ocorrida em 16 de março de 1997.[11] O sindicato de Óbidos, ao contrário, tendo sido fundado em 23 de junho de 1991, porta o nome de Sindicato Rural, embora o de Medicilândia – o primeiro que aparece com o novo modelo de nominação – tenha sido fundado no ano anterior. Segundo a FAEPA, deve-se atribuir a esse fato uma característica dos momentos de transição, em que pesou a denominação mais usada na época.[12]

Entre os associados da FAEPA encontramos ainda o Sindicato Paraense de Pecuária de Corte (SINDICORTE), fundado em 14 de janeiro de 1994, contando com 54 sócios. Como indica a sua denominação, propõe-se a uma jurisdição em todo o estado, delimitando uma especialização dos seus representados. Seus associados são fazendeiros, criadores de gado de corte. No mesmo ramo, o Sindicato da Indústria da Carne e Derivados do Estado do Pará agrega frigoríficos, indicando que uma linha de organização por atividade se estrutura no setor. A participação dos pecuaristas nas organizações patronais do Pará é notável desde a década de 1940. O estudo de Fernandes (1999) sobre a União Democrática Ruralista (UDR) revela os níveis de sua influência durante todo o processo de ocupação da Amazônia e de constituição das classes patronais do Pará. Essa característica fica diluída nos termos que intitulam os sindicatos, mascarando qualquer tipo de especialização.

Existe uma relação entre a mudança dos nomes das entidades e as estratégias da categoria ou de quem a comanda. O advento dos governos militares marcou o ordenamento jurídico e o controle das organizações representativas, estivessem elas no campo dos fazendeiros-patrões ou dos trabalhadores rurais não-patrões, a partir de então denominadas de sindicatos em vez de associações.

A mudança de denominação de Associações Rurais para Sindicatos indicava a intenção governamental de estabelecer diretrizes profissionalizantes segundo um modelo de organização do trabalho. Essa mudança ocorreu no regime militar. Já a mudança de Sindicatos Rurais para Sindicatos de Produtores Rurais ocorreu em momento de distensão política, após a Constituição de 1988, com os civis no poder. A mudança de nome é identificada por alguns autores como o prolongamento das táticas da UDR, que incluiu na sua proposta o termo reforma agrária como um capítulo da política agrícola e mudou a denominação de "proprietários de terras" para

[11] Ofício FAEPA n.144/98, de 25 de junho de 1998.

[12] Ofício FAEPA n.144/98, de 25 de junho de 1998.

a de "produtor rural" (Silva, 1988). Essa estratégia pode ser objetivada não apenas pela observação das mudanças de nomes das organizações, mas pela intensificação de sua proliferação e cobertura geográfica no estado. Indica a mudança na natureza da representação patronal, composta anteriormente de poucos membros filiados para diretorias constituídas regionalmente, representadas por personalidades notáveis.

O novo paradigma de entidades constituídas por uma base participativa, por um quadro social amplo e por uma categoria mais concreta, define os novos parâmetros do investimento das classes patronais. Contrariando a tese de que as categorias dominadas tendem a assumir padrões das classes dominantes, nesse caso são os patrões que assumem formas de militância política e de representações forjadas na democracia e pelo novo sindicalismo.[13] A eficiência política da sociedade civil no processo de democratização do país e, no caso dos STRs, a legitimidade que conseguiram expressar através de mobilizações freqüentes impõem aos seus concorrentes um paradigma de legitimação. Ter ou não ter base social é o ponto determinante dessa legitimidade, ou, pelo menos, é um ponto importante no jogo político.

A lógica e o ritmo de criação dos sindicatos patronais não obedeceram, no início, ao mesmo diapasão dos sindicatos de trabalhadores rurais. O Pará passou, de 1970 a 2000, por um processo de ordenamento territorial intenso, que interferiu diretamente no comportamento das organizações representativas. Contando com 143 municípios, incluindo-se Belém, a capital, onde tradicionalmente os trabalhadores rurais não estão representados, os processos de criação, emancipação e desmembramentos continuam em andamento.

O público visado na nova estratégia dos Sindicatos Patronais são os pequenos e médios produtores, proprietários de 150 a 300 hectares, geralmente em crise de identidade com os sindicatos de trabalhadores rurais, onde as questões trabalhistas tendem a proteger os posseiros, os sem-terra, os assalariados e os pequenos produtores, estes também suscetíveis ao assalariamento temporário. Com o argumento de que proprietários, pequenos, médios ou grandes, pertencem à mesma categoria profissional, o investimento das organizações patronais tem obtido sucesso. De 17 sindicatos filiados à Federação da Agricultura em 1981, eles passaram a 27 em 1988, a 107 em 1997 e a 129 em 2006, notando-se uma intensificação de fundações de sindicatos de pequenos e médios proprietários que se sentiam excluídos das organizações sindicais sob forte influência do Partido dos Trabalhadores. A conseqüência desse fortalecimento da representação dos sindicatos patronais no Pará tendeu a fazer voltar no tempo uma organiza-

[13] O novo sindicalismo ou sindicalismo autêntico se caracteriza por seu caráter reivindicativo e por propostas discutidas e alimentadas por um quadro social amplo. "A particularidade que marcou a corrente dos autênticos foi a sua capacidade de absorver as pressões das bases e conduzi-las pelo interior do aparelho sindical" (SADER, 1988, p.182).

ção que tinha conseguido expandir suas bandeiras de lutas no conjunto da sociedade, estreitando o campo das reivindicações ao campo econômico.

A FAEPA adotou, a partir de 1990, a mesma política da FETAGRI de criar uma unidade sindical por município, segundo orientação da legislação em vigor, conforme pudemos deduzir pelos dados levantados. A novidade da criação dessas entidades não se encontra somente na sua intensidade e na nova conformação do quadro social – basicamente de produtores médios. Fato notável é que esse processo de mobilização tem ocorrido em um quadro diferente daquele em que se deu a movimentação da UDR. Não existem declarações na imprensa sobre esse processo que vem ocorrendo de maneira sistemática, silenciosa e longa.

Quadro 1. Evolução dos números de municípios, Sindicatos patronais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Pará, 1950-2006.

ANO	Nº de Municípios	SR e SPR	STR
1960	60	8	–
1970	83	10	13
1980	83	17	72
1990	105	32	100
1998	143	107	129
2006	143	125	140

Fontes: IBGE. Censos Gerais de 1950 a 1990 e contagem 1998, Arquivos da FAEPA, FETAGRI, CUT e DRT Pará. Dados organizados por Gutemberg Guerra.

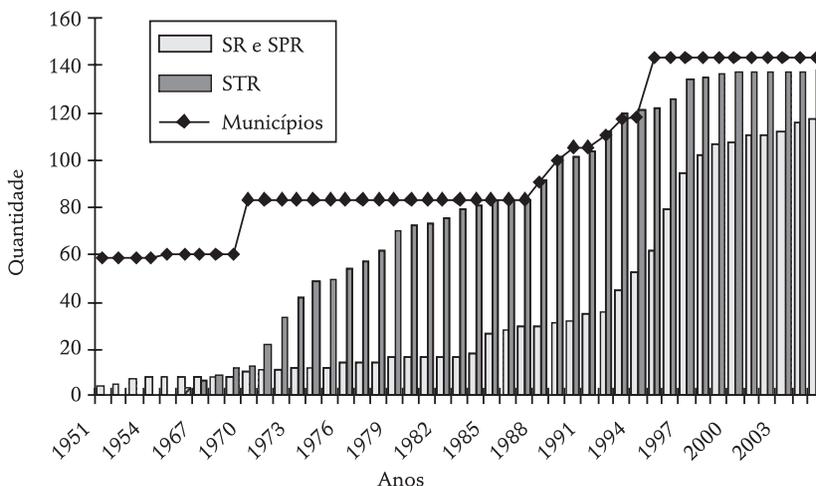
Presente em 112 municípios por meio de sindicatos legalmente constituídos e com oito comissões provisórias, a FAEPA cobre 120 municípios com sedes de entidades patronais. Por enquanto, algumas entidades servem a mais de um município, o que é perfeitamente compreensível, dadas as dimensões do estado e a rarefação dos produtores dessa categoria no espaço geográfico. Com uma base constituída de 10.693 associados em 1997, computados pelos sindicatos já criados e com um contingente considerável sendo mobilizado pelas entidades em via de efetivação, a FAEPA pretendia a curto e médio prazo dobrar este número.[14] Verifica-se uma tendência a buscar legitimidade na efetivação do quadro social, diferentemente do que ocorreu no período de manifestações da UDR, quando a tática era declarar números superestimados dos associados para impressionar e intimidar os seus opositores (Fernandes, 1993, p.38). Os surtos de criações de entidades patronais, superando a dinâmica das entidades de trabalhadores, pelo que

[14] Ofício FAEPA n.109/98, de 27 de março de 1998. Naquele momento existiam 12 Comissões Provisórias pró-fundação dos Sindicatos de Produtores Rurais, 95 Sindicatos fundados, sendo trinta com o nome de Sindicatos Rurais, 64 com o nome de Sindicato de Produtores Rurais e um Sindicato Paraense de Pecuária de Corte.

se conseguiu levantar, dão indicações históricas significativas. Nota-se um pico entre 1986 e 1989, quando as disputas pela Constituinte projetaram no cenário político nacional a questão agrária. Outro surto ainda mais vigoroso é identificado entre 1992 e 1997, quando a tônica é a disputa pelo crédito rural oferecido pelo Fundo Constitucional do Norte (FNO). A FAEPA reúne outras organizações especializadas de nível estadual como o Sindicato Paraense de Pecuária de Corte, o Sindicato dos Aquicultores do Estado do Pará (SINAQUIC), o Sindicato de Criadores de Caprinos e Ovinos do Pará (SINDCCOPA), o Sindicato dos Produtores de Palmáceas Econômicas do Estado do Pará (SINDPALMA) e o Sindicato dos Criadores de Peixes Ornamentais e de Consumo, de animais terráreos, de animais silvestres para ornamento, aves, répteis, batráquios e anfíbios para ornamento e consumo, de plantas ornamentais, medicinais, extratos e ervas do Estado do Pará (SINDFAUNA).

Quanto aos STRs, em 2006, eles são em número de 140, sendo a maioria historicamente filiados à FETAGRI, filiação que não define uma posição ideológica, posto que é tradição que todos a ela estejam associados. Desses sindicatos, 119 estão filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), demonstrando uma opção dos STRs por uma filiação à esquerda, assim como uma influência efetiva no corpo desta central que conta, no seu total, 186 entidades filiadas no estado do Pará. Ou seja, os STRs representam 64% do total das entidades que compõem a CUT no Pará. A importância deste dado é que, por exclusão, pode-se ter uma idéia dos STRs que estariam sujeitos ou vulneráveis às investidas das organizações patronais ou de partidos de direita. A vinculação à CUT é um indicador de proximidade do Partido dos Trabalhadores. A não-adesão à CUT indica uma resistência ou, uma oposição à prática sindical do então chamado novo sindicalismo, sindicalismo autêntico, ou, mais definidamente do ponto de vista ideológico, do sindicalismo contestador do Estado.

O termo *rural*, embutido tanto nas denominações das entidades patronais quanto nas de trabalhadores, abriga categorias difusas, misturando proprietários e posseiros, empresas e unidades familiares, arrendatários e parceiros, oleiros, carpinteiros, professores rurais e assalariados desempenhando diversos níveis de atividades que possuam algum nível de fricção com a atividade agrícola. A negação do caráter de classe começa desde a criação das primeiras organizações profissionais no Brasil, quando se tentava evitar a explicitação da diferença de interesses entre as categorias profissionais. Para as entidades patronais, a inclusão do termo "produtores" requalifica a relação dos proprietários com o campo e agrega um conteúdo simbólico à disputa pela representação dos médios proprietários, como demonstrado anteriormente. Para os camponeses e agricultores familiares, a categoria trabalhador rural com a amplitude que lhe foi dada dificulta a construção de um grau de coesão e exibe uma complexidade acentuada na

Gráfico 1. Número de Municípios, de Sindicatos Patronais e de Trabalhadores Rurais fundados entre 1951 e 2005

Fontes: IBGE. Censos gerais de 1950 a 1990 e contagem 1998, Arquivos da FAEPA, FETAGRI, CUT e DRT Pará. Dados organizados por Gutemberg Guerra.

gestão dos interesses dos seus representados. A denominação identitária é um elemento importante no processo de consolidação das organizações e as lideranças de ambos os lados estão atentas a esse aspecto.

A IDENTIDADE REVELADA PELA DISPUTA POR TERRA E CRÉDITO RURAL

Sindicatos de Trabalhadores Rurais opunham-se aos sindicatos patronais, imobilizados durante a maior parte do período mais recente (1951-86) pelos baixos contingentes de associados e por um individualismo histórico presente no setor. Mobilizavam-se nos momentos de pico das ameaças de redistribuição fundiária, quando os interesses se chocavam explicitamente no ataque e na defesa da propriedade e na manutenção da estrutura fundiária concentrada e desigual. O quadro mudou na década compreendida entre 1994 e 2004.

Para atender a demandas de caráter mais imediato, sindicatos patronais surgem a partir da concessão do crédito oriundo do FNO. Em áreas em que o assalariamento agrícola é mais acentuado como no Nordeste, Sul e Sudeste do país, ou mesmo no nordeste paraense, onde a ocupação é mais antiga e as empresas agrícolas estão presentes, existe uma tendência à formação de sindicatos de assalariados por cultura (das empresas plantadoras de café, de citrus, de dendê, de cacau etc.). Nesses casos, o sindicalismo passa por uma

fase de organização intensa para, em seguida, chegar a articulações com outras entidades de assalariados, em centrais sindicais, no estado e no país.

A pressão feita sobre os bancos oficiais por crédito originou a possibilidade concreta de financiamentos coletivos, exigindo para isso a organização de associações. Multiplicaram-se os grupos de produtores formalizados conforme os requisitos bancários. As associações de médios e pequenos produtores, formadas por comunidades ou grupos de interesse, tiveram ampla e ativa participação dos sindicalistas na sua orientação.

Em Altamira, em 1997, muitas das associações de produtores rurais estavam credenciadas no Banco da Amazônia, BASA, por um aval do sindicato ou do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST). As que se encontravam fora desse guarda-chuva sentiram dificuldades de negociar o crédito de recursos do FNO, segundo informações dos dirigentes da União Ruralista das Associações de Produtores Rurais da Região de Altamira (URAPRA). Isso teria sido a justificativa para que essa entidade fosse criada em oposição ao MPST. Os dados colhidos junto ao BASA, MPST e à URAPRA, em 1997, analisados em conjunto, põem essa afirmação em xeque. Listadas 29 entidades associadas ao MPST, contando 6.971 associados, vinte (30% do total) eram associações de produtores ou cooperativas, somando 3.043 membros. As outras nove agregavam artistas, comerciantes, professores. A URAPRA tinha 26 associações filiadas (correspondendo a 40% do total do universo), contando 3.187 membros, todas elas cooperativas ou associações de produtores.

Essa clara polarização entre sindicatos e associações ligadas ao MPST e outros à URAPRA, em Altamira, permitiu a visualização de estratégias dos sindicatos de trabalhadores rurais e patronais nas disputas por um público intermediário, indeciso ou não alinhado em uma ou outra agremiação.

Em Marabá não se encontrava a mesma condição para tal visualização, embora houvesse indícios de que o mesmo estivesse ocorrendo. Realizando entrevistas sobre a percepção dos sindicalistas em relação ao campo dessa disputa, as respostas eram de desaprovação e desagrado à criação de sindicatos de produtores rurais, envolvendo esse público intermediário dos sindicatos de trabalhadores e patronais. No STR de Marabá, a direção nos apresentou uma listagem com 52 associações de produtores existentes no município. Indagando sobre a filiação dessas entidades, verificou-se que existiam alianças circunstanciais, diferentemente do que ocorria em Altamira. Ou seja, associações identificadas pelo STR como afinadas politicamente com as classes patronais solicitaram e obtiveram o aval do Sindicato de Trabalhadores Rurais para os empréstimos bancários. No BASA de Marabá obtivemos uma lista das entidades beneficiárias do crédito rural, porém a filiação dessas não pode ser revelada pelo banco. Como não existem entidades federando organizações de produtores como em Altamira, esse quadro é mais difuso em Marabá, exigindo outro tipo de tratamento metodológico,

que permita delimitar os campos de influência de uma e outra categoria. No BASA de Altamira verificamos, em 1997, a existência de vinte outras associações credenciadas, independentemente do MPST ou da URAPRA, somando um total de 66 entidades constituídas exclusivamente de produtores rurais na região, ou seja, 30% a mais do total que a soma das declaradas filiadas àquelas federações. Das que se habilitaram ao crédito, entretanto, 41 entidades o obtiveram junto ao Banco da Amazônia, sendo 13 ligadas ao MPST, 10 à URAPRA e 18 sem nenhuma ligação declarada a uma ou outra federação, o que indica aproximadamente um espaço de pelo menos um terço das entidades a ser disputadas politicamente por essas federações.

O que se pode verificar é que o domínio político das organizações ligadas ao MPST e a seus opositores acastelados na URAPRA ainda não estava definido a favor de nenhum dos dois campos, uma vez que, pelo menos um terço das organizações de pequenos e médios produtores não declara filiação a nenhuma das duas correntes. Esses campos de influência se apresentam muito bem delimitados. Não se encontrou nenhum caso de dupla filiação ao MPST e à URAPRA simultaneamente, demonstrando a exigência de exclusividade do alinhamento. Outro mito que fica desfeito com esses dados é o de que apenas as entidades ligadas ao MPST teriam acesso ao crédito fornecido pelo FNO, conforme pressões e compromissos feitos pelo BASA quando das manifestações nos Gritos do Campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade dos camponesas no Estado do Pará vem se delineando desde o início da década de 1950 por oposição às categorias patronais materializadas em suas entidades. Se pequenos e grandes definiram suas diferenças na década de 1950, estabeleceu-se uma configuração diferenciada da disputa entre entidades patronais e de trabalhadores pelo público intermediário entre elas. Trata-se da representação dos médios proprietários rurais até então passíveis de ser associados em uma ou outra categoria ou entidade. Nessa disputa, ganham terreno os sindicatos de produtores rurais, denominação atualizada dos sindicatos patronais. Essa apelação coloca em relevo o caráter econômico da categoria e de suas reivindicações, escondendo, de outro lado, o caráter especulativo e estigmatizado de grandes proprietários de terras e latifundiários.

O antagonismo com os pequenos proprietários e outras categorias profissionais dominadas se estabelece por uma qualificação positiva, delimitando uma fronteira entre produtores e não-produtores.

O resultado dessa estratégia é a constituição de uma base social sólida, legitimando quantitativamente os sindicatos patronais, estabelecendo uma imagem positiva da categoria e enfraquecendo a representação campone-

sa pela adesão de uma faixa de camponeses, anteriormente indecisa nos campos político e sindical.

Continua polarizada e bem definida a posição de fazendeiros e de posseiros, principalmente no que se refere ao discurso das lideranças mais expressivas das entidades patronais e trabalhistas. Algumas indefinições persistem, uma vez que são pleitos de diferenciação de ambas as representações. Ser proprietário de terras não é excludente para que alguém seja sindicalizado em sindicatos de trabalhadores rurais. O reconhecimento desse estatuto, no estado do Pará, passa pela posse da terra em condições históricas de disputas com o latifúndio. Posseiros e proprietários de estabelecimentos produtivos pela mão-de-obra familiar, com tecnologia rudimentar e simples, são pleiteados por organizações patronais e de trabalhadores rurais. É esse público que continua sendo disputado por ambas as categorias e que se constitui, ele mesmo, em um campesinato em processo de construção.

Minoritários, mas efetivos e eficazes na disputa por espaço político, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), surgiu no Pará em 1991 e se faz representar com um percentual de menos de 10% dos assentamentos e acampamentos existentes no estado. Possui estratégia diferenciada de condução dos seus comandados, mas pode ser considerado no bojo das forças que compõem o histórico das disputas por terra e tecnologia, características fundamentais do sindicalismo paraense.

A Constituição de 1988 foi um marco no ressurgimento e recrudescimento da disputa pela terra, refletindo-se nas organizações profissionais, conforme mostram os gráficos. O seu anúncio detona a busca por formalizações de sindicatos, reforçando os mecanismos de mediação e da necessidade de delimitação de interesses diferenciados e contraditórios entre os próprios camponeses. Esse é um indicador de que as organizações sindicais no campo ainda têm muito a aprimorar nos seus mecanismos de representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. *Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão*. São Luís, CPT Maranhão, 1981 (Série "Transformações econômicas e sociais no campo Maranhense", n.5).

CONTAG: Problemática dos Posseiros, Reforma Agrária, ano IV, n.112. Brasília, 1974, p.2-9., in: IANNI, O. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CUNHA, H. Camponeses descobrem os operários. In: *Resistência*, Belém, SPDDH, ano III. Junho 1980, p.9.

CUNHA, H. (a) Encontro Estadual de Trabalhadores. Forçando a abertura de Figueiredo. In: *Resistência,* Belém, SPDDH, ano III, maio 1980, p.2.

FERNANDES, M. *Donos de terra. Trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém, UFPA/NAEA, 1999.

_______. *Estrutura fundiária e atuação política dos donos de terras no Pará: uma abordagem sobre a União Democrática Ruralista – UDR*. Belém, 1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

FUCHTNER, H. *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GUERRA, G. A. D., MARIN, R. E. A. Das Associações de lavradores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – O caso do Pará. *Cadernos do CEAS*. Salvador, mar.-abr., 1990, p.47-56.

_______. A importação de tecnologias no processo de enriquecimento das categorias rurais do Pará. In: *XXI Simpósio Nacional de História. A História no Novo Milênio: Entre o Individual e o Coletivo*, 2001, Niterói. Livro de Resumos. Niterói: ANPUH, 2001, p.86.

IBGE. *VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950*. Estado do Pará. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 1956. Série Regional, V. X, T. 1.

_______. *Censo Demográfico 1991*. Resultados do Universo Relativos às características da população e dos domicílios. N.7. Pará**.** Rio de Janeiro, FIBGE, 1994.

_______. *Censo Demográfico Pará***.** VIII Recenseamento Geral 1970. Serie Regional, V. I; T. IV. Rio de Janeiro, FIBGE, 1973.

_______. *Censo Demográfico. Dados Gerais*. Migrações, Instrução, Fecundidade, Mortalidade. Pará. IX Recenseamento Geral do Brasil. V. I; T. 4, N°. 6. Rio de Janeiro, FIBGE, 1983.

_______. *Censo Demográfico de 1960.* Acre – Amazonas – Pará. VII Recenceamento Geral do Brasil. Série Regional, V.I; T. II, 1a. parte. Rio de Janeiro, IBGE, set/1967.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MONTEIRO, B. GETAT e GEBAM, instrumento de anti-reforma agrária. In *Resistência,* ano III, maio de 1980, p.19.

MORAES FILHO, E. *O problema do sindicato único do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

OLIVEIRA, M. A. Sindicatos e o Regime Militar. In: *Jornal Movimento*, Ed. Especial, 24, 30/08/1981, Pinheiros, 1981.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SILVA, J. G. Ao vencedor as batatas: as implicações da vitória da UDR na constituinte. *Ensaios e Debates*, 18-20, ago/nov, 1988.

VITAL, J. A grande vitória dos trabalhadores unidos. In: *Resistência***,** ano III, junho de 1980, p.9.

6
Os com-terra e os sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1946-1996)*

Clifford Andrew Welch

INTRODUÇÃO

É a segunda vez que o Sr. José Rainha Júnior e o Sr. Roosevelt Roque dos Santos compareceram para debater no Canal Rural *e estamos muito gratos por sua presença e por seu comportamento tão civilizado aqui.*

Fábio Pannuncio, *Canal Rural* (3 de dezembro de 1996)

Num dado momento do debate televisivo, o militante sem-terra José Rainha Júnior tirou seu olhar da vista da câmera e olhou diretamente para o ativista "com-terra" Roosevelt Roque dos Santos. Naquele instante, eles estavam falando sobre armas e desobediência civil no contexto dos múltiplos conflitos que ocorriam na região do estado de São Paulo conhecida como Pontal do Paranapanema. Os dois homens passaram a discutir pela primeira e única vez durante duas horas de debate. Roosevelt alegava que os proprietários usavam armas para se proteger, enquanto Rainha rebatia dizendo que a violência não se justifica nunca. Roosevelt, um pecuarista, argumentou que o uso de armas em autodefesa é uma maneira de empregar a força da mesma forma que a demonstração de força promovida pela organização de José Rainha, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), quando mobiliza pessoas para ocupações. "É violência para nos defender contra a violência do MST", diz Roosevelt. Ele chamava ambas de "atitudes medievais". Rainha, um trabalhador rural que se tornou militante, parecia não acreditar no que estava ouvindo. Fitava Roosevelt, o então presidente da

* Traduzido do inglês por Venceslau Alves de Souza e Clifford Andrew Welch. Revisada por Leonilde Servolo de Medeiros.

União Democrática Ruralista (UDR), criada por proprietários rurais que se posicionaram firmemente contra a reforma agrária, mas segurava sua língua. Depois de um momento prolongado, Rainha olhou de volta para a câmera e, falando calmamente, disse: “Não concordo com nenhuma violência que poderia acabar com uma vida; a vida é a mais sagrada coisa que temos”. E continuou, “também não estou de acordo com violência defensiva”. Era dezembro de 1996, o MST já era um nome conhecido, e pesquisas indicavam haver uma simpatia popular pela reforma agrária e uma antipatia por pessoas como Roosevelt e organizações como a UDR. Algo havia mudado na sociedade brasileira (Notícias – *Canal Rural*, 1996; Coletti, 2002).

A mudança que procuro examinar neste capitulo é a que se dá na relação entre os sem-terra e os com-terra no Brasil, entre um Rainha e um Roosevelt, e como essa relação interage com as políticas de desenvolvimento rural. Assim, o papel do Estado em relação a esses grupos é também objeto de estudo aqui, um conjunto de dimensões da realidade também estudado pelo historiador inglês Edward P. Thompson (1998). Essas relações têm atraído a atenção de estudiosos em anos recentes, suponho, em razão da mobilização dos camponeses. Eles ou os seus representantes foram capazes de convencer a maioria da população de que a reforma agrária poderia reverter o processo de pauperização sofrido por grande parte do povo brasileiro no contexto da expansão capitalista. Uma relação que outrora era considerada algo natural, caracterizada por uma nítida cordialidade familiar brasileira – reforçada por um Estado autoritário –, começava a ser definida como conflito e ter uma presença crítica no palco mundial, onde o sem-terra se tornava um dos principais inimigos do processo de globalização (Desmarais, 2007). O fato de se apresentarem, Rainha e Roosevelt, como iguais no debate nacional televisivo indicava uma significativa mudança nas relações tradicionalmente caracterizadas pela deferência e dominação. Os dois homens, apaixonados representantes de suas classes, apresentaram seus pontos de vista numa discussão quase desapaixonada. Para os telespectadores, eles eram a imagem dos homens modernos da era televisiva, capazes de controlar o temperamento à medida que buscavam persuadir a audiência a apoiar suas posições. Eles seguiram o protocolo, tomando o devido cuidado para não desacatar os telespectadores. Eram o próprio modelo de civismo, conforme comentou o moderador posteriormente.

O contraste entre comportamento cordial e comportamento civilizado na representação do caráter nacional brasileiro oferece uma chave importante para a compreensão da mudança das relações sociais no país. O renomado historiador Sérgio Buarque de Holanda desenvolveu a idéia do “homem cordial” em seu breve, mas denso, livro *Raízes do Brasil*, de 1937, relacionando o caráter nacional brasileiro aos antecedentes portugueses. Em resposta aos críticos, numa edição revisada de 1947, Holanda define o “homem cordial” com maior precisão:

> ... daremos ao mundo o "homem cordial". A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade,... representam ... um traço definido do caráter brasileiro, à medida ... que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar "boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (Holanda, 1995, p.146-7).

Holanda descreve cordialidade como um comportamento nascido das tradições rurais, a partir do modelo familiar patriarcal que predominou em Portugal e no Brasil ainda na primeira metade do século XX. Cordialidade vem "do coração[...] da esfera do íntimo, do familiar, do privado", escreve ele. Por essa razão, alguém pode ser cordial diante de um inimigo, no ódio e no amor. Para Holanda, esse traço cultural continua a influenciar a vida moderna brasileira em muitos aspectos, por exemplo, quando o nepotismo é socialmente aceito. Mas o principal do autor está em explicar a dialética entre o crescimento urbano e a persistência da herança rural. A civilização tenderia a diluir a cordialidade, ele acreditava. Boas maneiras eram parte da civilização e a cordialidade era "justamente o contrário da polidez" (Holanda, 1995, p.146-51, 204-5).

O que estimulou o homem cordial a socializar-se facilmente foi exatamente a sua tendência a ver nas pessoas uma extensão de sua família. O homem civilizado, por outro lado, estudou "as boas maneiras", de forma a "tolerar" a sociedade à medida que defendia objetivos pessoais. *Raízes do Brasil*, depois de dezenas de republicações, atraiu novos admiradores nos anos 90, quando diversos intelectuais usaram a idéia da cordialidade para auxiliar a pensar o Brasil no processo de redemocratização (Avelino Filho, 1990; Wegner, 2000). Em 2003, o famoso diretor do Cinema Novo, Nelson Pereira dos Santos, reafirmou a relevância do termo em seu filme sobre Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*.

No debate na TV, em 1996, o sem-terra Rainha e o com-terra Roosevelt mostraram boas maneiras, mas pouca afeição um pelo outro.

Cordialidade mascara as relações patriarcais, um termo que disfarça a luta de classes no âmbito das relações de pais e filhos, esposas e filhas. Ditaduras que busquem se perpetuar no poder sempre incluem elementos de relações familiares, nas quais é predominante a figura do pai. O regime militar brasileiro (1964-85) incorporou alguns dos elementos da cordialidade, mas, no meio rural, o modelo do autoritarismo burocrático do capitalismo agravou a luta de classes e gerou bastante confusão, na melhor das hipóteses, e barbárie, na pior delas. Milhões são os filhos e filhas da pátria cujas raízes foram cortadas pela "modernização conservadora" do regime militar. O êxodo rural inundou as cidades à medida que os preços das *commodities* despencavam. O desemprego aumentou, máquinas substituíram trabalhadores nas velhas fazendas e as novas propriedades despejaram os camponeses conforme se expandiam as fronteiras agrícolas (D'incao, 1975;

Silva, 1982; Martine, 1987). A resistência à mudança redundou em confronto perante a violência do Estado e do setor privado. O processo intensificou uma tendência em andamento que data dos anos 30, fazendo com que a população rural de São Paulo encolhesse de 44% em 1940 para menos de 7% em 2000 (Kageyama, 2003).

Vagando de cidade em cidade, o trabalhador rural encontrou conforto nas igrejas, nos sindicatos e nas agências de serviço social. Essas instituições garantiram alívio temporário para os camponeses, mas não o tipo de ajuda prometida pela cordialidade patriarcal. Nesse espaço, eu argumento, cresceram os movimentos sociais tais como o MST, combinando, ecleticamente, idéias e táticas de um rico passado de mobilização do trabalho rural, palavras de ordem e organizações, tais quais as Ligas Camponesas, que mais tarde inspiraram a formação do MST; a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), do qual o MST derivaria a necessidade de unir os trabalhadores e pequenos lavradores em uma organização nacional; dos sindicatos de trabalhadores rurais, de onde derivou a ênfase na negociação e nos serviços aos sócios; e da Igreja Católica, fonte da ênfase na escolarização e uma paixão por justiça moral (Martins, 1989; Medeiros, 1989; Bogo, 1999; Stédile, Fernandes, 1999; Branford, Rocha, 2002).

Para contar essa história de transformação e permanência nas relações entre os com-terra e os sem-terra durante a última metade do século XX, este ensaio descreve três momentos na história social do campesinato do Brasil na disputada região noroeste de São Paulo, o Pontal do Paranapanema: a República Populista de 1945 a 1964; a Ditadura de 1964 a 1985, e 1985 a 1996, o início da Nova República.

A REPÚBLICA POPULISTA

O povo brasileiro precisa é de chicote e não de democracia.
Delegado Roque Calabrese (Santo Anastácio, junho de 1946)

Com essas palavras, registradas na imprensa comunista, o delegado Roque Calabrese indicava quão difícil iria ser para construir uma sociedade civil no Pontal do Paranapanema. O delegado fez esse comentário num momento de repressão à Liga Camponesa de Santo Anastácio, uma das centenas de ligas camponesas estabelecidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), de forma a mobilizar pequenos agricultores e trabalhadores rurais depois do fim da Segunda Guerra Mundial. A formação das ligas foi, em parte, uma resposta ao novo pacote de direitos políticos estabelecidos por lei pelo regime getulista. As ligas ajudaram muitos camponeses a se cadastrar como eleitores e o próprio PCB a se destacar e crescer. Elas atuaram ainda como organizações de representação de classe, procurando ajudar seus quadros a endereçar

petições ao governo em questões relacionadas aos custos da terra, à produção agrícola e à renda. O PCB enxergou nas ligas um meio de se fazer forte enquanto fortalecia trabalhadores rurais e pequenos agricultores, um segmento socioeconômico pouco representado e geralmente esquecido pelo Estado brasileiro. As ligas também serviram como um grupo de pressão para ajudar o PCB e sua delegação a argumentar em favor da reforma agrária na Assembléia Constituinte de 1946. Elas podem nos ajudar a compreender a relação entre o sem-terra, os com-terra e o Estado antes do Regime Militar de 1964. Para o delegado Calabrese, defensor dos interesses dos proprietários de terras, os com-terra, a liga obviamente representava uma ameaça à própria ordem (Barriguelli, 1981, p.211-12; Welch, 1999, p. 98-118).

O Pontal era ainda uma região de fronteira em São Paulo nos anos 40. Localizado a oeste do estado, forma um triângulo natural, bordeado pelos rios Paraná e Paranapanema, que marcam as divisas entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Em meados do século XIX, coronéis rivais requeriam para si o título das terras da região e usavam sua influência sobre os burocratas e sobre o clero para assegurar a sua posse no processo chamado de "grilagem". Iniciaram a colonização das terras e criaram companhias para atrair imigrantes, desenvolveram povoados e venderam títulos de terras que pareciam legítimos, quando na verdade eram falsos. Os questionamentos sobre a veracidade da propriedade dessas terras se multiplicaram tão rapidamente quanto se multiplicaram as falsificações no decorrer do tempo. Em 1932, por exemplo, a Secretaria Estadual de Agricultura emitiu uma nota pública que dizia "ser perigosa a aquisição de terras na Alta Sorocabana". Dez anos antes, a estrada de ferro da Alta Sorocabana já tinha alcançado a beira do Rio Paraná no porto de Presidente Epitácio, facilitando a ocupação e o desenvolvimento econômico. O censo de 1940 mostrou que mais de 275 mil pessoas viviam na região, 81% em áreas rurais. Isso significou que as companhias colonizadoras tiveram sucesso em atrair imigrantes e que muitos outros, ao saber dos questionamentos sobre a propriedade das terras, tinham se aventurado pela região na esperança de obter um pedaço de chão para eles próprios. Embora as florestas virgens da Mata Atlântica ainda cobrissem boa parte da área na década de 1950, os pioneiros recém-chegados foram encorajados a derrubar as árvores para que fossem vendidas às serrarias da região e para que, no descampado, se pudessem erguer fazendas e criar pastos. Eles o fizeram numa velocidade fantástica. Por volta de 1975, usando ferramentas manuais, deixaram apenas uma pequena porção da floresta de pé, numa região conhecida como Morro do Diabo. Hoje, o pedaço da Mata Atlântica original sobrevive somente por ter se tornado uma reserva ecológica protegida pela Polícia Especial (Leite, 1998; Callado, 2003).

Santo Anastácio tinha sido um importante povoado no Pontal. Um ribeirão no lugar ganhou o nome do santo em maio de 1769, quando uma tropa

portuguesa, morrendo de sede, encontrou-o e a vila gradualmente fincou raízes ali. Em 1925, ela tornou-se a segunda municipalidade incorporada da região. À medida que os trilhos eram construídos até o rio Paraná, Santo Anastácio tornava-se a base da construção da estrada de ferro, levando espanhóis e italianos a mudarem-se para lá. Isso deu ao município um "ar" cosmopolita e criou um campo fértil para a organização do PCB (Leite, 1998; Guerra, 2004).

Enquanto as Ligas Camponesas também se estabeleciam no Pontal, nos municípios de Presidente Prudente e Presidente Bernardes, as relações entre os sem-terra e os com-terra em Santo Anastácio recebiam maior atenção da imprensa. Em uma reportagem de 1945, o camponês migrante João Rayo Crespo apelava à Secretaria de Trabalho do estado e à Justiça local para reivindicar o cumprimento dos termos contratuais pelo proprietário de terras Manoel Ortega, aparentemente sem sucesso (Barriguelli, 1981, p.137, 147, 207-8). José Alves Portela, que migrou para Santo Anastácio, vindo de Sergipe, para trabalhar como parceiro de algodão, também reclamara sobre a exploração quando o mercado de *commodities* entrou em colapso depois da Segunda Guerra Mundial, e o fazendeiro o forçou, ainda assim, a pagar pelo arrendamento da terra (Portela, 1988). Histórias de brutalidades perpetradas contra os sem-terra pelos agentes dos fazendeiros, tais como os jagunços Juventino Nunes e Zé Mineiro, ganharam fama na região (Leite, 1998, p.101-12). Essas e outras histórias nos levam a suspeitar da existência do mundo agrário de cordialidade que Sérgio Buarque de Holanda defendeu nesse exato momento, como um aspecto fundamental da cultura paulista.

A Liga Camponesa estabeleceu-se em Santo Anastácio em abril de 1946, em resposta ao crescimento expressivo das reclamações de trabalhadores rurais do lugar. Com a liga, o PCB pretendia agrupar todos os pobres e médios "trabalhadores da terra", uma diversidade de relações de trabalho, em uma categoria só. Mais de 200 "camponeses, em sua maioria arrendatários, sitiantes, meeiros e terceiros", participaram no encontro de fundação, de acordo com o diário do PCB, *Notícias de Hoje*. A liga serviria para "orientar a luta dos trabalhadores em busca de melhoria das condições de vida dos trabalhadores da terra". Antônio Valero Valdeviesso, cuja biografia permanece obscura, fez uma "clara exposição" sobre o tema e leu os estatutos. Os participantes "elegeram democraticamente" a comissão diretora da liga, tendo Nestor Veras na presidência e outros 11 representantes e substitutos nomeados na oportunidade. Diversos assuntos foram abordados nos discursos que se seguiram: a questão do preço do arrendamento das terras, a manutenção da estrada, a criação de escolas e clínicas médicas. Em outras palavras, os sem-terra entenderam que era dos com-terra grande parte da responsabilidade pelo mau estado de coisas que ali havia e apelaram para o Estado em busca de ajuda. Aluguéis e arrendamentos eram muito caros,

as estradas estavam abandonadas, a saúde e a educação de suas crianças deixadas ao acaso (Barriguelli, 1981, p.155-6).

Em outra reunião ocorrida naquele mês, os diretores prepararam uma petição para enviar ao Secretário de Agricultura, Francisco Malta Cardoso, um fazendeiro e advogado com um histórico de esforços no sentido de fazer progredir as questões sócio-rurais. Cardoso e seu colega proprietário de terras João Carlos Fairbancks – um advogado da cidade de Presidente Prudente, considerado por Leite como o “defensor permanente de possuidores de títulos de posse ou de domínio” – tinham contribuído com a preparação da legislação social rural no Congresso dos Direitos Sociais, realizado sob as orientações de Getúlio Vargas, em 1941. Ali, eles representaram a sociedade rural no que concerne à idéia do “homem cordial” de Holanda. Para Fairbancks, as fazendas “formavam-se sob a maior solidariedade de interesses econômicos e mais íntimos contacto entre ‘patrão’ e ‘operário’”. Cardoso descreveu os sem-terra e os com-terra como “companheiros de trabalho”. Para Cardoso e Fairbancks, os sem-terra muitas vezes tinham mais dinheiro na bolsa que os com-terra, que investiram tudo nas suas terras. Para Fairbancks, a condição dos sem-terra assalariados era apenas uma situação temporária até que eles se tornassem proprietários. “Há de ser compreendido como situação provisória” – comentou Fairbancks –, um estado potencial e preparatório a proprietário.” Sem-terra e com-terra tinham interesses “CONVERGENTES e COMPLEMENTARES” e formavam, nas palavras de um terceiro colega, “o clã fazendeiro”, similar àquela família agrária que Holanda enxergou como fundação da sociedade brasileira (Barriguelli, 1981, p.178; Welch,1999, p.75-99; Leite, 1998, p.47).

Pelo menos 150 camponeses sem-terra discordaram e desconfiaram daquele trio. Muitos deles acreditaram na nova democracia lançada com a queda da ditadura do Estado Novo e assinaram a petição da Liga Camponesa de Santo Anastácio. “Os latifúndios devem ser divididos gratuitamente aos que querem plantar”, a petição começa. “Os nossos produtos não valem nada, mas o que consumimos custa-nos os olhos da cara”, continua. “Sem terra, sem direitos, nossos filhos sofrem de maleita, amarelão, tuberculose, raquitismo, frio e fome”, segue a carta. “Por este pequeno relatório vimos à presença de V. Exa. para relatar-lhe a atual situação precária que há anos vamos passando”, o documento dizia. Além da exigência pela reforma agrária radical, a petição sinalizava a necessidade de políticas novas, que ajudassem aqueles camponeses a obter maiores lucros de sua produção a fim de cuidar bem de suas famílias. A carta também criticava os com-terra por alugar terras ruins e cobrar arrendamentos maiores que o preço de mercado das terras. O resultado não foi somente uma superexploração dos sem-terra, como também uma tendência a que os camponeses abandonassem o campo na busca de “melhores condições de existência” nas cidades, o que muitos não queriam fazer.

Uma última cláusula lembrava que os camponeses, bem como os trabalhadores rurais assalariados, necessitavam possuir as próprias organizações representativas (Barriguelli, 1981, p.178-9). Em maio, a imprensa comunista documentou ainda mais insatisfação dos camponeses de Santo Anastácio, quando o diretor da Cooperativa Agrícola Mista de Santo Anastácio denunciou as precárias condições dos sócios, um grupo de mais de 800 famílias camponesas. Ele sustentava a necessidade da liga pelo fato da "miserável [...] vida que os meeiros e arrendatários levam [...] porque o rendimento do seu trabalho vai todo parar nas mãos do latifundiário" (Barriguelli, 1981, p.189-90). Se a relação entre os com-terra e os sem-terra pode ser comparada a uma família ou a um clã, isso não se verificou em 1946. Essa família agrária era bastante disfuncional.

O Estado respondeu aos apelos dos camponeses de Santo Anastácio mandando repreender severamente a liga em junho de 1946. O tamanho e a "ousadia" da organização devem ter incomodado profundamente os com-terra. Até o mais influente proprietário da região, o coronel Alfredo Marcondes Cabral – que teve a fama de ser citado dizendo "terra empapada de sangue é terra boa" –, não conseguiu uma força de jagunços suficientemente forte para intimidar o movimento camponês (Leite, 1998, p. 53). De fato, o fechamento da liga, em junho de 1946, relaciona as ações do delegado Calabrese mais com os interesses dos coronéis locais que com o contexto histórico maior. A decisão de colocar o PCB na ilegalidade e destruir organizações tais quais as Ligas Camponesas, influenciadas pelas políticas da Guerra Fria, ainda levaria um ano para tomar lugar. O presidente da liga, Nestor Veras, protestou contra a ação em telegramas ao presidente Eurico Gaspar Dutra e aos chefes dos partidos políticos que participavam da Assembléia Constituinte. "A polícia local fechou a Liga Camponesa", Veras escreveu, "apreendendo seus arquivos e impedindo o direito de organização aos pacíficos trabalhadores do campo" (Barriguelli, 1981, p.208-10).

Veras atribuiu ao delegado Calabrese, uma autoridade sustentada pelas estruturas do poder local, um papel central. Calabrese tinha advertido os camponeses sobre formalizar a fundação da liga, e Veras havia publicado o estatuto da fundação no *Diário Oficial da União*, e a papelada foi legalizada em cartório. Mas as ações tomadas por Veras para fortalecer a liga somente pareciam mais ameaçadoras para os com-terra. "As justas reivindicações em torno dos problemas mais sentidos do nosso camponês fortaleciam a estrutura da liga", Veras disse à reportagem do *Notícias de Hoje*, "devendo ser este o motivo principal que levou a polícia e demais autoridades a determinar o seu fechamento" (Barriguelli 1981, p.211-12).

O que aconteceu no Pontal revela verdades sobre as relações entre os sem-terra e os com-terra e a incapacidade tanto dos proprietários quanto do Estado de tratar os sem-terra com respeito. Como Calabrese disse, era de chicotadas que os camponeses precisavam e não de democracia. A

violência implícita em sua fala reflete a frieza no coração para com aqueles que negaram aos com-terra a deferência de que eles tanto precisavam para alimentar sua dominação, os que tiveram a coragem de confrontar essa figura paterna maligna. Esse foi o lado feio da cordialidade.

Embora o governo tenha colocado o PCB e suas ligas camponesas na ilegalidade, o partido manteve atividades clandestinas entre os sem-terra durante os anos 50. Em muitas regiões do país, comunistas e católicos confrontaram-se na clássica batalha da Guerra Fria para ganhar os corações e mentes da população rural, à medida que mudanças na economia política mundial agravavam as relações sociais no campo. A Igreja fincara raízes profundas no meio rural e o "perigo vermelho" estimulava um maior engajamento nas relações cotidianas dos com-terra e sem-terra. Em outubro de 1961, na preparação de uma conferência nacional sobre o trabalho rural, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) constituiu um novo braço para sua missão de amparo aos camponeses, chamada Frente Agrária (Welch, 1999).

No Pontal, o ativista José Rotta, um pequeno fazendeiro e comerciante, fundou uma associação de trabalhadores rurais naquele mesmo mês. No início de 1962, o militante pecebista Jôfre Correa Netto mudou-se para Presidente Prudente para juntar-se a Veras, Portela e a um médico comunista da região, José da Silva Guerra, na fundação de uma associação rival, ligada à ULTAB. Essas atividades concorrentes, juntamente com a colaboração do ministro do Trabalho, o democrata-cristão Franco Montoro, levaram os seguidores da Igreja Católica, incluindo o camponês João Altino Cremonezi e sua família, a juntar-se a Rotta na formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente, em outubro de 1962. Rotta tornar-se-ia o primeiro presidente do sindicato, posição assumida por Cremonezi uma década mais tarde (Cremonezi, 2004; Maybury-Lewis, 1994, p.85-8).

Apesar da prerrogativa da Igreja, nenhum setor do movimento dos trabalhadores rurais tinha estabelecido uma ligação consistente com os sem-terra quando os militares tomaram o poder em abril de 1964. Os conspiradores depuseram o presidente João Goulart com a intenção de livrar a nação do "perigo comunista" com táticas de aliciamento. Em colaboração com os grandes com-terra, os militares agiram logo para desfazer a aliança dos camponeses com o PCB. Em São Paulo, a repressão fez Portella deixar seu posto como presidente da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (FETAESP) e fugir. Delegados dos demais sindicatos, quase todos organizados pela Frente Agrária, elegeram Rotta para presidente da FETAESP, agora uma entidade incorporada no regime militar. O mesmo cenário se repetia em nível nacional, quando os sindicatos sobreviventes – a maioria conectada à Igreja – apoiaram Rotta para presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), uma organização corporativa do mais alto nível, autorizada pelo Estatuto de Trabalhador Rural de 1963. Fundada em dezembro de 1963, antes do golpe, sua diretoria

foi composta por militantes pragmáticos do PCB, como Lyndolpho Silva e Nestor Veras, e da Ação Popular, uma organização de jovens progressistas da Igreja Católica (esse movimento, em 1967, muda seu nome para Ação Popular Marxista – Leninista e se radicaliza discutindo a luta armada). Com o poder nas mãos depois do golpe, as lideranças dos "sem-terra" que se juntaram às forças conservadoras, agora pequenos agricultores aliados à ala conservadora da Igreja, desenhariam a política agrária da nova administração federal, levando o país a uma "revolução branca", em prejuízo de uma reforma de fato (Welch, 1999, p.322-28, 347-48; Cunha, 2004).

O REGIME MILITAR

Capangas do fazendeiro percorrem a área, intimidando os posseiros e ameaçando suas famílias, acompanhados de policiais que, segundo os posseiros, estariam sendo pagos por [o grileiro] Justino para "legalizarem" as ameaças.

Sem-terras Nélson de Almeida Alves e Silvério da Silva
(Santa Rita do Pontal, 1 de outubro, 1977).

O primeiro presidente militar, general Humberto de Alencar Castelo Branco, manteve as estruturas dos sindicatos rurais e apoiou a aprovação do Estatuto da Terra, uma lei de reforma fundiária que estava, havia muito, em debate. Ele se orgulhava de ver seu "governo revolucionário" apresentar reformas dramáticas no campo sem que estas fossem objeto de agitação e instabilidade, como foram aquelas cogitadas por João Goulart. Para a surpresa dos grupos de fazendeiros conservadores, como a Sociedade Rural Brasileira, o discurso do regime apoiou a reforma agrária via modernização das relações de trabalho, o uso de tecnologias e a oposição aos modelos de ocupação tradicionais como os latifúndios improdutivos (Silva, 1982; Gonçalves Neto, 1997).

O regime alterou o Artigo 10 da Constituição de 1946 para permitir mais flexibilidade nos mecanismos de pagamento através de títulos do governo em vez de dinheiro, facilitando a desapropriação de terras (Callado, 2003, p.57-9; Campanhole & Campanhole, 1980; Medeiros, 2003; Houtzager, 2004). Em outras palavras, a chegada dos militares ao poder representou uma mensagem mista. Por um lado, muitos sindicatos de trabalhadores rurais foram fechados e seus líderes presos: comunistas, católicos progressistas e socialistas, como Francisco Julião, das Ligas Camponesas do Nordeste. Por outro, o regime retomou políticas que prometiam o direito de representação aos sem-terra, assim como a distribuição de terras. O desaparecimento de comunistas, a acomodação de católicos pragmáticos e a promessa de reformas controladas significavam a esperança de que esse novo patriarcado trataria os sem-terra com cordialidade. Os menos exigentes, os desengajados, poderiam contar com os favores governamentais.

Inúmeros estudos, ao contrário, têm mostrado que o regime militar possuía uma política de desenvolvimento agrário descrita como "dolorosa", especialmente sob a perspectiva dos sem-terra (Silva, 1982; Gonçalves Neto, 1997; Silva, 1998; Linhares, Silva, 1999, p.182-95; Silva, 2004). A nova classe dirigente apoiou mudanças dramáticas que beneficiaram um processo incipiente de agroindustrialização, o que acabaria implicando na substituição dos trabalhadores rurais por máquinas, além de patrocinar a perda das habilidades de produção agrícola por parte dos camponeses, reduzindo a necessidade por trabalhadores fixos e gerando instabilidade e insegurança na sociedade rural. Isso resultaria num novo processo de concentração de terras que atiraria milhões de camponeses em um já inundado mercado de trabalho (Silva, 1981, p.82-100; Martine, 1987; Goodman, 1989). Essa interpretação se confirma pelo exame das disputas por terras no Pontal, e o caso da Gleba Santa Rita, localizada ao norte do rio Paranapanema, no município de Teodoro Sampaio, fundado em fevereiro de 1964, é ilustrativo.

A história da Gleba Santa Rita começa em 1954, com um esquema de terras orquestrado pelo poderoso político de São Paulo Adhemar de Barros. Em conluio com a Estrada de Ferro Sorocabana e com a Construtora Camargo Correia, ele usou informantes infiltrados na região do Pontal para ajudar seus parceiros a comprar as terras, que prometiam se valorizar com a construção de uma nova linha chamada Dourados. Um dos beneficiários foi Justino de Andrade, à época prefeito de Presidente Bernardes, que criou uma companhia colonizadora e antecipou a construção de uma vila chamada Santa Rita do Pontal, subdividindo os 10 mil hectares entre os migrantes, o que lhe permitiu lucrar muito com o transporte dessa gente, com a produção de entulho e com a produção agrícola (Leite, 1998, p.100).

Embora Barros tenha ganhado as eleições para governador em 1947, e novamente em 1963, o sonho de Andrade não se realizou. A linha de trem jamais foi construída e a vila cresceu e morreu sem que se construíssem nem sequer duas dúzias de casas no local. Na verdade, a terra jamais deveria ter sido vendida a ele pela companhia de terras Sulamericana. A terra vendida, como a vasta maioria do Pontal, pertencia ao Estado, e não aos grileiros que reivindicavam seu título. Apesar dos repetidos avisos sobre a ilegalidade dos títulos de terras na região, Andrade agiu como se a terra fosse sua e se utilizou de um clássico esquema para ratificar sua propriedade. Em 1967, arrendou cerca de mil hectares da floresta de Santa Rita para um empresário do setor automotivo e produtor de algodão chamado Francisco Pereira Telles, de Martinópolis. Em 1968, Telles sublocou a terra a 400 famílias. Mais tarde, Andrade alegou que Telles deveria devolver a terra convertida em pasto dentro de três anos. O lucro de Telles estaria na venda da madeira, e alegou que não foi para Andrade pegar a terra de volta que ele havia conseguido permissão para limpar a floresta, atrair famílias e organizar a produção de algodão, seguindo o Estatuto da Terra. Num artigo

de *O Estado de S. Paulo*, de 1978, Andrade corroboraria a versão de Telles, reclamando que, enquanto ele recebia quase nada, Telles tinha recebido parte da produção de algodão e encorajado os arrendatários a afrontá-lo, dizendo a eles que a terra pertencia ao Estado (Leite, 1998; Correia, 1977; *Folha de S.Paulo*, 1977; *O Estado de S. Paulo*, 1978b).

Na Gleba Santa Rita, procedeu à acumulação primitiva da riqueza, uma afronta que se refletiu na relação entre os com-terra e os sem-terra. Embora Telles, tecnicamente, fosse, ele próprio, um especulador, seu *status* de proprietário era inquestionável. Tais intermediários representavam uma parte essencial da expansão capitalista da fronteira agrícola no país. Eles investiram seu capital e técnicas organizacionais nos primeiros estágios de conversão de terras virgens em área de produção de *commodities*. Não há, entrementes, dados que registrem o grosso do processo. Telles alegou à imprensa que gastara muito dinheiro em melhoria da terra alugada de Andrade. Este, de seu lado, disse que ele nada lucrara; na verdade, segundo ele, foram as famílias de sem-terra que lucraram e estavam ficando ricas, já que eles não estavam pagando aluguel depois que Telles as havia abandonado, em 1972. Ele alegava ainda estar processando Telles pelos prejuízos, mas nunca ganharia a causa, muito em razão da duvidosa legalidade de seus títulos de terras (Correia, 1977; *Folha de S.Paulo*, 1977; Santos, 1980).

Telles se defendeu na imprensa, cercando-se da lei e culpando Andrade por seu próprio infortúnio. *O Estado de S. Paulo* resumiu seus argumentos num artigo de 1977.

Telles diz que fez tudo conforme o Estatuto da Terra e que, além de sementes e defensivos, fornecia (aos camponeses) até assistência médica e hospitalar. Mas, quando acabaram com o desmatamento, ele falou, "deixei de dar emprego às 400 famílias no Pontal por uma questão social e aquele pessoal começou a passar fome. Embora que seja, não me sinto responsável porque as famílias que eu coloquei, mais da metade daqueles que me consideravam, saíram da gleba, com o término do contrato. Mas Justino deveria manter melhor vigilância em sua propriedade, para impedir a invasão de outras famílias" (Correia, 1977).

Apesar de utilizar o processo de trabalho mais tradicional – desbravando o mato com ferramentas manuais, um trabalho penoso, para falar o mínimo –, a relação entre os com e os sem-terra também foi controlada por critérios modernos. Entre eles, o Estatuto da Terra, que a ditadura orgulhosamente celebrou como uma grande conquista. Houve a provisão de sementes e um sistema de saúde. Havia um contrato de desmatar e criar pastos. Obra completada, relação terminada. Os sem-terra precisavam ir embora, mas alguns resolveram não sair e outros, talvez, transgrediram depois de iniciar o conflito. Os dois grupos, os com e os sem-terra, sofreram por motivos próprios. Em outras palavras, os com-terra se caracterizaram como vítimas, explicaram como se entregaram sem egoísmo para ajudar

os sem-terra a tirar proveito da situação e fingiram inocência diante do processo primitivo de acumulação, que eles mesmos definiram. Havia uma transformação das relações sociais, passando de cordiais para civilizadas, na terminologia de Holanda. Telles não estava mais obrigado a mostrar "hospitalidade" ou ser "generoso". Explorados, os camponeses insistiam em ficar na terra depois de formar os pastos.

A história documentada das 400 famílias da Gleba Santa Rita começa, em todos os casos menos em um, com sua resistência contra um capitalismo selvagem. Sua resistência dá testemunho à perspectiva contrária da suposta cordialidade de sua relação com os proprietários e com o Estado. Entraram na cena em silêncio, topando, evidentemente sem questão, a procura de mão-de-obra para desbravar a floresta e cultivar algodão num sistema de parceria. Apenas quando o arranjo terminou, e foram despedidos da terra e mandados voltar para a insegura e itinerante vida do mercado de trabalho agrícola, suas vozes foram noticiadas pela grande imprensa.

A única exceção foi um camponês chamado Jenival, que foi entrevistado pelo escritor carioca Antônio Callado em novembro de 1984. Callado foi contratado pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) para revelar os benefícios dos projetos estaduais de reforma agrária no Pontal. Pouco feliz devia ter ficado a empresa estatal quando viu o subtítulo do livro. Callado escreveu: "Um ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita". No encontro com Jenival na Gleba Santa Rita, Callado descobriu o fato quase inédito: por 17 anos, a família morava na mesma casa. "Para um lavrador brasileiro", Callado comentou, "ele é uma pessoa de uma vida extraordinariamente estável" (Callado, 2003, p.39). Este único caso levanta questões profundas sobre a representação da relação entre com e sem-terra. Se nem Jenival, nem Andrade, nem Telles eram portadores da escritura, nenhum deles podia ser considerado proprietário (com-terra) no contexto do sistema capitalista. De fato, a tradição legal no Brasil, como em outros paises do mundo ocidental, teria reconhecido o direito de escritura a Jenival antes de mais ninguém, devido à sua posse efetiva e duradoura. Contudo, na prática, a relativa pobreza de Jenival e sua evidente falta de vínculos maiores o deixaram em uma posição de desvantagem, em contraste com a riqueza e contatos de Andrade. A diferença fez de Jenival um sem-terra e de Andrade um com-terra (Holston, 1991; Wright, Wolford, 2003, p.19-27).

Em 1975, 33 famílias de sem-terras caminharam 65 quilômetros, da Gleba Santa Rita até Teodoro Sampaio, onde a expressão de suas reivindicações rompeu com a tranqüilidade da comunidade e ajudou a desmascarar Andrade e Telles como homens cordiais. "Com o solo preparado, mas sem sementes, que não podem comprar diante da impossibilidade de obter financiamentos bancários, os posseiros dirigiram-se à prefeitura. Diante das recusas em atendê-los, eles se revoltaram, tentando conseguir à força, ao menos, alimentos." Pelo menos uma proporção dessas, supostamente

bem tratadas, famílias reclamou de estar passando fome. Para restaurar a paz, o prefeito organizou uma refeição para eles no Hotel Comercial. No entanto, a Polícia Militar buscou reforço na região para defender a "ordem pública" (*O Estado de S. Paulo*, 1975a e 1975b).

A Polícia Militar acabou conhecendo bem os sem-terra de Santa Rita, talvez melhor que qualquer outra instituição, dada a freqüência de sua presença na gleba durante os anos 70. Entre 1973 e 1980, ela se juntou quatro vezes com os jagunços de Andrade e autoridades municipais para cumprir ordens judiciais de expulsão. Os casos piores ocorreram em 1973 e 1974, quando desapossaram, à força, 63 famílias. Para fazer valer a invasão, a polícia queimou todos os pertences dos camponeses, arrancou suas plantações e matou seus animais (*Folha de S.Paulo*, 1977; *O Estado de S. Paulo*, 1978b). Em 1977, jogaram veneno nas nascentes que forneciam água aos camponeses, um ato covarde que matou mais animais. Na época, dois sem-terras comentaram que "Capangas do fazendeiro percorrem a área, intimidando os posseiros e ameaçando suas famílias, acompanhados de policiais que, segundo os posseiros, estariam sendo pagos por Justino para 'legalizarem' as ameaças" (*Folha de S.Paulo*, 1977). Em 1982, os jagunços atiraram nos camponeses e, em 1984, soltaram gado nas suas plantações.

Por 13 anos, as famílias moraram na terra sob pressão intensa. Novas ameaças de expulsão chegavam regularmente e suas esperanças de permanecer na terra foram pulverizadas repetidamente. Aos poucos, a maioria das famílias originais desistiu, mas novas famílias tomaram seu lugar, novos recrutas do exército de reserva de trabalhadores rurais subempregados, cada um buscando um pedaço de chão para criar a estabilidade necessária para melhorar as condições da família naquela terra de batalha. Num rodízio meio espontâneo, os sem-terra resistiram a atos violentos de despejo, ordens judiciais, intervenções estatais e ataques de jagunços. Em 1979, Andrade estava com 70 anos, cego de um olho, lento na conversa mas, mesmo assim, "não está disposto a ceder. E seus advogados também não, pois segundo eles, os lavradores são intrusos" (FETAESP, 1979).

A resiliência dos sem-terra diante dessa pressão intensa e prolongada parece contraditar a lógica do regime militar. Foi o mesmo período que viu a ditadura mandar três missões militares à bacia do rio Araguaia para extinguir um pequeno reduto guerrilheiro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, assim, facilitar a expansão da agricultura capitalista na região. Já que essa história de invasão e repressão predomina nas representações da relação entre a ditadura e camponeses no período, é difícil compreender por que o governo não eliminou "o problema" da Gleba Santa Rita em alguns dias. Uma resposta é que a ditadura não teria como ficar no poder se tivesse administrado o país apenas com violência. Machiavel, Gramsci, Arendt, Skocpol e outros teóricos do poder e do Estado nos ajudam a entender a necessidade de consentimento para a duração até mesmo do regime mais brutal.

O início dos anos 70 foi bom para a economia brasileira. O "milagre econômico" do "bolo crescente" criou uma base de popularidade para o presidente Emilio Garrastazu Médici (1969-74), apesar do repressivo "combate nas trevas". Em uma entrevista em 1997, o líder do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, comentou sobre o período Médici:

> Hoje a gente pode dizer que foi por conta da dívida externa, milagre brasileiro e tal, mas o dado concreto é que, naquela época, se tivesse eleições diretas, o Médici ganhava. E foi no auge da repressão política mesmo, o que a gente chama de período mais duro do governo militar. A popularidade do Médici no meio da classe trabalhadora era muito grande. Ora, por que? Porque era uma época de pleno emprego (Couto, 1999, p.117).

A prosperidade relativa do período trouxe apoio para o regime e sua popularidade se estendeu até o campo. Em seu estudo sobre a cidadania brasileira, o historiador José Murilo de Carvalho observou que "[o] eleitorado rural ... apoiou [a Ditadura] em todas as eleições". A tendência não pode ser vista apenas como produto da mentalidade tradicional, conservadora da sociedade rural ou de manobras entre o eleitorado dos supostos coronéis. Ao contrário, o consentimento dos sem-terra tem que ser visto como uma resposta racional quando se considera o conteúdo da política rural da administração Médici. Quando decretou o Prorural, em maio de 1971, o governo introduziu uma das mais profundas transformações das relações sociais do campo na história do Brasil. Pela primeira vez, a previdência social foi colocada ao alcance dos camponeses, criando o que passaria a ser um dos maiores programas sociais do campo no mundo. Através do Fundo de Assistência Rural (Funrural), a lei ajudou municípios rurais a construir suas primeiras clínicas de saúde e outros serviços sociais. A ditadura encarregou os sindicatos dos trabalhadores rurais de manter os programas novos, estimulando uma explosão de formação de STRs no país (Carvalho, 2004, p.172; Gaspari, 2002, p.210; Houtzager, 2004). A lei e os sindicatos foram vistos como instrumentos da modernização do meio rural. No século XXI, medidas baseadas nessas políticas acabaram sendo fontes de apoio financeiro fundamentais para centenas de municípios.

O crescimento do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), com ligações entre a Igreja Católica e os serviços de assistência do Estado, foi fonte da "lhaneza no trato" rural da ditadura. Para Holanda, isso foi uma essência de cordialidade, e o conceito ajuda-nos a examinar como a hegemonia foi construída no campo brasileiro (Holanda, 1995, p.146).

É notável que os problemas na Gleba Santa Rita viessem à luz no mesmo ano, 1973, em que foi fundado o STR de Teodoro Sampaio. Segundo Divanil José Cruz, que administrou o sindicato desde sua fundação até os anos 90, com seu pai, José Ferreira Cruz, o prefeito José Natalício dos Santos começou o processo de formação do sindicato em Teodoro. O município tinha menos

de 10 anos de vida quando o STR foi fundado e só então conseguiu obter uma clínica de saúde com um médico e um dentista, utilizando o Funrural, segundo Cruz. Os Cruz atraíram a atenção do prefeito como líderes por seu comportamento a favor de sindicalismo, algo que aprenderam com um padre no Paraná antes de se deslocarem para o Pontal. Como pequenos agricultores, a família Cruz foi atrás da burocracia, com o apoio da prefeitura, e não demorou muito para mobilizar 1.500 sócios. Com a Igreja Católica, o STR logo se tornou uma das instituições mais importantes em Teodoro Sampaio. Para afirmar a impressão sobre o comportamento político da classe trabalhadora da época, Cruz entrou na ARENA, o partido da ditadura, e expressou, em entrevista recente, saudade pelos anos do regime militar, principalmente por causa de seu apoio aos STRs (Cruz, 2004).

Como outros críticos do Funrural, Carvalho alega que ele funcionou para cooptar o movimento camponês: "As tarefas de assistência agora a eles atribuída, contribuiu [sic] muito para reduzir sua combatividade política e gerou [sic] dividendos políticos para os governos militares" (CARVALHO, 2004, p. 172). O sociólogo Claudinei Coletti foi ainda mais duro em sua crítica a dirigentes sindicais como os Cruz: "O assistencialismo transforma-se, assim, em poderoso instrumento de controle político-social nas mãos dos governantes, permitindo a expansão do peleguismo no movimento sindical" (Coletti, 1998, p.85). Contudo, ambos notaram que resultados positivos também foram possíveis. O caso de Teodoro Sampaio confirma que alguns municípios conseguiram ter serviço médico por causa dos vínculos entre STRs e Funrural. Coletti comenta que líderes sindicais mais militantes tiveram a capacidade de utilizar os benefícios de assistencialismo rural para fortalecer o processo de mobilização e o poder de negociação dos sindicatos. Analistas como Regina Novaes, Biorn Maybury-Lewis e Peter Houtzager enfatizaram esses aspetos mais positivos do assistencialismo, procurando entender a "política do possível" permitida pelos mecanismos de controle do regime. Acredito que seja essa a melhor forma de entender o conflito da Gleba Santa Rita. Sem considerar o possível papel positivo do sindicato de Teodoro, é difícil compreender a resiliência dos sem-terra (Maybury-Lewis, 1994; Novaes, 1997; Houtzager, 2004).

Em agosto de 1973, 80 Policiais Militares cumpriram a primeira ordem judicial de despejo sem interferência. Em janeiro do próximo ano, mais 16 famílias foram arrancadas da gleba pela força, mas expulsões adicionais foram evitadas pela intervenção de Zelmo Denari, subprocurador estadual recentemente instalado em Presidente Prudente. Nascido em 1935, Denari era filho de um grande proprietário de Presidente Bernardes, no Pontal. Mas, segundo seu depoimento, sua consciência foi formada por Guerra, o médico comunista que ajudou a fundar a liga camponesa de Santo Anastácio e que cuidava de sua família, discutindo as questões fundamentais com seu pai. Denari brincava com as crianças da família Guerra. No final dos anos 50,

Denari saiu da região para estudar e fazer carreira em São Paulo. Quando regressou, descobriu que seu emprego como procurador em defesa dos interesses do Estado necessariamente o colocava em conflito com os com-terra de sua classe social. Fazer bem seu papel significou fazer ressurgir as reclamações em disputa sobre a posse das terras no Pontal; o despejo dos camponeses da Santa Rita o desafiou como procurador e homem. Com a participação ativa do bispo José Gonçalves da Costa, conseguiu virar a onda de expulsões e ajudar os sem-terra. O bispo chamou a invasão da polícia de inumana, atraindo atenção para a difícil situação dos camponeses. Denari se inseriu no conflito com a alegação de que a terra não pertencia a Andrade e que os sem-terra deveriam ter permissão para permanecer até que o domínio da gleba fosse resolvido. Isso e a luta de Denari para provar que o Estado era dono da terra foram cruciais para os camponeses. Ainda sob o regime do general Ernesto Geisel, a abertura começou, mas Denari relatou que recebeu ameaças de morte tão sólidas que perdeu o controle da bexiga durante seu sono (*Folha de S.Paulo*, 1977; *O Estado de S. Paulo*, 1978b; Denari, 2004; Guerra, 2004).

Em 1975, a imprensa começou a dar cobertura regular à disputa em Santa Rita e, até 1985, o STR de Teodoro Sampaio parece ter sido o maior apoiador dos sem-terra. Apareceu como ator no conflito pela primeira vez como provedor de assistência social e uma agência de apoio que as autoridades chamaram para ajudar os sem-terra a sobreviver após sua expulsão da terra. Da perspectiva do regime e dos críticos do assistencialismo, esse deveria ter sido o início e o fim da participação do sindicato. Os jornais citaram a reclamação de Divanil, que manifestou preocupações com a falta de recursos para lidar com todas as famílias. Ele explicou que o sindicato sempre sofria uma queda do número de associados quando acabava a colheita, uma vez que muitos sócios não tinham condições para pagar. Isso já se constituiu em uma crítica dura ao regime. O sindicato convidou os repórteres para relatar as condições do trabalho agrícola.

Em 1975, *O Estado de S. Paulo* citou as observações do Antônio Albano dos Santos, um cortador de cana:

> Enquanto estão na terra, mesmo a falta de crédito junto aos fornecedores, a impossibilidade de obterem financiamentos bancários e a desnutrição e até as mortes por falta de remédios não são motivos para queixas por parte dos lavradores. Eles aceitam tudo normalmente porque qualquer protesto pode significar a dispensa (*O Estado de S. Paulo*, 1975c).

Dez anos mais tarde, tais imagens seriam regulares, mas a reportagem de 1975 foi rara em revelar a fraqueza do "milagre econômico". Os Cruz usaram a atenção atraída pelo conflito de Santa Rita para enfatizar a situação precária dos camponeses e documentar seu esforço em resolver os problemas. O sindicato trabalhou com o prefeito e a Igreja para construir

moradias temporárias e arrecadar dinheiro para alimentar e vestir os sem-terra da região.

Esses dois papéis do sindicato – como assistente de primeiros socorros e propagandista – foram contínuos durante o período. Mais dois papéis também foram típicos: o de interlocutor e o de defensor, que colocaram o sindicato na imprensa como representante dos sem-terra antes das autoridades administrativas e judiciais. Essas formas de atuar foram as mais tradicionais de uma organização de classe e, obviamente, o regime aceitou a idéia. Como interlocutor, José Ferreira Cruz, em especial, se apresentou como alguém disposto a fazer *lobby* em nome dos pobres da terra. Durante os anos 70, ajudou a organizar vários comícios e falou particularmente com dois governadores, dando mais tempo de resistência para os sem-terra.

Em 1977, Cruz falou com o governador Paulo Egydio Martins, indiretamente eleito pelo Colégio Eleitoral, estabelecido pelo regime militar para mostrar um movimento em direção à democracia, quando ele veio visitar Andradina, no noroeste do Pontal. "Uma coisa posso garantir", comentou Egydio depois do encontro, "tocar em vocês, ninguém vai tocar. Isso eu garanto" (*Folha de S.Paulo*, 1977). Em abril de 1979, Cruz falou com Paulo Maluf, o novo governador indiretamente eleito, e a publicidade em volta do apelo evidentemente forçou Maluf a comandar o fim de outro processo de despejo no fim do mês. Ele foi citado pedindo a permanência dos posseiros '"a fim de impedir injustiças e o caos social' através de desapropriação" (FETAESP, 1979; Santos, 1979).

No mundo do homem cordial, foi como se Cruz fosse um irmão mais velho, tentando convencer o pai a não tirar a herança de um irmão problemático. Em um esforço final, o irmão pede benevolência do patriarca; o patriarca muda de idéia, mostrando para o mundo sua consideração para com os mais fracos. Assim, o sistema funciona de forma a confirmar as relações de poder, preservando a ordem social.

Enquanto Cruz foi atrás do governador, os advogados foram aos tribunais. O sindicato de Teodoro Sampaio não teve seu advogado próprio até 1980 (Cruz, 2004). Em 1977, os advogados da Contag e da FETAESP avisaram Cruz sobre os direitos legais dos sem-terra. Em 1979, ele revelou sua frustração com a estratégia legal, sugerindo que "já estavam quase esgotados os meios legais capazes de beneficiá-los" (FETAESP, 1979). Mas, no ano seguinte, o advogado Emídio Severino da Silva começou a trabalhar para o sindicato e colaborou com o subprocurador Denari e seu assistente Gilberto Lima em seus apelos judiciais.

Ao contrário das crenças de Cruz, os tribunais se mostraram um campo de batalha fundamental na luta pela terra, já que uma questão central nas disputas foi a situação legal das escrituras no Pontal. Enquanto tudo o mais foi acontecendo, os juízes de vários distritos e níveis do sistema judiciário trabalharam para resolver as dúvidas sobre quem estava com a posse legal.

Os advogados de Justino de Andrade defenderam o título de seu cliente até a última gota de sangue, enquanto o subprocurador lutou para provar que a Gleba Santa Rita pertencia ao Estado. O MSTR juntou forças com o Estado e também utilizou os tribunais para defender os direitos dos sem-terra com base no Estatuto da Terra, regras do Prorural e outras leis que poderiam ajudar a proteger sua propriedade. Sob o Estatuto da Terra, por exemplo, os arrendatários contratados para trabalhar na gleba tinham direito de ficar na terra até o fim da colheita. Também tinham direito de receber indenização pelas estruturas que construíram para viver e trabalhar, o que criou uma oportunidade para acusar a polícia de violar a lei quando as benfeitorias dos camponeses foram destruídas. A complexidade do sistema judicial do Brasil ajudou os advogados a procurar juízes simpáticos para emitir ordens contra os despejos na última hora (Taylor, 2004). Esses processos romperam com a aplicação fácil do poder a favor dos com-terra e seus aliados na ditadura e ajudaram a prolongar a permanência dos sem-terra até o final do regime.

Na avaliação da relação dos sem e dos com-terra durante esse período, o caso Santa Rita revela uma falta de ordem que pode surpreender os que prestaram atenção na propaganda do regime. Apenas a primeira expulsão dos camponeses caiu na expectativa do que seriam as características de uma ditadura. No despejo de agosto de 1973, a Polícia Militar, violentamente, expulsou 47 famílias e destruiu todas as suas benfeitorias. De lá até o fim do regime, as autoridades estaduais e federais pareciam ter muitos mestres, um não mais poderoso que o outro. Qualquer que fosse o peso político de Andrade nos anos 50, seria inexpressivo já em meados dos anos 70. Com alguma justificativa, ele se viu como vítima já que outros grileiros no Pontal, como a família de seu antigo patrão Adhemar de Barros, não estavam sendo perturbados (Santos, 1980). De fato, durante o período, outros suspeitos com-terras no Pontal – para não falar de outras regiões do país – estavam sendo incomodados e de forma muito similar. Cada caso precisa ser pesquisado para revelar as razões. A partir do caso Andrade, daria para entender que a militância dos sem-terra, as políticas de modernização agrícola, o estado duvidoso das escrituras, o ativismo do subprocurador, a diligência do sindicato e da imprensa e o discurso de abertura conspiraram contra os com-terra, que se colocaram, por um momento histórico, em uma situação complicada.

Contudo, outros fatores têm que fazer parte da análise. A ambivalência da natureza do desenvolvimento capitalista da região poderia ter contribuído para confundir as autoridades. Nos anos 70, planos se realizaram para levar vantagens do sistema hídrico da região, com sua proximidade aos centros populacionais, para construir barragens e usinas de geração de energia. A empresa estatal de energia (CESP) aumentou seus investimentos no Pontal e necessitava atrair trabalhadores até o local para construir as barragens e usinas. Um modelo de desenvolvimento territorial baseado em agricultura

e não em pecuária era mais compatível. A população dos novos municípios da região estava dividida sobre as mudanças – alguns gostaram da idéia da tranqüilidade e riqueza concentrada que acompanharia o gado; outros imaginavam como gozariam de vários benefícios com a crescente população vinculada a famílias de pequenos agricultores. O prefeito Natalício dos Santos estava a favor de uma maior distribuição das terras e crescimento demográfico, enquanto seu rival, Walter Ventura Ferreira, alegava que os "trabalhadores rurais nada sabem fazer, além de lavrar manualmente a terra" (*O Estado de S. Paulo*, 1975c).

As estatísticas da distribuição das terras na região mostram que os com-terra ganharam no período. Entre 1970 e 1978, Teodoro Sampaio perdeu 78% de suas propriedades rurais. O número de minifúndios, sítios com menos de vinte hectares, caiu 1.659 unidades (de 1.862 para 203). Por outro lado, apenas duas megapropriedades com mais que 10 mil hectares foram criadas durante o período, e o número de fazendas entre vinte e cem hectares aumentou 20%. O geógrafo Leite ligou o declínio dramático do minifúndio ao fim do ciclo de madeira, já que quase todas as madeireiras fecharam, nos anos 70, com o fim da reserva florestal. Os desbravadores, muitos dos quais moravam em lotes de subsistência, sem escrituras, foram deixados sem emprego e migraram para outros lugares. O resultado foi um declínio da área cultivada em quase 10 mil hectares no período. Em 1979, a Secretaria de Planejamento do estado publicou um plano de desenvolvimento regional que confirmou a visão da CESP e adicionou uma usina de álcool, indicando um futuro de concentração de terras não para pecuária, mas para cana-de-açúcar com a expansão de 15 mil hectares do "capim" valioso (Leite 1998, p.184-89).

De fato, o período militar acabou mal para os sem-terra do Pontal. O sindicato de Teodoro Sampaio, reconhecido pelo Estado para defender os interesses dos camponeses, tinha feito muito por eles, dentro e fora da "política do possível". Em aliança com outros indivíduos e instituições, ajudou a realizar seus sonhos de possuir terras. Em 1983, Cruz organizou uma caravana dos sem-terra, para ir de Santa Rita até a capital, para colocar suas demandas ao primeiro governador eleito diretamente pelo povo desde o golpe, Franco Montoro, antigo ministro de Trabalho, que ajudou a formalizar a formação de dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais em 1962. Em 1984, Montoro mandou desapropriar a Gleba Santa Rita para poder distribuir as terras entre os sem-terra, uma obra a ser administrada por Denari (FETAESP 1983; *Folha de S.Paulo*, 1984a; *Folha de S.Paulo*, 1984b).

Mas a oposição à ordem de Montoro foi feroz, e ela não foi cumprida em razão de interferência judicial. Para os sem-terra, a experiência de insegurança da época da ditadura foi constante. Além da advocacia dos Cruz e Denari, é muito difícil achar nas ações do governo provas da contribuição do Brasil à civilização, à cordialidade. Certamente, Andrade, o com-terra do

caso Santa Rita, não mostrou nada disso. Líderes do estado, perseguidos pela mobilização e pela pressão do sindicato, concederam abrigo e, nas palavras de Holanda, demonstraram "hospitalidade ... generosidade", um pouco da "influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal". Mas seria muito complicado encontrar nos motivos de suas ações "um fundo emotivo extremamente rico e transbordante". Dúvidas sobre a existência de cordialidade na relação dos sem e dos com-terra durante a ditadura foram definitivamente resolvidas pela realidade documentada pelas estatísticas citadas acima. A concentração da terra e, assim, do poder, foi a onda do futuro.

A NOVA REPÚBLICA

Uma das saídas para a crise econômica é fazer a REFORMA AGRÁRIA, pois criará milhões de empregos... por isso, reivindicamos...UMA POLÍTICA AGRÁRIA QUE FAVOREÇA O PEQUENO PRODUTOR, OU ENTÃO SEREMOS OBRIGADOS A OCUPAR ESSAS TERRAS PARA PODERMOS SUSTENTAR NOSSOS FILHOS E CONTINUARMOS SOBREVIVENDO. (ênfase no original)

Movimento dos Sem-Terras do Oeste de São Paulo, (Andradina, 04 de junho de 1983).

Os acampados vão ocupar o que é deles, plantar, construir casas. As ocupações vão continuar até que os 350 mil hectares grilados no Pontal estejam nas mãos dos trabalhadores.

José Rainha Júnior (Teodoro Sampaio – *Jornal dos Sem-Terra*, julho de 1991).

Antes do fim do regime militar, mais duas organizações começaram a participar do conflito na Gleba Santa Rita: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Sem-Terras do Oeste de São Paulo (MST do Oeste). A primeira foi a CPT, uma entidade ecumênica criada em 1975 e legitimada pela CNBB.

Como descrito acima, a arquidiocese regional se envolveu na luta pela terra da Santa Rita através dos protestos do bispo José. Contudo, em 1974, a hierarquia da Igreja transferiu o bispo para o Rio de Janeiro e o bispo Antônio Agostinho Marochi, mandado para ocupar seu lugar, era conservador e hostil à teologia da libertação. Os padres sob seu controle tiveram permissão para oferecer nada mais que assistência tradicional de misericórdia, fosse aos com ou aos sem-terra. Por exemplo, quando a pressão cresceu para despejar de novo os camponeses de Santa Rita, em 1977, a imprensa relatou que o padre de Teodoro Sampaio foi prontamente "oferecer ajuda aos posseiros se o despejo for executado" (*O Estado de S. Paulo*, 1978a). Essa situação mudou por um período breve no início dos anos 80, quando o CPT fundou um escritório estadual em São Paulo. Padre José Domingo Bragheto, da diocese de Jardinópolis, em São Paulo, foi indicado para servir

como coordenador, mas raramente conseguiu penetrar no território do bispo Agostinho (Bragheto, 2004).

Em 1982, a *Realidade Rural*, revista da FETAESP, relatou a "solidariedade aos posseiros" do padre Bragheto e revelou que ele tinha visitado os sem-terra de Teodoro Sampaio recentemente. Um padre da diocese, que não foi identificado, comentou que "a Igreja, consciente de que sua vocação e seu papel se realizam em favor dos pobres, não pode deixar tão grave problema, como é o da terra na região do Pontal do Paranapanema". Em nome da CPT, padre Bragheto mandou cartas às autoridades, protestando contra a situação dos sem-terra e reivindicando reforma agrária (FETAESP, 1982). Em 1983, o novo padre de Teodoro Sampaio, José Antônio de Lima, informou à imprensa que a CPT não era ativa em sua área (FETAESP, 1983). Em 1986, Bragheto foi despedido como coordenador e, em 1989, o bispo Agostinho ajudou a influenciar a CNBB para criar novas regras para proibir a CPT de militar em qualquer diocese sem assegurar primeiro a licença do bispo. Os com-terra gostaram de Dom Agostinho, como me relatou, em entrevista em 2004, o presidente da UDR, Roosevelt Roque dos Santos (Pereira, 2004; Junandir, 2004; Lima, 2004; Bragheto, 2004; Santos, 2004).

A história do movimento dos sem-terra no Pontal reflete diretamente as limitações sofridas pela CPT e pelo STR durante suas experiências na região. Enquanto parâmetros culturais e estruturais, como as regras da diocese e o corporativismo que restringiram a militância das já mencionadas instituições, o incipiente MST sofreu menos obstáculos. Poderia argumentar que Dom Agostinho, ao proibir a militância de seus padres, simplesmente refletiu a cultura conservadora tradicional da Igreja rural. Alguns padres, como José Antônio e João Pereira, procuraram agir sem atrair a atenção do bispo, mas a CPT em si somente veio ter uma existência institucional no Pontal depois que Dom Agostinho se aposentou, em 2003. A natureza estrutural da CPT, como entidade da CNBB – até o final da ditadura, sua capacidade de agir dependeu naturalmente de elementos básicos como escritório e privilégios telefônicos –, teve sua capacidade de operar dependente na hierarquia da diocese. O que quero anotar aqui é que os sem-terra do Pontal não encontraram na Igreja o rosto cordial do patriarca, do irmão mais velho que eles precisaram para ajudá-los a enfrentar os com-terra e o Estado.

A primeira base de apoio para o movimento dos sem-terra no oeste do estado veio do padre Renê Parren, um holandês que chegou em 1974 a Andradina, uma cidade ao nordeste do Pontal, para trabalhar como padre entre a crescente população de trabalhadores que chegava à região, atraída pela construção das barragens e usinas hidrelétricas. Em 1978, contudo, casou-se e terminou sua carreira como padre, ao mesmo tempo em que sua obra entre os pobres continuou, bem como sua identidade como "padre" René. Formado na teologia da libertação, Parren se engajou com entusiasmo na luta pela terra, ajudando a mobilizar e fazer pressão, em

1979, para que a Fazenda Primavera fosse desapropriada e fosse criado o primeiro assentamento na região, depois de que o presidente Figueiredo, o último dos presidentes militares, assinou o decreto de desapropriação em julho de 1980 (Fernandes, 1996, p.88-95; Parren, 2005). O sucesso da luta, que contou com alianças com muitas organizações, como a CPT e STRs, inspirou a expansão da campanha pela reforma agrária no território fértil da região adjacente do Pontal. Ironicamente, as proibições do bispo de atuação da CPT provocaram a criação de uma nova organização, estimulando o estabelecimento do MST do Oeste em 1980.

Inicialmente, Parren e outros militantes de Andradina procuraram construir uma aliança com o STR de Teodoro para atender à demanda dos sem-terra de Santa Rita. Em abril de 1983, o movimento e o sindicato apresentaram um abaixo-assinado ao governador Montoro, com quatro mil assinaturas de sem-terra do noroeste, que manifestava o desejo de obter terra no estado. Em junho, o movimento mandou uma outra carta ameaçando ocupar terras na região se o governador não agisse rapidamente na desapropriação e redistribuição da terra entre os sem-terra. "Uma das saídas para a crise econômica", a carta declarava,

> é fazer a REFORMA AGRÁRIA, pois criará milhões de empregos... por isso, reivindicamos UMA POLÍTICA AGRÁRIA QUE FAVOREÇA O PEQUENO PRODUTOR, OU ENTÃO SEREMOS OBRIGADOS A OCUPAR ESSAS TERRAS PARA PODERMOS SUSTENTAR NOSSOS FILHOS E CONTINUARMOS SOBREVIVENDO.

Uma nota encontrada nas margens da carta, escrita à mão e assinada por Parren, explica que ele aproveitou uma visita do governador ao Pontal para mobilizar uma caravana de trabalhadores rurais para entregar a carta pessoalmente a ele e a seu secretário de Agricultura, José Gomes da Silva, em Presidente Epitácio (Fernandes, 1996, p.95-114; Bragheto, 2004; Parren, 2005; MST do Oeste, 1983).

A estratégia de pleitear ao governador e organizar caravanas de sem-terras para pressionar e personalizar o seu apelo foi tática que já tinha sido utilizada por José Ferreira Cruz e pelo sindicato de Teodoro Sampaio. Alguns analistas criticam o sindicalismo dos trabalhadores rurais como um velho movimento social por usar tais métodos, bem como depender de cartas de reclamação, tornando-se "sindicatos de correspondência" (Coletti, 1998). Mas a carta do movimento comemorou o então recente congresso nacional da Contag que, em 1979, fez da reforma agrária sua reivindicação maior. De fato, por mais de duas décadas a palavra de ordem da Contag foi "Reforma agrária: terra para quem nela trabalha". Como já vimos, a linguagem dos apelos do sindicato utilizou também a situação desesperada dos trabalhadores rurais e sem-terras para moralmente desafiar o Estado, reclamou da transferência dos custos da crise econômica para as costas dos trabalhadores e apoiou a divisão das terras como uma solução-chave para

os desafios políticos e econômicos do Brasil. As distinções maiores entre os novos e os velhos movimentos estavam centradas na relação das organizações com o Estado e a lei e as responsabilidades que cada uma cobrava de seus membros. Tecnicamente, para ser sócio do sindicato, o trabalhador se qualificava como assalariado agrícola ou dono de uma pequena propriedade de exploração familiar. Os sindicatos fariam parte da estrutura corporativista do Estado e dependiam muito da capacidade de seu presidente em aproveitar processos e procedimentos burocráticos, tudo dentro da lei, com poucas oportunidades para interpretá-la de maneira radical.

Como o nome indica, o MST do Oeste de São Paulo se definiu como representante dos sem-terra e o "pequeno produtor", protagonista na carta, foi entendido como a família (pai, mãe e filhos) e não apenas o patriarca familiar. Alem disso, a carta para Montoro expressou um ultimato, baseado na agilidade do movimento como uma entidade informal, livre das limitações do corporativismo. Se o governador fosse demorar em implementar políticas favorecendo os camponeses, escreveram em letras garrafais, que estariam obrigados a ocupar as terras em questão para alimentar suas crianças e assim preservar sua vida. A ameaça representou uma tática relativamente nova que já vinha sendo uma característica definitiva da organização regional que contribuirá para a fundação do próprio MST em janeiro de 1984 (Fernandes, 1996; Branford, Rocha, 2002; Wright, Wolford, 2003).

A primeira ocupação de terras no Pontal começou no dia 15 de novembro de 1983, quando centenas de sem-terra cortaram a cerca para entrar em uma propriedade da família Sebastião Camargo, dono da empresa Camargo Correia, e lá montar um acampamento. Nem o movimento, nem o sindicato, nem a Igreja assumiram responsabilidade pela ação. O político municipal Gerson Caminhoto me relatou que ele e seus assessores no PMDB local ajudaram a instigar a ocupação (Caminhoto, 2004). Mas a fonte mais provável foi Moisés Simeão de Oliveira e seus aliados. Moisés foi um camponês que mudou para a região para trabalhar, como centenas de outros trabalhadores migrantes, na construção de barragens e que ficaram sem emprego nem moradia quando os projetos foram encerrados. Enquanto um assentamento foi estabelecido na beira do rio para os ribeirinhos e camponeses deslocados pelo projeto, os peões em volta de Moisés pleitearam uma solução e, vendo a experiência dos camponeses da Gleba Santa Rita e as histórias dos sem-terra mobilizados no Rio Grande do Sul, resolveram ocupar as terras improdutivas da Camargo Correia (Callado, 2003; Oliveira, 2004).

Qualquer que seja a história verdadeira, o movimento e a CPT comemoraram a ocupação e a usaram para reclamar contra as falhas do sindicato e da Igreja em resolver os problemas e procurar a reforma agrária com mais força. O sindicato trabalhou com a Igreja local para ajudar as famílias a negociar com o Estado. A ocupação, que cresceu com a chegada de dezenas de sem-terra do Paraná e de outros estados, ajudou a pressionar o governo

estadual para desapropriar, finalmente, terras no município. Em março de 1984, a imprensa relatou que Montoro chorou quando assinou o ato desapropriando 15 mil hectares de terras nas glebas Santa Rita e Ribeirão Bonito (*Folha de S.Paulo*, 1984a; *O Estado de S. Paulo*, 1984). Cruz comentou que agora, oito mil sem-terras virariam com-terras: "O contingente de lavradores à espera de terra em Teodoro Sampaio atinge, hoje, cinco mil pessoas. Somando-se aos outros três mil trabalhadores volantes, temos hoje oito mil pessoas felizes" (*Folha de S.Paulo,* 1984b).

A Nova República, que começou oficialmente com a posse do presidente José Sarney em janeiro de 1985, trouxe pouca mudança da longa saga de relações conflituosas entre os com-terra e os sem-terra no Pontal. Os com-terra organizaram manifestações e processaram o Estado no Judiciário e, em maio, a implementação do decreto de Montoro foi interrompida (*Folha de S.Paulo*, 1984b; *O Estado de S. Paulo*, 1985a). Em resposta, o MST do Oeste de São Paulo colocou a lei nas próprias mãos dos sem-terra. Organizou a ocupação da Santa Rita em solidariedade com os camponeses ainda resistindo em seus próprios lotes (*O Estado de S. Paulo*, 1985b). Apesar de sua falta de ligação com a ocupação, Cruz relatou que sofreu ameaças de morte de pessoas vinculadas à recém-formada UDR. Talvez fosse por medo, então, que ele condenou a ocupação e falou, em nome do Incra, que o Pontal não estaria aceitando mais candidaturas para terra de paranaenses e outros migrantes de outros estados (*Jornal do Brasil*, 1985; *O Estado de S. Paulo*, 1985c). Cruz resolveu responder à mão repressora dos com-terra de maneira a reafirmar o papel legitimador do sindicato, inclusive sua relação funcional, como ferramenta de controle social de uma entidade executiva do governo, para dizer que as pessoas têm que existir dentro de certas divisas, bem como o território do sindicato foi limitado ao município por estatuto. Dessa forma, o sindicato cumpriu as expectativas de cordialidade, mostrando deferência às estruturas de poder estabelecidas. Em oposição, o MST do Oeste respondeu tomando uma posição ofensiva de enfrentamento diante das intimidações dos com-terra.

Em agosto de 1986, Sarney aplicou o Estatuto de Terra de 1964 para apoiar um decreto federal de desapropriação que terminou, finalmente, a longa e trágica história da luta pela terra dos camponeses da Gleba Santa Rita. Foi só nessa ocasião que os sem-terra de Santa Rita do Pontal começaram se tornar com-terra, desafiando, senão invertendo, a ordem social (*O Estado de S. Paulo*, 1986a). Como tem notado eloqüentemente o sociólogo José de Souza Martins, décadas de transformações econômicas, sociais e políticas levaram o campesinato a seguir "o caminho da ruptura das relações de dependência pessoal". E ainda: "O rompimento dos vínculos de dependência [deu inicio à] nova cultura dos pobres do campo" (Martins, 1989, p.14-21). Em sua forma mais avançada, a cultura nova emancipa o camponês e possibilita que se torne um com-terra bem-sucedido e consciente

de sua responsabilidade social na luta em favor da ampliação da reforma agrária. Isso foi resultado da transformação de condições estruturais e, como já vimos, a luta prolongada de individuais excepcionais com o apoio de movimentos organizados. Com a diminuição da cultura de dominação e deferência no fundo de cordialidade, novos tipos de homens cordiais começaram a aparecer. Nisso também o MST foi inovador.

O MST chegou ao Pontal na pessoa de José Rainha Júnior. Filho mais velho de um camponês do estado do Espírito Santo, Rainha teve pouco tempo para estudar. As terras da família foram perdidas, e ele, como seu pai, precisava ganhar o pão trabalhando para outros agricultores. Sua educação veio através da Igreja Católica. Participando com grupos de jovens em aulas de conscientização da Igreja em Linhares, aprendeu a ler e entender Marx, Lênin e os teóricos da teoria da libertação, entre eles Frei Betto. Como trabalhador rural que se destacou entre os jovens nos cursos de formação, ele foi cultivado para integrar a luta pelo controle do STR de Linhares. Seu papel no sindicato e na criação como camponês fez com que Rainha participasse do primeiro congresso nacional do MST e fosse eleito membro da direção nacional do movimento em 1985. Depois disso, trabalhou em tempo integral na organização de ocupações no Nordeste. Seu sucesso lá atraiu a atenção de adversários, que ameaçaram sua vida. Assim, a direção do movimento o mandou para coordenar o MST no Pontal a partir de 1991 (Barbeiro, Nascimento, 1996; Salgado, Peres, 2003; Rainha, 2004).

A presença de Rainha no Pontal foi noticiada pela primeira vez em março de 1991, identificando-o como organizador das 234 famílias que ocuparam a Fazenda São Bento (IMP, 1991). Em julho, o *Jornal dos Sem Terra* o citou, afirmando: "Os acampados vão ocupar o que é deles, plantar, construir casas. As ocupações vão continuar até que os 350 mil hectares grilados no Pontal estejam nas mãos dos trabalhadores" (JMST, 1991). A experiência de Rainha, a situação duvidosa dos títulos de propriedade da região, bem como sua proximidade da grande imprensa, ajudaram a projetá-lo – e sua esposa. Diolinda Alves de Souza – como militantes camponeses nacionais e a consolidar a imagem do MST como movimento singular dos sem-terra (Novaes, 1997).

A grande imprensa é arma da ofensiva hegemônica burguesa, como notam dezenas de estudiosos dos meios de comunicação. Já que a propriedade privada é a base de toda argumentação a favor do sistema capitalista deles, é explicado o foco intenso que deu a mídia às atividades de Rainha e, ao mesmo tempo, a utilidade para o MST em colocar dentro do estado de São Paulo uma liderança com as qualidades dele. A imprensa se posicionou contra a realização de uma reforma agrária de verdade – uma real fragmentação da estrutura fundiária –, e Rainha usou sua oposição para mobilizar a massa para ocupação depois da ocupação. Distinguiu-se por sua agressividade e capacidade de "forçar a barra". Anotem como a mídia impressa o representou logo depois de sua chegada ao Pontal:

> Em 1992 – [Quando] as invasões passaram a ser lideradas pelo Sr. Rainha ... o movimento passou a ser mais agressivo, na forma das invasões as quais passaram a serem realizadas com danos à propriedade invadida. Nessas invasões passaram a derrubar, furtar e ou queimar as cercas e madeiras, queimar e destruir máquinas agrícolas, subtrair e ou matar a criação (Moreira, 1998).

> Em 1994 – Os invasores já chegaram ateando fogo na invernada, queimando aproximadamente 180 alqueires. Os invasores cortaram aproximadamente seis mil metros de cerca, levaram um botijão de gás, um rádio, caixa de ferramentas, foice, e cinco garrafas térmicas. Nesse dia os invasores mataram oito bois, levando-os em carroças.... (Osvaldo, 1998)

Em 1995, Rainha foi citado em letras garrafais por "ameaçar ressuscitar Canudos". "Vamos aumentar [a pressão] mais ainda", falou Rainha. Segundo o *Oeste Notícias*, um dos dois diários de Presidente Prudente, Rainha se explicou assim: "Poderá acontecer o que aconteceu em Canudos. Porém, desta vez o resultado será diferente: a vitoria será dos trabalhadores. Não sairemos…" (*Oeste Notícias*, 1995). Segundo outro jornal da região, *O Imparcial*, os sem-terra não iam desistir. "Não haverá recuo", falou Rainha, "e se as tropas da Polícia Militar entrarem será a repetição de um Canudos, cem anos depois, só que com a vitória dos sem-terra" (IMP, 1995). Isso foi a voz forte do homem cordial do povo.

CONCLUSÃO

Até o final de 1996, quando ocorreu o debate no *Canal Rural* citado no início deste artigo, Rainha e o MST, mais que nomes familiares, foram astros internacionais. Constantemente perseguido pelas autoridades, Rainha teve na questão da liberdade uma causa que fez dele celebridade mundial. Como instituição popular, o MST ficou com um *ranking* nacional quase equivalente ao das Forças Armadas e ao da Igreja Católica. Os sem-terra e a imprensa procuraram Rainha como um patriarca capaz e empático, um símbolo do poder do MST. Enquanto o final do século XX quase eliminou o homem cordial de Holanda – o poderoso patrão tradicional do meio rural –, também criou um novo tipo que reproduziu algumas de suas características para poder defender os interesses dos operários e camponeses. O êxito de Rainha foi fundado não só na civilidade que demonstrou na televisão, mas em sua capacidade como um novo tipo de patrão, para quem os sem-terra – revoltados com as relações tradicionais, mas ainda colados nas teias da cultura brasileira patriarcal – poderiam transferir suas esperanças e fidelidade. Não no sentido de "consciência falsa" criticado por sociólogos como Benno Galjart (1964) e Martins (2000, p.38, n.21), mas precisamente porque reconheceram a pessoa de Rainha e entenderam que seus interesses seriam mais bem servidos pelo MST que pela UDR ou por qualquer outra

personagem ou entidade da classe dominante. Era supremamente irônico que, no debate televisionado, Rainha e não Roosevelt soubesse que não era o momento apropriado para defender a violência. Um homem cordial do século XXI, ele conhecia bem a necessidade de empregar a violência na luta de classes e também a importância de negar esse conhecimento na televisão.

Cordialidade foi o conceito utilizado por Holanda e analisado por tantos outros estudiosos para compreender a natureza personalista da vida pública no Brasil durante a transição à democracia depois de períodos de ditadura e dominação militar. As mobilizações de Nestor Veras e a Liga Camponesa de Santo Anastácio refletiram os primeiros passos desse processo dual de transformação das relações sociais. Enquanto a classe dominante rural abandonou a "lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade", os sem-terra responderam com organização, uma seleção de seus próprios líderes e reivindicações morais. Em outro momento, atacado pela exploração e pelo abandono dos com-terra, o sindicalista Cruz utilizou o personalismo para fazer apelos aos governadores e presidentes pela defesa dos sem-terra e pela proteção de seus direitos. A linguagem de direitos, constrangida como se fosse pela vontade burocrática, legislativa e jurídica, não se provou adequada como substituto para a força, o mecanismo fundamental da cordialidade. Os com-terra sempre ficaram por cima do processo judicial; os sem-terra quase sempre perderam, durando por pouco tempo suas vitórias ocasionais, o que nos lembra de outro truísmo brasileiro, embutido numa frase atribuída a Getúlio Vargas, "Aos amigos tudo; aos inimigos, a lei" (Damatta 1991, p.137-197).

O MST, um movimento definido pelos sem-terra em si, viu a lei como opressiva e decidiu desafiá-la com ação direta e um discurso moral. Era moral – era cordial – aceitar uma ordem social que permitiu milhões de pessoas sobrevivendo na miséria, subempregadas, buscando sua subsistência toda hora, gozando de nenhum ganho, conforto ou seguridade? O movimento também apelou à lei suprema do país – a Constituição – para desafiar as decisões dos poderes Judiciário e Executivo. Oportunidades de divulgação nacional, como o debate entre Zé Rainha Júnior e Roosevelt Roque dos Santos, mostraram para o mundo moderno, o mundo de regras e leis, a capacidade do movimento de se comportar de uma maneira civil. No campo, Rainha também mostrou a capacidade cordial do movimento: mobilizar força, articular com os poderosos e jogar pesado com uma equipe de assessores tipo jagunços. Aderindo a essas estratégias, misturando o cordial com o civil, o MST provou durante décadas sua resistência e acumulou ainda mais peso e autoridade com sua persistente autonomia. Líderes como Rainha ficaram, penso eu, como a realização do homem cordial para muitos sem-terra e sem-terra transformados em com-terra através dos êxitos da reforma agrária. A evolução do movimento consolidou uma etapa nova em sua relação com os com-terra e necessitou que o Estado procurasse tratá-los de maneira diferente, mais respeitosa. O MST tem se tornado uma das

maiores organizações camponesas no mundo e, apesar de suas novidades, suas ligações com formações sociais tradicionais como a patriarcal merecem maior atenção pelos pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELINO FILHO, G. Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.5, n.12, p.5-14, fev, 1990.

BARBEIRO, H., NASCIMENTO, G. Rainha fala pela 1ª vez desde prisão de líderes. *O Imparcial*. p.A2. 24 de fevereiro, 1996.

BARRIGUELLI, J. C. (Org.) Subsídios à história das lutas no campo. In: v. II: *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956).* São Carlos, SP: Arquivo de História Contemporânea, Ufscar, 1981.

BOGO, A. *Licões da luta pela terra*. Salvador: Memorial das letras, 1999.

BRANFORD, S., ROCHA, J. *Cutting the Wire: The Story of the Landless Movement in Brazil*. Londres: Latin American Bureau, 2002.

CALLADO, A. *Entre o Deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileria, a qual nunca foi feita*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

CAMPANHOLE, A., & CAMPANHOLE, H. L, (Orgs.). Legislação agrária. In: *Legislação agrária*. 10. São Paulo: Atlas, 1980.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COLETTI, C. Ascensão e refluxo do MST da luta pela terra na década neoliberal. *Ideias.* v.9, n.1, p.49-104, 2002 [1998].

CORREIA, A. No Pontal, 55 famílias sob ameaça de despejo iminente. *O Estado de S. Paulo*. p.12, 12 de julho, 1977.

COUTO, R. C. C. *História indiscreta da ditadura e da abertura:* Brasil, 1964-1985, 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, P. R. O *camponês e a história: a construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004.

D'INCAO, M. C.. *O "bóia-fria": acumulação e miséria*. 8. Petrópolis: Vozes, 1975.

DAMATTA, R. *Carnivals, Rogues, and Heroes: An Interpretation of the Brazilian Dilemma*. Notre Dame. In: University of Notre Dame Press, 1991.

DESMARAIS, A. *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants.* Londres: Pluto Press, 2007.

OESP – *O Estado de S. Paulo*. Os posseiros invadem a prefeitura, em busca de comida. p.2, 29 de outubro, 1975a.

OESP. Posseiros invadem Teodoro Sampaio. s/p, 30 de outubro, 1975b.

OESP. Pontal adverte sobre problema de nutrição. p.21, 1 novembro, 1975c.

OESP. Posseiros têm só três dias de prazo. p.17, 7 de julho, 1978a.

OESP. Vencido prazo, posseiros esperam decisão do juiz, p.21, 11 de julho, 1978b.

OESP. Montoro desapropria áreas do Pontal para assentar famílias de agricultores. s/p, 24 de março de 1984.

OESP. Um caro projeto de colonização. p.17, 8 de maio, 1985a.

OESP. Outra fazenda é invadida no Paranapanema. p. 24, 27 de outubro, 1985b.

OESP. Pontal tenta afastar as reivindicações de terras. p. 37, 17 de novembro, 1985c.

OESP. Em São Paulo. p. 9, 24 de agosto de 1986a.
OESP. "Sem-terra" apelam para a violência. p.12, 27 de agosto de 1986b.
FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
______; WELCH, C. Andrew; CLEPS, J. FABRINI, J. E. *Relatório DATALUTA 2006*. Presidente Prudente, 2007.
FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo. Mais uma vez o sindicato impede despejo. Realidade Rural, v.IV, n.6, p.6, maio, 1979.
FETAESP. Religiosos de Presidente Prudente, os novos aliados dos posseiros de Teodoro Sampaio. Realidade Rural, s.p., outubro, 1982.
FETAESP. Depois de 15 de agosto, Montoro deverá entender-se com Venturini sobre Pontal. Realidade Rural, v.VIII, n.9, p. s.p., 15 agosto, 1983.
FSP – *Folha de S.Paulo*. No Pontal, oitenta famílias estão sob ameaça de despejo. p.17, 1 de outubro, 1977.
FSP. Agricultores desempregados do Pontal recebem terra do Estado. p.17, 24 de março, 1984a.
FSP. Fazendeiros despejados organizam protesto no Pontal. p.19, 11 de agosto, 1984b.
GASPARI, E. *A ditadura escancarada. As ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*, 1997.
GOODMAN, D. Rural Economy and Society. In: BACHA, E. L., KLEIN, H. S. (Orgs.). *Social Change in Brazil, 1945-1985: The Incomplete Transition. Albuquerque*. The University of New Mexico Press, 1989, 49-98.
HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
HOLSTON, J. The Misrule of Law: Land and Usurpation in Brazil. *Comparative Stuides in Society and History*, v.IV, p.695-725, 1991.
HOUTZAGER, P. P. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural*. São Paulo: Globo, 2004.
IMP – *O Imparcial* (Presidente Prudente, SP). Fazenda São Bento invadida. 24 de março de 1991.
IMP. Fazendeiros e sem-terra tentam acordo. 11 de abril, 1995.
JB – *Jornal do Brasil*. (Rio de Janeiro). Fazendeiros do Pontal são acusados de mandar matar líder sindical. p.9, 8 de novembro de 1985.
JMST– *Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo: Sem terra conquistam 3 mil hectares. (São Paulo), p.10, julho de 1991.
LEITE, J. F. A *ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo; Hucitec, 1998.
LINHARES, M. Y., SILVA, F. C. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 1999.
MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G., GARCIA, R. C. (Orgs.) *Os impactos sociais da modernização agrícola.* São Paulo: Caetés, 1987.
MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
______. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
MAYBURY-LEWIS, B. *The Politics of the Possible: the Brazilian Rural Workers Trade Union Movement, 1964-1985*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

______. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.* São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MOREIRA, A. Sargento, Policia Militar. In: BERALDO, D. L. Juiz de Direito, Pirapozinho. Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo Criminal N. 598-95 (30 junho 1998).

MST do Oeste de São Paulo – Movimento dos Sem-Terra do Oeste de São Paulo. Carta a Governador Franco Montoro. In: "Estado de São Paulo", Arquivo Morto da CPT. Andradina, 4 de junho, 1983.

NOVAES, R. R. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.* Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ON – *Oeste Notícias*. (Presidente Prudente). Rainha ameaça ressuscitar Canudos. 11 de abril, 1995.

OSVALDO, V. Empregado, Fazenda Santa Ana. In: BERALDO, D. L. Juiz de Direito, Pirapozinho. Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo Criminal N. 598-95 (30 junho 1998).

SALGADO, E., PERES, L. O beato Rainha. *Veja* v.36, n.24 n. 1807. p.72-80, 18 de junho, 2003.

SANTOS, V. No Pontal, indefinida situação de posseiros. *O Estado de S. Paulo*, p.35. 15 de junho, 1980.

SILVA, J. G. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

______. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.* São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

______. A *luta pela terra. Experiência e memória* São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

STÉDILE, J. P., FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

TAYLOR, M. M. The Riddle of High-Impact, Low-Functionality Courts: The Federal Judiciary and Public Policy. In: Brazil, *Brazilian Studies Association (BRASA),* Rio de Janeiro, 9-12/June, 2004.

THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras: 1998.

WEGNER, R. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WELCH, C. *The Seed was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964*. University Park, PA, The Pennsylvania State Unversity Press, 1999.

WRIGHT, A., W. *To Inherit the Earth: The Landless Movement and the Struggle for a New Brazil*. Oakland, CA: Food First Books, 2003.

Entrevistas

BRAGHETO, Pe. José Domingos. Entrevista com o autor. 13 de setembro de 2004. São Paulo, SP.

CAMINHOTO, Gerson. Entrevista com o autor. 6 de agosto 2004. Teodoro Sampaio, SP.

CREMONEZI, João Altino. Entrevista com o autor. 26 de julho de 2004. Presidente Prudente, SP.

CRUZ, Divanil José. Entrevista com o autor. 7 de agosto de 2004. Teodoro Sampaio, SP.
DENARI, Zelmo. Entrevista com o autor. 26 de julho de 2004. Presidente Prudente, SP.
GALJART, Benno. Class and 'Following' in Rural Brazil. América Latina. (Rio de Janeiro) v.7, n.4, p.3-23. July/Sep, 1964.
GUERRA, Dr. Pedro Paulo. Entrevista com o autor. 4 de setembro de 2004. Alphaville, SP.
JUNANDIR, Padre. Entrevista com o autor. 22 de julho de 2004. Alvares Machado, SP.
KAGEYAMA, Angela. Os rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000. Texto para discussão. n.112. IE/UNICAMP. Outubro de 2203.
LIMA, Pe. José Antônio de. Entrevista com o autor. 4 de agosto de 2004. Presidente Prudente, SP.
OLIVEIRA, Moises Simeão de. Entrevista com o autor. 5 de agosto de 2004. Euclides da Cunha, SP.
PEREIRA, João. Entrevista com o autor. 22 de julho de 2004. Presidente Bernardes, SP.
PARREN, René. Entrevista com o autor. 11 de outubro de 2005. Andradina, SP.
PORTELA, José Alves. Entrevista com o autor. 23 de agosto de 1988. São Paulo, SP.
RAINHA JÚNIOR, José. Entrevista com o autor. 5 de agosto de 2004. Mirante do Paranapanema, SP.
SANTOS, Roosevelt Roque dos. Entrevista com o autor. 3 de agosto de 2004. Presidente Venceslau, SP.
SANTOS, V. Suspenso despejo dos posseiros da gleba S. Rita. *O Estado de S. Paulo*, p.19. 18 de abril de 1979.

Filme

SANTOS, Nelson Pereira dos. *Raízes do Brasil*: uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda. Produção de Márcia Pereira dos Santos e Mauricio Andrade Ramos. Direção: Nelson Pereira dos Santos. São Paulo: Videofilmes, 2003. DVD, 146m.

7
Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana*

Moacir Palmeira

Neste artigo, pretendemos tão-somente documentar a ocorrência de conflitos num momento de desmobilização política e levantar algumas questões em torno do seu significado.

O que apresentamos ao leitor não é o resultado de uma pesquisa sistemática de conflitos entre proprietários de terras e trabalhadores rurais. Quando não, porque uma tal pesquisa seria inviável no período que cobrimos, 1964-74, e particularmente no período em que desenvolvemos nosso trabalho de campo em Pernambuco, voltado para um outro tipo de objeto, que se estendeu do final de 1969 a meados de 1974.[1]

Os conflitos a que nos referimos se impuseram ao pesquisador que esperava encontrar na Zona da Mata de Pernambuco, quase seis anos depois

---

* O presente texto foi originalmente publicado na *Revista de Cultura Política*, Cedec, ano 1, n.1, p.41-55.
Foi escrito em 1974 para integrar um livro organizado pela dra. Neuma Aguiar para uma editora norte-americana e que, por motivos que fogem ao nosso conhecimento, não foi até hoje publicado. A presente versão com poucas modificações aduziu ao conteúdo do trabalho original, com exceção da sua parte introdutória. A questão da data parece-nos importante, porque de 1974 para cá ocorreram mudanças na região. Como a informação que dispomos sobre esses últimos quatro anos não é suficiente para uma "atualização" do trabalho, preferimos não tentá-la. Pareceu-nos, apesar disso, que, existindo pouca informação sobre o período 64-74 e não tendo havido nenhuma alteração de fundo nas condições de funcionamento da estrutura social, valeria a pena divulgar o texto.

[1] Tratava-se, então, de realizar um estudo sobre as mudanças operadas nos sistemas de distribuição tradicionais e suas implicações, dentro dos marcos de um projeto mais amplo intitulado "Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional", dirigido pelos drs. Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional.

do desmantelamento das organizações camponesas e em plena reação aos movimentos urbanos dos anos 68-69, um clima bem diverso do que foi efetivamente encontrado.

Se os conflitos se impuseram ao pesquisador, foi porque eles estavam de tal modo imbricados no cotidiano dos trabalhadores da região que, qualquer conversa mais livre, que não se fechasse nos artificialismos dos instrumentos de coleta pré-fabricados, teria que passar necessariamente por eles. Até 1971-72, sobretudo quando a onda repressiva chegou ao campo, com a intervenção em vários sindicatos, era difícil, em algumas partes de Pernambuco, encontrar um trabalhador que não estivesse ou que não houvesse estado recentemente às voltas com uma questão na Justiça. Se não era ele diretamente, eram seus familiares, eram seus companheiros de trabalho.

Mas as coisas não se limitavam aos casos efetivos, palpáveis, de desrespeito aos direitos dos trabalhadores. O processo de expropriação dos antigos moradores de engenho, cuja expressão mais acabada era a expulsão em massa das propriedades, tinha ido tão longe que a saída do engenho representava uma probabilidade objetiva sobre a qual nenhum trabalhador podia excusar-se de refletir.

A impossibilidade da exclusão da mediação representada pelo duplo fato da existência de um processo objetivo, com implicações para o próprio estudo que nos dispúnhamos a fazer, e da existência de uma consciência desse processo entre os trabalhadores rurais foi a primeira razão que nos levou a tentar organizar as informações espontâneas que nos eram dadas.

Mas há uma segunda razão para o nosso interesse. Via de regra, só nos lembramos de refletir sobre as lutas sociais em seus momentos mais críticos. Os momentos menos espetaculares daquelas lutas tendem a ser esquecidos. A própria existência da luta costuma ser vinculada aos seus momentos de maior intensidade. Fora dali, ela é considerada inexistente. Ora, os inconvenientes dessa abordagem são patentes. Em primeiro lugar, aceitamos um recorte dos fatos que não é outro que não o dos interessados em esconder a existência de conflitos. A conseqüência disso é a exclusão da hierarquia dos objetos de conhecimento de toda uma larga faixa de experiências vividas pelas classes trabalhadoras. O estudo dos momentos de “desmobilização”, além de recuperar essas experiências, pode nos ajudar a entender o aparecimento ou o desaparecimento de conflitos mais abertos. E, em situações como a que descrevemos, pode nos dizer alguma coisa sobre as mudanças efetivamente operadas no padrão de atuação de uma classe social pela própria movimentação dessa classe numa conjuntura de mobilização política, como foi a do início dos anos 60 em Pernambuco.

As tentativas de mobilização de camponeses e trabalhadores rurais de Pernambuco parecem ter começado com a Revolução de 1930. Conta-se que nos primeiros dias da revolução houve saques em alguns engenhos, os saqueadores se proclamando revolucionários (Bello, 1938). A presença maior

ou menor nesses acontecimentos dos próprios trabalhadores não está estabelecida. O que fica claro, todavia, é que essa ação não teve continuidade.

Com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), promulgada em 1943, criam-se os sindicatos de trabalhadores industriais em sua forma atual e, entre eles, os sindicatos dos trabalhadores na indústria do açúcar. Esses sindicatos reuniam aqueles trabalhadores que, nos engenhos e usinas de açúcar, participavam do processo de fabricação de açúcar e das oficinas de manutenção. Apesar de formalmente representarem também os trabalhadores agrícolas das usinas, a eficácia desses sindicatos, se houve alguma para os operários do açúcar, parece ter sido nula para aqueles trabalhadores. Se alguns velhos *moradores de engenho*[2] ainda exibem sua carteira de trabalho obtida na época, seja por uma passagem rápida na indústria, seja por outro qualquer expediente, e falam do tempo de Vargas como o início do "fim do cativeiro", não há notícia, nem na documentação escrita, nem na própria história oral, de movimentos maiores que tenham contado com sua participação.[3]

Quando da redemocratização do país, a partir de 1945, surgem formas mais sólidas de organizar os trabalhadores rurais e camponeses ameaçados pelos proprietários de engenhos de açúcar, que se dispõem a retomar suas atividades de organizadores da produção agrícola, após um período de recesso em que existiram com simples *rentiers*. São dessa época as primeiras experiências de criação de "ligas camponesas" em Pernambuco (Camargo, 1973, p.154; Forman, 1968) a partir de cidades e, aparentemente, por iniciativa de grupos políticos de esquerda. Esse esforço teria sido cortado pela repressão desencadeada contra a esquerda brasileira a partir de 1948, com a ilegalização do Partido Comunista Brasileiro (idem).

O que não foi conseguido nas tentativas mencionadas o foi pelo movimento desencadeado a partir de meados dos anos 50, sobretudo depois do conhecido incidente do engenho Galiléia (Callado, 1960 e 1964). As ligas camponesas surgem (ou ressurgem, pois há quem sustente haver continuidade entre elas e as ligas do pós-guerra) na área canavieira de Pernambuco

---

[2] *Moradores* são trabalhadores rurais que residem dentro dos engenhos e que estão ligados ao trabalho na cana, dispondo muitas vezes de um lote de terra – sítio – onde plantam por conta própria.
O termo *engenho* designava no passado o conjunto plantação-fábrica e, mais especificamente, a fábrica onde era produzido o açúcar. Hoje o termo é utilizado em Pernambuco, onde os últimos engenhos propriamente ditos deixaram de moer na década de 1950, para designar qualquer grande propriedade que plante cana para fornecer a uma *usina*.
Senhor de engenho: o proprietário de engenho, oficialmente designado como fornecedor de cana.

[3] A história do Sindicato de Trabalhadores na Indústria do Açúcar e de sua participação política ainda permanece por ser feita. Até o momento, o que há de mais sistemático sobre o assunto são os depoimentos colhidos por José Sérgio Leite Lopes de líderes sindicais da época e incluídos parcialmente em seu excelente trabalho: *O vapor do diabo. O trabalho dos operários de açúcar* (LEITE LOPES, 1976).

entre os chamados foreiros,[4] que tinham sua autonomia ameaçada pela "volta ao campo" dos proprietários rurais (Idem). Nessa primeira fase, as ligas recrutam também moradores ameaçados de ser reduzidos à condição de simples assalariados. Sob a liderança de Francisco Julião, as ligas espalham-se, ganham o chamado Agreste (zona de arrendatários e pequenos proprietários), para refluírem depois sobre a zona canavieira. Encontram então a concorrência dos sindicatos rurais, organizados, sobretudo, pela Igreja Católica e por suas associações confessionais e semiconfessionais. Se, no princípio dos anos 60, as ligas disputam com os sindicatos os trabalhadores assalariados ou semi-assalariados da cana, a partir de 1962 a tendência é no sentido de uma especialização: arrendatários e pequenos proprietários congregam-se nas ligas; trabalhadores assalariados vão ao sindicato. O próprio Julião faz recomendações nesse sentido, a corrente política que se estrutura junto com as ligas deve procurar também se impor nos sindicatos (Julião, 1962).

Os sindicatos de trabalhadores rurais, de inspiração católica no início, cindidos entre várias correntes político-ideológicas num segundo momento, desenvolvem-se com uma velocidade espantosa. Sua força aumenta com a subida de Miguel Arraes ao governo do estado em 1963. Em julho de 1963 já são muito mais importantes numericamente do que as ligas. Enquanto estas últimas agrupam quarenta mil membros, os sindicatos têm duzentos mil afiliados em Pernambuco (Wilkie, 1964).

O Estatuto do Trabalhador Rural, instrumento legal inocente em outras áreas do país, transformou-se na Zona da Mata de Pernambuco, tais eram as condições sociais aí prevalecentes, em uma poderosíssima arma de luta dos trabalhadores. Uma atividade política quase diária da massa rural obrigava os proprietários a se curvarem às disposições do Estatuto, a cumprirem a "tabela de campo"[5] estabelecida pelo Governo Arraes.[6]

---

[4] *Foreiros* são pequenos agricultores que dispõem de casa e terra dentro dos engenhos, onde plantam por conta própria, devendo pagar um *foro* (renda) anual, tendo ainda algumas obrigações definidas para com o proprietário, como aquela de trabalhar alguns dias por ano para a fazenda (*cambão*).

[5] Como a maior parte dos serviços na cana é executada por tarefa, surgiu, para a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), a necessidade de "estabelecer uma relação entre o trabalho efetivamente executado no campo e o salário mínimo regional". Isso foi feito a partir de uma discussão entre o governo estadual e os representantes de usineiros, fornecedores de cana e de trabalhadores rurais e camponeses (ligas camponesas e sindicatos). Cf. Callado, 1964, p.88 e I-V.

[6] Uma idéia do que era essa atividade política no "tempo de Arraes" nos é dada por um trabalhador rural, cujo tom está entre o crítico e o entusiástico, em 1972: "Era mulher, era homem, era menino, tudo agitado, tudo agitado, assim, com aquela danação. Só era aqui no sindicato, aquele fuzuê, aquele fuzuê e os homens (proprietários) tendo raiva ... Vinha um bocado de gente da Flor de Maria. Quando chegou em Potosi, tinha 1.600 homens, entre homem, mulher e tudo. Vinha juntando de grota em grota. Tinha gente trabalhando nos matos, tinha gente trabalhando nos matos cortando madeira que o administrador mandava

Um estudioso da área chamou atenção para o fato de que os direitos trabalhistas que, na cidade, levaram decênios para ser aplicados, e com imperfeição, no campo em Pernambuco foram efetivados quase que simultaneamente à sua promulgação (Furtado, 1964, p.155). É claro que isso não ocorreu por acaso e que se prendeu a uma conjuntura política específica: avanço das chamadas "forças populares" em termos nacionais; eleição de um governo estadual de propósitos reformistas bem definidos. No entanto, o reconhecimento dessa conjuntura não pode eliminar o peso que seguramente teve a movimentação da massa camponesa na implantação da lei e muito menos a repercussão da incorporação da lei sobre a estrutura social da área e, em particular, sobre as relações de poder entre proprietário e trabalhador. Se, ao contrário dos grandes lances da história regional da época, permanece por ser feita a história da participação camponesa nesse processo em que estava em jogo sua própria redefinição política, a profundidade dessas transformações pode ser apreendida hoje na área através do estudo

---

e eles diziam: "Ah, onde está Fulano de Tal? Tá trabalhando?". O do engenho dizia: "Ele saiu com o machado pro lado da mata". "Onde é a mata?" "É por ali, pro lado daquele fogo ali". Ele dizia: "Vamos buscá-lo!" Não ia somente um não. Aquela turma que tava lá, aquele borbotão de gente emburacava pra lá, trazia o camarada. Se o camaradinha não vinha, ele entrava no cacete mesmo. Ele entrava no cacete e vinha nas costas, morto, assim nas costas. Era. O pessoal que não queria assim, vinha. Chegava aqui, se juntava. Em outro canto de novo. O pessoal tava trabalhando, um pouco mais lá vai de novo aquele fuzuê. "Pára! Eu parava também. Quem é que vai entrar num abismo medonho desses? Aí, só sei que foi se juntando gente. Quando chegou em Potosi até o administrador vinha no meio, vinha. E não era montado no burro. Era de pé. Era com aqueles bofenos, puf, puf, puf. Tinha gente que fazia até vir descalços, sem as botas ... O sindicato tinha delegado do sindicato, tinha delegado do sindicato dos engenhos. Tinha delegado aqui na cidade, no sindicato, e tinha o delegado dos engenhos. Todo engenho tinha um delegado para agir com o pessoal quando tivesse uma braçagem de serviço alterada. Aí, o delegado ia reparar. (...) o administrador dizia: "É cem braços, é cem braços para fazer o serviço". Um serviço até bom: Tinha vez que as mulheres quando começavam no serviço, pegavam de sete horas, quando era nove horas a mulher tava com a enxada nas costas. "Vamos, Fulana!. "Vamos, Maria". "Vamos, Amara!. "Vamos, Francisca". "Vamos, Quitéria". "Vamos embora. Tou já rapando aqui a beirada do caminho". Aquela cocadinha deste tamanho era conta. Com braças de serviço num cantinho bom, num instante a pessoa tira. Aí, a que pegava uma beiradinha de caminho ou de brejo mais ruim ou ia conversar demais mais as outras amigas se enrascava mais. Aí, pronto, "vamos fazer greve". Dizia que o cabo tinha roubado ou botado muita braça pra ela. Corriam as mulheres mesmo, corriam. Chegavam aqui no sindicato, davam parte. Davam parte. Pouco mais, lá vai o carro pra lá. Tinha vez que tinha que quando eram nove horas, 10 horas do dia, o mais mais tardar, já tinham acabado, mas vinham dar parte. (...) As mulheres chegavam no trabalho, um pouco mais diziam: "Vamos fazer uma greve?" Se ajuntavam, se ajuntavam as mulheres. Um pouco mais mais ia chegando uma outra, diziam: "A cem braças nós não pegamos, nós só pegamos setenta braças". "... Tá certo, nós só pegamos setenta. Quando o administrador mandar o cabo dar cem braças, nós só pegamos setenta. Senão nós paramos". A outra dizia: "É mesmo, é mesmo". Quando chegava o cabo, elas perguntavam logo: "Quanto é a braça que vai dar hoje aqui"? Aí, o cabo dizia: Eu vou dar cem braças que é a ordem do administrador". Aí, elas diziam: "Ah, nós não vamos pegar cem braças não. Nós vamos pegar setenta. Senão nós paramos".

do próprio "mapa cognitivo" do trabalhador rural (Sigaud, 1971). Arraes, o sindicato e as "leis" marcam para os trabalhadores rurais e camponeses, não apenas da Zona da Mata, mas de todo o estado, o ponto de ruptura entre duas épocas, delimitando eles próprios um período de subversão completa das relações tradicionalmente estabelecidas e sendo elementos de referência obrigatórios das representações e práticas dos trabalhadores nos dias que ocorrem (Sigaud, 1972).[7]

A Zona da Mata de Pernambuco, com seus 11.583 km² e seus 1.076.263 habitantes (11% da superfície do estado, concentrando 20% da população), é uma das áreas de colonização mais antigas do país. Voltada sempre para a produção da cana-de-açúcar, conheceu seus dias de apogeu nos fins do século XVI, início do século XVII. A partir daí, tendo que enfrentar a concorrência internacional (os capitais holandeses, franceses e ingleses investidos nas Antilhas), só em raras circunstâncias conseguiu aproximar-se do que fora nos primeiros anos de colonização. Reassumindo uma posição de força no mercado internacional com a revolução haitiana na passagem do século XVIII ao século XIX, conhece altos e baixos ao longo desse último século. Nos primeiros anos do século XX, quando sofria um processo de modernização técnica que lhe poderia assegurar melhores condições de competição no mercado internacional, é atingida pela crise geral que então abala toda a agricultura de exportação do Brasil (Prado Jr., 1962, p.231-61). No caso do açúcar, a crise ligava-se especificamente à ausência de mercados exteriores. Graças, todavia, ao desenvolvimento da agricultura cafeeira, consegue sobreviver, orientando-se cada vez mais para o mercado interno. Depois da Primeira Grande Guerra praticamente cessam suas vendas para o exterior, ao mesmo tempo em que em São Paulo se expande a produção de açúcar a lhe disputar o mercado interno. Nos primeiros anos da década de 1930 a luta entre a produção açucareira paulista e a nordestina já começava a se definir: técnicas mais avançadas e um solo mais rico, maiores disponibilidades de capital asseguravam um custo de produção muito menor ao produto paulista. Essa distância aumentou com o correr dos anos e se a *débâcle* não veio foi graças à intervenção estatal, com a criação do IAA, que garantiu o preço do produto nordestino. Segundo os técnicos, São Paulo tem condições hoje de abastecer todo o Brasil, inclusive o Nordeste, com açúcar mais barato do que o pernambucano.

---

[7] Para os proprietários rurais estes também são marcos decisivos para sua percepção da história brasileira e tema obrigatório de qualquer conversa. Entrevistamos, em diferentes momentos, um bom número de proprietários. Apesar de o tema das entrevistas não ter nada a ver com aquelas ocorrências políticas, eles faziam questão de desviar a conversa para uma evocação daqueles acontecimentos. Ao lado das esperadas condenações, procuravam sempre acrescentar considerações "muito pessoais" (do tipo "Foi o tempo em que ganhei dinheiro" ou "Não sou contra os sindicatos, mas eles estavam mal encaminhados", ou ainda "Arraes era bem-intencionado, mas foi envolvido pelos comunistas") que, curiosamente, são compartilhadas por todos.

Finalmente, nos últimos anos, Pernambuco está enfrentando um concorrente dentro da própria região: com o aproveitamento das "terras de tabuleiro" para a cana (antes só cultivada nas várzeas), conquista técnica dos anos 50 generalizada na década de 1960, tem crescido a produção do estado de Alagoas. Esse estado, com uma extensão de tabuleiros muito maior que a de Pernambuco, além de apresentar melhores condições de mecanização (canalizando assim uma maior soma de investimentos, uma vez que a mecanização é meta prioritária dos programas regionais de racionalização da agroindústria), tem menores custos com mão-de-obra, já que, sendo aí praticamente inexistente o movimento sindical, os proprietários não têm que arcar com o peso das obrigações trabalhistas. Um dos resultados disso, aliás, tem sido a transferência de capitais da agroindústria açucareira de Pernambuco e, muitas vezes, dos próprios usineiros, para o estado vizinho.

A situação da economia canavieira de Pernambuco é, para utilizar um termo muito do agrado dos proprietários rurais da área, dramática. Sem condições de sobreviver sozinha, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, ela tem, graças ao amparo do Estado, se aproveitado de conjunturas favoráveis ao produto em ambos os mercados. Os canaviais têm se estendido, a população dependente da agroindústria açucareira vem crescendo. A conseqüência é que também tem aumentado a escala de seus problemas. Mas a situação é dramática ainda por uma outra razão. Apesar de todos os inconvenientes, o açúcar parece continuar a ser o produto de maior viabilidade econômica na região (Du Genestoux, 1967, p.131-37). Os projetos "técnicos" da reforma agrária localizada que têm sido concebidos não vêm conseguindo superar esse problema. A liberação de terras das grandes propriedades para o desenvolvimento da agricultura de produtos de subsistência, como contrapartida de um apoio maciço do governo à modernização das usinas, "solução" que tem encantado os técnicos,[8] parece ser pouco rentável, menos provavelmente pelos investimentos que seriam necessários para a correção de solos, irrigação etc., do que pela presença de uma economia camponesa "marginal" aos grandes domínios, que tem atendido razoavelmente à demanda de alimentos na região e que tem uma flexibilidade que não é dada a uma agricultura "racional" possuir (Palmeira, 1971; Garcia, Heredia, 1972). Mesmo a criação de gado, "solução" que teve boa acolhida entre os grandes proprietários de terra, sobretudo entre 1961 e 1968, parece não ter condições de rentabilidade que a transformou numa

[8] Essa tentativa de conciliar os interesses de usineiros e fornecedores, de um lado, e de trabalhadores sem terra ou com pouca terra, de outro, está inscrita nas formulações da SUDENE e de seus dirigentes de antes e depois de 64 (Furtado, 1959: 62; Gomes da Silva, 1971:155) bem como nas metas do Grupo Executivo para a Racionalização da Agroindústria Nordestina (Geran), criado no Governo Castello Branco e extinto em 1971, e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Nordeste (Proterra), criado em 1971.

alternativa à cana (Du Genestoux, 1967, p.134-37). Apesar de a Sudene continuar financiando o plantio de pastos e de as pastagens terem efetivamente aumentado sua área em algumas partes da Zona da Mata pernambucana,[9] os usineiros e fornecedores de cana declaram-se desiludidos com a "solução".

Hoje, como ontem, a Zona da Mata de Pernambuco é uma das "áreas prioritárias de reforma agrária". Um sem-número de tentativas têm sido feitas no sentido de assegurar à agroindústria açucareira de Pernambuco condições de competição no mercado nacional. A agroindústria canavieira paulista, embora não constituindo nenhum exemplo em termos internacionais, conseguiu, através da mecanização e contando com a inexistência de um sindicalismo rural forte, diminuir seus custos de produção, comprimindo suas despesas com mão-de-obra. A agroindústria pernambucana, ao contrário, tem um perfil de custos agrícolas em que a mão-de-obra representa cerca de 70% dos custos totais.[10] Mas, sobretudo, ela trabalha com uma mão-de-obra relativamente mais cara do que a empregada pela agroindústria paulista, os sindicatos rurais de Pernambuco impondo o cumprimento, mesmo parcial, das obrigações trabalhistas. Diante disso, só resta aos usineiros e fornecedores de cana de Pernambuco tentarem reduzir de qualquer modo seus custos, a política de crédito do governo e os aumentos de preço do açúcar no mercado interno não sendo suficientes para os proprietários.[11] Além de uma luta constante por novos aumentos do

---

9 Isso tem motivado pronunciamentos oficiais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, através de jornais e de memoriais às autoridades governamentais. Um de seus últimos presidentes declarou-nos, referindo-se à SUDENE: "A SUDENE está para resolver o problema do Nordeste tem 10 anos. Mas, até hoje, nada. Só fazem é financiar plantio de capim pangola. (...) Estão substituindo o homem pelo gado".

10 "Puisque presque toutes les façons culturelles sont manuelles, et que la coupe l'est entièrement, il n'est pas étonnant que les dépenses em main d'oeuvre représent 50 à 90% das charges reelles dans les exploitations que nous avons visitées. M. Bento Dantas cite le pourcentage moyent de 78,6% contre 49,4% dans les plantations de canne paulistes." (Du Genestoux, 1967, p.123).
"La plupart des exploitations actualles ne peuvent se maintenir à flot qu'en payant des salaires très bas. (...) Le système de production et le régime économique, celui de la plantation, ne pourraient survivre à une augmentation durable du niveau de vie" (Idem, p.127).

11 Ainda recentemente o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (órgão representativo dos "senhores de engenho") declarou à imprensa que "o preço da cana continua sendo inferior ao seu valor real", acrescentando: "Estamos perdendo Cr$ 28,00 em cada tonelada fornecida. Os plantadores do estado se sentem marginalizados, pois o IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) destinou Cr$ 3 bilhões e 5 milhões do fundo de exportação aos industriais (usineiros) e aos fornecedores foram dirigidos recursos na ordem de 450 milhões. Isto representa um confisco puro e simples contra nossos benefícios. O problema maior, no entanto, é o preço imposto para a cana, que é inferior ao seu custo de produção. ... Estão no preço da tonelada de cana 90% dos nossos problemas." (*Jornal do Brasil*, segunda-feira, 28/10/74, 1º caderno, p.14).
Significativa é a própria apresentação da matéria que contém as declarações acima. Diz o *Jornal do Brasil*: "Apesar da espetacular valorização dos preços do açúcar no mercado internacional, a agroindústria continua se queixando de dificuldades financeiras". Um levantamento

preço do açúcar, os proprietários de usinas e engenhos vão tentar comprimir ao máximo as despesas com a força de trabalho, liberando contingentes considerados supérfluos, aumentando a taxa de exploração da mão-de-obra empregada e tentando burlar de qualquer forma a legislação trabalhista rural[12] e a legislação agrária. Finalmente, vão tentar lutar no nível propriamente político pela reformulação da legislação ou por fórmulas que impliquem em sua neutralização.[13] Naturalmente, quanto menor o seu poder de barganha junto aos meios governamentais (e a sua importância política tende a diminuir não apenas em termos nacionais (Palmeira, 1966), mas também em termos locais com a entrada de novos atores na cena política),[14] maior será a superexploração de trabalhadores rurais e camponeses.

Essa situação crítica da agroindústria canavieira já havia alguns anos vinha levando os grandes proprietários, querendo diminuir seus custos de mão-de-obra, a expulsarem os seus moradores (Correa de Andrade, 1964; Furtado, 1964) ou, pelo menos, rompendo as regras do jogo, a redefinirem a posição daqueles trabalhadores.[15] Já fazia algum tempo que as relações de salário propriamente ditas vinham se impondo na área e que os proprietários procuravam livrar-se das suas "obrigações sociais" para com os trabalhadores. A promulgação e a implementação na área do Estatuto do Trabalhador Rural acentuaram essa tendência. O movimento político-militar de 1964 foi o sinal verde dado aos proprietários interessados na expulsão de trabalhadores e assustados com as conquistas trabalhistas que assinalaram o

realizado pelo *Jornal do Brasil* nos principais estados produtores mostra que aparentemente as razões das queixas se situam no excessivo controle exercido pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) sobre a agricultura e a comercialização da cana-de-açúcar, além do monopólio que dispõe o Instituto sobre as exportações. O presidente do Sindicato da Indústria do Álcool e do Açúcar de Pernambuco (órgão dos usineiros), General Sílvio Cahu, acusa o IAA de absorver 90% dos lucros obtidos na exportação, cabendo à agroindústria apenas 10%.

[12] O Estatuto do Trabalhador Rural foi recentemente revogado, sendo estendida ao campo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que até então regia as relações de trabalho apenas nas áreas urbanas.

[13] São, por exemplo, as tentativas repetidas da Sociedade Rural Brasileira de mudar o enquadramento sindical, fazendo com que pequenos proprietários se filiem ao sindicato patronal. Uma das mais recentes foi a emenda elaborada por aquela sociedade e apresentada ao Congresso por dois senadores do partido governamental em 1973 (Cf. *Jornal do Brasil*, 21/5/73).

[14] Camargo chama a atenção para a ascensão dos *coronéis* do Sertão a partir do Estado Novo e para a mobilização das populações urbanas pobres, segundo o modelo populista, que a acompanha (Camargo, 1973, p.143-53).

[15] A expulsão de moradores que ocorre na área difere radicalmente da expulsão de mão-de-obra conhecida pela *plantation* nordestina em períodos anteriores. Trata-se de uma expulsão em massa, em que deixa de se colocar para os expulsos a possibilidade de sua absorção por outras unidades produtivas. A eliminação dos sítios e a fixação nas cidades próximas aos engenhos de um grande contingente de mão-de-obra disponível alteram o próprio conteúdo das relações que definem o morador, termo que passa a designar poucos mais que um trabalhador assalariado residindo numa propriedade rural.

período precedente. No dizer de um trabalhador rural, a expulsão começou "depois que tiraram Miguel Arraia. Ficaram com raiva do trabalhador". O Estatuto da Terra, a "lei das duas horas",[16] a extensão da aposentadoria ao campo atuaram no mesmo sentido.[17]

Assim, um dos principais focos de conflito na área continua sendo a tendência dos proprietários a se "desobrigarem" com seus trabalhadores. Os proprietários da Zona da Mata não estão mais aceitando novos moradores em suas terras, preferindo trabalhar por empreitadas. Aqueles que ainda aceitam moradores ou que têm que enfrentar o peso de seus moradores mais antigos não dão terras aos moradores para que estes possam desenvolver alguma "agricultura de subsistência" nas horas livres, como foi prática até determinada época. E, quando o fazem, dão lotes em terras de baixa qualidade, ou, então, situadas a uma grande distância da casa do trabalhador, de forma que se torna impossível para este explorar o pedaço de terra que lhe foi atribuído. Mais ainda: além da clássica proibição do cultivo de plantas permanentes, no mais das vezes os sítios são móveis. O proprietário entrega o lote de terra ao trabalhador coberto de mato. O trabalhador "limpa o mato", muitas vezes é obrigado a destocar o terreno (serviço considerado dos mais duros na região), planta seu roçado. Uma vez colhidos os produtos do roçado, o proprietário diz precisar da área para plantar cana e desloca o trabalhador para outra parte da propriedade.

Note-se que os procedimentos acima não se excluem. O mesmo proprietário se vale de todos eles. E o mesmo trabalhador é sujeito àquelas várias manipulações. Uma grande usina da área que, em 1970, enfrentando dificuldades financeiras, não tinha condições de manter todos os seus trabalhadores permanentes ocupados durante toda a semana, dando apenas "três dias de serviço", resolveu, e disso fez publicidade, ceder terra aos seus trabalhadores em cumprimento à "lei dos dois hectares". E o fez

---

[16] Trata-se de um decreto do presidente Castello Branco, de 1965, que retoma determinação do Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1943, no sentido da "concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessários à subsistência do lavrador e de sua família". O decreto, que imediatamente mobilizou os sindicatos de trabalhadores rurais da área, foi regulamentado em 1968, sendo dado um prazo de 90 dias para que as empresas apresentassem plano de doação de terras. Isso nunca chegou a ser feito e o decreto virou letra mortal (CRESPO, 1972). Todavia, entre 1965 e os dias que correm, os proprietários acautelaram-se contra a efetivação daquela medida jurídica, livrando-se de seus moradores, uma vez que o decreto se aplicaria, segundo Gomes da Silva, "aos trabalhadores com mais de um ano de serviço contínuo" a quem os plantadores de cana teriam que conceder "até dois hectares de terra, próximos à sua moradia, destinados à produção de gêneros de subsistência". (GOMES DA SILVA, 1971, p.210).

[17] A extensão da aposentadoria aos trabalhadores rurais provocou reação imediata dos proprietários, a julgar pelas sucessivas denúncias apresentadas por sindicatos e federações. O simples anúncio da lei, segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, já provocou ameaças de expulsão (Cf. "Sindicato sugere ajuda a aposentado", *Jornal do Brasil*, 22/06/72).

efetivamente. Simplesmente, os lotes ficavam em média a uma distância de seis quilômetros da casa dos trabalhadores, as terras eram esgotadas ou cobertas de capoeiras, eram proibidas as culturas permanentes e os lotes eram móveis. Poucos trabalhadores se interessaram por receber o lote em tais condições, o que foi interpretado pela usina como uma prova do desinteresse dos trabalhadores por terra e de sua falta de disposição para o trabalho.[18]

Mas esse é apenas um lado de um processo mais vasto. Sempre que pode, o que o proprietário faz é simplesmente expulsar os seus moradores, dando-lhes uma indenização irrisória (em termos do que eles teriam direito pela lei), ou, o que talvez seja mais freqüente, nenhuma indenização.

Mas essa expulsão pura e simples nem sempre pode ser tão simples e nem sempre se faz da mesma maneira. Muitas vezes o proprietário começa opor "cortar o sítio", isto é, pedir de volta ao morador parte da terra que lhe havia sido concedida para "cobri-la com cana".[19] A tentativa aí é de, tornando inviável a pequena agricultura do morador, forçá-lo a procurar outro "engenho". Outras vezes o proprietário pede de volta toda a terra, deixando que o morador lhe fique apenas vinculado pelo salário. Nos casos mais extremos (pouco freqüentes nessa região), o proprietário passa a exigir um aluguel pela casa ocupada ou simplesmente manda que procure outra casa em algum lugarejo próximo, embora continue a manter o contrato de trabalho ou, este não existindo, o emprego. Ou então, não conserva a casa do morador, deixando-a cair. Essas práticas constituem, muitas vezes, fases de um mesmo processo de expulsão. Mas isso não se dá necessariamente, o mesmo proprietário se valendo apenas de um mecanismo ou, ao contrário, de vários mecanismos para trabalhadores de diferentes tipos.

Mas não são apenas a casa e o sítio que servem de pretexto à expulsão. Em algumas áreas da Zona da Mata (mais precisamente na chamada "mata sul", onde a propriedade é mais concentrada, onde a cana tem um caráter maior de exclusividade) (Correa de Andrade, 1964, p.98-126), alguns daqueles mecanismos deixaram mesmo de ter sentido, uma vez que os "sítios" já não mais existiam ou não tinham grande significação quando nos últimos

---

[18] Toda outra era a visão de um trabalhador dessa usina a quem tinha sido oferecido um sítio: "O administrador do engenho ofereceu sítio, mas em terra ruim que não dá nem fava que é a planta mais braba que tem. A terra é dura que nem a parede. É uma terra que só dá cana que é planta de muita raiz. ... Dão a terra pro trabalhador limpar para os usineiros virem depois e plantarem". Além disso, o sítio ficaria muito longe. Por isso, não quis terra. E acrescentou: "A usina dá os sítios pra quando o Governo passar ver que tem sítio para os trabalhadores".
Achava esse mesmo trabalhador que os proprietários "dão a terra ruim para forçarem o trabalhador a tirar qualquer tipo de conta. Porque, se o trabalhador tivesse terra boa e roça boa, podia se recusar a tirar conta em que fosse explorado". Mas se a terra é ruim "o homem não tem a que se apegar".

[19] Essa imagem de um avanço físico dos canaviais sobre os quintais dos moradores talvez seja a modalidade mais freqüente pela qual é pensado o processo de expropriação dos moradores.

anos se acentuou o processo de expulsão dos moradores. Aqui, o mecanismo vai ser a "expulsão por faltas". O proprietário oferece ao trabalhador apenas dois ou três dias por semana ou, o que é mais comum, atribui ao trabalhador tarefas cujo cumprimento exigem mais de um dia de trabalho. Como a remuneração é por produção, havendo uma correspondência entre a produção e o salário mínimo correspondente a um dia de trabalho, o trabalhador, apesar de trabalhar seis dias, é "apontado em folha" como tendo trabalhado três. Além de ganhar menos, o trabalhador, no fim de um certo tempo, é despedido, "dentro da lei", por ter faltado ao trabalho mais de trinta dias. Ou então, pagando um preço mais alto pelo trabalho executado através do empreiteiro, o proprietário estimula a saída do morador do engenho. Há também a "marcação no trabalho", isto é, as queixas constantes do trabalho que estaria sendo malfeito pelo morador e a "mudança de serviço". Este talvez seja o mecanismo mais usado ultimamente e consiste em, fundado num caráter supostamente desqualificado do trabalho agrícola, o proprietário exigir de seu morador que cada dia faça um serviço diferente, inclusive aqueles para os quais não tem o mínimo preparo ou que envolvem risco de saúde. No momento em que o trabalhador se recusa a fazê-lo, manda-o embora, alegando estar ele recusando-se a trabalhar.

A aceleração do processo de expulsão nos últimos 10 anos, proclamada por proprietários e trabalhadores, não significa que essa expulsão esteja se fazendo sem luta. Os sindicatos têm procurado, jogando com a legislação existente, descobrir meios de fixar o trabalhador à terra ou de aumentar sua capacidade de resistência, criando, através de programas cooperativistas, formas de acumulação que os tornem presas menos fáceis dos grandes proprietários. Os moradores, por sua parte, reagem à expulsão ao longo de todos os seus momentos. O mais comum como reação do trabalhador à intimação do proprietário para que desocupe o sítio ou a casa talvez seja ignorá-la e esperar que o proprietário e seus "vigias" (espécie de polícia privada) destruam seu roçado ou destelhem sua casa para ir procurar o sindicato ou a Justiça. Outros, diante da simples ameaça, já comparecem ao sindicato, que os instrui sobre como comportar-se e preparar muitas vezes o "flagrante" (peça importante no desdobramento posterior da questão na Justiça). Há, todavia, aqueles que, ameaçados, saem para, num segundo momento, reivindicar indenização pelas benfeitorias que abandonaram.[20] Paradoxalmente, Justiça e sindicato estão presentes aqui desde o primeiro ato.

Não apenas os moradores têm sido expulsos. Os foreiros também vêm sendo atingidos. Trata-se de pequenos arrendatários que exploram um lote de terra, maior que o concedido a moradores, dentro de terras de engenho ou fazenda onde moram, pagando por isso uma renda anual (*foro*). No passado

[20] Para um tratamento sistemático dos diferentes momentos em que se desdobram esses conflitos, ver Echenique, 1974.

eles tinham outras obrigações para com o patrão, de que o exemplo mais conhecido é o cambão (trabalho gratuito durante alguns dias do ano nas terras exploradas diretamente pelo proprietário). Mas tais obrigações, questionadas desde o início da mobilização camponesa, praticamente desapareceram a partir de 1963. Nas palavras dos trabalhadores rurais: "Depois de Miguel Arraia ninguém paga condição, ninguém para foro, ninguém paga cambão". "Quando começou o sindicato, fomos tirando o cambão, fomos tirando a condição do espinhaço da gente". Muitos desses forasteiros cultivavam plantas permanentes. No norte da Zona da Mata eles ocupavam principalmente as chãs (espécie de tabuleiros), que eram consideradas imprestáveis para a cana, onde produziam frutas, legumes e farinha de mandioca para o consumo dos centros urbanos da região. A valorização dessas terras – determinada não apenas pelo aparecimento de aproveitamento de chãs para o plantio de cana, mas também pelo "granjismo", isto é, estabelecimento de propriedades de citadinos para "fins de semana", onde se desenvolvem a fruticultura e a criação de aves – levou os proprietários a promover a expulsão dos foreiros. Num primeiro momento, o procedimento mais comum parece ter sido o aumento do foro. Impossibilitado de pagá-lo, o foreiro se via obrigado a buscar terra em outra parte. Com o surgimento das ligas e dos sindicatos, a coisa tornou-se mais complicada para os proprietários. Foram buscados mecanismos mais sutis, como a "recusa do foro". Querendo eliminar o foreiro, o proprietário recusa-se a receber o foro. Algum tempo depois, armado de algumas testemunhas, vai à Justiça e pede a expulsão do "invasor" ou de quem rompeu o contrato deixando de pagar o que havia sido estipulado. Mas os foreiros têm a sua resposta. Se o proprietário se recusa a receber o foro, vão ao sindicato individualmente ou em grupo, e, através do sindicato, passam a depositar o foro na Justiça.

É relativamente comum entre as lideranças sindicais na área haver queixas quanto ao "individualismo" dos foreiros e pequenos proprietários. Esse individualismo seria manipulado pelos patrões quando da ocorrência de conflitos, através de propostas de soluções em separado que enfraquecem a própria posição de barganha dos foreiros envolvidos num conflito determinado quando diminuem a possibilidade de atuação do sindicato em tais circunstâncias. Essa imagem, sem dúvida, transcende os limites das representações desses líderes sindicais e poderíamos mesmo dizer que corresponde a uma imagem do camponês, dominante não apenas no nível da sociedade nacional, mas que encontra acolhida nos meios acadêmicos internacionais, onde tem dado lugar a debates intermináveis. Talvez por isso seja conveniente relativizá-la em termos do caso concreto que estamos analisando. Francisco Julião (Julião, 1962, p.50-68) chamou a atenção para o fato de que, sendo esses foreiros e pequenos proprietários menos dependentes dos grandes proprietários e menos pobres que os simples assalariados, podem apresentar maiores condições de resistência à ação daqueles grandes

proprietários. Uma comparação da duração dos conflitos entre foreiros e grandes proprietários com aqueles entre estes, o que poderíamos chamar, com as devidas reservas, de trabalhadores assalariados, mostra-nos serem os primeiros muito mais longos, arrastando-se durante anos, sem que o foreiro tenha que aceitar as pretensões do proprietário. Por outro lado, é difícil encontrarmos um foreiro ou pequeno proprietário que não trabalhe ou que não tenha trabalhado na época da safra da cana nos engenhos e usinas como assalariados.[21] Os conflitos prolongados, em que os foreiros têm que enfrentar a tentativa constante dos proprietários de dividi-los, implicam em defecções, mas também parecem gerar mecanismos de controle social que diminuem essas defecções e um certo espírito associativo, muitas vezes tão ou mais acentuado que aquele existente entre trabalhadores assalariados,[22] o que dá sentido à afirmação aparentemente contraditória daqueles mesmos líderes sindicais de que, uma vez convencidos a associar-se ao sindicato, o foreiro e o pequeno proprietário convertem-se nos associados mais compenetrados com que podem contar os sindicatos.

A expulsão dos moradores cria, nas cidades vizinhas, um grande contingente de mão-de-obra, sem vinculações em termos de emprego, que vai concorrer com os moradores que permanecem dentro dos engenhos, instaurando também entre esses últimos um regime de semi-emprego, pressionando-os a aceitar as condições de trabalho impostas pelo patrão. Essas condições implicam, como veremos, desde a aceitação de salários mais baixos até a aceitação do pagamento fora de folha, o que lhes retira todas as garantias da lei. O trabalho por empreitada, já utilizado em larga escala em outras áreas do país, como São Paulo e Paraná, não era desconhecido na Zona da Mata antes dos "direitos". No entanto, não constituía até 63/64 um procedimento muito generalizado e dele se valiam os proprietários apenas em épocas de safra. Os empreiteiros então não constituíam nem mesmo uma mediação necessária entre os trabalhadores safristas (na época, sobretudo do Agreste) e os proprietários. Tendo, quase sempre, que utilizar mão-de-obra adicional no período de colheita, os proprietários "trabalhavam" tanto com

---

[21] Um dos suportes desse trabalho sazonal é a própria complementaridade dos calendários agrícolas da cana-de-açúcar e dos "cultivos de subsistência" dos camponeses do Agreste e da própria Zona da Mata, os períodos de maior intensidade de trabalho na cana coincidindo com os de menor intensidade na economia camponesa, e vice-versa (Cf. CORREA DE ANDRADE, 1964, p154-71).

[22] Ainda mais que os moradores não estão isentos de manipulações para dividi-los. Imersos em relações de "patronagem" com o proprietário, o caráter coletivo do seu trabalho pode ser compensado pela natureza particularizante dessa relação. Isto, aliás, não é nenhuma característica particular dessa área (Cf. WOLF, 1964).
Uma das atitudes do morador que mais dificultam sua adesão ao sindicato ou, uma vez membro do sindicato, a utilização do sindicato contra o patrão, é ver como uma covardia muitos enfrentando um só. Dentro dessa lógica, opta muitas vezes por um afrontamento individual, com o patrão, onde a violência física, ou a sua possibilidade, pode ter o seu lugar.

empreiteiros como com trabalhadores que se apresentavam diretamente nos engenhos ou que eram recrutados por seus empregados, membros da hierarquia das usinas. Após o aparecimento dos "direitos", o "trabalho com empreiteiro" tornou-se praticamente a regra, e não apenas nos períodos de safra. Mesmo os trabalhos de plantio e limpa têm sido entregues aos empreiteiros. O "trabalhador de fora" que se apresenta diretamente aos proprietários é mandado procurar o empreiteiro. Nos últimos anos, com a generalização do trabalho por empreitada, os trabalhadores que permanecem morando dentro dos engenhos estão sendo atingidos pelos efeitos da expulsão através de uma outra modalidade que não a da presença de um "exército de reserva": muitos proprietários condicionam a permanência daqueles trabalhadores em suas casas à sua vinculação a um empreiteiro. Essa atitude é mais freqüente ainda com relação aos filhos dos moradores, quando eles atingem a idade adulta são postos diante da alternativa: sair do engenho, sem condições de requerer indenização alguma, ou permanecer na casa dos pais, mas trabalhando com um empreiteiro.

O empreiteiro pode ser um *free-lancer* ou um ex-trabalhador de engenho que o proprietário ou um membro da hierarquia da usina encarrega de conseguir "trabalhadores clandestinos" que lhes possam assegurar menores despesas, livrando-os das obrigações legais. O "clandestino" é o trabalhador não fichado, sem carteira de trabalho (ou com a carteira fora de uso), sem vinculação de nenhuma espécie (legal ou pessoal) ao proprietário, empregado pelo empreiteiro. O "clandestino" é "desconhecido" pela usina ou pelo engenho. A usina paga ao empreiteiro, que tem sua carteira assinada e que sofre os descontos legais.[23] O empreiteiro, depois de tirar sua parte, paga aos trabalhadores de acordo com as tarefas executadas a um preço previamente combinado. Esse preço, sempre inferior ao salário mínimo legal, dá, entretanto, a alguns trabalhadores a possibilidade de ganhar mais do que conseguiriam "dentro da lei", uma vez que não são descontados e que o empreiteiro não limita o trabalho (prática comum nos engenhos, onde o proprietário nunca deixa que o morador faça mais do que um salário mínimo). Ainda que o empreiteiro seja objeto de ódio da parte de muitos trabalhadores, sobretudo dos trabalhadores "fichados" para quem representa uma dupla ameaça, ameaça da concorrência e ameaça de um futuro próximo possível sem direitos, essa sua "liberalidade" com relação aos limites do trabalho e da remuneração do trabalhador assegura-lhes certo prestígio entre determinados grupos de trabalhadores.

O trabalho com empreiteiro não teve apenas conseqüências econômicas. Generalizando-se num momento em que os sindicatos rurais se encontra-

[23] Atualmente, o empreiteiro, como os trabalhadores, só desconta a "contribuição sindical". Durante o ano de 1970 deveria descontar também a contribuição para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

vam desarticulados pela repressão imediatamente posterior a 1964 e num momento em que o desemprego na área atingia grandes proporções, com a falência e o fechamento de várias usinas, ele contribuiu para afastar o trabalhador do sindicato. Se, em 1962-63, ter a carteira de trabalho regulamentada era quase uma condição para obter trabalho, em 1964-65 era o inverso. Só tinha praticamente condições de acesso ao trabalho o trabalhador sem vinculações ao sindicato e disposto a abrir mão de prerrogativas legais. Assim, além de ser suspeito ao proprietário o trabalhador que freqüentava o sindicato, havia uma pressão muito grande no sentido de os trabalhadores abdicarem de seus direitos.

Uma vez rearticulados, os sindicatos passaram a combater o trabalho com empreiteiros, utilizando como arma o Estatuto do Trabalhador Rural, que proíbe aos proprietários rurais utilizarem trabalhadores que não estejam "fichados". O combate, que foi particularmente intenso em 1970, ano em que os trabalhadores rurais foram incluídos no sistema INPS, teve algum êxito. O Estado, que também era burlado com as empreitadas (os trabalhadores deixando de pagar taxas em seu benefício), foi atingido pela campanha. O Ministério do Trabalho concentrou, por algum tempo, suas atenções sobre a área, levando algumas usinas a pagarem multa de alguma monta.[24] O relativo sucesso da campanha reforçou o prestígio dos sindicatos. Mas os proprietários naturalmente encontraram uma fórmula para contornar esse obstáculo. Dificultado o emprego da empreitada em algumas áreas, começaram a "trabalhar" com contratos de curta duração, "por contrato", para usar a expressão dos trabalhadores. Seguindo o exemplo dos empresários urbanos, contratam trabalhadores por um prazo de, no máximo, seis meses. Ao fim dos seis meses, "demitem" o trabalhador e o "readmitem" por mais seis meses, e assim por diante. Ficam, pois, desobrigados de pagar 13º (o décimo), repouso remunerado, indenização quando da despedida dos trabalhadores etc. Mas as empreitadas não desapareceram e foram mesmo revitalizadas com a substituição do sistema INPS pelo Prorural, fórmula encontrada pelo governo para conciliar seus interesses fiscais com a resistência dos grandes proprietários, deixando subsistirem algumas vantagens para a massa rural.[25]

---

[24] Queixava-se nessa época um usineiro: "Todas as usinas trabalham com empreiteiro, mas foi aqui que a Polícia Federal resolveu bater, exatamente na única vez que usamos empreiteiro". O presidente do sindicato que teria feito a denúncia por sua vez dizia que "tinha ordem da Delegacia do Trabalho de não discutir com o proprietário e encaminhar tudo ao Ministério do Trabalho. (...) Quando um proprietário é apanhado usando empreiteiro, ele é obrigado a pagar uma multa ao INPS e fichar os clandestinos".

[25] "Continuavam, porém, as reivindicações dos obreiros e as constatações dos poderes competentes do que mais havia e se deveria fazer. (...) Por isso, partiu-se, depois de estudos e debates, de críticas e de aplausos, à esquematização do Decreto-lei n.564, de 1 de maio de 1969, no qual se constituiu o Plano Básico de Previdência Social. (...). No entanto, o Decreto-lei n.564 começou a ter os seus tropeços, de início. Sendo de aplicação regional, limitado à

A expulsão de moradores não é a única fonte de conflitos. Ela coexiste com conflitos que se ligam às novas formas de exploração da força de trabalho nas condições concretas de funcionamento da economia açucareira. Muitas vezes, os mesmos mecanismos usados para forçar o trabalhador a abandonar o engenho são também acionados com o sentido de comprimir seu salário e de fazê-lo "perder os direitos", isto é, perder direito às vantagens trabalhistas que lhe são asseguradas pela lei. Assim, os "três dias de serviço" que já mencionamos são utilizados com grande freqüência para evitar que o trabalhador – uma vez tendo tido um certo número de "faltas" – receba o "remunerado".[26]

Mas o enfrentamento entre proprietários e trabalhadores dá-se, antes de mais nada, no nível mesmo do processo produtivo. É aí que se coloca para os proprietários a possibilidade de continuarem a ser proprietários, dadas as condições mesmas da área a que já fizemos referência. Não está em jogo para eles apenas extrair a mais-valia de seus trabalhadores. É uma questão de sobrevivência para eles enquanto tais, e o é cada vez mais, diminuir a parcela correspondente ao "trabalho necessário" no valor produzido pelos trabalhadores, assegurando-se de uma mais-valia "extra" (em termos do sistema como um todo). Sem essa superexploração da força de trabalho, que se vai manifestar num esforço constante de burlar as leis referentes ao trabalho no campo, os usineiros e fornecedores de cana não teriam condições de se manter na cena econômica, pois a proteção governamental é cada dia relativamente menor.

É esse caráter de superexploração que acompanha a extração da mais-valia nas condições específicas dessa região que vai definir as relações de oposição entre trabalhadores e proprietários. Os trabalhadores de cana definem sua luta diária como uma luta contra "o roubo dos patrões", for-

---

área da agroindústria canavieira (uma vez que seus próprios autores queriam testar a sua viabilidade), de imediato evidenciou-se a justeza da crítica que se vinha fazendo. Os empregadores, devendo recolher para o Plano, assim como descontar dos seus empregados (sistema urbano), simplesmente faziam desaparecer de folhas de pagamento, de livros de registro, os assalariados, restringindo seu número oficial a limites praticamente absurdos. Fraudava-se o sistema. (...) De resto, sabemos todos que um país com as dimensões, as distâncias brasileiras, é um país praticamente impossível de ser fiscalizado. Sabendo ademais, que, para tais funções, são pequenas as verbas com que conta o Ministério do Trabalho, sendo, por isso, restritos seus recursos materiais e humanos, vimos quão rara seria a fiscalização no meio rural, se ela já não é das mais eficientes no coração da cidade. Assim, o Decreto-lei n.564 foi torpedeado pela prática de sua aplicação. (...)"

(...) "Finalmente, no entanto, editou-se a Lei Complementar nº 11 de maio de 1971... dando uma fórmula nova em tudo quanto se fizera e instituindo o Prorural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural). Buscava-se cobrir o custeio com dois por cento que se deduzia da primeira operação do produto agropastorial acrescido de 2,4%... mensalmente recolhidos pelas empresas urbanas e calculado sobre a folha de pagamento delas. (...)" (Chiarelli, 1972, p.44-7).

[26] Remunerado é como os trabalhadores da área designam o "repouso semanal remunerado" que lhes é assegurado pela lei brasileira.

mulação essa que tem sua contrapartida entre os proprietários no que eles chamam o "roubo do trabalhador" e o "roubo do governo", para designar os artifícios que seriam usados pelos trabalhadores com o intuito de não cumprir as tarefas que lhes são atribuídas e o "confisco" pelo governo, através do preço diferencial do açúcar no mercado interno e no mercado externo, de parte da mais-valia extraída aos trabalhadores. É muito comum ouvir-se um trabalhador dizer que "as leis (trabalhistas) são boas. O que falta é aplicá-las". Só que a aplicação dessas leis parece incompatível com os padrões de operação da agroindústria açucareira de Pernambuco.

Das três fases do ciclo agrícola da cana-de-açúcar (plantio, limpa e corte), as duas últimas são decisivas para o trabalhador. É com a limpa dos canaviais que ele permanece ocupado durante a maior parte do ano. É no corte, trabalhando por produção, que ele tem a possibilidade de fazer o seu "pé-de-meia". Desde que, a partir dos anos 40, se generalizou o sistema de remuneração do trabalhador por produção, inicialmente sob a forma da tarefa (área quadrada com 25 braças[27] de lado, onde um homem trabalhava de dois a quatro dias) na limpa e do cento (remuneração pelo número de centos de feixes de vinte a trinta canas cortados e amarrados por um trabalhador) no corte, posteriormente sob a forma de conta (área de 10 por 10 braças, coberta por um homem em um dia ou menos) na limpa, e da tonelada (remuneração pela quantidade de toneladas cortadas por um indivíduo) surgiram problemas com relação a essas medidas, uma vez que, dadas determinadas condições do terreno, do mato, da qualidade da cana etc., o dispêndio de trabalho é maior ou menor para cumprir as tarefas estabelecidas. As "tabelas de campo" elaboradas em 1963, durante o Governo Arraes, e em 1964, depois do movimento militar, refletem bem a dificuldade de conciliar os interesses de proprietários e trabalhadores, sobretudo a partir do momento em que o salário mínimo passava a ter valor para o campo. Essas "tabelas", que estabelecem a equivalência entre as tarefas pensadas em termos daquelas medidas (conta e tonelada) e o salário mínimo regional, nunca chegaram a ter o valor de "contratos coletivos de trabalho", apesar de assinadas pelos representantes legais dos trabalhadores e dos proprietários, permanecendo apenas como ponto de referência na arbitragem de conflitos locais. A tabela de 1964 procura detalhar ao máximo as condições em que uma determinada medida tenha vigência. Todavia, essas especificações, antes de evitarem controvérsias, fornecem um elemento a mais para que elas se dêem – e possivelmente não poderia ser de outra forma – ao abrirem todo um leque de possibilidades de manipulações diferenciais da letra do acordo.[28]

[27] A braça corresponde a 2,20 metros.

[28] A transcrição dos termos da tabela de 1964 referentes à limpa pode dar-nos uma idéia dessas possibilidades de manipulação:
"Art. 23:

Uma fonte permanente de conflitos na área é a "tarefa exagerada", expressão dos trabalhadores valendo-se do termo tarefa que designa uma área muito maior do que a conta, para nomear as contas dadas pelos proprietários que ultrapassam as medidas estabelecidas pelo uso e/ou pela tabela. As divergências a respeito do tamanho da conta são diárias, uma vez que as contas são dadas cada dia. Quando o trabalhador chega pela manhã ao trabalho e já encontra sua conta medida pelo cabo (medidores responsáveis por "turmas" de trabalhadores, representando um escalão imediatamente acima do simples trabalhador na hierarquia do engenho), pode recusar-se a aceitá-la. A conta tem que ser medida na sua frente. Mas este é apenas o primeiro ato. O segundo diz respeito ao tamanho da conta propriamente. Os proprietários (ou os seus representantes) costumam recomendar aos *cabos* que dêem aos trabalhadores contas em terrenos acidentados ou cobertos de mato, medidas em termos de terrenos planos ou limpos. Além disso, o cabo usa, quase sempre, uma vara de medir (pedaço de madeira longo e fino que deveria corresponder a uma braça) cujo comprimento não corresponde à metragem legal e/ou usual. Em tais circunstâncias, trabalhadores, que freqüentemente têm suas próprias varas, recusam-se a "pegar a conta" e ameaçam voltar para casa ou ir ao sindicato. O acordo que se estabeleça aí, entretanto, não põe fim às disputas. Se o trabalho não é feito ao gosto do patrão, o trabalhador pode sofrer o corte da conta. Isso quer dizer que, se a cana não foi limpa com perfeição (e os critérios de "perfeição" naturalmente oscilam) no todo ou em parte, o cabo não aponta (isto é, não lança sobre sua caderneta de controle do trabalho) o serviço do trabalhador, que não terá então o seu dia computado quando da elaboração da folha de pagamento e não poderá comprar adiantado no barracão do engenho, como de praxe. Finalmente, há um permanente cuidado do proprietário em "apertar o serviço". Se, num determinado dia, um trabalhador com melhores condições

---

LIMPA DE CANAS DE PLANTA:
Em terra gradeada .... 1,00 conta
Em terra não gradeada, com o mato duro em terra dura .... 0,50 conta
Em terra não gradeada, com mato duro em terra mole .... 0,60 conta
Em terra não gradeada, com mato mole em terra dura .... 0,70 conta
Em terra não gradeada, com mato mole em terra mole .... 0,80 conta
Em terra não gradeada, em terra de barro solto ou areia .... 1,00 conta
Limpa sapateada com muito mato .... 0,80 conta
Limpa sapateada com pouco mato .... 1,00 conta
Limpa correndo a enxada .... 2,00 contas
Art. 24: LIMPA EM CANA DE SOCA:
Mexendo a palha .... 1,50 conta
Cobrindo tocos estrovengados .... 1,00 conta
Chegando a terra ao toco .... 1,00 conta
(SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO/ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PERNAMBUCO, 1964, p.4-5)
Os números correspondem à quantidade de contas equivalentes ao salário mínimo regional.

físicas ou que tenha conseguido uma conta em terreno melhor ou com menos mato termina o serviço muito antes dos demais, no dia seguinte as contas passam a ser fixadas em função da capacidade do trabalho daquele trabalhador privilegiado, do super-homem, como dizem os trabalhadores. Se o corte da conta resulta muitas vezes em violência física ou na saída do engenho, contra o aperto do serviço, os trabalhadores, não dispondo mais, como na conjuntura anterior do recurso da greve, passam a "remanchar no serviço", de forma que todos terminem mais ou menos ao mesmo tempo, esvaziando o pretexto utilizado pelo patrão.

No corte da cana, o principal mecanismo de burla é o chamado "roubo da balança". A cana cortada pelo trabalhador é amarrada em feixes de vinte ou trinta canas, conforme a usina, que devem ser pesadas pelo cabo. Este, naturalmente, não pode pesar todos os feixes. Seleciona então 10 deles, pesa-os, tira a média e calcula o total da produção individual do trabalhador, multiplicando esse peso médio da amostra pelo número de feixes cortados. O cabo tende a selecionar os feixes de cana menor ou mais fina para fazer o seu cálculo. O trabalhador sempre protesta e, para evitar, de antemão, que o "roubo" seja muito grande, procura sempre pôr no mesmo feixe cana de diferentes pesos. Tal defesa, no entanto, implica um esforço extra do trabalhador. Além disso, segundo os trabalhadores e os próprios cabos, o cabo usa sempre uma balança viciada. Geralmente são pequenas balanças em que o mostrador circular é cortado ao meio, o que faz com que qualquer peso acima de determinado valor seja igual ao peso máximo da balança. Uns poucos trabalhadores defendem-se com a utilização de balanças próprias.

Em algumas áreas, a cana cortada pelos trabalhadores ainda é contada pelo sistema tradicional de "centos". Em vez do peso, o cálculo da remuneração do trabalhador é feito pelo número de centos de feixes de vinte canas amarradas pelos cortadores. Os proprietários costumam dizer que tal sistema facilita o "roubo do trabalhador": este cortaria a cana em mais de dois pedaços, como era exigido, pondo, pois, menos cana nos feixes, ou então poria as canas maiores e mais grossas sempre na parte externa do feixe, escondendo as mais finas (de corte mais fácil) no interior. No entanto, a prática que estabeleceram, nos últimos anos, de que as canas sejam amarradas inteiras liquidou quaisquer eventuais vantagens que o sistema apresentasse para os trabalhadores e conseguiu contornar os protestos quanto à adoção do sistema do corte por tonelada.[29]

[29] Uma moradora da "Mata Sul", onde a cana é cortada por tonelada: "Sabe quando é que os pobres brasileiros comeram um bocado? Quando cortavam cana por cento, que não tinha furto".
Um morador da "Mata Norte", onde predomina o corte por tonelada: "Agora, muitos, gente do Engenho Novo, achavam muito ruim por causa disso, porque o homem de lá fazia assim: pegava uma faixa de cana boa, botava os empreiteiros para cortar por cento. E a gente saía

O "roubo da balança", complementado por outros expedientes tais como atribuir áreas de "cana suja" (isto é, com muita palha e/ou com muito mato) aos trabalhadores que tendem a produzir mais do que o limite desejado pela empresa, é habilmente manipulado pelos usineiros. Para comprometer seus fornecedores, administradores e cabos com aquela modalidade de exploração, eles estabelecem que a cana no tombo (local do corte) deve ter o mesmo peso que no ponto (local para onde é transportada em burros para ser apanhada pelos caminhões ou locomotivas da usina) e na balança da usina (onde a cana é pesada antes de ter início seu processo de transformação). Ora, isso é absolutamente impossível: a partir do momento em que é cortada, a cana começa a perder seu teor de sacarose e, portanto, o seu peso, e a regra geral é a cana passar horas e mesmo dias à espera de transporte. Por outro lado, há perdas inevitáveis nesse transporte. Para tornar possível o impossível, usineiros e fornecedores transferem a administradores e cabos a responsabilidade de "perdas", pagando aos últimos também por produção (e por produção calculada na balança da usina) e ameaçando os primeiros de demissão caso tenham cabos complacentes que permitam que a folha de pagamento seja onerada com maiores dispêndios salariais.[30]

As "tabelas de campo", acompanhando o Estatuto do Trabalhador Rural, deixam aos proprietários e trabalhadores a possibilidade de escolha, em cada caso específico, da modalidade mais conveniente de remuneração do trabalhador. Como já vimos, o trabalho por produção tem tendido a prevalecer, a remuneração por "diária" cingindo-se, no caso que estamos analisando, apenas aos serviços não diretamente ligados à cana, como o transporte, a abertura e a conservação de estradas, a abertura e a conservação de valetas. Os proprietários, entretanto, querem associar as duas modalidades de remuneração. Querem que o trabalhador trabalhe por produção, mas dando uma jornada de trabalho mínima de oito horas diárias. O trabalhador vê então ser-lhe imposta uma cadência de trabalho de que se livrara com o trabalho por produção, além de ter, como no "tempo do cativeiro", de suportar o cabo todo tempo "ao seu pé". "Basta levantar da enxada para ser repreendido". Essa interpretação da lei, acionada pelos proprietários cada

---

cortando por tonelada. Agora, o cortador delas ia cortando, cortando, cortando e, quando dava na área fraca, ele retirava aquele povo de fora e botava o povo da fazenda para cortar por tonelada. Aí, a gente não achava bom".

[30] O reconhecimento desse mecanismo conduz os trabalhadores a demonstrarem uma certa compreensão para com o "roubo do cabo". "O cabo mede roubando... E o administrador não dá uma braça pra o trabalhador. Quer dizer: o administrador não fica na estrada não. Ele vai tomar conta dele [do cabo]. O pobre do cabo, já com medo para não perder a bolacha, aí mede roubando ... Já mede roubando, com medo dos empregados, do administrador ... Porque, ele diz [o cabo], eles [os empregados] dão cinco mil por tonelada. Por tonelada não, de gorjeta. Sempre que dê aquela cota, no fim de semana, ele ganha (o cabo). E se ele não fizer, não dá não. Ele, pra ganhar mais aqueles cinco mil, aí avança no trabalho do trabalhador, do companheiro..."

vez que enfrentam um período de expansão de seus negócios, motiva conflitos mas, graças à situação dos sindicatos, não se tem conseguido impor.

A luta cotidiana entre trabalhadores e proprietários no nível da produção não se esgota aí. Ter feito o serviço "ao gosto do patrão" ainda não é condição suficiente para que o trabalhador receba seu salário no final de semana. O não pagamento e o atraso de pagamento são bastante freqüentes, sobretudo na entressafra, muitos proprietários não tendo acesso ao chamado "financiamento de entressafra" ou utilizando o financiamento para o pagamento de outras dívidas, e nos períodos, não pouco freqüentes na economia canavieira, de crise. O não pagamento de salários é utilizado, por vezes, por uma usina como um pretexto para provocar uma intervenção do Instituto do Açúcar e do Álcool que venha a saldar suas dívidas e reequipá-la. Foi o que aconteceu em 1968 com duas usinas de um município do sul de Pernambuco que passaram nada menos do que um ano sem pagar salários, os trabalhadores que não abandonaram o trabalho sendo mantidos graças à distribuição de alimentos levada a cabo pelo sindicato local e às facilidades de crédito abertas pelo comércio, sem alternativas, das cidades próximas.

Mais freqüente do que o não pagamento do salário é o não pagamento do repouso remunerado, das férias, do 13º salário. O atraso no pagamento deste último é a regra. Em vez de recebê-lo até dezembro, como manda a lei, o trabalhador tem o seu décimo em maio ou junho do ano seguinte. E, algumas vezes, as usinas ainda querem parcelá-lo. Talvez porque, com o aparecimento do décimo, os proprietários tenham suspendido a prática de distribuição de presentes aos seus moradores por ocasião das festas (Natal, Ano-Novo, Reis), os trabalhadores identificam o décimo com essas festas e fazem uma questão absoluta quanto ao seu pagamento, com que vão comprar roupas e calçados novos. O não recebimento do décimo parece atingir a fundo a honra do trabalhador. O fato é que essa é uma das áreas de conflito em que menos transigem. Isso pode ser ilustrado pela recusa dos trabalhadores de uma usina, apesar da dificuldade em que se encontravam, de receber o décimo atrasado parcelado, apesar de o pagamento nessas condições lhes estar sendo proposto diretamente pelo usineiro que se dispunha a "adiantar" a primeira parcela na hora.

Apesar de receberem seu salário semanalmente, os trabalhadores, via de regra, abastecem-se diariamente. O relativo isolamento dos engenhos faz com que suas compras se façam, muitas vezes exclusivamente, no barracão, armazém do engenho. Nesse barracão, o trabalhador vai retirando cada dia a quantidade de mercadorias de que tem necessidade, sobretudo para a alimentação da família, em razão de seu *quantum* de trabalho daquele dia e da dívida acumulada que tenha por abater. No limite, esse tipo de vinculação ao barracão deixa o trabalhador num estado de dívida permanente que faz com que, não raras vezes, "não veja o dinheiro", e não receba seu salário, uma vez que a dívida é descontada automaticamente do que recebe, como

o barraqueiro (responsável pelo barracão), via de regra, encarregado de executar o pagamento, bem como de elaborar a própria folha de pagamento do engenho. Embora hoje em dia já haja sinais evidentes do declínio do "sistema de barracão" (Palmeira, 1971), ele ainda possui vigor suficiente para assegurar às usinas e aos engenhos a capacidade de manipular o consumo de seus trabalhadores. Ainda uma vez, é nas épocas de crise que mecanismos "tradicionais" como esses são acionados com toda a força e sem os atenuantes ou as compensações que fizesse, como no passado, com que apresentassem eventuais vantagens para os trabalhadores. Assim, uma outra usina em crise preferiu resolver suas dificuldades de capital de giro, após 1964, racionando os valores do barracão, conhecidos na época como gabão, a provocar a intervenção do IAA. No passado os vales funcionavam como uma espécie de moeda de circulação restrita aos domínios da usina ou engenho que garantiriam, numa espécie de escravidão por dívidas, a permanência dos trabalhadores no local. Nos casos extremos, as usinas ou os engenhos só pagavam em vale, os barracões monopolizando, em termos absolutos, o abastecimento dos trabalhadores. Mas esses vales tinham sempre a sua liquidez, isto é, cobertura em mercadorias. O gabão de hoje, todavia, é um vale branco. Ele não implica mais apenas a impossibilidade de o trabalhador rural abastecer-se em outra fonte que não os barracões dos engenhos da usina. Além dos preços mais altos do barracão, seu vale só é aceito mediante uma redução de cerca de 30% do valor nominal. E nem sempre o trabalhador tem garantia de controlar as mercadorias de que precisa, uma vez que a crise fez com que os barracões daquela usina se esvaziassem. Muitas vezes a única possibilidade que lhe resta é vender o seu vale por metade do valor ou menos a um negociante ligado aos proprietários da usina e, de posse de algum dinheiro, procurar as vendas ou a feira de algum arruado próximo. Até 1970, a usina ainda pagava uma parte do salário em dinheiro. Entre 1970 e 1972, a situação tornou-se mais complicada, sendo ele pago inteiramente em vales. Segundo informações da área, só depois que o Exército fez uma "intervenção branca" nos negócios da usina, a partir de gestões realizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais e pelo sindicato dos trabalhadores da indústria de açúcar, é que as coisas começaram a ser regularizadas.[31]

A separação que operamos entre conflitos ligados ao movimento de expropriação de moradores e conflitos ligados às novas modalidades de exploração da força de trabalho nas condições específicas de uma "economia" colocada numa posição marginal em termos da economia nacional só tem sentido de um ponto de vista analítico. Do ponto de vista dos agentes sociais envolvidos não cabem essas sutilezas teóricas, tanto mais quanto

[31] Cabe lembrar que boa parte das lutas que descrevemos tem seu desdobramento natural na esfera sindical propriamente dita. Foge, todavia, ao âmbito deste trabalho uma análise dos sindicatos e de sua atuação.

empiricamente não há diferença alguma entre um mecanismo de expropriação e um mecanismo de extração da mais-valia extra. Como vimos, pouco importa para um trabalhador se ele está expropriado ou superexplorado quando ele toma consciência de que o proprietário está avançando sobre aquilo que é socialmente reconhecido como seu.

Mas, se a diferenciação teórica não tem conseqüências práticas, a indiferenciação prática tem implicações decisivas na compreensão das formas e conteúdos que a luta de classe assume no caso que estamos analisando. Essa indiferenciação é responsável pela unidade de uma luta que poderia não ser a mesma, uma vez que a proletarização, isto é, o envolvimento pleno do trabalhador nas novas relações econômicas, não é a única via para os que são atingidos pela expropriação. Ela é responsável também pelos limites dentro dos quais se desdobram essas lutas, que não são outros que aqueles dados pela legislação nacional.

As leis, todavia, como nos lembra um dirigente sindical, "são uma faca de dois gumes". Ainda mais quando, ao lado daquela representação prática, está a prática dos sindicatos. Assim, se a legislação foi e continua a ser um estímulo e um instrumento para que os proprietários se livrem de seus moradores e/ou submetam seus trabalhadores a mecanismos de exploração capazes de contrabalançar as perdas que a presença da legislação lhes pudesse ocasionar, não é menos verdade que ela tem sido, por motivos simétricos opostos, um instrumento de luta da maior importância para os trabalhadores. Os sindicatos de trabalhadores rurais na área, se foram fortemente reprimidos quando do golpe de 1964 e se continuam a mover-se em um terreno difícil, não foram liquidados.[32] Lideranças novas ou mesmo lideranças "direitistas" de antes de 1964 foram chamadas a desempenhar o papel que antes cabia a lideranças com um projeto político mais definido, sem que isso significasse um arrefecimento de uma luta de classes que existia sem elas e poderia existir, eventualmente, contra elas, tais eram as condições objetivas dadas. Dentro desse quadro, a simples luta pelo cumprimento da legislação assume muitas vezes uma feição radical insuspeitada, podendo pôr em xeque a própria continuidade das relações sociais na agroindústria.

Nesse sentido, não parece haver descontinuidade entre essas lutas pelo cumprimento da legislação e as lutas (que foram em boa parte também pelo cumprimento da legislação) que antecederam ao movimento militar, apesar da mudança da conjuntura política. Talvez pudéssemos dizer que,

[32] O "Relatório Geral da Fetape no Triênio 1966-69" é eloqüente: "A situação sindical naquele momento (1966) era um tanto crítica, com um certo enfraquecimento da estrutura e movimento de sindicalismo rural, uma vez que a maioria dos sindicatos ainda se encontrava em regime de intervenção. A baixa do número de associados em todos os sindicatos era assustadora. Toda esta situação financeira da Federação não satisfatória, o que não deixava de ser um grande obstáculo à realização dos programas previstos pela nova diretoria." (FETAPE, 1969, p.1)

se a conjuntura não implica em homogeneidade e se toda conjuntura é conjuntura para alguma força social, a conjuntura não mudou para os trabalhadores rurais e camponeses da área do mesmo modo como mudou para outras forças política nacionais. Uma vez mantido o tempo da estrutura econômica,[33] mas, sobretudo, mantido o tempo da luta de classes – já que não apenas persistiu a oposição tornada irreversível entre proprietários e trabalhadores rurais, como não se encerrou o ciclo de transformações que poderia mudar o conteúdo dessas oposições e foram mantidos os instrumentos de formulação de interesses daqueles grupos, isto é, os sindicatos e suas formas de vinculação ao aparelho do Estado –, a partir do momento em que foram identificados pelo movimento sindical os condutos reais da política da nova conjuntura nacional, abriu-se a possibilidade de voltarem a colocar-se para aqueles grupos conjunturas do mesmo gênero daquelas vividas no período cronológico anterior, isto é, conjunturas capazes de atualizar as contradições que opõem trabalhadores a proprietários rurais.

A dificuldade maior que se coloca à análise desses conflitos é que eles rompem com os enquadramentos "normais" dentro dos quais são geralmente pensados os conflitos. Não são conflitos propriamente sindicais, sem ser conflitos puramente locais. Não são conflitos propriamente políticos, sem ser conflitos simplesmente econômicos. Não são conflitos "espontâneos", sem ser conflitos maquinados por alguma entidade mágica dessas que costumam povoar certas cabeças conservadoras.

A quebra da legitimidade do poder "tradicional", fundado sobre relações pessoais, que acompanhou a implantação dos sindicatos rompeu com a possibilidade de conflitos "locais", isto é, limitados a uma única unidade geográfica ou social e passíveis de resolução no nível dessa própria unidade. O simples questionamento da autoridade e/ou do poder do proprietário dentro de seus domínios já invoca necessariamente uma outra instância de legitimação, estranha, isto é, mais ampla, existindo dentro de marcos nacionais e, portanto, políticos no sentido forte, à denominação tradicional. Isso é verdade mesmo para aquelas situações em que a presença do sindicato não se faça necessária na resolução daquele conflito específico. Ou melhor, poderíamos dizer que a presença do sindicato não se dá apenas segundo a modalidade da presença física. Se, como dizia R. Luxemburg, o socialismo está presente no sindicalismo menos político, poderíamos dizer que o sindicato, no caso concreto que estamos analisando, está presente mesmo nas lutas mais "espontâneas" da massa rural. Não é por acaso, como já chamamos atenção, que o sindicato se tornou um marco temporal decisivo

[33] Ainda que se tenha iniciado na área um verdadeiro processo de transição, com a ruptura das relações sociais que apoiavam a velha *plantation*, assegurando sua reprodução, esse processo não se completou, apesar das mudanças políticas conhecidas pelo país e pela região entre o aparecimento das ligas camponesas e os dias de hoje.

para a visão de mundo de trabalhadores rurais e camponeses (Sigaud, 1971). Não é também por acaso que se desenvolveu na consciência camponesa, ao lado de outras místicas, toda uma mística de sindicato, que consiste basicamente em atribuir ao sindicato em geral uma força inusitada e um poder sobre as coisas muito acima daquele que os próprios trabalhadores e camponeses reconhecem aos sindicatos reais que conhecem no dia-a-dia. Paradoxalmente, é entre aqueles que estão mais afastados de sindicato que essa mística parece ter mais força; é o trabalhador que se recusa a entrar para o sindicato porque é uma covardia enfrentar o patrão via sindicato; é o trabalhador sindicalizado que faz oposição à direção atual de seu sindicato que lembra que aquele sindicato foi construído diretamente, pedra sobre pedra, pelos trabalhadores que hoje estariam sendo traídos por alguma coisa que "não é sindicato", quando ele próprio sabe, como seus companheiros, que as coisas não se passaram exatamente assim e que o prédio do sindicato foi construído por um mestre-de-obras com a sua turma; é o trabalhador que em 1972 avalia com olhos críticos a mobilização de antes de 1964, vendo-a como um excesso de força do sindicato que, com a autoridade do patrão, teria suprimido toda autoridade, e propõe, em seguida, como caminho para os trabalhadores resolverem os seus problemas todos pararem de trabalhar ao mesmo tempo, "sem necessidade de greve e de agitação".

Mas, ao contrário de outras situações históricas, não se trata de conflitos puramente ou mesmo primordialmente sindicais. As regras do jogo impostas pelo regime autoritário[34] e às quais os sindicatos têm que se cingir, com mais ou menos rigor, segundo as conjunturas, impedem que eles próprios possam atuar como um agente de conflito sem esperar pelas demandas "de baixo" ou que possam apropriar-se de qualquer conflito como seu ou ainda que possam transformar qualquer conflito na direção que interesse sua política num momento dado ou tentar transmitir sua dinâmica a outros conflitos do mesmo gênero. Nesse sentido, tende a desenvolver-se um "legalismo de sobrevivência" da parte dos sindicatos, interiorizado por lideranças e massas, o que se traduz não apenas nas formulações mais explícitas, como aquelas do tipo "as leis são boas, o que falta é aplicá-las", mas na própria maneira como as lideranças sindicais recortam os fatos sindicais. Assim, quando um dirigente sindical é inquirido sobre conflitos existentes na sua área, menciona apenas aqueles possíveis de terem seus motivos enquadrados na legislação trabalhista e agrária. De outra natureza não é a prática dos trabalhadores em geral de, antes de abrirem uma questão com um proprietário, ir ao sindicato "caçar seus direitos" (Echenique, 1974).

[34] Talvez pudéssemos dizer, utilizando o termo e as indicações de Otávio Guilherme Velho (1976), que tais regras, antes de serem impostas pelo regime autoritário, seriam uma decorrência do próprio capitalismo autoritário, uma vez que, sem maiores problemas, coexistiram com a fase cosmopolita do capitalismo brasileiro.

É difícil estabelecer uma linha divisória entre lutas econômicas e lutas políticas nos Estados modernos, dada a extensão mesma da presença do Estado (Jelin, 1973). Mais difícil ainda é tentar traçar essa linha no caso dos Estados latino-americanos, onde o Estado tendeu a substituir-se em larga medida à iniciativa privada no campo econômico e a cobrir o vazio deixado pela sociedade civil ao plano político (Jelin, 1973; Velho, 1974; Cardoso, 1973). Ora, isso se torna praticamente impossível quando se trata de um setor de uma sociedade governada por um regime autoritário e caracterizado ele próprio por uma economia extremamente frágil, estruturada sobre mecanismos de superexploração da força de trabalho e dependente do amparo do Estado para subsistir. Nessas condições, qualquer conflito é quase por definição um caso político, que põe em xeque a reprodução da própria classe dominante regional enquanto classe dominante, passível, portanto, do tratamento que se costuma dar a casos políticos em regimes autoritários, isto é, aquele do caso de polícia. Como esse tratamento é definidor da natureza do seu objeto, este é "politizado" uma segunda vez, desaparecendo completamente qualquer resquício "não político" da natureza que lhe é socialmente reconhecida. Não tem sido outro o tratamento dispensado aos conflitos de maior dimensão, mas não apenas a estes, que têm eclodido na zona rural nordestina. Nessas circunstâncias históricas específicas, há lugar para uma certa mística, não do Estado, mas de sua encarnação, a figura do presidente, pouco importando quem seja, como uma espécie de árbitro supremo, o único capaz de intervir e dar solução a conflitos como esses. Em compensação, a máquina governamental está submetida a uma permanente guerra de desgaste, resultante da permanente identificação de seus organismos aos interesses regionalmente dominantes, aos quais estão umbilicalmente ligados, mesmo naquelas circunstâncias em que estariam cumprindo objetivos opostos e que é tanto mais intensa quanto maior é a intervenção estatal na área que faz das entidades governamentais, aos olhos dos trabalhadores, mas também a qualquer análise das práticas objetivas feita por um especialista, meros exemplares das entidades econômicas e paraeconômicas das classes dominantes locais. É o Incra, por exemplo, que se transforma "naquela empresa, a INCRA", e que, como qualquer "empresa"[35] da área, se vale do empreiteiro e do trabalho de "clandestinos", bem como de todos aqueles mecanismos que vimos são acionados para a obtenção de um sobretrabalho extra, e que se envolve num conflito de repercussão nacional, como foi o de Barreiros e está se tornando o do cabo, envolvendo expulsão de trabalhadores de engenhos adquiridos para fins de "reforma agrária".[36]

---

[35] *Empresa* é o termo que os trabalhadores usam para referir-se às usinas.

[36] Nos últimos meses, a imprensa das grandes capitais brasileiras divulgou, com grande destaque, fatos relativos à implantação do Proterra em Pernambuco. No município de Barreiros e em municípios vizinhos, alguns engenhos de uma das maiores usinas do estado foram adquiridos pelo Incra para, de acordo com as determinações da lei que criou o Proterra,

Mas entre esses conflitos e conflitos propriamente políticos vai uma grande distância. O bloqueio da atividade política propriamente dita imposto pelo regime e o isolamento relativo da luta que opõe trabalhadores a proprietários da zona canavieira de Pernambuco dão a essas lutas objetivamente um caráter puramente defensivo, mesmo quando elas vão além da simples exigência do cumprimento da legislação e os trabalhadores partem, como parece estar acontecendo na conjuntura atual, para uma posição de maior agressividade em termos de reivindicações econômicas. Se a política governamental para a cana-de-açúcar, esboçada a partir de 1971,[37] como uma política de salvação de classe dominante, jogando com o momento favorável no mercado internacional, provocou, a partir do início de 1974, uma reação sindical de partir para os dissídios coletivos, uma vez que o aumento do salário médio real e a escassez relativa de mão-de-obra provocados pela expansão canavieira em certas áreas novas, como o sul de Alagoas, teriam esvaziado a luta pelo simples cumprimento do salário mínimo, nas áreas tradicionalmente canavieiras de Pernambuco, essa atitude, mesmo se considerando o seu ineditismo em termos de sindicalismo rural e o fato de ser possivelmente uma resposta adequada ao estímulo, continua a ser uma atitude defensiva.

Se há uma certa contradição nos termos em falar-se de "lutas espontâneas", nas condições históricas específicas que nos concernem, mais dificilmente ainda poderíamos falar de lutas espontâneas para designar lutas que guardam continuidade com lutas que envolveram um processo de mobilização política extremamente complexo como foi o dos anos 1955-64. O mais correto seria, talvez, acompanhando a sugestão de Rosa Luxemburg ao analisar uma situação histórica diversa, falar de uma interiorização da luta (política) de classes que teria perdido sua feição mais explicitamente política para inscrever-se no interior mesmo do processo produtivo, a produção cotidiana dos "engenhos" e usinas passando a estar suspensa à decisão dos enfrentamentos diários de trabalhadores e patrões.

A contrapartida da perda de "espontaneidade" das lutas das massas rurais vai ser não a atividade intensiva de organismos políticos mais ou menos encapuzados a dirigirem de uma distância maior ou menor as lutas em curso, e muito menos a presença – por outra parte, real – dos acólitos do regime a manipularem, como em outros exemplos históricos brasileiros,

vendê-las a pequenos agricultores, sendo compradores prioritários os trabalhadores rurais do próprio engenho. Ora, apenas dois trabalhadores foram beneficiados pela redistribuição de terras que favoreceu sobretudo comerciantes, rendeiros (fornecedores que arrendam terras de usinas ou de outros fornecedores) etc.

[37] Ainda que o Fundo de Exportação, constituído pela diferença entre o preço do açúcar no mercado interno e no mercado externo, tenha sido criado em 1965, é em 1971, com o plano de fusões de usinas, que parte desse fundo passa a ser dirigida para o reequipamento da agroindústria.

a vontade das massas rurais, mas uma "espontaneização" da atividade das lideranças sindicais que, ultrapassando os limites puramente sindicais de sua ação, são levadas, dentro de certos limites, naturalmente, a substituir os partidos políticos esvaziados[38] sem com eles se confundirem, defendendo diretamente junto aos órgãos de poder – os efetivos, não os "clássicos" – os interesses da classe ou frações de classe que representam legal e – paradoxo – politicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLO, J. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

CALLADO, A. *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960

______. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

CAMARGO, A. A. Brésil Nodest. Mouvements Pysan et crise populiste. Thèse de 3ème cycle. Paris: École des Hautes Études de Sciences Sociales, 1973.

CARDOSO, F. H. Estado e sociedade no Brasil (notas preliminares). In: *Notas sobre o Estado e Dependência*. São Paulo: Cadernos CEBRAP, 1973.

CHIARELLI, C. A. *teoria e prática do Prorural*. São Paulo: Edições LTR, 1972.

CORREA DE ANDRADE, M. *A terra e o homem no Nordeste*. 2.ed. São Paulo; Brasiliense, 1964.

CRESPO, P. Necessidade da Aplicação do Decreto n.57.020/65 – Decreto dos 2 Hectares. *Reforma Agrária (Boletim de Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA)*, ano II, n.1, p.5-7, 1972.

DU GENESTOUX, P. C.. Le Nordest du sucre. Thèse de 3ème cycle. Paris: Université de Paris. 1967.

ECHENIQUE, V. *Resolução dos conflitos na plantation açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Museu Nacional (ms), 1974.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Relatório Geral da Fetape no Triênio 1966/1969 (Síntese).* Recife, 1969. mimeo.

FORMAN, S. 1968. Disunity and Discontent: A Study of Peasant Political Movements. In: Brazil. *Journal of Latin American* Studies, 1968, 3, I, p.3-24.

FURTADO, C. *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1964 [1959].

______. *Dialética do Desenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

GOMES DA SILVA, J. *A Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

HEREDIA, B., GARCIA Jr, A. R. Trabalho Familiar e Campesinato. *América Latina*, ano 14, n.½, 10-20, 1972.

JELIN, E. *Espontaneidad y organización en el movimiento obrero*. (mimeo), 1973.

[38] Jelin (1973) nos mostra como isso se deu na Argentina, com outras dimensões e com outras implicações, obviamente, durante o período em que o peronismo esteve banido da vida política daquele país.

JULIÃO, F. *O que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LEITE LOPES, J. S. *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUXEMBURG, R. *Grève de Masses, Parti et Syndicats*. Trad. Bracke. Paris: Maspero, 1968.

PALMEIRA, M. Nordeste: mudanças políticas no século XX. *Cadernos Brasileiros*, n.37, set.-out., 1966.

_______. Feira e mudança econômica. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Simpósio de Pesquisas), 1971.

PRADO Jr. C. *História Econômica do Brasi*l. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SIGAUD, L. M. *A Nação dos Homens, uma análise regional de ideologia*. Rio de Janeiro, 1971. Tese (Mestrado em.) – Museu Nacional, (mimeo).

_______. The Idealization of the Past. In: A Plantation Area: the Northeast of Brazil. Ideology and social change. In: Latin America, v.I, n.10, 1972.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO/ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PERNAMBUCO. Contrato Coletivo de Trabalho na Lavoura Canavieira de Pernambuco. Recife: Centro Arquidiocesano de Publicidade, 1964.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato.* São Paulo: Difel, 1976.

WILKIE, M. *A Report on Rural Syndicates in Pernambuco*. Rio de Janeiro, 1964. Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (mimeo).

WOLF, E. R. Aspectos específicos del sistema de plantaciones en el Nuevo Mundo: comunidad, subculturas y classes sociales. In: *Sistemas de Plantaciones en el Nuevo Mundo*. Washington: Unión Panamericana, 1964.

8
No limiar da resistência: luta pela terra e ambientalismo no Acre

Elder Andrade de Paula
Silvio Simione da Silva

POR ESPAÇO DE FRONTEIRA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ACRE

A realidade social da formação do campesinato no Acre foi a de um processo de materialização de amplas formas de criação e recriação dos sujeitos sociais, ao longo da sua consolidação territorial como unidade federada brasileira. Nela se revelou a face aguerrida da mobilidade do capital, impondo padrões de produção e organização do espaço com o alavancamento da mobilidade de força de trabalho nordestina. Assim, num dos mais distantes rincões oeste das terras centrais da América do Sul, na segunda metade do século XIX, até então habitadas por povos nativos, a fronteira econômica brasileira sobrepunha a linha da divisa política de nossas terras. Daí se deu o processo de incorporação de áreas de florestas aos sistemas produtivos de seringais, sob base de trabalho em condições de semi-escravidão, imposta aos migrantes nordestinos – os brabos – depois aos seringueiros.

Nisso reside uma dinâmica de ocupação e produção do espaço da floresta, por seringais-empresas (Gonçalves, 2001). Nessas unidades produtivas, localiza-se, então, a base fundamental para a formação social dos sujeitos que fizeram a produção do seringal, *locus* da territorialização do capital, mas também da floresta (território produzido em sua amplitude natural socializada). A floresta se consuma como espaço produzido, materializando a base para sua formação de território usado tal qual o campo e a cidade, que vagarosamente principiava na região.

Nesse processo de mobilidade de capital e trabalho sobre a natureza, deslancham-se fluxos migratórios. O capital para a exploração provinha de corporações estrangeiras, intermediadas espacialmente em pontos es-

tratégicos para o comando do processo de produção, situados em Belém e Manaus. Daí, agentes desses sistemas são acionados para iniciar a formação de áreas de exploração nessa parte da Amazônia, que era uma das áreas de maiores potenciais de produção da borracha pela ocorrência endêmica da seringueira (sobretudo, da *Hevea brasiliensis*). No entanto, a grande massa populacional viria em razão da necessidade de mão-de-obra. Para isso, foram criados mecanismos de arregimentação de trabalhadores, em especial, no Nordeste brasileiro.

Portanto, é por força do processo de acumulação capitalista em escala internacional que se impulsiona a produção de matéria-prima para abastecer as indústrias situadas na Europa e nos Estados Unidos. Para satisfazer essas demandas externas, contingentes de trabalhadores, em geral, de origem camponesa, foram atraídos para essas regiões dos altos e médios cursos dos rios afluentes da margem direita do Amazonas-Solimões. Aqui, esses sujeitos, além de terem que se adaptar aos trabalhos extrativistas, precisavam se acostumar a uma realidade diversa daquela de sua origem e criar condições para viver sob bases produtivas de um espaço que emanava da floresta para a formação da realidade local. Assim, ao longo do tempo vão se recriando, adquirindo, no contato com os povos nativos, hábitos de viver na floresta, trazendo, contudo, legados de seu convívio com a realidade do sertão, da caatinga que ficara para trás.

Inicialmente, o capital mercantil impõe-lhes regras rígidas de trabalho sob duras amarras da escravidão por dívidas (Martins, 1997). Contudo, com isso firmam condições de se instituir como sujeitos capazes de produzir territórios para viver na floresta, dela retirando seu produto, formando seu ambiente para o trabalho cotidiano e também com ela instituindo novas condições de vida junto a um ambiente em que a natureza, diferentemente, se apresentava como preponderante, inclusive, sendo a base de produção das mercadorias que iriam ser exploradas.

A formação humana dessa fronteira se dá a partir de uma realidade: a empresa extrativista como promotora e definidora de um espaço produzido na floresta. Contudo, a força que vai realmente dinamizar essa realidade socioespacial estaria no grande contingente de mão-de-obra que se territorializa nas "colocações",[1] subordinada às "relações de trabalhos compulsórios" (Silva, 1982). A "colocação" era o núcleo compartimental, socialmente falando, da formação do território do trabalhador no âmbito da floresta, na qual já se territorializava o seringal-empresa. Nessas unidades produtivas só era permitida a extração do látex e absolutamente proibidas práticas agrícolas.

[1] Denominação dada regionalmente às unidades produtivas cujas dimensões variam de 300 a 500 hectares, no interior dos seringais nativos. A localização da morada do seringueiro, situada numa clareira aberta na mata, é definida de acordo com a distribuição espacial das árvores de seringa (*Hevea brasiliensis*)

Essa rigidez começa a ser quebrada no período compreendido entre as década de 1920 e início dos anos 40.[2] Com a falência da empresa extrativista e o abandono de muitos seringais, a população seringueira é obrigada a agir, (re)arranjando seu espaço de vivência e trabalho. No âmbito do espaço produzido, firma as bases para viver na floresta de forma mais autônoma em relação ao domínio das relações mercantis de produção. Assim, parte desse contingente desloca-se para áreas mais próximas de vias trafegáveis, planta pequenas lavouras para garantir sua sobrevivência, perante a escassez de alimentos, caça, comercializa peles e outros produtos florestais com os comerciantes dos rios, os chamados "regatões" (Paula, 1991). Produzem as raízes de seu pertencimento à terra florestal, numa relação recíproca, na formação dos territórios de vivências (Silva, 2005) que aí e daí se projetaram.

Sob o recuo das forças oligárquicas que tinham o domínio latifundiário das terras (a territorialidade seringalista), abrem-se na floresta bases para o avanço das forças campesinas na firmação de seus territórios. Com a territorialização que se principia, vemos o ressurgir dos legados trazidos do Nordeste brasileiro, incorporando parte da cultura dos povos nativos. Resulta daí, na realidade agrária regional, uma territorialidade que tende a tornar-se preponderante sobre a decadente territorialidade seringalista. É certamente sob essas condições que se firmam as bases do espaço produzido da floresta. Esse já aparece como território em que se institui o *locus* de uma classe camponesa, perante o enfraquecimento da empresa extrativista.

Nota-se, então, que a formação desse campesinato tem suas raízes na dinâmica de fronteira em que, na fase extrativista, os embates entre esses e os agentes do capital eram amenizados pelas condições estruturais herdadas dos seringais. A territorialização das colocações, na prática cotidiana, não colocava dúvidas sobre os domínios fundiários postos e sobrepostos. Essa situação foi por décadas uma amortização contra as pressões de maiores conflitos da luta pela terra que poderiam acontecer. Isso, dado que também amenizava os embates entre as classes sociais aí postas: seringalistas, arrendatários ou marreteiros *versus* seringueiros. Parece-nos que aí o motor dos conflitos eram as relações sociais de domínio interno, e não a disputa territorial que se instituíra no princípio da ocupação com os combates aos povos indígenas, nas chamadas "correrias".[3]

---

[2] Com a entrada no mercado mundial da borracha produzida nos seringais de cultivo implantados no sudeste asiático, a empresa extrativista entrou em profunda crise. Só se recuperaria temporariamente no decorrer da Segunda Guerra Mundial em razão da ocupação daquele território pelos japoneses. Após o final da guerra, em 1945, a empresa extrativista entraria novamente em crise, chegando ao colapso no final dos anos 60.

[3] Denominação dada às diligências comandadas pela empresa extrativista contra as populações indígenas. Através delas, promoveram-se expulsões da terra, assassinatos e escravização dos povos indígenas que ocupavam as florestas da região.

Na verdade, é apenas quando o capital se coloca retomando uma rearticulação de sua territorialização nacional que os conflitos novamente se acirram. Já estamos tratando do período pós-1960, com os avanços da frente pioneira agropecuária, em que podemos falar de grandes alterações na produção desse espaço agrário com reflexo na vida campesina local. A pecuária, como atividade predominante, institui novas formas e uso do solo, negando a possibilidade de aproveitamento da floresta em pé, enquanto espaço produtivo. Assim, o espaço produzido na floresta pelos seringueiros, herdeiros da organização do seringal, perante sua transformação em fazenda pela venda de terra aos agentes do capital vindo do centro-sul, criava condições para o despertar de conflitos pela terra e pela a formação da identidade camponesa. Sob esse contexto, do território da floresta, brotam fortes movimentos de resistência.

Temos de considerar que a realidade posta com o avanço da frente agropecuária quebrava a já referida "lógica de convivência" dos conflitos da territorialidade seringueira com a seringalista. Perante a reterritorialização do capital via fazendeiros, sobre o seringal, a tentativa era de reedificar a territorialidade patronal (decadente) e anular a territorialidade seringueira, que estava agora ascendente. Isso significava que a realidade campesina da floresta estava sendo sobreposta por forças da fronteiras agropecuária, e seus domínios, que antes não eram questionados, agora passavam a ser.

De modo geral, no que se refere ao âmbito da produção do espaço agrário, a realidade posta mostrava que, no caso das oligarquias, a mudança na base produtiva implicava, por um lado, na perda do monopólio da terra e do acesso aos recursos públicos,[4] e, por outro, na redução ou eliminação de sua fonte de lucro no território: a exploração dos produtores diretos. No que diz respeito às populações indígenas e camponesas, a nova modalidade de posse e uso da terra implicava necessariamente na expropriação das áreas por elas ocupadas, gerando, desse modo, um quadro de intensa instabilidade. É bom lembrar que no momento inicial da expansão de fronteira, mais de 70% da população do estado vivia no campo e aproximadamente 85% desse contingente não possuía propriedade formal das terras que ocupava (Silva, 1982).

Contudo, o avanço das forças produtivas da frente agropecuária, com a transferência das terras para compradores centro-sulistas, era uma sobreposição de projetos de desenvolvimento. O novo modelo colocava na reprodução do espaço regional uma forma de uso do solo e de regularização fundiária que ameaçava por demais a base territorial das condições de existência dos seringueiros – a "colocação" –, *locus* no qual se edificava a

[4] Os financiamentos e incentivos estatais alocados através da Sudam, até 1986 revelam a prioridade dada à pecuária extensiva de corte, que abocanhou 77% do total (Sant'anna, 1988).

unidade de produção familiar na floresta. Há uma sobreposição das forças da frente pioneira agropecuária a esses remanescentes da frente extrativista. Sua permanência apresentava a territorialização de formas da vivência da classe camponesa na floresta (Silva, 2005).

Perante essas transformações no espaço produzido, a partir da década de 1970 a luta pela terra passa a ocupar um lugar central nos conflitos agrários. Ela se caracteriza primeiro como expressão da resistência desses sujeitos que a defendem integralmente no processo em que produziram na floresta seu território de vivência. Por isso, nas lutas, as manifestações eram pela floresta como espaço em sua totalidade, não porque isso era ecologicamente correto, mas porque aí estava seu lugar de viver. Para o seringueiro, a floresta estava inscrita no âmbito dessa luta como condição de um direito moral de pertencimento (Thompson, 2002; Bourdieu, 1974).

Considerando esses pontos, contribuir para a compreensão do campesinato brasileiro, numa leitura regionalizada dessa situação, é, sobretudo, uma exposição do processo de como esses sujeitos sociais construíram seu espaço e, usando-o, deram configuração ao território que se materializou na/da floresta. Partindo desses pressupostos, aqui iremos abordar essa situação, na formação desses sujeitos sociais e coletivos em torno das manifestações dos processos de apropriação da natureza e dos resultados do trabalho efetuado. Há situações de embates mais amplos no âmbito da formação regional e de todos os processos de resistência que emergiram, em especial, nas três últimas décadas do século XX.

LIMITES DA TOLERÂNCIA: SINDICALISMO RURAL E MOBILIZAÇÕES COLETIVAS

O movimento de expansão da fronteira agrícola para o Acre, desencadeado pela ditadura militar no pós-64, produziu, de imediato, fortes impactos na sociedade regional. Esses impactos resultaram das súbitas mudanças operadas na base produtiva, marcada, sobretudo, pela substituição do extrativismo da borracha natural pela pecuária extensiva de corte e exploração madeireira como atividades principais. Esse processo implicou na desarticulação de um ordenamento societário fundado nas relações mercantis de produção com sérias repercussões sobre as territorialidades dos sujeitos sociais que produziam esses espaços. Desse modo, gerou um quadro de instabilidade tanto no topo – as oligarquias vinculadas à economia mercantil – quanto na base daquele sistema de exploração, formado basicamente pelas populações camponesas e por uma parcela dos povos indígenas "assimilados" pela empresa extrativista.

Nesse cenário, os conflitos sociais em torno da propriedade da terra passaram a se constituir na disputa central entre capital e trabalho. Dito de

outro modo, os fundamentos das disputas resultam do que Quijano (2005) sintetiza como processo de apropriação da natureza e dos resultados do trabalho. Como vimos tratando, no período anterior, os conflitos se expressavam de modo predominante em torno da apropriação dos resultados do trabalho, fundado na extração do látex e fabricação da borracha natural. Por algumas vezes, manifestavam-se individualmente por mecanismos diversos de resistência que marcaram a internalização da luta de classes no interior da empresa extrativista (Paula, 1991). Embora houvesse registro de iniciativas na formação de organizações camponesas entre o final dos anos 50 e 60, nos moldes das ligas camponesas (Costa Sobrinho, 1992), elas não chegaram a se consolidar e foram logo desmanteladas após o golpe militar de 1964.

Assim, a instalação no estado, em 1975, de uma Delegacia Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) foi decisiva nos desdobramentos da luta de resistência pela terra. Em primeiro lugar, possibilitou a passagem daquelas formas de resistência individual para outras referenciadas em estruturas de mobilização e representação coletiva: o sindicato na "luta pela terra". Em segundo lugar, inseriu, num momento crucial da reterritorialização promovida pelo capital, as demandas de um campesinato, até então, sem voz, excluído dos espaços decisórios do poder político. Tais procedimentos lograram a interposição de grandes obstáculos a uma conciliação "por cima" entre as classes dominantes naquele período (Paula, 2005).

A Delegacia Regional da Contag fundou em dois anos (1975-77) sindicatos nos sete municípios existentes no Acre naquele período. Nesse processo, contou com forte apoio da Prelazia do Acre e Purus via Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizada no estado em 1975, bem como do governador do estado, Geraldo Mesquita (1975-78). Esse último estava interessado em redefinir o estilo de desenvolvimento em curso na região, de modo que incorporasse o extrativismo e, naturalmente, os interesses das oligarquias a ele vinculados (Paula, 2005).

A Contag definiu como bandeiras de lutas principais o fim do pagamento da renda ao patrão seringalista,[5] a defesa dos direitos dos "posseiros" em relação à propriedade legal da terra e o cumprimento da legislação trabalhista para os assalariados rurais. A resistência na terra estava indissociavelmente vinculada ao não pagamento da renda. Isto é, a negação de uma relação jurídica (arrendamento) era essencial para afirmação de outra: o enquadramento dos seringueiros na condição de "posseiros". Nessa categoria, transformavam-se em portadores legítimos do direito à propriedade legal de um lote de terra (Paula, 1991).

[5] Além da brutal exploração a que estavam submetidos sob domínio das relações mercantis, os seringueiros eram obrigados ainda a pagar aos patrões seringalistas o equivalente a 10% da sua produção anual de borracha.

Uma vez que a permanência na terra se constituiu como condição fundamental de resistência, os desmatamentos precisavam ser contidos. É nessa perspectiva que deve ser compreendida a emergência de mobilizações coletivas destinadas a impedi-los, denominadas regionalmente como "empates". Deve-se ressalvar também que, em nível nacional, a Contag passa a perceber que a reforma agrária não dependia apenas da decisão política do Governo e passaria a apostar mais na organização dos trabalhadores rurais como forma de reivindicar a aplicação do Estatuto da Terra (Pinto, 1978; Medeiros, 1989).

O primeiro "empate" foi realizado em março de 1976, no Seringal Carmem, em Brasiléia. A iniciativa de "empatar" o desmatamento partiu dos "posseiros" dessa área e contou com o apoio da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) daquele município. Armados com suas espingardas de caça, aproximadamente 60 homens cercaram o acampamento dos "peões" contratados pelo fazendeiro para realizar a derrubada da mata. A estratégia da Delegacia da Contag, nesse e nos demais "empates" que lhe sucederam, foi extremamente astuciosa. Por um lado, ela orientou a direção do STR de Brasiléia para que não assumisse a autoria do movimento: devia-se sustentar que a decisão havia sido tomada autonomamente pelos "posseiros" da área. Por outro, tomou a iniciativa de encaminhar relatórios às diversas instituições do Estado diretamente relacionadas com os conflitos fundiários.

Após uma reunião entre as partes envolvidas (seringueiros, direção do STR, Delegacia da Contag, fazendeiro e Incra), chegou-se a um acordo no qual os seringueiros aceitaram trocar suas "colocações" por lotes de 25 hectares. Essa estratégia de mobilização coletiva, combinada com intensa articulação institucional, acabou conferindo um caráter singular à luta de resistência pela terra protagonizada pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Acre. Como bem demonstra Medeiros (1989), nesse período, a organização e as práticas do sindicalismo rural no Brasil pautaram-se, via de regra, em políticas assistencialistas, como aquelas instituídas com a implementação do Funrural.

Apesar do agravamento dos conflitos sociais pela posse da terra e do crescimento da organização sindical, a política fundiária do governo permaneceu inalterada. A intenção era continuar privilegiando a grande propriedade e dar prosseguimento à transferência de demandantes de terra do Centro-Sul para a Amazônia. Desse modo, o acesso dos "posseiros" à propriedade da terra permaneceu extremamente restrito a uma inclusão de parte deles nos projetos de colonização oficial criados no estado a partir de 1977, ou mediante negociações diretas com os fazendeiros. Os dados cadastrais do Incra, apresentados na Tabela 1, revelam que, apesar do acréscimo na quantidade de imóveis e área na faixa de um a cem hectares, a concentração da propriedade fundiária manteve-se inalterada.

Tabela 1: Terras cadastradas no Acre (1970 -80)

Área (ha)	1970				1980			
	Nº de imóveis		Área Cadastrada		Nº de imóveis		Área Cadastrada	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant	(%)
1 a 100	2.807	72	71.946,4	1,77	7.591	68,89	325.667,4	2,74
101 a 1000	526	13,67	187.767,2	4,63	2.229	20,23	630.372,2	5,32
1.001 a 9.999	396	10,29	971.348,6	23,97	990	8,98	1.717.723,3	14,50
Acima de 10.000	118	3,06	2.820.608,9	69,61	208	1,88	9.169.134,9	77,42
Total	**3.847**		**4.051.671,1**		**11.018**		**11.842.898,2**	

Fonte: Cadastro do Incra (SR 14)

Com o assassinato, em julho de 1980, do presidente do STR de Brasileia, Wilson Pinheiro, principal liderança do sindicalismo rural acriano, os latifundiários da região esperavam conter a luta de resistência. Ocorreu exatamente o oposto. Além de responder imediatamente com o "justiçamento" do mandante do crime, os embates da luta pela terra criaram situações para que as aberturas de novas áreas de produção camponesas fossem concretizadas, sobretudo, com o início da implantação de projetos de colonização no estado. Diferentemente do que ocorreu em outros estados da Amazônia, no Acre esses projetos receberam migrantes do Centro-Sul, mas também uma parcela do campesinato expropriada no movimento de expansão da fronteira.

Agindo sobre áreas de maiores tensões sociais, o Governo Federal, por intermédio do Incra, ampliou as desapropriações para implantar mais projetos de assentamento dirigido, voltados para a produção agrícola. Foram criados cinco PADs (Projeto de Assentamento Dirigido), com capacidade para receber aproximadammente nove mil famílias. Isso, de certa forma, consistia em mudança radical no uso da terra e também na regularização fundiária para a produção familiar, em modos de usos diferentes daqueles feitos pelos seringueiros. Abre-se, desse modo, uma reterritorialização em que vão se configurar novas territorialidades, que passam a ser constituídas por migrantes oriundos majoritariamende do Centro-Sul.

A produção e a organização espacial dos PADs produzem uma ruptura com as bases territoriais constituídas pelos seringueiros na floresta. Os lotes retangulares quebravam com a estrutura das colocações, inviabilizando a produção extrativa e, por conseguinte, a reprodução social desse segmento do campesinato. Essa constatação, como se verá mais adiante, foi um divisor de águas nas estratégias de luta pela terra comandada pelo MSTR no Acre.

Outro aspecto que ainda temos a ressaltar é que, com essa ampliação de áreas voltadas para o assentamento familiar durante a década de 1980, muitos desses assentados ficaram em situações de semi-abandono. Há uma recolocação das possibilidades de se verem diante de novos processos

de expropriação. Nisso há um despertar para a necessidade de lutar também contra esses processos que os atingem integralmente. Na verdade, o desenvolvimento das organizações de resistência coletiva já estava posto pelos movimentos de luta pela terra dos seringueiros. De qualquer forma, perante essa realidade, além do sindicalismo rural, surgem outras formas de organização comunitária, especialmente as associações e cooperativas, a maioria incentivada por instituições governamentais (Paula, 1991).

A formação desse assossiativismo marca uma fase em que os movimentos sociais ganharam outra dimensão, a que chamamos de "luta na terra" (Silva, 2005). Isso significa que a resistência no campo e na floresta passou a desenvolver e a incorporar estratégias direcionadas a assegurar as condições mais gerais de permanência desse campesinato na terra conquistada. De modo geral, vemos que é nesse processo que melhor se constrói uma interação identitária, naquilo que entendemos como a complexidade de um campesinato regional. Isso, seja nas suas ações integrais de classe social, seja em suas trocas de experiências na labuta cotidiana de trabalho com a terra em situações diversas das regiões de origem, ou, até mesmo, para os seringueiros que se viam obrigados a se readaptar à atividade nas lavouras.

A luta na terra, conjuntamente ou paralela à luta pela terra, forma portanto as articulações que criam condições para que, na década de 1980 e princípios dos anos 90, tivéssemos bases para assegurar a reprodução social desse campesinato. Com isso, desenvolvem-se organizações que vinculam o processo de produção/circulação desses sujeitos sociais com mercados em escalas diferentes, fortalecendo a resistência na terra.

DA ORGANIZAÇÃO À PROPOSTA DE NOVO TIPO: CNS E RESEX

No limiar da década de 1980, começavam a aparecer com maior freqüência as imagens que denunciavam os efeitos destrutivos da expansão da fronteira agropecuária nessa parte da Amazônia. Na vizinha unidade federativa, Rondônia, configurava-se o quadro mais desolador: em apenas uma década praticou-se um desmatamento em larga escala, acompanhado do extermínio sistemático dos povos indígenas do território. Esse fato passou a ser largamente denunciado por organizações e movimentos ambientalistas internacionais. Dado que o Banco Mundial teve um papel ativo nesse processo, via financiamento de obras de infra-estrutura (como a pavimentação da BR-364 no trecho Cuiabá–Porto Velho), passou a constituir-se num dos principais focos de pressão desses movimentos.

O caso de Rondônia anunciava o futuro reservado às terras acrianas nesse processo intenso de expansão da fronteira. Além do mais, tanto o agravamento dos conflitos sociais e a luta pela terra quanto a forma de aces-

so a ela, seja via negociações diretas com latifundiários ou nos projetos de colonização, criados pelo Incra,[6] geravam mais problemas do que soluções. Deve-se lembrar ainda que a crise do regime ditatorial e a emergência de movimentos sociais diversos como novos protagonistas da luta pela democratização no Brasil acabavam repercutindo regionalmente.

As diferentes leituras dessa nova conjuntura iriam repercutir na condução política do sindicalismo rural no Acre. Enquanto o grupo majoritário de lideranças ligadas à direção da Contag centralizava a atuação na esfera institucional, ocupando espaços abertos no âmbito do governo estadual[7] a fim de viabilizar a "reforma agrária possível", os dirigentes do STR, de Xapuri e de outros sindicatos, ligados à CPT, decidiam manter-se numa posição de independência e apostar na intensificação das mobilizações coletivas como principal forma de luta pela terra. Nessa conjuntura, lideranças expressivas, como Chico Mendes, passaram a questionar as estratégias adotadas até então pela Contag.

Não havia, contudo, consenso nessa dissidência do MSTR no Acre em termos do "modelo" de reforma agrária a ser seguido. Os sindicalistas ligados à CPT não rompem com o modelo "distributivista" e "produtivista" contido no Estatuto da Terra, mantendo-o, a exemplo da Contag, como referência de atuação no enfrentamento dos conflitos fundiários. Para as lideranças do STR de Xapuri, preocupadas em atender às demandas de sua principal base social, os seringueiros, a resolução efetiva dos conflitos passava necessariamente pelo reconhecimento de seus direitos sobre a área total de suas "colocações". Tratava-se, portanto, de reafirmar a territorialização seringueira em contraposição àquela instituída no processo de expansão da fronteira. A avaliação do ex-presidente do STR de Xapuri (1982-88), Chico Mendes, é muito precisa nesse sentido. De acordo com ele, além de legitimar a usurpação da terra ao reconhecer os latifundiários como proprietários – seja na forma de desapropriação pelo Incra para criar projetos de colonização, seja nas negociações diretas –, a saída dos seringueiros para os loteamentos havia resultado em fracasso absoluto (Linhares, 1992). Daí os processos de desterritorialização desses trabalhadores de suas terras serem constantes.

A importância da liderança de Chico Mendes nesse movimento nucleado em Xapuri deve-se, sobretudo, à sua formidável capacidade de fazer as conexões entre o particular e o geral. Isto é, de ressignificar a luta pela terra incorporando a ela o componente da conservação ambiental. Nesse processo, tão importante quanto o seu resultado imediato – a crítica ao modelo de

[6] Entre 1977 e 1983, o Incra criou, no estado do Acre, cinco projetos de colonização com capacidade para assentar aproximadamente 10 mil famílias, a maioria formada por migrantes do Centro-Sul do país.

[7] A exemplo do que ocorreu na maioria das unidades federativas, a oposição liderada pelo PMDB venceu no Acre as eleições para o governo estadual em 1982, acenando com a promessa de atender a diversas demandas sociais reprimidas.

modernização pautado na destruição da floresta e a elaboração da proposta de Reservas Extrativistas como alternativa a ele – foi a difícil construção de diálogos entre atores diversos. Ao contrário do que se afirma correntemente, o encontro entre a luta de resistência dos seringueiros com organizações e movimentos ambientalistas não se deu de forma "harmônica".

Apesar da concordância entre esses diversos atores em torno de um objetivo comum – impedir a devastação da floresta amazônica –, existiam e ainda existem enormes polêmicas quanto ao destino que deveria ser dado à região. Para aquelas organizações e movimentos ambientalistas inspirados no antropocentrismo, dever-se-ia pensar formas de uso compatíveis com a conservação do meio ambiente; para as de inspiração ortodoxa,[8] o fundamental era preservar o ambiente natural. Logo, não há uma aproximação automática com os "ambientalistas", quando se tratava de pensar as alternativas. Imaginemos, portanto, Chico Mendes buscando aliados nesse "ambiente político"! Do mesmo modo, transitar no interior do sindicalismo e de organizações partidárias de esquerda, como o fazia Chico Mendes, com idéias consideradas "ambientalistas", também não era fácil.

A formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) ocorre nesse contexto. Abordada por diversos autores, como Grzybowsky (1987; 1989); Almeida (1989); Paula (1991, 1999, 2006); Aymone (1996); Gonçalves (1998); Silva (2001); Silva (2005) é interpretada em linhas gerais como fenômeno social mais amplo que marca a emergência de outros movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Assim, percebem a origem do CNS como uma organização de novo tipo. Valendo-se da experiência de Xapuri,[9] teria como objetivo constituir no território amazônico vínculos identitários políticos entre os seringueiros e outras categorias de trabalhadores extrativistas e alargar suas alianças políticas com outros segmentos emergentes da sociedade civil em nível nacional e internacional. A rigor, as intenções iniciais que nortearam sua formação pareciam bem modestas.

Chico Mendes deixa bem claro, em um de seus depoimentos, que a criação do CNS foi inspirada no Conselho Nacional da Borracha, instância responsável pela deliberação das políticas setoriais para a produção e comercialização da borracha natural. Somente o patronato e a burocracia governamental tinham assento nesse Conselho. A idéia de fundar o CNS era, portanto, uma forma de dar voz aos seringueiros e reivindicar o direito

[8] Para o antropocentrismo a relação com a natureza é percebida a partir de critérios utilitaristas, definidos com base nas necessidades humanas, entre os ortodoxos a percepção é inversa, isto é, a humanidade deve submeter-se aos imperativos da ordem cósmica (VINCENT, 1995).

[9] Os inúmeros "empates" realizados na década de 1980 em Xapuri produziram como um de seus resultados a formação de uma identidade política dos seringueiros. Em síntese, ela expressa a oposição aos fazendeiros e afirmação de direitos e valoração do seringueiro como "protetor" da floresta. Maiores informações, ver Paula, 1991

de participar nas instâncias decisórias do poder (Grzybowsky, 1989). No mesmo depoimento, Chico Mendes afirma que o surgimento do CNS resultava também das limitações do sindicalismo rural em incorporar bandeiras de lutas de categorias minoritárias. Ao analisar as relações dessas "unidades de mobilização" com o sindicalismo rural, Almeida (1989, p.13) afirma que elas "apresentam-se, pelo menos, sob dois aspectos: suplantaram-nas na sua condução e orientação das lutas, quando elas se mostraram frágeis e subordinaram-se, ou têm sido conduzidos por elas, quando se mostraram eficazes nas mobilizações". Afinal, continua o referido autor, "também nas estruturas sindicais são detectados níveis de contradição que podem inibir ou não a capacidade mobilizatória".

As estratégias adotadas pelo CNS para legitimar-se como representação política na região amazônica confirmam as observações acima. Tanto no Acre quanto no sudeste do Pará e Maranhão, ele apoiou-se no sindicalismo mais mobilizado. Em alguns municípios, articulou-se com as oposições sindicais e estabeleceu como meta conquistar as direções dos respectivos sindicatos. Onde não havia organização sindical, como Rondônia, ou onde sua presença era pouco expressiva, procurou estruturar outras formas organizativas, como associações de seringueiros e comissões municipais e regionais do CNS.

Ao olharmos a trajetória do CNS nessas duas décadas de existência, pode-se ter uma idéia das ambigüidades e indefinições que a caracterizam. Num primeiro momento, compreendido entre o I e o II Encontro de Seringueiros, os esforços da direção provisória concentraram-se na ampliação de sua base de apoio interna e externa. Enquanto no âmbito interno a estrutura sindical representou o principal ponto de apoio, externamente diversas ONGs e movimentos ambientalistas cuidaram de fazer a "ponte" com a sociedade civil nacional e internacional, divulgando a luta dos seringueiros. A idéia de alternativas àquele modelo de produção destrutiva na Amazônia contida no escopo da proposta de Reserva Extrativista (RESEX)[10] cumpriu papel decisivo, atraindo simpatias em segmentos diversos.

Em linhas gerais, propunha-se com as RESEX uma transformação radical na lógica de apropriação dos recursos naturais e dos resultados do trabalho. Isto é, em vez de ser apropriada para fins de acumulação por parte dos capitais privados, a terra passaria a ser incorporada ao patrimônio nacional como um bem público, assegurando-se os direitos das populações nela residentes de definirem coletivamente as formas de gestão e uso social, mediante estabelecimento de contratos de concessão real de uso. Aí residiram formas de conquista de territórios por populações que há anos já estavam

[10] Apesar de ter sido elaborada formalmente em meados de 1985, com contribuições de intelectuais diversos, as RESEX foram gestadas no processo de resistência secular dos seringueiros. A esse respeito ver, entre outros, Paula (1991) e Gonçalves (1998).

produzindo nesses espaços. Em linhas gerais, esses são os pressupostos que deram suporte teórico à proposta que levou à territorialização das Reservas Extrativistas.[11]

Para viabilizar as RESEX, atribuía-se ao Estado um papel decisivo na dotação de meios necessários para o uso sustentável dos recursos naturais. Tal sustentabilidade requeria, necessariamente, a valorização das práticas e saberes acumulados por essas populações na sua interação com a natureza, na formação de uma territorialidade seringueira. Ou seja, dado que a biodiversidade era – e continua sendo – largamente desconhecida na Amazônia, dever-se-iam, a médio e longo prazo, desenvolver pesquisas com o intuito de apropriar-se da ciência para gerar novas tecnologias voltadas para a utilização dos diversos recursos naturais. A curto prazo, priorizar-se-ia a adoção de incentivos (na forma de subsídios) àqueles produtos, como borracha e castanha, habitualmente explorados pelas populações extrativistas. Cabe ressalvar que a exploração de madeira para fins comerciais é absolutamente descartada nesse esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista (Paula, 2005; Silva, 2005).

Compõe ainda esse conjunto de proposições iniciais, o incentivo às populações dessas áreas para criar ou fortalecer organizações destinadas a assegurar a autonomia e autogestão. Tais objetivos traduzem-se em iniciativas do tipo cooperativista, voltadas para eliminar as práticas de exploração do trabalho engendradas no contexto das relações mercantis, bem como naquelas de cunho mais político direcionadas para coordenar a gestão nas RESEX, tendo em vista assegurar-se o máximo possível de autonomia. Ou seja, pretendia-se construir "por baixo" a sustentabilidade econômica sociocultural e política da RESEX. Deve-se lembrar que não se trata de um fenômeno isolado. Iniciativas similares ocorrem em diversos países da América Latina, conferindo novos significados para "as lutas dos grupos indígenas e camponeses pela socialização da natureza, pela reapropriação democrática de seu patrimônio de recursos naturais e culturais e pela autogestão de suas potencialidades ambientais" (Leff, 2000, p.345).

ROMPENDO AS FRONTEIRAS: DE XAPURI PARA O MUNDO

O assassinato, em 22 de dezembro de 1988, da principal liderança do CNS, Chico Mendes, e as repercussões dele decorrentes alteraram completamente a trajetória da ainda incipiente organização. Repentinamente o CNS pas-

[11] As RESEX foram instituídas através do Decreto-Lei Presidencial n. 98.987/90. No essencial, elas foram pensadas inicialmente como alternativa para a regularização jurídica das áreas ocupadas tradicionalmente pelos seringueiros e outros trabalhadores extrativistas

sou a ocupar um lugar de destaque no cenário político regional e a obter grande visibilidade nacional e internacional, particularmente na Europa ocidental e nos Estados Unidos. O CNS converte-se em objeto de interesse de uma gama maior de ONGs ambientalistas, agências governamentais e não-governamentais, organismos multilaterais. O sentido socioambiental da luta pela terra iria então impregnar os movimentos ambientalistas mundializados. Estes sentem que podem ter ressonância nas lutas em defesa dos territórios dos seringueiros, isto é, a terra coberta pela floresta e todo seu significado histórico social.

Ao analisar a aproximação de organizações ambientalistas com movimentos indígenas na América Latina, Leff (2000) afirma que elas teriam contribuído para difundir uma cultura democrática no continente. Na situação aqui referida, não percebemos esse "comprometimento" com valores democráticos por parte da maioria dessas organizações. Ao contrário, elas estiveram – e estão – mais empenhadas em impor uma visão sobre a questão ambiental mais conveniente ao neocolonialismo. As encenações que marcaram o II Encontro Nacional dos Seringueiros e o I Encontro dos Povos da Floresta, em Rio Banco (1989) parecem bastante reveladoras nesse sentido. Além de uma exploração exaustiva de imagens do exotismo dos "povos da floresta", diversas ONGs e movimentos ambientalistas procuraram dar a "direção" para o evento. As mudanças operadas no Estatuto do CNS nesse Encontro, atribuindo maior ênfase à sua face ambientalista, bem como à formalização da Aliança dos Povos da Florestsa, que pretendia unificar os movimentos de seringueiros e índios, resultaram em grande medida da interferência dessas organizações.

Entre o II e o III Encontros, um grupo de lideranças sindicais e assessores diretos do CNS, ligados à CUT pela Base,[12] procurou imprimir uma reorientação política ao CNS. Ela apoiava-se em três eixos fundamentais: 1) afirmação da autonomia do CNS; 2) priorização de uma política de alianças com organizações e movimentos envolvidos na luta pela reforma agrária; 3) fortalecimento da organização sindical de base. No III Encontro (1992) houve a consagração dessa estratégia política. Diferentemente dos Encontros anteriores, em que a participação nos debates era livre, com a palavra franqueada a todos os participantes, nesse, só o faziam os delegados eleitos, e sua condução foi centralizada pelas principais lideranças do movimento, a exemplo do que ocorre nos congressos da CUT e da Contag. Foi uma espécie de recado dirigido aos representantes de diversas ONGs e outros observadores presentes, isto é, a partir daquele momento a direção do CNS pretendia assumir o controle do processo de mediação, seja com instituições governamentais, seja com as não-governamentais, diretamente, sem intermediações.

[12] Trata-se de uma corrente sindical formada por sindicalistas ligados a organizações de esquerda marxista e de extração católica.

Essa atitude, somada ao perfil da "nova aliança" entre seringueiros e trabalhadores agroextrativistas da Amazônia oriental, teve repercussões profundas nas relações externas do CNS. Muitas ONGs se afastaram e algumas agências começaram a fazer restrições a seus projetos de financiamento. Enfim, houve uma reconfiguração das relações instituídas até então. Procurou-se estabelecer uma aproximação maior com movimentos ambientalistas como o Greenpeace, que participou ativamente da mobilização coletiva mais expressiva da história do CNS: o "Empate Amazônico Contra a Fome e a Devastação da Floresta Amazônica", realizado em meados de 1993.[13]

Diante do aumento das pressões internacionais sobre o governo brasileiro e da criação das primeiras RESEX, em 1990, o CNS passou a defrontar-se com a necessidade de apresentar propostas de desenvolvimento "mais concretas". No caso especifico do Acre, "terra de Chico Mendes", o CNS transformou-se em um dos principais catalisadores dos debates sobre desenvolvimento na região. Sua presença tornou-se obrigatória em todos os eventos dessa natureza e possibilitou a participação das mais variadas correntes de pensamento, que passaram a opinar sobre as "alternativas de desenvolvimento".

A reivindicação de políticas públicas específicas para seus representados, articuladas com incentivos à adoção de "alternativas de desenvolvimento" apoiadas em financiamentos externos provenientes de diversas agências não-governamentais,[14] constitui-se na marca fundamental das estratégias adotadas nessa fase pelo CNS. No plano institucional, as "Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia" (1993) sintetizam em quatro eixos as demandas de sua base social: 1) resolução dos conflitos fundiários e criação de novas RESEX; 2) dotação de infra-estrutura social e produtiva nas áreas reformadas; 3) desenvolvimento de pesquisas e tecnologias apropriadas para as RESEX; 4) subsídios e garantia de mercado para borracha natural oriunda dos seringais nativos.

No caso do incentivo aos "projetos alternativos" de desenvolvimento, essa política acabou transformando Xapuri em uma de suas principais "vitrines". A primeira metade dos anos 90 é caracterizada, sobretudo, pela tentativa do CNS, em conjunto com outras organizações dos trabalhadores, de implementar algumas dessas "alternativas de desenvolvimento".

[13] O seu objetivo era pressionar o Governo Federal para elevar os preços da borracha natural e criar subsídios. As manifestações ocorreram em diversas capitais. Em Brasília, a caravana de extrativistas bloqueou a entrada do Ministério da Fazenda, que acabou atendendo parcialmente às reivindicações.

[14] As agências não-governamentais (ANGs) repassam esses financiamentos (via de regra, a fundo perdido) através de complexos circuitos transnacionais de intermediações que envolvem as ONGs, os movimentos sociais e/ou "comunidades locais". Para maiores informações sobre a atuação delas no Acre, ver Paula (2005).

A partir do IV Encontro Nacional do CNS, realizado em Brasília no ano de 1995, o movimento de aproximação da direção do CNS se intensifica. Havia chegado a hora, diziam as principais lideranças do CNS, de mudar as estratégias e apostar nos grandes projetos, como o Projeto Reservas Extrativistas, instituído no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP G7), financiado pelo "Grupo dos oito países ricos", por intermédio do BIRD.

A partir de 1995, o CNS passou a ser mantido financeiramente de forma majoritária pelo Governo Federal, Banco Mundial e governo do Acre.[15] Essa adesão foi justificada por motivos políticos e econômicos. No primeiro caso, acreditava-se que no Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) haveria maiores espaços de participação, e a questão agrária e ambiental na Amazônia receberia um tratamento diferenciado dos governos anteriores. No segundo, sentiam-se tanto os efeitos da retração dos financiamentos das ANGs "a fundo perdido" quanto a insuficiência dos "pequenos projetos" para responder às crescentes demandas de sua base social. Isso ajuda a explicar a aceitação, por parte dos dirigentes do CNS, dos retrocessos na gestão das RESEX – as modificações introduzidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) implicaram, entre outros, no aumento do poder das ONGs e na perda de autonomia dos moradores dessas áreas – e das políticas privatistas e predatórias engendradas nesse novo ciclo de acumulação, denominado por Harvey (2004) como "acumulação via espoliação".[16]

No caso do Brasil, a aprovação pelo Congresso Nacional, em fevereiro de 2006, da Lei n.11.284/2006, de autoria do Ministério do Meio Ambiente (MMA), expressa com nitidez o modo como se institucionaliza e legitima essa "acumulação via espoliação". Essa lei institui a concessão de florestas públicas para a exploração madeireira por grandes grupos empresariais. A previsão é que, num primeiro momento, 13 milhões de hectares sejam entregues à "guarda" dos madeireiros. Nos próximos dez anos, pode chegar a cinqüenta milhões de hectares. A exemplo do que tem ocorrido com as demais privatizações, procura-se construir um consenso em torno das supostas virtudes de uma ordem regida pelas "leis do mercado". Essa malfadada lei contou com o apoio ativo do CNS e de inúmeras ANGs e ONGs que transitam pela Amazônia, muitas delas financiadas pelo cartel madeireiro mundial.

---

[15] Com a eleição para o governo do Acre em 1998, de uma frente liderada pelo Partido dos Trabalhadores, o processo de cooptação do CNS foi concluído. O "apoio financeiro" às atividades do CNS somado ao controle exercido pela direção burocrática do PT assegura a obediência às determinações governamentais.

[16] Para Harvey (2004), uma das características atuais do capitalismo seria a combinação entre "acumulação expandida e acumulação via espoliação". Comandada pelo imperialismo, a "acumulação via espoliação" é caracterizada de maneira geral como uma forma de recrudescimento da "acumulação primitiva".

DE VOLTA PARA CASA

Depois de "ganhar o mundo", entre o final dos anos 80 e o iníco dos 90, o CNS começa a "voltar para casa", acompanhado do conjunto do MSTR no Acre. Esse movimento de "retorno" pode ser explicado a partir da conjugação de dois fenômenos: 1) o crescimento da presença e influência das ONGs nesse movimento, difundindo a crença nas virtudes de um "desenvolvimmento sustentável"[17] de base local. Desse modo, os esforços passam a orientar-se na busca de projetos de financiamento[18] para "viabilizar" alternativas de produção localizadas em experimentos de determinadas comunidades; 2) ascensão ao Executivo estadual de uma frente partidária liderada pelo PT – partido comprometido histricamente com o MSTR, com o CNS e com a luta de resistência pela terra –, ancorada nas promessas de redirecionar as políticas no sentido da promoção de "desenvolvimento sustentável" no Acre.

A imagem construída do processo em curso no Acre, desde então, é a de uma experiência exitosa, um exemplo a ser seguido na Amazônia. Os conflitos sociais motivados na luta pela terra haviam sido contornados através de um reordenamento inovador da estrutura fundiária (Tabela 2), uma vez que foi reconhecido juridicamente o domínio territorial por parte das populações camponesas e indígenas que nele habitam. Além do mais, estaria em marcha um estilo de "desenvolvimento sustentável", que asseguraria não só a conservação da floresta e do meio ambiente como também a participação dos movimentos sociais nos processos decisórios. Vejamos então o que revela e o que esconde a reconfiguração da estrutura fundiária.

A primeira observação sobre a tabela 2 diz respeito à sobreposição de dados efetuada, o que acaba ampliando a área territorial do estado em aproximadamente 1,4 milhão de hectares. O problema é que boa parte dos lotes dos assentamentos está cadastrada no SNCR, portanto suas respectivas áreas aparecem computadas duas vezes: na modalidade de Projetos de Assentamentos e como áreas sob domínio particular – SNCR. A segunda refere-se ao montante das terras de propriedade estatal, um pouco mais de 50% da área total do Acre, regulamentadas nas formas diversas de unidades de conservação e Terras Indígenas. O problema é que boa parte dessas terras está sendo destinada à exploração privada por parte de grandes empresas madeireiras sob o amparo da Lei n.11.284/2006, que instituiu e regulamen-

[17] Ao analisar esse processo, Paula (2005) demonstra que a ideologia do "desenvolvimento sustentável" foi extremamente eficaz para viabilizar uma conciliação de classes. Tal conciliação teria assegurado a satisfação dos interesses das oligarquias que comandam o poder político estadual e os grupos de capitais a ela associados. Ao analisar as suas dimensões socioeconômicas, políticas e ambientais, conclui-se que as bases da insustentabilidade não foram alteradas, tratando-se portanto de um estilo de "desenvolvimento insustentável".

[18] Entre as diversas fontes desses financiamentos, destacam-se: BIRD, BID, BNDES, e diversas agências não-governamentais como: WWF, NOVIB, Fundação Ford, entre outras.

Tabela 2: Situação das terras do estado do Acre (2006)

Denominação	**Quant.**	**Área (ha)**
Projetos de Assentamentos	107	1.955.870,66
Unidades de Conservação Federal	11	4.056.395,36
Unidades de Conservação Estadual	5	1.797.780,00
Unidades de Conservação Municipal	5	1.026,34
Terras Indígenas	32	2.234.265,89
Áreas arrecadadas e destinadas	107	3.271.827,02
Terras públicas não destinadas	5	28.949,00
Terras dominicais	4.086	209.270,37
Áreas sob domínio particular – SNCR	21.157	5.783.399,20
Área total do Estado		16.422.136,04

Fonte: Governo do Acre, 2006

tou o regime de concessão de florestas públicas nas unidades de conservação de uso direto. Trata-se, sem dúvida alguma, do maior golpe já praticado contra as conquistas do movimento dos seringueiros na Amazônia.

Outro detalhe, que não fica aparente no modo como foi construída a Tabela 2, está relacionado à persistência da concentração da propriedade fundiária nas áreas de domínio privado, como mostra a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Terras cadastradas no Acre (1970 -2006)

Área (ha)	**1970**				**2006**			
	Nº de imóveis		**Área Cadastrada**		**Nº de imóveis**		**Área Cadastrada**	
	Quant.	**(%)**	**Quant.**	**(%)**	**Quant.**	**(%)**	**Quant**	**(%)**
1 a 100	2.807	72	71.946,4	1,77	16.980	84,98	859.298,1	20,5
101 a 1000	526	13,67	187.767,2	4,63	2331	11,66	406.010	9,7
1001 a 9.999	396	10,29	971.348,6	23,97	484	2,42	1.645.449	39,4
Acima de 10.000	118	3,06	2.820.608,9	69,61	165	0,82	1.265.696	30,3
Total	**3.847**		**4.051.671,1**		**19.980**		**4.176.064,6**	

Fonte: Cadastro do Incra, 2006

Ao compararmos os dados relativos às terras cadastradas em 1970 e 2006, percebemos, em primeiro lugar, que a área cadastrada total permaneceu praticamente inalterada. Em segundo, fica evidente a ampliação da participação dos imóveis situados na faixa de 1 a 100 hectares. Contudo, a propriedade da terra permanece extremamente concentrada, uma vez que 69,7% das terras de domínio privado estão sob o domínio de apenas 3,24% dos imóveis.

A exploração madeireira e a pecuária extensiva de corte têm determinado o ritmo da produção no agro acriano. Os dados mais recentes sobre

desmatamentos, conflitos sociais e a pauta de exportações estaduais não deixam margem de dúvidas a esse respeito. No período de 1989-98, a média anual de áreas desmatadas foi de 536,6 Km^2, enquanto no intervalo de 1999-2005 foi de 618,8 Km^2. Após uma auditoria sobre os dados desse último período, encomendada pelo governo do Acre, o Imazon mostrou que o desmatamento teria atingido a média de 816 Km^2. De acordo com as informações contidas num documento elaborado pelo Incra, "Conflitos socioambientais em pequenas, médias e grande propriedades" (Incra, 2006) estariam em curso conflitos em 60 áreas diferentes, envolvendo de um lado posseiros e, de outro, fazendeiros, madeireiros e o Estado (nas áreas destinadas à exploração florestal). Sobre as exportações, dos 195 milhões exportados em 2005, 150 milhões foram de carne bovina e derivados (couro, farinha de osso e sebo), 32 milhões com venda de madeira. Borracha e castanha, juntas, participaram apenas com nove milhões. Enfim, a exemplo do que ocorre em outras unidades da Federação, a situação do campesinato no Acre parece cada vez mais dramática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta de resistência pela terra, protagonizada pelo campesinato obteve, até o momento (2006), conquistas relevantes na reconfiguração da estrutura fundiária no Acre. O acesso ao domínio jurídico legal da terra (na forma de propriedade ou direito de uso) e o reconhecimento de uma parcela desse segmento social em ações e políticas do Estado (no sentido ampliado) constituem traços marcantes de sua reterritorialização, resultante dos embates entre capital e trabalho nessa região. Portanto, considerando as condições básicas vividas nessas três décadas finais do século XX, a questão do campesinato esteve na raiz das luta de classes e também dos embates das diversas forças políticas regionais. Isso reflete a longa trajetória de construção coletiva e ampliação do sentido da luta territorial que se travou nessas décadas finais do século XX, com a formação do MSTR, do CNS e construção da proposta de RESEX.

Deve-se ressalvar, contudo, que esse fato não repercutiu de forma significativa na apropriação, por parte desse campesinato, dos resultados do seu trabalho e saberes sobre a natureza. Permanece submetido a uma brutal exploração, uma vez que aprofundou sua subordinação à lógica que preside a acumulação incessante do capital e os efeitos socioambientais devastadores dela resultantes. Sob essa perspectiva, longe de expressar um desfecho "bem-sucedido" da luta de resistência do campesinato, a reconfiguração fundiária tende a definir, em curto e médio prazos, uma nova reterritorialização do capital. Nas áreas de assentamentos regidos pelo regime de propriedade privada, a inexistência de políticas voltadas para o fortalecimento efetivo

da produção camponesa tem resultado num processo de reconcentração da propriedade fundiária, formando ou ampliando as fazendas voltadas para exploração da pecuária de corte extensiva. Nas unidades de conservação de uso direto, a expansão da exploração madeireira por parte de grandes empresas e dos laboratórios da indústria farmoquímica poderá transformar esses grupos de capitais em detentores de fato desses espaços, até então tidos como territórios de produção camponesa.

Enfim, trata-se, conforme mencionamos anteriormente, de um contexto marcado pela ofensiva do imperialismo no sentido de apropriar-se das últimas reservas de recursos naturais do planeta, submetendo os povos que as habitam a um regime de exploração regido pela lógica da "acumulação via espoliação". A floresta, como espaço produzido, tem sido otimizada para o capital, que se apropria do saber, da força de trabalho e dos recursos naturais dos camponeses locais e, sob o discurso da ideologia do "desenvolvimento sustentável", domina seus territórios.

Nessas circunstâncias, os desafios postos para a luta de resistência do campesinato no Acre são incomensuráveis. A má notícia é que, aparentemente, não contam com instrumentos capazes de responder a esse desafio, dado que suas representações estão em franca degeneração. A boa notícia é que esse campesinato está bem próximo da Bolívia, que, juntamente com Equador e Venezuela, forma um dos núcleos mais avançados da América Latina na luta de resistência contra a expropriação das gente e de seu patrimônio natural. Que essa brisa fresca dos altiplanos contagie o campo e a floresta, não só do Acre, mas de toda a Amazônia continental, no sentido de estimular a busca de novos rumos nas próximas jornadas da resistência camponesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. *Revista da ABRA* (Campinas), 19(1), 1989.

AYMONE, T. *I popoli della foresta*. Torino: Bollati Boringhiere, 1996.

BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

COSTA SOBRINHO, P. V. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental.* São Paulo/Rio Branco: Cortez/UFAC, 1992.

GONÇALVES, C. W. *Geografando nos Varadouros do Mundo da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à Reserva Extrativista.* Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

_______. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

GRZYBOWSKY, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes 1987.

_______. *O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

INCRA (SR14). *Conflitos sócio-ambientais em pequenas, médias e grande propriedades no estado do Acre*. Rio Branco, 2006.

MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LEFF, E. *Ecologia, Capital e Cultura; racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável.* Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

LINHARES, L. P. *Animus Domini: uma análise da política de discriminação de terras no Acre*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MEDEIROS, L. S.. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

PAULA, E. A. *Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade*. Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado em) – Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

_______. *(Des) envolvimento insustentável na Amazônia ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza.* Rio Branco: Edufac, 2005.

_______. A conquista da floressa nas terras do Acre. In: MEDEIROS, LEITE (Orgs.) *A Formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Ed. Universidade/ UFRGS/CPDA, 1999.

_______. Movimento Sindical e Luta pela Terra: do romantismo da voz ao pragmatismo do silêncio In: PAULA, SILVA (Orgs.) *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acriana*. Rio Branco: Edufac, 2006.

_______. Conselho Nacional dos Seringueiros e o novo colonialismo na Amazônia. *Revista da Alasru, Nueva Épo*ca n.2 Analisis latinoamericano del médio rural. Chapingo-México 2006.

PINTO, L. G. *A Contag: uma organização contraditória*. Brasília, 1978. Dissertação (Mestrado em) –, Universidade de Brasília.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Clacso, 2005.

SANT'ANNA, M. R. *Os imperadores do Acre: uma análise da recente expansão capitalista na Amazônia*. Brasília, 1988. Dissertação (Mestrado em) – ICH/PPGS, Universidade de Brasília.

SILVA, A. F. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre; movimentos de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, 1982. Dissertação (Mestrado em Economia) – CEDPLAR, UniversidadeFederal de Minas Gerais.

SILVA, M. R. *Sindicato em movimento: representação política e os interesses do STR de Xapuri.* Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado em) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. mímeo.

SILVA, S. S. *A Fronteira agropecuária acriana*. Presidente Prudente, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. 376p.

_______. *Desenvolvimento agrário e resistência camponesa na Amazônia-acriana.* Presidente Prudente, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. 494 p

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhias das Letras. 2002.

VINCENT, A. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

9
Campesinato e Igreja na fronteira – o sentido da lei e a força da aliança*

Neide Esterci

> É verdade que, na história, pode-se ver a lei a mediar e legitimar as relações de classe existentes. Suas formas e procedimentos podem cristalizar essas relações e mascarar injustiças inconfessas. Mas, essa mediação, através das formas da lei, é totalmente diferente do exercício da força sem mediações. As formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibe o poder e oferece alguma proteção aos destituídos *de poder* (Thompson, 1987).

Este artigo se refere a uma disputa entre camponeses estabelecidos na fronteira amazônica e os representantes de um dos grupos econômicos que adquiriram terras na região, com o interesse de se beneficiar das políticas dos governos militares no final dos anos 60. Ao retomar o caso, pretendo trazer para discussão noções relativas à aplicação da lei como instrumento de resolução de conflitos fundiários, numa conjuntura de repressão e baixa capacidade de mobilização da sociedade civil e numa situação de frágil institucionalização da organização camponesa. Quero mostrar que os pequenos produtores reivindicavam direitos de acordo com as formas costumeiras de apropriação por eles firmadas ao longo de anos, mas apelavam também para a lei na defesa de outros direitos que lhes eram facultados. Em um caso estava em jogo o controle coletivo sobre o espaço

* Este artigo é fruto de uma pesquisa de campo e consulta aos arquivos da Igreja nos atuais municípios de Santa Terezinha, Porto Alegre e São Felix do Araguaia, no estado de Mato Grosso, nos anos de 1967, 1974, 1975 e 1981. Desde a primeira etapa da pesquisa, pude contar com o apoio e, naqueles tempos mais difíceis, com a proteção das equipes da Prelazia de São Felix. Em 2006, por um breve período, voltei a Santa Terezinha e São Felix, tendo a oportunidade de rever essas pessoas e revisitar antigos líderes do movimento de resistência. Algumas de suas falas serão citadas oportunamente.

pensado como um território; no outro, a apropriação de espaços particulares, de trabalho e moradia dos grupos domésticos. É também importante, neste caso, considerar o papel que tiveram os agentes religiosos que se aliaram aos camponeses na formulação e na insistente defesa de suas reivindicações, inclusive e principalmente, daquelas cuja lógica escapava ou era preterida pela lei e pelos representantes dos órgãos governamentais. Finalmente, vou argumentar que o engajamento nos conflitos de terra na Amazônia, entre os quais o aqui referido, foi pivô de uma articulação entre agentes da Igreja Católica da região, que repercutiu nos órgãos superiores da própria Igreja Católica no Brasil e ultrapassou as fronteiras regionais, levando a desdobramentos políticos importantes com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975.

INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, a fronteira amazônica sofreu uma grande transformação. As condições para essa transformação começaram a ser criadas ainda nos anos 50, quando governos estaduais da região passaram a alienar vastas extensões de terras públicas dos próprios estados e da União, e se aprofundaram e se ampliaram quando, nos anos 60, os governos militares começaram a implantar medidas visando a integrar a Amazônia à economia nacional (Shelton Davis, 1977; Ianni, 1978; Cardoso, Muller, 1977; Bunker, 1988).

A primeira grande área alcançada por tais iniciativas governamentais foi o nordeste do atual estado de Mato Grosso, à margem esquerda do Rio Araguaia, fazendo divisa, ao norte, com o estado do Pará. Além dos pequenos produtores familiares e dos povos indígenas, havia nessa área pequenos criadores de gado e comerciantes, alguns dos quais tinham mais recursos e eram detentores do poder local. A presença de agências do Estado era frágil, de modo que, com raríssimas exceções, todos ocupavam as terras a título de posse, não tendo documentos reconhecidos em cartório. Sendo farta, a terra não era valorizada, e tanto o mercado de terras quanto o de trabalho estavam ainda por se constituir plenamente.

Com as terras públicas adquiridas a preços simbólicos e com os financiamentos e incentivos fiscais generosos concedidos pelos governos militares, grupos econômicos dos setores imobiliário, financeiro e industrial deram início à implantação dos grandes empreendimentos agropecuários na área (Bandeira, 1975). Assim começou o processo de aniquilação ou subordinação dos modos de vida até então existentes nas aldeias indígenas e nos povoados camponeses, abrindo caminho para institucionalização dos mercados de terra e trabalho (Bandeira, 1975; Cardoso, Muller; 1977; Ianni, 1978).

A introdução e/ou incorporação sistemática do conceito de propriedade privada da terra tal como definida no código oficial, substituindo as formas

de relação até então praticadas pelos moradores, foi, sem dúvida, um elemento central nesse processo. Repensá-lo remete a algumas das questões propostas por Thompson (1987) acerca das disputas travadas entre os "habitantes da floresta" e as autoridades administrativas inglesas que, no início do século XVIII, tratavam de impor novas regras de acesso aos recursos, tendo em vista a privatização e substituição dos direitos costumeiros por regras mais uniformes e adequadas à ordem capitalista que, naquele momento, se implantava no campo. É que na floresta recortada por domínios reais e áreas de propriedade privada havia também espaços em que os moradores pobres, de acordo com regras fundadas nos costumes, podiam exercer direitos de uso e coleta de frutos, caça e extração da madeira. A chamada Lei Negra, de 1723, foi um dos instrumentos de implantação da nova ordem. Era uma lei draconiana, que reduzia esses usos e instituía plenamente a privatização dos recursos de tal modo que eles pudessem ser explorados com vistas ao mercado. Thompson (1987) dedicou especial atenção às disputas em torno do sentido da lei e mostrou que ora ela, ora os costumes, eram usados na argumentação das partes em disputa.

Se a Lei Negra era severa ao extremo, punindo com a pena capital cinquenta atos definidos como crimes, Thompson se atreveu, mesmo assim, a questionar a noção, forte na época, de que as leis servem apenas aos interesses dos poderosos e argumentou que a existência de alguma lei é melhor do que a de nenhuma lei, pois evita que os mais frágeis fiquem expostos ao arbítrio absoluto dos dominantes já que, havendo leis, eles também têm que em alguma medida se subordinar a elas. Argumentou, ainda, que as leis são sempre um campo de disputas e que as vantagens auferidas pelas partes dependem da correlação de forças.[1]

Na fronteira amazônica dos anos 60, apesar da existência de leis que teoricamente conferiam direitos a camponeses e povos indígenas, muitos moradores desses locais não tiveram como se contrapor aos novos pretendentes às terras que ocupavam e foram expulsos sem que seus direitos fossem sequer considerados. Foi o que aconteceu nas proximidades de São Felix do Araguaia, com a chegada da Agropecuária Suiá-Missu, a primeira a se implantar na região. Dos 695.843 hectares de terras dos quais ela se apropriou foram expulsas muitas famílias de pequenos produtores e todos os integrantes de uma aldeia da nação Xavante, transportados à sua revelia para outro local, distante de suas terras tradicionais. Shelton Davis (1978) relatou os efeitos devastadores da política dos militares sobre as nações indígenas. Houve aqueles que puderam contar com o apoio de aliados e tiveram tempo de reagir.

[1] Este ponto é também desenvolvido por Barrington Moore (1987), que, na análise de outras situações históricas, chama atenção para o fato de os contendores estarem sempre testando a flexibilidade das normas estabelecidas no sentido de ampliar suas vantagens.

Através de um caso que podemos provisoriamente pensar como de vitória dos pequenos produtores, é possível perceber as possibilidades abertas e as perdas que lhes foram impostas, naquela conjuntura, apesar da racionalidade de suas reivindicações.

Levar em conta a complexidade da natureza das leis e considerar a interferência da correlação de forças na sua aplicação podem ajudar a compreender os processos que se passaram nessa área da fronteira amazônica e a pensar, por oposição, situações em que eles mesmos e outros segmentos de pequenos produtores brasileiros lograram ultrapassar os limites das leis existentes, nas conjunturas políticas mais favoráveis do final dos anos 80 e nas décadas seguintes.

Para compreender a lógica e as reivindicações dos pequenos produtores, passemos ao caso de Santa Terezinha, considerando as categorias e os conceitos pelos quais eles expressavam, por ocasião das disputas, as suas relações com a terra e com os recursos naturais e distinguindo-as das relações fundadas na racionalidade dos códigos oficiais, pelos quais se orientavam, tanto as argumentações dos seus opositores quanto a racionalidade dos representantes dos órgãos governamentais presentes na cena da disputa.

OS PRIMEIROS CONFLITOS

Entre 1966 e 1970, foram aprovados pelos órgãos governamentais 66 projetos agropecuários para ser implantados no nordeste do estado de Mato Grosso, onde se encontravam os municípios de Barra do Garças, São Felix e Luciara (Casaldáliga, 1971; Davis, 1977). Nessa área, ocorreram os primeiros de uma série de conflitos que, nos anos seguintes ou simultaneamente, envolveram outras empresas e outros povoados na região.

Entre esses teve grande repercussão o que envolveu os habitantes do povoado de Santa Terezinha, hoje sede do município do mesmo nome, e os representantes da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara), de propriedade de empresários paulistas ligados ao Banco Nacional de Crédito (Deutertre, Casaldáliga e Balduíno, 1986). Eles haviam adquirido, em 1965, das mãos de uma empresa imobiliária, a extensão de 169.497 hectares, dentro da qual estavam localizadas não só as plantações dos pequenos produtores e muitas de suas residências rurais mas também a sede do povoado, com escolas, igrejas,[2] casas comerciais e residências urbanas, além dos campos naturais que ficavam na faixa contígua à sua área urbana.

[2] Além da Igreja Católica havia, em Santa Terezinha, na época em que começou o conflito, seguidores de uma Igreja Protestante. O chefe da família mais importante dessa filiação religiosa chegou ao povoado como empregado da primeira empresa que entrou em conflito com os *posseiros*. Leal aos seus empregadores, a família ficou um tanto isolada, já que as lealdades religiosas e políticas, naquele contexto, passavam, sobretudo, pela disputa em torno da terra.

As disputas começaram em 1965 e tiveram seu momento mais dramático em março de 1972, quando um grupo de moradores enfrentou policiais e empregados da empresa no lugar onde o vigário de Santa Terezinha mandara construir um ambulatório, obra contestada pela empresa que alegava não estar a mesma localizada de acordo com o plano da futura cidade que a própria empresa iria construir. Em conseqüência do confronto, que feriu alguns deles, tropas do Exército ocuparam o povoado e praticamente todos os homens adultos do lugar tiveram que se refugiar na mata, por mais de cem dias, para escapar à perseguição movida pelas forças militares. As agências governamentais procuraram acelerar o processo de demarcação de lotes familiares, de acordo com o módulo previsto para a região, o que cobria cerca de 10% do total das terras, ficando garantido à empresa o domínio sobre toda a área restante. O padre, de nacionalidade francesa, foi processado por subversão, levado a julgamento e condenado por um tribunal militar a 10 anos de prisão, sendo posteriormente expulso do país, por meio de acordo feito entre a cúpula da Igreja e representantes do governo militar, à revelia do próprio e dos superiores de sua prelazia. Um dos principais líderes dos *posseiros* também foi preso, levado para a cadeia da capital do estado e espancado, mas, sem ser submetido a nenhum processo ou julgamento, foi posto em liberdade e mandado de volta ao povoado. Cerca de um ano mais tarde, foi a vez de a repressão se abater sobre outros membros da equipe religiosa, muitos dos quais foram também presos e submetidos a interrogatório e tortura.

UM MODELO *SUI GENERIS* DE RELAÇÃO COM A TERRA: O SENTIDO DA ALIANÇA

A Teologia da Libertação, que inspirou os membros mais progressistas da Igreja Católica no Brasil desde o final dos anos 60, marcou profundamente o discurso e a prática das equipes religiosas que se articularam em torno das lutas camponesas nas Prelazias de São Felix, em Mato Grosso, de Conceição do Araguaia, no Pará, e de Goiás Velho, em Goiás.

Aquelas famílias de pequenos produtores, autoclassificados posseiros e ameaçados por empregados armados dos novos latifundiários, pareciam a personificação do "povo de Deus", em busca da "terra prometida". Suas práticas com relação à terra pareciam atualizar conceitos alternativos ao modelo de que eram portadores o governo e os empresários.

Vivendo na área desde as primeiras décadas do século XX, sem que, por um longo tempo, nenhum outro segmento social ou agência do Estado lhes viesse questionar a ocupação, os pequenos produtores haviam construído suas próprias regras de acesso, controle e uso da terra e demais recursos naturais. A divisão do espaço em lotes de área contígua, atribuídos a cada

família como propriedade, era, de certo modo, estranha e incompatível com suas práticas de exploração agrícola, pastoril e extrativista. Na área rural, cada família se apropriava em termos permanentes apenas do espaço em que construía a casa, o quintal e o pomar. Era o que designavam como a propriedade de um chefe de família. A cada ano, pequenas roças eram feitas em outras áreas, mas ficavam sob o domínio de uma família apenas o tempo suficiente para que todos os frutos do plantio fossem recolhidos. Eram as áreas de serviço, que podiam vir a ser apropriadas por outros, depois de colhidas as últimas raízes de mandioca, a planta de ciclo mais longo nelas cultivada. Havia ainda as matas e as pastagens naturais, das quais ninguém se apropriava porque eram comuns. Por isso, a concessão dos lotes familiares, se, por um lado, representava uma vitória diante da ameaça de expulsão, por outro, impunha uma grande derrota aos posseiros, pois destruía toda a organização da atividade econômica e da vida social sobre o espaço, sufocando a dinâmica da ocupação e dificultando sua reprodução.

De fato, os posseiros de Santa Terezinha eram pequenos produtores do tipo camponês. A denominação de posseiros foi introduzida, primeiro, como designadora de uma figura jurídica, sujeita a uma forma especial de direitos sobre a terra, definida no Código Civil Brasileiro como distinta desta outra forma de domínio que é a propriedade. De acordo com a legislação oficial vigente, a terra, neste caso, seria objeto de apropriação de fato – a posse –, podendo transformar-se em propriedade, desde que, por algum tempo, ninguém viesse, legitimamente, a contestar a apropriação. No decorrer das disputas, entretanto, o significado do termo foi sendo reelaborado até se tornar uma categoria política e autoclassificatória referida à luta: eram posseiros aqueles que se comprometiam com o grupo na medida do esperado; eram proprietários aqueles cujo trabalho investido já havia se materializado na casa, no sítio, nas plantações já crescidas.

> Nós nem conhecíamos esta palavra (posseiro)... Nós só costumávamos dizer assim: ele é um proprietário antigo, ou, quando era novo, dizia que estava começando a propriedade. Quando era uma propriedade antiga, diziam que era proprietário. (D. Alzira, posseira)

Além de distinguir as duas noções, como uma categoria nativa se distingue de uma categoria estrangeira, os pequenos produtores indicavam outros elementos que compunham suas noções de propriedade e de proprietário, como relações e status construídos ao longo do tempo e por meio do trabalho realizado que se objetivava nas construções e nas plantações: "Proprietário é isto: eu moro aqui, ... tenho o sítio já formado, o bananal, a casa que eu moro – então é minha propriedade" (Sr. Antônio, posseiro).

Se proprietário era aquele que construía seu status no tempo e por meio do trabalho, por oposição, aqueles que chegavam de fora reivindicando direitos à terra por terem títulos de aquisição por compra eram chamados

"donos de terra", "capitalistas". Eram os que tinham recursos e "cercavam tudo". Os atributos de proprietário estavam, pois, conforme anteriormente indicado, associados ao tempo que leva para ser construídos a casa, o pomar, o bananal. Ele era também um morador e, neste sentido, seu *status* estava associado ao tempo de desenvolvimento do ciclo familiar e de maturação das relações sociais, que se manifestam nas alianças de casamento, nos laços de compadrio e vizinhança.

A noção de propriedade, no código dos pequenos produtores, era portadora de particularidades também no que se refere à forma de demarcar limites. Aparentemente mais vaga e imprecisa do que a noção de limites de propriedade fundiária, pensada segundo critérios do código oficial, a noção de limites entre os pequenos produtores de Santa Terezinha era, todavia, suficiente para delimitação dos direitos de cada um sobre o espaço disponível. A propriedade, além da casa, da roça, do sítio, da capoeira, incluía também espaços ainda não trabalhados e deixados como reserva para plantios e extração da madeira necessária ao reparo da casa e construção de cercas. Mas ninguém deveria apropriar-se de não importa que extensão de terra e de mata. Mesmo esses espaços não trabalhados e deixados como reserva eram passíveis de cálculo, por parte dos demais moradores, e seu uso avaliado de acordo com a quantidade de pessoas a alimentar e a quantidade de braços aptos para o trabalho na unidade doméstica. Assim, se algum chefe de família pretendesse guardar mais que o avaliado como necessário, os outros costumavam dizer que ele estava "devorando" ou "estragando" a mata.

Esse modelo foi, por certo, socialmente elaborado e explicitado pelos pequenos produtores e seus porta-vozes em meio ao movimento de resistência. Ele se traduzia em categorias lingüísticas, tais como as acima expostas, mas também se manifestava nas ações através das quais os pequenos produtores e seus aliados se opunham às investidas da empresa sobre cada segmento do espaço disputado, fazendo-nos pensar a terra – objeto do conflito – como um espaço diferenciado. De fato, o conflito se desdobrou em várias disputas, cada uma referida a um segmento do espaço e manifestando formas de apropriação diversas e refletindo sua importância econômica e política particular.

ENTRE A VILA E O SERTÃO: CAMINHOS E PASTAGENS

Por causa do tipo de agricultura que praticavam, os posseiros de Santa Terezinha localizaram-se a princípio nas matas próximas à margem do rio, aí fazendo suas casas e os primeiros cultivos. À medida que as terras perdiam a fertilidade inicial e as matas escasseavam, eles se deslocavam para o interior. No terreno já desbravado, ia crescendo a vila, enquanto, afastadas das margens, no sertão, iam sendo construídas outras propriedades.

Alguns passavam a plantar no sertão, mas mantinham suas antigas casas no espaço onde se formava a vila para garantir acesso mais fácil à escola e ao comércio. Outros, porém, se mudavam inteiramente para o sertão, onde se organizavam sob a forma de núcleos compostos por unidades domésticas ligadas entre si por vínculos de compadrio, afinidade e parentesco. Constituíam-se, assim, redes de relações que serviam de base às trocas, a prestações de ajuda mútua, à reciprocidade e cooperação no trabalho. No contexto do conflito, esses núcleos, cada qual designado pelo nome do chefe da unidade doméstica em torno da qual se concentravam as demais unidades, foram estratégicos para a organização da resistência. A importância atribuída a cada um variava de acordo com as condições objetivas e as disposições subjetivas de resistir às ameaças da empresa.

Todos os núcleos convergiam do sertão para a vila através de estradas e caminhos que iam sendo construídos no ir e vir dos moradores. O primeiro enfrentamento entre os pequenos produtores e a empresa se deu por causa de uma cerca que a empresa mandou construir em torno da área deixada livre entre a vila e o sertão, obstruindo o tráfego e obrigando os moradores a fazer percursos muito maiores entre suas plantações, no sertão, e o centro comercial e suas casas, na vila. Eles se indignaram, mas se puseram a contornar a cerca até o dia em que um mais ousado resolveu cortar a cerca no ponto de passagem. A empresa mobilizou a polícia, que, inutilmente, pressionou a todos para que revelassem o autor da façanha. O autor, afinal, veio a ser a liderança militar do grupo.

Os posseiros sempre estranharam as cercas construídas pela empresa e muitas foram cortadas. Várias, porém, ficaram e, em torno delas, houve disputas que duraram anos. De fato, 10 anos depois de terminado o conflito, as cercas da fazenda ainda eram percebidas como símbolos da dominação da empresa:

> Você vê... São cancelas e mais cancelas... É a dominação da fazenda, está dominando tudo, tem guarita pra todo lado". (José Carlos, ex-presidente da cooperativa dos posseiros, 1983)

Mas a disputa em torno da área entre a vila e o sertão foi acirrada devido a outras razões. De fato, os posseiros a haviam deixado livre, porque nela se encontravam a principal fonte de água, as pastagens naturais e a "mata dos coqueiros". Este era considerado "o terreno mais rico" e definido como área comum – aquela onde todos colocavam seu gado na época da seca, de onde tiravam a palha para cobrir suas casas, onde colhiam frutos silvestres e plantas medicinais.

A empresa cercou essa área para nela construir a sede da fazenda, mas os posseiros (e o padre) estavam dispostos a lutar por ela. Com a ajuda de uma pequena entidade francesa, criada por sua irmã para recolher recursos, o padre adquiriu alguns equipamentos, os posseiros se juntaram e, coleti-

vamente, fizeram uma grande plantação na mata próxima, como forma de legitimar sua reivindicação sobre a área tão desejada.[3]

De fato, muitos dos representantes de agências estatais que vieram à Santa Terezinha perceberam a racionalidade e a justeza da reivindicação dos posseiros. Eram cerca de 140 famílias com aproximadamente 400 cabeças de gado cadastradas. Entregar as pastagens e a fonte d'água à propriedade particular da empresa era inviabilizar a produção daqueles pequenos criadores. Mas a correlação de forças favorecia a empresa, e nada havia na lei que respaldasse qualquer pleito dos posseiros sobre uma área de uso comum. O Estatuto da Terra lhes garantia apenas o direito a lotes familiares, e eles acabaram perdendo para a empresa o acesso à principal fonte de água, às pastagens naturais, à mata de coqueiros, frutos e plantas medicinais. A única área de uso comum que ficou garantida foi a correspondente à vila, mesmo assim um espaço muito exíguo, dado o interesse da empresa em controlar o acesso ao rio. Como dizia, ao fim das lutas, D. Rita, esposa de Joaquim da Mata e mãe de uma extensa família: "Santa Terezinha ficou em cima de um toco".

NO TEMPO DAS DERRUBADAS: A AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS

O ciclo de atividades agrícolas dos pequenos produtores de Santa Terezinha começava no mês de maio, quando, terminadas as colheitas da safra anterior, era tempo de iniciar a preparação das roças novas. Logo no primeiro ano de atividades da Codeara, em 1967, ao aproximar-se o mês junho, a tensão começou a crescer, porque a empresa queria derrubar grande extensão de mata para a formação de pastagens e os posseiros queriam dar início às atividades do novo ciclo agrícola que lhes garantiria a sobrevivência para o ano seguinte, o que implicava em derrubadas de pequenas áreas para cultivo de cada família. Mas, tanto para a empresa quanto para os posseiros, essas atividades tinham também, naquele momento, o valor de afirmação dos direitos sobre a terra que pleiteavam. Foi a época, portanto, de cada um procurar barrar o caminho do outro, ao mesmo tempo em que avançava o mais que pudesse com suas benfeitorias.

Nesse momento, exatamente, é que a empresa trouxe, para a tarefa de derrubada, centenas de trabalhadores recrutados fora da região – os peões –, homens jovens e adultos, solteiros ou casados, mas de qualquer

[3] Os membros da equipe religiosa sempre se referiam a essa plantação como "roça comunitária". Os posseiros, porém, dela se lembravam também como a "roça da confusão". O primeiro nome correspondia à expectativa dos religiosos e dos financiadores de que os posseiros trabalhassem coletivamente; o segundo se referia à indecisão das autoridades que, chamadas inúmeras vezes para arbitrar a disputa, ora davam aos posseiros, ora à empresa a prerrogativa de direitos sobre a área.

forma separados de suas famílias e desconhecidos para os posseiros. A empresa se valeu da presença desses trabalhadores e da impressão que eles produziam sobre os moradores do povoado para ameaçar os posseiros e, ao mesmo tempo, pressionar as autoridades a intervir em seu favor. Os trabalhos de derrubada da empresa começaram, então, exatamente, no lugar onde se concentrava o maior número de posseiros.[4]

Esses se reuniram e, semelhantemente ao que fariam os seringueiros do Acre alguns anos depois, foram se encontrar com os peões no interior da mata utilizando, ao mesmo tempo, a ameaça velada de uso da força e o argumento de que ali havia roças de mandioca, capoeiras (terra outrora cultivada e deixada em pousio). Apelavam, nesse sentido, para o fato de os peões serem, no seu entendimento, também membros de famílias de pequenos produtores vindos de outras regiões. Assim lograram impedi-los de prosseguir no serviço.

Mas a tensão crescia à medida que os meses se passavam e, segundo os *posseiros*, muitas vezes, no tempo das derrubadas, eles se dispuseram a um enfrentamento direto com a empresa, o que, de acordo com eles mesmos, o padre não permitira porque pretendia sempre tentar solucionar as disputas pela via legal, recorrendo às autoridades. O padre também sabia que, na violência contida dos *posseiros*, estava um dos seus trunfos nas negociações com o Estado. Portanto, ele também se dirigia às autoridades e ameaçava: que os *posseiros* esperavam "desesperadamente" a intervenção do governo e que poderiam interpretar o silêncio das autoridades como uma permissão "para resolverem o caso por conta própria" (Relatório do padre Francisco Jentel, junho de 1967, arquivo da Paróquia de Santa Terezinha).

Em junho, o prefeito do município de Luciara, ao qual pertencia o povoado de Santa Terezinha naquela época, publicou um edital pelo qual eram "suspensas as derrubadas de mata, ... não só por parte da Codeara, como também por parte dos posseiros" (Edital da Prefeitura de Luciara, 1º de junho de 1967, arquivo da Paróquia de Santa Terezinha). As denúncias de ação subversiva que os proprietários da empresa faziam contra o padre fizeram com que, nesse mesmo ano, representantes dos órgãos de segurança máxima se deslocassem para a região. O padre Jentel escreveu a seus amigos na França:

> De repente, a tranqüilidade do céu da aldeia Tapirapé foi quebrada pela passagem de um vôo rasante de dois caças-bombardeiros. Era o dia 13 de julho de 1967. Metralhadora em punho, um sargento foi encarregado de tomar conta dos aviões estacionados. Os índios aterrorizados fugiram. E começou imediatamente um interrogatório ... dirigido por um oficial das Forças Armadas enviado pela Polícia Política e pelo Serviço de Segurança Nacional (Arquivo da paróquia de Santa Terezinha)

[4] O padre, denunciando a empresa às autoridades, argumentava que a área da Codeara tinha 180 km de extensão a partir da margem do rio e que os mais importantes núcleos de posseiros ficavam no máximo até 6 km distante do rio e que, exatamente aí, a empresa escolhera iniciar o desmatamento.

Os donos da empresa não se conformavam com os atrasos porque, além do que já foi dito, se tratava, também, para eles, de cumprir o calendário de atividades que lhes daria direito a novas parcelas de recursos para investimento, como parte do contrato que haviam firmado com a agência estatal de crédito, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Por isso, dirigiam-se às autoridades e, em especial, ao Serviço Nacional de Informação (SNI), um órgão militar muito caro aos governantes naqueles anos de ditadura em que um foco guerrilheiro tentava se instalar não muito longe dali.[5] Os tempos eram de anticomunismo e repressão, e os representantes da empresa alegavam que os posseiros estavam sendo incentivados com intuitos subversivos; que com a chegada dos quatrocentos trabalhadores contratados para iniciar os serviços de derrubada, havia a possibilidade de ser desencadeada a violência (Relatório dos diretores da empresa ao SNI, em 14 de julho de 1967. Arquivo da Paróquia de Santa Terezinha).

O uso da força na implantação das fazendas na região foi regra geral naqueles anos. Gerentes, fiscais, empreiteiros eram nomes de funções ligadas à organização e controle do trabalho que, no entanto, escondiam também funções de milícia armada. As mesmas pessoas circulavam de um cargo a outro, de uma fazenda a outra. O gerente da Codeara, por exemplo, já era um homem experiente na tarefa de expulsar pequenos produtores para implantação de grandes fazendas. Ele mesmo se vangloriava, junto aos posseiros, de já haver feito isso em São Paulo e era sabido que também já o fizera na mesma Prelazia de São Felix, rio acima, onde estivera a serviço da empresa Suiá-missú, anteriormente mencionada.

Em 1967, o tempo da derrubada passava sem que os impasses fossem solucionados. No mês de agosto, de acordo com o calendário climático e religioso dos posseiros, já não era permitido fazer derrubada, de modo que, chegado o mês de setembro, que precede as chuvas, não puderam fazer a queimada que prepara a terra para o plantio da roça nova. Foi então que começou a disputa em torno da propriedade de Joaquim da Mata.

DEFENDENDO A *PROPRIEDADE* SEGUNDO O DIREITO COSTUMEIRO: O EMPATE DOS POSSEIROS

Os pequenos produtores que moravam no sertão costumavam referir-se à sua condição como distinta da condição dos moradores da rua – lugar do comércio. Mata e rua, nesse contexto, adquiriam conteúdo especial: a

[5] Na fronteira, o que havia naqueles anos eram militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), no sul do estado do Pará. Em 1974, foram dizimados pelos militares, mas a presença do PC do B, atuando através da luta político partidária, continuou forte ao longo dos anos 80.

mata era o lugar do trabalho duro, da falta de recursos que amenizassem a existência, da proximidade com a natureza, com os animais, das doenças, e, no passado, da convivência como a ameaça de ataques dos índios que habitavam as redondezas. A tudo isso estava associada a idéia dos moradores do sertão e de que eles eram mais dispostos que os moradores da vila para a luta contra a empresa.

No *sertão,* os *posseiros* se organizavam em "núcleos", entre os quais o de Joaquim da Mata, que ocupava uma posição especial em termos espaciais e políticos. O termo "núcleo" era seguido de uma designação que era sempre o nome de um chefe de família e assim aparecia nos relatórios dos agentes da Igreja. Joaquim "da Mata" era um nome descritivo, atribuído a um antigo morador, chefe de uma família numerosa e muito respeitada, em função da localização de sua propriedade: bem no começo da mata, na porta do sertão, logo em seguida à área comum, deixada livre para a abertura dos caminhos e para a exploração comum das pastagens naturais, da fonte de água perene e da mata de coqueiros ali existentes. Mas havia também o fato de que Joaquim era o chefe de uma família extensa, tendo vários filhos e filhas, adultos e casados, o que representava alianças construídas e força de trabalho e de luta. Ultrapassar a barreira imposta pela propriedade de Joaquim significava, para a empresa, dar continuidade à área da qual já se apropriara de fato, com a construção de casas e formação de pastagens. Para os posseiros, além da negação da propriedade, tal qual definida pelas regras costumeiras, seria como deixar minar-lhes a resistência e a garantia de permanecer no lugar, pois, se lhes fosse retirada aquela área de mata, só lhes restaria deixar-se transladar para outro ponto, como, aliás, vinha, insistentemente, propondo a empresa desde o início.[6]

Por tudo isso, a investida contra a propriedade de Joaquim da Mata acabou produzindo a mais forte disposição coletiva de luta dos posseiros na área rural. Para pressionar a família de Joaquim, a empresa mandou extrair madeira a poucos metros de sua casa, a pretexto de que precisava de madeira para fazer cercas. Como a família de Joaquim reagiu, o gerente da empresa os denunciou à polícia, que os levou presos para a sede do município de Luciara, a 150 km do povoado. Foi a primeira vez que alguém foi preso, diretamente, em decorrência do conflito, e a indignação dos posseiros foi grande.

Muitos começaram a se afastar da luta, por medo diante dessas ações da empresa e da polícia. Entretanto, o medo também fez com que os mais decididos e perseguidos tomassem uma decisão. Juntaram-se, então, dois

[6] Os representantes da Codeara estavam interessados no espaço onde ficava a vila que era nas margens do rio, com dois portos sobre o Araguaia. Propunham que os posseiros se mudassem para um ponto localizado mais para o interior, onde a empresa se comprometia a dar espaço para uma nova sede urbana, no que seria o "Núcleo de Colonização Jatobá". Essa proposta os posseiros recusavam terminantemente.

líderes dos posseiros – Joaquim, o mais velho e o mais antigo no lugar, respeitado por sua ascendência sobre uma família extensa, com muitos homens adultos, e Zé Piauí, mais jovem, com filhos pequenos ainda, tendo construído seu prestígio com base na sua disposição de luta. Convocaram os demais posseiros e organizaram a defesa da propriedade de Joaquim da Mata.

Chegaram a estar reunidos na propriedade de Joaquim até 60 homens. O clima que se criou foi de guerra, com ameaças e recados cruzando o povoado nos dois sentidos: que os posseiros iam atacar a vila, que a polícia ia invadir a propriedade de Joaquim e prender todo mundo. Foi então que chegou a Santa Terezinha um destacamento da Polícia Federal chefiado por um coronel para resolver o impasse. Como o padre estivesse fora, ninguém se apresentou às autoridades. Só o fizeram Joaquim e outros companheiros quando o padre retornou e eles dialogaram com o coronel, logrando convencê-lo da legitimidade de sua reivindicação.

Assim, o ano de 1968 terminou bem para os pequenos produtores, pois, por ordem do coronel, eles tiveram garantido, naquele ano, o direito de preparar suas roças, e a mata ficou preservada da primeira grande investida da empresa.

A LUTA PELO ESPAÇO URBANO: OS CAMPONESES INVADEM A *RUA*

Nas disputas e argumentações acerca do espaço urbano transpareciam o valor político e simbólico que, para além do seu valor material, eram atribuídos a cada segmento: a oposição entre as duas concepções de organização do espaço urbano de que eram portadores, por um lado, a empresa e as autoridades governamentais e, por outro lado, os posseiros.

Logo que a Codeara se apresentou para tomar posse das terras adquiridas, sua proposta era que os moradores todos, da vila e do sertão, se transferissem para uma área mais para o interior, deixando a proximidade do rio. Nessa área, a empresa lhes ofereceria um espaço preparado sob o nome de Núcleo de Colonização Jatobá, incluindo área urbana e lotes rurais. Os posseiros e seus aliados recusaram definitivamente a proposta, e as razões são fáceis de compreender. Além das perdas materiais, a distância com relação à única via de entrada e saída de mercadorias do povoado, o rio, a renúncia ao lugar que levava o nome da padroeira, do qual se apropriaria a empresa denominando Fazenda Santa Terezinha seu próprio empreendimento; por outro lado, os moradores passariam a ser "colonos" em vez de posseiros, termo que rapidamente eles haviam convertido em categoria de luta.

Em 1968, logo depois dos primeiros embates na área rural a Codeara fez registrar na prefeitura a planta da "futura cidade de Santa Terezinha" e com ela firmou um convênio para a realização das obras de urbanização.

As pressões sobre os moradores começaram pelas duas ruas que davam acesso aos portos sobre o rio.

Numa dessas ruas, quase todos os moradores deixaram suas casas. Numa outra, porém, onde se encontravam algumas casas comerciais, moradores mais antigos, possuidores de mais recursos e tendo mais forte enraizamento no lugar, as pressões não surtiram o efeito visado. Aí morava um dos líderes dos posseiros, um tipo urbano que, tendo vindo para a região com a primeira empresa, ainda nos anos 50, acabou ficando e se tornou o braço direito do padre, sendo depois desse, a pessoa mais respeitada pelos posseiros e identificada como líder pela Codeara. Sua propriedade foi invadida e o padre reagiu na medida do esperado e da importância do proprietário: pegou um táxi aéreo, desses que costumavam servir aos próprios fazendeiros, e foi buscar em São Felix, para sustar a invasão, um juiz de direito vindo de Barra do Garça, sede da comarca da região.

A disputa começou a se dar diretamente entre a empresa e o padre quando este decidiu transferir para um lote que adquirira de um morador, localizado numa das ruas centrais da sede do povoado, os serviços de ambulatório e escola que funcionavam no alto do morro, onde estavam antigas construções da Igreja. A empresa se opôs à construção da obra alegando que a mesma estava em desalinho com relação ao traçado da "futura cidade" que iria organizar. Logo que os alicerces foram colocados e o material de construção depositado no lote, o gerente da fazenda invadiu o local com um grupo de empregados da empresa e destruiu o alicerce e todo o material de construção ali depositado. Isso aconteceu em 10 de fevereiro de 1972.

O padre sempre fizera manifesta sua posição de usar somente as vias legais e a negociação para resolver as disputas e parece que era, por isso, alvo de algumas críticas, mesmo dentro da Igreja. Nesse momento, porém, depois de se dirigir aos seus superiores, voltou a Santa Terezinha e reuniu-se com os posseiros e "aceitou o oferecimento do povo" para defender a obra. Ao mesmo tempo, enviou ao juiz de direito um abaixo-assinado para justificar a medida, sob alegação de que a obra atenderia aos interesses dos moradores. Imediatamente, as mensagens começaram a cruzar o povoado nos dois sentidos: os posseiros iam defender "a construção do padre", e a Codeara destruiria a obra tantas vezes quantas fossem necessárias.

Pela primeira vez, os posseiros se deslocaram da mata para resistir à empresa no espaço urbano. Portando suas armas de caça, animados pelos membros da equipe pastoral e assistidos pela Cooperativa e pelos moradores próximos à "construção do padre", eles se preparam para passar os longos e tensos cinco ou seis dias à espera da invasão anunciada pelos empregados da empresa.

Esconderam-se, alguns atrás de um bananal, outros atrás de dois tambores de querosene vazios e, para outros, foi cavada uma trincheira que os protegesse. No dia 3 de março, chegaram ao local da construção dois

capitães da Polícia Militar, cinco soldados, o gerente da Codeara e mais 10 ou 12 empregados armados. A polícia deu ordem de prisão aos pedreiros e se dispunha a amarrá-los com cordas quando começou o tiroteio. De qual dos lados partiu a iniciativa, quem entre os invasores estava armado, quantos homens estavam entrincheirados na construção, são pontos controversos. O fato é que a organização dos posseiros pegou de surpresa os invasores.

Os homens que guardavam a construção não foram atingidos, mas entre os que compunham as forças invasoras houve alguns feridos. (Histórico de Santa Terezinha, padre Antônio Canuto, p.33). O enfrentamento foi algo tão marcante na experiência dos posseiros que muitos diziam ter sido a coisa mais importante da vida deles. Daí que cada posseiro, ao relatar os episódios, fazia-o na primeira pessoa, colocando-se como o centro de uma pequena cena, ampliada em seu discurso, a partir de sua própria experiência do ocorrido.

Desse episódio, pelo menos, eles saíram vitoriosos. Mas a vitória não se traduziu em ganhos absolutos: a área destinada à vila ficou reduzida a apenas 250 hectares, e os posseiros ficaram privados dos campos naturais, da aguada e da mata de coqueiros.

UMA IGREJA NA FRONTEIRA

Até 1960, o nordeste de Mato Grosso formava junto com o sul do Pará o imenso território da Prelazia de Conceição do Araguaia, que, no final dos anos 60, se desmembrou para dar origem à nova Prelazia de São Felix do Araguaia. Instalados na região, desde o início do século, missionários da Ordem dos Dominicanos haviam construído, em 1931, nas terras onde foi se formando o povoado de Santa Terezinha, no alto de um morro na margem do rio, as instalações necessárias para a realização do seu projeto missionário de evangelização dos índios da região.

Desde 1954, quando chegou a primeira empresa, essas construções se tornaram objeto de disputas com a Igreja, devido à sua localização estratégica com relação ao porto fluvial. Somente 10 anos mais tarde, através de processo judicial, é que a Igreja conseguiu fazer reconhecer seu direito de proprietária das construções.

Logo a Igreja se envolveria, porém, noutra disputa, dessa vez em torno das terras da aldeia dos índios Tapirapé, junto aos quais atuava, desde muitos anos, uma equipe de missionárias da ordem de Foucault, e aos quais viera juntar-se, em 1954, o padre François Jentel. Os Tapirapé estavam, naquela época, muito debilitados física e socialmente. Muitos deles haviam morrido e outros haviam se dispersado na mata, em conseqüência do ataque por parte de outra nação indígena. Os sobreviventes foram, afinal, reunidos perto de um posto do antigo Serviço de Proteção aos Índios, às

margens do rio Tapirapé. A população estava reduzida a menos de trinta pessoas.[7]

O padre Francisco (tradução portuguesa de François), ou padre Chico, como passou a ser chamado pelos índios, nasceu na pequena cidade de Meriel, nas proximidades de Paris, e era de origem social simples. Tinha um modo particular de exercer seu ofício. Mecânico habilidoso, montava e desmontava motores e máquinas com satisfação e logo começou a tomar iniciativas no sentido de melhorar as condições materiais dos Tapirapé, índios agricultores que estavam em dificuldades para produzir para sua sobrevivência. Se o estilo empreendedor de Jentel correspondia a uma característica pessoal, a proposta de intervenção na economia era mais difundida dentro da Igreja. Essa era a orientação do movimento "Economia e Humanismo", criado pelo padre Lebret, por volta dos anos 40, que se colocava numa posição de crítica tanto ao capitalismo e à lógica do lucro quanto ao estatismo da proposta comunista, reivindicando uma terceira via para a relação entre economia e sociedade. Chegou a ser elogiado na imprensa brasileira, por suas iniciativas e seu senso empreendedor, dedicado à promoção do "progresso econômico" e à melhoria do padrão de vida dos moradores (*O Estado de S. Paulo*, 29 de agosto de 1964).

No Brasil, médicos, engenheiros e outros profissionais liberais ligados ao movimento "Economia e Humanismo" organizaram em São Paulo a Associação para o Desenvolvimento do Vale do Araguaia (Adeva) com o mesmo fim. O padre adquiriu para os índios um pequeno rebanho e um trator, abriu um poço de água potável, contratou uma professora e um técnico agrícola e abriu, próximo à aldeia, uma pequena pista de aviação, onde naquele tempo aterrissava o velho avião da Força Aérea Brasileira (FAB), que costumava dar carona a doentes, funcionários públicos e pesquisadores, já não havia estradas e ele era o único transporte aéreo que fazia aquela rota, duas vezes por mês.

As terras da aldeia Tapirapé ficavam todas dentro da área de 1,3 milhão de hectares que a Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia (CIVA), com sede no Rio de Janeiro, havia adquirido ao estado de Mato Grosso, e foi preciso travar uma batalha sem tréguas junto aos diretores da empresa, no Rio de Janeiro, e às autoridades, em Brasília, para regularizar as terras dos índios, demarcando suas fronteiras.

Conhecendo os planos da empresa e, de comum acordo com seu superior, o administrador apostólico de Conceição do Araguaia, D. Tomás Balduíno, padre Francisco mudou-se, então, para Santa Terezinha. Em 1965, criou

[7] No ano 2000, já eram 438 pessoas da nação Tapirapé. Apoiados pelas Irmãzinhas de Jesus, que vivem entre eles desde os anos de 1950 e, com a ajuda de lingüistas, conseguiram preservar seu idioma e reconstruir suas tradições culturais. Por fim, recuperaram parte de suas terras tradicionais e criaram uma nova aldeia para acolher parte da população que já não cabia numa só aldeia à margem do lago Tapirapé.

a Cooperativa Mista de Produtores do Araguaia, que, no ano seguinte, já reunia 128 associados. Reunidos em torno da Cooperativa, eles tinham mais força para se contrapor aos planos da Codeara, que havia comprado as terras da Civa, onde estava o povoado.

A Cooperativa teve de fato um papel importante. Com a ajuda de seus amigos franceses, o padre construiu um galpão para armazenar produtos, comprou tratores e uma máquina para beneficiar o arroz, abriu uma estrada de terra ligando o povoado de Santa Terezinha à aldeia Tapirapé, contratou um técnico agrícola, começou a fazer experimentos agrícolas e a sondar mercados para os produtos que podiam ser cultivados na região.

D. Tomás, que logo foi nomeado bispo e deslocado para a Diocese de Goiás, no estado vizinho de Goiás, continuou a trabalhar em conjunto com os religiosos e leigos das equipes pastorais da região, desempenhando papel central na articulação entre os bispos da Igreja Católica na Amazônia. Tendo recebido como doação para seus deslocamentos um pequeno avião para quatro pessoas, ia com facilidade de um ponto a outro do imenso território que compreendia as três unidades administrativas eclesiásticas vizinhas: São Felix do Araguaia (Mato Grosso), Conceição do Araguaia (Pará) e Goiás Velho (Goiás). Para a Prelazia de São Felix do Araguaia, foi nomeado o espanhol Pedro Casaldáliga. Chegado em 1968, sem nenhuma intenção de meter-se em assuntos que não fossem estritamente religiosos, Casaldáliga foi logo convertido à causa dos índios e pequenos produtores, tornando-se, junto com D. Tomás e outros bispos, o grupo que, daí em diante, iria se posicionar contra as políticas dos militares e denunciar as práticas dos novos latifundiários da região.

DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS DENTRO DA IGREJA CATÓLICA

Sua atuação logo se projetou nacional e internacionalmente. O carisma de Casaldáliga, o dinamismo do padre Jentel, o senso político e o poder de negociação de Tomás Balduíno, assim como a atração que exercia à resistência dos pequenos produtores, logo atraíram militantes de esquerda que foram acolhidos pelas equipes locais – uma prática que se tornou comum naquela época de repressão e que foi responsável pela expressão "guarda-chuva da Igreja", referência ao fato de sob seu manto protetor se abrigarem militantes de diversas orientações políticas.

O modo como atuava o padre Francisco, empenhando-se em criar alternativas econômicas para índios e pequenos produtores, agindo, muitas vezes por iniciativa própria e antecipando-se à iniciativa dos diretamente interessados, foi questionado por aqueles que reclamavam um trabalho mais político e pedagógico na relação com o povo.

Mas, independentemente da perspectiva mais pragmática e pouco politizada do padre, a Cooperativa teve nas disputas uma importância política e simbólica muito maior que a função estritamente econômica a que pudesse estar destinada. Os pequenos produtores tinham-na como um espaço de organização e lá se reuniam para tomar em conjunto as decisões sobre suas ações coletivas no decorrer do conflito. Na ausência de sindicatos ou outro tipo de organização, funcionava também como instância de representação coletiva, quando os pequenos produtores tinham que se dirigir às autoridades e aos seus opositores. O fato de ela existir, com seus 128 membros, num povoado de duzentas casas, constituía um fator de legitimação das reivindicações dos posseiros, à medida que aparecia como a concretização do seu esforço de produção, prova do trabalho investido na terra que pleiteavam como sua. Contribuía, assim, para fortalecer a auto-estima do grupo, além de prestar socorro àqueles que, por seu envolvimento na luta com a empresa, ficavam momentaneamente impossibilitados de plantar e colher para atender às necessidades de alimentação da família. Os líderes dos pequenos produtores estavam bem conscientes dessas funções e, embora a Cooperativa passasse sempre por crises financeiras, muitos resistiram à idéia de fechá-la, de modo que ela foi mantida ainda durante muitos anos após o término do conflito.

Havia certo desencontro entre a proposta do padre e o entendimento que os pequenos produtores tinham da Cooperativa: o padre insistia que ela deveria ser assumida pelos pequenos produtores, estes a ela sempre se referiam como sendo "a Cooperativa do padre". Eles agiam com relação à Cooperativa em termos de uma lógica de prestação e contraprestação de favores pessoais, afirmação ou negação de lealdade e confiança entre eles e o padre ou os funcionários da Cooperativa.[8] Durante as disputas pela terra a articulação entre os membros da Igreja na região ia se fortalecendo e buscando apoio entre os membros da hierarquia.

Ao ser sagrado bispo da Prelazia de São Felix do Araguaia, em 1970, D. Pedro escreveu uma carta pastoral na qual denunciava a violência das empresas e da polícia contra os índios, os pequenos produtores e os trabalhadores contratados para a instalação das fazendas na região. O documento "expressava a reflexão e a fundamentação política e teológica de uma prática pastoral já em andamento" (Poletto, 1997, p.31) e provocou a resistência da hierarquia da Igreja, tanto que o texto só foi publicado no ano seguinte, como parte de um documento maior e sob o título *Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social* (Casaldáliga, 1971).

[8] Em outras oportunidades analisei essas e outras questões relativas às práticas da Igreja junto a pequenos produtores em várias partes do país. Ver Esterci, 1981, 1984 e 1987.

A carta de D. Pedro não foi um fato isolado, pois "processos pastorais semelhantes estavam sendo vivenciados por outras igrejas locais ..." (Poletto, 1997, p.31). Logo, bispos progressistas de outras regiões tomaram iniciativas semelhantes. Divulgaram-se assim, em 1972, a carta do regional Sul (*Testemunho de Paz*) e, em 1973, as cartas do regional Nordeste (*Eu ouvi os clamores do meu povo*) e do Centro-Oeste (*Marginalização de um povo, Grito das Igrejas*) (Casaldáliga, 1997, p.79-80).

Os bispos mais progressistas, entre os quais estavam os líderes da Igreja da Amazônia aos quais estamos nos referindo, se constituíram, afinal, em uma minoria ativa e convincente dentro da CNBB. Isso se devia não só ao fato de eles terem acumulado reflexão teórica (teológica e ética) muito superior, mas também por estarem legitimados pela experiência da repressão (do martírio) que então atingia também religiosos de outras regiões (alguns acusados de comprometimento com os movimentos de guerrilha urbana), o que fazia crescer o sentimento de unidade de uma Igreja, internamente diferenciada, que se unia diante da força dos governos militares. Entre os religiosos presos nessa época, alguns eram ligados à ordem dos dominicanos, à qual também pertenciam alguns dos bispos mais ativos das igrejas da Amazônia (Conceição do Araguaia, Marabá) e dioceses vizinhas (Goiás e Porto Nacional). A minoria ativa e progressista, então, começou a ser reconhecida e sua palavra passou a ter peso e a se destacar entre as vozes dos cerca de 250 bispos que compunham a CNBB, entre os quais eles eram pouco mais que 10%.

Em 1972, ainda por iniciativa dos bispos e padres da Amazônia, foi criado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com o objetivo de conduzir a ação pastoral junto aos povos indígenas e defender seus territórios contra o avanço das empresas que compravam terras na Amazônia. Entre os bispos fundadores da nova entidade estavam D. Tomás Balduíno e D. Pedro Casaldáliga.

Mas os líderes dos bispos da Amazônia fariam ainda outras gestões no sentido de obter apoio da cúpula dos órgãos eclesiásticos para suas propostas de ação pastoral. D. Pedro e sua Igreja estavam inegavelmente marcados pela repressão que se abatera, primeiro sobre o padre Francisco Jentel e, nos anos seguintes, sobre religiosos e leigos de todas as equipes locais da Prelazia de São Felix, muitos deles presos e torturados pelas forças da repressão. Foi nesse contexto que os bispos reunidos em Itaici, em 1974, ouviram o questionamento de D. Pedro Casaldáliga às atitudes da Igreja diante da violência do governo na região (Poletto, 1997, p.34). Segundo Poletto, foi então aceita a proposta de fazer um encontro para analisar o que estava acontecendo na região e, em 1975, em Goiânia, aconteceu o encontro sobre a pastoral da Amazônia. Com o aval da CNBB, formou-se uma "comissão", reconhecida como um "organismo pastoral autônomo", ligado à CNBB, mas autônoma com relação à sua organização e à sua atuação. Nascia, assim, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Poletto, 1997, p.35).

E A GUERRA CONTINUA, POR OUTROS MEIOS

Passaram-se os anos e, assim como não se conformavam com as cercas, os pequenos produtores também nunca se conformaram com a perda da área comum mais significativa que acabou ficando para a empresa: o Varjão. Cercas e guaritas a protegiam e foram postos guardas para vigiar as entrada, mas, aqui e ali, os posseiros continuaram a, sorrateiramente, introduzir seu gado para usufruir a aguada e os pastos naturais. Assim foi, até que, na conjuntura muito mais favorável de final dos anos 90, os remanescentes e descendentes dos antigos posseiros organizaram-se em torno de uma associação, apelaram para a mediação do bispo, que continuava sendo D. Pedro Casaldáliga, e reivindicaram ao governador, um antigo aliado dos tempos da ditadura, a posse do Varjão. Passados 29 anos desde que as autoridades o haviam atribuído à empresa, ele retornou ao controle dos pequenos produtores. Segundo o antigo presidente da Cooperativa:

> o Varjão era mais para os posseiros. Era o lugar dos primeiros moradores ... E está liberado agora, por causa desse trabalho que a gente fez. A gente se reuniu e chamou atenção do governo do estado, dos políticos, dos deputados, foi por aí. (Palavras de José Carlos, Santa Terezinha, fevereiro de 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a lógica da organização dos pequenos produtores de Santa Terezinha sobre o espaço e captar os conceitos que definiam as relações dos moradores com a terra e os recursos, foi preciso deixar inteiramente de lado as noções jurídicas de domínio e propriedade constantes da legislação brasileira. Apesar de as designações de posse e propriedade constarem dos dois vocabulários, foi preciso fazer como Bohannan (1963 e 1967), ao estudar os sistemas fundiários africanos e esvaziar completamente de conteúdo as relações entre a terra como objeto e os homens como sujeitos, de modo a deixar abertas todas as possibilidades que pudessem estar indicadas no discurso e nas práticas dos moradores.

Foi possível ver muito claramente que estavam em disputa duas racionalidades contraditórias, e que as autoridades presentes não poderiam ceder aos pleitos dos posseiros, pois elas faziam parte de outra ordem de organização do espaço e das relações com a terra. Dada a repercussão que – devido em parte à intervenção da Igreja – as lutas tiveram, não foi possível negar-lhes, como os novos latifundiários tentaram fazer anteriormente, o direito ao mínimo que lhes garantia a lei: o lote familiar. Manifestou-se assim, no ato de sua aplicação, o senso de justiça que, como argumenta Thompson, toda lei deve conter para legitimar-se.

Ao apelar simultaneamente para a lei e para os costumes, os posseiros e seus aliados testavam as margens de barganha para ampliar seu espaço e garantir o território – espaço coletivo, no qual várias outras formas de uso e domínio particulares se acomodavam e que se fundava em critérios de pertinência e direitos em razão de trabalho investido, relações sociais e lugares construídos, afetos e memórias, nos moldes daquilo a que se refere Pacheco de Oliveira (1998) e conforme descrito neste artigo. Mas isso fazia parte das normas costumeiras locais.

Ganharam e perderam. Os conceitos por eles construídos não tinham respaldo legal, mas a projeção pelas lutas que travaram entre 1965, quando começou o conflito, e 1973, quando se deu o confronto na área urbana, garantiu a todos os posseiros, mesmo aqueles que vieram juntar-se à luta mais tardiamente, o acesso ao lote familiar. Tendo pelo menos o lote familiar, muitos permaneceram na área e ali se mantêm até hoje. Junto com seus descendentes, cultivaram a memória positiva dos enfrentamentos e foram se organizando paulatinamente em outras bases. Em 1975, já haviam formado um sindicato de trabalhadores rurais e depois vieram a eleger vereadores e prefeitos escolhidos entre seus líderes aliados. E, em todo mês de março, reúnem-se para a celebração da vitória que alcançaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUTERTRE, A, et al. *Francisco Jentel – defensor do povo do Araguaia*. Rio de Janeiro: Paulinas. 1986.

BANDEIRA, M. *Cartéis e desnacionalização: a experiência brasileira (1964-1974)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975

BETTANIM, F. *A coletivização da terra na URSS – Stalin e a "Revolução do Alto" (1929-1933)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981.

BOHANNAN, P. Land, tenure and land tenure. In: *African Agrarian Systems.* Londres: Oxford University Press. 1963.

_______. Africa's Land. In: DALTON G.(Org.). *Tribal and Peasant Economies* Readings Sourcebooks in Anthropology. Nova York: The Natural History Press, 1967.

BUNKER, S. G. *Underdeveloping the Amazon; Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State*. Chicago/ Londres: The University of Chicago Press, 1988.

CANUTO, A. *Histórico de Santa Terezinha*. 1972. (mimeo).

CARDOSO, F, H., MULLER, G. *Amazônia: Expansão do Capitalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1977

CASALDÁLIGA, P. *Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização*. Petropólis: Vozes, 1971

_______. *Creio na justiça e na esperança.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

_______. Nos 20 anos desta menina-moça. In: *A luta pela terra – A comissão pastoral da terra 20 anos depois.* São Paulo: Edições Paulinas, 1997.

DAVIS, S. *Vítimas do milagre. O desenvolvimento e os índios no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar , 1978.

DURKHEIM, E. Des quelques formes primitfs de classification. In: *Journal Presses Universitaires de France.*1a. édition, Paris, 1969.

ESTERCI, N. Sindicalismo e luta por terra. In: *Cadernos do Cedi*. Rio de Janeiro, 1991

______. (org.). *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984

______. *Conflito no Araguaia: peões, posseiros contra a grande empresa.* Petropólis: Vozes, 1987.

FOWERAKER, J. *A luta pela terra – a economia política da fronteira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar , 1982.

GALESKI, B. *Basic concepts of rural sociology.* Manchester: Manchester University Press, 1972

GARCIA, A. R. *Terra de trabalho – trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, M.F. *Mutirão: reflexões a partir de monografias brasileiras*. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social-UFRJ. (inédito)

HOBSBAWN, E.; RUDÉ, G. Peasant land occupations. In: *Past and Present, 1962,* 1974.

IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

ISA – Instituto Socioambiental. 2000. *Povos Indígenas no Brasil* 1996-2000.

LISANSKY, J. *Santa Terezinha: life in a Brazilian frontier town.* Flórida, 1980. Dissertation Graduate Council, University of Florida. (mimeo).

Martins, J. S. Terra de negócio e terra de trabalho – contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: Cadernos do CEAS, 64. Rio de Janeiro, maio/ jun., 1980.

MOORE JR., B. *Injustiça – As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987..

______. *Origens Sociais da ditadura e da democracia – senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos e Santos Martins, 1975.

POLETTO, I. A terra e a vida em tempos neoliberais. Uma releitura da história da CPT. In: *A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus. 1997.

OLIVEIRA FILHO, J. P. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *Mana* v.4, no.1, p.47-77, 1998.

VIEIRA, M. A. C. *Caçando o destino: um estudo sobre a luta de resistência dos posseiros do sul do Pará.* São Paulo. 1981. Dissertação (Mestrado em), Universidade Católica de São Paulo.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

10
Um movimento que marcou época: a Corrente Sindical Lavradores Unidos de Santarém*

Jean-Pierre Leroy

INTRODUÇÃO

Na madrugada de 12 de abril de 1985, um incêndio criminoso destruiu a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, Pará. A responsabilidade sobre o fato nunca foi esclarecida, mas não faltavam inimigos aos trabalhadores rurais do município, incomodados com uma luta iniciada em 1975. Na fachada em ruínas, estenderam uma faixa: "O sindicato somos nós". "Nós" significava os lavradores do Tapajós, colonos da Transamazônica, produtores do planalto, varzeiros do Amazonas, pescadores; mulheres, homens, jovens; paraenses, maranhenses, cearenses, gaúchos; caboclos, brancos, negros e mulatos reunidos num ente coletivo em que se reconheciam. Afirmavam seu pertencimento: todos e todas trabalhadores rurais, membros do campesinato. Embora essa palavra não fizesse parte do seu vocabulário, usei-a para significar que eles e seu movimento se inscreviam dentro de uma tradição de lutas formadoras de uma classe, do Norte ao Sul, cuja unidade esse nome simboliza, como tão bem o descreveu José da Souza Martins:

> Camponês e latifundiário são palavras políticas que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses... Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas

* Este artigo é uma síntese de Leroy (1991), livro produto de uma dissertação de mestrado em educação defendida no Instituto de Estudos Avançados em Educação/FGV, orientada pelo Dr. Cândido Grzybowski. A pesquisa de campo, que incluiu 48 entrevistas/histórias de vida, foi realizada em 1985.

> políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra "camponês" não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico (campo/cidade), mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (Martins, 1983, p.22).

O termo "trabalhador rural", com o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), a criação da Contag (janeiro de 1964), a regulamentação da organização sindical, instituindo o sindicato de trabalhadores rurais (1965), a criação do Funrural e do Prorural (1971), se sobrepõe ao termo "campesinato", evocador das lutas das Ligas no Nordeste no pré-64, evidentemente carregado de conotações "subversivas". A qualificação "trabalhador rural", apesar de marcada por um forte componente institucional e autoritário, acabou se legitimando. O seu uso aqui sinaliza, ao mesmo tempo, continuidade institucional e ruptura, pois é portador de novas lutas.

Este texto aborda uma década, 1975-85, mas essas "novas lutas" do campesinato santareno não surgiram do nada. A unidade do movimento nasceu de uma rica diversidade, constituída espacialmente, conforme a proveniência de determinado grupo e a sua inserção no ecossistema, e historicamente, conforme a sua origem e a época em que chegou. Começarei assim apontando alguns elementos da formação desse campesinato, antes de mostrar a sua emergência como ator social, a sua afirmação coletiva, os seus dilemas. Deixarei a história inconclusa.

A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO SANTARENO

Aqui é a terra da promessa
(um colono)

A história da ocupação do município e a grande diferenciação do espaço físico condicionaram a constituição de um campesinato diversificado e heterogêneo. Numa evidente simplificação, distinguiu o da várzea e o de beira-rio, o do planalto e o das estradas.

O município de Santarém, situado na foz do rio Tapajós, no Baixo Amazonas, até o primeiro desmembramento, em 1987, abrangia 26.058 km^2, superfície maior que a do estado de Sergipe. A geografia física e humana, na época, era marcada, de um lado, pelos rios Amazonas, com suas grandes e ricas extensões de várzea, Tapajós, Arapiuns e Curuá-Una e, mais recentemente, pelas estradas Santarém–Cuiabá e Transamazônica. De um lado, a *Várzea*, com os seus lagos, paranás, ilhas, restingas, campos, florestas de igapó. De outro, a *Terra Firme*, com a floresta onipresente, fora uma pequena mancha de cerrado. Ambas se opõem e se completam.

As várzeas e a beira dos rios e igarapés formam o mundo de águas e matas dos "caboclos". Povos indígenas, antes da colonização portuguesa, ocupavam a região, não só os rios, mas a mata, como testemunham as numerosas ocorrências de "terra preta" ou "terra de índio" e os abundantes achados arqueológicos que manifestam a rica arte tapajós. Se, nos anos 70 do século precedente, os moradores do Tapajós não se reconheciam como índios, laudos antropológicos confirmaram o auto-reconhecimento da identidade indígena das comunidades locais que entraram nesse movimento. Mesmo redescobrindo a sua identidade, eles são, em boa parte, fruto do processo de ocupação da região promovido pelos colonizadores.

A chegada de Pedro Teixeira, chefiando uma tropa de resgate, às praias do Tapajós, em 1637 ou 1638, marca a entrada da região na economia mercantil colonial, impulsionada por Portugal nos séculos XVI a XVIII. Para a colheita das "drogas do sertão", a pesca e a navegação, recorria-se à escravidão indígena. Os jesuítas, presentes desde 1661 na aldeia dos Tapajós, opuseram-se a ela e, em contrapartida, aprovaram a africana.

No decorrer do século XVIII, sob o impulso da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fazendas produtoras de gado, cana-de-açúcar e cacau instalaram-se na várzea e na sua proximidade. Com elas chegaram escravos negros. Esse sistema entrou em decadência no começo do século XIX. Negros começaram a fugir. Mais tarde, constituíram quilombos no rio Trombetas e na várzea. Amadurecia a Cabanagem, que espocou em 1835. Os cabanos juntaram, contra os conservadores e os "reinóis", o que chamaríamos hoje de "classe média", o povo oprimido e desesperado e alguns fazendeiros. Em Santarém, eram, sobretudo, sertanejos. O governo cabano ocupou a vila de Santarém em março de 1836. Meses depois, os cabanos foram expulsos pelas tropas legalistas, prolongando por um ano a sua resistência na várzea. É interessante observar como o preconceito e mesmo o ódio de classe permaneciam mais de um século depois, na visão de um "historiador" santareno sobre a cabanagem. Para ele, os cabanos eram "um magote de amotinados, atiçados por más cabeças e pelo álcool", "malta de refinados malandros e índios viciosos vadios" (Santos, 1974).

Na metade do século XIX, foram descobertos os seringais do Tapajós, que passaria a ser identificados como "o rio da borracha" (Reis, 1979, p.168). Boa parte da rarefeita população rural lançou-se à exploração dos seringais. Passado o primeiro surto da borracha, os varzeiros, habitantes das várzeas do Amazonas, e os moradores de beira-rio, ocupando a "terra firme", passaram a cumprir a importante função de abastecer a população voltada para o extrativismo exportador. Na virada do século XX, começava a se configurar a ocupação dos rios e da várzea como conhecemos até os anos 70. Produziam-se mandioca, feijão, melancia, jerimum, pescado, gado e, a partir dos anos 30, juta, iniciada com a imigração japonesa.

O segundo processo de ocupação deu-se com os nordestinos na área de floresta de terra firme chamada de planalto, formada por um platô que se levanta a partir dos rios Tapajós e Amazonas. A região Norte precisava muito de mão-de-obra, pois a Cabanagem, além de ter acelerado o desmoronamento do latifúndio baseado sobre o trabalho escravo, causou, junto com grandes epidemias, a redução da população e da produção agrícola. Segundo o historiador Antônio Raiol, "a população livre do Pará em 1833 era de 119.877 habitantes, inclusive 32.751 índios". Ele estimava "em trinta mil o número de mortos na Cabanagem" (citado por Rocque, 1984, p.53 e 528). É assim que chegaram, para iniciar a colonização do planalto santareno, 160 norte-americanos (Santos, 1974, p.365). Foi um fracasso. Na grande seca de 1877/78, apelou-se para os nordestinos. Foi instalada a colônia Bom Gosto, onde tinham chegado, até 1879, seiscentos nordestinos. A colônia, submetida à concorrência com os seringais, não prosperou.

No final do século XIX, o Médio Amazonas e o Acre ultrapassaram a produção de borracha do Tapajós e, em 1915, as plantações asiáticas de seringais suplantaram definitivamente a produção brasileira. Só nos anos 40, com o bloqueio do acesso à borracha asiática, devido à Segunda Guerra Mundial, os seringais nativos brasileiros voltariam a ter importância internacional e os nordestinos, a serem exigidos, convocados a se tornar "soldados da borracha". No entretempo, Santarém havia conhecido a aventura da Companhia Ford Industrial do Brasil, a criação e o fracasso de duas grandes plantações de seringas na margem direita do Tapajós, no lugar que ficou conhecido como Fordlândia, e em Belterra. Após 1910, as primeiras famílias de cearenses começam a desbravar o que viria a ser a Vila de Mojuí dos Campos e a cultivar algodão. Além dos ex-seringueiros, migrantes chegaram diretamente do Nordeste para a colonização, como foi o caso depois da seca de 1930 e nos anos 50, em que se deu um grande movimento migratório. A cultura do algodão não prosperou, mas o planalto tornou-se o grande fornecedor de arroz, feijão, milho, frutas, malva e, mais recentemente, de pimenta-do-reino.

O mais recente ciclo de migração e de ocupação do município ocorreu entre 1970 e 1980, com a abertura da Transamazônica (BR-230) e da Cuiabá–Santarém (BR-163). Pela primeira vez, a ocupação da região dava-se não a partir dos rios, mas a partir dos "fundos", pelas estradas. Formou-se aí um grupo social histórica, cultural e economicamente diferente dos produtores, lavradores e varzeiros das outras regiões do município, diferença que procurei qualificar sob a denominação de "campesinato das estradas".

Os militares no poder, imbuídos da doutrina de segurança nacional e do ideário desenvolvimentista, não podiam deixar a Amazônia fora dos seus planos. Percebida como "vazio demográfico" e "vazio econômico", ela demandava sua intervenção, o que começou a se concretizar com a criação, em 1966, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

(Sudam) e do Banco da Amazônia (Basa). Em 1970, o general Médici criou o Programa de Integração Nacional (PIN), destinado a financiar obras de infra-estrutura na Amazônia, em particular a construção das duas grandes rodovias. Se, oficialmente, o PIN solucionaria dois problemas (o do "homem sem terras do Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia", segundo discursou, em Manaus, o próprio Médici por ocasião da criação do PIN), as estradas cumpririam várias funções: permitiriam o assentamento de sem-terra, nordestinos e outros, evitando possíveis explosões sociais e freando um pouco a migração em direção aos grandes centros urbanos; abririam o interior da Amazônia aos empresários e fazendeiros, colocando à sua disposição mão-de-obra barata; assegurariam o acesso às jazidas minerais que estavam sendo descobertas; e facilitariam o seu escoamento. Como antídoto à censura e à repressão, elas prolongariam o ufanismo promovido pela Copa Mundial de Futebol de 1970, com o tema do "Brasil Grande". A Transamazônica representava "uma arrancada histórica para a conquista e colonização do gigantesco mundo verde", segundo os dizeres da placa inaugurada por Médici em 1970, fincada num tronco de castanheira na entrada de Altamira, e conhecida até hoje como "o pau do presidente". Enfim, elas facilitariam o controle militar da região, o que era de suma importância num momento em que havia notícias, ainda secretas, da implantação de um foco guerrilheiro no Araguaia.

Em 1972, chegavam ao Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Itaituba, que abrangia Santarém, os primeiros colonos. No final de 1976, o PIC contaria 1.554 famílias assentadas, sendo previsto o assentamento de mais 2.457 famílias para 1977-79. Além de nordestinos, havia famílias de pequenos produtores, oriundas de regiões em via de minifundização, vindas do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Um número razoável desses "gaúchos" foi assentado na área de influência de Rurópolis, no município de Santarém. Junto com esses colonos oficiais, chegavam milhares de migrantes vindos, principalmente, do Maranhão, no fim do itinerário clássico do posseiro: do Ceará, passando pelos vales do Itapecuru, do Mearim, do Pindaré (MA), pelo Bico do Papagaio (no então Goiás) e pelo sul do Pará. Expulsos sucessivamente após deixar a "terra amansada" para a pecuária e a especulação, chegavam, atraídos pela propaganda oficial, à procura de terras livres e passaram a ocupar com teimosia lotes de estradas desocupados e, sobretudo, travessões inóspitos.

Gaúchos e maranhenses, colonos e posseiros, todos sonhavam. O jornalista Lúcio Flávio Pinto, num artigo escrito em 1975, citava o coronel Jarbas Passarinho falando do "êxito" da fixação dos colonos e dos "resultados em produtos agrícolas extremamente favoráveis". Se existiam problemas com a colonização, era porque "não se contou foi com a migração espontânea" (Pinto, 1977, p.267). Ao que o Lúcio Flávio Pinto respondia que, "sem essa migração espontânea, o fracasso seria ainda maior" (idem, ibidem).

Na realidade, como o mostraram Jean Hebette e Rosa Acevedo (Hebette, Acevedo, 1979, p.114), a distância entre as duas formas de colonização não é tão relevante, pois a colonização "espontânea" é um processo também induzido/dirigido e porque, em ambos os tipos, o enfoque social, mal se instalavam os colonos, já estava ultrapassado. É assim que o então ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, declarava em 1973:

> Até aqui a Transamazônica deu ênfase à colonização, mas a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória com conseqüente processo de desmatamento e a de promover manutenção do equilíbrio ecológico nos levam a convidar as grandes empresas a assumir a tarefa de desenvolver essa região" (Cardoso, 1977, p. 158).

O Programa Polamazônia, de 1974, e o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, elaborado em 1975 pela Sudam, retomariam essa orientação.

Os colonos, que nunca chegaram a receber muito apoio, veriam minguar ainda mais os recursos que lhes eram destinados. Produtores de arroz e de outras culturas anuais nos primeiros anos, eles passaram a cultivar pimenta-do-reino e cacau e a criar gado. Começavam a construir sua história. Talvez o amplo horizonte das suas andanças e a necessidade imperiosa de criar raízes, pois chegavam ao "fim da linha", fizessem com que passassem a se destacar no nascente movimento sindical. Em poucas centenas de estradas, formavam a síntese do campesinato brasileiro. Com eles, completava-se a fisionomia da população e do espaço rural/florestal santareno.

A população rural de Santarém passou de 41.016 pessoas em 1950, para 60.536 em 1960, 73.499 em 1970 e 80.293 em 1980. A população urbana passou sucessivamente de 19.213 para 32.615, 61.616 e 111.657 em 1980, quando ultrapassou a população rural. Vale notar que parte da população classificada como urbana está voltada na realidade para as atividades rurais. Essa população é então concentrada no Planalto, no Lago Grande (várzea), na direção do Tapajós, na vizinhança de Santarém, e relativamente densa ao longo dos rios e da Transamazônica.

A EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES SOCIAIS (1974-1977)

Quem somos nós? Um gigante adormecido porque não descobre seu valor.
(um lavrador, I Encontro da CPT, dezembro 1976)

Em 1974, o general Geisel assume a Presidência da República em condições políticas e econômicas favoráveis a seu projeto de distensão. A oposição política oficial – o MDB – era moderada e a clandestina tinha sido esmagada. Apesar da crise de petróleo de 1973, o PIB tinha crescido 13% em 1973. Porém, o seu projeto sofreu os impactos da vitória do MDB nas eleições

majoritárias de 1974, da reação da extrema-direita militar e da campanha de desestatização oriunda de parte da burguesia industrial e financeira (Cruz, 1984). Apesar disso, o Governo Geisel deu continuidade à política econômica da ditadura. Prosseguiu a entrada maciça de empréstimos externos, promoveram-se grandes investimentos nos setores de energia, petroquímica, siderurgia, transporte. A Amazônia foi integrada a esse processo, aparelhada com a Sudam, o Basa, a abertura de estradas e a federalização das terras ao longo das estradas federais. Inicia-se o Projeto Carajás.

Politicamente, Santarém acompanhou o que aconteceu no plano nacional. A burguesia local abriu mão do governo municipal para não perder seu poder econômico-político, como fizera a burguesia nacional em 1964. Santarém, assim como a cidade de Santos, foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional e perdeu a sua autonomia. As "tradicionais famílias" não estavam muito interessadas pela distensão. Continuavam a dominar a economia local, sobretudo através do comércio, a principal atividade econômica da cidade. Apesar de não parecer muito afetada pelos planos de desenvolvimento, Santarém estava mudando. A modernidade chegava. A presença do Governo Federal cresceu consideravelmente. Instalou-se o 8º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), construtor de parte da Cuiabá–Santarém. A federalização da terra ao longo das estradas federais fez do Incra, para além da colonização, o executor de um ambicioso plano de regularização fundiária; a Sudam e o IBDF, com a criação da Floresta Nacional do Tapajós, reforçaram a sua presença. Foram construídos nesses anos a barragem hidrelétrica de Curuá–Una, o porto, o cais e o aeroporto. A Sudam incentivava empreendimentos: pimenta-do-reino, barcos pesqueiros, empreendimentos agropecuários, tais como a Agropastoril Boiúna-Soboi, e florestais, como a Santa Izabel Agroflorestal.

Se somarmos a isso o crescimento urbano (a cidade passa de 51 mil habitantes em 1970 para 102 mil em 1980) e o crescimento populacional ao longo da BR-163 e da Transamazônica, vemos que, definitivamente, o município, na confluência do tradicional e do moderno, estava mudando. O tecido social se distendia e se fragilizava. A auto-organização tradicional, bem como o sistema de representação através de comerciantes e de vereadores e cabos eleitorais, não respondia bem à nova situação. Havia, portanto, uma possibilidade de vazio político nesse momento de reordenação do espaço e das relações sociais (Martins, 1984). Quem iria ocupar politicamente o terreno?

O único setor da sociedade civil capaz de preencher em Santarém o vazio político era a Igreja Católica. Apesar de a hierarquia ter dado seu apoio ao golpe de 64, ela tornou-se progressivamente uma força de oposição ao regime. Em 1968, reunida em Medellin, a Conferência Episcopal Latino-americana (Celam), com participação destacada de bispos brasileiros, afirmou a sua "opção preferencial pelos pobres". Em 1972, os bispos da Amazônia,

reunidos em Santarém, definiram as suas "linhas prioritárias" e chamaram a atenção sobre o "desenvolvimento feito sem ou contra o próprio homem; violação de direitos básicos, como a posse da terra, injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos" (Prelazia, 1972: 2). Dom Tiago Ryan, bispo de origem norte-americana de Santarém, declarava que a Igreja do município seguiria essas orientações.

Os franciscanos que dirigiam a prelazia local sempre manifestaram preocupações sociais. Nesse plano, cabe destacar algumas paróquias, a catequese urbana e a catequese rural. Esta última, sob a responsabilidade do frei Rainerio, se fazia presente em todos os recantos do município, organizava todo ano "semanas catequéticas" e cursos de aprofundamento, em que procurava ligar "o tempo da Bíblia ao tempo de hoje", "a fé à vida". O Movimento de Educação de Base (MEB), nos anos 70, depois da perseguição que tinha sofrido, passou "da ênfase sobre a conscientização para a ênfase sobre a ajuda mútua" (Paiva, 1973, p.282). No mesmo campo, colocava-se a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), ONG de origem católica fundada em 1961, com sede no Rio de Janeiro, voltada para a promoção da educação e do desenvolvimento comunitário, presente em várias regiões do Pará. A Fase e a Igreja oscilavam entre a ideologia do desenvolvimento e uma pedagogia crítica e libertadora no espírito de Paulo Freire e da Teologia da Libertação. No que diz respeito ao interior santareno, a balança penderia, nos anos 1974/75, para a segunda alternativa. Nessa linha, teriam, por ajudar a criar condições para a emergência do movimento, um papel importante a catequese rural e dois agentes de pastoral, Ranulfo Peloso da Silva e Geraldo Pastana, que haviam feito a opção de morar no interior como o povo, à procura da "integração da fé na vida", bem como a Fase, que definiu seu programa como voltado para o homem rural no que tem de essencial: a sua condição de produtor, o que a fez optar pela assistência à produção e à organização sindical.

No primeiro semestre de 1977, realizaram-se as eleições para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santarém. O STR tinha sido criado em 1972 por colonos do planalto, com sede em Mojuí dos Campos. Como aconteceu com a quase totalidade dos STRs do estado e com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetap), sua criação foi incentivada pelos políticos ligados à ditadura, notadamente o grupo do coronel Jarbas Passarinho. Estando na mão de homens de confiança, constituiriam-se em instrumentos de controle do campesinato e dos currais políticos. Apresentou-se então uma chapa de oposição, constituída a partir da ação das instituições e pessoas acima mencionadas. Como se chegou lá? Quais eram as ações mobilizadoras e conscientizadoras dos trabalhadores rurais que lhes ajudaram a se tornar movimento?

Os dois agentes de pastoral moravam na colônia do Prata, no planalto. No começo de 1975, foi formado o primeiro grupo de revenda (GR),

para viabilizar a compra em conjunto dos produtos não produzidos pelos membros do grupo. Rapidamente, os GR se espalharam pelo município, não só em razão das semanas catequéticas, mas porque tentavam dar uma resposta a um problema fundamental para o lavrador: a sua dependência do comerciante local. Outras iniciativas, como a compra de uma "usina" de beneficiamento de arroz e a de um caminhão comunitário, tinham o mesmo sentido.

Enquanto isso, na Terra Firme do Ituqui, na margem da várzea de mesmo nome, no rio Amazonas, as 200 famílias distribuídas em sete povoados e 12 mil hectares, instaladas lá desde 1884, descobriram que os herdeiros do dono das terras, que tinha recebido uma "carta régia de doação" no começo do século XIX, as havia vendido à S.A. Agropastoril Boiúna Soboi. A firma começou a abrir "picos", a mandar fiscais do IBDF perseguir, destacamento policial intimidar, Polícia Civil prender, Polícia Federal intimar lavradores. A Fase tinha firmado um convênio com o STR (considerado como pelego, pois dava garantia à ditadura que o STR não seria transformado em instrumento de organização da categoria), em que este a encarregava da formação sindical nas e para as delegacias sindicais do interior. Hortas comunitárias e cursos de formação sindical e sobre posse da terra, promovidos pela Fase, facilitaram a organização das "comunidades" e sua união. Que o diga o delegado da Polícia Federal quando 62 lavradores atenderam à intimação feita a três deles. Os moradores conseguiram que o sindicato contratasse um advogado para defendê-los. Apesar de uma liminar concedida, ainda em 1975, pela juíza local em favor dos posseiros, a Soboi voltou a investir contra eles em 1977. Nessa data, a causa não era mais dos sete povoados, mas de todo o movimento. A Soboi se aquietou, mas somente na década de 90 os moradores do Ituqui foram oficialmente "assentados".

Os moradores do Ituqui, que hoje poderiam ser reconhecidos como "povo tradicional", começavam a descobrir o processo de entrada do capital monopolista na região pela mão armada do Estado. Por meio dos colonos da Transamazônica, começaram a descobrir que não estavam sós nessa luta, que ela se travava no Maranhão, no Bico de Papagaio e no sul do Pará. O que poderia ter se limitado a uma revolta espontânea por dignidade e liberdade, bonita e corajosa, certo, mas sem conseqüência para além do seu território, tornava-se parte da tomada de consciência de um sujeito coletivo em formação.

Transamazônica! Os colonos pensavam atingir a "Terra prometida" e chegavam "a uns dois quilômetros do inferno". Fome, maus-tratos por parte dos funcionários, poeira ou chuvas torrenciais, acidentes no corte da mata, malária, desorientação diante de um solo e um clima desconhecidos, casa para construir... A esperança era tão grande e o caminho tão sem volta que foram em frente. Sentiam-se abandonados, mas, paradoxalmente, muito controlados pelo Incra.

Entre maranhenses e outros nordestinos, os "gaúchos" eram destinados a formar a futura classe média rural, economicamente realizada e esteio político do regime militar. Seu aprendizado começaria com a sua primeira missão: serem "pilchados", os churrasqueiros oficiais do banquete de inauguração pelo general Médici da "rurópolis" Presidente Médici, na encruzilhada da Transamazônica e da Cuiabá–Santarém, no dia 12 de fevereiro de 1974. A inauguração foi precedida pela queima, sem aviso prévio, da Vila da Palha, erguida pelos operários, colonos e pequenos comerciantes ao lado da rurópolis. Precisava limpar e embelezar o terreno, semeado com o arroz que faltava aos colonos, para plantar e para comer.

A maturação da consciência social dos colonos, no entanto, viria da política agrícola implementada localmente. O preço alcançado pelo arroz mal deu para pagar o banco; o crédito para a pimenta-do-reino chegou fora de época e "tem gente que ficou só com a dívida". Mas a sua primeira luta coletiva se deu contra a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Esta comportava-se como o comerciante usurário, sugador do seu trabalho. De desconto em desconto (impurezas, classificação, transporte), quando o colono entregava 150 sacas de arroz, ficava com 22. Além disso, o gerente detinha o monopólio do transporte e havia roubo na balança. "Foi um grito em toda a estrada." Depois de ocupar a sede do Incra, os colonos conseguiram melhorar o preço do seu arroz e "desmanchar aquela corruptela".

O movimento nascente se expressava não só por essas lutas setoriais, mas pelo começo da busca de organização. Por ocasião do conflito do Ituqui, a Fase e agentes de pastoral elaboraram duas cartilhas: *O posseiro e a terra* e *O lavrador e seu sindicato*, que começava afirmando: *"Água não se mistura com óleo".* Graças ao convênio da Fase, lá onde atuavam os agentes do Prata e a Fase, no Eixo Forte, na região do Prata/Chaves, e, um pouco mais tarde, na Transamazônica e na Cuiabá–Santarém, começaram a ser organizados encontros de formação sindical. Parecia ter chegado a hora de pensar na conquista do STR. Esses lugares formariam os núcleos, a partir dos quais uma nova proposta sindical poderia se difundir. Mas como fazer esses grupos se encontrarem, num contexto de recrudescimento da repressão no plano nacional e, localmente, de ameaças aos técnicos da Fase? A solução seria promover um encontro sob os auspícios da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A CPT foi fundada em junho de 1975 por bispos, padres e leigos de toda a Amazônia Legal reunidos em Goiânia "para que, como instrumento ágil, ligasse, assessorasse e dinamizasse pessoas e organismos que trabalham a favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais" (Franciscano, 1975). Ranulfo Peloso da Silva participou do Encontro de Goiânia e tornou-se o primeiro secretário da CPT do Pará. Com o firme apoio de Dom Tiago Ryan, foi criada imediatamente a CPT de Santarém e sua primeira ativida-

de foi a realização do I Encontro de Agricultores, em dezembro de 1976, com a participação de oitenta trabalhadores. Decidiu-se lançar uma chapa de oposição ao sindicato e se formou um grupo de trinta pessoas para dar seqüência a essa decisão. Adotaram três frentes de ação: levar propostas às assembléias, formar delegacias combativas, fortalecer a organização comunitária. Na sua primeira reunião, os trinta receberam a visita da Polícia Federal. Mais tarde se tornaria claro que havia um traidor no grupo.

Seu ambicioso programa não impediu a derrota nas eleições, a chapa de oposição tendo obtido duzentos votos contra 800 da situação. Em agosto 1977, os 54 lavradores e os agentes presentes no II Encontro de Lavradores decidiram dar continuidade ao grupo, mas ele não vingou. Faltava trabalho de base em algumas regiões; o comprometimento de muitos ainda era insuficiente, tanto que o presidente do STR era informado de todos os passos dados. A proposta era aceita por muitos pelo argumento de autoridade usado: o cristão age em solidariedade com seus irmãos. Para avançar, teria que passar a colocar no centro da ação as solidariedades de classe do campesinato.

A AFIRMAÇÃO COLETIVA: "O SINDICATO, SOMOS NÓS" (1978-82)

"Assim como anoitece amanhece, que nunca é tarde pra nascer a luz"
(um lavrador de Santarém, ao falar da luta)

O general Geisel consagrou o último ano do seu governo à viabilização da "abertura lenta, gradual e segura". Nasceram associações de moradores combativas e o Movimento contra a Carestia; reorganizou-se a UNE; 245 mil operários fizeram a greve dos "braços cruzados, máquinas paradas". A luta pela anistia colheu frutos. Começou a se projetar o nome de Luiz Inácio da Silva, o Lula. Restaurou-se o *habeas corpus* e eliminou-se o Ato Institucional nº 5. Mas criaram-se salvaguardas como o "estado de emergência", e se elegeu indiretamente o general Figueiredo.

Em maio de 1979, realizou-se o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, convocado pela Contag, marcando "a visibilidade do sindicalismo rural para o conjunto da sociedade" (Medeiros, 1989, p.119). Em 1979 e 1980, novas greves operárias estouraram no ABC em São Paulo, e em outros estados. Nesses dois anos, 240 mil canavieiros realizaram uma greve legal, enquanto posseiros e padres eram presos no Pará. Criou-se o Partido dos Trabalhadores (1980). No entanto, esses anos ainda se caracterizaram pela separação do "movimento das instituições políticas da movimentação social" (Cardoso, 1981). A economia se descontrolava e se desenhava um quadro recessivo. No Norte, começava o Projeto Jari, de produção de

celulose, construíam-se a ferrovia Carajás–São Luís para exportação de minério de ferro, as fábricas de alumínio da Albrás (São Luis) e da Alunorte (Barcarena), a barragem hidrelétrica de Tucuruí. Os garimpos de Serra Pelada e do Tapajós serviam de "válvula de escapa", ao receber milhares de lavradores maranhenses sem terra.

No começo de 1978, a nova equipe da Fase, liderada por Antônio Vieira, os agentes de pastoral e um pequeno grupo de lavradores formaram um "núcleo", embrião da *Corrente Sindical Lavradores Unidos*, que seria criada em 1979, e decidiram retomar, em outras bases, o processo organizativo. Tinham um conjunto de propostas que colocaram efetivamente em prática: o reforço à organização sindical, através das delegacias sindicais; o preenchimento dos "históricos de posse", fichas de coleta de dados sobre a situação fundiária dos lavradores e colonos, que ajudariam a legitimar, de um lado, as posses diante da grilagem e, do outro, a Corrente. A Corrente Sindical "Lavradores Unidos" era a expressão pública do movimento, animada por um pequeno coletivo que atuava segundo regras copiadas dos partidos clandestinos. Ela expressava essa visibilidade através de um boletim, *Lamparina*, que projetou o movimento e as lideranças; pela incorporação de uma "mística", cujo símbolo era a lamparina, o *slogan*, *Nossa força é a nossa união,* e o hino "Lavradores Unidos".

A Corrente mostrava sua força através da participação ativa em todas as pequenas ações e lutas locais dos seus membros, tais como resistências a expulsões da terra, grupos de revenda, reivindicações de atendimento médico, de postos de saúde, de transporte coletivo; marcava presença ativa nas assembléias sindicais; assumia a direção de delegacias sindicais. Organizava encontros sob a bandeira da Corrente, num crescendo irresistível. Encontros municipais, encontros regionais, encontros da "Ala feminina", da "Ala jovem" se sucederam em ritmo acelerado entre julho de 1979 e 2 de julho de 1980, data da segunda votação para a eleição da diretoria do STR, reunindo centenas de pessoas.

A chapa da Corrente, encabeçada por Geraldo Pastana, obteve 2.505 votos contra 272 à situação. Por que esse sucesso? Alguns fatores são bastante claros: a ponte feita entre o cotidiano dos trabalhadores rurais e o seu projeto de classe; a reinterpretação dos temas das semanas catequéticas (Moisés, os profetas, a libertação do Egito), criadores de "uma identidade político-religiosa" (Novaes, 1985, p.210 e ss.); a discrição e a prudência para não chamar a atenção dos "inimigos" e não atrair a repressão; o incentivo à participação dos jovens e das mulheres, a formação e a projeção de lideranças (aqueles que são "expressão do conjunto" e que "aparecem de público"), em particular do candidato a presidente, sem permitir, no entanto, que se sobrepusessem à direção coletiva.

Se o sindicato eram eles, como dizia o *slogan*, precisava torná-lo realidade. Para isso e para que se mantivesse a sinergia dinâmica entre movimento e

organização, a Corrente atuaria tanto na organização quanto nas lutas dos trabalhadores rurais. Empreendeu-se um grande esforço de organização e racionalização da sede, das finanças e da burocracia, tanto por respeito para com os associados quanto para prevenir a repressão, que não demorou em realizar uma auditoria. Se a Corrente havia se apoiado sobre as Delegacias para ganhar a eleição, é por meio delas que desenvolveria um sindicato de massa. Havia entre 110 e 150 delegacias em 1980. Em 1985, seriam 265, com um pouco mais de 300 lugarejos ou povoados recenseados no município. Foram também criadas oito Delegacias Regionais, mas só conseguiram se firmar as que, de fato, enfrentaram problemas concretos, que diziam respeito à sua região. Foram criadas "equipes de educação sindical" encarregadas do esclarecimento dos associados e da organização de base. Seguiam treinamentos e viajavam pelo interior. Formaram-se assim mais de cem militantes.

A classe dominante local não aceitava esse novo sindicato. Em 1981, o delegado de polícia regional pediu a prisão preventiva do presidente do STR e o promotor público ofereceu denúncia contra ele, por ter orientado pessoas a incendiar o bem alheio, transformando um caso insignificante e sem conexão com o presidente em peça de acusação.

Para além de Santarém, o STR participava da reorganização no plano nacional do movimento sindical. O filme *Braços cruzados, máquinas paradas, sobre a greve dos metalúrgicos de São Paulo, em 1978,* era usado nas reuniões que a Corrente promovia antes das eleições e ajudava a criar laços de solidariedade. A Corrente mantinha laços com a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Participou do I Encontro Nacional das Oposições Sindicais (Enos), dos encontros, em João Monlevade e São Bernardo, da Articulação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares (Anampos), do I Encontro dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), no Rio de Janeiro. Enviou 22 delegados à 1ª Conferência das Classes Trabalhadoras (Conclat), realizada em agosto de 1981 na Praia Grande (SP). Avelino Ganzer, diretor do STR, integrou a Comissão Pró-CUT, então criada. Nos congressos, sentiram que os trabalhadores rurais eram considerados por muitos como massa de manobra e eram até menosprezados, mas isso só os encorajava a se impor, a partir da sua prática, como ator/interlocutor no movimento sindical nacional.

LUTAS, A OUTRA FACE DO MOVIMENTO

Luta que é ação e engajamento, criação e transformação, conflito e antagonismo, coletivo, de classe, ato de esperança e sonho de liberdade e de fraternidade. Mencionamos algumas delas. 1979: o "travessão das Placas", no km 240 da Transamazônica, era ocupado por quarenta famílias de posseiros

e três “fazendeiros”. Estes, seguindo o costume dos grileiros, começaram a pressionar os posseiros para ocupar seu lugar e os denunciaram à Polícia Militar de Altamira, que levou três deles presos. Esta farejava a subversão. Meses depois, em junho de 1980, é o 51º Batalhão de Infantaria da Selva (BIS), sediado em Altamira, que empreende uma operação militar prende alguns colonos, mas não consegue prender o “terrorista”, “fujão” e “safado” Avelino Ganzer, delegado sindical da região. Mal o destacamento volta a Altamira, 90 trabalhadores rurais chegam de caminhão de Santarém, após ter percorrido mais de 300 km, para dar seu apoio. A negociação entre a delegacia sindical, o Incra e o 51º BIS foi se esticando. O caso somente seria resolvido em 1983. Antes disso, lavradores de todo o município participariam de mutirões e de vigílias nas roças com o intuito de conter o avanço dos grileiros e assegurar o direito dos posseiros.

Na margem direita do Tapajós, moravam, numa dúzia de povoados, 330 famílias, segundo levantamento do STR; na margem esquerda, só na beira do Tapajós, havia 16 povoados. Os moradores da margem direita encostavam na Floresta Nacional (Flona-Tapajós) e os da esquerda em duas firmas madeireiras. Tanto o IBDF quanto as empresas queriam reduzir as terras dos moradores, deixando-lhes só os terrenos arenosos da margem. Vale notar que essas populações tradicionais fazem seus roçados no “centro”, longe da margem do rio, e que usam essa área para as atividades extrativistas. Depois de muito vaivém entre o Tapajós e Santarém, conseguiram que o limite das suas terras fosse colocado a 10 km, no caso da margem direita, e a 13.400, no caso do limite com a firma Amazonex.

Esses conflitos se resolveram pacificamente, mas não faltou a “morte anunciada”. Avelino Ribeiro, posseiro vindo de Goiás, delegado sindical de Igarapé Preto, estava instalado no km 173 da Cuiabá–Santarém, numa terra cobiçada pelo comerciante de Santarém Otacílio Alves Feitosa, o Ota. Funcionários do Incra, polícia, pistoleiros, cada um por seu turno ou juntos, pressionaram de todo jeito Avelino para que saísse da sua terra. Ota o assassinou no dia 24 de março de 1982. O assassino nunca foi incomodado pela Polícia e pelo Judiciário.

O campesinato brasileiro historicamente travou uma guerra insidiosa e traiçoeira com o capital comercial-usurário, que provocava muitas expulsões “brancas” da terra. O de Santarém não escapava a isso, como já foi mencionado. Reforçaram-se os Grupos de Revenda, completos, alguns com caminhões ou barcos. Em 1981, eram mais de cem. Mas entraram rapidamente em estagnação, sendo em parte compensados por campanhas sindicais por políticas agrícolas que trouxessem melhores condições de financiamento e de preço para os juteiros da várzea, sem muito sucesso, e para os produtores de arroz da Transamazônica, que acabaram conseguindo acesso ao sistema de Empréstimos do Governo Federal (EGF). Esses colonos enfrentavam outro grande problema, que perdura até hoje, o das vicinais

intransitáveis, o que faz com que safras inteiras se percam, doentes acabem morrendo e crianças não estudem. Incontáveis foram os abaixo-assinados, os atos públicos, as comissões indo às repartições públicas, até a Brasília.

A conquista da Colônia de Pesca Z 20 pelos pescadores artesanais tem seu lugar aqui. Muitos deles eram associados ao STR e à Corrente e, após a conquista do STR, tinham previsto se voltar para a da Z 20. A Superintendência das Pescas (Sudepe) e a Sudam favoreciam no Norte a implantação da pesca industrial e geleiras, barcos que armazenavam gelo, o que lhe permitia pescar mais e comprar o pescado para o levar para fora da região. Ameaçavam, assim, os pescadores artesanais e o abastecimento local. Os atravessadores dominavam o mercado. A presidência da Z 20 era ocupada por um pecuarista. Para impedir aos pescadores de assumir a direção, colocaram um interventor e, a seguir, uma junta governativa. Essa cometeu o erro fatal de não realizar a tradicional assembléia geral e a procissão no dia de São Pedro de 1982, demonstrando que não tinha muito em comum com os pescadores. Esses, na marra, tiraram São Pedro da sede e saíram em procissão. Em novembro, elegiam a sua legítima diretoria.

Tentei mostrar aqui não os atores individuais, com suas baixezas e suas grandezas, mas a consciência coletiva sendo trabalhada, modelada, burilada na oficina da vida e da luta. O campesinato santareno não vira classe revolucionária, mas torna-se gente, trabalhador rural, campesinato, no "máximo de consciência possível" (Goldmann, 1979, p.99).

ENTRE O CAMPO E A CIDADE, SE PERDER OU SE ENCONTRAR (1983-1985)

"Melhor virar de frente para o bicho."
(um lavrador, depois do incêndio do STR)

A recessão continuava e a inflação disparava. Saques, depredações, manifestações e greves se sucediam. A democracia, no sentido de encontro entre as aspirações e as manifestações populares e a política parecia, então, possível, pois estava sendo ensaiada nas ruas e nos palcos pelas diretas. Em novembro 1983, realiza-se a primeira grande manifestação pelas eleições diretas para presidente da República. As elites cuidavam para que a política saísse da praça e voltasse aos recintos fechados dos palácios.

Se a economia voltava a crescer, no campo os preços agrícolas, à exceção de 1984, conheciam uma queda constante. No Norte, a paz social, necessária para garantir os investimentos na mineração e a manutenção do domínio das oligarquias locais, era garantida pela "militarização da questão agrária". O Grupo Executivo das Terras do Araguaia e do Tocantins (Getat), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, expressava a filosofia do

governo: trata-se de impedir "a transformação da luta pela terra numa luta política, e menos ainda numa luta político-partidária" (Martins, 1984, p.56).

Se o campo é terreno de luta para o camponês, como vimos, é também o lugar da exclusão. "Ser camponês não significa simplesmente viver fora do aglomerado urbano, mas, antes de mais nada, viver fora da *civitas*, da cidade política" (Moacir Palmeira, apud Novaes, 1985, p.223). No caso das lutas travadas pelos trabalhadores rurais em Santarém nesse período, há um nítido deslocamento do espaço das lutas, do campo para a cidade. Ir à cidade é ir à "cidade política", esse espaço econômico-político que concentra poder, saber, riqueza, coerção e ideologia dominante, que exclui o campesinato. O terreno que é seu lhes é imposto pelas classes dominantes, que querem relegá-los ao silêncio e à invisibilidade.

Em 1983, chegam ao Tapajós barcos de pesca motorizados e geleiras, que esticam centenas de metros de rede (malhadeiras), com quatro a seis metros de profundidade, acabando com os cardumes e com o abastecimento das comunidades locais. Cansado de protestar junto aos invasores e à Sudepe, em agosto de 1984, um grupo de 136 pescadores sobe no barco *Comunitário*, aborda um barco invasor, toma oito malhadeiras e duas canoas. Decidem que entregarão o material na presença das sete comunidades envolvidas e da diretoria do STR e "mediante documento assinado pelos donos das geleiras e pela Sudepe". A Sudepe e a Capitania dos Portos, depois de apreender o barco *Comunitário e de* meses de tentativa de resolver o conflito em favor dos empresários da pesca, acabaram ordenando a invasão por um pelotão da polícia da sede do STR, onde encontraram as canoas. Elas não tinham sido escondidas na mata. O STR e o movimento sentiam-se suficientemente fortes para fixar as modalidades e o lugar da luta.

Outras ações marcaram esse momento: reivindicações por postos de saúde no interior e nos bairros de Santarém, em conjunto com movimentos urbanos, reivindicações pela construção e recuperação de ramais e vicinais, em especial na Transamazônica, volta à formação de Grupos de Revenda e transportes comunitários. Mas as questões produtivas não estavam no centro das preocupações da Corrente. Ela deixou a Emater criar a Feira do Produtor sem se manifestar e só posteriormente percebeu a sua importância. A sua preocupação central e sua estratégia de ação continuavam sendo a organização dos trabalhadores

Se em 1980 a vitória da Corrente Sindical apanhou de surpresa as classes dominantes e suas burocracias, a eleição para a diretoria dos STR de 1983 não seria tão tranqüila. Avelino Ganzer foi eleito por 4.317 votos contra 236 à chapa concorrente. Em agosto, a nova diretoria foi empossada na presença do presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio da Silva, o Lula. Corria em segredo, movido pela Delegacia Regional do Trabalho do Pará, um processo de intervenção no STR, oficiado em janeiro de 1984. Mais de 1.500 pessoas participaram de vigílias e passeatas, impedindo durante 10

dias os interventores de ocupar a sede do STR, até uma liminar suspender a intervenção. A repressão voltaria a atuar de modo covarde em abril de 1985, quando um incêndio criminoso destruiu a sede do STR, reerguida em tempo recorde graças a uma mobilização intensa de milhares de sócios.

O STR em tudo isso não estava isolado. Contava com apoios nacionais e até internacionais. Participaram de fato ativamente da criação da CUT, formando uma importante delegação para o 1º Congresso das Classes de Trabalhadores (Conclat) em agosto de 1983, em São Bernardo, congresso convocado pela Anampos, em que se decide a criação da Central Única dos Trabalhadores. A Contag não participou do Congresso, mas havia 1.658 trabalhadores rurais presentes, 26% do total de delegados (Zanetti, 1995, p.74). Avelino Ganzer foi eleito membro da coordenação de sete membros.

Todo o processo de criação da CUT socializou politicamente o campesinato santareno. Ele passou a conhecer o operariado fabril do ABC, cortiços e favelas de São Paulo, acampados e pequenos produtores integrados do Sul, o cafeicultor do Espírito Santo e o canavieiro de Pernambuco, o parceiro goiano e o seringueiro acriano. Em retorno, a CUT o transformou em ator nacional e referência organizativa para muitos sindicatos e grupos de educação popular. Significativo é o sucesso nacional do filme *Lamparina,* produzido e dirigido pela equipe local da Fase e pela Corrente, que recriou e dramatizou a trajetória da Corrente Sindical até a conquista do STR.

No I Congresso da CUT, em 1984, os camponeses obtiveram a criação de uma secretaria rural. Avelino Ganzer foi eleito vice-presidente e liberado pelo STR para cumprir seu mandato na CUT. Mas os trabalhadores rurais não queriam ser simplesmente massa de manobra na Central e, em novembro de 1984, pela primeira vez, realizaram um encontro de lideranças de trabalhadores rurais ligados à CUT, em Goiânia. Estiveram em 1985 no I Congresso do MST, mas, embora dessem todo apoio ao MST, não aderiram, por estimar que, no Norte, as lutas dos sem-terra eram encaminhadas através da luta sindical e que um novo movimento não era necessário.

Nesse período, vemos uma Corrente tensionada entre a sua responsabilidade imediata para com os lavradores, colonos, pescadores e outros grupos de trabalhadores rurais de Santarém e a sua vontade transformada em estratégia de intervenção na cidade política. Avaliaram que, para que os trabalhadores rurais pudessem se afirmar, eles teriam antes que ser reconhecidos politicamente. Assim, mais do que investir em ações que pudessem reforçar a produção agrícola local, mais do que prosseguir na interiorização do movimento, eles priorizaram, conjuntamente com a sua socialização sindical no plano nacional, mas além dela, a ação política.

A Corrente optou em 1980 pelo PT, pois, segundo um militante, "esse é o partido dos trabalhadores. Nós podemos dirigir esse partido e esses outros não temos condição de dirigir mais porque eles já são velhos". Em 1981, o presidente do STR, Geraldo Pastana, passou a integrar a direção

nacional do PT. Em 1983, a pré-convenção partidária, com a presença de Lula, reunia mais de 2000 filiados. Waldyr Ganzer, colono da Transamazônica, foi eleito presidente do PT local, com o apoio urbano. Vale notar que outro grupo político, também oriundo em boa parte da ação pastoral da Igreja Católica, desenvolvia um importante trabalho partidário na cidade. Os dois dirigentes sindicais citados aqui foram posteriormente eleitos para vários mandatos políticos. Com um ciclo de organização completado, na sua avaliação, a Corrente sentia o movimento campesino forte o suficiente para "exportar" quadros, sindicais e políticos, não só na Amazônia, mas também em São Paulo e em Brasília.

Conclusão. Continua a resistência

A influência da Corrente Sindical e do STR de Santarém no Pará será sentida em particular em Gurupá, na foz do Amazonas, onde os lavradores e extrativistas conquistaram seu sindicato em 1986, no nordeste paraense e na Transamazônica, com a criação do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, em Altamira, em 1988 (Hebette, 2002, p.228). Outras forças políticas, religiosas e sindicais, por sua vez, construíram um forte movimento sindical e político no sul do Pará e no Tocantins, fazendo com que a Federação dos Trabalhadores Rurais do Pará se tornasse, junto com o PT, a ferramenta principal de ação desse "novo campesinato" (Hebette, 2002, p.229).

Em 1988, eu concluía o capítulo do meu livro sobre o último período dessa luta histórica com estas considerações:

Paradoxalmente, o mesmo processo de penetração do capitalismo monopolista, que fez os trabalhadores rurais santarenos estrearem no seu papel de atores políticos, ameaça acabar com eles como atores econômicos. Consumando-se essa ameaça, rapidamente, lavradores e pescadores voltariam à sua marginalização social e política. A meu ver, a questão econômica tornou-se o principal problema político-estratégico do campesinato santareno e brasileiro em geral.

Porém, esse capitalismo tão predador e selvagem monta na Amazônia um cenário de destruição tão desolador que convida sua população a resistir e impor-se como protagonista do drama em jogo. Aqui estão novas lutas a perder ou vencer para que o campesinato do Norte avance na sua afirmação coletiva e ocupe o espaço que é seu, ao lado de outras forças sociais empenhadas em construir a sociedade democrática de que precisamos (Leroy, 1991, p.181).

Nesta primeira metade da década de 2000, o rolo compressor da soja passou por cima do planalto santareno e os produtores e produtoras do planalto, suas roça, seus quintais, suas casas, seus povoados, na sua quase totalidade, sumiram do mapa. Muitos colonos da Transamazônica e da Cuiabá–Santarém ainda resistem. Parte da população do Tapajós redescobriu e afirmou a sua identidade indígena. Comunidades negras reivindicam

sua identidade de quilombolas. Junto com outras populações do Tapajós, do Arapiuns, do Ituqui, das várzeas do Amazonas, buscam seu futuro no agro-extrativismo ou na pesca artesanal.

O campesinato santareno encontra hoje condições de resistência local na afirmação da sua diversidade e na busca de projetos de futuro construídos sobre essa diversidade. Mas seu destino coletivo continua atrelado à luta do campesinato mundial e dos seus aliados por “um outro mundo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, F. H., MULLER, G. *Amazônia, expansão do capitalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1977.

_______. Os anos Figueiredo. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 1 (1), p.4-11, dez., 1981.

CRUZ, S. C. V., MARTINS, C. E. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”. In: SORJ, B., ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Franciscano. *Boletim interno da Congregação dos padres franciscanos da Província de Santarém,* 1975, mimeo.

GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia.* Que é a sociologia. 7.ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1979.

HEBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola parraense: o caso da Transamazônica. In: HEBETTE, J. et al. (Orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará*. Belém, Edufpa, 2002.

_______. ACEVEDO, R. *Colonização. Para quem?* Belém: FPA/NAEA, 1979 (Série Pesquisa, n.1)

LEROY, J. P. *Uma chama na Amazônia.* Petrópolis: Vozes/Fase, 1991.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1983,

_______. *A militarização da questão da terra no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

NOVAES, R. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA, V. (Org.) *Igreja e questão agrária.* São Paulo: Loyola, 1985.

PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos. Contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo: Loyola, 1973.

Prelazia de Santarém. *Linhas prioritárias para a Pastoral da Amazônia.* Santarém, 1972.

REIS, A. C. F. *Santarém: seu desenvolvimento histórico.* 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ROCQUE, C. *Cabanagem. Epopéia de um povo.* Belém: Imprensa Oficial, 1984. 2.v. 550 p. (Edição comemorativa do Sesquicentenário da Cabanagem. 7 jan.1835 – 7 jan. 1985).

PINTO, L. F. *Amazônia, O anteato da destruição.* 2.ed. Belém, Grafisa, 1977.

SANTOS, P. R. *Tupaiulândia. (Santarém, Pará).* 2.ed. Belém: Grafisa, 1974. v.1.

ZANETTI, L. *O novo no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios.* Rio de Janeiro: Fase, 1995.

11
O movimento dos atingidos por barragens: atores, estratégias de luta e conquistas

Maria José Reis

Introdução

A ocorrência de lutas sociais de pequenos produtores rurais[1] ao longo de toda a história brasileira é um dado inquestionável, ainda que essas lutas tenham sido escamoteadas e mal contadas pela "história oficial".[2]

Faz parte também dessa história, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, a instalação de megaprojetos de infra-estrutura, entre os quais a de barragens destinadas à produção de energia elétrica.

A reação das populações rurais atingidas por esses projetos permitiu, entre outros aspectos, o reconhecimento de que a instalação de hidrelétricas resulta em uma problemática extremamente complexa, que longe está de se esgotar em sua face técnico-econômica. Assim sendo, é indispensável salientar que essa instalação provoca uma verdadeira reordenação territorial, exigindo a migração compulsória das populações que historicamente vinham ocupando os espaços requeridos para essa finalidade. Migração que implica deixar para trás não apenas as terras ocupadas, mas também os laços e vínculos comunitários e seu patrimônio sociocultural resultando, inclusive, na maioria dos casos, em dificuldades no reinício das atividades produtivas nos novos espaços a ocupar e o risco de empobrecimento. Estas e

---

[1] Utilizo indistintamente neste texto esta categoria ou a de "agricultores familiares" para designar os produtores rurais que são proprietárias dos meios de produção – ou a eles têm acesso, sobretudo à terra, através da ocupação ou de diferentes contratos de arrendamento – e que ao mesmo tempo asssumem o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1999).

[2] Para uma retrospectiva histórica dos movimentos sociais no campo, no Brasil, veja-se, entre outros, Medeiros (1989).

outras implicações socioambientais e culturais, além de mal dimensionadas, foram tratadas pelo Estado brasileiro com negligência e irresponsabilidade, na maioria dos casos estudados, entre outros, por Germani (1982), Magalhães (1996), Martins-Costa (1989) e Sigaud (1992).

Por outro lado, tais processos envolvem a presença de um número significativo de atores sociais com interesses e perspectivas diferentes sobre os referidos empreendimentos. Dentre esses atores destacam-se as financiadoras nacionais e internacionais, os setores da administração pública federal responsáveis por obras dessa natureza, a corporação específica que assume a execução do empreendimento e as populações regionais e locais ocupantes das áreas a serem requeridas para a instalação dessas obras (Reis, Bloemer, 2001).

O objetivo deste texto[3] é tratar de uma das referidas lutas, o "Movimento dos Atingidos por Barragens", que teve início no final da década de 1970, na região do Alto Uruguai (RS/SC), e continua até os dias atuais, assumindo dimensão nacional e internacional.

No caso específico da instalação de hidrelétricas (UHEs) no vale do rio Uruguai (SC/RS), cuja proposta ficou popularmente conhecida como "Projeto Uruguai", a forte reação de uma parcela significativa dos futuros "atingidos"[4] pelo projeto, antes mesmo do início das obras, através de sua organização e mobilização, inaugurou, como nos diferentes casos já estudados, um verdadeiro "campo social de conflitos" (Sigaud, 1989, p.168) entre os diferentes atores envolvidos. Nesse campo destacaram-se as iniciativas políticas dos agricultores familiares e de seus mediadores contra a atuação das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul), subsidiária da Eletrobras, a empresa estatal responsável pela proposta e pelo início da instalação de 25 hidrelétricas naquele vale.[5] Em conseqüência da atuação do Movimento dos Atingidos, várias foram as conquistas dos agricultores familiares em relação ao seu deslocamento da região em virtude da inundação de suas terras, necessárias ao funcionamento das duas primeiras UHEs a serem instaladas – UHE Itá e UHE Machadinho. Paralelamente às suas atividades no vale do Uruguai, a atuação desse movimento ampliou-se, a partir de 1989, tanto em termos nacionais quanto internacionais.

---

[3] Trata-se de uma versão sintetizada e atualizada de um dos capítulos de minha tese de doutorado (REIS, 1998).

[4] Essa é uma autodesignação assumida pelos pequenos produtores rurais através da constituição da própria Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), como veremos adiante, embora tenha sido inicialmente atribuída pela Eletrosul à população a ser deslocada das áreas reivindicadas para a instalação de hidrelétricas (REIS, 1998 e 2005).

[5] A partir de 1997, com a privatização de parte do setor elétrico brasileiro, a Eletrosul ficou responsável apenas pela transmissão de energia elétrica, sendo a produção realizada por consórcios privados, os quais assumiram a instalação de parte das hidrelétricas projetadas para o vale do rio Uruguai.

Desse modo, na reconstituição da trajetória histórica do referido campo de conflitos serão destacados alguns aspectos da atuação do setor elétrico e, sobretudo, dos futuros atingidos e de seus mediadores, conjugados no Movimento dos Atingidos por Barragens, que será focalizado em relação a sua organização e suas estratégias de luta e conquistas.

A ATUAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

O planejamento e as iniciativas da Eletrosul em relação ao aproveitamento hidroenergético da Bacia do Uruguai foram marcados pelas características básicas que nortearam o setor elétrico brasileiro desde a criação da Eletrobras, no início da década de 1960. Ou seja, a existência, desde então, de um portentoso aparelho de planejamento, controle e gestão dos sistemas de produção e distribuição de energia elétrica no conjunto do território nacional (Vainer e Araújo, 1990, p.19) e a opção preferencial por grandes usinas de aproveitamento hídrico para o atendimento à demanda de eletricidade.

De acordo com Vainer e Araújo (1990, p.20), em relação às providências relativas à desapropriação e ao deslocamento das populações ocupantes das áreas destinadas à implantação das hidrelétricas, as subsidiárias da Eletrobras atuavam de modo semelhante, através de três estratégias básicas: a desinformação, a perspectiva territorial patrimonialista e a negociação individual.

A desinformação, uma das principais "armas" das empresas do setor elétrico em seu relacionamento com as referidas populações, assumia, nos momentos iniciais de sua atuação em uma determinada região, como lembram os referidos autores (1990, p.20), a forma pura e simples da sonegação de informações. Essa sonegação tinha em vista, em primeiro lugar, possibilitar o ingresso e a circulação de pessoal da empresa na região. Facilitaria, também, a conquista de algumas posições no espaço regional, antes que a população se desse conta do que estava para acontecer.

Por outro lado, a desinformação continuava, por vezes, também após o início das obras, através de uma espécie de "propaganda enganosa", veiculada pelo próprio setor que, por meio de uma intensa atividade de "comunicação social", divulgava o empreendimento e seus supostos "benefícios", calando-se quanto aos aspectos socioambientais negativos. Ou, ainda, por divulgação de informações contraditórias ou desencontradas sobre vários aspectos do andamento das obras, entre os quais as soluções relativas ao deslocamento das populações locais, o que facilitaria por parte dos responsáveis pelo empreendimento, ao gerar insegurança e dúvidas, a imposição de determinadas soluções à revelia dos segmentos sociais afetados pelas iniciativas em pauta.

A estratégia territorial patrimonialista, por sua vez, de acordo com Vainer e Araújo (1990, p.21), foi freqüentemente implementada pelas empresas do

setor elétrico quando se tratava de "criar o vazio demográfico necessário à instalação das barragens... Seus levantamentos e estudos de campo fornecem uma vasta e detalhada informação sobre o espaço a conquistar, os cadastramentos socioeconômicos dando elementos sobre cada propriedade e proprietário". A partir desses dados, efetivava-se, através da compra, a "desocupação" da área e sua reapropriação por parte do setor elétrico, desconsiderando-se os direitos dos demais ocupantes da área.

Desse modo, os trabalhos de aquisição e "limpeza do terreno" destinados à implantação da obra e da infra-estrutura básica para sua construção e funcionamento eram preferencialmente realizados através de negociações individuais, entre o proprietário da área requisitada e a empresa responsável pela tarefa. Conforme, ainda, os autores anteriormente referidos (1990, p.21), embora pareça irracional do ponto de vista organizativo, tal opção tinha objetivos claros: impedir, ou dificultar, a discussão e organização coletivas.

Em linhas mais gerais, vale destacar que, além das práticas até aqui apontadas e de múltiplas implicações político-ideológicas, cujo detalhamento foge ao escopo deste trabalho,[6] no planejamento do setor elétrico e na tomada de decisões para a instalação de hidrelétricas o que tem sido registrado é a ausência de preocupação com os efeitos sobre as populações locais, genericamente denominados de questões "sociais" destes projetos. Como afirma Sigaud (1988, p. 104)

> À medida que o *social* não interfere na tomada de decisões, ele só pode vir a se constituir em *problema*, para o qual deverá ser buscada uma solução qualquer a qualquer preço, dentro do cronograma apertado das obras civis. E é exatamente porque o social ocupa essa posição subordinada que as soluções encontradas são sempre desfavoráveis à população local.

A Eletrosul tentou, no vale do rio Uruguai, reproduzir essas mesmas práticas "tradicionais", esquivando-se, inclusive, até onde foi possível, ao diálogo com os agricultores, além de invadir propriedades rurais, provocando danos em cercas e plantações, derrubando árvores e "plantando" marcos, ou seja, os piquetes destinados a demarcar as áreas a serem alagadas. Mas a reação negativa das populações locais ao Projeto Uruguai, especialmente em relação às duas primeiras usinas a serem implantadas – UHE Machadinho e UHE Ita –, antecipou-se ao início da implantação das obras em pauta, o que acabou por interferir no modo tradicional de atuação da própria empresa.

Essa reação tornou-se possível graças, de modo especial, a três fatores. Em primeiro lugar, como já salientamos em outro texto (Scherer-Warren, Reis, 1986), ao relaxamento da repressão política comandada pelos governos militares e o início do processo de democratização, para o qual, sem dúvida,

[6] Sobre esse aspecto, veja-se, entre outros, Reis (1991) Santos, Reis (1993) e Radovich (2005).

muito concorreram os próprios movimentos sociais. Em segundo lugar, como salienta Navarro (1996, p.131), às mudanças estruturais na economia agrária com aceleração do processo de modernização agrícola e às conseqüentes alterações nos padrões produtivos, nas possibilidades de acesso à terra e nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Por último, à presença e atuação na arena política de setores da chamada "Igreja Progressista", ou "Igreja Popular",[7] além dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Assim, no caso específico do Alto Uruguai – noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina –, ao entrar em cena a problemática da implantação das barragens, os pequenos produtores rurais já contavam com a presença desses "mediadores" (Novaes, 1994), envolvidos na mobilização popular, entre outros aspectos, para a conquista da terra aos que dela tinham sido expropriados e pelo estabelecimento de uma adequada política agrícola diante dos efeitos da citada modernização.

A CRIAÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB)

A Eletrosul teve que enfrentar, na Bacia do Uruguai, logo de início, uma forte reação das populações locais, constituídas em cerca de 90% por agricultores familiares, diferentemente, portanto, de processos anteriores de instalação de hidrelétricas no país,

Mal foram publicados os resultados da revisão dos estudos específicos ao aproveitamento hidroenergético dos rios dessa bacia (outubro de 1979) e o estudo sobre a viabilidade das UHEs Itá e Machadinho (novembro do mesmo ano) ocorreu, por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma primeira reunião para discutir a problemática em questão.[8] Realizada na sede do município de Chapecó (oeste catarinense), em dezembro do mesmo ano em que houve o "vazamento" da notícia sobre as hidrelétricas do vale do Uruguai, contou com a presença de pequenos produtores do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, representantes da CPT de SC e RS, agentes pastorais, vigários das Igrejas Católicas e pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, sociólogos e agrônomos da Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior (FAPES, 1979). Entre outros encaminhamentos, nessa primeira reunião, o mais importante foi a criação de uma "Comissão de Barragens", destinada a "ir pensando" o

[7] Segmento da Igreja Católica orientado pela Teologia da Libertação. Sobre suas características e atuação no espaço rural brasileiro, veja-se, entre outros, Paiva (1985).

[8] Foi igualmente a CPT que contribuiu para a mobilização dos pequenos produtores rurais do Paraná em relação à instalação da hidrelétrica de Itaipu, dando origem ao "Movimento Justiça e Terra" (GERMANI, 1982), o qual, sem dúvida, inspirou a atuação desses mediadores no vale do Uruguai.

que desde então foi definido como "um problema social a ser enfrentado" (FAPES, 1979).

Outro aspecto que merece ser registrado foi a possibilidade oferecida aos pequenos produtores do Alto Uruguai, a partir desse primeiro evento, de entrar em contato com as experiências vivenciadas por outros produtores rurais, em relação à atuação de concessionárias da Eletrobras, inclusive da própria Eletrosul. Depoimentos sobre essas experiências foram prestados por produtores rurais expropriados devido à implantação das usinas hidrelétricas de Salto Santiago e Salto Osório, ambas instaladas pela Eletrosul no estado do Paraná, cujas negociações com a empresa ocorreram, de acordo com Ferreira (1987), por volta de 1978. Esses depoimentos relatavam a atuação da concessionária em relação às soluções sobre as desapropriações dos territórios destinados à implantação dos referidos projetos. De fato, tratava-se da utilização das estratégias tradicionais do setor elétrico, além de as soluções terem sido impostas, uma vez que apresentadas sob a ameaça, caso não fossem aceitas, de serem encaminhadas judicialmente (FAPES, 1979). Relatos similares de experiências vivenciadas em virtude da implantação de outros projetos de hidrelétricas repetiram-se em encontros e reuniões posteriores, nas quais foi mostrado um vídeo apresentando situações avaliadas dramáticas, vivenciadas pelos agricultores expropriados em virtude da instalação da UHE de Itaipu (PR).

A Comissão de Barragens sofreu sucessivas reestruturações, já no início de sua atuação, em primeiro lugar em virtude da criação de comissões municipais e locais, passando a ser denominada de "Comissão Regional de Atingidos por Barragens" (CRAB, 1980). Em termos operacionais, a CRAB era constituída, até final de 1983, por uma secretaria localizada em Erexim (RS), "responsável pelos trabalhos burocráticos e pela coordenação-geral do movimento" (CRAB, 1985). No início de 1984, lideranças da CRAB decidiram pela criação de uma "executiva", composta de representantes dos atingidos de várias regiões da Bacia do Uruguai, por sindicalistas, assessores e pessoal da secretaria. Foi o início dessa mobilização e a constatação da necessidade de ampliá-la que acabaram por resultar em uma reestruturação da CRAB, sendo criadas, em março de 1985, quatro comissões regionais (Itá/Machadinho; Itapiranga/Irai; Lages/Vacaria; Chapecó/Chapecozinho), cada uma com a função de coordenar nas respectivas regiões, o que passou a ser denominado de "Movimento dos Atingidos por Barragens". Em 1986, além das comissões regionais, da secretaria e da executiva, foi instituída como "espaço de discussão e deliberação do Movimento" a "assembléia" (CRAB, 1990), de início anual e posteriormente bienal. Nesse mesmo ano, foi criada uma quinta região (Roncador/Garabi), com a finalidade de estimular a organização dos agricultores familiares que seriam afetados por três usinas hidrelétricas binacionais (nos limites do Brasil com a Argentina) a serem implantadas igualmente no vale do Uruguai.

A configuração e a dinâmica da reação dos pequenos produtores ao Projeto Uruguai, sem sombra de dúvida, tiveram a ver diretamente com a atuação da CRAB e, posteriormente, do Movimento dos Atingidos. Foram eles que divulgaram a notícia da implantação das hidrelétricas e que desnaturalizaram suas implicações socioambientais, contrapondo ao discurso do "progresso" e dos "benefícios" para a região, veiculando pela Eletrosul, uma identificação de "danos e perdas", especialmente para os pequenos produtores ocupantes das áreas requeridas para os empreendimentos. Foi, sobretudo, pela sua ação que as "vítimas", assim identificadas, passaram a ser reconhecidas e politicamente autonomeadas de "atingidos", constituindo-se em novos sujeitos políticos. Por sua atuação, foram buscadas e veiculadas informações sobre as conseqüências e a magnitude do Projeto Uruguai; foram encaminhadas demandas e reivindicações; definidos inimigos e conquistados aliados, pressionando prefeitos e vereadores a se posicionarem, batendo às portas das Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, recorrendo a Brasília, sempre que necessário, e encaminhando às "autoridades federais" um abaixo-assinado de mais de um milhão e meio de assinaturas. Foi também através do Movimento dos Atingidos que foram organizadas grandes romarias e outras manifestações públicas, publicado um jornal – *Enchente do Uruguai*; foram assumido programas de rádio, criados fatos políticos, como a retenção de técnicos da Eletrosul, a invasão de acampamentos nos territórios ocupados por essa empresa ou a arrancada de marcos colocados pelos técnicos. Por último, foi através da atuação do Movimento que se estabeleceram os termos do "Acordo", a ser tratado mais adiante, firmado entre as partes interessadas, em relação às soluções para a retirada dos atingidos da área, incluindo entre elas o reassentamento de atingidos não proprietários de terras.

Essas e outras iniciativas do Movimento dos Atingidos ocorreram através da presença e da influência dos diferentes mediadores já mencionados, especialmente da Igreja Progressista (Católica e Luterana), e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, cujas marcas são perceptíveis ao longo de toda sua trajetória.

A INTERMEDIAÇÃO DA "IGREJA PROGRESSISTA" E DO SINDICALISMO RURAL

O Movimento dos Atingidos na referida região contou, desde seu início, além do envolvimento de agentes pastorais da Igreja Católica e da Igreja Protestante de Confissão Luterana, com a presença e a adesão de bispos de várias dioceses do noroeste do Rio Grande do Sul e oeste catarinense. Além da participação direta ou indireta de sua hierarquia e da atuação politicamente engajada dos demais agentes pastorais, alertando nos púlpitos e em

outros espaços religiosos como as “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs),[9] sobre as conseqüências da instalação de hidrelétricas na Bacia do Uruguai, a presença da Igreja foi decisiva, também, para mobilizar e organizar os pequenos produtores rurais para a problemática em questão de diversas outras maneiras: colocando à disposição sua infra-estrutura física para a realização de eventos, como cursos, assembléias etc., e intermediando a obtenção de recursos financeiros na própria região e até internacionalmente (Rothman, 1993). Mas, sobretudo, indispensável por sua atuação político-pedagógica voltada para a formação de lideranças que foram, no início da reação contra as barragens, os principais agentes mobilizadores. Foram eles, a rigor, responsáveis em primeira mão pela efervescência e pela “recuperação da capacidade ativa do povo” (Doimo, 1995, p.149) em todo o Alto Uruguai, em torno de outras questões socioeconômicas relativas aos pequenos produtores da região, já apontadas. Como afirma Navarro (apud Moraes, 1994, p.130), pelo menos 90% dos quadros dirigentes e intermediários de todos os movimentos sociais, no primeiro período (1979 a 1986), “começaram a entender pelas mãos da Igreja”. Isto é, a conscientização política desses quadros, através das iniciativas de formação, foi levada a cabo pela Escola Diocesana de Servidores de Erexim (ESC), pela Pastoral da Juventude (PJ), e pela Comissão Pastoral da terra (CPT).

A ESC, segundo Moraes (1994, p.134-5), foi fundada em 1973, funcionando nas dependências do Seminário Diocesano de Nossa Senhora de Fátima, de Erexim, cidade que sedia a CRAB desde seu início. Especialmente a partir de 1978, a ESC passou a fornecer cursos para a formação de lideranças, em várias etapas, voltados para o que era denominado a “desalienação da fé”. Através deles, foi desencadeado um processo de “renovação” nas comunidades coloniais tradicionais. Por sua vez, a atuação da “Pastoral da Juventude” tinha em vista, do mesmo modo, uma “formação libertadora”, através da realização de cursos como o Teologia e Ação Pastoral (Tapa), tendo como principal objetivo mobilizar politicamente os jovens para analisar “as questões que aconteciam não só nas comunidades, mas na realidade social, preparando-os para atuar na comunidade, desenvolvendo um trabalho seu, seja popular, seja sindical” (Moraes, 1994, p.151). Em termos de preparação político-pedagógica é indispensável lembrar também a atuação da CPT, realizando seus “mutirões de formação”, ou seja, de preparação para a luta política.

Como em outros movimentos populares, nos quais se fez presente o trabalho mobilizador dessas lideranças preparadas pela Igreja Progressista (Doimo, 1995, p.143), signos de linguagem como “a caminhada”, o “povo

[9] Como afirmou uma das lideranças da CRAB em entrevista realizada por Ilse Scherer-Warren e pela autora (1988), “as CEBs coincidem com os limites das comunidades rurais tradicionais”, constituindo-se em um conjunto de “Círculos Bíblicos” ou “Grupos de Reflexão”.

oprimido" e a "libertação" foram presenças constantes no discurso referente à problemática em pauta, especialmente através da fala de seus agentes em grandes manifestações públicas. Proliferaram, nesse discurso, imagens bíblicas que metaforicamente foram apropriadas através do exercício realizado nas CEBs de aproximação entre "fé e vida",[10] para pensar a questão das barragens. Assim, a formação dos lagos, mais que uma enchente, seria um "dilúvio" que viria trazendo "as águas da morte, cobrindo os campos e as serras" (CRAB, 1985).

Entrando pela mesma porta no universo cristão, a problemática das barragens passou pelo julgamento e condenação divinos, através da evocação de várias passagens bíblicas que argumentam, entre outros aspectos que "quando se usa a terra ou a água, sempre é preciso ver se elas trazem benefício ou prejuízo ao homem. O juízo de Deus acerca das barragens é bastante claro... Deus não quer a enchente do Uruguai e dos outros rios; o projeto é anticristão e diabólico" (CRAB, 1984).

A politização da problemática das barragens através da mediação de agentes religiosos manifestou-se, por outro lado, na apropriação e ressemantização de símbolos cristãos, como é o caso da utilização de cruzes para substituir os marcos colocados pela Eletrosul para definir as áreas a serem alagadas, retirados através de rituais realizados em diferentes localidades da Bacia do Uruguai, ou, ainda, através de sua presença no logotipo do próprio movimento, sendo tematizada, também, em cânticos entoados nas celebrações religiosas.

Em síntese, é possível afirmar que, até meados da década de 1980, as atividades de formação de lideranças rurais no Alto Uruguai estiveram a cargo de órgãos vinculados à Igreja Progressista. A partir daí, essa tarefa foi prioritariamente assumida pelas Escolas Sindicais. Em decorrência das várias articulações realizadas nos estados do Sul e do crescimento de suas atividades, foi mantida, entre 1985 e 1987, a Escola Sindical Margarida Alves (ESMA) localizada em Erechim, por onde passaram muitos dirigentes dos movimentos sociais do Alto Uruguai. Os conteúdos da formação de lideranças rurais repassados pela ESMA estavam voltados para a perspectiva da transformação social, na direção da construção de uma nova sociedade. Conforme Moraes, ela orientava na perspectiva da conscientização para um "projeto externo" e muito mais amplo para a transformação da sociedade capitalista em socialista. Sua atuação, desse modo, aproximava-se muito mais do perfil de um partido político, perfil que, na verdade, deveria orientar

[10] Esse exercício constituiu, de acordo com Macedo (1986, p.68-9), uma "nova hermenêutica bíblica" que introduziu "na questão propriamente evangélica um elemento que permite equacionar a injustiça e o sofrimento como problemas religiosos".

a concepção de "movimento social" (Moraes, 1994, p.172),[11] inclusive o da CRAB, como veremos adiante.

No início de 1987 foi criada a Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU), com a finalidade de implementar a formação dos movimentos populares, urbanos e rurais da região em questão, além de três outras do Rio Grande do Sul. A ESAU destinava-se às lideranças intermediárias que já tinham atuação no sindicalismo e em outros movimentos populares, com modelo organizativo e projeto político similares ao da ESMA (Moraes, 1994, p.183). Desde 1989, no entanto, o tipo de formação político-ideológica oferecida pela ESAU e seu gradativo distanciamento dos desdobramentos do movimento sindical começavam a colocá-la em questionamento, sendo incorporada posteriormente à "secretaria de formação" do Departamento Rural da CUT estadual.

Como informa Moraes (1994, p.206), no início dos anos 90, uma vez que as escolas sindicais estavam distanciadas da realidade imediata e das demandas específicas dos movimentos sociais, o trabalho de formação foi deixado para as "instâncias", ou seja, para cada movimento social específico, o que já vinha sendo realizado pelo Movimento dos Sem-Terra e iniciado, inclusive, no Alto Uruguai, pelo próprio Movimento dos Atingidos.

Essa reorientação no modo de conduzir as tarefas de formação também alterou a relação com outros mediadores, as entidades de apoio como o Centro de Educação Popular (CEPO) fundado em 1986, e o Centro Vianei de Educação Popular, criado pela Diocese de Lages (SC). O CEPO, que foi destinado a exercer tarefas tais como a formação de lideranças, a preparação de material para comunicação – inclusive o jornal *A Enchente do Uruguai* – e a intermediação para a obtenção de recursos financeiros no exterior (Scherer-Warren, Reis, 1989), concentrou-se, então, na prestação dos demais serviços e menos nas tarefas de formação.

Por outro lado, no mesmo ano da criação do CEPO foi instalado no Alto Uruguai o Centro de Tecnologia Alternativa (CETAP), em um encontro organizado pela FASE. O Centro foi criado com o objetivo de "levantar, pesquisar e difundir técnicas que se adaptassem à pequena propriedade; prestar um serviço de assessoria na área tecnológica às organizações e movimentos ligados à pequena propriedade e treinar e capacitar técnicos e produtores" (CRAB, 1986, p.8).

O papel das assessorias técnicas, entre as quais se incluía a presença de especialistas de diferentes áreas de conhecimento (agrônomos, sociólogos, geógrafos, advogados etc.), foi fundamental para capacitar o Movimento dos Atingidos a lidar com um amplo conjunto de demandas e questões, que o desafiavam a transitar pelo universo da política energética, pelos

[11] Como afirma Navarro (1996), havia antes mesmo da criação da ESMA uma forte identificação entre as lideranças do "novo sindicalismo", no Alto Uruguai, e a formação dos diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores (PT).

aspectos técnicos relativos à construção de usinas hidrelétricas e suas conseqüências socioambientais, ou pelo planejamento e instalação de projetos de assentamentos rurais.

A REESTRUTURAÇÃO DA CRAB: DE "SERVIÇO" A MOVIMENTO SOCIAL

As mudanças que marcaram a passagem do Movimento dos Atingidos da maior presença da mediação da Igreja Progressista para a do sindicalismo não ocorreram, contudo, em bloco e ao mesmo tempo, nem ao menos no mesmo ritmo em toda a região. Como observa Palmeira (1985), referindo-se a outros contextos nos quais foi registrada, igualmente, a mediação da Igreja e dos sindicatos, a ocorrência simultânea de diferentes tipos de mediação revela-se a cada passo. No caso da região do Alto Uruguai gaúcho e catarinense, essa simultaneidade é tanto mais verdadeira levando-se em conta, por um lado, que foram os mesmos agentes que freqüentaram a ESC que, em sua grande maioria, constituíram o público privilegiado das escolas sindicais. Por outro lado, foram eles mesmos que organizaram as oposições sindicais, iniciaram o Movimento dos Sem-Terra, criaram as Comissões de Barragens e o Movimento das Mulheres Agricultoras (Sherer-Warren, Reis, 1989), e neles atuaram, tornando-se, ainda, representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), membros e até candidatos do Partido dos Trabalhadores. Atuaram, portanto, ao longo de suas histórias particulares em vários desses movimentos e instituições, carregando consigo as marcas de sua formação e diferentes experiências vivenciadas por onde passaram atuando politicamente.

De fato, ainda que as mudanças não tenham ocorrido totalmente sincronizadas, há evidentes nexos entre elas, de modo particular entre a atuação dos diferentes mediadores e a organização da CRAB – com reflexos no discurso e nas práticas do Movimento dos Atingidos – e, como não poderia deixar de ser, em sua própria identidade.

Começando por este último aspecto, observa-se que, em um documento produzido em agosto de 1981, a CRAB se autodefine como uma "comissão" que reunia pessoas ligadas a diferentes instituições e setores (sindicatos, igrejas, universidades), constituindo, como sugere Moraes (1994 a), uma "síntese de mediações". Suas funções, conforme o mesmo documento (CRAB, 1981, p.1), seriam informar, organizar, assessorar e ser "um ponto de apoio e de serviço" aos pequenos produtores rurais e demais atingidos.

A rigor, a afirmação de ser um "ponto de serviço" era a que melhor sintetiza a auto-imagem que a CRAB havia construído, imagem condizente com sua atuação político-pedagógica, nos moldes inspirados pela orientação da Igreja Progressista. Na prática, era sua secretaria que exercia uma função

de coordenação da mobilização e organização dos futuros atingidos. Sua menor mas mais atuante instância organizativa eram as “comissões locais”, aproveitando-se da estrutura comunitária já existente nas localidades rurais da região. A elas caberia mobilizar e organizar os atingidos, com material fornecido pela secretaria, representar a localidade nas reuniões promovidas pela CRAB e, sobretudo, teriam, juntamente com sua comunidade, todo o poder de decisão, nos moldes da “democracia de base” (Sherer-Warren, Reis, 1989), um dos pilares da orientação da Igreja Progressista para o seu trabalho com o “povo”, que deveria imperar nas CEBs.

A passagem de “serviço” a “movimento” teria sido, portanto, de acordo com uma das lideranças do Movimento dos Atingidos,[12] o saldo das transformações encaminhadas na CRAB, em sua esfera organizacional. Essas se concretizaram, entre outros aspectos, com a entrada na comissão, em 1985, de quatro jovens ligados à Pastoral da Juventude, que iriam desempenhar papel decisivo na referida reestruturação, ocupando diferentes posições e desempenhando funções de secretaria e coordenação.

De fato, o que as mudanças organizativas acabaram por implementar foi a ampliação e o reforço do grupo dirigente com a criação da Executiva e, posteriormente, com a formação e instituição de lideranças intermediárias, entre esse grupo e as bases, nos moldes sugeridos pela ESMA. Como afirmou a mesma liderança, *"não devíamos mais cair tanto no ativismo; ...Decidiu-se, então, por formar lideranças de base para aprender a metodologia de fazer reunião, para traduzir para a comunidade também entender as questões concretas, como reassentamento, por exemplo".* Ou seja, à Executiva ficava reservada a direção política do movimento, enquanto às lideranças intermediárias caberiam as atividades de mobilização, informação, ou seja, o contato direto com os próprios atingidos que constituíam sua base.

Além desse “grupo dirigente” e das “lideranças intermediárias”, foi criada, como já foi dito, a assembléia geral. Conforme a mesma liderança do Movimento dos Atingidos, a assembléia teria um caráter deliberativo, integrando todos os atingidos, estabelecendo prioridades e fazendo análises de conjuntura. Assim, segundo ela, “Se alguém pergunta, ‘quem é o Movimento das Barragens?’ ...É um grupo grande aí, de lideranças, que tem o caráter de decidir as questões”.

Parece evidente, portanto, através do discurso dessa liderança e da leitura de determinadas passagens de “Nossa História em Debate” (CRAB, 1990, p.7) que ser o “Movimento” era ser a CRAB, e vice-versa. Conforme esse

---

[12] Em entrevista realizada pela autora em 1992, a noção de “movimento” assume, ao que parece, na perspectiva desta e de duas outras lideranças entrevistadas, o significado de uma organização autogerida, responsável por ações diretas autônomas em relação a seus mediadores – neste caso e momento específico sobretudo da própria Igreja Progressista – cuja atuação, de acordo com Doimo (1995), era institucionalmente auto-rotulada de “serviço”.

documento, "A CRAB é um movimento popular autônomo que visa reunir, esclarecer e organizar os atingidos direta ou indiretamente pelas barragens ...O Movimento representa os interesses dos atingidos perante as empresas, autoridades e outras entidades".

Em síntese, os reflexos da transformação da CRAB de "serviço" em "movimento", na opinião da referida liderança, teria ocorrido, na prática, a partir de 1985, intimamente associados à predominância de princípios organizativos propostos pelo "sindicalismo combativo". Eles se tornam evidentes, como já foi dito, em uma maior concentração do poder de decisão nas mãos de um grupo dirigente. Como parte dessa postura vanguardista, ocorreram modificações na perspectiva da CRAB quanto aos objetivos de sua atuação e da própria luta política levada pelo Movimento dos Atingidos. No primeiro aspecto, tratava-se, conforme o discurso do mesmo informante acima citado, de promover a "consciência política" nos pequenos produtores rurais. No segundo, de promovê-la no sentido de reconhecer sua condição de "trabalhadores rurais", ameaçados de perder a terra. Significou, ainda, um progressivo afastamento das práticas e representações simbólicas inspiradas no universo religioso praticamente hegemônico no período anterior, marcado pela intermediação da Igreja Progressista.

Na interpretação de uma das principais lideranças do Movimento dos Atingidos, no Alto Uruguai, à época,[13] essa última mudança foi "necessária", tendo em vista os desafios de uma conjuntura socioeconômica desfavorável à sobrevivência da pequena produção agrícola e ao "amadurecimento político" do próprio movimento. Apesar de longo, considerando sua expressividade e por se tratar de tal liderança, cujo discurso era performativo (Bourdieu, 1981), vale a pena transcrever parte do seu depoimento, no qual são tratados alguns dos aspectos acima referidos.

> Todo o Movimento popular passou por uma fase de grande mobilização, de romarias; apelou para os sentimentos e ao místico, ao simbólico. Hoje não se consegue reunir o pessoal desse jeito (...) tem que pensar no prático, no concreto. Corre o perigo de esvaziamento... O concreto hoje é a questão econômica; é que eles estão perdendo a terra... No sentido assim, se tem que ocupar a terra, não vai brigar com a cruz na mão; tu tens que botar a foice na frente para não levar baionetada da polícia. Tem que ter essa visão, senão acaba sendo mártir, sempre.

A maior ênfase em "razões práticas", ou seja, em questões políticas e econômicas em detrimento de "razões simbólicas" (Sahlins,1979), que coincide com o início da reestruturação organizativa da CRAB, nos termos já aludidos, refletiu-se, sobretudo, na própria construção da identidade de "atingido". Essas alterações também tiveram eco na definição de demandas e encaminhamento de reivindicações, aspecto que trato a seguir.

[13] Em entrevista realizada pela autora em 1992.

INFORMAR PARA MOBILIZAR E CONSTITUIR AS "BANDEIRAS DE LUTA"

Uma das primeiras tarefas assumidas pela CRAB foi a obtenção e a veiculação de informações sobre o deslocamento da população ocupante das áreas a ser requeridas para a instalação da infra-estrutura necessária ao funcionamento das duas hidrelétricas a ser construídas – UHE Itá e UHE Machadinho.

Desde as primeiras reuniões entre lideranças e pequenos produtores rurais tornou-se evidente a desinformação das populações locais sobre as referidas obras. Assim, "informar para mobilizar" a partir desses primeiros encontros, ainda que não explicitamente, transformou-se em uma das prioridades do trabalho dos mediadores.

As informações a serem veiculadas diziam respeito tanto a aspectos técnicos que adquiriam importância social, tal qual a definição das cotas dos lagos das barragens que permitiriam dimensionar as áreas que seriam alagadas, quanto ao conhecimento sobre a atuação da Eletrosul e de outras subsidiárias da Eletrobras em relação às "questões sociais" (Sigaud, 1988), podendo incluir – o que freqüentemente ocorreu – considerações sobre a questão das barragens e a produção de energia e sua inserção no contexto nacional e internacional.

Quanto aos dados técnicos sobre o Projeto Uruguai, foram feitos sucessivos apelos à Eletrosul para que fossem definidas as áreas a ser alagadas, o número da população a ser atingida etc. Conforme o relato de uma liderança do Movimento dos Atingidos,[14] entretanto, pouco ou quase nada foi acrescentado ao que já se sabia, isto é, ao conteúdo proveniente de estudos realizados por consultorias e pela própria empresa. O acesso a esses documentos ocorreu graças à articulação com setores ligados à Igreja, que, por sua vez, de acordo com um dos entrevistados, os conseguiram através de "outros contatos".[15]

A despeito do silêncio do setor elétrico, as informações foram chegando, provenientes de várias fontes que não a própria empresa estatal, e com elas a certeza da inundação de milhares de pequenas propriedades rurais, vários povoados, algumas sedes municipais, entre as quais a cidade de Itá, cuja nova sede a Eletrosul apressou-se em construir garantindo, desse modo, o apoio de seus habitantes para a construção da barragem do mesmo nome (Peixer, 1993).

Se poucas informações eram fornecidas diretamente pela Eletrosul, menos ainda se sabia sobre o destino das populações ocupantes dessas áreas. De concreto, no início, por parte da empresa, apenas a afirmação de que procederia a indenização das terras do Posto Indígena de Ligeiro (RS), diante da implantação da UHE Machadinho (Eletrosul, 1980).

---

[14] Entrevista realizada pela autora em 1992.

[15] Em entrevista realizada pela autora em 1992.

Porém, em resposta a um pedido de definição por parte dos prefeitos do Alto Uruguai, a Eletrosul (1981) encaminhou o documento "Política Geral de Desapropriações", no qual foram explicitadas as condições em que deveria ocorrer o deslocamento das populações das áreas a ser requeridas pela empresa. Entretanto, embora fossem apontadas, nesse documento, como soluções para a liberação das áreas requeridas, tanto a possibilidade de reassentamento quanto a indenização financeira, ambas as soluções seriam oferecidas aos proprietários, cujas terras fossem compradas pela empresa, desde que existissem documentos comprobatórios de propriedade. A situação dos "posseiros" – incluindo-se aí também arrendatários de terras – seria resolvida pelos governos estaduais envolvidos e o Incra (Eletrosul, 1981). O documento acrescentava outras informações sobre as indenizações e nenhum outro esclarecimento sobre a possibilidade de reassentamento. Além da sua indefinição em relação a essa possível opção e a absoluta ausência de algum tipo de cronograma ou definição cronológica, ficava patente que qualquer solução a ser encaminhada ocorreria dentro dos limites da visão patrimonialista, excluindo os não proprietários a serem desalojados, sem o direito a soluções por parte da empresa.

À visão patrimonialista da Eletrosul, entretanto, o Movimento dos Atingidos reagiu, desde muito cedo, com a inclusão, em seus questionamentos, dos segmentos dos pequenos produtores não proprietários de terras, atribuindo à empresa a responsabilidade de reassentá-los (CRAB, 1980a, p.9). A rigor, o destino de todos os pequenos produtores rurais, proprietários ou não, diante da possibilidade de desapropriação tornou-se o objeto central da preocupação dos dirigentes do movimento e motivo da mobilização e organização dos futuros atingidos. Preocupação que foi traduzida em "bandeiras de luta" (FAPES, 1979), tendo como horizonte garantir, de um modo ou de outro, diante da ameaça de migração compulsória a que seriam submetidos, o acesso à terra e, através dele, condições de continuar garantindo sua reprodução social como produtores rurais.

A primeira reivindicação ou bandeira de luta assumida pelo movimento desde o primeiro Encontro, de 1979, foi a "indenização justa" pelas terras e benfeitorias. A adjetivação "justa" foi acrescentada à solução tradicional de desapropriação proposta pelo setor elétrico em situações similares, tendo em vista os depoimentos, já aludidos, dos pequenos produtores do Paraná. Conforme seus depoimentos, as indenizações pagas pelas empresas responsáveis pelas desapropriações ficaram muito aquém dos valores das terras nas respectivas regiões onde foram instaladas aquelas obras.

Se "justa", nesse caso significava de conformidade com os valores do mercado de terras nas regiões em questão, em um documento – "Manifesto dos pequenos produtores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre as Barragens" –, elaborado alguns meses depois da reunião em Chapecó, essa qualificação foi ressemantizada ou teve seu conteúdo ampliado, atribuindo à

terra um valor simbólico, estimativo, quando foi afirmado que "Em cima de nossas terras colocamos tudo. Para nós elas têm um valor que a técnica não percebe" (Comissão de Barragens, 1980). Esse "tudo", cujo valor os técnicos não consideravam, dizia respeito a outros valores agregados à terra, além de sua condição de meio de produção, tais como o trabalho nela investido, suas tradições e sua vinculação a espaços comunitários.

Por essas e outras razões apontadas no manifesto em questão, afirma-se, mais adiante, que "terra se troca por terra e não por dinheiro". Ou seja, à "indenização justa" agregou-se uma nova reivindicação, já insinuada na reunião de Chapecó: "terra por terra na região". A rigor, as principais razões para colocar em questionamento a desapropriação através de compensação financeira eram, em primeiro lugar, o temor de perder o acesso à terra devido à provável desvalorização das quantias recebidas diante das altas taxas de inflação e, em segundo lugar, a possibilidade de serem deslocados para outras regiões. Este último temor foi confirmado quando a Eletrosul acenou com a possibilidade de realizar reassentamentos através de projetos de colonização (*Zero Hora*, 1981, apud CRAB, 1981), localizadas em Mato Grosso.

Como lembra Moraes (1994a, p.161), a tensão entre as duas propostas, "indenização justa" e "terra por terra na região", perdurou por alguns anos ao longo da trajetória do Movimento dos Atingidos, no Alto Uruguai. Se havia, contudo, tensão entre as duas propostas e mesmo ambigüidade e indefinição, não havia dúvida sobre o modo como deveriam ser encaminhadas as negociações com a Eletrosul. À sua imposição de que as negociações fossem realizadas sem nenhuma intermediação, o movimento respondeu, desde os primeiros encontros, com veemente apelo aos pequenos produtores de que não negociassem suas terras individualmente. Por outro lado, a reivindicação por reassentamento na região, ainda que de maneira indireta e mal delineada, apareceu já no manifesto de Concórdia (CRAB, 1980, p.2). Entretanto, é no comunicado resultante de uma reunião da Comissão Regional, realizada em agosto de 1980 em Marcelino Ramos (RS), que se encontra a explicitação da proposta de reassentamento, incluindo nela os que "não possuem terra, posseiros, arrendatários, peões, parceiros, índios etc." (CRAB, 1980a, p.2).

Essas reivindicações foram encaminhadas à Eletrosul, que foi também pressionada por representantes políticos da região (prefeitos, associações de municípios do Alto Uruguai pelo governador do Rio Grande do Sul e por cooperativas). Como resposta, a empresa divulgou o documento "Política Geral de Desapropriação" (Eletrosul, 1981), apontando "princípios" que iriam nortear a liberação de áreas. Nesse documento chamam a atenção alguns pontos que reafirmam algumas das práticas do setor elétrico já enfatizadas. Entre elas, sua perspectiva patrimonialista, ao indicar indenização exclusivamente aos proprietários e seu autoritarismo ao afirmar que as indenizações seriam pagas de acordo com as conveniências da empresa que, "em caso de divergências e esgotados as possibilidades de indenização...

recorrerá à Justiça para desapropriação do imóvel" (Eletrosul, 1981). Quanto à possibilidade de reassentamento, os planos, segundo o documento, ainda estavam por serem elaborados, em convênio com o Incra e com os governos estaduais, não sendo possível afirmar se para serem efetivados no mesmo município, no estado ou em outros estados, embora admitissem ouvir a população e "atender a seus anseios".

Por parte do Movimento dos Atingidos, pelo menos até 1983, considerando que as providências prometidas pela Eletrosul em relação às questões sociais não foram cumpridas, além do aprofundamento das discussões sobre as reivindicações como as condições para o encaminhamento das indenizações e reassentamentos, cresciam qualitativamente as discussões sobre "barragens porque e para quem", incluindo, cada vez mais, argumentos macroeconômicos (Scherer-Warren, Reis, 1986). Contudo, movidos pela incerteza, pelo medo e pela indignação diante do que, em síntese, classificavam como "descaso do governo", não surpreende a radicalização do Movimento dos Atingidos ao lançar, paralelamente às demais bandeiras de luta, um "Não às Barragens".

Esse posicionamento foi assumido também a partir de um grande evento realizado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, congregando diferentes segmentos sociais e políticos, além dos agricultores do vale do Uruguai. Nesse evento, além do repúdio ao Projeto Uruguai, foi aprovada a proposta de elaboração de um abaixo-assinado contra as barragens a ser encaminhado ao então presidente da Eletrobrás e ao titular do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (CRAB, 1984 a).

Todavia, contraditoriamente, o ano de 1985 se caracterizou, para o movimento, além da manutenção do "Não às Barragens", pela luta para participar nas decisões sobre o destino da proposta da Eletrosul de implantação das referidas hidrelétricas. Assim que se instalou a Nova República, um grupo de parlamentares gaúchos foi a Brasília e obteve do então ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, a promessa de suspensão temporária dessa proposta, para que fossem reestudadas as suas condições.[16] Ao mesmo tempo, em audiência posterior mantida com representantes do movimento, o referido ministro prometeu a constituição de uma comissão para estudar o Projeto Uruguai e reafirmou a paralisação temporária do Projeto Uruguai, ambas as conquistas saudadas com entusiasmo no Alto Uruguai (CRAB, 1985c, p.4).

Apesar do entusiasmo inicial, as promessas do ministro das Minas e Energia só foram parcialmente cumpridas quase um ano após, sob muita pressão do Movimento dos Atingidos sobre os técnicos da Eletrosul sediados no Alto Uruguai, através da constituição de dois grupos de estudos – um para a UHE Itá e outro para a UHE Machadinho –, do qual passaram

[16] Conforme a *Gazeta Mercantil de* 13/04/1985, (apud CRAB, 1985 a, p. 1), esta promessa teria provocado a renúncia do então presidente da Eletrosul, Thompson Flores.

a fazer parte representantes da empresa e do movimento, estes últimos, de acordo com uma das lideranças entrevistadas, passadas as primeiras reuniões,[17] reduzidos a dois representantes, em contraste com a presença de 10 representantes da Eletrosul.

Ao longo de 1986, entre marchas e contramarchas, o Movimento se rearticulou deixando de enfatizar as bandeiras políticas mais amplas contra o capitalismo, inclusive o "Não às barragens", e dedicou-se a implementar uma longa rodada de reuniões nas localidades a serem alagadas pela UHE Itá e UHE Machadinho, discutindo propostas concretas em relação ao deslocamento dos agricultores dessas localidades. As discussões foram, por fim, sintetizadas em um importante documento – o Documento de Getúlio – elaborado em um grande encontro realizado no município de Getúlio Vargas (RS) (CRAB, 1986), contendo 39 pontos a serem contemplados pela Eletrosul. Esse documento foi, à época, sem sombra de dúvida, o mais completo e sistemático conjunto de reivindicações elaborado pelo Movimento dos Atingidos, contemplando alguns detalhamentos em relação às indenizações, à troca de terra por terra e aos reassentamentos.

Depois de muitas tentativas frustradas de negociar os referidos pontos com a Eletrosul, o diálogo foi iniciado através de uma correspondência endereçada à CRAB (Eletrosul, 1986), sinalizando positivamente para vários deles e argumentando contra outros. Mas, sobretudo, assumindo compromissos, como a busca de soluções para os atingidos sem terra, a negociação coletiva em relação às indenizações e a apresentação de áreas nos três estados do Sul para os atingidos que optassem por "terra por terra". O consenso em torno do Documento de Getúlio ocorreu, finalmente, em uma Assembléia Regional dos atingidos da Região I, que contou com a participação de diretores da Eletrosul. O documento, que passou a ser referido genericamente de "Acordo" – "Documento de Acordo entre a Eletrosul e a CRAB, em relação às Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho" –, foi assinado pelo presidente da empresa, em 29 de outubro de 1987, e pelo ministro das Minas e Energia, em 6 de novembro do mesmo ano.

Mais uma vez, a demora na implementação das medidas aprovadas no acordo levou o movimento a lançar, em meados de 1988, uma nova campanha, "Machadinho Nunca Mais" (CRAB, 1988). Com essa nova bandeira de luta, a Região I teve o curso de sua história segmentado: de um lado, os pequenos produtores ocupantes das áreas que seriam atingidos pela UHE Machadinho perseguiam o objetivo de seu cancelamento definitivo. De outro, os de Itá, juntamente com o apoio do movimento, continuaram batalhando pelo cumprimento do acordo e enfrentando novos desafios, resultantes de suas próprias escolhas, como ter que tomar decisões e assumir tarefas específicas em relação aos reassentamentos que começaram a ser instalados a partir de meados de 1989 (Reis, 2001).

[17] Entrevista realizada pela autora em 1992.

NOVO DESAFIOS E A EXPANSÃO DO LOCAL AO GLOBAL

Com efeito, o Movimento dos Atingidos voltou-se, de modo especial a partir de 1988, para questões relativas aos futuros reassentamentos decorrentes da instalação da UHE Itá, como a escolha, juntamente com a Eletrosul, das glebas a ser adquiridas; a participação em uma comissão para definir critérios e montar os projetos para a instalação desses reassentamentos; a tarefa de mobilizar, informar e tentar convencer os colonos não proprietários a optarem por essa alternativa; a realização de reuniões com os optantes para discutir o modelo de organização da produção e o perfil tecnológico a ser implantados na retomada do processo produtivo e a coordenação de parte do processo de instalação da infra-estrutura desses empreendimentos. Assumiu, também, um conjunto de tarefas tendo em vista o cumprimento do referido acordo, fazendo levantamentos semestrais do preço das terras na região para orientar as negociações das indenizações e participando em uma "Comissão Paritária", juntamente com a Eletrosul, destinada a discutir situações especiais (como doença, velhice etc.) de determinadas famílias que não poderiam ser removidas da região do Alto Uruguai.

Ao mesmo tempo, o movimento teve que enfrentar e continua enfrentando novos desafios na Bacia do Uruguai, em virtude da privatização de parte do setor elétrico brasileiro. A partir dessa privatização, tem sido registrado significativo retrocesso (Bornholdt, 2003; Baggio, 2003) em relação às soluções relativas ao deslocamento compulsório das populações locais a ser removidas para a instalação de hidrelétricas. Mais que isso: o Movimento dos Atingidos por Barragens e os agricultores familiares a ele vinculados têm enfrentado repressão policial, indiciamento judicial e prisões de parte daqueles a serem removidos de seus territórios tradicionais, como no caso da UHE de Campos Novos (SC) (Kroeger, 2005), em instalação no vale do Uruguai, berço da organização desse movimento social.

Além de todas essas incumbências, o Movimento dos Atingidos abriu novas frentes de luta, articulando-se com inúmeras organizações não-governamentais (ONGs) voltadas, sobretudo, para questões ambientais, e contribuiu decisivamente para a mobilização de outros futuros atingidos em reação à instalação de hidrelétricas em outras regiões e outros estados brasileiros. Foi, de modo especial, um dos principais organizadores do I Encontro Nacional sobre Barragens (Goiânia, 1989), que deu origem a uma nova articulação nacional de outros movimentos em torno do mesmo problema. Nele foi criado, em âmbito nacional, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e estabelecido o dia 14 de março como o "Dia Nacional de Luta contra as Barragens". A esse encontro sucederam-se outros nos anos posteriores, dois deles (1997, 2003) de caráter internacional, resultantes da articulação do MAB com uma rede de organizações voltadas para a problemática em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos governamentais desenvolvimentistas levados a cabo pelo Estado brasileiro, em especial a partir de meados do século passado, priorizando a instalação de infra-estrutura voltada para a produção industrial, na qual a instalação de usinas hidrelétricas tem ocupado papel de destaque, tiveram e continuam tendo múltiplas implicações negativas sobre as populações locais, dentre as quais sobretudo a dos pequenos produtores rurais.

O Projeto Uruguai, pelo menos no que se conhece até o momento, tem se constituído em mais um caso que ilustra o descaso e o autoritarismo governamentais para com as questões que vêm sendo genericamente denominadas de questões sociais desses projetos, reproduzidos nos dias atuais pelos consórcios privados.

Contudo, no caso específico da Bacia do Uruguai, como em outros casos registrados, a reação dos pequenos produtores familiares, organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens, os deslocou do desconfortável lugar de "vítimas passivas" do Projeto Uruguai para o de combativos interlocutores, dispostos a desafiar o setor elétrico a repensar e a redirecionar suas decisões e ações, no sentido de promover soluções mais justas e adequadas para garantir a retomada de suas vidas nos novos locais para onde tiveram que migrar.

Assim é que, a despeito dos inúmeros desafios e frustrações enfrentados e a enfrentar na continuidade do movimento em pauta, é indispensável ressaltar, entre suas inúmeras conquistas, além das soluções acima referidas, a constituição desses produtores rurais – como o fizeram tantas outras lutas historicamente registradas – como sujeitos coletivos, capazes de influir em sua própria história e de dar visibilidade nacional a uma problemática de tão amplas implicações socioambientais e culturais como a da produção de hidreletricidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGGIO, E. R. *Influência da UHE Quebra-Queixo sobre a reprodução socioeconômica das unidades familiares de produção.* Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina,.

BORNHOLDT, L. C. *Família rural e reprodução social*: *Estudo de caso da UHE Quebra-Queixo*. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina.

BOURDIEU, P. Decrire et prescrire. Note sur lês conditions de possibilite et lês limites de l´efficacite politique. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, Paris, n.38, maio, 1981.

COMISSÃO DE BARRAGENS. *Manifesto dos agricultores do Alto Uruguai gaúcho e catarinense sobre as barragens*. Concórdia (SC), 1980.

COMISSÃO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB). *Barragens. As verdades que a Eletrosul não diz*. Erexim, 1984.

COMISSÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB). A *Enchente do Uruguai.* Erexim: n.10, abr., 1985.

_______. *Nossa História em debate*. Erexim: Gráfica Vianei, 1990.

_______. *Boletim*, n. 1, 1981.

_______.*Comunicado*. Marcelino Ramos (RG), 1980

_______. A *Enchente do Uruguai*. Erexim: n.9, ago., 1984.

_______. A *Enchente do Uruguai*. Erexim: n. 12, set., 1985.

_______. A *Enchente do Uruguai.*.Erexim: n.14, mar/abr., 1986.

_______. A *Enchente do Uruguai*. Erexim: n.20, fev., 1988.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ANPOCS, 1995.

Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil). *Inventário Hidroenergético do Rio Uruguai*. Relatório Geral. Florianópolis, 1979.

_______. Política geral de desapropriação. Florianópolis, 1981.

FUNDAÇÃO ALTO URUGUAI PARA PESQUISA E ENSINO SUPERIOR (FAPES). *Relatório do Encontro sobre barragens*. Chapecó (SC), 1979.

FERREIRA, A. D. D. Movimentos sociais no Paraná – 1980/1982. In: BONIN, A. et al (Orgs). *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Sciencia et Labor/ Universidade Federal do Paraná, 1987.

GERMANI, G. I. *Os expropriados de Itaipu*. In: Cadernos do PROPUR. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982.

KROEGER, J. O drama dos atingidos pela barragem de Campos Novos. In: *Caros Amigos*, São Paulo, n.101, agosto, 2005.

MACEDO, C. C. *Tempo de Gênese. O povo das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAGALHÃES, S. O desencantamento da beira: reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela usina hidrelétrica de Tucuruí. In: ________ et al (Orgs.) *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldoi/Universidade Federal do Pará/Associação das Univ. Amazônicas, 1996.

MARTINS-COSTA, A. L. B. *Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do Lago de Sobradinho.* Rio de Janeiro, 1989. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MORAES, M. S. M. *No rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990*. Rio de Janeiro, 1994. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica.

_______. Reassentamentos de atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai. In: MEDEIROS, L. S. et al (Orgs.). *Assentamenmtos Rurais. Uma visão interdisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994 a.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: _______ et al (Orgs.). *Política, protesto e cidadania no campo*. *As lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.

NOVAES, R. C. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L. et al. (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

PAIVA, V. (Org.). *Igreja e questão agrária.* São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PEIXER, Z. *Utopias de progresso. Ações e dilemas na sociedade de Itá frente a uma hidroelétrica.* Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina.

RADOVICH, J. C. Ideologia de grandes proyectos en la región Comahue, Argentina. In: REIS, M.J. (Eds.) *Disputas territoriales y conflictos interétnicos en Brasil e Argentina*. Córdoba: Ferreyra, 2005.

REIS, M. J. O reassentamento de pequenos produtores rurais: o tempo da reconsturção e recriação dos espaços. In: REIS, M.J., BLOEMER, N.M.S. *Hidrelétricas e populações locais.* Florianópolis: Cidade Futura/Ed. da UFSC, 2001.

______. *Espaços vividos, migração compulsória, identidade*: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

______. Estado, hidrelétricas e sociedade. Implicações politico-ideológicas. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia*. Capinas, jul./ago., 1991.

______. BLOEMER, N. M. S. (Orgs.). Apresentação. *Hidrelétricas e populações locais*. Florianópolis: Cidade Futura/ Ed. da UFSC, 2001.

ROTHMAN, F. *Political process and peasent opposition to large hydroelectric dam*: the case of the rio Uruguai movement in southern Brazil. Wisconsin, 1993. Tese (Doutorado em Sociologia), University of Wisconsin-Madison.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SANTOS, S. C., REIS, M.J. A construção de hidrelétricas como um fenômeno social. In: REIS, M.J., HELM, M.C.V. (Coords.) *Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos socioculturais*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná / GTZ, 1993.

SCHERER-WARREN, I., REIS, M. J. As barragens do Uruguai: dinâmica de um movimento social. In: *Boletim de Ciências Sociais*, n.42. Florianópolis. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1986.

______.O movimento dos atingidos pelas Barragens do rio Uruguai: unidade e diversidade. Salvador: *Cadernos do CEAS*, n.120, 1989.

SIGAUD, L. Implicações sociais da política do setor elétrico. In: SANTOS, L., ANDRADE, L. *As hidrelétricas do Xingu e os povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

______. O efeito de tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.18, ano 7, 1992.

VAINER, C. B., ARAÚJO, F. G. B. Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. In: *Revista Travessia*, n. 6, jan.-abr., 1990.

WANDERLEY, M. de N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: TEDESCO, J. C. (Org.) *Agricultura familiar*: realidade e perspectivas. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999.

12
A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves*

Lygia Sigaud

Entre 1979 e 1985, ocorreram greves sucessivas, envolvendo a quase totalidade dos 240 mil trabalhadores das grandes plantações canavieiras da Zona da Mata de Pernambuco. Dessas greves, de duração média de cinco dias e sempre realizadas no início da safra da cana (setembro/outubro), resultaram contratos coletivos contendo normas reguladoras das condições de vida e de trabalho no interior das fazendas, como salário, moradia e acesso à terra para a lavoura de subsistência.

Essa seqüência de greves chama a atenção do observador, em primeiro lugar, por sua regularidade. Trata-se de greves que se reproduzem ano a ano, acompanhando a periodicidade sazonal da cana-de-açúcar, o que permite que sejam pensadas como constituindo um ciclo, no sentido de eventos que se repetem sistematicamente. A primeira delas (Sigaud, 1980) coincidiu com a retomada das greves operárias no Sudeste do país. Já as seguintes ocorreram numa conjuntura marcada pela redução do número de paralisações no mundo urbano, o que indica uma relativa autonomia dessas greves em relação à dinâmica do movimento operário, e este constitui o segundo aspecto a destacar. Por último, cabe assinalar que, ao término de cada greve e de cada obtenção de um contrato coletivo, intensificaram-se os conflitos entre trabalhadores e patrões, o que permite colocar em relevo que a greve cria também as condições de possibilidade de novos enfrentamentos.

Meu objetivo neste texto é examinar esse ciclo de greves e entender a sua dinâmica. Meu ponto de partida é a distinção analítica entre os dois

* Este texto é uma versão modificada de artigo publicado em *Dados. Revista de Ciências Sociais* (Sigaud, 1986). A versão original resultou de uma pesquisa sobre Lutas Políticas e Mudança Social no Nordeste, apoiada pela Finep, pela Fundação Ford e pelo CNPq.

momentos constitutivos do ciclo: o momento da greve e o interregno. Ao contrário dos estudiosos das greves, que tendem a focalizar sua atenção apenas nelas (Perrot, 1974; Shorter, Tilly, 1978), examinarei também o que se passa depois, no intervalo. Tal opção traz a marca da singularidade do caso que examino. Como estou confrontada a um ciclo, não posso ignorar o que ocorre para além do momento espetacular da greve. A inclusão desse tempo no campo da análise poderá ter a virtude de fornecer novos elementos para melhor entender outras greves, em outras localidades e conjunturas históricas. O texto está dividido em três partes. Na primeira focalizo o momento da greve, suas características, os atores envolvidos e o que esteve em jogo para eles. Na segunda analiso o interregno, os conflitos que são a sua tônica e o modo como são percebidos. Na última parte, coloco em relevo os efeitos do ciclo em diferentes escalas e o significado das greves para aqueles que foram os seus principais protagonistas: os trabalhadores das grandes plantações da Zona da Mata pernambucana. Para constituir o *corpus* da análise utilizei materiais recolhidos por meio de observação, entrevistas e conversas informais durante as greves e no interregno.

O MOMENTO DA GREVE

Na linha de frente das greves, estiveram os trabalhadores residentes nos engenhos,[1] identificados localmente como fichados, por possuírem um contrato de trabalho: eles foram a principal base de sustentação das paralisações. Delas também participaram os clandestinos, nome dado aos que não possuem um contrato de trato de trabalho e que residem, em sua grande maioria, nas pontas de rua (periferia das cidades da região).[2] Mesmo não sendo suporte de muitas das reivindicações da greve, que contemplavam, sobretudo, os interesses dos fichados, os clandestinos aderiram ao movimento, para espanto dos líderes sindicais, uma vez que a maioria desses trabalhadores não era associada aos sindicatos. As greves contaram ainda com a participação dos corumbas ou curaus, como são identificados os pequenos produtores do Agreste (região fisiográfica vizinha) que se deslocam para a Zona da Mata no período da safra da cana.[3]

Todas as greves foram organizadas e lideradas por entidades sindicais, a saber: os sindicatos de trabalhadores rurais, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e a Confederação

[1] Engenho é o termo utilizado no Nordeste para designar as unidades produtoras de cana-de-açúcar.

[2] No final dos anos 70 os fichados constituíam aproximadamente 40% da força de trabalho utilizada nos engenhos. A respeito da segmentação da força de trabalho entre fichados e clandestinos, ver Sigaud (1979).

[3] Sobre os corumbas, vejam-se Andrade (1964) e Ringuelet (1977).

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).[4] Todas foram legais, não apenas por ter sido esse o entendimento da Justiça do Trabalho, instituição à qual cabe julgar a legalidade dos movimentos grevistas, mas também por ter sido realizada levando em conta a legislação sobre greves (Lei n.4.330/64). A realização da greve nos marcos da legislação em vigor naquele momento, quando outras greves eram feitas no restante do país sem considerá-la, só pode ser compreendida à luz da história recente de Pernambuco. Muitos dos que se encontravam à frente das mobilizações tinham vivido a experiência da forte repressão ao movimento sindical por ocasião do golpe militar de 1964 (prisão, tortura e morte de dirigentes e intervenções nos sindicatos). Ajustar-se à lei foi o modo que encontraram para evitar retaliações contra as entidades sindicais e seus líderes. Foi também um meio para opor um obstáculo legal à ação da Polícia Militar que, à exceção do curto período do primeiro Governo Miguel Arraes (Callado, 1964), tendia a atuar na defesa dos proprietários e contra os trabalhadores rurais.

As greves sempre eclodiram após a recusa patronal em aceitar a proposta de contrato coletivo feita pelas entidades sindicais. Todas foram suspensas no momento em que o contrato foi estabelecido, quer por meio de uma convenção assinada pelos representantes dos trabalhadores e pelos dos patrões, quer por meio de um dissídio coletivo votado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Assim, a greve de 1979, eclodiu após a recusa dos patrões à proposta e terminou com a assinatura da convenção, obtida após sucessivas reuniões entre as partes, mediadas pelo delegado regional do Trabalho. Dessa greve de sete dias de duração participaram vinte mil trabalhadores de São Lourenço da Mata e Paudalho, municípios da região metropolitana do Recife. Outros cem mil também se encontravam mobilizados para aderir à paralisação, o que acabou não ocorrendo porque a convenção foi estendida a toda a zona canavieira. A greve de 1980 foi também desencadeada após o *não* dos patrões e envolveu os 240 mil trabalhadores da zona. Durou dois dias e foi suspensa com a votação do dissídio. Em 1981, não houve greve. O TRT julgou o dissídio antes de findo o prazo fixado por lei para as negociações, inviabilizando assim legalmente o movimento. Para efeito do que está sendo analisado aqui, o fato de a greve não ter ocorrido não importa, já que havia organização e disposição dos trabalhadores para fazê-la. A greve de 1982 durou dois dias e envolveu o mesmo número de trabalhadores. Teve início pela mesma razão que as de 1979 e 1980 e foi suspensa, como a de 1980, após pronunciamento da Justiça. A greve de 1983 se estendeu

[4] Os sindicatos de trabalhadores da Zona da Mata foram criados no início dos anos 1960. A FETAPE, que congrega o conjunto dos sindicatos do estado, foi fundada em 1962. A Contag, que reúne as federações do país, constituiu-se em 1963. No período do ciclo, a confederação era presidida por José Francisco da Silva, que havia sido delegado sindical e presidente do sindicato de Vicência (zona canavieira) e diretor da FETAPE.

por três dias, sendo igualmente suspensa após decisão judicial. Em 1984, ocorreu a greve mais longa, com doze dias de duração. Cerca de 30 mil trabalhadores, liderados por cinco sindicatos, saíram à frente dos demais, como parte de uma estratégia para assegurar uma pressão mais forte sobre os patrões. Nos seus últimos nove dias, a greve foi deflagrada no restante da Zona da Mata e suspensa com a obtenção, na Justiça, das normas desejadas. Em 1985, a greve não chegou a eclodir porque, a apenas 24 horas do seu início, se chegou a um acordo em relação às normas. Como em 1981, os trabalhadores naquele ano também se encontravam mobilizados e organizados para a greve e se sentiram frustrados por não ter podido "grevar", neologismo para designar o ato de fazer greve.

Apesar das discrepâncias quanto ao número de trabalhadores e de sindicatos envolvidos, números de dias de greve, paralisação ou não do trabalho e instâncias de resolução dos conflitos, existem denominadores comuns no interior desse ciclo. Nesse sentido, para fins de análise, busquei isolar o momento da greve como um período com limites bem definidos, que se singulariza por sua liminaridade, em termos de afastamento da normalidade da vida social, e no qual se podem distinguir dois planos em que as ações se desenrolam. Tal procedimento permitirá identificar os diferentes personagens, as relações sociais e o que estava em jogo no contexto da greve.

Num plano, recorrendo aqui à analogia do teatro, o cenário foram os engenhos, explorados pelos senhores de engenho, termo utilizado pelos trabalhadores para designar os proprietários e os arrendatários, e pelos usineiros, termo reservado aos industriais do açúcar.[5] Nesse cenário, enfrentaram-se os trabalhadores de cada engenho, que suspenderam a produção e buscaram impedir, por meio de piquetes, que ela fosse retomada, e o patrão e/ou seus prepostos (cabos, administradores e vigias), que se empenharam em evitar a paralisação, buscando convencer os trabalhadores a não aderirem ao movimento, mobilizando substitutos para tocarem a produção e recorrendo, em alguns casos, às milícias privadas para coagir os grevistas.

[5] Desde o início da colonização, no século XVI, quando os portugueses implantaram a agricultura da cana e o fabrico do açúcar em Pernambuco, até o final do século XIX, a cana e o açúcar foram produzidos nos engenhos. Os senhores de engenho, como eram denominados aqueles que exploravam as terras, se constituíram em uma aristocracia regional detentora do poder econômico e político. Com a centralização da produção do açúcar em unidades industriais – as usinas – surgiu a figura dos usineiros, que passaram a disputar com os senhores de engenho o controle das terras e da produção. Ao longo do período, os engenhos sempre empregaram mão-de-obra numerosa, constituída primeiramente de escravos e já no século XIX por homens livres, denominados moradores. Até os anos 1950 a força de trabalho utilizada na produção da cana residia nos engenhos. A segmentação da força de trabalho assinalada na nota 3 data dos anos 1960. A primeira greve ocorreu em um momento de expansão da produção da cana-de-açúcar, graças a incentivos governamentais, como o Proálcool. Para a história das relações sociais nas grandes plantações, ver sobretudo Andrade (1964) e, para período mais recente, também Sigaud (1979).

Quando houve unificação dos comandos de greve, esses enfrentamentos opuseram trabalhadores e prepostos de mais de um engenho. O papel dos dirigentes sindicais nesse plano consistiu, fundamentalmente, no desencadeamento do processo, isto é, "na ordem" de mandar parar e na resolução de algum caso mais grave, como agressões e morte de trabalhadores.[6] A paralisação da produção e a continuidade da paralisação dependiam apenas dos trabalhadores e dos comandos de greve, os principais atores desse drama, valiam-se dos mais diferentes meios para manter os engenhos parados: obstrução de estradas, tombamento de caminhões, pressões sobre os companheiros, piquetes gigantes, bloqueio dos acessos às fazendas etc.

Era nesse plano que a greve se configurava mais claramente como uma substantivação de um fato social dotado de "poder imperativo e coercitivo", no sentido de Durkheim (1965, p.2). Era imperativo paralisar todas as atividades do engenho, mesmo aquelas cuja continuidade não poderia tecnicamente ser considerada como uma ruptura da greve, como a ordenha das vacas e a alimentação dos animais. Se, tecnicamente, o que importava era o prejuízo decorrente da suspensão do corte de cana, que provoca a paralisação das usinas, do ponto de vista dos trabalhadores era imperioso "parar tudo", não trabalhar para os patrões. A esse imperativo fichados, clandestinos e corumbas deveriam se curvar, a tal ponto que a ordenha de uma vaca era muitas vezes invocada pelos trabalhadores como uma evidência de que a greve é parcial no engenho, como tive a oportunidade de verificar em reuniões de avaliação do movimento.

Num outro plano, o palco era a cidade, e o cenário, a mesa de negociações, onde se defrontavam dirigentes sindicais representando os trabalhadores e os patrões,[7] assim como seus respectivos assessores. A mediação entre as partes foi exercida pelo delegado regional do Trabalho e pelo procurador da Justiça do Trabalho, na fase administrativa, e pelo presidente do TRT e pelo procurador na fase judicial.[8] Nesse plano, a disputa era travada em torno de palavras, que iriam definir as obrigações dos patrões, e de números referentes a salários e valores de produção, e as principais armas eram a retórica e o poder dos argumentos. Para os representantes patronais tratava-se de reduzir quanto possível o número de normas reguladoras. Para os representantes dos trabalhadores, a questão decisiva era a aceitação, por parte dos patrões ou dos juízes, das normas propostas. Tal aceitação significava o atendimento a uma reivindicação e o reconhecimento da justeza

[6] Ver a respeito as denúncias feitas pela FETAPE (1984).

[7] Os trabalhadores eram representados pela FETAPE e pela Contag e os patrões pelo Sindicatos dos Cultivadores de cana-de-açúcar do Estado de Pernambuco (os fornecedores) e pelo Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco (usineiros).

[8] De acordo com a Lei n.4.330/64, expirado o prazo de cinco dias para negociações entre as partes e não se chegando a um acordo nesta fase "administrativa", qualquer uma das partes ou os representantes do Estado podem solicitar ao Tribunal a instauração do dissídio.

de suas propostas relativas ao dever-ser das relações sociais nos engenhos. Nessa disputa por palavras estavam em jogo tanto a aceitação de situações de fato que, caso reconhecidas, se tornariam situações de direito (como o tamanho das tarefas a serem executadas), quanto a aceitação de direitos inexistentes, cujo reconhecimento precipitava sua própria existência, como foi o caso dos delegados sindicais.[9]

O desfecho da batalha retórica dependia, por um lado, da eficácia das ações que se desenrolavam no plano dos engenhos, pois, quanto mais significativa fosse a paralisação, mais os patrões se sentiam pressionados e maior o interesse dos mediadores em apressar uma solução, tendo em vista os enormes prejuízos econômicos e financeiros que atingiam tanto os fornecedores de cana e usineiros quanto os próprios cofres do Estado. Por outro lado, o desfecho do duelo verbal dependia da habilidade e competência dos negociadores, assim como da conjuntura política e da avaliação que as duas partes faziam de suas possibilidades de ganhar a guerra por palavras, e, ainda, da avaliação que os dois outros atores – os representantes dos poderes Executivo e Judiciário –, faziam de seu papel de intermediação.

Em 1979, os patrões avaliaram mal a situação – do seu ponto de vista – e cederam em relação a um acordo, apostando na ineficácia do instrumento que estavam aprovando. Naquele momento, pesaram tanto o fator surpresa quanto a pressão por uma solução rápida e negociada por parte dos representantes do Estado, cuja imagem estava desgastada em virtude do uso de forças policiais contra trabalhadores grevistas em outros pontos do país e de recentes intervenções sindicais (Sigaud, 1980). De 1980 a 1984, fracassadas as negociações, coube ao TRT pôr fim ao conflito. A aceitação/rejeição das normas e, portanto, o ato de reconhecimento ficou, assim, a cargo dos juízes, cuja tendência, ao longo dos cinco anos em que foram chamados a se pronunciar, foi favorecer mais os trabalhadores do que os patrões, o que se inscreve na filosofia do direito do trabalho, que visa a proteger os mais fracos. Pesava também, a favor dos trabalhadores, o fato de muitas das normas propostas significarem tão-somente a inclusão no contrato coletivo de itens da legislação em vigor. Em 1985, a batalha não chegou ao Tribunal, pois houve acordo entre as partes.

Durante o período estudado, o momento da greve envolveu esses dois planos aqui analisados. Entre eles há diferenças em relação aos atores envolvidos e às ações em jogo e continuidades e descontinuidades de outra ordem, que merecem ser examinadas. Em primeiro lugar, observa-se que já no terceiro ano do ciclo descrito as ações se passaram, sobretudo, no

[9] No que se refere ao tamanho das tarefas, em muitas greves os trabalhadores buscavam consagrar, quer no dissídio, quer no acordo, um determinado *quantum* de produção que de fato já vigorava, embora não de direito. Quanto aos delegados sindicais, observa-se que, após o reconhecimento do direito do sindicato de criar delegacias sindicais, já na primeira greve, é que houve, de fato, a generalização da figura do delegado.

plano da cidade, ou seja, não houve greve, o mesmo ocorrendo no sexto ano. O inverso, isto é, as ações se desenrolando no plano dos engenhos e nada ocorrendo no plano da cidade, seria impensável. O que está em jogo no momento da greve é a definição das normas. A greve é um meio para obtê-las. Em segundo lugar, verifica-se que o peso da conjuntura só se faz sentir no plano da cidade. É no cenário das negociações que os fatores da conjuntura provocam efeitos no desenrolar dos acontecimentos, informando as ações dos diferentes atores e mediadores. No plano dos engenhos, o peso é da estrutura, das posições em que os atores estão inseridos e que se reduzem a duas: trabalhadores e patrões, vendedores e compradores de força de trabalho. Nesse plano, o espaço para a variação era mínimo, ficando por conta apenas da criatividade dos trabalhadores, em seus piquetes, mais elaborados, ou dos patrões, na sofisticação de seus armamentos, no reforço de suas milícias privadas e no raio de sua atuação. Aqui estava sempre em jogo a mesma coisa: parar o engenho/impedir que o engenho pare. O teor das normas que estavam sendo disputadas na cidade não alterava a dinâmica da greve, as ações desenvolvidas pelas duas partes. Quaisquer que fossem suas reivindicações, os trabalhadores sabiam que deveriam proceder do mesmo modo: parar os engenhos para forçar patrões a cederem e os juízes a penderem para o seu lado. Da mesma forma, os patrões sabiam que para gerir seus engenhos conforme seus interesses deveriam evitar a greve, ou pelo menos tudo fazer para enfraquecê-la. Os fatores de conjuntura que, no plano da cidade, se refletiam numa maior ou menor predisposição para negociar, para reprimir ou se manter afastado do conflito, para facilitar ou não um acordo, para reconhecer ou negar reivindicações, no plano dos engenhos não produziam efeitos.

Tanto num plano como no outro, a oposição se dava entre duas totalidades, duas classes: a classe dos trabalhadores e a classe dos patrões. No momento da greve as diferenças internas a cada grupo – por exemplo, aquelas que separam os fichados dos clandestinos e os usineiros dos senhores de engenhos – se anulavam, e patrões, de um lado, e trabalhadores, de outro, passavam a atuar cada qual por interesses comuns, corporificando-se em duas classes distintas. No plano da cidade as classes se personificavam na figura dos representantes; no plano dos engenhos, esse "tomar corpo" se expressava na ação concertada e orquestrada dos trabalhadores como uma totalidade, e dos patrões enquanto outra totalidade. As divergências internas no patronato e entre os trabalhadores, verificadas em todos esses anos, não invalidam o argumento de que se trata de um enfrentamento entre duas totalidades, pois os interesses do todo tenderam a prevalecer sobre os interesses das partes.

Entre os trabalhadores, essa corporificação de classe antecedia a greve e se expressava no marco inaugural do momento da greve, que eram as assembléias nas quais era aprovada a pauta de reivindicações. Realizadas

simultaneamente em todos os municípios da Zona da Mata, de modo a cumprir o estabelecido na Lei de Greve (que determina sua convocação por edital, impõe um *quorum* rígido e determina a aprovação das reivindicações e decretação da greve por escrutínio secreto), essas assembléias se constituíam, desde o primeiro ano do ciclo, em grandes eventos coletivos de afirmação dos interesses e da unidade coletiva em torno de objetivos comuns. Elas foram um espaço privilegiado para a consagração do consenso a que se refere Durkheim (1968, p.610).

Tendo em vista as imposições da Lei de Greve, que exigia a presença de um terço dos associados do sindicato nas assembléias, as direções sindicais se empenhavam em mobilizar grande número de trabalhadores, por meio de reuniões nos engenhos e nas pontas de rua; da distribuição de panfletos distribuídos nos engenhos, nos pontos de caminhão que transportam os clandestinos para o trabalho e nas feiras; e de programas nas emissoras de rádio. Graças, provavelmente, a esses investimentos, houve no período estudado um comparecimento expressivo às assembléias. No dia marcado, quase sempre um domingo, centenas de trabalhadores afluíam às pequenas cidades – sede de municípios da Zona da Mata. Em alguns anos calculou-se que cerca de cem mil pessoas haviam estado nas assembléias realizadas em toda a área canavieira. Para participar do que certamente era a sua assembléia mais expressiva daquele ano, esses milhares de trabalhadores se dirigiam à cidade em transporte fretado pelo sindicato ou por eles próprios, a pé ou de bicicleta, trazendo a família inteira e vestindo suas melhores roupas, o que denota a significação que atribuíam ao evento. As assembléias eram realizadas nas sedes dos sindicatos ou em outros prédios da cidade, muitos deles por demais exíguos para abrigar o grande número de participantes que tomavam então as ruas defronte aos prédios. Músicas da moda e as cantigas da greve[10] animavam os participantes e uma espécie de euforia coletiva parecia imperar no ambiente, como pude observar em reuniões das quais participei em São Lourenço da Mata, na área metropolitana do Recife, e em Rio Formoso, no litoral sul.

A assembléia, dirigida pelo presidente do sindicato, era aberta com a leitura solene das reivindicações que integravam a proposta a ser encaminhada aos patrões. A apresentação era freqüentemente interrompida por comentários dos dirigentes ou da própria platéia, que cobrava explicações e manifestava seu acordo ou desacordo. Ao término da leitura, a proposta era colocada em votação e aprovada por aclamação. O clímax da reunião ocorria quando os trabalhadores, de braços erguidos, aprovavam a decretação da

[10] Para cada campanha salarial, alguns dirigentes sindicais compuseram canções referentes ao que consideram as questões mais importantes daquele momento. Ao cabo de seis anos os trabalhadores já dispunham de um repertório musical específico da greve, repertório este freqüentemente enriquecido por outras canções "sindicais" ou "de Igreja". A reforma agrária era um dos temas privilegiados.

greve caso os patrões não aceitassem a proposta. Para os dirigentes sindicais, essa era a parte mais importante da assembléia. Seguia-se a votação, por escrutínio secreto, do que fora aprovado coletivamente, momento por eles considerado como o menos nobre. Para os trabalhadores, no entanto, a julgar pelo empenho que manifestavam em votar, o momento do voto era repleto de significação. Após a segunda greve, a fiscalização do Estado sobre as assembléias, para efeitos de cumprimento da Lei de Greve, foi débil, implicando, portanto, um relaxamento dos dirigentes sindicais em relação à votação secreta. Os trabalhadores, no entanto, faziam questão de votar: enfrentavam filas e tumultos e aguardavam horas para chegar à mesa de votação; os doentes mandavam esposas ou filhos para votar por eles. Pouco parecia lhes importar se tratar de uma eleição cujo resultado todos conheciam de antemão – a vitória da cédula verde, sim às reivindicações e à greve, sobre a cédula amarela, não à greve e sim aos patrões. A votação individual assinalava, para cada trabalhador, sua adesão ao que fora consagrado coletivamente. Aquele gesto ritual de eleger a greve por meio da colocação da cédula verde na urna simbolizava a individualização da oposição coletiva aos patrões e o compromisso de cada um com ela. Jamais suspeitaram os legisladores que aprovaram a Lei n.4.330, com o objetivo claro de inviabilizar as greves (tamanhas suas exigências burocráticas), que as limitações impostas pudessem vir a favorecer uma tamanha mobilização dos trabalhadores, graças aos investimentos dos dirigentes sindicais e à própria dinâmica do evento.[11]

Antes mesmo das assembléias, a corporificação enquanto classe já começava a ser constituída no processo de elaboração da pauta de reivindicações. Aproximadamente um mês antes da inauguração do momento da greve, eram realizadas reuniões nos sindicatos, envolvendo trabalhadores, delegados sindicais ou comissões por engenho, para discutir a proposta a ser encaminhada aos patrões. A participação dos associados na elaboração da proposta era desigual no conjunto dos municípios e tendia a ser mais elevada onde os dirigentes sindicais se empenhavam mais na campanha salarial, termo que designa o conjunto de atividades destinadas à aprovação do contrato coletivo. Após essa discussão inicial e a gestação de propos-

[11] Vejam-se os dados da FETAPE a respeito do escrutínio nas assembléias durante o período.

Número de Votantes nas Assembléias da Zona Canavieira: 1979 a 1985

Ano	*Nº de votantes*
1979	61.706
1980	52.479
1981	44.646
1982	59.061
1983	59.586
1984	62.680
1985	68.678

tas no interior dos sindicatos, os dirigentes dos sindicatos e da FETAPE procediam à consolidação uma proposta única e traçavam a estratégia da campanha salarial. Essa consolidação era objeto de conflito entre dirigentes sindicais, pois para se chegar a um denominador comum, era necessário ajustar demandas diferenciadas e contraditórias. O que era importante para um município não o era necessariamente em outros, e todos queriam ter suas demandas contempladas. Os dirigentes da FETAPE e da Contag, assim como os assessores (advogados e economistas), exerciam sua liderança para conciliar os interesses. Habituados ao enfrentamento com os patrões na mesa de negociações, sabiam avaliar as possibilidades e impossibilidades de vitória: eles haviam adquirido o "bom senso" indispensável para compor uma proposta com chances de vir a ser aceita.

Verifica-se, assim, que as demandas do trabalhador percorriam um longo caminho antes de integrar uma pauta de reivindicações. Muitas delas se perdiam no trajeto ou eram adequadas aos parâmetros da legislação ou aos parâmetros do que seria aceitável no quadro das negociações. Desse processo de construção da pauta resultava um conjunto de reivindicações que, a rigor, não iria contemplar a demanda de nenhum trabalhador em particular, nem a de grupos localizados de trabalhadores, embora, eventualmente, isso até pudesse ocorrer, mas representaria um ajuste entre as diferentes demandas, um equilíbrio no interior da diversidade. Nesse sentido, a proposta acabava por contemplar todos os trabalhadores naquilo que lhes era mais comum e nenhum individualmente. Ela era uma vontade geral construída.

Durante todos esses anos, os trabalhadores nunca lograram um reconhecimento de todas as normas propostas, como costuma ocorrer em movimentos grevistas, camponeses ou não. Em contrapartida, sempre conseguiram ter atendidas uma parte significativa de suas demandas. A base sobre a qual foram se sedimentando as novas demandas foi o acordo de 1979, aquele que marcou o início do ciclo. A cada ano, eles consolidavam o que haviam obtido no ano anterior e encaminhavam novas normas; às vezes, as mesmas normas recusadas num ano eram aprovadas no seguinte. Essas normas, apresentadas sob a forma de reivindicações, uma vez reconhecidas, passavam a integrar o contrato de trabalho que regula as relações de trabalho pelo prazo de um ano, ao término do qual, caducavam, caso não fossem renovadas.

O momento de greve aqui descrito era encerrado por uma assembléia, nunca tão expressiva quanto as iniciais, mas que cumpria a função de decretar a suspensão da greve e de assinalar o fim do período liminar. Em São Lourenço da Mata, a partir de 1980, foram realizadas, após a assembléia, grandes manifestações pelas ruas da cidade, nas quais não faltaram pedaços de cana carregados como estandartes da vitória, muito frevo, muita música e muita bebida, uma mistura de passeata e carnaval. O "carnaval da vitória",

como eram denominadas essas manifestações, mereceria uma reflexão à parte, que não cabe no escopo desse trabalho. Trata-se, como diria Da Matta (1979, p.38), de um evento dominado "pela brincadeira, diversão e/ ou licença", no qual o comportamento é regido "pela liberdade decorrente de suspensão temporária das regras de uma hierarquia-repressão", e também um evento que opera a separação entre o "extraordinário" (a greve) e o "mundo cotidiano" (a volta à produção), no qual a vitória é celebrada cívica (passeata) e carnavalescamente. Seria possível identificar também nessa manifestação a "vontade agressiva de apropriação do espaço urbano" e um tipo de ação simbólica tendo em vista a auto-satisfação dos próprios manifestantes, à qual se refere Champagne (1984, p.19-41), em suas análises sobre as manifestações camponesas na França.

Caberia ainda uma última reflexão a respeito do que parece ser a marca distintiva do momento da greve, aquilo que articula e confere unidade às ações que se passam nos dois planos: a subversão da ordem estabelecida. No plano dos engenhos, como foi visto, os trabalhadores assumiam o controle das fazendas, subvertendo a dominação a que cotidianamente estão submetidos e forçando os patrões a uma atitude defensiva. No plano da cidade, a inversão da ordem se evidenciava no fato de os patrões serem obrigados a desempenhar o papel dos parceiros no jogo das negociações, submetendo-se, assim, às regras da simetria que, embora formais e episódicas, os humilhavam porque os tornavam iguais àqueles que desprezavam, por considerá-los socialmente inferiores.

O *INTERREGNO*

A intensificação dos enfrentamentos entre trabalhadores e patrões constitui a marca do interregno, conforme já assinalado. O estabelecimento de contratos coletivos com inúmeras cláusulas e as disposições dos patrões, dos sindicalistas e dos trabalhadores em relação ao seu cumprimento favoreceram os enfrentamentos.

O estabelecimento do contrato coletivo não implicou, ao longo do período, que os patrões passassem automaticamente a cumprir tudo o que lhes havia sido prescrito. Muitos patrões não concordavam com o que havia sido acordado na mesa de negociações ou votado pelo TRT e se recusavam a se ajustar às normas. Em alguns anos, os sindicatos patronais recorreram ao Tribunal Superior do Trabalho para arguir a legalidade das cláusulas estabelecidas pela instância regional e orientaram seus associados a não respeitar certos itens do contrato. Do outro lado, a FETAPE estimulava os dirigentes da Zona da Mata a se empenhar pelo cumprimento dos contratos.

Entre os trabalhadores, as cláusulas dos contratos eram percebidas como direitos que vinham a se somar aqueles que haviam adquirido com o Esta-

tuto do Trabalhador Rural (ETR), a lei votada pelo Congresso Nacional em 1963, estendendo os direitos trabalhistas ao campo. Eles eram particularmente sensíveis a alguns dos itens, como a tabela de tarefas, que estabelecia equivalências entre *quantum* de produção e remuneração.[12] A primeira tabela de tarefas havia sido elaborada em 1963, no âmbito do primeiro contrato coletivo de trabalho estabelecido por meio de um acordo entre sindicatos dos trabalhadores e sindicatos patronais mediado pelo então governador Miguel Arraes (Callado, 1964, p.87-92). Em 1964, o contrato foi renovado, com a inclusão de novos itens na tabela de tarefas. Nos anos subseqüentes, não houve mais renovações. A correlação de forças no regime militar era desfavorável aos trabalhadores e aos sindicatos, colocados sob severa vigilância do Ministério do Trabalho. A tabela seguia sendo uma referência para os trabalhadores, mas para ela não havia garantia jurídica. Com a greve de 1979, a tabela e o contrato foram restabelecidos.

Os direitos adquiridos com a greve diziam respeito a várias dimensões das condições de trabalho e de vida no interior dos engenhos. O valor do salário, aumentado a cada greve, e a tabela eram apenas algumas delas. Das greves resultaram definições como aquelas relativas ao fornecimento de instrumentos de trabalho; ao transporte para o trabalho; ao tempo de deslocamento para o trabalho, ao fornecimento de comprovante de pagamento; ao local, horário e dia de pagamento; e, a partir de 1985, ao direito do trabalhador de optar pelo sistema de pagamento pela diária e não pela produção, em caso de desrespeito à tabela. Resultaram também das greves definições relativas ao acesso à terra para cultivo de lavoura de subsistência, ao estado das casas em que residiam os trabalhadores, a sua remuneração em caso de doença e à estabilidade da trabalhadora gestante. E ainda definições relativas ao desconto para o sindicato, ao seu poder fiscalizador e à presença de delegados sindicais no interior dos engenhos.

Os enfrentamentos no interregno disseram respeito ao cumprimento dessas cláusulas e se deram de diferentes formas. Assim, para exigir o respeito ao contrato houve tanto ações na Justiça do Trabalho como negociações entre as partes e paralisações do trabalho nos engenhos. Os enfrentamentos foram tanto individuais, opondo um trabalhador a seu patrão, quanto coletivos, implicando grupos de trabalhadores e, em certas ocasiões, trabalhadores de vários engenhos contra um mesmo patrão. A forma de exigir o cumprimento estava relacionada à natureza da questão em jogo. O desrespeito à tabela tendeu a ser prioritariamente enfrentado por meio dos *paradeiros,* termo que os trabalhadores utilizam para desig-

[12] A maioria das tarefas executadas na agricultura da cana é remunerada com base na produção feita pelo trabalhador. A extensão da tarefa, para o plantio e os tratos culturais, e o volume, para o corte e transporte da cana, foram tradicionalmente objetos de conflitos entre trabalhadores e patrões ou seus prepostos.

nar as paralisações do interregno, reservando o termo greve para as que ocorrem anualmente, por ocasião da campanha salarial. Os paradeiros são ações concertadas por um grupo de trabalhadores que se recusam a executar uma tarefa para pressionar o patrão ou seu preposto a atender a uma reivindicação. Já o cumprimento de cláusulas como o conserto da casa e o pagamento do auxílio doença tendia a ser objeto de reclamações na Justiça.

Os enfrentamentos do interregno não se deram com a mesma intensidade em toda a Zona da Mata. Assim, houve municípios nos quais os enfrentamentos foram quase que cotidianos, enquanto em outros foram eventuais. Tal descompasso contrasta com as ações concertadas do momento da greve. Ocorre que no interregno não estão mais se enfrentando trabalhadores e patrões como duas totalidades. Nesse momento, o que está em jogo é a oposição entre um trabalhador singular ou grupo de trabalhadores contra um patrão, entre um dirigente sindical e os patrões do seu município. As orientações das entidades sindicais, de trabalhadores e de patrões, constituíam apenas uma referência para os atores sem ser necessariamente seguidas. Para entender o que se passa no interregno é necessário assim levar em conta as disposições dos sindicalistas, dos patrões e dos trabalhadores de carne e osso na escala local.

Nem todos os sindicalistas manifestavam a mesma disposição em relação ao cumprimento. Se no momento da greve os líderes mais empenhados no enfrentamento com os patrões tinham a hegemonia para falar e conduzir o processo em nome de todos, no interregno não estava mais em jogo a totalidade de sindicatos, mas cada sindicato em particular, ou grupos de sindicatos vizinhos, com problemáticas comuns ou não. A unidade do momento da greve se desfazia no interregno: enquanto alguns dirigentes se destacavam na luta pelo cumprimento, incentivando os trabalhadores a dela participar, outros tendiam a evitar o confronto com os patrões que tais lutas implicavam. Nesse momento, o que prevalecia era a orientação que cada dirigente dava à sua atuação.

Do lado dos patrões, havia os que preferiam contrariar a orientação de seu órgão de classe e pagar aos seus trabalhadores respeitando a tabela. Importava-lhes mais manter a produção em ritmo acelerado e, assim, realizar seu lucro num tempo menor do que o de outros fornecedores ou usineiros, os quais, se aliados no momento da greve, retomam a condição de concorrentes no interregno.[13] Já outros preferiam jogar duro com os trabalhadores e os sindicalistas, para reforçar a sua posição de poder na escala local. No intervalo entre as greves, os patrões se conduziam levando em conta seus interesses individuais, o jogo de forças local e suas relações com seus trabalhadores e com os sindicalistas.

[13] Vale lembrar que as relações entre fornecedores e usineiros historicamente têm sido marcadas pela concorrência e pelo conflito. Ver a respeito Melo (1975).

Por fim, os trabalhadores não estavam igualmente dispostos a enfrentar seus patrões para fazer cumprir o contrato. Havia nos contratos cláusulas que eram importantes para os trabalhadores de um município, mas não o eram para os de outros. Estes, portanto, pouco se importavam que elas não fossem respeitadas. Muitas vezes os trabalhadores consideravam que mais valia manter as boas relações com o patrão do que enfrentá-lo por causa dos direitos da greve. A tabela parecia ser a cláusula do contrato que mais os sensibilizava. Para que suas equivalências fossem respeitadas, eles se dispunham mais a enfrentar o patrão do que o fariam em relação a qualquer outra cláusula.

Os enfrentamentos nunca disseram respeito à totalidade das cláusulas do contrato coletivo, mas sim a determinadas cláusulas, e isso variou de município para município, no interior de um mesmo município, de engenho para engenho, de usina para usina e até mesmo de trabalhador para trabalhador. Assim, por exemplo, o transporte dos trabalhadores em veículos adaptados e não mais nos caminhões que transportam a cana, questão contemplada desde o primeiro contrato coletivo, foi objeto de luta no interregno da primeira greve em municípios onde o problema do transporte era mais sentido pelos trabalhadores e onde houve maior empenho dos sindicalistas. O mesmo se poderia dizer das ferramentas a serem fornecidas pelos patrões, questão que, logo após a greve de 1979, foi enfrentada por um conjunto de sindicatos e finalmente resolvida. Já o acesso à terra para lavoura de subsistência foi objeto de enfrentamentos em alguns municípios (Sigaud,1983), onde os trabalhadores se ressentiam da recusa patronal em lhes ceder terra. Se, por um lado, o que explica essa diversidade é a importância relativa de cada item do contrato para os trabalhadores de um engenho, uma usina ou uma região, o que favoreceu os enfrentamentos foi a atuação dos dirigentes sindicais no sentido de estimular os trabalhadores a agirem na defesa dos direitos adquiridos com a greve. Eram eles que informavam os trabalhadores a respeito dos direitos da greve e que os estimulavam a enfrentar os patrões. Questões importantes para os trabalhadores não se tornaram objeto de luta ali onde faltou o apoio da direção sindical. Por outro lado, questões aparentemente periféricas, como, por exemplo, o pagamento em dia da segunda parcela do 13º salário, tornaram-se objetos de luta graças à ação dos dirigentes. Foi graças a esse empenho que houve paradeiros espetaculares e ações trabalhistas envolvendo centenas de trabalhadores em municípios como São Lourenço da Mata e Rio Formoso.

Muitos dos enfrentamentos que se travam no interregno são invisíveis para a massa dos trabalhadores e para o conjunto dos dirigentes sindicais. Os trabalhadores conhecem aqueles dos quais foram protagonistas ou que ocorreram em áreas adjacentes ao local onde residem. Os dirigentes sindicais contabilizam os enfrentamentos que patrocinaram e aqueles nos quais se implicaram negociando com os patrões. Não existem registros

a respeito desses enfrentamentos. Rastros dos que se transformaram em ações trabalhistas podem ser identificados nos arquivos dos sindicatos e das Juntas de Conciliação e Julgamento. Os demais, que envolvem os paradeiros, as decisões de não pagar, os acordos na palha da cana, só podem ser reconstituídos pelo observador que se desloca pelos engenhos e pelos municípios e ouve os relatos dos trabalhadores, dos dirigentes e dos patrões. Essa invisibilidade dos enfrentamentos do interregno contrasta fortemente com a visibilidade das greves. Estas foram, durante todo o ciclo, objeto da atenção da imprensa.[14] Por um lado, tal se deve a seu caráter espetacular, pelo número de trabalhadores envolvidos, pela paralisação de três dezenas de usinas e destilarias de álcool e pelos prejuízos calculados em milhões de dólares. Por outro, o destaque está relacionado à posição preeminente ocupada por alguns dos atores, como ministros de Estado, governador, delegado do Trabalho, juízes do Tribunal Regional do Trabalho e, eventualmente, deputados e senadores que apoiavam trabalhadores ou patrões, e ao fato de que parte da contenda tinha como palco a cidade, sede do poder. Os enfrentamentos do interregno geralmente não provocavam a cessação das atividades das usinas, e as paralisações, quando ocorreram, envolveram um número bem inferior de trabalhadores, como os três mil implicados em um paradeiro de 1980 por ferramentas, no litoral sul. Eles eram regulados localmente entre trabalhadores, delegados sindicais e patrões, em nível local, e no máximo levados às Juntas de Conciliação e Julgamento, a primeira instância da Justiça do Trabalho, sediada nas pequenas cidades do interior. Nunca chegavam à capital, nem à imprensa, a não ser esporadicamente. Portanto, é como se não existissem.

Os enfrentamentos do interregno constituíam o elo entre uma greve e a próxima. Era a partir da dinâmica dos embates que surgiam novas questões a ser reguladas em novo contrato de trabalho. À medida que os trabalhadores obtinham a regulação de uma dimensão da relação com o patrão e se empenhavam pelo seu cumprimento, os patrões respondiam procurando brechas do contrato coletivo, aquilo que se encontrava a descoberto, o que analogicamente poderia ser comparado a uma corrida na qual os trabalhadores perseguem a regra e os patrões, a ausência de regras. À medida que os patrões, por exemplo, começaram a generalizar um tipo de tarefa para a qual não existia definição na tabela, como forma de escapar à pressão dos trabalhadores pelo cumprimento das que estavam reguladas, surgiu a demanda de uma norma para regular a nova tarefa. Esse foi o caso do corte

[14] Durante o ciclo em exame, pelo menos um jornal nacional, o *Jornal do Brasil*, contemplou as greves de Pernambuco, no momento da greve, com chamadas quase que diárias de primeira página, às vezes uma página inteira e pelo menos um editorial no período. Na televisão, a greve mereceu destaque nas edições dos noticiários nacionais e em horário nobre, um maior espaço nas edições locais e, invariavelmente, a cobertura do "Carnaval da Vitória", no caso da Rede Globo.

de cana solta, cuja regulação era pedida desde 1979. Regulada para uma modalidade apenas em 1982, essa foi sendo paulatinamente substituída pelos patrões por outras ainda não reguladas, até que em 1985 houve a regulação de mais uma modalidade.

Esse jogo de lutas, extremamente dinâmico, é o que sustenta a mobilização dos trabalhadores no interregno e o que permite que se relativize a própria noção de ciclo de greves usada neste trabalho, pois, embora estruturalmente haja uma repetição ritual de um evento anual, no qual estão sempre em jogo definições de regras, a cada ano surgem novas demandas postas pela dinâmica do que se passa entre as greves, o que sugere um movimento cumulativo.

CONCLUSÃO

Vários foram os efeitos do ciclo de greves aqui descrito.

No que diz respeito aos trabalhadores, houve, desde a primeira greve, melhoria de suas condições de vida, sobretudo graças à elevação do salário para um patamar superior ao salário mínimo, à tabela e às garantias relativas à vida dentro dos engenhos (como a reparação das casas e acesso à terra).

O processo de produção da cana-de-açúcar foi alterado, em parte como uma resposta patronal aos limites impostos pela tabela e à elevação do custo da força de trabalho. O caso da cana solta, acima mencionado, é um bom exemplo. A carregadeira mecânica, inovação tecnológica que permite que a cana seja cortada solta, dispensando, dessa forma, o cortador de cana de amarrar as canas cortadas em feixes, assim como o trabalho dos carregadores e enchedores de caminhão, existia desde a década de 1950 e era amplamente utilizada na agroindústria açucareira do Sudeste. Foram necessários trinta anos para que ela fosse introduzida em Pernambuco e utilizada até mesmo onde tecnicamente seria desaconselhável, como nas encostas das colinas que dominam a paisagem da região. Os patrões se interessaram em adotá-la e em generalizar seu uso após a primeira greve, quando o contrato coletivo ainda não previa nenhuma regra a respeito daquela modalidade de corte de cana.

O ciclo de greves desencadeou mudanças nos sindicatos de ambas as partes. No lado patronal houve o fortalecimento de seus sindicatos e a estruturação de um quadro de assessores. No lado dos trabalhadores, houve o aumento da participação dos associados na vida sindical, a ampliação do quadro de associados e a consolidação da estrutura intermediária de delegados sindicais. Entre 1979 e 1985, nove diretorias sindicais que não haviam se envolvido nas greves foram substituídas.

Em termos nacionais, o ciclo de Pernambuco teve um efeito multiplicador. Com a primeira greve, Pernambuco consolidou a posição de van-

guarda que já ocupava no interior do movimento sindical de trabalhadores rurais. Graças à ação da Contag e, sobretudo, dos Encontros Nacionais de Assalariados Rurais por ela promovidos, entre 1980 e 1983, nos quais estiveram reunidos dirigentes de diversas regiões do país onde predominam os assalariados, notadamente os da cana, a experiência de Pernambuco foi apresentada como uma demonstração de que a greve era possível e um modelo a ser seguido. Em 1980, eclodiram greves na Bahia, com os catadores de café, e em Minas, na região açucareira. Em 1982, o Rio Grande do Norte realizou sua primeira greve nos moldes da de Pernambuco, repetindo o fato em 1983. 1984 seria o ano da generalização das greves de assalariados rurais, com greves em São Paulo, Goiás, Minas, Rio, Rio Grande do Norte e Paraíba. Não se trata, evidentemente, de derivar do ciclo de Pernambuco as greves nos outros estados, que certamente se inscrevem na dinâmica própria do movimento sindical em cada uma dessas regiões. Desejo apenas ressaltar que os fatos ocorridos em Pernambuco repercutiram no movimento sindical de trabalhadores e influíram no rumo das mobilizações dos assalariados.

No que diz respeito às relações entre trabalhadores e patrões na mata pernambucana, as greves contribuíram para estabelecer um conjunto de regras para regular essas relações. Entre essas regras houve aquelas que transformaram as antigas obrigações da tradição dos engenhos, das quais os patrões se desincumbiam como se fosse uma manifestação de sua generosidade, em obrigações garantidas juridicamente, como a casa para morar, a terra para plantar, o auxílio na doença, a garantia de trabalho para os filhos etc. Os trabalhadores lograram preservar o que lhes interessava na tradição, conferindo-lhe um novo significado, como já se tem observado em outras situações históricas.[15] Para os patrões da Zona da Mata, a regulação das relações resultante das greves representou uma perda de poder relativo. Para os trabalhadores, o sentido das greves residia exatamente em assegurar a continuidade dessas regras. Mesmo não sendo integralmente respeitadas, elas funcionavam como um parâmetro para pensar as relações com os proprietários e podiam, a qualquer momento, vir a ser invocadas quando houvesse interesse e condições para fazê-lo. O sentido da greve, portanto, estava primeiro nas regras e depois no cumprimento. Os trabalhadores não costumavam distinguir as cláusulas dos contratos. Eles as incorporaram, como assinalado, aos direitos trabalhistas. Ao final do interregno, a alternativa que se colocava para o trabalhador não era um cálculo para avaliar se ele se beneficiou das conquistas da greve. Sua escolha era entre fazer a greve e manter as regras que, se cumpridas, o beneficiariam, ou não fazer a greve e perder os direitos, "a lei da gente", e voltar para "a lei do patrão". Por essa razão é que, a cada ano, colocados diante da alternativa de "cair

[15] Cf. Venturi, F. (1972); Hobsbawn, E. (1974) e Moore Jr. (1975).

na lei do patrão" e no "salário do governo" (o salário mínimo), os trabalhadores atenderam ao chamado do sindicato e começaram tudo novamente.

Nos vinte anos que se seguiram ao ciclo estudado, o contrato coletivo de trabalho foi renovado anualmente, quer por meio de um dissídio votado pelo TRT (1986, 1988, 1989, 1990 e 1991), quer por meio de uma convenção entre as partes (1987 e de 1992 a 2006). Houve greves durante o período, entre elas uma longa em 2005, de mais de dez dias de paralisação, na qual os embates se travaram em torno da tabela de tarefas.

No início dos anos 90, os patrões da zona canavieira enfrentaram uma grave crise, decorrente de uma prolongada seca e, sobretudo, da perda da proteção que o Estado brasileiro lhe assegurara até então. Foram privados dos subsídios e das garantias da exportação estatal de seus produtos. Muitos patrões faliram e outros lograram se reestruturar, promovendo, entre outras medidas, a redução da folha de pagamento. Houve demissões em massa e hoje a produção da cana-de-açúcar emprega pouco mais de cem mil trabalhadores. Foi nessa conjuntura que ocorreram as ocupações de terra na mata pernambucana, que são o objeto de outro capítulo neste livro.

Trabalhadores, dirigentes sindicais e mesmo alguns estudiosos da questão agrária distinguem a "luta pela terra", associada às ocupações de terra e à reforma agrária, da "luta pelos direitos", associada aos conflitos trabalhistas. Tal distinção, se útil para ordenar o pensamento, deve ser relativizada quando se trata de entender a dinâmica do mundo social. Ao focalizarmos os indivíduos de carne e osso que participaram desses dois tipos de "lutas" desde os anos 80, encontramos, em muitos casos, os mesmos personagens. Muitos dos líderes das greves do ciclo analisado lideraram as ocupações, como os dirigentes de São Lourenço da Mata e Rio Formoso, e muitos dos grevistas, que foram a vanguarda dos movimentos dos anos 80, encontram-se hoje assentados em projetos da reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A liderança e a disposição para os enfrentamentos com os patrões, adquiridas ou reforçadas nas greves, constituem um elemento decisivo para entender como as ocupações dos engenhos se tornaram possíveis nos anos 90.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste,* São Paulo: Brasiliense, 1964.

CALLADO, A. *Tempo de Arraes*, Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

CHAMPAGNE, P. La manifestation : la production de l'evènement politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 52-3, junho, 1984, p. 19-41.

DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico,* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

______. *Les formes élementaires de la vie religieuse*, Paris: PUF, 1968.

FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue: violência na zona canavieira de Pernambuco.* Recife, 1984, mimeo.

HOBSBAWN, E. Peasant Land Occupations, In: *Past and Present*, 62, fevereiro de 1974, p.120- 52.

MELO, M. L. *O açúcar e o homem,* Recife: MEC/ Fundação Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975

MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975.

PERROT, M. *Les ouvriers en grève: France 1871-1890*. Paris: Mouton, 1974.

RINGUELET, R. *Migrantes estacionales de la región de agreste del estado de Pernambuco*. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, 1977. 110p.

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos*, São Paulo: Duas Cidades, 1979.

_______. *Greves nos engenhos,* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_______. Luta política e luta pela terra no Nordeste. In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.26, n.1, 1983, p.77-95.

_______. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. In: *Dados, Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.29, n.3 1986, p. 319-34.

SHORTER, E., TILLY, C. *Strikes in France: 1830-1968*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

VENTURI, F. *Les Intellectuels, le peuple et la révolution,* Paris: Gallimard, 1972.

13
"Como uma família": sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata de Minas Gerais, 1984-2000*

John Comerford

Introdução

Entre meados dos anos 80 e fins dos anos 90, vários sindicatos de trabalhadores rurais foram fundados em municípios da Zona da Mata de Minas Gerais.[1] Nos anos 90, eles se constituíram em um pólo sindical regional da Federação Estadual (FETAEMG). Pouco depois da fundação dos primeiros sindicatos, foi também criada uma associação regional ligada a eles. Mais tarde, outras associações, regionais e municipais, fruto de desdobramentos e divisões dessa associação inicial, também foram fundadas.

Na maioria dos municípios em que foram fundados esses sindicatos, não havia experiência prévia de organização sindical de trabalhadores rurais.[2]

* Este texto baseia-se fundamentalmente na pesquisa realizada para minha tese de doutorado, já publicada (COMERFORD, 2003), e em investigações adicionais realizadas no âmbito do projeto "Conflito, família e território: estudos sobre sociabilidade e poder", apoiado pelo CNPq. Agradeço à leitura atenta e aos comentários de Rosângela Pezza Cintrão.

[1] Tenho em vista, neste trabalho, os sindicatos de trabalhadores rurais sediados nos municípios de Tombos, Muriaé, Miradouro, Visconde de Rio Branco, Araponga, Ervália, Paula Cândido, Vieiras, Guidoval, Carangola, Espera Feliz, Divino, e, mais distante dessa articulação, Manhumirim.

[2] A região em foco possui uma agricultura diversificada, em parte reflexo de condições ecológicas bastante variáveis em virtude da topografia acidentada. Nas partes mais baixas, as "terras quentes", há hoje sobretudo fazendas voltadas para a pecuária leiteira e de corte. Em algumas micro-regiões há pequenos sitiantes e meeiros que plantam arroz, e alguns municípios já foram importantes produtores em décadas passadas. Outros municípios que já contaram com expressivo contingente de pequenos, médios e grande produtores de milho e fumo (como os da região de Ubá) hoje são predominantemente voltados, no que se refere à agricultura, para a pecuária leiteira, além de abrigarem serviços e indústrias (como as indústrias moveleiras em Ubá). Nas partes mais altas e mais acidentadas, as "terras frias",

Havia, em vários deles, sindicatos rurais dirigidos por grandes proprietários rurais, aos quais se filiava uma parcela dos pequenos sitiantes. Ao longo dos últimos vinte anos, os sindicatos de trabalhadores rurais se tornaram uma instituição reconhecida nesses municípios. Sua presença viabilizou o encaminhamento de ações trabalhistas na Justiça e de acordos entre patrões e empregados, a negociação de dívidas de pequenos agricultores com os bancos, o encaminhamento rotineiro de processos de aposentadorias e outros benefícios previdenciários, e facilitou a obtenção de documentos de identidade e a formalização de contratos de parceria. Os sindicatos, juntamente com as associações a eles vinculadas, viabilizaram também a obtenção de projetos junto a ONGs e a agências governamentais, voltados para questões tais como bancos de sementes, técnicas de produção agroecológicas, comercialização conjunta, produção de insumos, beneficiamento da produção, orientação para obter recursos de políticas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familar (PRONAF), e mesmo, em um caso, compra conjunta de terras. Mais recentemente, alguns sindicatos e associações se envolveram com o beneficiamento e a venda de produtos dos agricultores, inclusive para a merenda escolar de alguns municípios. Os sindicatos também promoveram inúmeros cursos de formação de alcance local, municipal ou regional, bem como mobilizações, manifestações e debates em torno de temas como eleições, meio ambiente, gênero, uso de agrotóxicos, agricultura familiar, educação, saúde. Vários dos municípios dessa região estão no entorno de uma área de preservação (o parque estadual da Serra do Brigadeiro) e os sindicatos se envolveram com a discussão sobre a criação e regulamentação do parque, bem como, mais recentemente, com a discussão das políticas de "desenvolvimento territorial" voltadas para os municípios próximos ao parque (o "território da Serra do Brigadeiro").

---

onde há grande contingente de pequenos estabelecimentos rurais, os sitiantes e meeiros plantam café bem como "lavouras brancas" (milho, feijão), e também se dedicam à pecuária leiteira. Muitas das fazendas maiores (tanto nas terras "frias" como "quentes") eram voltadas, até os anos 60/70, para a produção de café, cana, milho, feijão, conjugada à pecuária, tendo havido uma grande dispensa de colonos e meeiros nesse período de progressivo predomínio da pecuária. Em uma micro-região (Visconde de Rio Branco), havia um importante pólo canavieiro, que desapareceu com a falência da usina nos anos 90. Apenas aqui havia um contingente mais expressivo de assalariados rurais, ainda que por toda a região haja um uso importante de trabalho assalariado temporário na colheita do café. Há por todos os municípios (mesmo os antigos municípios canavieiros) um expressivo contingente de pequenos sitiantes, entremeados com médias e grandes propriedades, e sitiantes, meeiros (que trabalham, sobretudo, em propriedades médias e mesmo nas pequenas), médios proprietários e até mesmo alguns fazendeiros, são ligados por relações de parentesco e compadrio. Freqüentemente, também os assalariados temporários são parentes de pequenos sitiantes, geralmente seus filhos solteiros ou outros parentes empobrecidos. Cabe lembrar também que os trabalhadores rurais dessa região têm laços de parentesco espalhados também pelas cidades médias da região e por bairros específicos situados nos grandes e médios centros do Sudeste (Belo Horizonte, Rio, São Paulo, Campinas, Juiz de Fora, Volta Redonda, Ipatinga).

Alguns projetos vinculados a esses sindicatos se tornaram reconhecidos por várias agências governamentais e não-governamentais, e alguns deles ganharam prêmios e divulgação por parte de agências oficiais.

Em vários municípios, os dirigentes desses sindicatos, inicialmente trabalhadores com pouca escolaridade formal e poucos contatos para além de sua rede de vizinhos, amigos, parentes e membros da igreja, se tornaram lideranças políticas reconhecidas, com maior ou menor alcance. Alguns se elegeram vereadores, outros se tornaram secretários de Agricultura, um se tornou vice-prefeito, outra passou a ser chefe de gabinete de um prefeito; alguns ocuparam ou ocupam cargos na direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) e chegaram a se candidatar a cargos na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Vários participam dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, bem como de conselho de direção da ONG Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

Alguns desses dirigentes vêm se desdobrando para completar sua escolarização e outros deles estão cursando ou completaram cursos superiores. Independentemente de sua escolarização formal, esses dirigentes se tornaram conhecedores (e em alguns casos verdadeiros especialistas) de temas como legislação trabalhista e previdenciária, elaboração de projetos para agências não-governamentais ou para agências do governo, bem como das técnicas de organização sindical e dos meandros da política sindical e também da política partidária. Além disso, ampliaram consideravelmente a abrangência de seus contatos sociais: por um lado, ao tornarem-se dirigentes de organizações sindicais de cunho municipal ou regional, passaram a dominar um "mapa" social mais amplo, um "quem é quem" que permite compreender o que está em jogo nas várias comunidades e distritos abrangidos pelo sindicato; por outro lado, ampliaram seus contatos com técnicos, dirigentes sindicais, assessores, políticos e militantes residentes seja na região, seja na capital do estado ou outros centros.

Neste artigo, vou procurar refletir sobre as condições sociais que possibilitaram o surgimento desse movimento e a implantação dos sindicatos, bem como os efeitos da atividade desses sindicatos sobre a configuração das relações sociais nessa região.

A CONSTRUÇÃO DA RESPEITABILIDADE DOS SINDICALISTAS

A implantação efetiva dos sindicatos na Zona da Mata de Minas só foi possível por haver agentes interessados e em condições de assumir sua implementação nos municípios, agentes para os quais fundar e manter sindicatos e associações passou a fazer sentido. A legislação prevendo a

existência de sindicatos de trabalhadores rurais, a consolidação de organizações sindicais nos planos nacional e estadual e as dificuldades econômicas enfrentadas pelos trabalhadores rurais da região (pequenos sitiantes, meeiros e assalariados) ao longo das últimas décadas não foram e não são, por si mesmas, condições suficientes para levar à criação de sindicatos e associações. Concretamente, a criação dos sindicatos teve de ser assumida, com grande empenho, por algumas famílias de sitiantes e meeiros. Essas famílias eram algumas entre as que vinham participando, fazia vários anos, das Comunidades Eclesiais de Base e de um movimento católico importante na região, o Movimento da Boa Nova (MOBON).[3]

É preciso enfatizar que os sindicatos não foram assumidos por indivíduos, mas por famílias ou segmentos de famílias; e não mobilizaram uma "classe" ou "categoria" abstrata, mas redes bastante complexas de trabalhadores conectados por laços previamente existentes de parentesco, vizinhança, amizade, compadrio, pertencimento religioso, laços estes que vieram a ser modificados, desdobrados e parcialmente ressignificados pela própria experiência de implantação e funcionamento dos sindicatos. É preciso notar, no entanto, que esses laços não foram mobilizados apenas em termos da moralidade cotidiana, tal como poderiam ser acionados, por exemplo, em um conflito entre famílias ou em um momento de necessidade de assistência mútua, mas em termos de uma peculiar combinação entre os termos constitutivos dessa moralidade cotidiana e termos relativamente novos e distintos, com destaque para noções como transformação da sociedade, luta dos trabalhadores, direitos, justiça social, oposição entre pequenos e grandes e entre trabalhadores e não trabalhadores, classe trabalhadora, trabalhadores rurais, exploração, cidadania. Desse modo, a mobilização e, em certo sentido, a criação da classe ou da categoria trabalhadores rurais como entidade socialmente significativa na região, passaram pela mediação de vínculos concebidos em termos morais, ao mesmo tempo em que colocavam em circulação e faziam valer socialmente uma linguagem de termos classistas e referentes a concepções de cidadania, que por sua vez não poderia senão incidir sobre os laços sociais preexistentes.

Para que fosse possível a essas famílias de sitiantes e meeiros assumir a criação dos sindicatos, em um ambiente que, como veremos, era bastante

[3] A presença de formas de organização similares às CEBs e os primórdios do que veio a ser conhecido como Movimento da Boa Nova remontam, na região, aos anos 40, quando tem início o Movimento de Apostolado dos Pioneiros do Evangelho, na paróquia de Manhumirim. Nos anos 60, trabalhos desenvolvidos com as comunidades rurais pelos padres assuncionistas acabam por se conjugar aos cursos realizados pelo Movimento da Boa Nova em Dom Cavati. Num contexto de expansão nacional das CEBs, os dois cursos anuais promovidos em Dom Cavati e encontros promovidos em Eugenópolis, junto com a eficaz estrutura de eventos e discussões centrados em comunidades locais e plenárias paroquiais, acabam por gerar uma ampla e ativa rede de militantes católicos camponeses em constante circulação pela região. Sobre o Mobon, ver Araújo, 1998.

hostil e desconfiado em relação a essa iniciativa, foi necessário, por um lado, ter acesso às informações, ao conhecimento de instrumentos legais e administrativos, bem como a recursos materiais. Por outro lado, foi necessária a disposição, por parte de algumas famílias locais, de "apostar" na criação dos sindicatos correndo riscos consideráveis com relação à sua reputação, de modo a construir a credibilidade dessa iniciativa aos olhos dos moradores da região, disposição esta indissociável do processo de construção do sentido que essas ações assumiam para os militantes, dirigentes e suas famílias. Ao se organizar como classe, enfrentando juntos o desafio de construir a credibilidade do sindicato, esses militantes e dirigentes (bem como seus aliados "externos") necessariamente se constituíam também, sem descontinuidade, em uma unidade social relativamente fluida, que em algumas ocasiões era metaforicamente considerada "como uma família", apontando para sua dimensão de comunidade moral.

INFORMAÇÕES SOBRE SINDICATOS E DIREITOS E OS LIMITES À MOBILIZAÇÃO

Até início dos anos 80, a informação a respeito dos sindicatos de trabalhadores rurais era muito limitada. Pessoas da região, parentes de sitiantes e meeiros, que já haviam trabalhado ou estavam trabalhando em grandes centros como São Paulo e Rio, tinham aí tido contato com sindicatos e trouxeram noções da existência de direitos trabalhistas. Nos anos 80, a conjuntura política mais ampla de democratização favorecia a circulação de informações e de agentes dispostos a apoiar organizações como os sindicatos. O envolvimento de muitos camponeses da região com as atividades do MOBON e das CEBs facilitou o acesso a tais agentes – agentes pastorais da CPT, padres e educadores populares – dispostos a se dedicar à disseminação de conhecimentos sobre formas de organização, legislação trabalhista etc., e que por sua vez facilitaram o acesso a ainda outros agentes do campo sindical e estudantil, bem como a ONGs em estado nascente nessa mesma época (como o CTA-ZM, criado em meados dos anos 80 por estudantes de agronomia da Universidade Federal de Viçosa, e que viria a ter um papel fundamental na consolidação dos sindicatos, e vice-versa).[4]

Nessa época, as discussões nos cursos patrocinadas pelo MOBON no centro de formação desse movimento, em Dom Cavati, levantavam temas relacionados com a organização e os direitos dos trabalhadores. Essas discussões eram retomadas localmente através das CEBs e reafirmadas por alguns padres atuantes na região. O fato de tais temas circularem no âmbito de organizações ligadas à Igreja não é sem importância: nos anos

[4] Sobre a relação entre o CTA-ZM e os sindicatos da região, ver Cintrão, 1996.

70 e no início dos anos 80, os que participavam das atividades das CEBs e do Mobon o faziam com grande entusiasmo e emoção e se sentiam muito comprometidos, além de legitimados pelo apoio de padres e bispos. Tais espaços haviam se tornado não apenas foco de intensa sociabilidade e de construção de sentidos de vida para uma parte dos camponeses da região, como também geraram um compromisso militante, seja pela postura geral desse movimento, seja pelo caráter de desafio moral que a adesão assumiu localmente, pois os que se empenhavam nas CEBs e no MOBON eram provocados cotidianamente por aqueles parentes, vizinhos e notáveis locais que criticavam a "Igreja renovada".

Mas as informações sobre a existência de direitos e de organizações sindicais e os incentivos recebidos no âmbito do movimento religioso não se transformaram, até meados dos anos 80, em uma real disposição para criar sindicatos, mover ações na Justiça, buscar acordos trabalhistas ou realizar mobilizações coletivas baseadas na noção de interesses comuns ou "de classe". Existiam certamente tensões de diversas ordens entre meeiros ou assalariados e seus patrões e, de maneira geral, havia consideráveis dificuldades de reprodução social das comunidades de sitiantes e meeiros, experimentadas como dramas pessoais e familiares e como carências de diversas ordens.[5] Mas a possibilidade de organização coletiva formal não era almejada nem realizada. Não estava efetivamente colocada no horizonte, não era vista ainda como algo a que se pudesse dar crédito e que fizesse sentido.

Os casos eventuais de trabalhadores entrando com ações trabalhistas contra seus patrões eram vistos com certo espanto, desconfiança e alguma hostilidade. Ocasionavam não só a "perseguição" dos patrões – ou seja, a dificuldade de conseguir trabalho ou arranjos de parceria nas fazendas da região – como também avaliações negativas nas comunidades, mesmo por parte dos mais próximos daqueles que entravam com a demanda. Trata-se de um universo social em que as iniciativas de cada agente são meticulosamente avaliadas, antes de mais nada, em termos morais – generosidade, gratidão, ingratidão, coragem, valentia, respeito, falta de respeito, esperteza, falsidade, honestidade, ambição, e assim por diante. E, em que as iniciativas de cada agente não são vistas como puramente individuais, mas como partindo de pessoas que são situadas em termos de seu pertencimento familiar, da

[5] Sobretudo tensões relacionadas à dispensa de colonos das fazendas que iam se convertendo exclusivamente à pecuária, bem como a crescente dificuldade de conseguir terras para trabalhar "à meia" nessas fazendas e ainda as dificuldades relacionadas à obtenção de terras adicionais para os filhos dos pequenos sitiantes. Tudo isso em um contexto de desemprego urbano (no início dos anos 80), e dificuldades para localizar novas fronteiras de terra consideradas viáveis (nos anos 50/60, muitos dali foram para o norte do Paraná, mas, nos anos 80, não parece ter havido fluxos dessa região em direção a outras áreas como a Amazônia ou o Centro-Oeste).

sua localidade de origem, e da reputação moral (tanto da pessoa como da família e do lugar). Nessa dinâmica, ainda que desafiar o patrão recorrendo à Justiça pudesse ser comentado como ato "corajoso", era também visto como insensato ou ainda como gesto de ingratidão e de esperteza (no mau sentido). Nesse universo social, é comum ver com desconfiança o recurso "à autoridade" para resolver tensões que a princípio deveriam ser resolvidas ou contornadas de modo pessoal, seja através do entendimento, da generosidade e da paciência, muito valorizados, seja por meio do conflito direto e da valentia, também muito valorizados. Assim, como no caso de qualquer tensão entre pessoas e famílias vizinhas, as tensões cotidianamente surgidas nas relações entre patrões e meeiros, ou entre pequenos sitiantes e fazendeiros, ou ainda entre os trabalhadores e funcionários públicos, eram (e em grande medida continuam a ser) enquadradas e experimentadas em termos morais. Desse modo, o recurso "à autoridade" (a polícia, a Justiça, o sindicato) pode sempre ser interpretado como sinal de insuficiência moral, de falta de capacidade da pessoa (e, por extensão, de sua família) de resolver tais tensões com base em seus próprios recursos morais.

Por outro lado, iniciativas no sentido de obter benefícios previdenciários ou de saúde, ou ainda, no sentido de buscar recursos para obras ou serviços para benefício comum ou para caridade em relação aos necessitados, eram vistas como algo naturalmente da alçada da generosidade dos notáveis locais – fazendeiros, padres, políticos, sitiantes em melhor situação. Os sindicatos rurais, criados na região desde os anos 30 e 40, eram iniciativas de alguns desses notáveis e aparentemente eram vistos, nas suas ações dirigidas para pequenos sitiantes, meeiros e todo o conjunto de famílias relativamente dependentes, como extensões da generosidade desses "grandes". Mesmo iniciativas "da comunidade", ou seja, das CEBs, parecem por vezes ter sido percebidas como decorrentes da bondade do padre ou da generosidade de algum sitiante, que, por exemplo, doava terras e convocava mobilizações para construir uma capela, promover a vinda do padre, arrumar uma estrada ou ajudar uma família necessitada e com isso passava a ser visto como líder "da comunidade". Outras iniciativas relacionadas a espaços "comunitários" eram vistas como "ajudas" oferecidas por políticos do município e controladas por aqueles pessoalmente ligados ao "lado" desses políticos. Alguém que quisesse demonstrar generosidade e "ajudar os pequenos", ou "ajudar a comunidade" sem que fosse visto como tendo "condição" para tal, ou seja, sem que estivesse em uma posição que lhe permitisse, e mesmo o obrigasse moralmente, a ter tal tipo de iniciativa, corria risco de ser ridicularizado em vista de sua excessiva pretensão e falta de senso.

Nessas condições, as primeiras tentativas de criar sindicatos foram recebidas com estranheza, desconfiança, hostilidade e ridicularização, por vezes se somando às críticas feitas às CEBs e ao MOBON, mas também atravessando essas linhas e incluindo críticas também dos que se viam

como comprometidos com o movimento religioso (críticas principalmente no sentido de estarem misturando religião, vista como atividade pura e harmoniosa, e política, vista como moralmente ambígua). E isso atingia não apenas aqueles que efetivamente assumiam cargos na direção dos sindicatos, mas também suas famílias e as comunidades que mais se destacavam na mobilização para fundar sindicatos. As narrativas dos que fundaram os sindicatos são ricas em ilustrações dessa atitude de desconfiança e das ações de ridicularização.

DA DISPOSIÇÃO DE DESAFIAR AS CRÍTICAS

Para entender como essas iniciativas conseguiram contornar e/ou desafiar esse controle informal, porém muito eficaz, exercido pela própria comunidade através de rumores, fofocas, brincadeiras e ofensas, ou seja, através de ataques à reputação, é preciso estar atento à lógica e à dinâmica das tramas de avaliações morais em que estão enredados os camponeses da região e ao modo pelo qual se tornou possível incorporar ações de militância sindical a essas tramas.

Nos anos 70 e 80, a participação nas CEBs e nas atividades promovidas pelo MOBON não apenas proporcionava informações sobre direitos trabalhistas e organização sindical como promovia o encontro de pessoas de diferentes localidades e famílias tornando-se foco de uma intensa sociabilidade bastante permeada por manifestações de emoção, além de ensinar e legitimar formas organizativas como reuniões, encontros, cursos, celebrações, cargos, relatórios, concursos musicais, circulação de pessoas entre comunidades, participação das mulheres, formas de debate (que puderam depois ser replicadas na organização dos sindicatos). Além disso, a adesão ao movimento religioso legitimava e incentivava iniciativas de "ajuda" ou "caridade" empreendidas por pequenos sitiantes em suas próprias comunidades, sem que isso fosse visto como excessiva pretensão. Na dinâmica criada pela participação nas CEBs, diante das dificuldades que pessoas vivendo nas proximidades passavam – por exemplo dificuldades dos colonos dispensados de fazendas e dos que se viam em dificuldade de obter lugar para plantar por causa da redução das terras de fazendas disponibilizadas para arranjos com pequenos sitiantes da região –, algumas lideranças comunitárias promoveram a expectativa de ajudar coletivamente essas pessoas. A disposição de ajudar é certamente uma virtude cultivada no cotidiano dessas comunidades, mas, conforme já apontado, há expectativas definidas quanto à forma e ao momento da ajuda, bem como quanto a quem se deve ajudar, e quem tem condições e obrigação moral de ajudar. Os atos de ajuda ou de caridade são comentados e avaliados, portanto controlados, pela comunidade, e o trabalho das CEBs e do MOBON parece ter favorecido uma certa ampliação

do âmbito da ajuda e certas modulações da sua etiqueta. Nas narrativas dos dirigentes dos primeiros sindicatos fundados na região, a organização sindical foi buscada inicialmente como uma forma coletiva de "ajuda".[6]

Mas não foi uma opinião unânime que essa forma de "ajuda" fosse moralmente adequada. Ao contrário, a criação dos sindicatos logo se tornou objeto de "crítica" não só dos "grandes" como também dos pares daqueles que se propunham a criá-los – seus vizinhos, parentes, compadres. Nessa situação, afirmar que organizar sindicatos era um direito dos pequenos e que fazia parte da luta dos trabalhadores rurais é indissociável de justificar ações concebidas moralmente como formas de ajuda, porém consideradas estranhas, ambíguas e criticáveis por outros moradores e notáveis dessas comunidades.

De onde surgiu a disposição de enfrentar essas (e muitas outras) críticas e como foram construídas as condições para resistir com eficácia aos ataques à reputação individual e familiar dos que se empenharam na criação dos sindicatos? A maioria das figuras-chave na criação desses sindicatos não foi de meeiros dispensados de fazendas ou trabalhadores passando por condições particularmente difíceis, mas sitiantes e meeiros membros de famílias com considerável reconhecimento social em suas localidades de origem. Vários dos primeiros dirigentes eram membros de famílias que, mesmo modestas, tinham certo destaque aos olhos locais. Mas que sempre estiveram, ou estavam já durante um período relativamente prolongado, "por baixo" em termos da política municipal, pertencendo ao "lado" que foi sendo derrotado, em municípios dominados por um mesmo "lado" durante longos períodos – o que no contexto desses pequenos municípios constitui uma situação potencialmente humilhante ou no mínimo bastante incômoda. Isso não se refere, é claro, a todos os dirigentes e militantes sindicais, pois entre estes havia também meeiros ou sitiantes de "pequenas famílias", ou seja, famílias que não tinham grande reconhecimento social ou político nas localidades em que vivem. Mas creio ser possível afirmar que as principais figuras desse processo eram membros de famílias com certo prestígio sócio-moral, ainda que considerados "pequenos" (mas há "pequenos" e "pequenos"), em geral

[6] Em municípios da região, onde a presença das CEBs foi menos marcante, houve casos em que os sindicatos foram fundados no âmbito da tentativa de uma determinada pessoa de fazer-se reconhecer socialmente como um doador generoso e tutelar (alguém que, nas suas palavras, "tem motivação religiosa", "pratica caridade" e "olha por aqueles que não têm quem olhe por eles") e, incidentalmente, criar condições de inserção na política municipal. Num desses casos, o sindicato integrava um esquema de distribuição personalizada de recursos centrada na rede de contatos do presidente, que alcançava órgãos de assistência social na capital do estado. É interessante considerar que essa forma de organização sindical, assumidamente personalista, não encontrou condições de proliferação na região, naquele momento, inclusive pelos questionamentos interpostos pela Federação estadual, na qual esse presidente de sindicato não tinha nenhum contato.

numericamente expressivas, e que tinham motivos para buscar maneiras de escapar de uma situação relativamente incômoda nas tramas sociais da comunidade, relacionada a uma certa perda de prestígio e de poder ao longo do tempo. O fato de terem sido segmentos dessas famílias os que assumiram discurso e mobilização centrados em noções como direitos dos trabalhadores, luta de classes e cidadania, deu um respaldo moral que não teria sido alcançado nessas localidades, fossem outros os agentes.

Assim, a mobilização dessas famílias – ou mais precisamente segmentos de famílias – foi crucial para garantir a viabilidade dos sindicatos. Os primeiros dirigentes, como já foi dito, sofreram ataques contínuos à sua reputação, a partir mesmo de suas comunidades locais e inclusive (às vezes fortemente) de partes de suas famílias (que estão longe de ser coletividades harmoniosas, apesar de ser pensadas de acordo com os ideais da união). Diante do risco – tanto das constantes ameaças diretas ou veladas por parte de fazendeiros e políticos aos primeiros dirigentes quanto, mais cotidianamente, do risco à reputação – e da fragilidade material dos primeiros sindicatos, o apoio da família em termos materiais e morais, bem como o apoio de parte dos membros dessa "quase família" que eram os participantes das CEBs e do MOBON, foi crucial para manter abertas as portas dos sindicatos e cultivar uma certa disposição "desafiadora".[7] Essa disposição era tanto maior quanto maior o empenho público pela viabilidade do sindicato diante dos que eram "contra" (e que incluíam também membros da família, vizinhos e outros membros das CEBs). Além disso, foram laços de parentesco, de amizade e de pertencimento ao MOBON que tornaram possível ampliar o alcance dos sindicatos, estabelecendo vínculos em outras comunidades locais para além daquelas inicialmente mobilizadas e, desse modo, ampliar tanto o nível da "aposta" quanto a possibilidade de sustentá-la.[8]

Tanto a viabilização dos sindicatos passou pela mobilização de laços de parentesco, vizinhança e amizade, quanto os ataques à ideia de criar sindicatos e à credibilidade dessa ação também foram agenciados por re-

[7] Esse apoio consistiu tanto em apoio "moral", no sentido de justificar nas conversas na comunidade a criação do sindicato e criticar seus críticos, atacando-lhes também a reputação, como também viabilizar materialmente os sindicatos, cedendo o tempo dos filhos e filhas, mobilizando meios de transporte, alimentação para os que estavam se dedicando ao trabalho sindical, dinheiro para viagens e às vezes até para aluguel, móveis para a sede etc. Em alguns casos, aqueles que se comprometeram com o sindicato se endividaram, venderam carros, ou mesmo áreas de terra, bem como descuidaram-se dos seus sítios, para não deixar que o sindicato fechasse as portas. Mesmo que eventualmente os valores envolvidos não fossem grandes (mas, às vezes, eram, do ponto de vista dos trabalhadores), o que pesa é o sentido público assumido por tais ações, que sempre acabavam sendo do conhecimento de todos.

[8] Geralmente, não era possível simplesmente chegar a uma comunidade qualquer e começar a falar de sindicato – o resultado desse tipo de esforço foi quase sempre desastroso. Era necessário ter algum "contato", acionando laços de parentesco, amizade ou pertencimento religioso, para fazer-se ouvir minimamente.

des de parentes e vizinhos e por tramas sociais que tinham seu centro em notáveis locais. Os que eram "contra" a idéia de criar sindicatos (inclusive os parentes dos dirigentes) também acionavam suas redes e laços de confiança de modo a produzir rumores, divulgar suas interpretações morais sobre os sindicatos e "fechar porteiras" aos sindicalistas em localidades em que tivessem penetração.

Mais do que mobilizar um "capital social", concebido abstratamente como uma rede de relações de solidariedade e mutualidade com um sentido previamente determinado (tal como proposto por Putnam), ou mobilizar uma classe abstratamente definida a partir de suas condições econômicas, o que esse processo ocasionou foi a reconfiguração de um emaranhado de conflitos e tensões preexistentes, moralmente concebidos, entre e dentro de parentelas, entre e dentro de comunidades locais e entre e dentro de facções políticas (e, nesse caso, para além das considerações morais, é importante também a avaliação e interpretação das ações em termos de seu sentido propriamente político), através de algo como uma "aposta" pública nos sindicatos, bastante arriscada naquele contexto, por parte de uma certa coletividade com limites emergentes nesse processo – ou seja, uma coletividade produzida "em ato", o próprio ato de "apostar" no sindicato. Essa aposta era feita e avaliada numa linguagem mais "moral" do que "econômica" ou "política", ou mesmo "religiosa" (no sentido que costuma ser atribuído a esses termos pela militância e pela academia). Mais do que agregar todos os "pequenos" em oposição aos "grandes", ou agregar esta ou aquela classe ou fração de classe em busca de seus "interesses comuns", ou os católicos "da libertação" em oposição aos católicos que se opunham a esse viés, os atos que levaram à fundação dos sindicatos e as polêmicas em torno da interpretação adequada desses atos no âmbito das comunidades rurais ocasionaram uma reconfiguração de clivagens, que delimitavam agrupamentos preexistentes, relativamente fluidos, vinculados por parentesco, vizinhança, amizade, facção política, adesão religiosa.

OS MÚLTIPLOS EFEITOS DA CRIAÇÃO DOS SINDICATOS

Mas isso não quer dizer que a criação dos sindicatos na região tenha se limitado a ter como efeito um rearranjo de redes ou agrupamentos mais ou menos preestabelecidos, sem nenhuma incidência sobre o modo de produção dessas redes ou agrupamentos e as relações entre eles. Ao contrário, a chegada dos sindicatos teve alguns efeitos importantes sobre a dinâmica de tais configurações. Por um lado, é preciso considerar os efeitos ligados propriamente à introdução de uma instituição formalmente representativa dos trabalhadores rurais e com atribuições delegadas pelo Estado, conju-

gada no caso desses sindicatos com a adoção de uma linguagem militante centrada em noções de classe, direitos e cidadania, e com a criação de sentidos de vida e de compromissos permeados por tais noções. Por outro lado, há efeitos, indissociáveis da criação do espaço formal do sindicato, sobre a própria dinâmica de construção das tramas envolvendo reputações de famílias, pessoas e localidades.

O sucesso em constituir os sindicatos como agências reconhecidas e atuantes no cotidiano desses municípios, contando com pessoas que, tendo se apropriado de novos instrumentos, são capazes de gerenciar, formular, organizar e administrar a relação da população com algumas políticas públicas, diretrizes legais e formas de mobilização, incluiu no cotidiano dessas populações novos espaços institucionais. O recurso à mediação da legislação trabalhista e dos agentes da Justiça, o acesso facilitado e regular a políticas previdenciárias, de assistência social, e aquelas voltadas para a agricultura familiar, o acesso a novas formas de subvenção por meio de projetos (de ONGs) se tornaram rotina, foram incorporados ao horizonte de possibilidades. E incidiram sobre outras relações, alterando-as em alguma medida, como aquelas entre trabalhadores rurais e patrões, entre trabalhadores e políticos, entre sitiantes e compradores de seus produtos, entre trabalhadores rurais e funcionários de agências do Estado (INSS e Emater, por exemplo).

O alcance desse novo espaço institucional não é homogêneo. Há municípios em que o sindicato é mais atuante e eficaz, outros em que o é menos. E, mesmo nos municípios em que o sindicato é muito presente e ativo, há uma grande diferenciação do peso da mediação sindical com relação a diferentes localidades e redes sociais. Para algumas comunidades locais e redes altamente empenhadas no processo de construção dos sindicatos, essa mediação passou a ser algo muito presente, muito definidor inclusive da própria identidade dessas comunidades e redes como "organizadas" e "da luta", de modo que recorrer ao sindicato é visto como natural nas mais variadas circunstâncias. Para outras, nem tanto, limitando-se a um contato mais esporádico e eventual. Mas a credibilidade dos sindicatos tornou-os uma força social reconhecida e a possibilidade de recurso ao sindicato passou a ser algo que está dentro do horizonte dessas populações, bem como algo levado em conta por patrões, políticos e funcionários do governo. À medida que alguns sindicatos conseguem realizar serviços de maneira mais universalizada, isolando a sua prestação de serviços seja das contendas da política partidária, seja das inimizades produzidas e reproduzidas no cotidiano das localidades rurais, conseguem se impor como uma instituição "de classe", uma "casa do trabalhador" e dar maior credibilidade à percepção de "direitos", tais como os direitos previdenciários ou trabalhistas.

A presença institucional do sindicato também permitiu o surgimento de certa sintonia entre mobilizações e bandeiras nacionais e mobilizações

locais, mesmo que de maneira limitada e transformada. Debates como aqueles relacionadas à ecologia e ao meio ambiente, por exemplo, podem acabar se tornando vivas discussões sobre o uso ou não de determinado agrotóxico, produzindo novos debates entre vizinhos ou adicionando novos termos a querelas por vezes antigas.

Mas a atividade propriamente institucional dos sindicatos não pode ser dissociada de reconfigurações na "topografia moral" dessas localidades e municípios. Um primeiro aspecto a ser ressaltado foi a formação de uma "comunidade moral militante" dispersa pelos municípios da região, constituída por aqueles que mais diretamente se empenharam publicamente na construção dos sindicatos e que mais se dedicam à defesa cotidiana de sua credibilidade, tão duramente conquistada. Nesse sentido, abrange (ainda que em posições distintas) não só os dirigentes como também alguns de seus parentes, vizinhos, compadres e outras pessoas que "apostaram" nos sindicatos, mesmo sem ter assumido diretamente cargos, bem como os funcionários que geralmente também são parentes ou vizinhos, e ainda técnicos e assessores "externos" que se tornaram também amigos desses trabalhadores, formando uma espécie de coalizão multilocalizada de famílias e indivíduos. Como qualquer comunidade moral, nos termos propostos por Bailey,[9] ela se alimenta das interações entre seus membros, em termos de certos códigos e valores relativamente compartilhados que permitem uma contínua avaliação mútua, redundando na produção e destruição de reputações. As inúmeras atividades necessárias para a organização e mobilização desse conjunto de sindicatos e de suas articulações regionais envolvem necessariamente uma convivência ou interação bastante intensa, acumulando ao longo dos anos situações, lembradas por todos, de alinhamento, ruptura, tensão, afeições e desafeições, compromissos e expectativas. Há momentos e circunstâncias de agregação quase catártica (como vários encontros e mobilizações ao longo do processo de criação dos sindicatos) e momentos que tendem a espiralar tensões e "testar" compromissos e alinhamentos (como eleições sindicais, eleições municipais etc.). A dinâmica própria dessa comunidade moral envolve fortes vínculos, mas também fortes tensões e, como sugere Bailey com relação a "comunidades morais" em geral, pode levar de situações de relativa solidariedade e igualitarismo a outras de considerável hierarquia e concentração de poder (ou vice-versa), além de envolver uma considerável tendência de segmentação ou fissão. Essa dinâmica moral é indissociável do modo pelo qual os sindicatos efetivamente se organizam e funcionam como agências institucionais. Rupturas "pessoais" profundas

[9] Bailey, F. G. (1969) propõe uma análise formal relativa às "comunidades morais", análise esta centrada na dinâmica das relações de reputação, e pensando tais comunidades como arranjos sociais de pequena escala numérica e grande densidade de interação, sem que haja implicações quanto à proximidade geográfica ou características substantivas (caráter rural, peso do parentesco, etc.).

pautadas em termos morais são indissociáveis de divergências ideológicas ou administrativas, de rearranjos na organização regional dos sindicatos, de alterações mais ou menos radicais nas suas relações com agências de mediação (como as ONGs) e com as facções políticas municipais e do afastamento de lideranças. Forma-se, portanto, em torno dos sindicatos, uma coletividade de fronteiras e alinhamentos internos relativamente móveis, que transforma a cada momento as questões sindicais em questões morais (e vice-versa), a avaliação do trabalho de organização de classe e de prestação de serviços aos trabalhadores em avaliação moral dos vínculos com a comunidade militante que se define como portadora da "luta" (e vice-versa). Defende-se ou ataca-se a reputação de pessoas vistas como "da luta", a partir da observação e cuidadosa avaliação (e contra-avaliação) dos comportamentos e atitudes em termos dos valores próprios dessa comunidade. Tais valores, ainda que guardem especificidade com relação aos valores acionados no cotidiano das comunidades rurais, por incorporarem o próprio compromisso militante como valor, continuam a trazer categorias morais cotidianas, em termos das quais foram socializados os dirigentes, para o cerne da vida "institucional" dos sindicatos.

Por outro lado, a atuação sindical não apenas forma uma certa "comunidade moral militante" como também produz continuamente vínculos de outra natureza entre os dirigentes e funcionários e os trabalhadores que estão "na base" do sindicato, mas não pertencem à "comunidade militante". Esses vínculos são, em muitas circunstâncias, concebidos pelos trabalhadores em termos morais mais do que em termos de "representação de classe". Os dirigentes sindicais, ao exercerem da melhor maneira sua função de representantes formais dos trabalhadores, não podem senão realizar ações que serão possivelmente interpretadas como atos generosos. Isso, junto com a relativa estabilidade de posição que o controle do aparato sindical (mesmo que modesto) lhes assegura, acaba contribuindo bastante para que eles se tornem relativamente "notáveis" nos municípios e nas localidades e que concorram com notáveis já estabelecidos – em certos casos, recuperando em novas bases o prestígio social e político que havia sido perdido por suas famílias, em outros, numa verdadeira ascensão social, ainda que em escala modesta. Isso abre, entre outras coisas, possibilidades no jogo político municipal, que vêm sendo aproveitadas de diferentes maneiras, em diferentes municípios, com diferentes resultados.[10]

Ao conseguir aposentar-se, ou ao obter um acordo favorável com o ex-patrão com a mediação do sindicato, trabalhadores sentem-se agradecidos e em dívida com sindicalistas e funcionários, e é bem possível que passem a conceber o sindicato como um lugar de confiança e passem a freqüentá-

[10] Para um estudo sobre os percursos de dirigentes sindicais de trabalhadores rurais na política, realizado em Pernambuco, ver Palmeira, 1998.

lo até mesmo para expressar sua gratidão. Mesmo que não se empenhem muito ativamente na defesa pública da imagem do sindicato diante dos que não o apreciam, acabam até certo ponto identificados ao sindicato. Este acaba por tornar-se lugar de produção de vínculos sociais e espaço de sociabilidade. O bom funcionamento – incluindo aí o modo de atendimento atencioso e pessoalmente envolvente que alguns dirigentes e funcionários (que em geral são também militantes e freqüentemente parentes) realizam com destreza – pode redundar em credibilidade para a instituição, mas certamente também redunda em prestígio pessoal, por vezes bastante grande, para lideranças e funcionários. Os sindicatos se tornam não só focos de mobilização e organização de classe, mas também, indissociavelmente, lugares identificados a pessoas cujos atos são interpretados pela população como doações generosas às vezes bastante extraordinárias – não só de recursos materiais, mas também de tempo, atenções e gentilezas. Às vezes, em momentos críticos para os que estão sendo atendidos ou em relação a temas de considerável importância aos olhos daquelas famílias de trabalhadores (como as aposentadorias, os auxílios previdenciários e outras fontes de renda). Nesse sentido, os sindicatos, apesar de suas intenções e retórica militantes e, mesmo quando se limitam a operações desvalorizadas do ponto de vista dessa retórica (como encaminhar processos de aposentadoria), se tornaram lugar de produção de vínculos de gratidão, de dívidas morais, potencialmente concorrentes com outros focos como a prefeitura, o hospital, a igreja, ou os políticos.

Todavia, cabe observar que a percepção do funcionamento do sindicato é sempre algo melindroso. Se o sindicato pode angariar vínculos, gratidão e simpatia para seus dirigentes e funcionários, pode também não corresponder a expectativas ou acabar envolvido em mal-entendidos e conflitos concebidos em termos morais, podendo produzir inimigos e desafetos às vezes inesperadamente e, aos olhos de funcionários e dirigentes, injustificadamente. Por vezes, o fato de o dirigente ou funcionário estar preso a procedimentos formais, ou ainda por não ter senão como enquadrar o atendimento aos trabalhadores em termos militantes (em virtude mesmo de seu pertencimento à "comunidade moral militante" a que nos referimos), ou simplesmente não ter como atender de maneira mais personalizada e mais adequada à etiqueta das relações cotidianas a todos os que procuram o sindicato, criam-se situações interpretadas como falta de consideração ou provocação, vistas como situações humilhantes ou desafiadoras. Há casos, por exemplo, em que o funcionário ou dirigente não considera possível atender a um dado pedido em virtude das regras burocráticas, e o trabalhador interpreta aquela recusa como humilhação ou desconsideração. Ou casos em que o dirigente interpreta a busca de uma "ajuda para aposentar" como sinalização de abertura para adesão militante e insiste em exigir interesse e participação do trabalhador em atividades "políticas" e "de formação" do

sindicato, julgando o trabalhador como membro, ao menos potencial, da "comunidade militante". Essas situações podem levar a mal-entendidos e tensões maiores ou menores.

De todo modo, a credibilidade obtida pelos sindicatos ao longo dos anos resultou em certo prestígio não só para aqueles mais diretamente envolvidos, mas também para aqueles que, como parte da "comunidade militante", sempre os defenderam publicamente. O reconhecimento dos sindicatos por agentes "de fora", pela prefeitura, a capacidade de conseguir projetos, a eficácia na obtenção de aposentadorias são uma resposta àqueles que os ridicularizavam. Ao mesmo tempo, alguns dos dirigentes ampliaram visivelmente seu espectro de conhecimentos, tanto no sentido de saber especializado como de leque de lugares e pessoas conhecidas. Esse relativo sucesso dos dirigentes sindicais e daqueles membros de suas famílias que se associaram a eles nessa "aposta" no sindicato acabou repercutindo nas tramas sociais que vinculam vizinhos, parentes, compadres, amigos e notáveis nas localidades de origem dos dirigentes. Relações entre famílias e entre vizinhos, com uma longa história de amizades e inimizades, de conflitos, solidariedades, disputas políticas, incorporaram o tema sindical desde o início, reforçando velhas oposições, criando novas, ressuscitando tensões submersas, e também criando novas possibilidades de aliança, pacificação e distensão. De qualquer maneira, para as famílias dos dirigentes, se durante o processo de construção da credibilidade dos sindicatos houve muitos momentos em que foi necessária firmeza em uma aposta bastante incerta, eventualmente o caminho do sindicato abriu perspectivas de ascensão relativa na localidade, em termos de prestígio e reputação diante de outras famílias, o que não significa – longe disso – maior harmonia na comunidade local ou ausência de ataques à reputação. Às vezes, o fato de o sindicato ter permitido a afirmação de uma nova (ou renovada) força social e política acirrou disputas "entre pares", inclusive entre famílias de certo destaque nas comunidades de origem dos dirigentes. Com isso, o sindicato pode produzir novos inimigos, tanto como novos amigos, entre os que, de um ponto de vista externo, poderiam ser percebidos como membros de uma mesma "classe".

Outro aspecto a ser levado em conta é a inserção propriamente política dos dirigentes sindicais. Muitos deles não tiveram sucesso em suas tentativas eleitorais, porém em certos municípios alguns se elegeram vereadores e, em outros, foram nomeados secretários da Agricultura ou para outros cargos. Na posição de vereadores, é notável o preparo que esses dirigentes têm em relação aos procedimentos e mecanismos burocrático-legais, em relação à grande maioria dos vereadores e mesmo prefeitos, que dependem em grande medida de funcionários que dominem esses aspectos para suas gestões. O aprendizado desses procedimentos e mecanismos ao longo da experiência sindical, juntamente com o apoio militante que dispõem,

permite-lhes em algumas circunstâncias estratégias de atuação política singulares no âmbito desses municípios. A combinação de conhecimento e agilidade no plano legal e administrativo com mobilização militante e bons contatos externos tornou-os, em vários momentos, uma força de oposição significativa diante do poder de facções políticas mais estabelecidas nesses municípios. Ao mesmo tempo, o sucesso político dos dirigentes ou dos partidos e facções aos quais se alinharam nas disputas políticas municipais alçaram-nos a posições em que é difícil não se envolver em processos de construção de laços pessoais de fidelidade política que são característicos desse universo, ou, ao menos, em que é difícil evitar que suas ações não sejam, independentemente de suas intenções, compreendidas em termos dessas formas de ação política.

Esses diferentes efeitos da presença sindical na região não podem ser pensados isoladamente. A presença do sindicato como agência portadora de modalidades de organização de classe e como agência mediadora de políticas e bandeiras de luta nacionais é indissociável da formação de uma comunidade moral militante com certa tendência à hierarquização e segmentação. Isso por sua vez não pode ser separado da dimensão do sindicato como núcleo de generosidade e tutela (para além mesmo das intenções dos militantes), o que por sua vez não deixa de estar relacionado aos rearranjos das tramas de relações entre famílias e vizinhos, bem como dentro de famílias, a partir da atuação dos sindicatos, e aos realinhamentos e disputas entre facções políticas dos municípios (especialmente os pequenos municípios, onde sindicatos de trabalhadores rurais podem ter um peso e visibilidade consideráveis).

CONCLUSÃO

Procurei mostrar que há vários planos em que podem ser analisados os efeitos da presença dos sindicatos na Zona da Mata de Minas Gerais. Os sindicatos produziram um novo espaço institucional – uma instituição de classe, voltada para uma categoria social específica, que passou a fazer parte do horizonte desses municípios e se tornou uma instituição reconhecida e legitimada. Esses sindicatos produzem continuamente uma "comunidade moral militante" e nela se sustentam. Essa comunidade é multilocalizada, de contornos e alinhamentos internos mutáveis, e abrange dirigentes, funcionários, assessores, técnicos, parentes, empenhados moralmente na consolidação dos sindicatos e tragados para uma dinâmica ao mesmo tempo tensa e solidária. Por outro lado, os sindicatos se tornam – mesmo sem que essa seja a intenção – focos do exercício da generosidade e da tutela, concorrentes com outros focos tradicionalmente constitutivos dessas localidades: a prefeitura, a igreja, o hospital, os políticos. E se tornam também novos

elementos em velhas brigas: nas comunidades locais e nos municípios, os dirigentes dos sindicatos estão marcados pela sua identificação em termos de parentesco, localidade e reputação, e fazem parte de tramas que vêm de longe e que sugerem aos moradores do lugar uma chave de interpretação possível e bastante verossímil para as suas ações, mesmo as mais militantes.

O sucesso em produzir e legitimar uma instituição de classe é, ao mesmo tempo, a criação de um novo espaço de surgimento de lideranças políticas, que passam a atuar nos enfrentamentos políticos municipais. Nesses enfrentamentos, essas lideranças se posicionam de maneira peculiar, por terem uma facilidade singular (especialmente em relação aos vereadores) em lidar com procedimentos e mecanismos administrativos e legais, e uma experiência mais ampla com a mobilização de redes militantes.

Creio que para entender os efeitos da formação desses sindicatos nas relações sociais é preciso levar em conta todas essas dimensões – a instituição de classe, a comunidade militante, o novo centro de generosidade e tutela, o novo elemento em velhas tramas morais, e a singularidade das habilidades políticas desses sitiantes e trabalhadores –, e levar em conta também que a dinâmica própria de cada dimensão interfere na de outra. Essas dimensões conjugadas certamente tornaram mais complexa a configuração total de relações, mais variadas e disputadas as posições a partir das quais é possível exercer poderes e reagir a esses exercícios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R. T. *O movimento da Boa Nova*. Belo Horizonte: O Lutador, 1998.

BAILEY, F. G. *Gifts and Poison: The Politics of Reputation*. Nova York: Schocken Books, 1969.

CINTRÃO, R. P. *ONGs, tecnologias alternativas e representação política do campesinato. Uma análise da relação entre o CTA-ZM e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

COMERFORD, J. C. *Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

PALMEIRA, Moacir. Os sindicatos no poder. Que poder? In: BARREIRA, I., PALMEIRA, M. (Orgs). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil.* São Paulo: Annablume, 1998

Sobre os autores

Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo, professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pesquisador do CNPq.

Clifford Andrew Welch. Professor-doutor do Departamento de História da Grand Valley State University, Michigan, Estados Unidos. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Professor-colaborador do Departamento de Geografia, ambos da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente.

Cordula Eckert. Engenheira agrônoma. Mestre em Desenvolvimento Agrícola (CPDA/UFRRJ), atualmente trabalha na Emater/RS-Ascar, Porto Alegre.

Elder Andrade de Paula. Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ. Professor da Universidade Federal do Acre.

Gutemberg Armando Diniz Guerra. Doutor em Socioeconomia pela École des Hautes Etudes em Siences Sociales, Paris, França. Professor do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação Agriculturas Amazônicas (PPGAA) da Universidade Federal do Pará.

Jean Pierre Leroy. Mestre em educação pelo IESAE/FGV. Assessor da Fase – Solidariedade e Educação.

John Cunha Comerford. Mestre e doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/MN/UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Leonilde Servolo de Medeiros. Socióloga, professora associada do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura

e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq e da FAPERJ.

Lygia Maria Sigaud. Antropóloga, professora associada do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ). Bolsista do CNPq e da FAPERJ.

Maria Ignez S. Paulilo. Professora aposentada, atualmente voluntária da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do CNPq.

Maria José Reis. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina e da UNIVALI.

Mario Grynszpan. Professor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do CNPq.

Moacir Palmeira. Antropólogo, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do CNPq.

Neide Esterci. Antropóloga do Departamento de Antropologia Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Pesquisadora do CNPq.

Osvaldo Heller da Silva. Sociólogo, professor-adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná

Paulo Ribeiro da Cunha. Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, professor de Teoria Política da FFC/UNESP e, também nesta instituição, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Sílvio Simione da Silva. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente. Professor da Universidade Federal do Acre.